

Claudemir Martins Cosme

RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO EM MEIO À CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

*Da luta pela terra à luta para permanecer nos territórios
dos assentamentos rurais no Sertão de Alagoas*



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITORA PRO TEMPORE

Josete de Oliveira Castelo Branco Sales

EDITORA DA UECE

Erasmo Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduína Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

Claudemir Martins Cosme

RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO EM MEIO À CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

*Da luta pela terra à luta para permanecer nos territórios
dos assentamentos rurais no Sertão de Alagoas*



**1ª Edição
Fortaleza - CE
2020**

Resistência do campesinato em meio à contrarreforma agrária no Brasil: da luta pela terra à luta para permanecer nos territórios dos assentamentos rurais no Sertão de Alagoas

© 2020 *Copyright by* Claudemir Martins Cosme

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmio Miessa Ruiz

Foto de capa

Claudemir Martins Cosme/Ésio Melo de Andrade - Família camponesa assentada produzindo alimentos no Assentamento Serrote Aroeiras, Jacaré dos Homens, Alagoas (2017).

Diagramação

Narcelio Lopes

Revisão de Texto

O autor

Ficha Catalográfica

Lúcia Oliveira CRB - 3/304

M386

Cosme, Claudemir Martins

Resistência do campesinato em meio à contrarreforma agrária no Brasil: da luta pela terra à luta para permanecer nos territórios dos assentamentos rurais no Sertão de Alagoas [recurso eletrônico] / Claudemir Martins Cosme. - Fortaleza: EdUECE, 2020.

Livro eletrônico.

ISBN: 978-65-86445-37-4 (E-book)

1. Reforma agrária - Brasil, Nordeste. 2. Brasil, Nordeste - Condições rurais.
3. Brasil, Nordeste - Condições sociais. I. Título.

CDD: 330.9812

Ao campesinato assentado e às famílias camponesas Sem Terra que, neste momento, estão debaixo da lona preta, na luta pela reforma agrária no Brasil.

Aos mestres, professores e professoras, que tive ao longo desta vida e a todos(as) que lutam pela educação pública nesse país.

A Dirceu Lindoso (*in memoriam*), intelectual alagoano, cuja obra foi central para nossa compreensão das contradições da formação territorial de Alagoas.

À minha companheira Simone e aos nossos filhos, Allan e Lara.

[...] Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois e fazer a Terra, escrava e escravos os humanos! Outra é a Terra nossa, homens [mulheres], todos[as]! A humana Terra livre, irmãos[ãs]!

Dom Pedro Casaldáliga (1978, p. 192), em "Terra Nossa, Liberdade".

PREFÁCIO

Sempre existe relação entre o texto e a biografia do autor; aliás, a própria escrita incorpora-se à sua história pessoal. O autor constrói-se, cria a si mesmo e de tal forma este processo acontece, que bem se poderia considerar ter anos de maturação, como se um livro tivesse uma arqueologia embutida e raramente revelada. É que jamais a escrita poderia ser considerada automática e jamais poderia ser errática, pois tem um tempo e ele é composto – para o que nos interessa – de perguntas e posições assumidas e vividas. É assim que uma tese ou dissertação vai muito mais além do que o trabalho sistemático que envolve, para ser uma demonstração de razões de vida e pela vida. A excelência que se procure tem suas sementes no cotidiano que se vive e persiste como sentimento e memória. E para quem deseja encontrar-se com o futuro e trabalha aspirações como a justiça, é justamente nesse futuro que a produção assenta-se.

Na medida em que partir de muito chão e caminhada vislumbrou-se uma tarefa política na vida, tudo se transforma em doação e, nisso, a erudição dá lugar a uma extraordinária demonstração de busca de cidadania; os outros estão no texto como se soubessem que, ali, sempre era o lugar deles, numa espécie de transfiguração. Quem tem essa postura jamais escreve sem que a ideia de refazer o mundo esteja presente e, de modo especial, quando se elege com quem se deseja dialogar sobre a vida. É nisto que desejo chegar à primeira afirmativa sobre este trabalho: é falso olhá-lo como a busca da realização de um objetivo. Ele é, na verdade, um grande diálogo aberto com o mundo dos que resistem à opressão, tendo a terra como referência. E, desde logo, aparece a sua importância para a sociedade e o livro não é uma escrita sobre, mas com, dando a possibilidade de o outro estar no texto, participando e vivendo.

Por outro lado, tem-se a qualidade acadêmica que não se revela em mera erudição, mas justamente na condição do diálogo. É um texto que aflora o baixio da produção agrária, desnuda as relações e agrega substancialmente ao conhecimento de Alagoas, em uma área que vem

frutificando e associada aos movimentos sociais. Foram eles que fizeram frutificar a temática da terra em Alagoas e mostraram um caminho a seguir com índios, quilombolas, sem-terra, assalariados e um conjunto de largo espectro, a indicar um conjunto onde a terra dá unidade.

Ela, a terra, passou a ter uma carga semântica inusitada e é bom que seja elástica, a ter um movimento incorporador, mas o fato é que demorou, em Alagoas, a sair das malhas senhoriais e o primeiro momento de choque acontece com o movimento dos índios que instruiu a universidade a produzir sobre eles, da mesma forma que passou a produzir, embora em menor quantidade, mas com igual valor sobre os sem-terra; finalmente, surgem os quilombolas, ainda com pouca produção sobre eles, mais presos ao estado do que os índios, pela tutela da Fundação Palmares, hoje entregue aos desmandos institucionais, embora menos ameaçados do que os índios, cujas terras interessam, intensamente, ao agronegócio. Aqui não é espaço para fazermos uma revisão da produção intelectual e nem citar nomes, mas é necessário dizer que ela cresceu pressionada pelos movimentos e, ao mesmo tempo, realizada por pessoas comprometidas com a ideia de mudança, de transformação, para as quais a terra é uma mediação para a liberdade.

Só que, para Alagoas, além da ligação com a questão da terra que é a mesma da liberdade, o livro é extremamente importante por um outro viés e igualmente político; a nossa produção histórica, geográfica e de outras áreas das Ciências Sociais é presa ao que se chama atualmente de mesorregião Leste e, mais ainda, centrada no que tradicionalmente se firmou como área de açúcar, a bem dizer o quadrante 1 com o eixo dos x passando na altura de São Miguel dos Campos e o dos y passando na altura de Atalaia, abarcando os vales do Paraíba e do Mundaú, além do rendilhado de águas da faixa norte; no fundo, as Alagoas, em sua história, é confundida com esse núcleo ou nicho açucareiro, salvo, com pouca ênfase, o Baixo São Francisco mormente nos mundos do Penedo.

São raras as abordagens para o Oeste de rios que secam e enchem, descidos para o São Francisco, ao contrário do Leste, cujas águas são do Atlântico. As terras a Oeste sempre seriam de algodão, pecuária e de determinação política da seca, gerando o migrante, o braço de pouco

custo para a cana de açúcar: o sistema esteve a precisar de sua pobreza e, nisto, sempre se maximizou a vulnerabilidade econômica, o que atinge todos aqueles a viverem em seus pedaços de terra. O trabalho, ao colocar o sem-terra em evidência, ajuda-a entender que é preciso saber lutar para resistir ao peso de toda uma estrutura de dominação avassaladora, cuja economia política ainda precisa ser escrita em largo curso, e este é o terceiro mérito deste trabalho: fortalece a possibilidade de uma economia política do que se poderia considerar como a resistência dos empobrecidos do Oeste. Olha para um mundo abandonado pela intelectualidade alagoana e gera o senso do que vamos chamar – permita-se a licença poética – da economia da liberdade, onde a organização do povo aparece como o grande elemento de diálogo e não os interesses dos grandes proprietários, hoje centrados na pecuária da bacia leiteira, apesar dos problemas que existem. Simbolicamente seria pensar em gente de palma e gente de alma.

Neste ponto, é preciso recapitular: o engajamento acercando-se do sentido sartriano de definição de projeto, a importância política e a científica, no que se refere especialmente ao circunstancial em Alagoas, mas devendo ser observado que a urdidura do trabalho torna-o sugestivo e instigante como base para a abordagem de outras circunstâncias, em situação de semiárido ou não.

Em nosso modo de ver, o grande achado do livro é a tônica nas relações que permitem chegar à natureza e modo do assentamento, de ele estar dentro de uma sociedade fundada no interesse de renda do capital: o lucro. A ideia de relações impede a fragmentação em detalhes, da complexidade que é ser e estar no assentamento, que jamais poderia ser visto como ilha, mas como interação e resistência para com a grande sociedade envolvente, com sentido semelhante a todas as sociedades em resistência ao capital, que está assentado nas estruturas e conjunturas do que é chamado de nacional e nele se revela, sobretudo, o poder de mando alinhado com o poder econômico.

São sociedades de estratégias, de uma difícil articulação com o sistema que o rejeita como demonstração do princípio que envolvem: a terra é aberta, mas pode ser trincheira quando se fala em liberdade, no

caso, a de organizar e a de viver. É claro que as sertanejas e agrestinas, especialmente as primeiras, relacionam-se com o peso das condições da produção onde se tem o ambiente e o político como forças a superar. Paga-se um preço na procura pela liberdade nas plantações de semiárido e é em pouco o que se encontra assentado nos brejos de altitude que fizeram os nomes da Matinha de Água Branca e da Mata Grande.

Por aí, aparece um outro ponto importante do livro: o assentamento é história e, portanto, é e está no espaço. Daí, não surge ao acaso, mas dentro de uma caminhada que vem de longe: ele é também um processo e, neste, colide com a ideia de reforma agrária, quando até mesmo a racionalização necessária ao capital não prossegue, acossada que fica pelo agrarismo de nossa matriz de produção, onde terra e poder construíram a estrutura tradicional e avoenga que parte para manter privilégios em detrimento da alavancagem do lucro. Terra é uma espécie de lugar sagrado, desse culto avoengo pelo poder que ela significa.

Claro que a arquitetura do texto é muito boa, sendo montada em intensa interligação entre conteúdo e forma, com a procura de uma escrita livre e capaz de expressar o diálogo entre um cidadão-autor e os povos que procuram a liberdade na luta que tiveram e continuam a ter para viver. Não me parece ser interessante adentrar-me passo a passo no texto: o autor já o fez, já se explicou e se demonstrou. Agora, é a hora de ampliar o diálogo que foi realizado incluindo você, leitor, que é mais um dos sujeitos que na leitura estará conversando com as pessoas que estão nas entrelinhas como sujeitos históricos de excepcional valor pelo que indicam.

Falta-me dizer-lhe muito obrigado pelo convite, Claudemir. É uma honra!

Luiz Sávio de Almeida

Professor Dr. em História e Emérito da Universidade Federal de Alagoas

Sumário

PREFÁCIO	7
1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTRARREFORMA AGRÁRIA, LATIFÚNDIO-AGRONEGÓ- CIO-BARBÁRIE E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO BRASIL	47
2.1 A contrarreforma agrária na ditadura militar: perseguição e barbárie contra o camponato no pós-golpe de 1964	47
2.2 As forças contrarreformistas mais uma vez vencem nos anos 1980: I PNRA, ANC e texto constitucional	57
2.3 A contrarreforma agrária nos governos neoliberais: Collor de Mello/Itamar Franco e FHC	69
2.4 A continuidade da contrarreforma agrária sob a hegemonia às avessas nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff	87
2.5 Da derrubada de Dilma Rousseff ao governo Michel Temer: o aprofundamento da contrarreforma agrária em tempos-espacos de golpe	121
3 ALGUMAS FACES DA QUESTÃO AGRÁRIA ALAGOANA.....	145
3.1 Capital, terra e camponato em Alagoas: invisibilidade, subordinação e violência contra a classe camponesa	145
3.2 Os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas: as oligarquias moderno-coloniais e as relações sociais de poder no território alagoano	172
3.3 Um território marcado pela concentração fundiária: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano	231

4 LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA, RECRIAÇÃO E RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO SEM TERRA: A REBELDIA (IN)SUBORDINADA CAMPONESA NO SERTÃO ALAGOANO249

4.1 A gestação da luta pela reforma agrária em Alagoas: o protagonismo do campesinato no e a partir do Sertão alagoano | 249

4.2 A rebeldia do campesinato brasileiro: a conquista dos assentamentos Peba e Lameirão e o início da espacialização do MST em Alagoas | 270

4.3 A espacialização dos movimentos e das organizações sociais no campo em Alagoas e o avanço da luta pela reforma agrária no Sertão alagoano | 293

4.4 As frações territoriais conquistadas pelo campesinato em meio à barbárie: conflitos, violência e assentamentos rurais em Alagoas | 328

5 A AÇÃO TERRITORIAL DO MST, DA CPT E DO MLST NO SERTÃO ALAGOANO: DA LUTA PARA ENTRAR NA TERRA À LUTA PARA PERMANECER NO TERRITÓRIO371

5.1 Assentamento Peba: início do processo de transformação social do campesinato Sem Terra via luta pela reforma agrária em Alagoas | 371

5.2 Assentamento Lameirão: o processo *continuum* de territorialização do campesinato assentado em Alagoas | 425

5.3 Assentamento Olga Benário: resistência e rebeldia camponesa *versus* a tentativa do latifundiário de fazer injustiça pelas próprias mãos | 473

5.4 Assentamento Serrote Aroeiras: as sementes das primeiras lutas brotam com novas lideranças e a conquista de mais uma fração territorial pelo campesinato Sem Terra | 513

5.5 Assentamento Todos os Santos/Chupete: do cativeiro de campesinato Sem Terra à conquista da relativa liberdade no assentamento | 559

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....606

REFERÊNCIAS618

1 INTRODUÇÃO

Día a día, los campesinos hacen que los economistas se lamenten, que los políticos suden y que los estrategas maldigan, destruyendo sus planes y profecias em todo el mundo - Moscú y Washington, Pekín y Delhi, Cuba y Argelia, el Congo y Vietnam-.

Teodor Shanin (1983, p. 274), em “La clase incómoda”.

[...] não se trata aqui nem de procurarmos uma explicação finalista da presença camponesa atual, nem consumirmo-nos em previsões apocalípticas quanto ao seu desaparecimento. Trata-se, simplesmente, de circunscrever o processo de reconstituição do campesinato, enquanto movimento contraditório: por um lado, o [Modo de Produção Capitalista] transforma a agricultura à sua maneira, a saber, de modo diferente relativamente à indústria, e por outro, o camponês persiste em prender-se não apenas ao seu pedaço de terra, mas sobretudo ao seu modo de vida. Os dois movimentos coexistem na tendência geral a favor da manutenção da exploração agrícola familiar.

Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1978, p. 197), em “A questão camponesa e o capitalismo”.

É fundamental nos estudos sobre o campo, respeitar o direito que o campesinato tem de se expressar politicamente. É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado. Enfim, é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001b, p. 49), em “A agricultura camponesa no Brasil”.

Ao longo do século XX, um profundo debate envolvendo o camponato dividiu, de um lado, uma diversidade de estudos e autores que defenderam e, em alguns casos, profetizaram o fim do camponato na sociedade hegemônica pelo Modo de Produção Capitalista (MPC); de outro, uma corrente de intelectuais que mobilizaram esforços no sentido de compreender os processos que garantiam a continuidade da presença camponesa em meio às contradições do avanço do capitalismo¹. Não obstante, à medida que os camponeses e as camponesas resistiam e, assim, continuavam existindo socialmente nas diversas sociedades e contextos políticos, um problema real foi se constituindo, pois essa permanência social contrariava e desautorizava as leituras que disseminavam o seu inexorável desaparecimento.

O fato é que a realidade mostra que adentramos o século XXI e a continuidade, por conseguinte, a presença camponesa ainda desafia, não apenas a parte da academia que se debruça sobre os processos sociais no bojo da mundialização do capital, mas, sobretudo, aqueles partidos políticos, movimentos e organizações sociais, estrategistas do Estado e dos governos, que negam o camponato e seu lugar no devir histórico na sociedade. Dessa forma, percebemos que o pensamento de Shanin (1983) em epígrafe permanece bastante atual: o camponato constitui uma classe incômoda, não sendo diferente da sua presença ao longo da formação territorial capitalista brasileira.

Neste contexto, elegemos como problemática central deste livro uma fração da classe camponesa, que nas últimas quase quatro décadas se (re)criou e permaneceu existindo socialmente no campo do país. Trata-se do camponato Sem Terra, atualmente assentado nos assentamentos rurais espacializados por todo o território nacional. Para tanto, escolhemos pesquisar cinco assentamentos localizados na mesorregião do Sertão do estado de Alagoas, região Nordeste do Brasil, analisando o período histórico entre 1987 e 2017. Escolha que descreveremos ao longo desta introdução.

¹ Sobre as três abordagens teóricas e seus principais autores que travaram esse debate cf. Oliveira (2007, 2004).

É mister ressaltar que existem importantes trabalhos acerca da temática da (re)criação camponesa no Brasil, notadamente sobre a (re)criação do campesinato assentado, suas lutas e resistências na conquista dos assentamentos rurais, como forma de acesso à terra e, assim, de garantia da sua existência social em meio às contradições do capital, que ajudaram-nos na construção do presente trabalho². Entretanto, esperamos contribuir para a explicação da presença do campesinato assentado contraditoriamente em uma formação territorial capitalista, marcada historicamente por um processo de contrarreforma agrária. Em forma de pergunta, sumariamente, podemos expor assim: quais as resistências e as lutas e, com elas, as contradições que garantem a permanência do campesinato assentado no território capitalista brasileiro, em um contexto político contrarreformista, portanto, que nega, histórica e cotidianamente, a presença da classe camponesa?

Parafraseando Amin e Vergopoulos (1978) em epígrafe, antecipadamente é importante enaltecer que nossa investigação não buscou uma explicação finalista da presença camponesa hoje, nem muito menos faremos previsões apocalípticas quanto à sua permanência futura ou mesmo sobre seu desaparecimento. Não temos dúvidas da presença camponesa na atualidade e na sua permanência na sociedade sob MPC como bem destacam Shanin (1983), Amin e Vergopoulos (1978) e Oliveira (2001b). Buscamos desvelar as determinações conjunturais e estruturais das resistências e das lutas camponesas para garantir a sua existência na sociedade brasileira, na condição de campesinato assentado.

Porém, por questão de método de interpretação que norteia nossa análise, é preciso enfatizar que partimos do pressuposto de que estudar o campesinato e seu lugar na sociedade sob o MPC, sobretudo, pela ótica do materialismo histórico e dialético, o fundamental é a contribuição desse método para a análise das contradições sociais, ou seja, de como o capital opera, em seu movimento de produção e reprodução³, com relação à presença e, sobretudo, à resistência (in)subordinada da clas-

2 Entre outros Cf: Paulino (2012); Almeida (2006); Ramos Filho (2008); Fabrini (2002); Fernandes (1999, 1994); Miranda (1998);

3 Sobre a produção do capital e a reprodução capitalista do capital Cf. Martins (1981).

se camponesa. Mas, para compreendermos essa contribuição, é mister iniciarmos com uma breve exposição acerca da forma como lemos o próprio posicionamento de Karl Marx, sobre o lugar do campesinato nesta sociedade.

Entrementes, sublinhamos que, se Friedrich Engels acreditava na máxima acerca do fim inevitável do campesinato⁴, essa não era, em nossa compreensão, uma premissa defendida pelo próprio Marx ao longo da construção do materialismo histórico e dialético, como um “método de interpretação e transformação social” (MARX, 2007). Amparamo-nos não apenas, mas especialmente nos estudos de Marx na sua última década de vida, marcada por intensa reflexão sobre o campesinato russo, consubstanciando um momento de fecundo fortalecimento de seu método, ao enxergar o papel do campesinato em uma possível revolução na sociedade russa como forma de chegar ao socialismo (SHANIN, 2018).

A linha teórica assumida por Marx para responder à desafiante provocação constante na carta da revolucionária russa *Vera Ivanovna Zasulich*⁵, tendo por centralidade a questão agrária e o futuro da comunidade camponesa naquele país, demonstra a importância do materialismo histórico e dialético como método atual para se refletir sobre a questão agrária, notadamente acerca da presença do campesinato em sociedades do capitalismo periférico como o Brasil, pois aponta caminhos para a transformação revolucionária dessas sociedades sem desconsiderar a presença da classe camponesa. A passagem a seguir, em sua resposta à referida carta, ao enfatizar o processo expropriatório do campesinato ocorrido no campo inglês e em outros países europeus, corrobora nossa leitura: “[...] a “fatalidade histórica” desse processo [expropriatório do campesinato] está expressamente restrita aos países da Europa ocidental” (MARX, 2013, p. 114).

Antes dessa reflexão, os escritos do pensador alemão no Livro III de *O Capital*, ao evidenciar o que denominou de as três grandes classes

4 Nos remetemos a conclusão a que chegou Friedrich Engels apud Amin e Vergopoulos (1978, p. 201), quando afirmou que “a grande produção capitalista agrícola passará por cima da pequena exploração como um caminho de ferro esmaga um carrinho de mão [...]. [Sendo] o sentido do desenvolvimento econômico inevitável”. Conclusão que, historicamente, não se efetivou.

5 Cf.: A correspondência Marx/Zasulich: cartas e rascunhos em Shanin (2017).

- os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra - da sociedade sob o MPC, já é uma passagem que, sem dúvida, fortalece os estudos que enxergam o campesinato enquanto uma classe social de dentro e não de fora dessa sociedade, diferentemente de como foi/é apregoadado ainda por análises que defendem o seu desaparecimento inevitável ou mesmo descredenciam o campesinato das lutas políticas.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimentos, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo capitalista de produção (MARX, 2017a, p. 947).

Entretanto, essa parte do pensamento do autor foi esquecida ou negligenciada não apenas pelos críticos do materialismo histórico e dialético em nome da defesa do campesinato, como também por algumas correntes do próprio marxismo⁶. A leitura política no conhecido “O 18 de brumário de Luís Bonaparte”, onde Marx (2011), ao tratar do campesinato na França em um contexto histórico específico, qualifica-o, metaforicamente, de batatas em um saco de batatas, foi o que se cristalizou em ambas as vertentes de pensamentos aludidas. Essa leitura é a marca do que a literatura chama de clássicos do marxismo ortodoxo agrário⁷, em especial as obras de Kautsky (1986) e Lênin (1982).

Ocorre, que predominou uma leitura parcial dos escritos destes dois autores, que por caminhos diferentes, defenderam a supremacia da grande propriedade em oposição à pequena produção parcelaria camponesa e o entendimento de que o proletariado era a única classe revolucionária. A mudança na abordagem de Lenin (1982) sobre o campesinato russo, mesmo que de forma lenta, mas consistente, após escre-

6 Apenas para exemplificar, David Mitrany ((1957, p. 32), em “Marx contra o camponês” diz: “Se considerarmos não apenas **O Capital**, mas toda a atividade política e científica de Marx, não encontraremos em parte alguma um indicio de que ele tenha estudado seriamente a condição do camponês em qualquer terra que seja”.

7 Para uma síntese sobre o que entendemos por marxismo ortodoxo agrário Cf. Guzmán e Molina (2013).

ver “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, conforme defende Shanin (2005), não foi levada em conta pelos autores que construíram a vertente do marxismo ortodoxo, muito menos foi dada importância aos diversos *insights* contidos ao longo de “A questão agrária” de Kautsky (1986), onde visivelmente o autor defende o caráter contraditório e combinado da relação entre a grande e a pequena propriedade agrícola no capitalismo⁸.

Assim, foi o marxismo ortodoxo que comandou a maioria das análises ao longo do século XX, inclusive de amplos setores da esquerda política na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Destarte, a importante contribuição do materialismo histórico e dialético em revelar as contradições da realidade no bojo das lutas entre classes sociais antagônicas, no caso do campesinato, efetivou-se em uma análise cristalizada, em vez de processual e histórica. De forma mais precisa, percebemos que a compreensão ortodoxa desse debate fez predominar uma leitura depreciativa sobre a condição de classe do campesinato e seu lugar, ou melhor, não ter lugar na sociedade sob a hegemonia do MPC, ou seja, uma leitura que afirma que o campesinato é uma classe em si, sem consciência de classe, em detrimento de ser uma classe com consciência para si, unificada na luta contra as contradições dessa sociedade, portanto, incapaz de contribuir na transformação social rumo ao socialismo. O historiador marxista Thompson (2001, p. 279) mostra-nos um caminho mais fértil que seguiremos no presente livro:

Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. [...] Mas dizer que uma classe em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.

⁸ “No âmbito da agricultura capitalista, o grande e o pequeno estabelecimento se condicionam reciprocamente” (KAUTSKY, 1986, p. 267), nessa esteira, antecipa o debate sobre o processo de recriação do campesinato: “o grande estabelecimento pode expulsar quantos camponeses quiser que uma parte destes voltará sempre a ressuscitar como pequenos rendeiros” (Ibidem, p. 145).

Martins (1989, p. 106) é ainda mais esclarecedor ao ressaltar o tratamento diferenciado que os pesquisadores, geralmente, dão a tratar do camponês e do operário: “no caso deste, o desencontro entre sua consciência e sua situação expressa alienação. No caso daquele, o mesmo desencontro expressa atraso, arcaísmo, ignorância. Por que nesse caso não se fala igualmente de alienação?” A resposta é: “porque geralmente se pressupõe que o camponês tradicional vive fora do mundo capitalista” (MARTINS, 1989, p. 107).

Nessa esteira, em vez de análises que concentrassem as atenções e os esforços em desvendar as contradições e o movimento dialético, contribuições fundantes do pensamento de Marx, na dinâmica da estruturação, complexificação e divisão da classe dos proprietários de terras – latifundiários e camponeses(as) –, que na América Latina, por exemplo no Brasil, foi se estruturando, predominou, em amplos setores da sociedade e dos estudos, uma interpretação fundada na visão bipolar entre a burguesia e o proletariado, em que este seria a classe responsável pela transformação social.

Trata-se, portanto, em nossa ótica, de análises ancoradas em uma visão reducionista e que naturaliza o devir histórico, ou seja, de um olhar exclusivo para um tipo de homogeneização das relações sociais entre, em um polo, o capital e a classe burguesa; em outro, o trabalho e a classe proletária, onde a história social estaria, podemos dizer, aprisionada. Por esse caminho, a morte/desaparecimento de sujeitos sociais – entre eles o campesinato – foi/é propalada/o como um processo inevitável e, acima de tudo, de forma mais dramática, necessário para a chegada ao socialismo. Essa representação, historicamente, vestiu uma roupagem de progresso civilizatório sob a ideologia das forças do capital na sociedade moderna⁹.

Todavia, nem todos assumiram essa visão ortodoxa acerca dos escritos de K. Marx. Alguns autores(as) passaram a se utilizar do materialismo histórico e dialético em outra perspectiva para com o campesinato, pois, na realidade das diferentes sociedades, a classe camponesa

⁹ Sobre essa forma como foi tratado o campesinato, a crítica de Bartra (2011) é fundamental.

continuava e continua existindo. Nesse sentido, o materialismo histórico e dialético possibilitou e exigiu uma análise histórica, onde sempre se entrelaçassem a totalidade e as contradições da realidade das sociedades sob o MPC (KOSIK, 1976). Análise esta, tendo por base que a hipótese fundamental da dialética é de que na sociedade humana não existe nada eternamente, nada é fixo ou absoluto, tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, ou seja, os processos sociais sempre estão sujeitos ao fluxo da história (LOWY, 1995).

Nesses termos, o debate da expropriação camponesa, um tema importante para nossa análise, visto aqui como algo estrutural e permanente no desenvolvimento do capitalismo até hoje¹⁰, recebeu uma contribuição relevante de Rosa Luxemburgo (1988ab). Essa pensadora, que com muito rigor seguiu as formulações teóricas de Karl Marx e analisou-as criticamente, contribuiu, sobremaneira, para a leitura da presença do campesinato no MPC. No tocante ao pensamento desse autor, sobre a reprodução ampliada do capital, Luxemburgo, sem romper com Marx, apontou caminhos que contribuem para demonstrar como o capitalismo alimenta-se dialeticamente dos processos de criação e destruição das “formas econômicas não capitalistas”, a exemplo da produção camponesa. O processo de produção de valor e reprodução ampliada do capital, segundo ela, não é uma simples relação interna entre processos especificamente capitalistas, mas envolvem também a relação entre capital e relações não capitalistas de produção.

Fora do pensamento marxista, tivemos outras contribuições importantes e fundamentais para a leitura do campesinato, entre elas, a obra do populista russo Alexander V. Chayanov (2014ab, 1985). Ao estudar o campesinato russo, esse autor contribuiu para desvendar a racionalidade que organiza o comportamento e a dinâmica da unidade camponesa, demonstrando, ao nosso ver, elementos estruturais para decifrarmos a resistência e a permanência do campesinato ainda hoje. A valorização da produção camponesa fica evidente nessa passagem: “nós a considerávamos, e continuamos a considerá-la, como o tipo mais per-

10 Cf.: Harvey (2013b); F. Oliveira (2013).

feito de atividade econômica. Nela, o homem não se opõe à natureza; [...] o trabalho se faz no contato criativo com todas as forças do cosmo e cria formas de existência” (CHAYANOV, 2014a, p. 67). Nessa esteira, conclui: “cada trabalhador é um criador, cada manifestação de sua individualidade é a arte do trabalho” (Idem). Outra grande contribuição desse autor foi a crítica aos que procuravam decifrar a economia da unidade de produção familiar camponesa utilizando-se apenas das mesmas categorias econômicas capitalistas e/ou oriundas do Estado. O pensamento Chayanoviano reconhece a mundialização e a dominação das trocas comandadas pelo capital financeiro e comercial, mas contrapõe-se frontalmente à tese de que isso explica todos os fenômenos da vida econômica na sociedade sob o MPC, pois, conforme suas palavras: “[...] um setor muito vasto da vida econômica [...] baseia-se não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados” (CHAYANOV, 2014b, p. 100).

Assim, o edifício teórico produzido por Marx, com as contribuições de Luxemburgo (1998ab) e a produção de Chayanov (2014ab, 1985), foi terreno fértil para os autores que, a partir do materialismo histórico e dialético, buscaram desvendar a existência do campesinato pelo caminho teórico-metodológico da corrente do desenvolvimento contraditório, desigual e combinado do capital e das lutas de classes. Nessa corrente, seguimos as sendas abertas, entre outros, por Wolf (1970), Shanin (2017, 2008, 2005, 1983) e Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1978) e, no caso específico da análise do capitalismo rentista da sociedade brasileira, os estudos de Martins (1999, 1991, 1989, 1986, 1984, 1981ab); Moura (1988) e Oliveira (2016, 2015, 2014, 2013, 2012, 2010, 2009, 2008, 2007, 2004ab, 2003, 2001ab, 1999ab, 1981).

Em linhas gerais, essa opção teórico-metodológica possibilitou há muito tempo que se enxergasse a (re)criação camponesa, portanto que se rompesse com a invisibilização e o desprezo para com esta classe, mas também sem deixar escaparem as contradições que envolvem a criação e recriação dessa classe social perante o capital, ponto basilar para o debate sobre o campesinato assentado neste livro. Amin e Vergopoulos

(1978, p. 196) destacam que esse processo de (re)criação tem se dado por dentro e subordinado dialeticamente ao movimento e aos mecanismos de produção e reprodução ampliada do capital: “ora, se o camponês contrasta com a racionalidade capitalista, não se deve perder de vista que a sua “perversão” subsiste e se reproduz através de um processo de integração desta “perversão” naquela “racionalidade”; e concluem: “nesse sentido, pode-se dizer que o grande perverso, escapando a todas as construções teóricas racionais, tanto “burguesas” como “marxistas”, é o capitalismo” (Idem).

Em nossa lente, para debater a persistência dessa classe camponesa, mais ainda da recriação da fração dela nos assentamentos rurais, como demonstraremos neste estudo, é relevante ressaltar que essa via se dá de forma subordinada ao capital. Isso é válido no caso do campesinato brasileiro, que, ao contrário do europeu, historicamente foi um desenraizado, um migrante, um itinerante (MARTINS, 1981a), ou seja, um Sem Terra em luta permanente para, em primeiro lugar, entrar e, posteriormente, permanecer na terra. Nessa esteira, conforme esse autor, o capital, no seu processo de expansão, “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 1981b, p. 19). Noutras palavras, aqui o desenvolvimento contraditório do capital tanto expropria, como abre possibilidades para os/as camponeses/as retornarem à terra, como também lutarem para entrar e permanecer nela. Mesmo expulso, o campesinato resiste e, em vez do caminho da proletarização, continua a sua marcha em busca da terra (OLIVEIRA, 2001b).

Por conseguinte, a realidade no campo do país das últimas décadas tem apontado que o campesinato, mobilizado em movimentos e organizações sociais, continua sendo uma classe social importante e que tem forjado os fatos mais relevantes na arena das lutas sociais na sociedade brasileira. Assim, a história da questão agrária no Brasil tem corroborado a visão que enxerga o desenvolvimento do capital a partir de suas contradições e de forma desigual, mas combinada no bojo das

lutas antagônicas de classes. Como registra Oliveira (2001b) em epígrafe, a resistência camponesa à expropriação é um processo de dentro do modo capitalista de produção, não sendo algo particular e isolado nessa sociedade.

Os estudos mais recentes de Fernandes (2010, 2004, 1999), Paulino e Almeida (2010), Paulino (2012), Almeida (2006), entre outros que utilizaremos ao longo desse trabalho, seguindo a mesma linha da corrente de pensamento supracitada, ajudaram-nos na leitura de que o próprio campesinato também é protagonista da sua (re)criação, nesse caso a partir das resistências e das lutas diversas que trava contra a burguesia agrária rentista brasileira, envolvendo a conquista dos assentamentos rurais. Desse modo, assumiremos a ideia de que não há um determinismo do capital nesse processo contraditório da recriação camponesa nos assentamentos rurais, mesmo compreendendo que a territorialização do campesinato Sem Terra, na nova condição de assentado, ocorre de forma subordinada, portanto apresentando os limites impostos pelo capital, especialmente, na atuação do Estado. Assim, a classe camponesa é marcada por relações contraditórias e de violência levadas a cabo pelo capital e pelo Estado (MARTINS, 1981a).

Afirmamos isso, pois um ponto fundamental é “[...] que a vida e [a] existência camponesa [são], sob um grau considerável, definidas por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc.” (SHANIN, 2008. p. 25). O outro ponto reside em que a “[...] resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução” (Idem). A resposta camponesa está diretamente relacionada ao seu modo de vida, aliás um modo de vida que serve para que a sociedade de forma geral aprenda a conviver com as crises, no sentido de resistir e lutar contra elas garantindo a existência social, assegura Shanin (2008).

E o que é de maior interesse para o nosso estudo sobre o campesinato assentado, destacado por esse autor, é que o campesinato possui um modo de vida que não é pautado pela lógica do capital, do mais-valor,

nem pelos anseios da acumulação. Poderíamos afirmar que esse modo de vida do campesinato é fruto do que evidenciou Wolf (1970, p. 27), em meio ao “dilema camponês”, representado na luta pelo equilíbrio entre os que externamente o subordinam e a necessidade de manter um equilíbrio familiar de sobrevivência em todas as dimensões da vida material e subjetiva: “[...] o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar” (Ibidem, p. 28). Esse autor entra em clara sintonia com Chayanov (1985), quando defende que “a unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, tem [também] “bocas para alimentar” (WOLF, 1970, p. 28).

Expostos o método e o caminho teórico que trilharemos, enfatizamos que escolhemos as categorias – campesinato, renda da terra, classes sociais, território e Estado –, os conceitos – assentamento rural, contrarreforma agrária e frações territoriais de resistência camponesa – e os processos – formação territorial, acumulação primitiva, recriação camponesa, luta pela terra e pelo território, mobilização social e resistência camponesa – como o edifício conceitual-metodológico deste estudo.

Já expomos o nosso entendimento acerca do campesinato, do processo de (re)criação camponesa enquanto classe social no Brasil e das principais classes na sociedade sob o MPC. Prosseguimos assim, partindo do pressuposto que qualquer análise acerca do campesinato, não sendo diferente do assentado e dos assentamentos rurais, tem por corolário o debate acerca dos diferentes regimes de propriedades privadas no Brasil, entrelaçado à reflexão sobre o caráter rentista do capitalismo no país e da inexistência histórica de um efetivo processo de reforma agrária. Nesse bojo, a diferenciação registrada por Marx (2013), ou melhor, a contradição destacada por ele, no que denominou de propriedade privada camponesa, fundada no trabalho pessoal, que, após o processo de expropriação, foi suplantada pela propriedade privada capitalista, essa concretizada pela exploração do trabalho de outrem, é explicativa da conflitualidade no campo no Brasil.

Martins (1991) se utiliza desse debate para diferenciar os conceitos de terra de trabalho e terra de negócio, enaltecendo a oposição entre diferentes regimes de propriedade existentes no campo brasileiro, debate atualizado por Delgado (2017), quando analisa o que denomina de economia do agronegócio, através dos conceitos de terra mercantil e terra de trabalho. Dessa forma, atentaremos para essa diferenciação entre os regimes de propriedades privadas existentes no campo brasileiro, que, em nossa ótica, estão na essência dos profundos conflitos territoriais, que nascem a cada ocupação e acampamento de um latifúndio pelo campesinato Sem Terra, exigindo que a reforma agrária saia da letra das leis para a realidade do espaço agrário.

Essa diferenciação é atravessada pelo caráter rentista assumido pelo capital no campo brasileiro. O debate da renda da terra – absoluta, diferencial e pré-capitalista – tem em Marx¹¹ (2017), Martins (1999, 1981ab) e Oliveira (2007, 2001b) as principais referências. Trata-se de um debate bastante explicativo nas análises sobre a trajetória do campesinato Sem Terra alagoano anterior à sua recriação na condição de campesinato assentado, já que aquele existia socialmente subjugado aos mecanismos de subordinação da renda da terra aos fazendeiros, recriando-se como assentado sem romper com esse mecanismo, apenas a expropriação da renda da terra camponesa se modifica na forma, garantida agora com as indenizações pagas pelo Estado aos latifundiários na aquisição dos imóveis rurais para a construção dos assentamentos rurais.

No tocante à não realização da reforma agrária, destacaremos essa como uma especificidade da formação territorial capitalista brasileira, onde Martins (1999, 1981ab) enaltece que a dissociação entre capital e terra não ocorreu na história brasileira, ocorrendo, sim, uma unificação no mesmo sujeito social, do latifundiário e do capitalista, numa aliança do atraso sob o aval do Estado. Nesse contexto, a reforma agrária, uma ação clássica para eliminar qualquer empecilho imposto pela proprieda-

11 Importante enfatizar um parêntese feito pelo próprio Marx (2017a, p. 676), nessa discussão, sobre o monopólio de partes do solo e, consequentemente, da cobrança da renda da terra por seus proprietários, ao antecipar que não apenas a terra, mas a água, entre outros, devem ser motivo de análise conjunta: “Para não omitir nada, devemos notar que, quando nos referimos ao solo, incluímos também a água etc., na medida em que ele tenha um proprietário e se apresente como acessório do solo”.

de privada da terra à reprodução do capital na agricultura, não foi necessária na história do capitalismo rentista que por aqui se desenvolveu. Em suas palavras: “comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se interessado na sujeição da renda da terra [...]” (MARTINS, 1981b, p. 177).

Assim, aprofunda-se, no campo brasileiro ao longo da história recente dessa formação territorial, o que denominamos de processos de contrarreforma agrária. Seguimos os estudos de García (1970; 1973; 1985) para nossa reflexão, ao diferenciar os conceitos de: reformas agrárias estruturais ou revoluções agrárias, reformas agrárias de tipo convencional sem alterar o estado de coisas vigentes e, por fim, as reformas agrárias marginais ou contrarreformas agrárias. Segundo ele, as reformas agrárias marginais se materializam em contrarreformas agrárias devido, entre outras questões, a não romperem com o monopólio sobre a terra, a desviarem a pressão camponesa e, conseqüentemente, a conservarem o *status* quo da estrutura latifundista, caracterização fiel dos processos contrarreformistas ocorridos no campo brasileiro desde os tempos de ditadura militar.

Corriqueiramente, nos diversos estudos sobre o campesinato assentado, encontramos expressões como: “assentamentos de reforma agrária” ou mesmo “a reforma agrária no Brasil”. Ao contrário dessa leitura, caminharemos no entendimento, como faz Coutinho (2010), de que é mais correto nas análises sobre o período neoliberal, marcado pela servidão financeira, utilizarmos o conceito de contrarreforma, pois o neoliberalismo busca utilizar a seu favor a conotação progressista ligada à palavra reforma, ou seja, os neoliberais realizam, em grande medida de forma bem-sucedida, uma mistificação ideológica ao implementarem contrarreformas, mas com o discurso de que estão efetivando reformas, ressalta o referido autor.

Nesses termos, defendemos que a narrativa de que está em curso uma reforma agrária ou de que esta já foi realizada no Brasil, utilizada até mesmo por setores de esquerda defensores do campesinato assentado, não tem amparo na realidade. Como já afirmamos, os as-

sentamentos rurais existem, o campesinato assentado também, mas não há, nunca houve, efetivamente, a implementação de uma política de reforma agrária no país, apesar da sua presença constante no debate político e da larga produção de leis e planos para a sua execução, desde, pelo menos, a Constituição Federal de 1946 (COSME, 2017, 2016ab, 2015). Nosso apoio para essa conclusão está nas leituras dos autores, entre outros, que, através de seus estudos, apontaram as diversas “faces da contrarreforma agrária” brasileira, pegando aqui emprestada a expressão de Ianni (1979), que, juntamente com Silva (1971), inaugurou esse olhar, ganhando respaldo nos estudos mais recentes de: Thomaz Jr. (2003), Ramos Filho (2008), Oliveira (2010), Porto-Gonçalves e Alentejano (2011), Carvalho (2014), Porto-Gonçalves et al., (2018) e Cosme (2017, 2015).

É nesse processo contraditório que se recria o campesinato assentado nos assentamentos rurais. Para o entendimento desses, duas reflexões importantes não foram ainda respondidas totalmente. Uma foi realizada por Oliveira (2008, p. 17) nos seguintes termos: “os capitalistas sempre desejaram todos os metros quadrados do território para si. É assim que a luta de classe revela sua dimensão territorial”; continua o autor: “a rebeldia histórica do campesinato abriu possibilidade para que sua luta por uma fração do território capitalista (a luta pela terra) levasse-os a lutar por um outro território, diferente do capitalista” (Idem). Já Porto-Gonçalves et al. (2015, p. 90) traz a reflexão acerca dos assentamentos como lugares de conflitos intensos, afirmando que “o assentamento abriga dentro de si uma tensão entre terra e território, haja vista serem, na sua grande maioria, um somatório de propriedades privadas e não um território controlado pelos assentados”.

Assim, levando-se em conta as reflexões abertas por esses dois autores, percebemos, em concordância com Neves (1997) e Fabrini e Roos (2014), o assentamento rural como uma conquista de fragmentos do território capitalista nacional, que possibilita a (re)criação e, portanto, a existência dessa fração do campesinato assentado, mas que não se constitui efetivamente ainda como um território camponês, visto a territoria-

lização da luta levada a cabo pelo campesinato Sem Terra e a conquista de frações territoriais representarem processos de resistência, no entanto subordinados ao capital rentista, em especial, às ações do Estado que assume o protagonismo da criação dos assentamentos (ALENTEJANO, 2007; MITIDIERO JR., 2011; GONÇALVES, 2014).

Todos esses processos ocorrem em meio a uma profunda conflitualidade que envolve a questão agrária no campo brasileiro (FERNANDES, 2004). Aqui apoiamo-nos em uma outra contribuição fornecida pela construção teórica de Marx (2013), quando abordou o processo denominado de acumulação primitiva. Seguiremos a vertente teórica que afirma que esse processo é permanente no desenvolvimento histórico do capitalismo, nos termos da acumulação por espoliação defendidos por Harvey (2018, 2013b), demonstrando, no caso da luta do campesinato Sem Terra/assentado no estado de Alagoas, as formas de violência e barbárie (assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte) levadas a cabo pelos grandes proprietários capitalistas da terra, sequiosos pela renda da terra. Violência e barbárie que se intensificam nos últimos anos no Brasil.

Entrementes, a acumulação primitiva vem ocorrendo historicamente, mas encontrando pela frente a resistência camponesa. Há séculos ocorre essa resistência, sendo que, atualmente, a conquista de frações territoriais em meio ao recrudescimento dos conflitos territoriais, devido ao hasteamento da bandeira da reforma agrária, demonstra que se trata de uma luta territorial. Dessa forma, debater o território é condição fundamental. Na verdade, utilizamos aqui a leitura de Moraes (2011, p. 21), segundo a qual o território deve ser visto como um processo, portanto assumimos a categoria de formação territorial como central: “[...] todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo”.

Portanto, compreendemos que o território “[...] não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (OLIVEIRA, 1999a, p. 74). Assim, não

podemos, em nossas análises, olvidarmos que “[...] o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza” (MORAES, 2011, p. 18). Assim, ao trabalharmos com o conceito de formação territorial, ao invés de formação social, não estamos prescindindo da condição *sine qua non* de que são as relações sociais que dão concretude ao território. Nessa esteira, concordamos com os autores, mesmo com perspectivas teórico-políticas muitas vezes divergentes entre si e com a assumida por nós nessa obra, mas que convergem em afirmar que as relações de poder são determinantes em qualquer leitura acerca do território (SOUZA, 2012, 2009; RAFFESTIN, 2011; ANDRADE, 2004). Tomamos, como fio inicial para essa discussão, os escritos de Raffestin (2011), de que os sujeitos, os grupos e as classes sociais, a partir de suas territorialidades, passam a construir, a “reinventar” múltiplas frações territoriais que compõe a totalidade do território brasileiro.

São territórios construídos em/a partir de espaços e por meio do trabalho inserido nas formas de relações de poder. Nesse sentido, ainda amparado nesse autor, defendemos que essas frações territoriais passaram e passam a ser disputadas conflituosamente, haja vista serem espaços marcados por territorialidades antagônicas, assim, podem ser uma prisão construída socialmente – o latifúndio é um exemplo –, ou podem ser territórios de resistência e rebeldia na busca da emancipação das classes exploradas –, os assentamentos e acampamentos, entre outros, são vistos por essa ótica nesse estudo. Buscamos romper com a visão que enxerga apenas o território nacional como escala de análise possível e o Estado como único protagonista do devir histórico das relações sociais construtoras do território. Por isso, tratamos das frações territoriais, no caso específico deste estudo, os assentamentos rurais, como conquistas forjadas a partir de amplas mobilizações sociais, ou seja, de processos de luta pela reforma agrária e de resistência camponesa – acampamentos, ocupações, marchas, entre outras -, que são produtos da mudança no comportamento social do campesinato Sem Terra, conforme defende Gohn (2014).

Mas temos a clareza de que, na sociedade capitalista, o “[...] território é sim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência” (OLIVEIRA, 1999a, p. 74). Nessa arena da luta de classes, o Estado tem cumprido um papel estrutural de regulação, como atesta esse autor. Portanto, o Estado é um ator sintagmático preponderante na regulação das disputas, mesmo que não de forma exclusivista e absoluta na territorialização do espaço, haja vista, nesse processo, mais do que nunca, haver uma multiplicidade de atores – preferimos denominá-los de sujeitos/grupos/classes sociais – e uma multidimensionalidade do vivido territorial por cada coletividade mergulhados na sociedade em geral (RAFFESTIN, 2011).

Na verdade, as relações sociais de poder que constituíram o território brasileiro ao longo de sua formação, apesar da multiplicidade de sujeitos e multidimensionalidade de territorialidades, historicamente têm sido resultado de uma construção onde as transformações estruturais processadas na sociedade não se deram, e ainda não se dão, de baixo para cima, como forma de possibilitar e permitir o protagonismo das classes/grupos sociais oprimidos e explorados, do campo e da cidade. Ao contrário, essas mudanças se efetivaram, e ainda se efetivam, pelo alto e por meio da tutela do povo, como bem apontou Moraes (2011). Bem antes, Ianni (2004, p. 255) já havia registrado que há o predomínio de uma visão do Estado forte, por conseguinte, tutelador, que pensa “[...] o povo, cidadão, camponês, operário, índio, negro, desde cima, a partir dos interesses prevaletentes no bloco de poder que se forma ou reforma”.

A reflexão sobre o Estado moderno está pautada na leitura dessa forma estatal como umbilicalmente ligada à valorização do capital, nos termos de Mascaró (2013). Assim, é preciso não tergiversar sobre o *modus operandi* dessa ligação. Harvey (2013b, p. 124), nesse sentido, é direto: “o capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas”. Dentre as práticas que materializam os processos de acumulação por espoliação, com o protagonismo do Estado, segundo esse autor, estão: desde a mercantilização e a privatização da

terra até a expulsão violenta de populações camponesas e a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio. Portanto, a imbricação entre a forma Estado e o surgimento da constitucionalidade burguesa, nos termos desse autor, é crucial na longa geografia histórica do capitalismo. Sendo assim, central para o debate da questão agrária, do campesinato e dos assentamentos rurais na formação territorial capitalista brasileira.

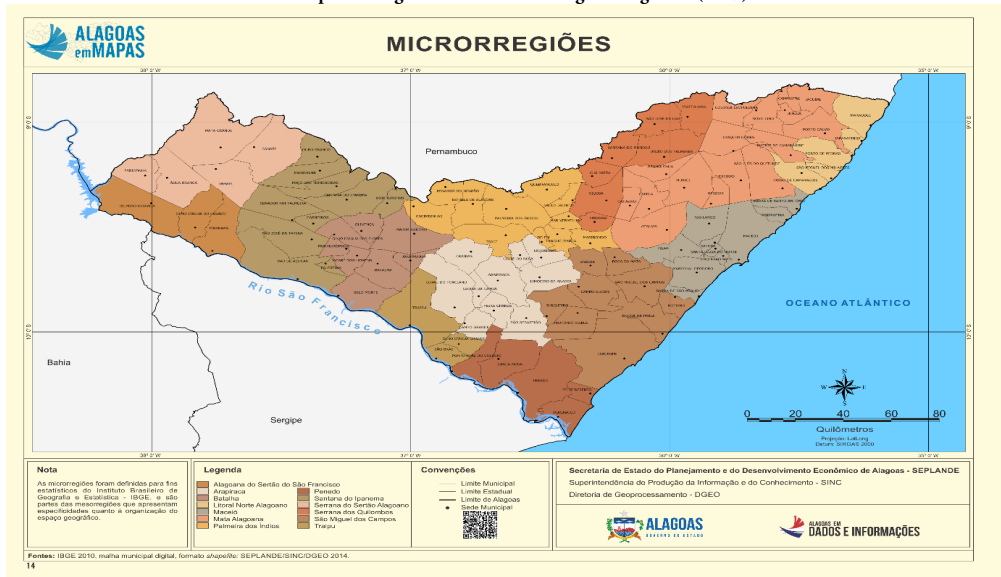
Uma visão total do território alagoano se faz necessária para a compressão dos caminhos empíricos que seguimos na construção deste trabalho. Nesse sentido, trazemos nos mapas 1 e 2 o estado de Alagoas, configurado em 102 municípios, três mesorregiões e treze microrregiões, a saber: o Sertão alagoano, a oeste no estado, com seus 26 municípios em quatro microrregiões: Alagoana do Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema, Batalha e Serrana do Sertão alagoano; o Agreste alagoano, transição do Sertão para o Leste (litoral), com 24 municípios em três microrregiões: Arapiraca, Palmeira dos Índios, e Traipu; e o Leste alagoano, com 52 municípios em seis microrregiões: Litoral Norte alagoano, Maceió, Mata Alagoana, Penedo, São Miguel dos Campos e a Serrana dos Quilombos.

Mapa 1 – Alagoas – As três mesorregiões alagoanas (2017)



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (2018). Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc54ff8a6f/resource/fa41069e-e0ef-430f-b161-3bf12072fb2e/download/messoo.png>. Acesso em: 21 mai. 2018.

Mapa 2 – Alagoas – As treze microrregiões alagoanas (2017)



Fonte: Idem.

Para a escolha dos assentamentos rurais, objetos de estudo desse trabalho, conjugamos os seguintes critérios: a importância histórica para a luta pela reforma agrária em Alagoas – foi no Sertão alagoano, como veremos, que se iniciou a luta pela terra, via o hasteamento da bandeira da reforma agrária, portanto, um motivo histórico de grande relevância para a escolha desse recorte espacial de pesquisa – ; a forma de aquisição do imóvel rural, desapropriação ou compra e venda, que contemplasse o recorte temporal da pesquisa – 1987 a 2017 – , bem como fosse representativo dos diversos períodos de cada governo que assumiu a República; a conflitualidade entre os camponeses sem terra e os grandes proprietários rurais e/ou forças do Estado; assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), movimentos e organização social do campo que atuam no Sertão alagoano e, por fim, o tamanho da área e o número de famílias assentadas atualmente.

Nesse processo de escolha, dialogamos com as atuais lideranças, agentes pastorais, militantes e assentadas(os) que caminham na luta por reforma agrária em Alagoas, bem como saímos à procura de lideranças históricas dos movimentos sociais, da Igreja Católica e do sindicato de Inhapi, além de assentados e assentadas que, em meados da década de 1980, iniciaram essa luta no estado de Alagoas, no tocante à disputa pelas frações territoriais, no caso dos assentamentos rurais. As poucas mas importantes produções teóricas sobre os temas do campesinato e da reforma agrária em Alagoas foram significantes nesse desafio de escolha dos objetos de estudo¹².

O levantamento de dados junto à Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (SEPLAG); ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), do Instituto Na-

12 Cf.: o livro “Terra em Alagoas: temas e problemas”, uma coletânea de artigos organizada pelo Prof. Luiz Sávio Almeida, pelo Coordenador da CPT/Alagoas, José Carlos da Silva Lima, e pela Liderança do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST/Alagoas), Josival dos Santos Oliveira (ALMEIDA; LIMA; OLIVEIRA, 2013); o livro “Terra e Pastoral em Alagoas: conflito e liberdade”, organizado Prof. Sávio Almeida et. al. (2014); o livro “Agricultura familiar e reforma agrária em Alagoas: alguns elementos”, organizado pelo Prof. José Nascimento de França (2011) e a dissertação “Terra: poder e liberdade: a ocupação semterra na Flor do Bosque” de José Carlos da Silva Lima (2016).

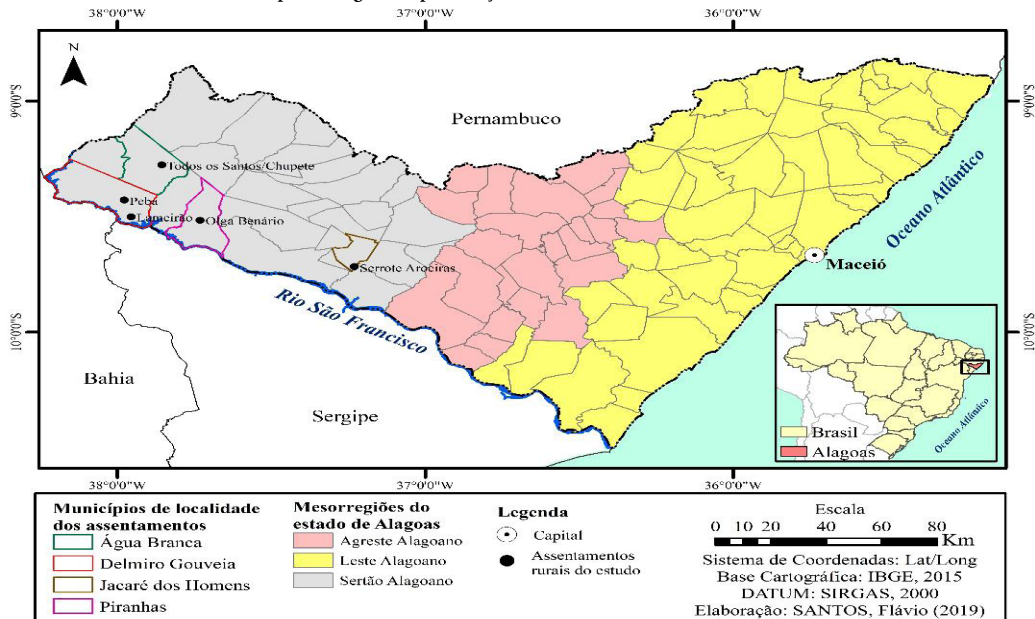
cional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); aos servidores do INCRA/Alagoas; ao INCRA/Brasília e através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC); ao Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL); nos Relatórios Conflitos no Campo Brasil, da Comissão Pastoral da Terra (CPT); no Relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); nos Relatórios “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; no Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, uma das empresas responsáveis pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias assentadas no estado de Alagoas, bem como o diálogo com alguns sujeitos que compõem esses órgãos, entidades e coletivos, foram de grande relevância para a decisão na escolha dos objetos empíricos e durante a pesquisa.

Estão espacializados pelo território alagoano 178 assentamentos rurais federais com 13.017 famílias assentadas, sendo que, na mesorregião do Sertão, estão 23,03% (41) dos assentamentos e 11,16% (1.453) do total de famílias (INCRA, 2017a). Assim, dentre esses números, escolhemos cinco assentamentos rurais (ver Mapa 3) dessa microrregião (12,20%), somando 211 famílias (14,5%), como objetos de estudo da investigação:

- **PA Peba**, criado em 1989, com uma área de 110 hectares (ha) e 8 famílias assentadas, e o **PA Lameirão**, criado em 1992, com uma área de 1.633,00 ha e 38 famílias assentadas; ambos localizados no município de Delmiro Gouveia, tendo sido os imóveis rurais obtidos por compra e venda, em 1989. Historicamente, foram gestados juntos e são os dois primeiros assentamentos, no estado de Alagoas, frutos da luta pela terra levada a cabo pelo MST. Atualmente, apesar do contato com o MST, as famílias seguem sem ligação orgânica com ele (ver Mapa 4);

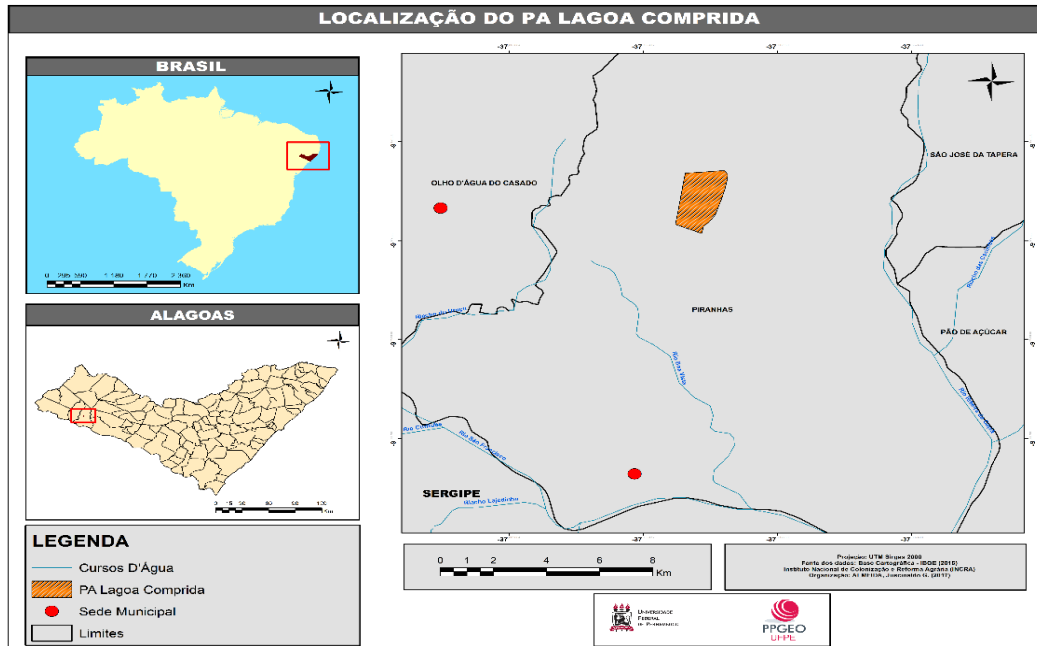
- **PA Olga Benário**, oficialmente no INCRA PA Lagoa Comprida, criado em 2008, com uma área de 475,50 ha e 20 famílias assentadas, localizado no município de Piranhas; a obtenção do imóvel foi via compra e venda, em 2008, e, historicamente, faz parte do MST. A escolha desse PA foi, principalmente, devida à ocorrência, na sua gestão, de profunda conflitualidade, com tentativas de assassinatos de camponeses Sem Terra acampados no imóvel (ver Mapa 5);
- **PA Serrote Aroeiras**, criado em 2001, com uma área de 336,90 ha e 39 famílias assentadas, localizado no município de Jacaré dos Homens; a obtenção do imóvel foi via desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, em 2000, e, atualmente, está ligado ao MLST (ver Mapa 6);
- **PA Todos os Santos/Chupete**, criado em 2007, com uma área de 1.707,98 ha e 106 famílias assentadas, localizado no município de Água Branca; a obtenção do imóvel foi via desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, em 2006, e, historicamente, faz parte da CPT (ver Mapa 7);

Mapa 3 – Alagoas - Espacialização dos assentamentos rurais do estado

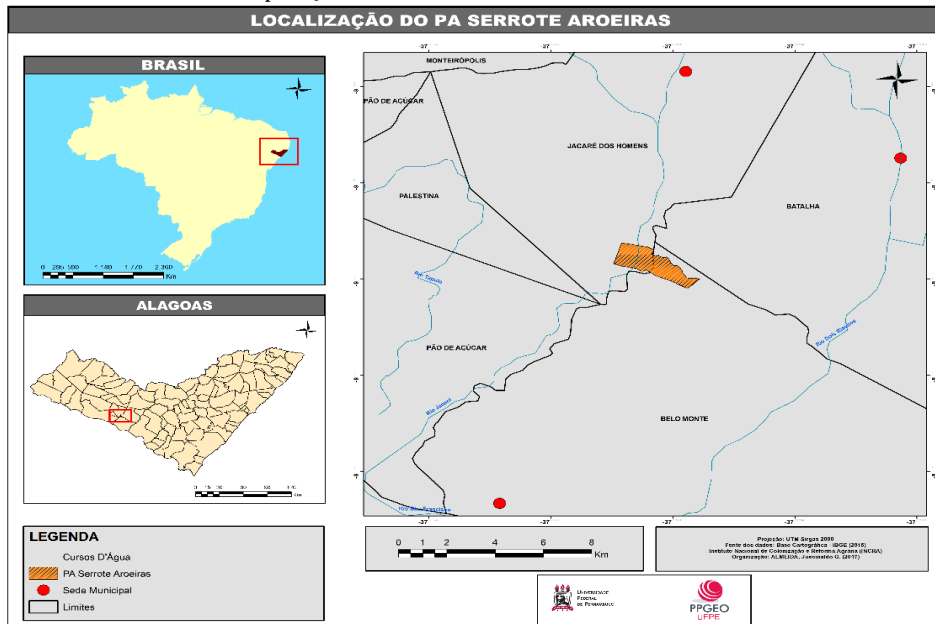


Mapa 5 – Piranhas – Assentamento Olga Benário

LOCALIZAÇÃO DO PA LAGOA COMPRIDA

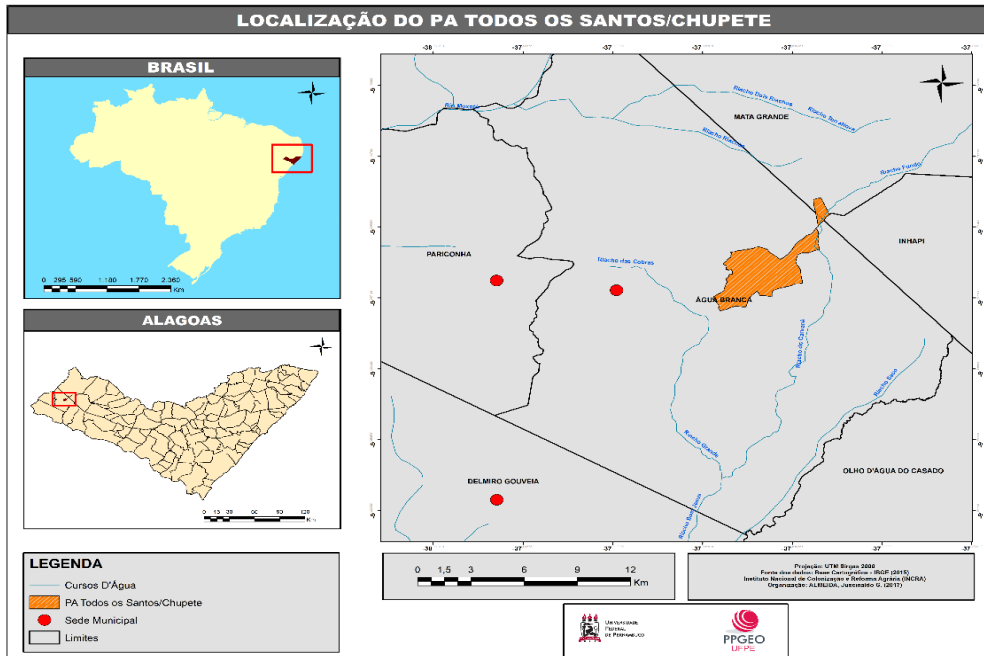


Mapa 6 – Jacaré dos Homens – Assentamento Serrote Aroeiras



Mapa 7 – Água Branca – Assentamento Todos os Santos/Chupete

LOCALIZAÇÃO DO PA TODOS OS SANTOS/CHUPETE



No tocante ao método de pesquisa, como já foi descrito, além do levantamento de dados, documentos e bibliográfico, fizemos uso da pesquisa participante e das seguintes técnicas: entrevistas semiestruturadas; construção coletiva, com as famílias assentadas, de mapas (cartografia social) dos assentamentos e dos principais marcos históricos ao longo da construção destes; aplicação de questionários; construção de mapas a partir da coleta de coordenadas geográficas com o auxílio do Sistema de Posicionamento Global (GPS); anotações em cadernos de campo; realização de conversas informais; e, por fim, a construção de um banco de registros fotográficos.

Entrevistamos, através de roteiros semiestruturados e nos utilizando do meio da gravação dos depoimentos via aparelho celular, em busca da reconstrução e registro historiográfico da luta camponesa pela reforma agrária em Alagoas, sessenta pessoas: catorze lideranças atuais e ex-lideranças dos movimentos e organizações sociais do campo; quarenta e quatro camponeses e camponesas assentadas dos cinco assentamentos e dois servidores públicos (INCRA/Alagoas). Registramos que, ao trabalhar ao longo do texto com os depoimentos coletados nas entrevistas, não mencionaremos os nomes dos(das) entrevistado(as), como forma de garantir os sigilos pessoais e dos dados coletados, única e exclusivamente, devido a reforma agrária envolver processos conflituosos, com violência, bem como tratar de relações de poder que permeiam a vida cotidiana dos/das depoentes. Utilizaremos nomes genéricos como lideranças, assentado/a, entre outros; assim como, respeitaremos a linguagem dos entrevistados, transcrevendo fielmente as narrativas.

Os processos de conversas informais e anotações em caderno de campo foram instrumentos para a coleta de informações e dados em campo, que, muitas vezes, por variados motivos, não aparecem nas entrevistas gravadas, seja devido à luta pela reforma agrária se tratar de um tema que envolve violências diversas, conflitos e até tentativas de assassinatos; ao esquecimento no momento dos depoimentos, compreensível, haja vista serem fatos que, muitas vezes, ocorreram há décadas; ou mesmo devido, no caso das mulheres, ao machismo que ainda existe e que

as inibem de se expressarem, motivo em que as conversas informais são reveladoras do cotidiano nos assentamentos rurais.

Sobre a técnica da história oral, parafraseando Almeida (2006), não temos a intenção de querer falar pela boca do outro, pois os(as) camponeses(as) assentados(as) têm vozes, já falam politicamente há muito tempo. Temos sim, a intenção de fazer essas vozes chegarem a outros espaços, sem serem deturpadas, sem preconceitos e sem a ideologia alienante sobre o sujeito social Sem Terra e sua luta e resistência. Buscamos também registrar a história dos esquecidos, assim dar visibilidade aos processos e às lutas populares, pois a história brasileira, em grande medida, foi escrita a partir da visão das elites tradicionais. Mas, primordialmente, nesse momento, pretendemos, com a história oral, compreender, o mais próximo e fiel possível, o processo contraditório de recriação camponesa nos assentamentos rurais.

Iniciados os trabalhos de campo, percebemos a necessidade de utilizar outro recurso metodológico: o questionário. Optamos pela aplicação de um questionário não longo, sobre questões que não ficaram tão claras nas entrevistas, como produção agrícola, rebanhos existentes, créditos para instalação recebidos do INCRA ou do PRONAF, entre outras. Não tivemos a pretensão de realizar cálculos ou planilhas de dados para mensurar estatisticamente qualquer variável, apenas complementar as entrevistas no levantamento das referidas questões. Para tal, solicitamos a contribuição de lideranças das comunidades, que o aplicaram em cada família. Ainda como recurso metodológico de campo, realizamos oficinas coletivas para a construção de mapas e para um resgate histórico do que denominamos de os principais processos e fatos que marcaram a construção de cada assentamento. Assim, agendamos com a liderança do assentamento um encontro coletivo com as famílias, levamos papel madeira, pincéis, lápis de cor e régua e solicitamos às famílias inicialmente lembrarem-se dos processos e/ou fatos que marcaram suas vidas, desde ocupação, violência, construção das moradias, chegada da energia elétrica, entre outros. Em seguida, ocorreu a oficina de construção dos mapas, onde jovens, mulheres e homens se debruçaram sobre o papel

madeira e rabiscaram o território do assentamento: a agrovila, as aguadas, a infraestrutura, as estradas, os limites dessa fração do território alagoano. Momento muito importante para levantarmos informações sobre a comunidade, integrar as famílias a pesquisa e construir coletivamente o conhecimento. Salientamos que, por motivos de agenda e dificuldades de mobilização, essas oficinas ocorreram em apenas três dos cinco assentamentos da pesquisa.

O plano de exposição está estruturado em quatro capítulos, bem como a introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo, mergulharemos na história política do Brasil com relação ao tratamento e ao debate da reforma agrária. Demonstraremos, a partir da ditadura militar, com o Estatuto da Terra, passando pela efervescente década de 1980, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a Constituinte, como as forças da contrarreforma agrária impediram qualquer alteração da estrutura fundiária. Mostraremos como, durante cada governo que esteve à frente da República: de José Sarney de Araújo Costa a Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva a Dilma Vanda Rousseff e, por último, o período do golpe encabeçado pelo Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, a continuidade desse processo contrarreformista e o apoio, irrestrito, do Estado ao modelo agrário/agrícola do agronegócio.

Faremos, no segundo capítulo, uma (re)construção historiográfica do capitalismo rentista brasileiro, voltando o olhar para o território alagoano. A intenção é a de pôr em relevo um dos processos específicos dessa formação territorial brasileira, que é a unificação do capital e da terra, em uma aliança do atraso sob o aval do Estado (MARTINS, 1999), representada pelo mesmo sujeito social, o qual denominamos de os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas. Explicitaremos a burguesia latifundiária, filhos e netos de grandes proprietários de amplas partes do território alagoano, ou seja, patriarcas, homens que comandam os atuais grupos oligárquicos nesse estado. Dito de outro modo, demonstraremos a persistência do patriarcado em Alagoas, um sistema bem antigo, com raízes escravocratas, como bem registra Diégues Júnior

(2006). Romperemos a invisibilidade do campesinato, por um tipo de historiografia comprometida com uma visão social de mundo em sintonia com o modelo moderno-colonial do agronegócio. Por fim, apontaremos as heranças históricas que permanecem no espaço agrário do território alagoano do século XXI, fortemente marcado pela dinâmica e reprodução do latifúndio e pelo minifúndio, materializando a maior concentração fundiária do país.

No terceiro capítulo, através de uma análise histográfica com viés territorial, analisaremos o processo de gestação e espacialização da luta pela reforma agrária em Alagoas, demonstrando: o papel desempenhado por setores da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, fundamental para a organização e a formação política do campesinato e para a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/AL); as conquistas dos primeiros assentamentos nesse estado e a gênese da ação territorial dos movimentos e das organizações sociais do campo a partir das ocupações de terra, especificamente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), atuantes no Sertão alagoano – *locus* privilegiado de nossa investigação; bem como, a barbárie no campo alagoano contra o campesinato, levada a cabo pelos grandes proprietários de terras, e mapearemos a espacialização dos conflitos territoriais e das conquistas do campesinato, no caso, os assentamentos rurais enquanto conquistas e frações territoriais de resistência e da rebeldia da classe camponesa.

No quarto capítulo, faremos emergir, como mais intensidade e atualidade, a escala do cotidiano das frações territoriais de rebeldia e resistência camponesa, tomando como estudo cinco assentamentos rurais. Através deles, debateremos a origem e a trajetória de vida das famílias assentadas, a mobilização social e o tempo de ocupação e acampamento e a transição para a nova condição de campesinato assentado. As ações territoriais do MST, da CPT e do MLST, no caso da mobilização social para conquista e permanência no território serão debatidas também; iremos em busca das visões sociais de mundo presentes na sociedade

alagoana em torno do tema da reforma agrária. Por esse caminho, concluiremos, demonstrando a recriação do campesinato assentado, através das suas lutas e resistências, mas de forma subordinada aos mecanismos do capital, especialmente, por meio da ação do Estado. Não obstante, realçaremos que a construção do território e as frações territoriais de resistência são conquistas importantes para garantir a existência do campesinato e, acima de tudo, em condições bem melhores que antes.

Por fim, registramos que no mergulho na produção teórica sobre Alagoas, foram os escritos de Dirceu Lindoso, especialmente, aqueles que inicialmente mais nos chamaram atenção e conduziram nosso olhar posteriormente. Quando esse autor aborda a escrita historiográfica sobre os processos populares ocorridos no território alagoano, a partir dos registros históricos e geográficos acerca da insurreição cabana, faz uma crítica ao que denominou de uma “historiografia estamental”, um “cárcere textual”, um “gráfico-ideológico”, ou seja, um contar histórico pelo viés de uma ideologia a serviço da dominação tradicional escravista e fundiária (LINDOSO, 1983, p. 17-19). Assim, os escritos desse autor foram instigantes para a nossa contribuição com uma produção historiográfica não estamental sobre a questão agrária neste estado, que põe em relevo as lutas populares camponesas e desvende as armadilhas das oligarquias em Alagoas e, em especial, na mesorregião do Sertão alagoano, um espaço esquecido nesta historiografia (ALMEIDA, 2017; ALBUQUERQUE, 2016).

2 CONTRARREFORMA AGRÁRIA, LATIFÚNDIO-AGRONEGÓCIO-BARBÁRIE E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO BRASIL

Em síntese, buscaremos responder a seguinte pergunta nesse capítulo: como a reforma agrária foi tratada no Brasil a partir da segunda metade do século XX? Demonstraremos como as forças da contrarreforma agrária, nos diferentes períodos e governos nas últimas sete décadas, impediram qualquer alteração da estrutura fundiária do país, conseqüentemente, perpetuando o modelo colonial agrário e agrícola latifundista, atualmente denominado de agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa e da realização da política de reforma agrária, mesmo existindo um conjunto de leis para implementá-la elaborado pelo próprio Estado e governos.

2.1 A contrarreforma agrária na ditadura militar: perseguição e barbárie contra o campesinato no pós-golpe de 1964

No campo, a contrapartida do apoio dado pela burguesia rural ao Golpe de Estado de 1964 foi a contra-reforma agrária, apresentada e executada como colonização dirigida.

Octavio Ianni (1979, p. 137), em “Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia”.

O que foi feito no longo período de 21 anos de autoritarismo para resolver ou atenuar a questão agrária no Brasil? Reforçou-se o poder do latifúndio, fazendo com que, ao lado daquele tradicional, de grandes proprietários individuais – os coronéis – se desenvolvesse o latifúndio moderno, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Financiou-se, através dos famosos projetos agrícolas, agroindustriais e agropecuários, a implantação de latifúndios de milhares de hectares, com a usurpa-

ção de terras de posseiros e de índios. [...] O governo federal encarou o problema da terra muito mais como um problema de segurança nacional, de repressão política, do que em seu aspecto social.

Manuel Correia de Andrade (1987, p. 63), em “Abolição e Reforma agrária”.

À medida que a força dos trabalhadores [e trabalhadoras] do campo começou a crescer politicamente, como ocorreu entre 1955 e 1964, os que queriam o enfraquecimento político dos latifundiários perceberam que alguma coisa estava errada, pois não queriam pagar o preço do fortalecimento político dos trabalhadores rurais e menos ainda pagar o preço político de uma modificação ampla no regime de propriedade da terra, que era exigida pelos trabalhadores por meio da reforma agrária – a terra para quem nela trabalha.

José de Souza Martins (1984, p. 21), em “A militarização da questão agrária no Brasil” (Terra e poder: o problema da terra na crise política).

A compreensão da chegada tardia do debate e da luta pela reforma agrária no estado de Alagoas, passa pelo entendimento dos processos que ocorreram nacionalmente, principalmente nas três décadas anteriores aos anos de 1990, em especial durante o longo período de ditadura militar que se abateu sobre a sociedade brasileira. Melhor dizendo, só compreenderemos as razões pelas quais o debate da reforma agrária, que já vinha ocorrendo em âmbito nacional e em alguns estados de forma bastante acirrada entre classes e grupos sociais antagônicos, desde o início dos anos 1950, apenas chegue de forma intensa na sociedade alagoana na última década do século XX, se mergulharmos no contexto de como foram executadas as ações políticas no tocante ao processo contrarreformista efetivado pelos governos militares, destacado por Ianni (1979) na abertura deste item.

A indagação lançada por Andrade (1987) em epígrafe: “O que foi feito no longo período de 21 anos de autoritarismo para resolver ou atenuar a questão agrária no Brasil?”, é basilar para a análise desse período.

Foram 21 longos anos (1964-1985) de um regime ditatorial, denominados por alguns como “os anos de chumbo” (OLIVEIRA, 2007), marcados por repressão, perseguição e violência contra militantes das causas populares, povos indígenas, lideranças dos movimentos e das organizações sociais, que ousaram lutar por transformações estruturais no estado de coisas vigentes, em um país marcado pela histórica desigualdade e exploração do trabalho, sendo a mudança na estrutura fundiária do país uma das que alimentava essas lutas. A reforma agrária era uma das denominadas reformas de base que tremulava entre as bandeiras de grupos e classes sociais que reivindicavam transformações sociais naqueles anos pré e pós-golpe (MARTINS, 1984; BRUNO, 1997).

Aliás, o golpe militar foi arquitetado e posto em prática, exatamente devido ao período entre o pós-guerra e o ano de 1964 ter sido de grande efervescência social por mudanças entre as classes e grupos sociais historicamente explorados e violentados, em especial a partir das mobilizações nascidas no campo brasileiro, tendo o campesinato como protagonista principal. Como registrou, na passagem em epígrafe, Martins (1984), o dilema entre aqueles que queriam ver o enfraquecimento do poder dos latifundiários tradicionais - no Nordeste os coronéis e suas oligarquias - e o receio do acúmulo de forças dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo, em prol de uma modificação do regime de propriedade da terra via reforma agrária, acendeu o sinal de alerta nas classes e grupos hegemônicos no poder. Alerta esse que, segundo o próprio Martins (1984, p. 21), foi que “o golpe de 1964 [...] teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que, pela primeira vez em sua história, ingressavam maciçamente no cenário político”.

Dito de outro modo, a ação do campesinato organizado em torno das Ligas Camponesas, dos sindicatos rurais, do Partido Comunista do Brasil, além da entrada da Igreja Católica na disputa pela hegemonia dessas lutas, conseqüentemente conjugadas ao medo das classes e grupos dominantes do ideário comunista que rondava a América Latina, bem como a predisposição do governo João Goulart (1961-1964) em prol da realização da reforma agrária, foram combustíveis para a efetivação de

mais um pacto conservador pelo alto na sociedade brasileira, jogando o país na agonia de mais de duas décadas de ditadura.

Conforme Ianni (1979), tratou-se de um pacto selado entre a burguesia rural latifundista e os militares: aquela apoiaria irrestritamente o golpe e estes não realizariam a tão almejada reforma agrária ao assumirem o poder. Destarte, todo o acúmulo de forças conseguido pelos setores que lutavam pela realização da reforma agrária nos anos 1950 e meados de 1960, sofreu um duro golpe, sendo imposta a ferro e fogo a manutenção da realidade no campo. Pacto esse que via a necessidade primeira, após a derrubada do governo Goulart, de acalmar e sufocar os ânimos dos que levantavam a bandeira da reforma agrária, assim como de dar tranquilidade aos latifundiários presentes ou aos seus representantes no Congresso Nacional.

Em síntese, isso foi conseguido por dois caminhos: de um lado, com a elaboração e aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/64) pelo primeiro governo militar do Marechal Castelo Branco (1964-1967); de outro, pela repressão aos movimentos e organizações sociais. Para acalmar os ânimos, ironicamente podemos assim definir, mesmo em meio à barbárie – assassinatos, torturas e desaparecimentos de militantes - em que mergulhava a sociedade brasileira, foi em um governo ditatorial que se promulgou a primeira lei que, em meio às armadilhas e contradições do texto do Estatuto da Terra, delineava a implementação da reforma agrária no Brasil. Não obstante, algo estava por detrás desse processo e a história se encarregaria de revelar: a intenção verdadeira, de um lado, de acalmar os ânimos das mobilizações camponesas pela reforma agrária; de outro, implementar aquilo que logo foi caracterizado como a contrarreforma agrária brasileira nos governos militares (SILVA, 1971; IANNI, 1979).

De acordo com Bruno (1997), a luta pela reforma agrária nesse contexto efervescente dos anos pré-golpe, embora tendo sido pensada por dentro da lógica do avanço das forças do capital com a perspectiva de modernização do latifúndio, ou seja, assimilada como uma reforma agrária clássica de forma a contribuir no avanço do capitalismo pelo

território brasileiro através das empresas rurais, era uma luta que perturbava o *status quo* de um campo fundado, desde a colonização, na concentração fundiária em extensos latifúndios monocultores. É nesse contexto que Ianni (1979) põe em relevo duas estratégias da contrarreforma agrária dos militares, como forma de sufocar os ânimos e acalmar os nervos dos latifundiários: uma, claramente, quando o Estado passou a não mais tolerar a politização que vinha sendo dada aos problemas sociais entre os camponeses e operários. Prova disso, foi a onda de perseguição desencadeada pelo governo do Marechal Castelo Branco, com intervenções nos sindicatos rurais e fechamento das Ligas Camponesas no Nordeste, implicando prisões e assassinatos de lideranças ou obrigando-as a viver clandestinamente. A outra, pela forma como o poder estatal passou a dar todas as garantias e a privilegiar a expansão da empresa capitalista no campo, via a Colonização¹³ dirigida, especialmente particular, sem alterar a estrutura fundiária e sem enfrentar os privilégios dos grandes proprietários de terras nos espaços de conflitos.

Nessa esteira, ainda com base no autor, uma narrativa conservadora de dupla face regional passou a ser construída pelos governos militares: uma face do discurso era a que pregava que a região Nordeste, foco de grandes tensões sociais em torno da luta pela terra, era uma região-problema, com milhões de miseráveis deixados pela seca naquele momento; a outra, era que a região amazônica representava um vazio territorial, um espaço que precisava ser desenvolvido, portanto uma região-problema de forma oposta ao Nordeste. Na verdade, para cumprir o pacto em nome da preservação dos privilégios das oligarquias nordestinas, os militares agiram no sentido da perpetuação da estrutura fundiária concentrada, característica essa que sempre foi uma das fontes da miserabilidade e das relações sociais de poder desiguais no Brasil, notadamente nessa região, ao invés da propalada seca.

Dessa forma, apesar da letra do Estatuto da Terra colocar em relevo, categoricamente, logo no seu início, através do Artigo 1º, § 1º, que “considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a pro-

13 Sobre o tema Cf.: Santos (1993).

mover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”, bem como explicitar abertamente que as ações caminhariam para o “[...] objetivo imediato de eliminar latifúndio ou efetuar reagrupamentos de glebas, no propósito de corrigir minifúndios [...]”¹⁴, como consta em seu Artigo 125, nenhuma mudança na estrutura fundiária do país ocorreu de fato.

Como comprovou Martins (1984), apenas 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária foram efetivados, entre 1965 e 1981. Menos de oito desapropriações por ano, na contramão dos conflitos por terra em torno de setenta ao ano, assevera esse autor. Esse resultado pífio não foi por falta de lei; ao contrário, foi devido à ação das forças contrarreformistas (SILVA, 1971). É preciso ressaltar que, além da aprovação do Estatuto da Terra, outra medida seria tomada anos depois, no governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), que na teoria facilitava em muito as desapropriações. Remetemo-nos ao Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, uma emenda à Constituição Federal de 1967, que retirava a palavra “prévia” relativa ao pagamento da indenização das terras desapropriadas (SILVA, 1971).

Em sintonia com esse autor, escreveu Oliveira (2007, p. 121) mais recentemente que tudo não passou de um ledor engano achar que o Estado, sob o manto de uma ditadura, iria, enfim, realizar a reforma agrária. Nas palavras desse autor: “[...] o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei [Estatuto da Terra] era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática”. Isso seria comprovado historicamente, como bem relata esse mesmo autor: “A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de “uma farsa histórica”, pois, apenas na década de 1980, foi que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária [...]” (Idem).

14 Cf.: **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 02 maio 2011.

A ação dos dois órgãos criados pela letra do Estatuto da Terra: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), responsável pela reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que conduziria o processo de colonização, ambos em substituição à Superintendência da Política Agrária (SUPRA), primeiro órgão federal de execução dos programas de colonização e reforma agrária, herança ainda do governo Goulart, ilustra bem a farsa histórica consumada pelo processo contrarreformista do pacto burguesia latifundista e militares. Segundo Andrade (1987, p. 61), logo ao serem instalados o IBRA e o INDA vieram as pressões dos setores ligados ao latifúndio. Assevera ele que “o IBRA funcionaria, efetivamente, muito mais como um agente de freio do que de acelerador do processo reformista”. Oliveira (2007, p. 122), nessa mesma linha, vai mais além quando resume o conjunto dos fatos: “O período de existência dos dois órgãos promotores da contra-reforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros”, desembocando em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1968, na qual ficaram comprovadas as práticas ilícitas.

Fruto desse processo foi que, através do Decreto-Lei nº 1.110, nasce o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 09/07/1970, através da fusão daqueles dois órgãos. Para Laranjeira (1983), somente com a transformação em INCRA, é que o órgão executor da política agrária do Estatuto da Terra tomaria fôlego. No entanto, o próprio autor deixa evidente que a ação desse órgão em nada mudaria os rumos dados até aquele momento, pelo menos com relação à prioridade dada ao capital em detrimento da reforma agrária. Iniciava, com a política de incentivos fiscais, aliada à expulsão de posseiros da terra, o aprofundamento daquilo que sempre interessou às grandes empresas, a renda territorial (MARTINS, 1984).

Por conseguinte, todos os esforços políticos e econômicos do Estado continuaram no sentido de incentivar a colonização dirigida nas terras amazônicas, colonização oficial sob a responsabilidade do Estado, mas que logo priorizou a colonização particular promovida por empre-

sas particulares, após a falência da forma oficial (MARTINS, 1984). O olhar estava focado nas terras devolutas, mas com repercussões dramáticas para os territórios dos povos indígenas. Foi a partir da elaboração do Programa de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de construção de grandes rodovias ligando regiões e estados, que o programa foi se concretizando. A política contrarreformista dos militares previa também, por meio do PIN, a colonização em faixa de 10 km ao longo das rodovias (IANNI, 1979; LARANJEIRA, 1983; ANDRADE, 1987; OLIVEIRA, 2007). Essa faixa logo foi ampliada para 100 km de cada lado das rodovias federais da Amazônia a serem exploradas a partir da política dos polos de desenvolvimento (MARTINS, 1984). Outro instrumento utilizado, a partir dos anos 1970, foi a arquitetura do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (PRO-TERRA), que, segundo Santos (1993), dentre outras medidas em prol da modernização do latifúndio, retrocedeu ao restabelecer a regra de prévia indenização das terras desapropriadas para fins de reforma agrária em dinheiro, medida que tinha sido eliminada pelo próprio governo militar anterior do General Costa e Silva.

Todas essas ações tinham um propósito que foi sintetizado da seguinte forma: “era necessário então *“fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”* ou, como preferia dizer o General Médici, *“vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”*” (OLIVEIRA, 2007, p. 122. Grifos do autor). Do ponto de vista do nosso interesse nesse item, as respostas sobre o atraso da chegada do debate da reforma agrária em Alagoas começam a ficar evidentes, ou seja, nunca foi interesse que esse debate e, acima de tudo, que essa política fosse realizada nos latifúndios nordestinos. Como relata Ianni (1979, p. 137), “[...] ao distribuir alguma terra na Amazônia, o Estado brasileiro foi levado a não distribuir as terras do Nordeste, do Sul, de outras regiões e nem da própria Amazônia”.

Por certo, todas essas ações visavam a cumprir os desejos velados de atender à burguesia latifundista dita moderna, acalmando os ânimos nos territórios de grandes conflitos pela terra ao incentivar o fluxo mi-

gratório, atenuando a pressão dos trabalhadores Sem Terra no Nordeste. Vale a pena ressaltar, como o faz Andrade (1987), que a construção das grandes rodovias, a exemplo da Rodovia Transamazônica, ficava a cargo de grandes empresas, assim, atendia, além do objetivo de não realizar a reforma agrária nas frações territoriais em disputas no NE, os interesses do capital com a concessão ou venda de terras a essas mesmas grandes empresas capitalistas, que as utilizariam como reserva de valor. Laranjeira (1983, p. 44), ao analisar todo esse contexto, não hesitou em denominá-lo de “neocolonialismo agrário”, onde os frutos desse estímulo de povoamento do território a partir da colonização, segundo ele, não foram bons para os migrantes que se deslocaram para a Amazônia, haja vista o aumento das tensões sociais nessa região.

Além de ser pensado para não ser executado, assumimos aqui a leitura que demonstra que o próprio conteúdo na letra do Estatuto da Terra foi escrito em uma perspectiva de diluir todo o debate acerca de uma política de reforma agrária em meio ao debate do desenvolvimento rural, com forte viés ideológico tecnicista (SILVA, 1996; BRUNO, 1997; DELGADO, 2010). Assim, vencendo essa segunda tese proposta pelos setores conservadores, o Estatuto da Terra “deixou de ser uma lei de reforma agrária para ser uma “lei de desenvolvimento rural”, um conceito suficientemente amplo e “neutro”, que se tornava palatável mesmo para os setores mais conservadores” (SILVA, 1996, p. 120).

Assim se efetivou uma política que se denominou criticamente de “modernização conservadora dos anos de 1965 a 1975” (Idem) marcada, essencialmente, pelo pacote tecnológico da revolução verde: insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra (latifúndio), além do difusionismo tecnológico e uma visão social de mundo de valorização da ideologia do progresso (PEREIRA, 2012). Uma via marcada pela integração de seletivos setores tecnificados da agricultura com a indústria, regida por um aumento crescente de insumos químicos, máquinas e equipamentos, sem qualquer alteração da estrutura fundiária. Tratou-se, na verdade, de um movimento de integração de blocos variados do capital, montado em uma simbiose

entre atividades primárias e industriais, ancorada na histórica matriz agrária latifundista. Integração essa que representou, segundo Delgado (2010), o germe da estratégia dos grandes proprietários de terra, que décadas depois seria chamado de agronegócio e dominaria crescentemente a política agrícola e agrária do Estado.

Através de uma forte política de incentivos fiscais, os governos militares fortaleceram a aliança entre o capital e a terra. Como defendeu Martins (1984), tratou-se de um movimento de reprodução do capital via um processo de apropriação da renda fundiária por esse capital na Amazônia. A criação e atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, notadamente, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), transformando os capitalistas urbano-industriais nos maiores proprietários de terra no Brasil, com áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade, como apontou Oliveira (2007), são a materialização dos processos descritos acerca do fortalecimento do rentismo do capitalismo brasileiro nesse período.

Não obstante, Bruno (1997, p. 112) afirma que o Estatuto da Terra foi um campo de força entre exploradores e explorados, sendo utilizado “[...] em defesa dos interesses das classes dominantes, legitimando inclusive a modernização conservadora. Isso não impediu [...] que, ao longo dos anos, os trabalhadores rurais gradativamente o resgatassem enquanto instrumento de luta”. As lutas camponesas em prol da reforma agrária, mesmo se deparando com uma forte violência e perseguição pós-golpe de 1964, continuaram. As demandas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo se avolumaram e ganharam o espaço público, nos anos 1970 elas foram sufocadas, mas nem por isso o tema da reforma agrária deixou de se fazer presente (MARTINS, 1984; MEDEIROS, 2003).

Os números de assassinatos apresentados no “Dossiê: Assassinatos no campo: crimes e impunidades – 1964-1985”, publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1986), apontam, nesses 21 anos de governos militares, 1.106 pessoas assassinadas em conflitos por terra no Brasil, sendo 405 e 12 vidas ceifadas na região

Nordeste e no estado de Alagoas, respectivamente. Dessa forma, a situação assumia contorno de grande tensão no campo no último governo militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). A problemática era mais complexa, pois envolvia a ação da Igreja Católica e das comunidades religiosas. Segundo Martins (1984, p. 24), “A estratégia que o governo desenvolveu para desvincular a Igreja da luta pela terra foi a da interferência militar direta nas situações de conflito, através de uma política de cerco e desmobilização dos grupos [...]”.

Ainda segundo Martins (1984), à limitada democracia implantada no Brasil, em 1946, se sobrepôs uma ditadura militar, um regime feroz que tratou desenvolvimento econômico dissociado de democracia. “A questão agrária tornou-se uma questão militar, justamente para que não se transformasse em uma questão política” (Ibidem, 105). Nesses termos, aumentaram os conflitos territoriais por todas as regiões, em uma disputa palmo a palmo pela terra entre camponeses e indígenas contra empresas e grileiros, salienta o autor. O desenvolvimento capitalista contraditório e desigual se aprofundou no país, com a expansão da apropriação da renda territorial pelo capital via fartos volumes de recursos públicos na forma de incentivos fiscais, em uma ponta; na outra, esse mesmo processo gerou formas de resistência, ou seja, o campesinato que resistia ao processo de expropriação, expulsão e exploração pelo próprio capital. “É na contradição entre a produção e a distribuição que o capitalismo revela o segredo da acumulação, enquanto modo de produção de riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade” (MARTINS, 1984, p. 107). Essa dinâmica contraditória do capital continuou aprofundando na década de 1980, na transição do regime ditatorial e os primeiros anos da Nova República, como veremos no próximo item.

2.2 As forças contrarreformistas mais uma vez vencem nos anos 1980: I PNRA, ANC e texto constitucional

Os 21 anos que decorreram entre a promulgação do Estatuto da Terra e o fim do ciclo militar podem ser considerados como a grande etapa de arrependimento.

José Gomes da Silva (1997, p. 47), em “A reforma agrária brasileira na virada do milênio”.

A chamada “abertura política” que está sendo posta em prática tem um sentido mais claro depois dessas primeiras experiências. Não se trata de suprimir o arbítrio nem o autoritarismo. Trata-se de submeter as reivindicações populares a canais de encaminhamento e de solução compatíveis com a preservação do regime autoritário e militar.

José de Souza Martins (1991, p. 113), em “Expropriação e violência: a questão política no campo”.

Na realidade, o que sempre esteve suposto na “retórica reformista” de nossas elites rurais e agroindustriais foi a defesa irretirada do monopólio da propriedade e a concentração fundiária. Em todos os momentos e nas inúmeras situações em que elas foram chamadas a se posicionar sobre a reforma agrária, a defesa do patrimonial foi absoluta. Não há negociação possível! A noção de propriedade como um bem “sagrado” é o principal imaginário ordenador e identificador do conjunto das classes e grupos dominantes no campo.

Regina Bruno (1997, p. 35), em “Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil”.

A travessia entre o final da década de 1970 e a primeira metade dos anos 1980 marcou os últimos momentos da ditadura militar no Brasil em face, primordialmente, da insurgência de amplos setores sociais da classe trabalhadora do campo e da cidade, insatisfeitos com o estado de coisas vigentes, produto dos anos de autoritarismo. Foram 21 anos de “arrependimento”, tomando a expressão de Silva (1997), para ampla parte da sociedade brasileira, em especial para frações da classe trabalhadora e grupos sociais que defendiam a realização da reforma agrária naquele período.

Segundo Martins (1991), apesar da situação “catastrófica”, expressão utilizada por ele, na qual a sociedade brasileira se encontrava ao fim

do regime militar, a exemplo da fome que campeava no espaço agrário do país, havia uma esperança de que a abertura política possibilitasse reformas econômicas e sociais. Não obstante, a arquitetura tramada pelos militares era de canalizar e submeter as reivindicações populares como forma de solução compatível com a preservação do regime autoritário e militar. Havia limites que não foram superados na democracia que nascia na dita Nova República (MARTINS, 1986). A travessia entre o regime militar e essa “nova” república democrática não foi a partir de uma ruptura revolucionária e, nem ao menos, o último presidente militar foi deposto, como bem assevera esse autor. Ironicamente ele afirma: “Tudo se processou de maneira higiênica” (MARTINS, 1986, p. 23). Prova disso é que, apesar da importância das mobilizações sociais, o movimento por diretas já não atingiu seu ápice, pois o presidente eleito na transição foi escolhido de forma indireta.

Delgado (2010) avalia que os anos 1980 foram, para a questão agrária brasileira, um período de transição, mas de contradições, ante uma temporada de oxigenação das forças sociais sufocadas por duas décadas de domínio autoritário. Entretanto, em meio à transição e às contradições, como afirmou Silva (1986), veremos que foi uma década acima de tudo perversa, muito mais do que simplesmente perdida, do ponto de vista da classe trabalhadora. Conforme Martins (1991), a realidade dos fatos foi de uma transição marcada por fortes medidas repressivas contra as lideranças dos movimentos e organização sociais, bem como a orquestração de apoio privilegiado aos grandes proprietários de terra. Nesse sentido, advogou ele: “é nula a esperança de que o novo regime político brasileiro, que sucedeu o governo militar, em 1985, venha a optar por um modelo econômico diferente” (Ibidem, p. 162). Lembremo-nos de que, do ponto de vista da questão agrária, o que havia vigorado foi a proposta amparada na tese do Prof. Delfim Neto, líder de um grupo conservador de economistas da Universidade de São Paulo (USP) e Ministro da Fazenda durante os governos militares: “modernização agrícola sem reforma agrária” (DELGADO, 2010, p. 84). Um modelo econômico diferente passaria pela inversão desses termos, ou seja, a reforma agrária assumiria papel estrutural.

A crítica de Martins (1991) tem amparo na realidade dos fatos, ou seja, a abertura política tendo à frente um governo militar foi negociada com o protagonismo de segmentos conservadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que, apesar de ser oposição à ditadura, posteriormente, deu abrigo a um grande número de membros do antigo regime e, além do mais, assumiria a presidência, com a morte de Tancredo Neves, José Sarney (1985-1990), conhecido fazendeiro e senador do partido da ditadura militar (MARTINS, 1991). Segundo Silva (1989), no jogo das forças políticas sob pressão social de setores antagônicos da sociedade, um pacto político foi firmado entre os dois maiores partidos da época, o PMDB e o Partido da Frente Liberal (PFL), destinado a garantir a eleição da chapa presidencial Tancredo Neves e José Sarney. E o que mais nos interessa para o nosso estudo: esse pacto colocava a realização de uma reforma agrária que cumprisse o Estatuto da Terra como objetivo central, juntamente com o compromisso de se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para a elaboração de uma nova Constituição.

A reforma agrária, mais uma vez, reaparece no centro do debate político, contraditória e ironicamente, mesmo em um governo de transição com a anuência dos militares, tendo um latifundiário como presidente da república. A prioridade dada a reforma da estrutura fundiária era tamanha que fez Tancredo Neves prometer-lá ao Papa, afirma Oliveira (2007). Nesse bojo, é preciso levar sempre em conta o que registrou Bruno (1997, p. 35) em epígrafe: na sociedade brasileira, historicamente, a propriedade privada sempre assumiu status de bem sagrado, ou seja, trata-se de um princípio, um pensamento que é estrutural no imaginário daqueles que compõem a fração de classe e dos grupos dominantes no campo. Um pensamento ideologicamente conservador que conformou uma visão de mundo impregnada nos setores médios da nossa sociedade.

Aliás, a ação desses setores e grupos da chamada classe média, tanto rural como urbana, no sentido conservador-oposicionista ao debate sobre a questão agrária no contexto em tela, da mesma forma como ocorreu no golpe de 1964, foi determinante para fortalecer as forças da contrarreforma agrária (SILVA, 1987). Embebidos pelo pensamento

sacralizante acerca do direito absoluto sobre a propriedade privada capitalista da terra, esses setores médios não atentaram que a propriedade mesmo que privada, antes de tudo, está condicionada a cumprir o bem-estar social, já expressado na letra da Constituição de 1946, em seu Art. 147: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (BRASIL, 2018, p. 47). Não advogamos aqui a defesa do direito de propriedade privada capitalista, apenas ressaltamos que, nesse quadro, a classe média foi arrematada nos anos 1980 mais uma vez e ficou do lado dos latifundiários, descumprindo a Constituição e, inclusive, acreditando nos falsos argumentos dos setores contrarreformistas.

Sendo a reforma agrária tema central das mensagens e posições do pacto que viabilizou o governo José Sarney, não tardou para os latifundiários, mobilizados em torno da recém-criada União Democrática Ruralista (UDR), bradarem contra qualquer possibilidade de se mexer em um palmo sequer das suas imensas propriedades privadas capitalistas. Nas palavras de Martins (1986, p. 47), a UDR se constituía em “uma organização direitista e antidemocrática que representa os interesses de alguns dos mais violentos proprietários de terras desse país [...]”. Foi fundada em agosto de 1985, em Goiânia, durante um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários e tinha um objetivo claro: lutar, de um lado, contra a reforma agrária contida na letra do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sancionado em 1985; de outro, impedir o avanço dos movimentos sociais do campo (OLIVEIRA, 2007).

Lembre-mos de que, naquele exato momento, estava sendo gestado o que seria o mais importante e organizado movimento social de luta pela reforma agrária no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MARICATO, 2015; OLIVEIRA, 2007; GOHN, 2003; FERNANDES, 1999), que se somava: à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com sua rede de sindicatos pelo território nacional; à Comissão Pastoral da Terra (CPT), com seu importante trabalho nas comunidades rurais; à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT),

em uma frente ampla dos que levantavam a bandeira da urgente necessidade de alteração da estrutura fundiária do país. Essa frente em formação em prol da reforma agrária começava a se espacializar mais fortemente em muitos estados, entre eles Alagoas. Da mesma forma, a UDR passou a arregimentar latifundiários, especialmente pecuarista para combater esse avanço popular.

Bruno (1997) faz um profundo e minucioso apanhado das táticas utilizadas pela UDR, ao afirmar que dois movimentos marcariam a ação dessa organização dos latifundiários: um, que ela denominou de ruralista, foi de enfrentamento territorial contra os movimentos e organizações sociais do campo, em diversos conflitos pelo Brasil; e outro, mais amplo, no terreno da política. Dessa forma, segundo ela, a atuação se deu em duas facetas: uma seria participar das eleições, inclusive as municipais; a outra foi de agir com extrema violência ao tocar o terror nas regiões de conflitos de terra. Nessa esteira de terror no campo e de ameaças e pressões aos parlamentares que estavam à frente das comissões que debatiam o tema da reforma agrária na ANC, levados a cabo pela UDR através de seus representantes, as contradições se exacerbaram e afloraram dentro dos acordos e alianças políticas, impondo recuos para uma possível reforma agrária.

O resultado é que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), segundo Silva (1987), enfrentou grande dificuldade de consenso entre as forças políticas antagônicas. Foram precisamente doze versões e sucessivos adiamentos para que o documento ficasse aceitável pelos grandes proprietários de terra e, assim, fosse lançado em 25 de maio de 1985. Com base em Oliveira (2007), a primeira versão aprovada do I PNRA rezava que era para o assentamento, em termos totais para o Brasil, entre 1985 e 1989, de 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. O governo Sarney venceria mais essa etapa, ou seja, inviabilizaria a já desfigurada reforma agrária contida no I PNRA¹⁵, onde os resultados foram pífios: foram assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares (1,5% da previsão) (OLIVEIRA, 2007).

15 Sobre mais detalhes acerca do I PNRA, entre outros, Cf.: Silva (1985); Silva (1987); Veiga (1990).

A batalha entre as forças da contrarreforma e as da reforma agrária seguia na Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Inicialmente é preciso sempre lembrar que o compromisso assumido por Tancredo Neves era de convocar uma ANC livre e soberana, mas não foi isso que ocorreu. Na mensagem presidencial de 28 de junho de 1985, assinada por José Sarney e encaminhada ao Congresso, propondo uma Emenda Constitucional convocatória da ANC, foi determinada a tarefa de elaboração da Constituição Federal aos mesmos membros da Câmara de Deputados e do Senado. Acerca do conteúdo da mensagem aludida, Silva (1989, p. 28) escreveu: “[...] o artigo 1º sinalizava um dos mais graves recuos políticos da chamada Nova República (NR), uma vez que propunha uma Constituinte Congressual e não uma verdadeira Assembleia Nacional”.

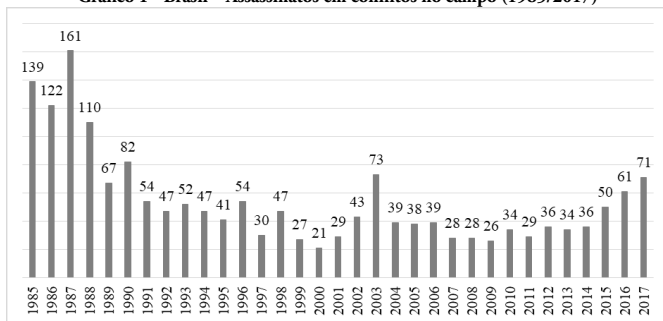
Essa manobra é aqui ressaltada, pois trouxe impactos consideráveis ao debate da questão agrária. Feito o registro desse vício na própria origem da ANC, não há motivos para esperar avanços nos temas requeridos pela classe trabalhadora, a exemplo da reforma agrária, haja vista a formação de um núcleo político conservador, oficialmente denominado de “Centrão”, surgido no fim de 1987, com 311 assinaturas de um total de 559 congressistas titulares. Uma maioria que tinha um claro objetivo: derrubar o regimento da ANC em curso até o momento e, assim, moldá-lo segundo seus interesses e breçar os trabalhos; além do mais, ao listar suas prioridades de pautas, os dirigentes do Centrão, intencionalmente é obvio, sempre omitiam a reforma agrária, resalta Silva (1989).

Não por acaso, o título do livro de Silva (1989): “Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88” é uma mostra de como esse tema foi tratado e notadamente está relacionado às manobras conservadoras conseguidas pelo Centrão. O termo buraco negro refere-se justamente à falta de aprovação de determinados capítulos por insuficiência de votação. Com a maioria de 311 congressistas o Centrão passou a hegemonizar conservadoramente o debate na ANC. Ocorre que essa manobra só foi implementada apenas na votação do Capítulo III do Título VII, que trata da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, assevera Silva (1989).

Esses fatos, somados à ampliação das ações da UDR durante todo o processo da Constituinte, impediram que fosse escrito no texto da Nova Constituição uma proposta de Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita (OLIVEIRA, 2007). Ao avanço da luta pela reforma agrária e a construção de uma identidade política camponesa, através das ocupações de terra, especialmente pelo MST, da luta dos povos indígenas e dos seringueiros por seus territórios, da batalha dos atingidos por barragens, tendo à frente, primordialmente, o apoio de setores da Igreja Católica movidos pela Teologia da Libertação, era respondido pelas entidades representativas do latifúndio, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e, em especial, a UDR, com extrema barbárie.

O gráfico 1 deixa explícita a barbárie da questão agrária brasileira, através dos registros dos assassinatos nos conflitos no campo. No intervalo entre 1985 e 2017, nunca se assassinaram tantas lideranças das lutas pela reforma agrária como nos anos de 1985, 1986, 1987 e 1988, com 139, 122, 161 e 110 vidas ceifadas a mando dos grandes proprietários de terra, respectivamente. Atentemos em que o ano de 1987, decisivo para a ANC, foi aquele com maior perversidade.

Gráfico 1 - Brasil – Assassinatos em conflitos no campo (1985/2017)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (1985-2017). Org.: Autor, 2018.

Por trás desses números, que por si demonstram a perversidade dos latifundiários, utilizada para manter a estrutura fundiária do país concentrada em poucas mãos, se esconde o ápice da barbárie: os massacres. Trata-se da exacerbação da luta de classes pela terra e território. Em 2017, a CPT lançou uma página especial na internet¹⁶ sobre os massacres no campo registrados de 1985 a 2017. Segundo essa fonte, foram 47 massacres com 223 vítimas ao longo desses 33 anos. O estado do Pará lidera esse ranking, com 26 massacres que vitimaram 125 pessoas. Entre 1985 e 1989, ocorreram 20 massacres com 77 vítimas, sendo 13 nesse estado com 44 assassinatos. Para a CPT, os massacres são formas históricas de o capital expulsar os povos das suas terras e de seus territórios.

Nessa conjuntura de transição e, acima de tudo, de contradições históricas, onde as frações da classe dominante desejavam manter as relações de dominação, tendo na propriedade privada capitalista da terra uma viga de sustentação dessas relações, Silva (1989, p. 78) assim resume o conjunto da obra ao final da ANC de 1987-1988, no tocante à legislação agrária: “depois de sopapos, revólveres, trapaças regimentais e até sequestros, nos debates nas Comissões, e a derrota final no plenário, a Constituinte de 1988 devolvia a Questão Agrária aos idos de 1946”. Oliveira (2007, p. 127), fortalecendo a tese desse autor, avaliou da seguinte forma: a Carta Constitucional [1988] possui “[...] uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964”. Esse recuo histórico ficou materializado no texto constitucional a partir de algumas manobras estratégicas dos ruralistas constituintes em benefício da velha aliança entre a terra e o capital no Brasil sob o aval do Estado. Por exemplo, no retorno da palavra “prévia” ao texto constitucional, como pode ser visto no Capítulo III “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, logo no seu artigo de abertura:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, **mediante prévia e justa indenização** em títulos da dívida agrária, com cláusula de preser-

16 Sobre esse e os demais 46 massacres registrados pela CPT Cf.: **Massacres no campo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2018.

vação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 2018, p. 64. Grifos nossos).

Medeiros (2003) afirma que essa decisão de pagamento prévio e justo das indenizações em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com preservação de valor e resgatáveis em até 20 anos, tendo como base o valor de mercado, representava um grande retrocesso. Ela cita que no início dos anos 1980, no bojo da discussão do I PNRA, a ideia dos setores reformistas era calcular a indenização das terras desapropriadas, tendo como parâmetro o valor declarado pelo proprietário no Imposto Territorial Rural (ITR), ou seja, uma forma de penalizar os grandes proprietários que não cumpriam a função social da terra, pois os valores do ITR declarados, em boa parte sonegados¹⁷ pelos grandes proprietários, eram bem abaixo da cotação de mercado.

O retrocesso do texto constitucional fica explícito, pois, mais uma vez, a manutenção dos privilégios da burguesia latifundista, que não cumpria a função social da terra, tendo seus imóveis ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, nos termos defendidos por Oliveira (2007), prevaleceu. Dito de outro modo, apesar de a Carta de 1988 reforçar que a propriedade privada da terra não tem estatuto absoluto, ou seja, que ela está submetida à obrigatoriedade de cumprir a sua função social, ao mesmo tempo garantiu que o latifundiário que não cumprisse a função social da terra fosse premiado com indenização prévia conforme a cotação do mercado, mesmo sendo as benfeitorias úteis e necessárias indenizadas em dinheiro. O fato é que se manteve intacto o mecanismo rentista do capitalismo à moda brasileira. Através de vultosas indenizações dos seus imensos latifúndios, os grandes proprietários de terras continuaram abocanhando previamente a renda da terra.

Não por acaso, Delgado (2010) avalia que a nova Constituição de 1988, de maneira muito significava, está submetida ao processo de ajustamento constrangido à ordem econômica que naquele momento se mundializava. Nesse bojo, é preciso termos em mente que a economia brasilei-

¹⁷ Sobre a sonegação do ITR Cf. Oliveira (2007, p. 133).

ra, a partir do início dos anos 1980, se defrontaria com um longo período de relativa estagnação econômica interna, onde, segundo ele, o papel da agricultura foi crucial para a gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período. A análise do autor deixa evidente a preservação do rentismo e, portanto, da concentração fundiária subjacente no texto da nova Carta Constitucional, como âncora para a política econômica aplicada.

Como a renda da terra é estrutural em nossas análises neste trabalho, faremos um parêntese aqui, para deixarmos evidente o nosso entendimento. Segundo Marx (2017, p. 676), “a propriedade fundiária baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras”. Nesse sentido, o autor esclarece que esse monopólio permite que o proprietário cobre um tributo, impondo uma taxa à sociedade: a renda da terra, definida da seguinte forma:

[...] a renda do solo é a forma na qual se realiza economicamente a propriedade fundiária, a forma na qual ela se valoriza. Além disso, aqui estão, reunidas e confrontadas, as três classes – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário – que constituem o marco da sociedade moderna (MARX, 2017, p. 679).

Ao longo deste trabalho, trataremos das formas assumidas pela renda da terra capitalista – a renda da terra absoluta e a renda da terra diferencial –, bem como a renda da terra pré-capitalista. Por enquanto, é importante realçar nesse debate que não apenas o campesinato fica à mercê da vontade da classe dos proprietários capitalistas da terra, pois estes detêm um bem comum natural, finito, fonte da produção da vida, ou seja, do alimento que chega à mesa de uma sociedade cada dia mais obrigada a ser urbanizada¹⁸. No arcabouço da crítica da economia política de Marx, contraditoriamente, a sociedade, bem como o capital, também fica refém da facção de classe que detém a terra: essa é a irracionalidade da renda da terra que se levanta frente à tentativa de expansão

18 Uma crítica pertinente à imposição de um modelo urbano-industrial como algo inexorável Cf.: Porto-Gonçalves (2012).

do capital, assim a renda da terra é “um dos maiores obstáculos a uma agricultura racional”, escreveu Marx (2017, p. 681). Dessa forma, na luta de classes analisada por Marx (2017a), no caso do campo europeu, há um antagonismo entre o proprietário fundiário e o capitalista na apropriação no momento da distribuição do mais-valor, processo esse que, como veremos, no caso brasileiro, não se efetiva da mesma forma, pois, por aqui, uma aliança entre o capital e a terra sob o aval do Estado se consolidará fortalecendo o rentismo (MARTINS, 1999).

Dito isso, prosseguimos com outra estratégia bem mais velada, mas que teve a função também de preservar esse estado de coisas viáveis descritos nos parágrafos anteriores: empurrado pelo “Centrão”, foi estabelecido o caráter insuscetível de desapropriação da propriedade produtiva, além de jogar para a legislação complementar a fixação das normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social da terra (SILVA, 1989; OLIVEIRA, 2007; MEDEIROS, 2003, 2010). A noção vaga de propriedade improdutiva na verdade foi mais uma manobra dos ruralistas para confundir e dificultar o processo de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Como bem expressou Silva (1989, p. 201), tratou-se de uma deformação conceitual e uma impropriedade semântica, escondendo uma armadilha legal e uma tática latifundiária.

Afinal, a improdutividade se referia ao solo não fértil, portanto improdutivo, ou ao imóvel rural que não estivesse cumprindo a função social? Produz-se um imbróglio para ser decidido nas longas ações judiciais nos processos de desapropriação para fins de reforma agrária. Na verdade, foi uma forma de reduzir consideravelmente qualquer possibilidade de obtenção de terras para a realização da reforma agrária ou, na melhor das hipóteses, como antecipou muito bem Silva (1989, p. 202): “[...] se terras produtivas não podem ser desapropriadas, restarão apenas, para essa finalidade, as terras improdutivas. E se, eventualmente, os tribunais se fixarem no conceito de fertilidade (mais preciso), ficarão para a Reforma Agrária apenas os carrascais, charcos, areiões, piçarras e pirambeiras [...]”.

Portanto, mais uma vez as forças contrarreformistas, assim como foi no período pré e pós-golpe militar de 1964, atuaram com todas as armas que sempre utilizaram, conseguindo barrar qualquer alteração na estrutura de acesso, posse e propriedade da terra, na década 1980. Nesse contexto, apesar de os movimentos e organizações sociais terem perdido a batalha, ao longo dos processos de abertura política, na ANC e na redação da nova Constituição, é mister destacar que as contradições se avolumaram. Contradições essas devidas, em boa medida, por um mapa bem mais diversificado de manifestações e sujeitos sociais e coletivos envolvidos com a questão agrária, em face das alterações profundas pelas quais passava a agricultura brasileira (MEDEIROS, 2010).

Portanto, se os anos 1980 foram tempos-espacos de um novo ciclo de lutas, como assevera essa autora, e realmente foi, a década de 1990 aprofundaria essas contradições e esse ciclo, notadamente pelo avanço da ideologia neoliberal, concomitantemente ao propalado modelo agrário/agrícola do agronegócio no Brasil. Não obstante, a bandeira da reforma agrária mais uma vez chegaria fortemente, sobretudo devido à ação das forças em luta, especialmente a ação do jovem e aguerrido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este passa a atuar em praticamente todo o território nacional, a exemplo de Alagoas. Os anos 1990, assim como foi a década anterior, será marcada pelo avanço das forças sociais pró-reforma agrária e, contraditoriamente, das forças antagônicas do latifúndio, transmutado de agronegócio, conseqüentemente será uma década atravessada pelo aprofundamento da questão agrária brasileira, como veremos no próximo item.

2.3 A contrarreforma agrária nos governos neoliberais: Collor de Mello/Itamar Franco e FHC

Com a derrota da reforma agrária na Constituinte de [19]88 e com o fracasso do I PNRA, os nascentes movimentos sócio-territoriais caminharam para se constituir nos novos personagens da cena política nacional. Seu único caminho foi a luta

pela terra. A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 131), em “Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.

A abundante literatura recente sobre os problemas do campo brasileiro relegou a reforma agrária a um segundo plano. Para a maioria dos autores, trata-se de uma proposta historicamente superada. O capitalismo agrário, afirmam, resolveu, sem alterações estruturais, os problemas que a reforma agrária se propunha resolver.

Plínio de Arruda Sampaio (2013, p. 85), em “A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo”.

Na década de 1990, as ocupações multiplicaram-se e foram uma importante forma de pressão política para a multiplicação do número de assentamentos implantados [...]. O avanço e o recuo das ocupações de terra corresponderam igualmente ao avanço e recuo do número de assentamentos implantados. As políticas governamentais para a questão agrária, em toda a década, foram de caráter compensatório, implantando assentamento em áreas de conflito ou na região onde o governo tem estoque de terras. Essa política de implantação de assentamentos tem sido denominada erroneamente de reforma agrária.

Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 280), em “Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula”.

Como registrou muito bem Oliveira (2007), não restou alternativa aos protagonistas da luta pela reforma agrária após o fim da perversa década de 1980, com os retrocessos impostos pelas forças da contrar-reforma, que não fosse continuar a sua longa marcha na luta pela terra e pelo território. É preciso compreendermos que chegávamos à última década do século XX, os anos 1990, e, como há muito vem ressaltando

esse autor, o campesinato brasileiro ainda lutava, não apenas para permanecer na terra, mas, sobretudo, para entrar na terra. Prova disso foi a consolidação do MST enquanto um movimento do campo de luta pela reforma agrária e o mais importante do país.

Após quase meio século de debate sobre a reforma agrária, desde 1946, a realidade relegada aos anos 1990 era de uma estrutura fundiária profundamente concentrada em extensos latifúndios, gerando: de um lado, um número reduzido de grandes proprietários de terras; de outro, uma massa de centenas de milhares de famílias expropriadas. Portanto, apesar das conquistas conseguidas ao longo desse tempo pelo campesinato, apesar das lutas dos povos indígenas e quilombolas para permanecer em seus territórios, a realidade que se abria na última década do século XX demonstrava que a reforma agrária era uma política ainda ausente na sociedade brasileira. A terra continuava sendo mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes rentistas (OLIVEIRA, 2007). Em linhas gerais, internamente com relação à questão (da reforma) agrária, esse era o quadro na transição dos anos 80 para os anos 90 do século passado no Brasil.

Externamente, a sociedade, em tempos de mundialização do capital, passava por grandes transformações sociais, econômicas e territoriais que diferenciaram a sociedade de outras épocas históricas e que se materializariam, no caso do campo brasileiro nos anos 1990, um processo de internacionalização da economia e com ela de mundialização da agricultura, no bojo da etapa do capitalismo monopolista e políticas neoliberais nascentes. Nesse contexto, a agricultura passou a estruturar-se na seguinte tríade: produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais (OLIVEIRA, 2016).

Para tratar dos anos do governo Collor de Mello/Itamar Franco é preciso revisitar, mesmo que brevemente, a disputa eleitoral do ano de 1989, que deu a vitória a essa candidatura conservadora e de direita, representante dos interesses neoliberais mundiais e nacionais, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da

Silva, que naquele momento aglutinava os setores de esquerda. Sobre esse momento, tendo como foco das suas análises a questão da reforma agrária, escreveu Silva (1997, p. 78): “Campanha presidencial de 1989: perdeu o Brasil”.

O PT e o seu candidato Lula da Silva, naquela conjuntura política, levantavam a bandeira da reforma agrária (RA), tendo sido, segundo Silva (1997, p. 79), através da bancada de parlamentares constituintes, como Plínio de Arruda Sampaio e outros, aqueles que “[...] sustentaram as hostilidades dos adversários da RA numa frente compacta”. Sauer e Souza (2008), destacam que, desde o período eleitoral, umas das estratégias de Collor para se diferenciar de seu principal adversário (Lula) era, justamente, se negar a discutir reforma agrária. A Comissão Pastoral da Terra, em seu Relatório Conflitos no Campo - Brasil (1989), na efervescência dos acontecimentos, trazia a relevo, com base em uma publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a farsa dos números da reforma agrária divulgados por Collor de Mello, que disse, na ocasião do debate presidencial, ter assentado, enquanto foi governador de Alagoas (1987-1989), 27 mil famílias em seu mandato, ao passo que os números reais não chegavam a 50 famílias, justamente aquelas assentadas nos assentamentos Peba e Lameirão, em Delmiro Gouveia, estudados neste livro.

Após todas as manobras arquitetadas pela Rede Globo para destruir a imagem do candidato Lula, o projeto conservador saiu vitorioso: “Collor ganhou, como se sabe, perdeu o Brasil. E a RA mais uma vez ficou para as calendas” (SILVA, 1987, p. 82). Assim, como não podia ser diferente, as forças da contrarreforma agrária, dentro do primeiro governo presidencial eleito diretamente pelo voto, impediriam qualquer possibilidade de que a reforma agrária fosse efetivada. Com base em Oliveira (2007), Collor logo no início de seu mandato traçou uma meta bem aquém da realidade da questão agrária brasileira: assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994. Se tomarmos por base o planejado e não cumprido no governo Sarney de assentar 1,4 milhão de famílias, percebemos como era conservadora a propalada reforma agrária proposta.

Além da redução expressiva das metas, segundo esse autor, o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antônio Cabrera, oriundo de família latifundiária, ligado à UDR. “Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando assim também a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil” (OLIVEIRA, 2007, p. 130).

O mandato de Collor, interrompido pelo *impeachment* em fins de 1992, foi marcado por um programa neoliberal para o campo, caracterizado, sobretudo, de um lado, pela redução da presença do Estado na gestão da estrutura fundiária, pelo sucateamento do INCRA e pela criminalização dos movimentos sociais do campo; de outro, pelo apoio e concessão de subsídios à agricultura empresarial (SAUER; SOUZA, 2008). Era a fase na qual os ajustes macroeconômicos, visando à adequação da economia brasileira aos limites impostos pelas restrições externas dos organismos internacionais, tiveram fortes impactos nos rumos da política econômica, não sendo diferente com relação à questão agrária (DELGADO, 2010). Segundo esse autor, o governo Collor se enquadrou dentro de uma fase nacional demarcada entre 1983 e 1993, caracterizada pela busca de saldos comerciais oriundos do setor primário, ou seja, o agronegócio exportador de *commodities* cumpria uma função, como forma de fazer enfrentamento à crise do endividamento do Estado.

O Governo Itamar Franco (1992-1994), que assumiu após o *impeachment* de Collor, segundo Sauer e Souza (2008), adotou uma postura, pelo menos com relação aos movimentos sociais do campo, diferente, ao tomar as seguintes medidas: substituiu a direção do INCRA por pessoas ligadas à luta pela reforma agrária e, pela primeira vez, um presidente recebia o MST no Palácio do Planalto. Apesar da relação respeitosa, a reforma agrária permaneceu ausente das prioridades do governo, segundo eles. A meta do seu Programa Emergencial de Reforma Agrária, prevendo o assentamento de 80 mil famílias em dois anos, atingiu apenas 28%. Se podemos destacar algum avanço, mais uma vez ficou apenas na letra da lei, com a aprovação da Lei nº 8.629

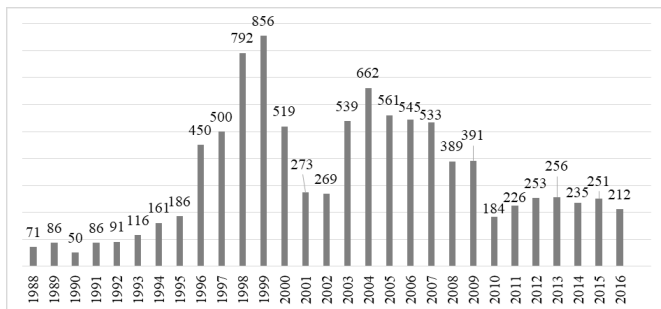
(conhecida como Lei Agrária) e da Lei Complementar nº 76 (conhecida como Lei do Rito Sumário nas Desapropriações Agrárias), aprovadas em 1993, que, após cinco anos, regulamentavam os artigos da Constituição Federal de 1988 que tratam da reforma agrária (OLIVEIRA, 2007; SAUER e SOUZA, 2008).

A questão da violência, da barbárie e da criminalização dos movimentos e organizações sociais também ocorreu nos anos Collor de Mello/Itamar Franco. Entre 1990 a 1994, foram assassinadas 282 pessoas em conflitos no campo, sendo: 82, 54, 47, 52 e 47 vidas brutalmente retiradas em 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994, respectivamente. O leitor deve ficar atento para o seguinte: sempre em um momento de transição, como foi dos anos de 1980 para 1990, de um contexto de aplicação de uma nova constituição, bem como, de um governo eleito diretamente pelo voto, os latifundiários intensificam a violência. Isso vai se repetir na transição FHC–Lula, em 2003, assim como no golpe de 2016, como veremos mais ao longo do texto.

Nos governos Collor Mello/Itamar Franco, foram registrados quatro massacres com um total de 17 vítimas. A essa altura da realidade, uma parte do campesinato brasileiro, como bem frisou Fernandes (1999) em epígrafe, já havia tomado consciência de que o governo e o Estado caminhavam a reboque da ação dos movimentos e organizações sociais do campo em luta pela reforma agrária, ou seja, ao passo do avanço ou do recuo das ocupações de terra, efetivadas sobretudo pelo MST nesse período, o governo respondia igualmente com o avanço ou o recuo do número de assentamentos implantados. Não foi elaborado nesse período o II PNRA, portanto não houve reforma agrária. No entanto, a conquista de assentamentos rurais via ocupações dos latifúndios foi se constituindo um trunfo importante para o campesinato.

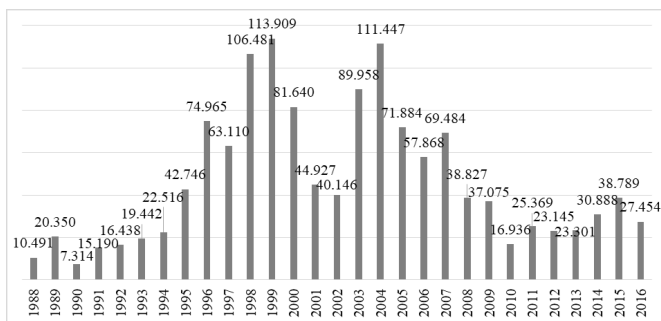
Os gráficos 2 e 3 demonstram, através de uma série histórica, a evolução do número de ocupações e de famílias em ocupações de terras, possibilitando uma análise do crescimento e do recuo do processo de luta pela reforma agrária nos últimos 20 anos.

Gráfico 2 - Brasil – Número de ocupações de terra (1988/2016)



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (2017).

Gráfico 3 - Brasil – Número de famílias em ocupações de terra (1988/2016)



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (2017).

O que fica perceptível, no período do governo Collor/Itamar, é uma ascensão tanto das ocupações como da quantidade de famílias envolvidas. De 1990, com 50 ocupações, para 1994, com 161, triplicam as ações de ocupações. Da mesma forma, o número de famílias envolvidas passa de 7.314 para 22.516, respectivamente. Era a tomada de consciência aludida de parte do campesinato ante a contrarreforma agrária em curso.

Foi nesse contexto conflituoso no campo brasileiro que assumiu Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a Presidência da República, para os seus oito anos em dois mandatos consecutivos (1995-2002). Ao final desses oito anos, FHC, com o aprofundamento da agenda neoliberal focada nas privatizações do patrimônio público a preços irrisórios, ou seja, na entrega das empresas estatais ao capital internacional, sendo a mais conhecida a privatização da empresa de exploração de minério Vale do Rio Doce, passaria a ser conhecido, entre outras denominações, como o “Príncipe da Privatária” (DÓRIA, 2013).

Iniciava, com FHC no Brasil, um período que Delgado (2010, p. 92) denominou de “ultraliberal”, ancorado em bases econômicas, com relação ao comércio e finanças, muito “débeis”. Esse autor vai situar o primeiro governo FHC em uma nova fase, com relação ao que denominou de economia política da questão agrária, que se inaugura em 1994 indo até 1999, portanto todo o seu primeiro mandato. Essa fase, caracterizada como “folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento” (Ibidem, p. 90), era, segundo esse autor, a fase da mudança efetivamente neoliberal no Brasil, onde o governo abandonou a política de geração de saldos comerciais do governo anterior, passou a atuar fortemente na atração de capitais externos e, com a crise que se instala, recorre ao endividamento externo junto aos organismos internacionais.

A importância da argumentação de Delgado (2010) está em demonstrar em números que essas opções do primeiro governo FHC promoveu uma queda generalizada da renda agrícola e, com ela, ocorreu uma desvalorização do preço da terra da ordem de -9,1%, materializando um refluxo na renda da terra. Nesses termos, diz ele: “essa conjuntura provoca desvalorização do preço da terra, cujo efeito foi o de facilitar e, ao mesmo tempo, dificultar a política de reforma agrária” (DELGADO, 2010, p. 92). Apesar da perda do poder econômico do latifúndio, a opção do governo não era pela reforma agrária e agricultura camponesa, portanto esse contexto não abalou o agronegócio à

moda brasileira, ancorado na associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. “Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de política de Estado” (Ibidem, p. 94).

Defendemos aqui, a partir das análises de Delgado (2010), que o primeiro governo FHC, de um lado, para remediar os prejuízos da burguesia latifundista rentista em face da política econômica aludida, de outro, ante a progressiva ascensão da luta pela terra, foi obrigado a priorizar a criação de assentamentos rurais. Dito de outro modo, a ação do governo foi tanto no sentido de recompensar os prejuízos dos grandes proprietários de terra com megas indenizações nas desapropriações dos imóveis para fins de criação dos assentamentos rurais, portanto premiando-os ao garantir o acesso à renda absoluta da terra, como foi uma forma de ceder à pressão dos movimentos e organizações sociais que aprofundavam a tática da ocupação de terras como forma de conquistar a reforma agrária.

Vale salientar que o governo FHC não apresentou um projeto de reforma agrária para o país, pois nem ao menos um II Plano Nacional de Reforma Agrária foi construído nos seus dois mandatos. O descarte da reforma agrária como uma política pública necessária ao desenvolvimento nacional era visível (SAUER; SOUZA, 2008). A sua proposta, logo que assumiu em 1995, mostrava a timidez com relação ao tema: assentar, dentro dos quatro anos do primeiro mandato um total de 280 mil famílias, ou seja, menos de 60% da previsão do governo Collor e somente 20% do previsto no I PNRA do governo Sarney (OLIVEIRA, 2007).

Os gráficos 2 e 3 acima deixam evidentes a escalada progressiva das ações de ocupações de terra, especialmente protagonizadas pelo MST, mas não apenas ele, pois, nos anos 1990, os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizados em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), assim como a Comissão Pastoral da Terra, esta em alguns estados, passaram também a adotar essa prática de luta pela reforma agrária.

São 186 ocupações, em 1995, primeiro ano do primeiro mandato FHC, chegando a 500 em 1997, atingindo 856 em 1999. Da mesma forma, o número de famílias envolvidas, com 42.746 em 1995, chegando a 74.965 em 1996, atingindo 113.909 em 1999. “A pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos” (OLIVEIRA, 2007, p. 142).

Somada às ações de ocupações de terra, tem-se a continuidade dos assassinatos no campo, e com estes, os massacres. Logo nos primeiros meses do primeiro ano de governo FHC, mais precisamente em agosto, houve dois massacres: um no município de São João do Araguaia-PA, em uma ocupação de uma fazenda improdutiva, com três posseiros sendo executados na hora por policiais e empregados desta, um morrendo no hospital ante os ferimentos, e a prisão de outros oito; outro em Corumbiara-RO, com oito mortes, sendo uma criança, do lado dos acampados, e dois policiais de um total de trezentos da tropa de elite que, às duas horas da madrugada, invadiram o acampamento pegando de surpresa os acampados enquanto dormiam. Mas foi em 1996, com mais dois massacres, que a realidade explosiva da questão agrária estourou no seio do governo FHC, ambos no município de Eldorado dos Carajás-PA, nos meses de abril e agosto. O massacre do mês de agosto, com menor proporção, vitimou três camponeses, ao contrário do ocorrido em abril, com repercussão mundial em face do nível de violência das forças policiais do Estado e o número de 19 vítimas camponesas, imortalizado no registro a seguir do fotógrafo Sebastião Ribeiro Salgado Júnior.

Figura 1 – Eldorado dos Carajás-PA – Velório dos camponeses assassinados no massacre de 17 de abril de 1996

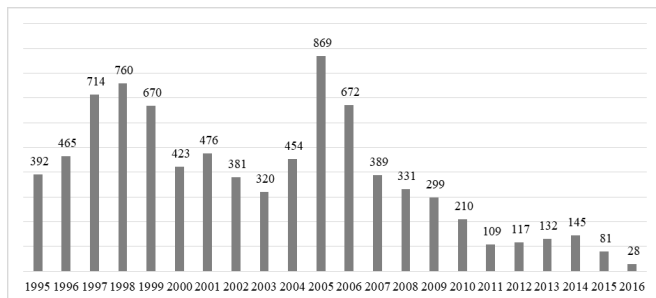


Fonte: Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para/3972-eldorado-dos-carajas-17-04-1996>. Acesso em: 13 ago. 2018.

Diante desse contexto é que reiteramos a interpretação que assumimos sobre o recurso à criação dos assentamentos rurais nos governos FHC. Oliveira (2007, p. 142), no período em análise, afirma que “[...] a reforma agrária antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social”. A realidade explicitada nos gráficos 4 e 5, que tratam, respectivamente, dos números oficiais de assentamentos criados e de famílias assentadas, corrobora essa análise. O primeiro governo FHC é marcado pelo auge na criação de assentamento com 54,45% (2.331) do total geral de 4.281, saindo de 392 em 1995 para 760 em 1998. O número de famílias assentadas segue o mesmo roteiro: nos oito anos foram 540.704, sendo 53,26% (287.994) de 1995 a 1998. Antes de prosseguirmos, é preciso ressaltar que esses dados oficiais divulgados pelo INCRA/MDA são bastante criticados por diversos estudiosos (ALENTEJANO, 2018; SAUER e MÊSZÁROS, 2018; COSME, 2015; OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2004); Por exemplo, Fernandes (2004) denominou de clonagem de assentamentos

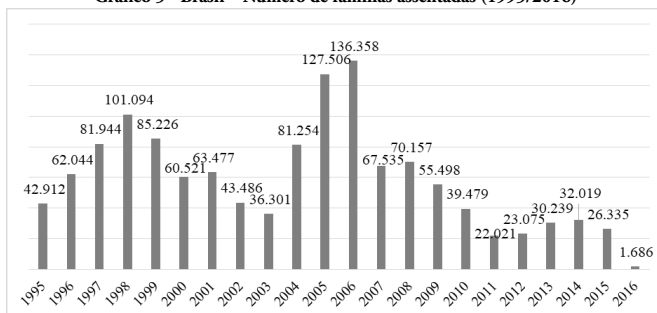
as ações de divulgação desses números pelo INCRA/MDA no período FHC, ou seja, os assentamentos criados em governos anteriores e/ou estaduais são registrados como se tivessem sido criados neste governo. Aprofundaremos essa questão ao longo desse texto, quando da análise dos anos Lula e empiricamente no caso especificamente do estado de Alagoas. Oficialmente, FHC criou 4.281 assentamentos e assentou 540.704 famílias (INCRA, 2017). Entretanto, apesar do DATALUTA (2017) reconhecer e até apresentar uma cifra maior de assentamentos criados 4.307, o número de famílias é bem menor: 464.174.

Gráfico 4 - Brasil – Número de assentamentos rurais criados (1995/2016)



Fonte: INCRA (2017a). Org.: Autor, 2018.

Gráfico 5 - Brasil – Número de famílias assentadas (1995/2016)



Fonte: INCRA (2017a). Org.: Autor, 2018.

A efervescência desses acontecimentos, como bem ressalta Me-deiros (2003), fez a reforma agrária, um tema que não havia sido tão debatido na corrida eleitoral para a presidência no ano de 1994, ante a ocupação do debate focado nos temas do combate à inflação e estabilização econômica com o Plano Real, retornar com toda força como um problema central na sociedade brasileira. Prova disso é que no ano de 1996 o governo FHC cria o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). Em fevereiro de 1997, o MST realiza uma grande Marcha Nacional até Brasília por reforma agrária, emprego e justiça. Consolidava-se a tática de angariar apoio da sociedade sobre a necessidade da reforma agrária. Era uma primeira ação popular oposicionista às medidas econômicas adotadas pelo governo FHC. Pressionado, este, em 1999, transforma o MEPF em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, sendo em 2000 intitulado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Todas essas ações eram frutos da pressão que envolvia o governo FHC, no entanto, a tática era tomar as rédeas da iniciativa política, “[...] absorvendo as demandas que emergiam com grande intensidade, mas redefinindo-as e imprimindo-lhes uma outra direção” (MEDEIROS, 2003, p. 49). Essa autora destaca ainda uma série de outras medidas com relação aos órgãos e instrumentos legais relativos à desapropriação dos imóveis para fins de reforma agrária, a exemplo da Medida Provisória nº 1.557/1997¹⁹, que traz, entre outras, alterações em artigos da Lei Agrária nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. “Com esse conjunto de medidas, o governo buscava combater o que se mostrava como a principal forma de pressão na luta por terra: as ocupações, geradoras de fatos políticos” (MEDEIROS, 2003, p. 53).

O segundo governo FHC (1999-2002), de acordo com Delgado (2010), é marcado pelo relançamento da estratégia de perseguir saldos comerciais externos a qualquer custo. Assim, a opção foi pavimentar o terreno para o avanço do modelo agrário/agrícola do agronegócio produtor de *commodities* para exportação, como forma de atender a esse objetivo

19 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/mediaprovisoria-1577-11-junho-1997-366615-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

com medidas como: infraestrutura para integrar os novos territórios inseridos na lógica desse modelo; orientação do sistema público de pesquisa agropecuária, por exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em sintonia com as empresas transnacionais; frouxa regulação do mercado de terras, deixando fora de qualquer controle e fiscalização as terras devolutas, as que não cumpriam a função social e boa parte das terras produtivas, além da mudança da política cambial a favor do agronegócio, visando a torná-lo competitivo no mercado externo.

Com relação à frouxidão na regulação do mercado de terras, na verdade, o Novo Mundo Rural de FHC incorporou, explícita e definitivamente, as orientações de políticas agrícolas e, sobretudo, fundiárias do Banco Mundial para um dito desenvolvimento rural sustentável, políticas essas aplicadas na União Europeia, alterando substancialmente o tratamento da questão agrária. Aprofunda-se a visão da reforma agrária como política compensatória e de combate à pobreza rural, bem como a opção pela Reforma Agrária de Mercado (RAM), orientada pelo Banco Mundial, passa a ter grande centralidade nas ações do Estado. A diversificação e o aprofundamento da RAM eram uma forma de, por meio do mercado, ampliar o estoque de terras e, assim, retirar o foco da luta pela terra via as ocupações, além de secundarizar o processo de desapropriação de imóveis rurais por interesse social como manda a Constituição Federal (MEDEIROS, 2003; RAMOS FILHO, 2008; SAUER e SOUZA, 2008).

Por conseguinte, o resultado desse processo, conforme demonstram os gráficos 4 e 5, foi a diminuição da criação de assentamentos rurais pela via da desapropriação por interesse social no segundo mandato FHC: se, em 1999, ainda foram 669, em 2002, último ano do segundo mandato, o número caiu pra 386; o número de famílias assentadas passou de 81.219 em 1998 para 29.855 em 2002. Havia, portanto, uma política declarada de redução dos assentamentos pelo governo FHC (OLIVEIRA, 2007), assim, a política de assentamentos, central no primeiro governo, é abandonada. Para cumprir as metas propagandeadas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) recorre ao processo de clonagem de assentamentos. Nos números oficiais de novas famílias assentadas, estrategicamente foi incluído o expediente da regularização

fundiária (das posses), reconhecendo-a como novos assentamentos rurais, que não eram, como destacou Oliveira (2007). Nessa linha, assevera Sauer e Souza (2008, p. 74), “não existe estatística confiável para quantificar as famílias assentadas”.

Na verdade, as estratégias adotadas pelo governo FHC foram muitas, no sentido de criar um discurso, teórico e político, de que não precisava mais o campesinato lutar pela terra, leia-se ocupar latifúndio e se envolver em conflitos territoriais. Uma dessas estratégias foi a de aparelhar o MDA com intelectuais que estudam a questão agrária, passando a realizar reuniões e seminários, com o intuito de auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo, mas primordialmente para formarem uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos movimentos sociais do campo, seus intelectuais orgânicos (OLIVEIRA, 2007).

Por isso, a constatação de Sampaio (2013), em epígrafe, de que uma abundante literatura sobre os problemas do campo brasileiro, produzida recentemente por um viés de fortalecimento do desenvolvimento do capitalismo agrário em curso, relegou a reforma agrária a um segundo plano. Eram os defensores do agronegócio que fechavam os olhos para a estrutura fundiária profundamente concentrada e para os conflitos territoriais que pipocavam nos quatro cantos do país dela decorrentes. Mais graves eram as teses de que a modernização técnica do agronegócio havia solucionado os problemas do campo, bem como aquela que advogava que os problemas com relação à reforma agrária eram frutos da ação dos próprios movimentos sociais, ou seja, o governo FHC e o Estado estavam fazendo a reforma agrária não reconhecida por estes²⁰.

Outra estratégia que o governo FHC propôs foi a denominada criticamente de “reforma agrária virtual pelos correios”, lançada já no final dos oito anos (OLIVEIRA, 2007). Como bem registrou Ramos Filho (2008), tratou-se de uma dispendiosa campanha publicitária realizada nos meios de comunicação, ocupando os horários nobres sob o slogan: Pra quê pular a cerca se a porteira está aberta? Ainda segundo esse autor, o efeito foi o inverso do que pensou o governo, pois o MST

20 Essa leitura equivocada da realidade está presente, entre outros, em Martins (2004).

organizou-se abarrotando as agências com camponeses e camponesas para a realização do propalado cadastro, transformando o momento em um ato político para desmascarar o governo. O que ficou demonstrado com esse engodo virtual foi, segundo Oliveira (2007), a necessidade da reforma agrária em face do número de inscritos para ter acesso à terra. Corroborando esses autores, uma liderança do MST/Alagoas, analisando o período FHC, se remete a esse contexto da seguinte forma:

[...] eles [os que faziam a política agrária no governo FHC] passaram a querer nos dominar de outras formas: [...] principalmente, querer acabar com os instrumentos da reforma agrária. [...] criaram naquele período com o apoio do Banco Mundial o Banco da Terra né, em que faziam campanhas publicitárias no sentido de cooptar a sociedade e os Sem Terras, [afirmando] que não precisavam fazer ocupações né, que bastava criar uma Associação e aí, conseqüentemente, ir nos correios se inscrever e o governo garantiria a terra pra eles né. E as contradições foram tantas que nós [MST], com esses métodos que eles usaram, nós então usamos outro método: [...] chegamos a fazer mais de um milhão de assinaturas e até hoje essas famílias não receberam um palmo de terra no governo Fernando Henrique Cardoso. Só receberam aquelas que enfrentaram o modelo e quando se criavam esses conflitos o governo desapropriava terra²¹.

Oliveira (2007) destaca também outras duas estratégias levadas a cabo pelo governo FHC como alternativa política para fazer frente à pressão social por assentamentos: uma foi o estímulo à criação de novos movimentos sociais que não adotam a tática da ocupação como estratégia de luta, ao contrário, adotam a tática exclusiva da chamada negociação com os grandes proprietários de terra; outra foi, por meio de lances espetaculares no seio da sociedade do espetáculo, a mídia hegemônica, em especial a Rede Globo, que passou a veicular reportagens que denegriam a imagem do MST (OLIVEIRA, 2007). Nesse bojo, trazemos a capa da Revista Veja de 1998 como uma forma elucidativa para percebermos como era apresentada a principal liderança do MST, João Pedro

21 Entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2017 no município de Piranhas.

Stéidile, como o “diabo”. Era a grande mídia cumprindo mais uma vez o seu papel a serviço da fração da classe dominante e contra qualquer possibilidade de reforma agrária (Ver figura 2).

Figura 2 – Capa da Revista Veja criminalizando liderança do MST (1998)



Fonte: Veja (1998).

A criminalização da luta e a perseguição das lideranças, notadamente do MST, foram realizadas também com a edição da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, a “MP das ocupações” (SAUER; SOUZA, 2008). Tratou-se de uma medida que visava a eliminar as ocupações de terras, pois impedia a vistoria e a desapropriação de imóveis rurais ocupados; excluía do programa de reforma agrária toda pessoa identificada nas ocupações e ameaçava a ação dos movimentos sociais. A estratégia do governo em desmobilizar a luta cumpriu seu papel, com a queda das ocupações de terra: se em 1999 foram 856, em 2000 ainda manteve-se elevado o número, com 519, mas em 2002 caíria para 269; já o número de famílias, que eram 113.909 em 1999, manteve-se elevado em 2000, com 81.640, caindo pela metade em 2002: 40.146 mil (DATALUTA, 2017).

Na realidade do campo, os assassinatos e os massacres de camponeses e camponesas, indígenas e quilombolas e suas lideranças continuavam em face de um Judiciário complacente com os criminosos executores e seus mandantes (MITIDIERO JR., 2008). Nos oito anos FHC, foram 292 assassinatos de lideranças do campo e sete massacres que contabilizaram 46 vítimas. Além dos quatro massacres já descritos no primeiro mandato, tivemos mais três no segundo governo²².

Os movimentos sociais passaram a viver o refluxo da luta pela reforma agrária. A prioridade conferida ao agronegócio, em detrimento da reforma agrária e da agricultura camponesa, resultou em aumento das contradições no campo, com a persistência da pobreza e da tensão entre proprietários e os movimentos sociais agrários. Os assentamentos rurais foram criados conforme a pressão social, mas de forma precarizada, ou seja, incompletos e sem infraestrutura básica, provocando uma descapitalização das famílias assentadas (FERNANDES, 2004; SAUER e SOUZA, 2008). Nesse período, programas que se apresentaram com algum avanço, a exemplo do Projeto Lumiar de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre 1997 e 2000, foram extintos pelo próprio governo. Ocorre que, com base em Ramos Filho (2008), o governo FHC e seus intelectuais foram incapazes de compreender que o capitalismo

²² Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>. Acesso em: 14 ago. 2018.

se desenvolve (re)criando suas contradições, por isso a persistência do campesinato em luta.

Como observa Oliveira (2007, p. 146), apesar do neoliberalismo invadir quase todos os espaços da sociedade brasileira, no campo a busca era por sepultar a concepção de agricultura camponesa sob o véu do conceito de agricultura familiar, “[...] a rebeldia camponesa presente nos movimentos sociais em luta deu o tom da luta política”. As forças da contrarreforma agrária impediram mais uma vez que a reforma agrária fosse realizada. No entanto, as lutas continuaram e os anos 2000 foram de grandes desafios para os movimentos e organizações sociais, com a apresentação de mudanças na conjuntura política nacional, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república, como veremos no próximo item.

2.4 A continuidade da contrarreforma agrária sob a hegemonia às avesas nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançado, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos extratos pobres.

Francisco de Oliveira (201 p. 132), em “O ornitorrinco”.

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles - desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação neoliberal entre nós.

Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 42), em “A hegemonia da pequena política”.

Infelizmente, o governo Lula acabou surpreendendo ao revés. Sua atuação não alterou nada de relevante em relação à política agrária implantada nos dois períodos de governo FHC. Limitou-se a medidas de transferência de rendas, necessárias, mas ineficazes para as esperadas transformações estruturais. [...] Os fatos que se seguiram frustraram a esperança. A proposta de reforma agrária com potencial de alterar as estruturas no campo e reverter a situação de injustiça e de exclusão fora esvaziada no decorrer do tempo. A promessa de “reforma agrária ampla, massiva e de qualidade” passou para o reino do faz-de-conta. [...] Em suma, a política agrária do Brasil nesses últimos quinze anos foi ineficaz para os pobres e muito eficaz para os interesses dos capitais que se apoderaram do rural. A reforma agrária não foi e não é prioridade política. A primazia da política governamental é o agronegócio exportador.

José Juliano de Carvalho Filho (2014, p. 25; 26; 27), em “Política Agrária: 15 Anos - Carta a Plínio de Arruda Sampaio”.

O ano de 2003 foi um momento *sui generis* para a sociedade brasileira, pois, pela primeira vez na história, um líder político oriundo da classe trabalhadora, nascido no seio do movimento sindical operário, foi eleito presidente da república. A literatura²³ mostra que, de um lado, a esperança tomava conta de amplos setores que lutavam por transformações sociais, políticas e econômicas e, particularmente, há décadas reivindicavam a efetivação da reforma agrária, haja vista essa ter sido uma bandeira histórica do PT. De outro, uma espécie de terror passou a assombrar a fração da classe dos proprietários e detentora do grande capital, entre ela a burguesia latifundiária do modelo agrário/agrícola do agronegócio, receosa de que a reforma agrária fosse uma política posta em prática.

No entanto, o governo Lula da Silva surpreendeu com um revés e o desenrolar dos acontecimentos frustrou as esperanças, como escreveu Carvalho Filho (2014) em epígrafe. Esse revés ocorreu devido à op-

23 Cf.: Sauer e Mészáros (2018); Cosme (2015); Carvalho Filho (2014); Sauer e Souza (2008); Oliveira (2007); Sampaio (2004); Fernandes (2004).

ção, como assevera Coutinho (2010), em não romper com a hegemonia neoliberal, ao contrário, reforçando-a de modo significativo. Todavia, é preciso revisitar os fatos que marcaram essa história recente da transição dos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) aos governos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no sentido de compreendermos que essa esperança aludida e o medo dos grandes proprietários de terras de que a hora da reforma agrária havia, enfim, chegado não procediam, ou, pelo menos, não eram corroborados pela realidade das opções econômicas às quais o PT rumava.

Foi Francisco de Oliveira (2013) em epígrafe, no seu “Ornitorrinco”, demonstrando, como sempre, extrema capacidade em antecipar a realidade, um dos autores que muito cedo visualizava o continuísmo já no primeiro ano do governo Lula da Silva. Segundo o autor, o governo Lula não apenas realizava o programa dos governos FHC, mas radicalizava-o. No calor da corrida eleitoral de 2002, o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro²⁴ pela candidatura de Lula da Silva, na qual se comprometia em manter todos os contratos econômicos, já sinalizava sua opção pela manutenção da política econômica em curso nos governos FHC, marcada pela estratégia neoliberal. Uma estratégia, que na busca da propalada administração econômica responsável, perseguiu dois objetivos claros: o primeiro, a estabilização macroeconômica com ênfase na inflação e nas contas públicas; o segundo, a busca por um ambiente favorável ao mercado, com incentivo à livre iniciativa, maior concorrência entre os capitais e a retomada dos investimentos e do crescimento econômico (CARCANHOLO, 2010).

Guiada por esse ideário neoliberal, a referida carta, mesmo afirmando ser a reforma agrária central nas reformas estruturais de que o Brasil precisava para assegurar a paz no campo, também afirmou a valorização do agronegócio como caminho para esse mesmo campo. Para tanto, a expansão do volume das exportações das *commodities*, aproveitando-se da alta do preço dos produtos agropecuários no mercado externo, passou a compor o principal conjunto de exportações do país.

24 Cf.: **Carta ao Povo Brasileiro**. Disponível em: <http://esbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Ante essa conjuntura, não é por menos que Fernandes (2004, p. 290), ao escrever sobre as perspectivas da reforma agrária no governo Lula, antecipava: “embora a esperança seja de todos, a realidade não apresenta indicadores de muita confiança”.

Para Carcanholo (2010), muitos defendem que o governo Lula não cumpriu as esperanças de rompimento com a estratégia neoliberal e teria se submetido ao pensamento único, mas, segundo ele, a Carta ao Povo Brasileiro mostra que, ao ser eleito, ele (Lula) só cumpriria o que prometeu, não havendo, portanto, rompimento e nem traição, mas manutenção do discurso de campanha. “Mantém-se o discurso – e a prática [...]. As reformas estruturais pró-mercado, incluindo a liberalização comercial, financeira e produtiva, não apenas são mantidas como aprofundadas” (Ibidem, p. 113). É nesse bojo, em um contexto de muitas composições e concessões, fruto de uma aliança com setores da esquerda, passando pelo centro, indo até a direita na campanha para que fosse garantida a vitória e a dita “governabilidade”, que o PT assume a Presidência da República em 2003 (SAUER e MÈSZÀROS, 2018; OLIVEIRA, 2007; BALDUÍNO, 2004; FERNANDES, 2004).

O fato era que a bandeira da reforma agrária não era mais hasteada como antes pelo partido já no início do primeiro mandato Lula da Silva (2003-2006). Para Fernandes (2004), de 1989 até 2002, mudanças ocorreram na plataforma das candidaturas do PT com relação à reforma agrária, entre elas destaca-se não mencionar a estrutura fundiária concentrada, bem como abolir a crítica ao sistema latifundista. Em sua avaliação, com um discurso ameno e conciliador, a ênfase do texto do programa de governo de 2002 era desenvolvimentista e continha dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização.

O Brasil chegava ao século XXI com um espaço agrário, produto do desenvolvimento contraditório do capitalismo no país, marcado por profundas disputas territoriais entre a burguesia latifundista do agronegócio e os diversos sujeitos em luta pela terra e pelo território. Contra-

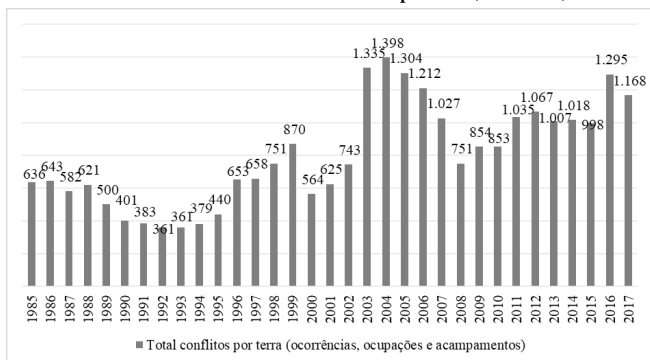
dições essas que não ficavam apenas no campo, mas refletiam no âmbito da burocracia estatal desde os governos FHC, estruturando a organização ministerial em dois espaços para gerir as políticas para esse mesmo campo, mas sem atacar seus problemas, ao contrário, aprofundando-os. De um lado, o conhecido Ministério da Agricultura (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)), historicamente ligado à primeira; de outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma conquista dos segundos. Segundo Fernandes (2004), os ruralistas, como sempre, indicavam nomes para o Ministério da Agricultura; já os movimentos camponeses, com a chegada de Lula à República, tiveram a abertura para indicar nomes para cargos do segundo escalão, onde o MST e a CPT influenciaram nas indicações para cargos no INCRA e a CONTAG para o MDA.

Como destaca Sauer e Mészáros (2018, p. 322), nesse jogo de forças políticas predominou *“la influencia avasalladora del Ministerio de Agricultura sobre la economía política de reforma agraria”*. A opção pela modernização técnica, via agronegócio, sem reforma agrária, possui várias similitudes com a dos tempos do regime militar: era a via modernizante renovada durante os anos de governo Lula (DELGADO, 2010). Isso ficava claro já nesse primeiro mandato, de um governo de coalizção, fortemente pressionado por uma base composta pela bancada ruralista com um quarto e um terço de deputados e senadores, votando conforme sua orientação, segundo esse autor. Apesar da presença dos dois ministérios, os rumos do campo e consequentemente da reforma agrária no governo Lula logo foi, por exigência daquela bancada, entregue a um representante do agronegócio: Roberto Rodrigues, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), foi o primeiro ministro de Agricultura (2003-2006). A promessa da reforma agrária ficava cada vez mais distante e, como avaliou uma liderança da CPT/Alagoas, ela efetivamente não ocorreu: “na época do Lula, o Lula tem uma frase que eu acho interessantíssima que é: “farei a reforma agrária de uma canetada”. Faltou tinta na caneta do Lula”²⁵.

25 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

Entretanto, um ponto de partida de uma análise lúcida sobre a questão da reforma agrária nesse período, sem incorrer ao simplismo de buscar a explicação do abandono da reforma agrária apenas na cooperação dos movimentos sociais como assevera Sauer e Mészáros (2018), tema que abordaremos mais à frente, é reconhecer a intensificação da luta por parte dos movimentos sociais, sobretudo nos primeiros três anos dos governos Lula da Silva. Isso fica provado quando analisamos o gráfico 6, a partir de uma visão geral do número de conflitos por terra no campo brasileiro, desde 1985 a 2017.

Gráfico 6 - Brasil – Número de conflitos por terra (1985/2017)



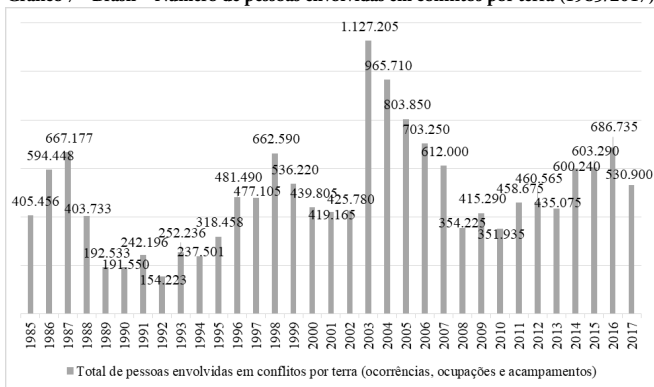
Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (1985-2017). Org.: Autor, 2018.

Nele podemos perceber que o período do primeiro governo Lula (2003-2006) foi aquele onde ocorreu a maior quantidade de conflitos por terra: de 743 em 2002, último ano de governo FHC, para 1.335 em 2003, atingindo o ápice em 2004, com 1.398, nível que diminui em 2005 (1.304), 2006 (1.212) e 2007 (1.027), até perder fôlego e entrar em refluxo a partir de 2008, com 751, retornando ao mesmo patamar de 2002.

Oliveira (2007), ao tratar desse cenário no campo brasileiro em meados do século XXI, marcado, segundo ele, pelo desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, por isso a forte presença do cam-

pesinato em luta, reflete no sentido de explicitar que a barbárie é a face cruel da modernidade no Brasil. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento, assevera esse autor. O número de pessoas envolvidas também corrobora para comprovar essa análise e, assim, reconhecer que houve luta em meio à esperança naqueles primeiros anos de governos Lula. A partir do gráfico 7, percebemos que foi no primeiro mandato Lula que houve o maior envolvimento de pessoas em conflitos por terra: de 425.780 pessoas em 2002, quase que triplicou em 2003, atingindo 1.127.205, cifra que permanece elevada em 2004 (965.710), 2005 (803.850), mas que se apresenta com forte refluxo, chegando a 2006 com 703.250. Mesmo assim, número bem maior que os anos de governo FHC.

Gráfico 7 - Brasil – Número de pessoas envolvidas em conflitos por terra (1985/2017)

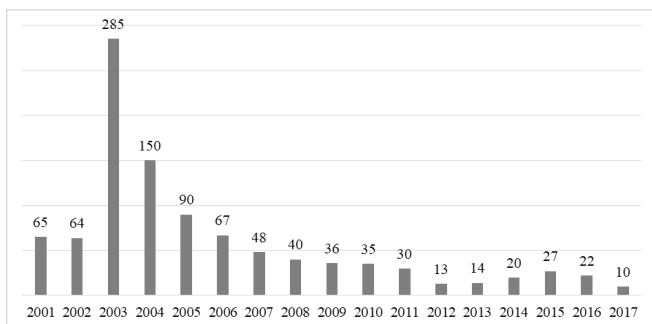


Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (1985-2017). Org.: Autor, 2018.

O número exclusivamente de acampamentos que a CPT passou a registrar a partir de 2001 também comprova a leitura feita. Conforme o gráfico 8, houve um aumento considerável dessa forma de luta, que estava em número muito reduzido em 2001 e em 2002: com 65 e 64,

respectivamente, fruto do processo de criminalização levado a cabo pelo governo FHC através da Medida Provisória nº 2.183-56, atingindo 285 ocupações em 2003, número que se mantém alto em 2004 (150); em 2005 (90) inicia-se um profundo decréscimo, chegando a 2006 (67), no último ano do primeiro governo Lula, com patamares iguais aos últimos anos FHC. O gráfico traduz de maneira bastante fiel a realidade do campo brasileiro e das lutas pela reforma agrária nos anos 2000. Por enquanto o utilizaremos para explicar a barbárie perpetrada pela burguesia latifundista que faz o modelo agrário/agrícola do agronegócio, logo quando assumiu a presidência Lula da Silva. Ou seja, ao passo que aumentavam as ocupações de terras, o temor dos latifundiários do agronegócio também se elevava, por isso 2003 foi o ano com mais assassinatos de lideranças camponesas: 73 vidas ceifadas. Desde 1990, com 82 assassinatos, os latifundiários não matavam ou mandavam matar tanto no campo brasileiro.

Gráfico 8 - Brasil – Número de acampamentos de Sem Terra (2001/2017)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2017). Org.: Autor, 2018.

Portanto, mesmo com toda tranquilidade a favor do agronegócio, advinda das promessas de campanha pelo candidato Lula, o primeiro ano desse governo foi marcado pela extrema ação violenta dos latifundiários sobre os movimentos sociais e seus militantes. Com suas milícias armadas, reanimaram entidades como a União Democrática Ruralista

(UDR), passando a tocar o terror no campo brasileiro (COSME, 2015), barbárie que ia se reduzindo, mas sem desaparecer, à medida que os ruralistas perceberam que a reforma agrária não sairia do papel.

Mais uma vez os números de assassinatos provam essa assertiva, caindo de 73 em 2003 para 39, 38 e 39 vidas ceifadas em 2004, 2005 e 2006, sucessivamente. Durante os dois governos Lula (2003-2010), a CPT registrou sete massacres no campo com vinte assassinatos.

Essa foi a conjuntura política dos anos em que Lula da Silva esteve à frente da República. Apenas como mais um detalhe importante: juntamente com a violência das milícias privadas bem armadas, é mister destacar a ação intensiva da mídia, criminalizando os movimentos sociais e enaltecendo os resultados do agronegócio (BALDUÍNO, 2004). Como bem frisou Fernandes (2004), desde a vitória de Lula, a mídia nacional – jornal O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Revista Veja, entre outros, atua no sentido de reforçar o que o autor denomina de paradigma do capitalismo agrário, impedindo que a realidade apareça como de fato é: uma estrutura fundiária concentrada, o aumento das famílias acampadas, o empobrecimento do campesinato, o aumento da exploração e da exclusão.

Nesse contexto de disputa entre os movimentos/organizações sociais e os ruralistas, predominou, mais uma vez na história do Brasil, o poder do latifúndio. Prova disso foi que, no ano de 2003, o governo não aceitou o II PNRA elaborado sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio²⁶, que tinha como proposta assentar um milhão de famílias em quatro anos. A decisão de não aceitar o referido plano já demonstrava a intenção do governo de não contrariar os ruralistas, que defendiam os interesses do agronegócio e que agora faziam a base do governo no Congresso Federal. Entretanto, no mesmo ano, o Ministro do MDA, Miguel Rosseto, apresentou uma outra versão, intitulada II PNRA: paz, produção e qualidade de vida no meio rural, com metas bem menores: 400 mil famílias a serem assentadas.

26 *In memoriam*, Plínio de Arruda Sampaio foi uma reconhecida liderança política da esquerda brasileira e um dos maiores defensores da bandeira da reforma agrária no país.

A esperança na realização da reforma agrária no governo Lula começa a cair por terra para uma parte dos movimentos sociais, militantes e intelectuais envolvidos com o tema. Defende-se aqui que a realização da reforma agrária começa a ser vista pelos movimentos sociais ou pelos defensores desta como realmente deveria ter sido desde os tempos da campanha em 2002, como uma grande ilusão (COSME, 2015). Apesar do rebaixamento das metas e da não aceitação do plano elaborado em consonância com os movimentos sociais, que inclusive estavam e continuaram na base do governo durante todos os governos petistas, o II PNRA (2003) afirmava taxativamente em sua letra a urgência da reforma agrária.

Urge realizar a reforma agrária, antes que a situação econômica e social da população do campo assuma gravidade ainda maior e possa comprometer definitivamente a possibilidade de transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e politicamente democrática. A reforma agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela contribuição à superação da desigualdade e à exclusão social de parte significativa da população rural (MDA, 2003, p. 04).

O II PNRA estipulava 11 metas, para serem implementadas entre 2003 e 2006:

Meta 1 - Assentar 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária;

Meta 2 - Regularização fundiária para 500 mil famílias;

Meta 3 - Promoção do acesso à terra pelo Crédito Fundiário de 150 mil famílias;

Meta 4 - Recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos existentes;

Meta 5 - Gerar 2.075.000 novos postos de trabalho permanente no setor reformado;

Meta 6 - Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;

Meta 7 - Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;

Meta 8 - Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;

Meta 9 - Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;

Meta 10 - Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;

Meta 11 - Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MDA, 2003).

Essas metas proporcionariam o que o governo denominou de “um novo modelo de reforma agrária – da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial”, enfatizando, entre outras, a relevância de ações de apoio às famílias assentadas. Entretanto, a história da questão agrária no Brasil já havia demonstrado que, entre a reforma agrária contida na letra das leis e a sua implementação neste país, existe um profundo fosso. Já no início do governo Lula, Thomaz Jr. (2003) antecipou-se advertindo para a possibilidade de uma contrarreforma agrária no Brasil do governo do PT. Do ponto de vista do autor, paradoxalmente podemos dizer, seria uma reforma agrária que não promoveria mudanças na estrutura fundiária do país, muito menos daria a autonomia da produção familiar e camponesa. Para o autor, diante do contexto de uma contrarreforma agrária que se configurava, a ação dos trabalhadores organizados, especialmente o MST e as entidades que o apoiam na luta contra os setores hegemônicos dentro do governo, seria condição *sine qua non* para “eliminar da cena política as amarras que impossibilitam as mudanças necessárias para abalar ou mesmo remover em parte o ranço latifundista” (THOMAZ Jr., 2003, p. 17).

A grande discussão reside em torno do cumprimento ou não da meta 1: assentamento de 400 mil novas famílias. Como enalteceu Alentejano (2018), um conjunto de autores tem criticado as distorções

dos dados oficiais divulgados pelo INCRA sobre novos assentamentos rurais. Em suas palavras, isso ocorre devido à “[...] contabilização de reconhecimento de antigos assentamentos realizados por governos estaduais, regularização fundiária, reassentamento em lotes abandonados e outras modalidades como se fossem novos assentamentos, contribuindo para inchar as estatísticas” (Ibidem, p. 313). Isso ficará bem claro quando elaborarmos a crítica à reforma agrária oficial divulgada pelo INCRA no estado de Alagoas. Por ora, registramos que o processo de clonagem de assentamentos do governo FHC, destacada por Fernandes (2004), continuou durante o governo Lula. Segundo dados oficiais do INCRA (2017a), no primeiro governo Lula foram assentadas 381.419 novas famílias. Entretanto, o DATALUTA (2017) registra um número menor: 307.234. Já Oliveira (2007), traz dados bem mais aquém da meta 1 (400.000 famílias), afirmando que foram assentadas apenas 131.745 novas famílias, ficando, segundo ele, a diferença (249.674) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários²⁷. Essa análise fez o autor afirmar que não existia reforma agrária no primeiro governo Lula, pois “a farsa dos números da reforma agrária do MDA/INCRA” continuava, em um contexto onde a política do agronegócio vencera. Nesse sentido, a crítica do autor é profunda: “Surge assim, um novo tipo de lógica entre o governo LULA e os movimentos sociais e sindicais: **um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita**” (OLIVEIRA, 2007, p. 178. Grifos do autor).

Percebemos que a vitória da política agrária/agrícola do modelo latifundista do agronegócio fica comprovado não apenas nesse processo descrito. Os estudos têm apontados outros processos que demonstram a continuidade da política agrária do governo Lula com relação às medidas adotadas nos governos anteriores, por exemplo no de FHC: a) a ampla maioria dos assentamentos foi criada na Amazônia Legal (78%); b) a opção pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e outras formas não onerosas de obtenção de terras para a construção dos assentamentos em detrimento do instrumento de desapropriação por interesses sociais para fins de reforma agrária, intensificando o que cri-

²⁷ Sobre a diferença desses processos cf. o próprio autor (Oliveira (2007, p. 168).

ticamente os autores e movimentos denominaram de Reforma Agrária de Mercado (RAM). Assim, de instrumento complementar às desapropriações, como citado no II PNRA, o PNCF passou a comandar as obtenções de terras; c) a não atualização dos índices de produtividade dos imóveis rurais, que são dos anos de 1970, inviabilizando a desapropriação de imóveis rurais que não cumprem a função social, como reza a Constituição da República; d) a não revogação da “MP das ocupações” (MP 2.183-56/2001) (OLIVEIRA 2007; SAUER e SOUZA, 2008; FERNANDES, 2004).

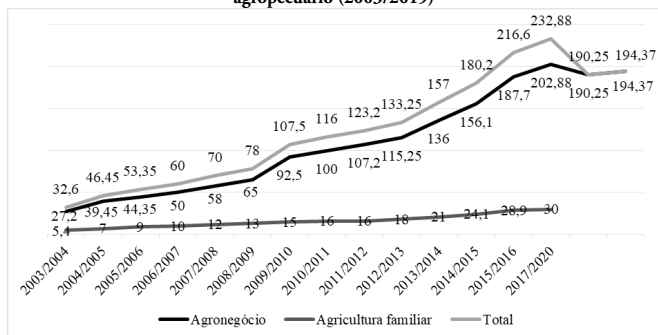
Por exemplo, Sauer e Souza (2008, p. 81) afirmam que nos governos Lula houve “uma aliança esquizofrênica com a classe dominante agrária”. Sobre os desafios do governo Lula recém-eleito e a questão da RAM oriunda dos governos FHC, Fernandes (2004, p. 289) escreveu: “A reforma agrária é uma política de desconcentração fundiária por meio da desapropriação de terras. Crédito Fundiário para a compra de terras não deve ser confundido com reforma agrária, para não se repetir a esdrúxula expressão “reforma agrária de mercado”. Por certo o autor não foi ouvido, ocorrendo exatamente o contrário da sua crítica no desenrolar dos anos Lula.

Por conseguinte, é importante destacar que o II PNRA, para ser implementado, necessitava de que o governo canalizasse suas ações e, principalmente, os recursos financeiros para que as onze metas saíssem do papel. Assim, um parâmetro que se julga aqui relevante para demonstrar a opção tomada pelo governo Lula, já nos seus anos iniciais e que não difere dos demais, está relacionado ao direcionamento dado ao planejamento dos recursos para o campo brasileiro (COSME, 2015). Remetemo-nos ao Plano Safra da Agricultura Familiar e ao Plano Agrícola e Pecuário, ambos anunciados anualmente.

A forma como os governos Lula incentivaram o agronegócio corrobora, em nossa ótica, para aquilo que Delgado (2014, p. 32) caracterizou como “evidências da hegemonia política de uma economia do agronegócio [...]”. Uma simples pergunta deve ser feita: quem efetivamente foi favorecido com esse aumento de recursos? Reconhecemos que

houve um aumento dos recursos para a agricultura familiar, através do questionado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como é preciso registrar que essa separação do planejamento dos recursos sequer era efetivada nos governos anteriores de FHC. Os recursos, que eram 5,4 bilhões (bi) na safra 2003/2004, atingiram 16 bi em 2010/2011, último planejamento dos anos Lula. No entanto, é clarividente a guinada estrutural do planejamento governamental petista para o agronegócio, ou seja, o mesmo apoio dado nos governos FHC, onde as linhas do gráfico 9 do total geral de recursos e a fatia planejada para o agronegócio quase que se sobrepõem, saindo de 27,2 bi para incríveis 100 bi no intervalo acima. Falamos em planejamento, pois a quantidade de recursos aplicada poderá ser maior ou menor, tanto para o agronegócio, como para a agricultura familiar, a depender da burocracia dos agentes de crédito, da liberação efetiva pelo Estado, da pressão dos movimentos sociais, entre outras razões.

Gráfico 9 – Brasil - Evolução, em bilhões de reais, dos recursos para o crédito agropecuário (2003/2019)



Fonte: MAPA (2013-2018); MDA (2004-2018) – Org.: Autor, 2018.

Em síntese, o agronegócio ficou com 85% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural durante os oito anos de governos Lula, com 476,5 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar restaram apenas 15% ou 87,4 bilhões. Mesmo reconhecendo o potencial da

agricultura familiar no país, com resultados melhores que o agronegócio, conforme consta no II PNRA, o governo Lula fez a opção por este, cedendo aos interesses dos latifundiários. Nesse sentido, em um governo que tem à frente um sindicalista, apoiado por ampla parte dos movimentos e organizações sociais, mas que aplica uma política a favor da burguesia latifundista, ganham corpo as análises de Oliveira (2010), de que se realizou nos governos Lula uma “hegemonia às avessas”. Segundo o autor, há um consentimento ao avesso, onde não são os dominados que consentem em face da sua exploração, mas os dominantes (capital e capitalistas) que autorizam ser conduzidos pelos dominados, “[...] com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista” (Ibidem, p. 27).

Fundamental lembrar que essa propulsão dada ao agronegócio está em sintonia com as condições particularmente favoráveis do mercado mundial de *commodities*, que proporcionou no período de governos Lula todas as condições para o aumento da exportação de grãos, carnes e minérios sobretudo para a China, obtendo superávits fiscais e atendendo aos interesses do capital, ao mesmo tempo, levou a cabo práticas políticas de transferência de renda, como Bolsa Família e o Programa Fome Zero, como já descrevemos, importantes, mas limitadas de um ponto de vista de mudanças estruturais na sociedade. Essa conjuntura mundial, fundada na exportação de matérias-primas, explica em boa medida o pacto conciliatório entre a burguesia latifundista e as frações da classe trabalhadora nos anos Lula, mas irá ruir no período Dilma, como abordaremos, com a crise de 2008 (LEITE, 2018; SAUER; MÊSZÁROS, 2018; PORTO-GONÇALVES et. al, 2018; ALENTEJANO, 2018; OLIVEIRA, 2016; SINGER, 2016).

Todo esse contexto vai deixando evidente a aludida vitória do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa e da reforma agrária, demonstrando que o ranço latifundista de que fala Thomaz Jr. (2003), dentro dos governos Lula, não foi abalado pela ação dos movimentos sociais. As decisões políticas no seio do governo, nos termos defendidos por Delgado (2010), eram marcadas por uma conexão externa, leia-se

em um cenário da agricultura mundializada em face da internacionalização da economia brasileira, dentro do escopo de sucessivos ajustes macroeconômicos e pela disputa por uma posição primária exportadora no mercado externo, consubstanciando uma inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

Retornando à análise do II PNRA, dentre as onze metas contidas no texto, a meta 4 – recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos; e a meta 11 – garantia da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas, estão diretamente dependentes da realidade apresentada no quadro acima. São metas também que merecem atenção especial neste trabalho, por estarem intimamente ligadas à problemática desta investigação, bem como são metas que estão totalmente imbricadas, ou seja, a materialização de uma é condição para a outra e vice-versa. Portanto, é interessante perceber o que a letra do Plano prega e o que a realidade apresenta, por exemplo, nos assentamentos rurais de Alagoas.

Algumas indagações podem ser feitas a respeito do avanço que se afirma ter ocorrido nos governos Lula nos temas: PRONAF, ATER e Programas de Comercialização (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)). No tocante à elevação dos recursos do PRONAF: o formato do PRONAF atende aos anseios do campesinato, especialmente do assentado? O volume de recursos liberados supre a demanda dos camponeses e camponesas? Já com relação à ATER, é importante salientar que esta só se tornaria Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNA-TER), em meados de 2010²⁸, ou seja, sete anos depois do II PNRA

28 Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, regulamentada no mesmo ano através do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Em seu artigo 1º afirma: Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cf.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 07 ago. 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7215-15-junho-2010-606739-publicacaooriginal-127584-pe.html>. Acesso em: 07 ago. 2018.

e já no último ano do segundo mandato do governo Lula. Esse lapso de tempo para a aprovação da lei que torna a ATER política pública já permite perceber o descaso do governo com essa questão, apesar de reconhecermos o avanço na letra da lei. Nessa esteira indagamos: como ocorreu a implementação dessa política? Ela sofreu descontinuidades ou foi implementada universal e permanentemente para os camponeses e camponesas? Sobre o PNAE e o PAA: como eles chegam aos municípios? Quem administra esses programas? Como as famílias camponesas são escolhidas para ingressarem neles?

Com base em Oliveira (2007), o PRONAF é um programa dentro do viés da política neoliberal, gestada no seio dos governos FHC. Portanto, não se trata de manifestar a defesa por mais crédito, através da elevação e da liberação dos recursos do PRONAF para o campesinato em detrimento do agronegócio, trata sim de entender que o próprio formato do PRONAF não atende aos interesses do campesinato, segundo o autor. Para Oliveira (2007), a luta dos movimentos sociais devia, entre outros pontos, se encaminhar para conseguir o fim do PRONAF e sua substituição por um plano camponês alicerçado em uma política de soberania alimentar e de um fundo de recursos para subsidiar as implantações de novos assentamentos e o fomento da agricultura familiar camponesa. No caso da ATER, essa foi uma lacuna estrutural para a precarização dos assentamentos rurais, pois, mesmo com a lei aprovada tornando-a política pública, a Assistência não passou de letra morta, haja vista a descontinuidade dos serviços ao longo dos oito anos dos governos Lula: engessamento dos serviços, atrasos de pagamentos das equipes de profissionais, ineficiência do INCRA no monitoramento, análise de relatórios, emissão de documentos, entre outros (COSME, 2015).

Autores, a exemplo de Fernandes (2013) e Carter e Carvalho (2010), reconhecem o avanço que foi a conquista dos dois canais de comercialização (PAA e PNAE) pelos movimentos sociais, leitura com que concordamos plenamente. Entretanto, foram muitos os entraves que inviabilizaram a realização de ambos, sendo um estrutural: são políticas/ programas que, ao chegarem ao município, ficam nas mãos do poder

municipal, através da Secretaria de Agricultura, que, na ampla maioria dos casos, dita as regras de acordo com seus interesses eleitorais, fomentando e aprofundando as relações clientelistas de troca de votos (COSME, 2015). Isso ficará explícito quando da análise dos assentamentos rurais que compõe o presente estudo.

Outros avanços são apontados nos governos Lula, como explicitado por Carter e Carvalho (2010). Para os autores, nesses governos houve, além de maior apoio financeiro e logístico aos assentamentos, a promoção de programas de educação para o campesinato e o aumento de recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); um diálogo mais aberto com os movimentos sociais; a contratação de 1.800 profissionais para o INCRA via concurso; e a implementação do Programa Luz para Todos, com a eletrificação rural atingindo 6,1 milhões de pessoas até meados de 2007. Ainda segundo os referidos autores, essas melhorias foram efetuadas em um clima de insistente pressão por parte dos movimentos sociais do campo, sendo que, em muitos casos, as políticas governamentais foram implementadas a partir de demandas concretas formuladas pelos camponeses, haja vista o maior diálogo dos governos Lula com os movimentos sociais, algo diferente dos anos FHC. Entretanto, mesmo apontando os referidos avanços, os autores são enfáticos ao afirmar a opção dos governos Lula pelo agronegócio.

A questão defendida por esses dois importantes estudiosos como um avanço no governo Lula, no tocante ao diálogo mais aberto com os movimentos sociais, é polêmica e divide as análises. A aproximação dos movimentos sociais com os governos petistas, muitas vezes até fazendo parte da máquina estatal ao ceder militantes para ocupar cargos administrativos no governo, tem efeitos, às vezes, indesejados, como o refluxo das ações de luta e mobilização e, mais grave, a cooptação destes (COSME, 2015). Não que a cooptação de parte das lideranças dos movimentos sociais seja a totalidade da explicação sobre o abandono da bandeira da reforma agrária nos anos Lula. Ou seja, houve outros processos, como a criminalização, a violência e a barbárie que continuaram

assolando os que lutavam pela reforma agrária, bem como a neutralização das lutas via os programas de transferência de renda (PORTO-GONÇALVES e CUIN, 2013; SAUER E MÉSZÁROS, 2018).

Todavia, como destaca Coutinho (2010) em epígrafe, a cooptação de importantes movimentos sociais, que passaram a apoiar as políticas neoliberais, foi uma marca indelével dos anos em tela. Essa constatação ganha respaldo quando analisamos a dinâmica da ação dos movimentos sociais no segundo governo Lula (2007-2010): as ocupações de terras que haviam alcançado o número de 662 em 2004, passam a 533 em 2005, ficando em cerca de 389, tanto em 2008, como em 2009, despencando para 184 em 2010; os conflitos por terra que chegaram a 1.398 em 2004, 1027 em 2007, caem para 751 em 2008, 854 em 2009, mantendo praticamente o mesmo número em 2010; as pessoas envolvidas em conflitos é que demonstram um grande refluxo: se em 2003 atingiram em números redondos 1,1 milhão, caem praticamente pela metade em 2007 (612 mil), seguindo em queda acelerada a partir de 2008, 2009 e 2010, com 354 mil, 415 mil e 351 mil, respectivamente; por fim, a queda no surgimento de novos acampamentos deixa ainda mais explícitas as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais em luta pela reforma agrária: em 2003, eram 285 especializados por todo o país, caindo substancialmente para 48 em 2007, 40 em 2008, 36 e 35, em 2009 e 2010, sucessivamente.

Como analisou Porto-Gonçalves e Cuin (2013), no segundo mandato de Lula estabeleceu-se uma espécie de “Pax Agrária”, com duas linhas de ações claras: por um lado, foi dada priorização à política de exportação de *commodities*, de outro, a decisão pelas políticas de transferência de renda (Fome Zero, Bolsa Família e outras). Em nossa ótica, importantes políticas, mas de cunho enfaticamente assistencialistas, haja vista não estarem conjugadas com a reforma agrária. Amparamo-nos aqui em Antunes (2015, n.p), quando afirma que foi no segundo governo Lula, dada a crise política no primeiro governo oriunda do denominado mensalão do PT, conseqüentemente, com a quase perda das eleições presidenciais em 2006, que se efetivou um conjunto de al-

terações importantes, sendo uma delas o programa Bolsa-Família. No entanto, “[...] uma política social focalizada e assistencialista, ainda que de grande amplitude, que procurava minimizar os níveis de miserabilidade de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente nas regiões mais atrasadas do país”. E continua esse autor: “mas, é imperioso enfatizar que nenhum dos pilares estruturantes da miséria da sociedade brasileira foram enfrentados. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula. E que seu governo aceitou servilmente” (Idem).

É nesse contexto que Porto-Gonçalves e Cuin (2013) enfatizam que: “[...] os movimentos sociais perderam grande parte do seu poder de convocação, que se expressa na queda do número de ocupações e acampamentos”. O discurso de Lula, logo no início do seu segundo mandato, vangloriando e dando um novo e privilegiado lugar na história aos usineiros, “de bandidos do agronegócio a heróis nacionais e mundiais” segundo ele²⁹, não deixaria dúvidas de que a reforma agrária não seria realizada. Todavia, caminhando nas sendas abertas por esses autores, podemos afirmar que a aludida “Pax Agrária”, gestada no seio do governo Lula a partir dos interesses e pressão dos ruralistas, não é seguida pelo poder privado. Por isso, Porto-Gonçalves e Alentejano (2011) intitulam seu artigo de “A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra: a expansão do agronegócio e a reconfiguração da questão agrária no Brasil”, quando no relatório *Conflitos no Campo Brasil* (CPT, 2011), no qual analisam a violência no campo no ano de 2010, constatam o aumento da violência por parte do setor privado, mesmo em meio ao refluxo das ações dos movimentos sociais. Assim escreveram: “Se as ações protagonizadas pelos movimentos se reduzem e junto a repressão do poder público, por outro lado, avança a violência privada” (ibidem, p. 110). Em 2010, com base nesses autores, os principais protagonistas da violência do poder privado foram fazendeiros (256), empresários (109), grileiros (69), empresários palmiteiros (31) e mineradoras (27). Mais uma vez recorremos aos dados de assassinatos e dos massacres no campo: em 2007 foram 28

29 Cf.: **Presidente Lula chama usineiros de heróis**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2018.

vidas ceifadas, número que se mantém em 2008, cai para 26 em 2009 e sobe para 34 vítimas em 2010. Os anos Lula acabariam com mais dois massacres no campo, sendo um em 2008 e outro em 2010.

Nesse cenário do segundo governo Lula, marcado sobretudo pelo refluxo das lutas dos movimentos e organizações sociais pela reforma agrária, mas também, e até em boa medida, em função da criminalização da luta e da barbárie descrita acima, conjugados esses fatores com as opções por políticas assistencialistas de combate à pobreza extrema, de ganhos reais nos aumentos salariais, que também impactaram na capacidade de mobilização para novos acampamentos e ocupações (SAUER; MÈSZÁROS, 2018), a tese de que a conquista dos assentamentos rurais cresce à medida que a luta cresce, e diminui na mesma proporção que esta perde força, é corroborada pelo número de assentamentos criados. No primeiro mandato Lula, oficialmente, foram criados 2.315 assentamentos (65,32%), número que despencou no segundo governo, com apenas 1.229 (34,68%), de um total geral de 3.544. Da mesma forma com relação às famílias assentadas: 381.419 (62,11%) contra 232.669 (37,89%), de um total de 614.088. A queda na criação dos assentamentos deve ser relacionada também com a questão do aumento do preço da terra no Brasil, fortalecendo o rentismo (DELGADO, 2010). Conforme esse autor, no tipo de desenvolvimento optado pelos governos Lula, pautado na geração de saldos comerciais via agronegócio, em um processo de forte reprimarização da economia, não há possibilidade para a alteração da estrutura fundiária.

Outro fator que não deve ser esquecido é a ação do Judiciário em favor dos grandes proprietários de terras. Ações nos tribunais são determinantes para impedir a reforma agrária. Os juízes, carregados de interesses, contribuem para inflacionar os preços das terras, acima dos valores de mercado, nas ações impetradas pelos grandes proprietários. Os litígios nos tribunais são formas, de um lado, de dificultar as ações de desapropriação para aqueles proprietários que não querem se desfazer de suas terras, e de outro, de apropriação cada vez maior da renda absoluta da terra. Conforme Sauer e Mészáros (2018), trata-se de um sistema que

tem levado partidos pró-reforma agrária a buscar a solução via o próprio mercado, sem ter que passar pelo crivo dos tribunais.

Não há como negar que as forças da contrarreforma agrária, mais uma vez, conseguiram impedir qualquer possibilidade de mudança na estrutura fundiária do país nos anos Lula. Basta observarmos o Índice de Gini³⁰ para comprovarmos a perpetuidade da concentração da terra no campo brasileiro nas últimas décadas. Chegamos a um índice de 0,854 em 2006, semelhante aos anos de 1995 e 1985, com 0,856 e 0,857 (IBGE, 2006), respectivamente. Se, no primeiro governo Lula (2003-2006), Oliveira (2007) afirma que esse período se caracterizou por uma não reforma agrária, no segundo governo Lula (2007-2010), ele defende que foi marcado por uma contrarreforma agrária (OLIVEIRA, 2010). Esta, segundo ele, é objetivada na arquitetura de projetos de lei e medidas provisórias pelo governo e Congresso Nacional, visando à legalização das terras griladas e ao uso dos assentamentos rurais para oferecer matéria-prima (madeira) para a indústria, especialmente na região da Amazônia. Dentro dos movimentos sociais, a consciência de que a contrarreforma agrária é um processo que também marca o período Lula é demonstrada nas palavras de João Pedro Stédile, liderança nacional do MST:

Nesse campo o governo Lula não avançou nada. Porque reforma agrária acontece quando são tomadas medidas de Estado que democratizem a propriedade da terra. Temos dados que mostram o contrário: nos últimos seis anos aumentou a concentração da propriedade agrária. O que está em curso no Brasil é uma contrarreforma (STÉDILE apud OLIVEIRA, 2010, p. 309).

Os rumos tomados nesses governos ditaram os caminhos percorridos no governo Dilma Rousseff (2011-2014)³¹. O ornitorrinco descrito por Oliveira (2003), após oito anos de governos Lula da Silva, se tornou

30 O Índice de Gini é um indicador muito utilizado para calcular a concentração de algum fator, variando de 0 a 1, no qual o resultado 0 (zero) é distribuição perfeita e 1 (um) a concentração extrema, ou seja, quando se aproxima de 1 (um), significa que uma dada distribuição está se concentrando

31 Vamos considerar um único governo, pois a arquitetura do golpe, iniciado em 2015, inviabilizou no

mais complexo ainda. O já “forte” *agribusiness* ficou ainda mais forte nesse período e o campo brasileiro, hegemônico por esse modelo agrário/agrícola, bem como a sociedade em geral, pagou um alto preço. O Brasil foi transformado no país campeão no uso de agrotóxicos. Mantemos o título de uma das sociedades, em pleno século XXI, mais desiguais, senão a mais, no acesso à terra, uso e posse desta. Uma urbanização cada vez mais caótica, violenta e permeada por segregações territoriais, onde a pobreza e a riqueza, contraditoriamente, se (re)produzem cotidianamente. Eis, em síntese, uma caricatura do ornitorrinco à moda brasileira que recebeu Dilma Rousseff, eleita para governar o país (2011-2014) como sucessora fiel do ex-presidente Lula da Silva.

Se, durante os anos Lula, as forças da contrarreforma agrária atuaram e barraram qualquer implementação de alterações na estrutura fundiária, no governo Dilma Rousseff (2011-2014) os resultados, no tocante à agricultura camponesa e à criação de assentamentos rurais, foram bem piores. Segundo Antunes (2015), a eleição presidencial de 2010 baseou-se na manutenção do projeto político do que então já se denominava como *lulismo*, ou seja, caracterizado pela força eleitoral de Lula, que deixou o governo com 80% de aceitação conforme pesquisas de opinião pública, assim como devido à sua liderança “messiânica” e carismática. Foi, conforme esse autor, mais uma campanha com forte apoio político de diversas frações burguesas que se sentiam satisfeitas e representadas pelo bloco de poder então vigente. A vitória de Dilma Rousseff ocorreu, portanto, a partir de uma ampla coalizão, em torno do *slogan* “Para o Brasil seguir mudando” (PT/PMDB/PSB/ PCdoB/PDT/ PR/PRB/PTN/PSC/PTC/PP).

Nesse contexto, estruturalmente as diretrizes econômicas do Governo Dilma seguiram basicamente o receituário do segundo governo Lula, onde um dos pontos foi o incentivo à produção de *commodities* para a exportação, beneficiando especialmente o capital vinculado ao agronegócio, conforme esse autor. Como ressaltou Carvalho (2014, p. 91), “numa sociedade sob a égide dos valores neoliberais predomina a

seu nascedouro o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, ou seja, é preciso compreender que não houve o segundo mandato Dilma na realidade.

estratégia de mudanças sem rupturas”. Ainda segundo ele, “governa-se com as velhas instituições apoiando-se nas oligarquias e renunciando à mobilização social como uma das formas de pressão. Essa tendência para a conciliação entre classes sociais reafirma a estrutura fundiária e nela a concentração de terras” (Idem). No tocante à reforma agrária, muitas das ações defendidas e não cumpridas pelos governos Lula são promessas de campanha da então candidata Dilma Rousseff, por exemplo: cumprimento integral da função social da propriedade, atualização dos índices de produtividade, do controle do acesso à terra por estrangeiros, da revogação dos atos do governo FHC que criminalizaram os movimentos sociais, entre outras³².

O discurso de campanha aludido não se materializou durante o governo Dilma. Ou melhor, no documento intitulado “Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira”, estava escrito: “A política agrícola fortalecerá a agricultura familiar e o agronegócio. Dará prosseguimento à reforma agrária em curso, com a ampliação do crédito e do apoio científico e tecnológico de organismos como a Embrapa³³”. Ocorre que a reforma agrária foi abandonada mais uma vez (ALENTEJANO, 2018). Em linhas gerais, assim como terminaram os governos Lula, sem sequer ensaiar uma proposta de elaboração do III PNRA, com apoio irrestrito ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, por meio de vultosas levas de recursos financeiros, foram os quatro anos Dilma. Não se ousou interferir nos interesses dos latifundiários – ação materializada na não atualização dos índices de produtividade da terra e não revogação de medidas provisórias que criminalizam a luta pela terra, aprovadas no governo FHC (COSME, 2015).

No tocante ao direcionamento dos recursos para o crédito rural, o governo Dilma foi fiel à tendência dos governos Lula, que a cada ano aprofundaram e deixaram evidente a opção política pelos ruralistas. Na

32 Cf.: **Resolução sobre as diretrizes de programa 2011/2014**. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Congresso%20PT_resolucao_diretrizes%20de%20programa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

33 Cf.: Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/programadegovernoDilma.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

safras 2011/2012, foram direcionados 107,2 bilhões para o agronegócio e apenas 16 bi para a agricultura familiar; já na safra 2014/2015, foram 156,1 e 24,1 bi, respectivamente. Nesses quatro anos Dilma, do total geral de 593,65 bilhões planejados para serem aplicados no campo brasileiro, 86,68% (514,55 bi) foram para o agronegócio e 13,32% (79,1 bi) para a agricultura familiar. Uma diferença que não deixa margem para dúvidas acerca dos rumos desse governo.

Instalava-se no governo Dilma, presente também nos últimos anos Lula, um debate em termos de uma “[...] falsa oposición entre un viejo modelo de reforma agraria, supuestamente obsesionado con el número de beneficiarios y la cantidad de tierra tomada, y un nuevo modelo, con un enfoque más cualitativo, que priorizaba la sostenibilidad de los asentamientos [...]” (SAUER; MÈSZÀROS, 2018, p. 334). Era uma narrativa equivocada de que a prioridade não era mais desapropriar imóveis rurais para se construir mais assentamentos rurais, mas sim gerar o dito desenvolvimento sustentável dos existentes. É fato que a realidade de precariedade dos assentamentos rurais, uma face da contrarreforma agrária no Brasil, expulsa uma parte considerável do campesinato da terra, na maioria das vezes, conquistada com muita luta (COSME, 2015). Mas a saída política para essa realidade não deveria passar pela contraposição de novas desapropriações de imóveis rurais a um processo de sustentabilidade dos assentamentos existentes, ancorada em uma visão reacionária e conservadora ao tema da reforma agrária de que esses estavam virando quase uma favela rural (SAUER; MÈSZÀROS, 2018). Visão engrossada pela mídia que afirmava, a partir de uma fala do então Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República³⁴: “Favelização de assentamentos rurais muda o foco da política agrária”³⁵.

34 Cf.: **Assentamentos viram quase favelas rurais**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/93098/%E2%80%9CAssentamentos-viraram-quase-favelas-rurais%E2%80%9D.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

35 Cf.: Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/favelizacao-de-assentamentos-rurais-muda-o-foco-da-politica-agraria-8qgcbgumtu7cgrj6g71t98jxv>. Acesso em: 27 ago. 2018.

A realidade dos fatos não deixa dúvidas: as forças da contrarreforma agrária, infiltradas no grande arco de alianças políticas em prol da dita governabilidade, venceram mais uma vez o debate e direcionaram os rumos da política agrária e agrícola do governo federal, no sentido de manter intacta a estrutura fundiária brasileira. Na verdade, o governo Dilma Rousseff não fez nem uma coisa e nem outra, ou seja, de um lado, a precariedade nos assentamentos rurais permaneceu sendo uma marca indelével, de outro, houve uma paralisação quase que absoluta na criação destes durante seu governo, com: 109, 117, 132 e 145 novos assentamentos e 22.021, 23.075, 30.239 e 32.019 novas famílias assentadas, de 2011 a 2014, sucessivamente. A tabela 1 demonstra em síntese a paralisia na criação de novos assentamentos: com apenas 5,37% (503) dos assentamentos criados, 7,96% (107.354) das famílias assentadas e 3,33% (2.956.208) da área obtida para fins de criação de assentamentos, Dilma fechava seu mandato cumprindo a sua promessa: continuar os trilhos abertos por Lula, ou seja, ceder às forças da contrarreforma agrária.

Tabela 1 – Brasil – Assentamentos criados, famílias assentadas e área adquirida nos sucessivos governos federais (1985-2016)

Governos Federais	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (Hectares)	%
Sarney/Collor/Itamar (1985-1994)	931	9,94	58.317	4,32	16.290.069	18,33
FHC (1995-1998)	2.331	24,88	287.994	21,36	12.389.681	13,94
FHC (1999-2002)	1.950	20,82	252.710	18,74	8.686.045	9,78
Lula (2003-2006)	2.315	24,71	381.419	28,29	31.889.037	35,89
Lula (2007-2010)	1.229	13,12	232.669	17,25	16.402.143	18,46
Dilma (2011-2014)	503	5,37	107.354	7,96	2.956.208	3,33
Dilma/Golpe/Temer (2015-2016)	109	1,16	28.021	2,08	233.954	0,26
Total geral	9.368	100,00	1.348.484	100	88.847.137	100,00

Fonte: INCRA (2017a) – Org.: Autor, 2018.

Não se pode falar em reforma agrária em um governo que, em nome da busca da propalada qualidade de vida para as famílias assentadas já existentes, não atacou a desigual estrutura fundiária do país. Aliás, é preciso destacar que a reforma agrária, enquanto um projeto político estrutural para a sociedade brasileira, vai perdendo força entre os grandes temas debatidos nacionalmente, ao longo dos anos 2000. Comprovando essa assertiva, registramos que ele foi morrendo durante as campanhas eleitorais que tiveram como vencedores os candidatos do Partido dos Trabalhadores. Dos debates televisivos de Lula versus Serra (2002) e Lula versus Alckmin (2006), o tema era pergunta certa entre os candidatos, e as promessas também; entre Dilma e Serra (2010), o tema foi raramente ventilado, mas aparecia uma vez ou outra; já na corrida eleitoral para o segundo mandato em 2014, contra Aécio Neves, a reforma agrária foi sepultada, ou seja, sequer foi mencionada, em um total desprezo de ambas as partes (MITIDIERO JR.; COSME, 2018, 2017).

Portanto, pelos rumos tomados pelo PT desde 2002, com suas alianças tendo a bancada ruralista no Congresso Nacional, a partir de 2003, como uma das principais aliadas, assim direcionando a bateria de recursos financeiros para financiar a escalada do agronegócio, não tinha como ser diferente nos anos Dilma. Dito de outra forma, foi a opção do PT pela conciliação de classes como forma de governabilidade pactuada, para isso teve que se aliar com uma direita fisiológica – o PMDB, hoje MDB, em especial –, com setores reacionários, sem questionar as estruturas políticas (LEITE, 2018). “O petismo mergulhou no labirinto institucional de uma república federativa oligárquica, tornada neoliberal, que o partido não compreendia bem e nem demonstrou, desde então, empenho em modificar (LEITE, 2018, p. 86). Ainda segundo esse autor, “o crescimento do conservadorismo era evidente na primeira eleição de Dilma [...]” (Ibidem, p. 88).

À medida que as decisões petistas eram tomadas, nesse quadro descrito até o momento, crescia a tensão com os movimentos sociais do campo, que também, uns menos outros mais, davam apoio ao governo de coalizão e deste participavam. Acima de tudo era necessário fazer

crítica, mas fundamentalmente o desafio era como fazer e agir nessa conjuntura de conciliações profundamente contraditórias. Sendo bem direto: como agradar ao mesmo tempo Kátia Abreu do PMDB, que era nome central na pavimentação da estrada para a aliança com o agronegócio, e João Pedro Stédile, liderança maior do MST? Sauer e Mészáros (2018), a tratar desse desafio dos movimentos sociais frente aos rumos aludidos, escreveram que ele é formidável, não apenas por ser, ironicamente, em um governo de um partido que se diz dos trabalhadores, mas também ante a dificuldade de um cenário onde há recordes na produção agrícola e superávits da balança comercial que fortaleciam a economia política do agronegócio e sua pressão fora e dentro do governo.

Uma parte das organizações e movimentos sociais do campo reconhecia os retrocessos. Sobre o ano de 2014, a Comissão Pastoral da Terra (2014, p. 01) é categórica ao avaliar o governo Dilma Rousseff, quando afirma que ela deixou “[...] sua marca na questão agrária: foi a presidenta que menos desapropriou terras e assentou famílias para a Reforma Agrária; menos demarcou os territórios Indígenas, Quilombolas e de diversas populações tradicionais; menos criou Reservas Extrativistas”, no entanto, “[...] foi a que mais apoiou o agronegócio e os grandes empreendimentos capitalistas. Ao que parece, os sinais do tempo indicam que a mudança não vem do Planalto, vem das Planícies”. Já o MST, através do seu dirigente Gilmar Mauro, em entrevista no ano de 2014, nessa mesma linha explicita a desaprovação do governo Dilma: “Uma avaliação ruim. O governo Dilma, em termos de reforma agrária, não fez nada”. Na mesma entrevista diz: “Não fizemos nem uma reunião do MST com ela até hoje. Com o Fernando Henrique, reunimos várias vezes. E com o Lula também [...]. Mas que a nossa turma está muito brava, está”³⁶.

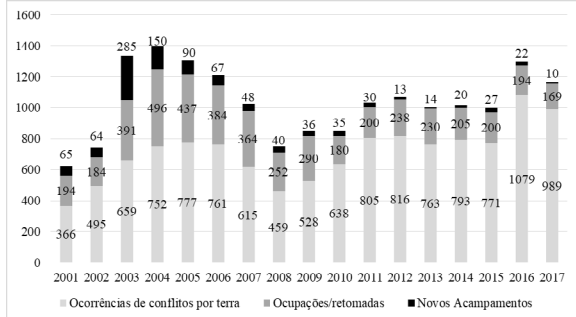
Ocorre que o diagnóstico efetivado pelas organizações e movimentos sociais e a irritação por parte do MST na fala do dirigente acima, por vários motivos já elencados na análise dos governos Lula e

36 Cf.: “**O governo Dilma não fez nada em termos de reforma agrária**”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2014-co-governo-dilma-nao-fez-nada-em-termos-de-reforma-agraria2014-6758.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

que servem também para caracterizar o mandato Dilma, não se materializaram em pressão social para arrancar do seio do governo a reforma agrária, nem ao menos para continuar a dinâmica de criação de assentamentos rurais presente, notadamente, nos governos FHC e no primeiro governo Lula. Os dados da CPT confirmam essa leitura do contexto em tela. O número de pessoas envolvidas em conflitos por terra, que estava em descenso no segundo governo Lula, aumentou um pouco durante o governo Dilma, mas manteve o refluxo, com uma média de 488.639 pessoas, contra uma média de 666.683 nos governos Lula (Ver gráfico 7). Os dados do DataLuta (2016), com relação às ocupações também demonstram o refluxo: de uma média de 577 ocupações no I governo Lula e 374 no II governo, desceu para 243 nos quatro anos Dilma. No entanto, é com relação à dinâmica de novos acampamentos, que percebemos o refluxo das lutas, portanto uma explicação substancial sobre o abandono da reforma agrária no governo Dilma: em descenso profundo já nos governos Lula, com apenas 35 novos acampamentos em 2010, cai para 13 em 2012, 14 em 2013, chegando apenas a 20 em 2014, último ano do governo Dilma (Ver gráfico 8).

Todavia, é preciso salientar que os conflitos por terra continuaram presentes e, é preciso ressaltar, com certa elevação no governo Dilma Rousseff. Para essa análise, retornaremos aos dados da CPT. Apesar da queda nas ocupações e, notadamente, dos acampamentos, o número de ocorrências de conflitos por terra registrado por essa pastoral – despejos e expulsões, ameaças de despejos e de expulsões, bens destruídos e pistolagem – continuou aumentando. Em 2010, eram 638 ocorrências, passaram para 816 em 2012, com leve queda em 2014, com 793 (Ver gráfico 10).

Gráfico 10 - Brasil - Número de conflitos por terra por categoria (2001/2017)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Elaboração: Cosme (2017).

Esses números comprovam a tese levantada pelos setores sociais que enxergam a gravidade da questão agrária brasileira, ou seja, mesmo com a baixa nas ações de ocupação e acampamento, a conflitualidade permanece, demonstrando que os setores ligados ao agronegócio não recuaram nas suas ações violentas. Destaca-se também a ação do Judiciário que, subserviente àqueles, despejou, somente em 2014, 12.188 famílias, além de 29.280 as ameaças de despejo e 23.061 as de expulsão: é a progressiva judicialização dos conflitos fundiários (MEDEIROS, 2014). Sobre essa realidade, Medeiros (2014, p. 26) conclui:

Os dados sobre conflitos fundiários e violência no campo no Brasil no ano de 2014 indicam a permanência de um padrão de conflitualidade que é constitutivo da nossa história e cujo cerne é, como diversos pesquisadores têm apontado, o acesso à terra. As disputas em torno desse bem revestiram-se de diversas formas ao longo do tempo, mas sua raiz está no processo de transformação da terra em equivalente de mercadoria e, portanto, na criação de condições para sua livre compra e venda no mercado e apropriação da renda fundiária. A mercantilização subjuga e tende a diluir outros significados dados à terra pelos que nela vivem.

Essa passagem da autora, ao afirmar que “a mercantilização subjugava e tende a diluir outros significados dados à terra pelos que nela vivem”, abre uma vertente importante de análise, já aprofundada por alguns estudiosos. Remetemo-nos ao debate sobre os diferentes regimes de propriedade levantado por Martins (1991, p. 54): “de um lado o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é o regime de propriedade capitalista; de outro, os regimes de propriedade que têm sido atacados pelo capital, que é o da propriedade familiar [...]”. Enquanto a terra, na propriedade privada capitalista, é fundamentalmente uma fonte pela qual o capital explora o trabalhador, a propriedade familiar é o seu oposto, não explora o trabalho de outrem, pois é terra do trabalhador e não do capital, assevera-o. “Por isso, não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma (MARTINS, 1991, p. 54). Prossegue esse autor, “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração alheia; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho” (Ibidem, p. 55). No cerne dessas contradições, coloca o autor, está a terra como um bem comum, ou seja, a terra é um bem da natureza e não produto do trabalho, muito menos uma produção do capital. O campesinato, segundo Martins (1991), compreende e defende este princípio: a terra é de todos e deve sua posse ser legitimada, exclusivamente, pelo trabalho, aí está o direito à propriedade. “Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista” (Ibidem, p. 56).

Essa contradição entre distintos regimes de propriedade privada, ao contrário de diminuir, se exacerba nos anos de governo do PT, em face de todo o exposto acerca da opção pela economia política do agrogócio (DELGADO, 2010), bem como devido à rebeldia camponesa, indígena e quilombola que, apesar dos refluxos, permaneceu presente. Nesse bojo, para manter a visão e o *status quo* da terra como equivalente à mercadoria em detrimento de bem comum a ser partilhado por toda a sociedade, a barbárie, representada pelos assassinatos de lideran-

ças camponesas, indígenas e quilombolas e seus aliados, levada a cabo pelos grandes proprietários de terras, se mantém no campo brasileiro. Durante os quatro anos do governo Dilma, foram 135 pessoas assassinadas em conflitos territoriais: 29, 36, 34 e 36 assassinatos de 2011 a 2014, sucessivamente. Nesses números está presente um massacre ocorrido em Uberlândia (MG), em 2012, denunciado pela CPT, onde três integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) foram encontrados mortos³⁷.

Como salientou Leite (2018), a aceitação da hegemonia do modelo agrário/agrícola do agronegócio pelos governos petistas, de Lula da Silva a Dilma Rousseff, é plena de consequência em todos os sentidos. Além das consequências já citadas até o momento, centradas nos aspectos sociais e econômicos, é preciso pôr em relevo o debate crítico sobre o progressismo, enfocando a relação sociedade-natureza, que tomou conta de alguns governos eleitos em países da América Latina, a exemplo dos anos do PT no Brasil. Trata-se de uma crítica em construção, muitas vezes partindo de epistemologias e bases ontológicas diferentes, mas que convergem e apresentam os limites e as contradições em face das consequências de um tipo de progresso por dentro da visão neoliberal, que tem devastado em escala nunca antes vista os bens comuns naturais e aprofundado as desigualdades. Em síntese, o modelo agrário/agrícola agronegócio, chave da opção política desses governos petistas, trata-se de um modelo civilizatório colonizador, um negócio com a agricultura, como o próprio nome diz, que aprofunda o divórcio entre a natureza e o ser humano, pois fundado em modelos repetitivos do passado capitalista-colonial, em face do neoextrativismo, da financeirização e da reprimarização econômica, pondo a humanidade em rota do colapso civilizatório (LEITE, 2018; ZIBECHI; MACHADO, 2017; TURINO, 2016; ACOSTA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2012; ZIBECHI, 2012; PEREIRA, 2006; LEFF, 2002).

A reforma do Código Florestal Brasileiro, empurrada goela abaixo pela bancada ruralista no Congresso Nacional, chancelada pela presi-

37 Cf.: **Massacres no campo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/109-minas-gerais/3945-uberlandia-2012>. Acesso em: 28 ago. 2018.

denta Dilma em meados do seu mandato, demonstra a força do agronegócio na base do governo. Os movimentos sociais já tinham clareza da não realização da reforma agrária nos governos petistas, pelo menos o MST, como podemos observar no relato a seguir de uma liderança do Movimento em Alagoas:

Olha, nós tivemos três momentos muito importantes na sociedade brasileira em que teve a chance real de se fazer a reforma agrária: no final dos anos [19]50 né, que foi derrotado pelo golpe militar; e um outro momento no próprio governo Sarney, que lançou o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel né; e a chance real que nós tínhamos de realizar a reforma agrária, contestando esse modelo do agronegócio no campo, foi agora com o governo Lula, que também não saiu do papel. [...] primeiro por que, e aí é uma crítica que nós fazemos ao Partido dos Trabalhadores, ao governo Lula, que eles não optaram por um projeto de produção de alimentos para a sociedade brasileira; optaram pelo projeto do agronegócio para produzir mercadoria pra resolver a balança comercial do país né. Então houve-se esse processo, assim, que é uma crítica muito forte que nós fizemos ao governo: continuou fazendo o que Fernando Henrique Cardoso fazia, que foi as desapropriações pontuais né, mas que política concreta pra reforma agrária, infelizmente, nem Lula, nem Dilma teve e teve a chance sim. [...] Instrumentos eles tinham [...]. Mas eles [Lula e Dilma] se convenceram que o modelo criado FHC, o agronegócio, era o modelo para o Brasil e, com isso né, tratou a pequena agricultura e a reforma agrária como uma questão [...] quinta categoria. [...] Por isso é que estamos pagando até então [...]³⁸.

Por esses caminhos optados pelo PT não tinha como ser diferente: “a combinação de um “desenvolvimentismo” tacanho com a subordinação ao ruralismo gerou, sob Dilma, um círculo vicioso de problemas ambientais inaceitáveis para uma parcela do povo politicamente ativo do Brasil [...]” (LEITE, 2018, p. 109). As forças progressistas à esquerda na sociedade se afastavam da presidenta. E o que é mais grave, se “[...] consolidou um deslocamento do registro do que é ser de esquerda” (Idem). A fragmentação, o enfraquecimento e a diluição da identidade

³⁸ Entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2017 no município de Piranhas.

política de classe nos anos do petismo no poder abriram um vácuo que seria ocupado justamente pela direita e pela ultradireita, alguns desses setores compondo a base do governo e sendo aliados ao longo dos anos (LEITE, 2018).

A conjuntura mundial havia se alterado com a crise do capitalismo monopolista neoliberal em 2008 (OLIVEIRA, 2016). O *boom* das *commodities*, especialmente no caso do campo no Brasil durante os anos Lula, que havia proporcionado a expansão dos monocultivos, especialmente da soja, aproveitando-se dos preços elevados das matérias-primas, proporcionando a criação e a manutenção de uma conciliação entre os interesses do campesinato, dos trabalhadores rurais e do agronegócio, aqui e em muitas partes de América Latina, ruía com a crise, e a queda nos parâmetros econômicos neoliberais era prova material disso (LEITE, 2018; SAUER; MÊSZÁROS, 2018). As economias latino-americanas, que haviam crescido acima de 4%, entre 2003 e 2012 (LEITE, 2018), devido a diminuição, nesse último ano das taxas de expansão da China (SINGER, 2016), impuseram retrocessos na política de conciliação dos governos progressistas de centro esquerda como os do PT.

Nesse contexto, como diz Singer (2016, p. 23), a condução do lulismo por Dilma Rousseff, ancorada em uma coalizão entre industriais e trabalhadores, fracassou, “[...] afundando o navio que levaria o país para fora da arrebentação gerada, em 2011, pelo segundo tsunami de dificuldades mundiais, isto é, a volta da crise financeira internacional criada em 2008”, haja vista a economia brasileira não mais possibilitar a pavimentação da conciliação entre trabalhadores e burguesia latifundista, pois “a perda de velocidade eliminaria a margem necessária para combater a pobreza” (Ibidem, p. 28). As rebeliões de 2013, ainda hoje um processo carregado de lacunas para serem analisadas e compreendidas, são provas da agudização à qual o pacto social coordenado pelos governos petistas, centrado na conciliação de classes, havia conduzido a sociedade.

Por conseguinte, na medida em que a crise internacional se intensificava, as distintas frações das classes opressoras e exploradoras, entre

elas, notadamente, setores ruralistas do agronegócio, que até o momento haviam se beneficiado dos governos do Partido dos Trabalhadores, iniciaram uma disputa para decidir quem iria perder menos (ANTUNES, 2015). Em meados de 2015, com a culminância e agudização de fatores internos ao Brasil e ao governo Dilma e externos, foi gestada a arquitetura do golpe que se materializaria em etapas, sendo a primeira a derrubada da presidenta, passando por uma agenda de retrocessos para a sociedade brasileira a partir dos aprofundamentos das contrarreformas no governo Temer, entre elas a agrária, e, mais recentemente, na prisão arbitrária de Luiz Inácio Lula da Silva e seu impedimento de concorrer na eleição presidencial de 2018. A questão (da reforma) agrária será duramente afetada com tais aprofundamentos e, especialmente, com o recrudescimento de um leque de violências e da barbárie no campo promovida pelas forças latifundiárias, âncoras principais do golpe, como veremos a seguir.

2.5 Da derrubada de Dilma Rousseff ao governo Michel Temer: o aprofundamento da contrarreforma agrária em tempos-espacos de golpe

A queda da desigualdade, medida pelo índice de Gini [...] ganhou rapidez no lulismo do segundo mandato. Representa, entretanto, um movimento vagaroso diante da abissal desigualdade brasileira, mantendo-se um largo estoque de iniquidade para as décadas seguintes, e se realiza sem mobilização e organização desde baixo, o que pode comprometê-lo numa situação de crise.

André Singer (2012, p. 25), em “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”.

[...] para quem vê/sente as contradições da sociedade brasileira a partir do campo, é preciso destacar que há continuidade na descontinuidade do processo político em curso, haja vista o lugar que ocupa no bloco de poder no país o capital financeiro e o latifúndio capitalista moderno-colonial, mais conhecido como agronegócio.

Carlos Walter Porto-Gonçalves et al. (2017, p. 27), em “A contra reforma agrária na lei e na marra – Brasil (2015-2017)”.

[...] Uma das marcas da sociedade brasileira e que faz com que ela seja violenta é o fato de que, ela está polarizada entre a carência absoluta das classes populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes [...]. Ora, uma sociedade que é feita de carência e privilégio está impossibilitada de construir a democracia [...].

Marilena Chauí (2018), em “Classe média se arrependeu do impeachment”³⁹.

De forma antecipada Singer (2012), apesar de reconhecer avanços importantes no tocante à diminuição da desigualdade na sociedade brasileira durante os anos Lula, anteviu que esse processo era vagaroso, a iniquidade da desigualdade social abissal era mantida para os próximos governos e, o que é de grande relevância para a nossa análise, constatou que as ações de construção do lulismo se realizavam “sem mobilização e organização desde baixo, o que poderia comprometê-lo numa situação de crise”.

Para uma análise desse contexto recente de forma não alienadora/alienante, que vai da derrubada da presidenta Dilma Rousseff à ascensão do governo Michel Temer, é preciso situá-lo no processo histórico de formação do território capitalista moderno-colonial brasileiro, notadamente os últimos anos marcados pela construção do lulismo. Portanto, não há espaço para olvidar que, como salienta Porto-Gonçalves et al. (2018) ao enfatizar a centralidade do latifúndio e do capital financeiro nos momentos pré e pós-golpe, “há continuidade na descontinuidade do processo político em curso”. Ou, como ressaltou Alentejano (2018), é preciso ter em mente que os retrocessos já vinham sendo delineados antes do golpe de 2016.

39 Entrevista concedida ao jornalista Juca Kfourri no programa “Entre Vistas”, da TV dos Trabalhadores (TVT). Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/04/de-modo-enrustido-classe-media-se-arrependeu-do-impeachment-diz-marilena-chaui>. Acesso em: 01 set. 2018.

Portanto, se, de um lado, a ascensão, por meio de um golpe, de um governo encabeçado por um presidente e seu partido, que foram base central do lulismo, e sua política de coalizão via conciliação de classes debitam na conta do PT e seus governos um saldo negativo, conseqüentemente, responsabilidades significativas nesse processo, de outro lado, partimos do pressuposto de que nem tudo nesse processo deve ser debitado na conta do PT. É preciso não deixar de salientar que estamos analisando uma sociedade, profunda e historicamente desigual, fundada em uma polarização bem expressada por Chauí (2018) em epígrafe: em um polo, a carência absoluta das classes populares, em outro, o privilégio absoluto das camadas dominantes, onde o produto social são a violência e a impossibilidade de construção da democracia.

Assim é mister destacarmos que qualquer tentativa de alteração desse estado de coisas vigentes foi duramente enfrentada e repreendida pelas frações da classe dominante, basta citarmos, a título de exemplo, como explicitamos nos itens anteriores, a ação das forças da contrarreforma agrária nos últimos 70 anos pelo menos, impedindo qualquer alteração na estrutura fundiária do país. Os avanços, mesmo que conjunturais no tocante aos direitos para as classes populares, conquistas oriundas de lutas históricas em detrimento de terem sido benesses do Estado e dos governos petistas, foram sempre vistos pelas frações da classe dominante como uma grande afronta. Nesse ínterim, um ódio ligado ao antipetismo foi sendo gestado, mas que na verdade é anterior a ele em nossa sociedade. Um ódio que não se justifica apenas pelos desmandos do partido enquanto esteve no poder, é também devido aos avanços sociais, mesmo de forma vagarosa e conjuntural. Ódio esse e antipetismo que se confundiram alimentado ideologicamente por amplos setores dominantes⁴⁰.

Ocorrem divergências profundas na literatura, mesmo de esquerda, acerca da interpretação do que foram os governos do PT e, especialmente, o que está sendo o processo denominado de lulismo e mesmo o

40 Sobre o ódio na sociedade brasileira Cf. a crônica de Luís Fernando Veríssimo: **Ódio**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/odio-16546533>. Acesso em: 03 set. 2018.

golpe. No entanto, algumas convergências são assumidas por grupos intelectuais, sendo uma delas, a que nos filiamos, em torno da tese de que Dilma Rousseff, ao se sagrar vitoriosa naquelas eleições de 2014, passa a aplicar uma agenda de austeridade defendida, contraditoriamente, pela candidatura derrotada de Aécio Neves da Cunha (PSDB) (PAULANI, 2017; LEITE, 2018; SINGER, 2016; ANTUNES, 2015).

Antunes (2015) denominou esse processo de “o grande estelionato eleitoral”, pois, segundo ele, Dilma havia prometido em campanha não cortar direitos da classe trabalhadora em hipótese alguma, bem como havia se comprometido que não faria o “ajuste fiscal” que os setores dominantes exigiam. Na contramão do prometido, não tardou para, em fins de 2014 e sob a anuência de parte significativa das centrais sindicais, ocorrer um corte de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras⁴¹. Nas palavras de Singer (2016, p. 22), Dilma “reeleita, decide fazer o contrário do prometido e ceder aos promotores do cerco que exigiam um choque recessivo”. Uma decisão política que, entre outras, demonstra os rumos que seriam tomados nesse segundo governo Dilma, foi a nomeação de Joaquim Levy, conhecido economista do mercado, para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda posto mais importante da economia do país. A essa altura, a maioria da esquerda que se engajou para garantir a apertada vitória da candidatura Dilma, reeleita em uma disputa acirrada de 4% de diferença para o segundo colocado, estava perplexa (SINGER, 2016).

Nessa conjuntura, com a intensificação da crise, que impactava a economia brasileira fortemente no governo Dilma, e atingia seu ápice em 2014, passa a ocorrer, de um lado, o esmaecimento do expressivo apoio dado pelas frações da classe dominante – entre elas os ruralistas do agronegócio – ao governo. O quadro se modificava e, já nas eleições daquele ano, havia uma divisão de setores da burguesia no apoio à reeleição. Eram setores/grupos do capital financeiro especulativo, rentistas descontentes com as medidas tomadas no tocante ao ensaio da política de redução dos juros adotada durante seu primeiro governo (ANTUNES, 2015). Ao grupo dos rentistas (internos e externos) insatisfeitos

41 Cf.: **Dilma apresenta medidas que restringem direitos trabalhistas**. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7230>. Acesso em: 03 set. 2018.

somavam-se outras frações burguesas, entre eles os setores latifundistas ligados ao agronegócio, desconfiados de que poderiam vir a pagar mais impostos nas suas exportações de *commodities* (SINGER, 2016). De outro lado, o aprisionamento do governo à bancada BBB – uma referência aos congressistas reunidos nas bancadas do boi, da bala e da bíblia – no Congresso Nacional⁴², tendo na figura de Eduardo Cunha (PMDB), eleito em 2015 presidente da Câmara dos Deputados, mas preso no ano seguinte, um dos seus principais algozes no processo de *impeachment*, assumia uma escala até então inédita (LEITE, 2018). Essa realidade, somada a retiradas de direitos da classe trabalhadora aludida e à mudança repentina da prática ante o discurso da campanha eleitoral, frustrava e alienava os movimentos sociais que apoiavam o governo, segundo esse autor. Destarte, como analisa Paulani (2017, p. 99), “os cinco mil dias de lulismo, sem projeto e sem planejamento, caminharam ao sabor da conjuntura, sem ameaçar o *status quo* vigente. A inspiração desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá estavam fadados ao fracasso [...]”. Ainda segundo ela, em um contexto marcado pela institucionalidade construída em prol da acumulação financeira, não tendo sido esta enfrentada em nenhum momento no período em tela, o destino dos governos petistas, conforme suas palavras, uma “aventura cidadã da periferia do capitalismo”, não poderia ser outro.

As condições políticas, portanto, em meio as decisões do governo Dilma Rousseff no ano de 2015, sob “[...] a égide da política de austeridade, comandada por um prócer do mercado financeiro [...] derrubou de vez a economia [...] e abriu o espaço político para a contestação do segundo mandato da presidenta” (PAULANI, 2017, p. 96). Conforme Antunes (2015, n.p), até fins de setembro de 2015, “o (des)governo Dilma encontra-se sem rumo: entre uma semana e outra, apresenta propostas que não são implementadas, aumentando ainda mais os descontentamentos em todas as classes sociais – *ainda que frequentemente*

42 É fato noticiado amplamente a ação da bancada BBB no encaminhamento e aprovação de projetos conservadores no Congresso Nacional, tendo tido papel relevante no apoio aos governos petistas e, notadamente, nessa conjuntura de golpe. Entre outras reportagens CF.: **A bancada BBB domina o Congresso**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em: 03 set. 2018.

por motivos opostos”, fazendo “[...] sua base social, política e parlamentar reduzir-se a cada nova medida” (Idem. Grifo do autor). Nesse cenário, é preciso destacar a dificuldade de negociação que o governo Dilma tinha com sua base aliada. Para alguns, como o próprio Antunes (2015), faltava na presidenta, “criatura política de Lula”, a densidade social e política que o criador tinha em abundância. Para outros, como Singer (2016, p. 33), em meio à continuidade econômica dos governos Lula, há uma diferença política vista já no mandato Dilma: “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes”.

No entanto, um processo desencadeado antes de 2015, como destaca Singer (2016, p. 53), atingiu fortemente o PT e o governo Dilma. São os desdobramentos da operação Lava Jato, desencadeada em março de 2014, que cumpriram um papel adicional no enfraquecimento da presidenta, “diminuindo suas chances de resistência ao crescente cerco neoliberal, caso houvesse intenção de fazê-lo”. Como assevera Souza (2017, p. 181), a classe média e outros setores da sociedade brasileira passaram a ser orquestrados pela grande mídia, em especial a Rede Globo, para irem às ruas contra a corrupção exposta pela referida operação, no entanto, “toda a manipulação política desses setores é marcada pelo prestígio da noção de patrimonialismo e por consequência da corrupção apenas na política e nunca no mercado”. A análise desse autor é bastante instigante, pois enfatiza corretamente que aos empresários corruptores não é dada tanta ênfase, ou seja, o mercado é salvo em nome da criminalização apenas da política, do governo e do Estado. A operação Lava Jato, segundo ele, foi desde seu começo uma caçada aos petistas em busca de seu líder maior Lula da Silva, com um objetivo claro de manter à distância setores pobres da sociedade, que, em milhões de casos, percebiam nesse líder a prova de que outros e outras, filhos e filhas da classe trabalhadora, também podiam traçar diferentes trajetórias como a dele.

Aproveitando-se desse turbilhão de processos que atingiu em cheio a popularidade da presidenta, o PSDB, derrotado no pleito eleitoral, passou a fazer pressão, com o apoio da grande mídia, sobre o Judiciário acerca do resultado da eleição presidencial, ou melhor, não aceitou a

derrota por uma fração tão ínfima de votos. Um Judiciário que, como escreveu Leite (2018), nunca foi uma instituição neutra e nesse período se fez protagonista político-partidário, ao lado do bloco reacionário da sociedade. Com base nesse autor, iniciava-se, em um polo, a destruição de Dilma em um processo político e não jurídico, bem como o indiciamento de Lula, com a premissa de ser esse o responsável pelo conjunto da obra; de outro, uma blindagem dos políticos do PSDB demonstrava o caráter oligárquico do Judiciário brasileiro. A Lava Jato comandada pelo Juiz Sergio Moro foi transformada, dessa forma, não “[...] apenas no desmonte de redes de corrupção e punição dos culpados, mas também em uma enorme operação política de combate a Lula, a Dilma e ao PT” (Ibidem, p. 94).

Nesse contexto a presidente Dilma foi impedida de governar literalmente. A essa altura da disputa pelo poder, em fins de 2015, internamente, ranços históricos incrustados em amplos espaços da sociedade, se materializaram e ficaram mais visíveis em uma série de ações orquestradas e sincronizadas pela operação Lava Jato: investigações, grampos telefônicos, trâmites judiciais e vazamentos de informações contra políticos do PT, todos amplamente seletivos, em atendimento a demandas precisas dos setores da burguesia insatisfeitos, sob o aval do Supremo Tribunal Federal (STF), passaram a ser cotidianos. Ações que alimentaram e, ao mesmo tempo, foram potencializadas pela visibilidade em amplas coberturas jornalísticas, mais precisamente espetáculos midiáticos cirúrgicos e serviços aos interesses do movimento ultraconservador pensado e articulado para derrubar o governo. Concomitante e conjuntamente às ações judiciais e midiáticas, ocorreram os planos, acordos e decisões, tomadas por uma Câmara de Deputados e por um Senado Federal, em sua maioria dominados por setores retrógrados da sociedade, a exemplo dos representantes dos latifundiários reunidos na bancada do boi (COSME, 2016).

Externamente havia uma crítica das agências internacionais de risco, das instituições de controle econômico (FMI, Banco Mundial etc.), dos bancos estrangeiros, das corporações multinacionais, segundo Singer (2016, p. 41), contra o que denominavam de ativismo estatal no governo Dilma. Era o cerco neoliberal vindo de fora, pressionando o

governo Dilma sob a retórica de que os gastos, em tempos de Copa do Mundo de 2014, estavam descontrolados e ineficientes. “Centenas de articulistas e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a mostrar quanto era preciso cortar gastos ineficientes e descontrolados [...]”. Era preciso o governo, sob a égide dessa retórica e dessa ideologia neoliberal, “[...] deixar o mercado funcionar para reordenar o país e retornar o crescimento” (Idem).

Tudo estava arquitetado em um grande acordo nacional e internacional, para ser dado o golpe na presidenta Dilma, em uma trama envolvendo o alto escalão do Judiciário (STF, MP, Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), TSE etc.), o Congresso Nacional e a grande mídia, onde a Operação Lava Jato, ao não enfrentar esse acordo, passou a fazer parte dele estruturalmente. As gravações telefônicas vazadas são pistas desse grande acordo⁴³. É tanto, como enfatiza Paulani (2017, p. 97), que o programa elaborado pelo PMDB, do vice-presidente Michel Temer, reunido no documento intitulado “Uma ponte para o futuro⁴⁴”, caso fosse bem-sucedida a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado a público desde outubro de 2015”. Ainda segundo ela: “A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT” (Idem).

Com relação ao campo, o documento afirma que “o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias regionais [...]”. E continua: “devemos nos preparar rapidamente para uma abertura comercial que torne nosso setor produtivo mais competitivo, graças ao acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados”. Nessa exposição, aparece menção ao agronegócio, na verdade, uma pérola em termos de inversão da realidade dos fatos, quando diz: “o pró-

43 Cf.: **A solução mais fácil era botar o Michel”. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá.** Disponível em: https://brasil.eipais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html. Acesso em: 04 set. 2018.

44 Cf.: Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

prio agronegócio, que andou até agora com suas próprias pernas, cada vez dependerá destes acordos para expandir sua presença nos mercados do mundo”. Como já demonstramos, no debate do planejamento dos recursos financeiros para o campo pelo governo federal, nunca o agronegócio andou com suas próprias pernas, pois sempre precisou do Estado para caminhar, através de vultuosos volumes de recursos e rolagens de dívidas históricas, para não citar a sonegação dos impostos, como o Imposto Territorial Rural (ITR). Se há setores que sempre caminharam com as próprias pernas e rebocando o Estado através das suas lutas, esses são representados, entre outros, pelo campesinato.

Nesse bojo, em meados de 2016, assume o governo da República Michel Temer para não sair mais, mesmo enfrentando denúncias de corrupção no Congresso Nacional com provas robustas de malfeitos, mas livrado pelos congressistas. Assim sendo, o planejamento do governo golpista sob a retórica do documento “Uma ponte para o futuro”, em síntese, configurou o mais profundo caminho das contrarreformas neoliberais sob o manto de que se realizavam reformas, ou seja, a realidade brasileira sustenta com extrema força o que disse Coutinho (2010, p. 35. Grifos do autor): “a palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda”, ocorre que, “o neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma” (Idem).

O processo de acumulação, via espoliação em tempos-espacos de golpe, nos termos defendidos por Harvey (2013b), passou a se intensificar de forma acelerada. No caso do campo brasileiro, se materializou no aprofundamento da contrarreforma agrária em muito a partir da própria legislação aprovada pelo governo ilegítimo e pelo Congresso Nacional (COSME, 2017); no bloqueio das conquistas sociais históricas dos trabalhadores e trabalhadoras, das comunidades indígenas e quilombolas e regressão nas conquistas/direitos ambientais (PORTO-GONÇALVES et al., 2017); e no recrudescimento da violência e da impunidade, em processos onde o sentimento pós-golpe é que tudo pode para o agronegócio e sua bancada, assim a classe oligárquica capitalista vem exercendo

verdadeiros exercícios ilimitados de violência, desfrutando da total impunidade perante o Estado (MITIDIERO JR.; FELICIANO, 2018).

Os escritos de Garcia (1970, 1973, 1985) são basilares para nossa reflexão nesse início de século XXI acerca do debate da reforma agrária e da contrarreforma, ao construir os conceitos de reformas agrárias estruturais ou revoluções agrárias, reformas agrárias de tipo convencional sem alterar o estado de coisas vigentes e, por fim, as reformas agrárias marginais ou contrarreformas agrárias.

a) la de las reformas agrarias estructurales, que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las presenvan y proyectan;

b) la de las reformas agrarias de tipo convencional, que forman parte de una operación negociada entre las antiguas y nuevas fuerzas sociales, por intermedio del sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas y revolucionarios), intentando modificar el monopolio latifundista sobre la tierra sin cambiar las reglas institucionales de la sociedad tradicional;

c) la de las reformas agrarias marginales, que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo) sino hacia la reparación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional de partidos y en reglas institucionales de la sociedad tradicional. En razón de orientase este tipo de “reformas” hacia un objetivo estratégico de conservación del statu quo (colonización de áreas periféricas, mejoramiento de tierras, parcelación marginal de latifundios, expansión de la frontera agrícola a la periferia baldía, operación dentro de las normas del mercado tradicional de tierras etc.), su caracterización estricta sería la de **contra-reformas agrarias** (GARCÍA, 1970, p. 10. Grifos nossos).

A realidade do campo brasileiro no século XXI, apresentada ao longo desse capítulo, atualiza o pensamento desse autor, ou seja, corrobora para evidenciar que, historicamente, se operaram processos de contrarreformas agrárias, não rompendo com o monopólio sobre a terra, desviando a pressão camponesa, conseqüentemente, conservando o *status quo* da estrutura latifundista e do alimento da produção do capital via a renda da terra.

Portanto, a ação espoliativa e a contrarreforma agrária, conjuntamente, caminharam galopantes no governo Temer, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em uma simples canetada logo nos primeiros dias do governo, via edição da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016, cuja estrutura hierárquica foi rebaixada ao status de secretaria ligada à Casa Civil da Presidência, destruindo uma conquista histórica do campesinato, fruto de toda uma pressão após o massacre de Eldorado dos Carajás, e demonstrando a velocidade dos retrocessos que estavam por vir. O que se viu ao longo desses últimos anos (2015-2018) foi uma série de medidas para atender aos interesses da burguesia latifundista que fazem o agronegócio, representada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, uma das âncoras estruturais no processo de *impeachment*.

A edição da Medida Provisória nº 733, de 14 de junho de 2016, visando à liquidação e à renegociação de dívidas rurais, é um claro exemplo do atendimento aos interesses do agronegócio. Trata-se de uma reivindicação dos ruralistas em face do volume de quase 1 trilhão de reais em dívidas do setor: “um número reduzido de apenas 4.013 pessoas físicas e jurídicas, também detentoras de terras, possuíam dívida acima de R\$ 50 milhões – totalizando mais de R\$ 906 bilhões em impostos devidos” (OXFAM BRASIL, 2016⁴⁵). Sobre essa questão o Portal do Ministério da Fazenda estampava em 11/12/2015: “*Propriedades rurais de grandes devedores poderão ser usadas para reforma agrária*”, cuja reportagem dizia: “*Procurador-Geral da fazenda Nacional anunciou parceria*

45 **Terrenos da desigualdade:** Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 04 set. 2018.

com INCRA para acelerar a execução fiscal de imóveis rurais em favor da reforma agrária⁴⁶. Era uma forma de realizar a reforma agrária, afirmava o procurador, segundo a matéria. No entanto, o governo Temer escolheu outra via, pois, refém dos interesses dos latifundiários, priorizou a renegociação e a liquidação com rebates que chegavam a 95% em determinado caso. Era a ação das históricas forças da contrarreforma agrária.

Mesmo com esse profundo endividamento dos latifundiários, outra forma de o governo Temer manter o apoio dos ruralistas foi garantir os recursos que já vinham sendo alocados pelos governos petistas, no caso do Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017 que atingiu a maior cifra, passando de 187,7 bilhões no último ano Dilma para 202,88 bi no atual governo. Era um pacote completo para o agronegócio, ou seja, de um lado, liquidação, renegociação de dívidas e volumosa oferta de crédito. De outro, a prisão do governo Temer ao lobby da banca do boi no Congresso Nacional e da pressão da burguesia latifundista era tão forte, que fez o governo recuar na liberação de crédito do Plano Safra da Agricultura Familiar. Enquanto nos governos do PT, esse plano era publicado anualmente, a exemplo do Plano Agrícola e Pecuário para o agronegócio, o atual governo inventou uma jogada, com a retórica de apoio e reconhecimento da agricultura familiar, de criar o Plano Safra 2017/2020, agora plurianual. O resultado dessa manobra foi o seguinte: enquanto no último ano Dilma os recursos foram da ordem de 28,9 bi, o plano plurianual aludido orçou praticamente o mesmo valor de 30 bi.

Os movimentos e organizações sociais, a exemplo da CONTAG⁴⁷, denunciaram a manobra, ressaltando que fazia parte do congelamento dos recursos, em conformidade com a atual política de congelar os gastos públicos para os próximos 20 anos (Emenda Constitucional nº 55/2016). Não tardou para que ocorresse a queda acelerada de recursos para programas importantes de apoio à agricultura familiar e campe-

46 Cf.: Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2015/dezembro/propriedades-rurais-de-grandes-devedores-poderao-ser-usadas-para-reforma-agraria>. Acesso em: 04 set. 2018.

47 Cf.: **O Governo Federal lança PLANO-SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2017/2020 sem as bases reais para garantir a sua implementação**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=12293&nw=1&mt=1&ano=&mes=&imp=1>. Acesso em: 05 set. 2018.

sa, na verdade conquistas históricas materializadas em alguns avanços nos governos do PT, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sofreu um brutal corte, passando em números redondos de 635 milhões em 2015 para 40 milhões até junho/2017⁴⁸. Os retrocessos vieram em muitas áreas, a exemplo da ATER, totalmente destruída, onde as famílias assentadas ficam à deriva e o Estado descumprindo a lei de garantir assistência técnica e extensão rural no campo brasileiro.

Ocorre que os ataques em prol de atender aos interesses do agro-negócio e, simultaneamente, fragilizar o campesinato não pararam por aí. O aprofundamento da contrarreforma agrária ainda sofreria um golpe maior com a sanção da nova legislação fundiária, editada por meio da Medida Provisória 759, de 22 de dezembro 2016, convertida na Lei 13.465 em 11 de julho de 2017. Trata-se de uma lei que vem alterando um leque de outras leis, desde os anos 1970, passando pelos 1990 e 2000, modificando os processos de regularização fundiária tanto rural, como urbana, de liquidação de créditos concedidos aos assentados e alterando os procedimentos de alienação de imóveis da União. No papel e na retórica governamental, a lei está baseada nas propaladas ideias de eficiência, aprimoramento e na defesa de uma suposta emancipação/ autonomia das famílias assentadas.

No entanto, ao autorizar que os assentamentos rurais, sem equipamentos mínimos de infraestrutura, mas que, em 1º de junho de 2017, contarem com quinze anos ou mais de criação, deverão ser consolidados em até três anos, a busca do governo é por jogar no mercado e, assim, privatizar os quase 90 milhões de hectares de terra dos assentamentos (PORTO-GONÇALVES et al., 2017), conquistados em sua maioria com muita luta e sangue pelo campesinato assentado. Portanto, há uma tentativa clara no sentido de buscar desligar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) essas famílias assentadas, através do recebimento do título da terra, em uma manobra política neoliberal (SAUER, 2018), visando a atender aos interesses do capital rentista que aumentará seu estoque de terra.

48 Cf.: **Programas sociais têm corte de até 96% em quatro anos.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5149370/programas-sociais-tem-corte-de-ate-96-em-quatro-anos>. Acesso em: 5 set. 2018.

É uma agenda neoliberal no trato da questão agrária, onde não se reconhece o lugar da terra de trabalho enquanto um bem comum, mas apenas a terra de negócio na forma de equivalente de mercadoria (MARTINS, 1991). Nesse sentido, na esteira dessa lei “a terra com dono subsumirá qualquer possibilidade de uso da terra que não seja o privado e mercadológico” (MITIDIERO JR., 2018, p. 228). Temos resultados dessa opção política, como bem analisou Alentejano (2018), no governo Temer a prioridade foi para a titulação definitiva das terras em detrimento da criação de novos assentamentos. Esse autor enfatiza que, em 2015, nenhum imóvel rural foi desapropriado no Brasil e, em 2016, apenas 21 desapropriações, somando apenas 35.089 hectares. Os números oficiais do INCRA também corroboram essa análise: em 2016, foram apenas 28 novos assentamentos criados e 1.686 novas famílias assentadas no Brasil.

Como forma de regulamentar a Lei 13.465/2017, o governo Temer, continuando sua escalada para atender fielmente aos interesses, aos privilégios e ao roubo de terras, age em outra frente: a regulamentação da grilagem de terras no Brasil. Trata-se de um autêntico mecanismo de aprofundamento da contrarreforma agrária já utilizado pelos governos petistas a partir do segundo mandato Lula para atender ao “agrobandidismo”, leitura e termo usados pelo próprio Oliveira (2010) na sua análise dessa questão. Remetemo-nos à publicação dos decretos 9.309⁴⁹, 9.310⁵⁰ e 9.311⁵¹, em 15 de março de 2018, pelo atual governo Temer. Em síntese, o primeiro trata da regularização fundiária das áreas rurais para além da Amazônia Legal, o segundo da regularização fundiária urbana e o terceiro do processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

No tocante ao primeiro decreto, trata-se de uma extensão do Programa Terra Legal, criado pelo extinto MDA para implementar a Lei 11.952/2009, cujo objetivo era a regularização fundiária das ocupações

49 Cf.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9309.htm. Acesso em: 05 set. 2018.

50 Cf.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm. Acesso em: 05 set. 2018.

51 Cf.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm. Acesso em: 05 set. 2018.

incidentes em terras situadas em áreas da União, exclusivamente no âmbito da Amazônia Legal, mas que agora passa para todo o território nacional. Essa mudança fica explicitada logo no Art. 2º do referido decreto: “O disposto neste Decreto aplica-se à regularização fundiária de: I - ocupações fora da Amazônia Legal nas áreas rurais do INCRA e da União sob gestão do INCRA, exceto quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 11.952, de 2009”. Fica claro que se trata da regularização dos grilos de terra para todo o país e não mais apenas para os grileiros de terras na Amazônia Legal. Por isso, nossa leitura do aprofundamento da contrarreforma agrária dos anos petistas (OLIVEIRA, 2010), pois o processo agora ocorre em uma escala espacial mais abrangente nos anos do governo golpista Temer.

Sauer (2018, p. 06), analisando de forma crítica o decreto em tela (9.309) ressalta que, “tão grave quanto a extensão da regularização fundiária “rápida” de ocupações irregulares para todo o território nacional, foi a ampliação da área a ser legalizada”. Em sua análise, esse autor desconstrói a narrativa oficial de que o aumento de 1.500, como era até então, para 2.500 hectares passíveis de regularização com o decreto, não é para atender à agricultura familiar, pois essa área não condiz com as terras pertencentes aos núcleos familiares como o governo está ventilando, mas sim legalizar a grilagem em todo o território nacional, assevera. Existem outros graves problemas nesse decreto, ressaltado por Sauer (2018, p. 07): “além de legalizar a grilagem, o valor das terras (menos da metade do valor de mercado) e estas facilidades de pagamento deverão estimular a ocupação ilegal de terras públicas em todo o País”, concluindo que: “[...] a execução do Terra Legal materializa práticas de dilapidação do patrimônio público, estimula a grilagem e fragiliza a capacidade de intervenção do Estado para cuidado e controle da coisa pública [...]” (Ibidem, p. 8).

O Decreto nº 9.311/2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, centra as medidas diretamente nos assentamentos rurais, no tocante à seleção das famílias a serem assentadas, às condições de permanência destas, à

regularização das ocupações dos projetos de assentamento, à titulação provisória e definitiva das parcelas e à destinação de áreas remanescentes a projetos de assentamento. Em linhas gerais, logo de início uma aberração é constatada no Art. 1º, quando afirma: “Este Decreto dispõe sobre a seleção das famílias candidatas a beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA [...]”. Ora, não existe no Brasil PNRA desde o fim do primeiro governo Lula, portanto esse decreto já era para ser considerado natimorto. Na verdade, trata-se de mais uma das forças da contrarreforma, base estrutural do governo Temer, para atacar a luta pela reforma agrária levada a cabo pelos movimentos e organizações sociais. Isso fica evidente no Art. 5º que diz: “*O processo de seleção inicia-se com a publicação de edital de seleção para chamamento dos interessados, seguido de inscrição da unidade familiar perante o INCRA, do deferimento da inscrição e da classificação dos candidatos e encerra-se com a homologação [...]*”. Ou seja, na realidade sabemos que esse edital vai na contramão da luta, realizada historicamente através das ocupações e acampamentos, sem pedir licença ao governo ou ao Estado, pelo contrário, rebocando-os e forçando-os a criar os assentamentos rurais e assentar as famílias. Outro ataque se esconde no Art. 47: “*Independentemente do cumprimento dos requisitos de concessão de créditos de instalação e da conclusão dos investimentos, considera-se consolidado o projeto de assentamento após quinze anos de sua implantação, exceto se decisão fundamentada do INCRA dispuser de forma diversa*”. Dito de outra forma, reforça a política de contrarreforma agrária, que busca jogar as terras dos assentamentos de volta ao mercado, bem como a face perversa da precariedade presente nos assentamentos rurais, ao invés de ser solucionada pelo INCRA, com a realização das infraestruturas necessárias, ao longo dos primeiros anos, é, ao contrário, legalizada pelo decreto.

Durante o governo federal de Michel Temer, foram muitos os ataques aos direitos conquistados pelos assentados, gestando retrocessos em décadas de luta e resistência do campesinato. Como ressalta Mitidiero Jr. e Feliciano (2018, p. 228), é preciso compreender que a conjuntura política brasileira demonstra que se trata da existência das classes sociais em luta, bem diferente da compressão ancorada na “[...] perspectiva dis-

tante de determinadas correntes de pensamento e posições acadêmicas que abstraem a noção teórica da luta de classes como possibilidade de interpretação da sociedade contemporânea [...]”. Nesse sentido enfatizam que o golpe contra Dilma Rousseff foi um golpe de classe. Portanto, “[...] independente de filiações partidárias e do grau de composição e articulação com o governo federal eleito pelo povo, as classes foram impelidas a se recompor [...] evidentemente, os ruralistas se posicionaram do lado da sua classe, ao lado da elite nacional” (Idem).

Caminhamos por esse entendimento de que a arena da luta de classes nesses últimos três anos no Brasil, ante o fim do pacto conciliatório promovido durante os três governos petistas, efetivamente rompeu. Nesse sentido, a violência, uma das marcas da sociedade brasileira, emergiu no campo com mais intensidade e despida de qualquer roupagem. Para esse debate, em virtude dos caminhos trilhados pelo governo golpista com relação à proteção, garantia e apropriação da propriedade privada capitalista da terra, é imprescindível rememorarmos os escritos de Karl Marx (2013), em seu Capítulo 24 do Livro I de *O Capital*, intitulado: “A assim chamada acumulação primitiva”. Trata-se de uma abordagem histórica do processo de cercamento dos campos via a expropriação sofrida pelo campesinato europeu na transição feudalismo-capitalismo, mas que é estrutural no movimento contínuo na produção do capital até os dias atuais. Segundo o pensador alemão “na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, 2013, p. 786); e que “[...] a história desta expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Ibidem, p. 787). Ainda segundo o autor, no tocante à história real da questão da propriedade privada capitalista, na transição do feudalismo para o capitalismo [...] o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (MARX, 2013, p. 786).

Marx registrou o que denominou de “Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para a compressão dos salários” (MARX, 2013, p. 805). Nessa discussão, Marx trata do campesinato expulso da terra, agora transformado em proletários, que

ao não ser absolvido pela manufatura ou mesmo não se ajustar à disciplina da nova situação, que contrariava seu modo de vida anterior, passou a ser tratado, através das leis, como “delinquente”, “vagabundo”, conseqüentemente, perseguido, pois merecia, segundo a legislação, o açoite e o encarceramento. A conclusão a que chega Marx, no último parágrafo do próprio Livro I, é fundante em nossa discussão e bastante atual para pensar o Brasil hoje:

O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação - e, portanto, a propriedade privada capitalista - exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (MARX, 2013, p. 844).

Assim, indagamos: a realidade do Brasil do século XXI, notadamente os últimos anos tendo à frente o governo Temer, não possui claras semelhanças com o período e os processos analisados por Marx? A disputa entre os diferentes e antagônicos regimes de propriedades privadas, a capitalista e a fundada no trabalho próprio, não é o móvel das ações do governo Temer, na busca de aprofundamento da primeira em relação à segunda? Em nossa ótica sim, bem como na ótica de Mitidiero Jr. e Feliciano (2018, p. 228), que ao analisarem o que denominaram de “a violência no campo brasileiro em tempos de golpe e acumulação primitiva de capital”, sobre o período pós-golpe, asseveram que “[...] tudo indica que, em uma tentativa do capital em reestabelecer o processo de acumulação ampliada, os capitalistas vêm utilizando de forma ampla e intensificada o crime e a violência contra a população trabalhadora”. Nessa linha concluem que: “Em uma espécie de eterno retorno, a conjuntura violenta que caracterizou a gênese da acumulação capitalista aparece renovada em pleno século XXI” (Idem).

A tese desses autores é orientada pela vertente teórica do desenvolvimento contraditório do capital no campo, que tanto (re)cria relações sociais não capitalistas, bem como expropria os sujeitos, instaurando o

divórcio entre o/a trabalhador/a e as coisas de que necessitam para trabalhar, nos termos de Marx (2013). Ou seja, como bem nos legou Rosa Luxemburgo (1988), há uma ligação orgânica na história do desenvolvimento capitalista entre a expansão do capital, via a relação econômica capital-trabalho, e a acumulação do capital, verificada entre este e as formas de produção não capitalistas.

Harvey (2013b), a partir da obra de Rosa Luxemburgo (1988), amplia o debate ao denominar de acumulação por desapossamento, ou melhor, acumulação por espoliação, os processos contemporâneos violentos descritos por Marx. Para o geógrafo marxista, aquela autora estava correta na leitura, ou seja, ao invés de se pensar que a acumulação primitiva ocorreu de forma apenas originária na pré-história do capitalismo, como defendeu Karl Marx, assevera que na verdade esse processo originário faz parte de toda história geográfica do capitalismo, caminhando organicamente com o processo de reprodução expandida do capital.

Defenderemos aqui que as decisões nos anos Temer são uma fábrica por uma busca de aceleração dessa acumulação via processo espoliativo descrito por Harvey (2013b). Há uma predisposição exacerbada do atual governo de expropriar o campesinato, os indígenas e os quilombolas da terra, atendendo assim aos anseios de um capital internacional sedento pelos bens comuns naturais do país, aliado aos interesses históricos da burguesia latifundista nacional em conluio com as oligarquias regionais e locais, em um movimento que afirma a atualidade da acumulação primitiva descrita por Marx (2013). Como diz Martins (1991, p. 50), “[...] a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é uma componente da lógica da reprodução do capital. [...] uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho”.

Assim, durante o governo Temer se intensificaram o roubo de terra através da legalização da grilagem, a barbárie contra o campesinato e a construção de legislações que corroboram e legalizam esses processos. Com base em Harvey (2013b), verificamos que os movimentos sociais e as revoltas insurgentes – ocupações, acampamentos, resistências in-

dígenas e quilombolas - contra a acumulação por espoliação em curso sofreram com a escalada da violência a partir de 2015, seja levada a cabo pelos poderes do próprio Estado que agiam [agem] em nome da dita “ordem e da estabilidade”, seja pelas próprias milícias dos latifundiários. A escalada da violência e, com ela, a barbárie nos conflitos territoriais no campo têm, nos massacres com assassinatos, o lado mais perverso e que torna visível a elevação da violência pós-golpe. Desde 1986, com seis massacres contabilizados pela CPT, os registros eram de no máximo dois massacres ocorridos por ano, com alguns anos sem ocorrências, a exemplo de 2013 e 2014, em 2017 foram cinco massacres com um total de 36 vítimas⁵².

Trata-se de uma estratégia histórica do capital de aniquilar pela raiz os sujeitos protagonistas das lutas, quase sempre, suas lideranças. É a forma de reagir contra os “dissidentes”, como são vistos todos aqueles que lutam e resistem à dominação e à opressão, seja buscando negá-los através da invisibilização, seja eliminando-os juntamente com suas territorialidades antagônicas ao capital, não havendo, portanto, políticas de debate e diálogo, mas de eliminação, como afirma Shiva (2003).

Para além da face mais perversa da barbárie que são os massacres, o aprofundamento do processo de acumulação primitiva nos anos Temer é materializado na elevação do total de assassinatos de lideranças do campo de forma geral, em boa parte do casos, ligados aos processos espoliativos de roubo de terras do campesinato posseiro, dos indígenas e dos quilombolas – através dos mecanismos diversos de grilagem de terras: em 2015 foram 51 assassinatos; seguindo uma crescente, chegaram a 61 em 2016 e atingiram 71 vidas brutalmente ceifadas em 2017. Esse último ano, olhando em termos históricos ao longo do Brasil do século XXI, só perde para o ano de 2003, quando foram contabilizadas 73 vítimas. E de toda a série histórica de assassinatos em conflitos no campo desde que a CPT passou a divulgar o relatório, o ano de 2017 só fica atrás dos anos de: 1985, 1986, 1987, 1988 e 1990, ocorrendo uma real escalada da violência a partir de 2015.

52 Cf.: **Massacres no Campo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/108-mato-grosso/3940-colniza-2017>. Acesso em: 12 set. 2018. Cf.: CPT (2017).

De um lado, as ocupações/retomadas e os acampamentos, trunfos da luta camponesa, indígena e quilombola, apesar de se manterem no campo, de 2015 para 2016, praticamente no mesmo ritmo, em 2017 sofrem um declínio acentuado: em 2015 foram 200 (ocupações/retomadas) e 27 (novos acampamentos), já em 2017 foram 169 (-15,5%) e 10 (-63,0%), respectivamente. De outro, o que percebemos é um aumento considerável da violência registrada nas ocorrências de conflitos por terra (despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem), passando de 771 em 2015 para 989 em 2017, um aumento de 28,27% (218 registros). Se formos mais longe, por exemplo, em 2010 com 638 ocorrências, veremos um aumento, se comparado a 2017, de 55,01% (351 ocorrências) (CPT, 2017). Nesse cenário, defendemos que o recuo nas ocupações/retomadas/acampamentos e na queda dos números de pessoas em conflitos é, em boa medida, devido ao aumento da violência e da barbárie no campo (COSME, 2017).

A realidade do campo brasileiro, com o recrudescimento da questão agrária no pós-golpe, comprova a centralidade que tem a propriedade privada capitalista da terra para a expansão do capital no país. Essa centralidade está expressa na avaliação de Porto-Gonçalves e Cuin (2013, p. 18) sobre os conflitos no campo: “o latifúndio tem sido um dos principais pilares de afirmação e reprodução do padrão de poder que vem comandando o processo de acumulação de capital, desde os primórdios de nossa formação territorial”. Na contrarreforma agrária na lei e na marra do governo Temer, como bem assinalou Porto-Gonçalves et al. (2017), as iniciativas visam obsessivamente a garantir a acumulação de capital e, nessa esteira, tem sido grande o avanço/invasão de terras públicas, por meio da violência privada e do Estado. “Enfim, o governo que emergiu do *impeachment* vem procurando atrair o capital financeiro ávido por novas oportunidades” (Ibidem, p. 33).

O período Temer, pela via neoliberal de isenção totalmente subordinada do país aos interesses das frações de classes hegemônicas mundiais nessa época de “servidão financeira” (COUTINHO, 2010), uma via expressa no aprofundamento econômico primário-exportador e de

entrega dos bens comuns naturais ao capital nacional e internacional, rememorando e aprofundando perversamente práticas modernas-coloniais (PORTO-GONÇALVES, 2012), atualiza os escritos de Luxemburgo (1988, p. 87): “o outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial”, nesse contexto: “[...] a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico” (Idem). Esse processo de acumulação por espoliação constante, que dá vida e oxigena o capital, não deixa dúvidas de que “o capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas” (HARVEY, 2013, p. 124). O campesinato assentado e os milhares de Sem Terra, que ainda lutam pela reforma agrária no estado de Alagoas, sofrem na pele essas práticas.

Nesse bojo, o Estado é o agente principal no processo de aprofundar a acumulação primitiva. Marx e Engels (2008, p. 12) deram pistas consideráveis para iniciarmos um caminho para decifrar a forma política Estado, ao afirmarem que: “o poder do Estado moderno⁵³ não passa de um comitê que administra os negócios comuns da burguesia como um todo”. Uma síntese da importância e do papel dessa forma política, como uma forma não idealística, mas um produto material necessário à totalidade do movimento do capital, está registrada na passagem a seguir:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Ideia moral”, nem a “imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão que de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força,

53 Para um aprofundamento sobre a teoria materialista do Estado, entre outros, Cf. Hirsch (2010).

que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS apud LENIN, 2007, p. 24).

É preciso ter em mente, como demonstra Mascaro (2013), seguindo as trilhas abertas por Karl Marx e diversos outros estudiosos do Estado, que há um processo estreito de ligação entre as formas da economia capitalista e a forma política estatal. Para Mascaro (2013), o Estado, tal qual se apresenta no capitalismo, não tem paralelo em outras sociedades, ou seja, sua manifestação é eminentemente moderna e capitalista. Sobre a separação entre política e economia como se apresenta na sociedade atual, afirma que “a existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva” (Ibidem, p. 19), bem como contribui para tornar sujeitos explorados e exploradores em sujeito de direitos, convivendo em um território unificado normativamente. Um Estado que se constitui, “ainda afirmativamente, o espaço de uma comunidade, no qual se dá o amálgama de capitalistas e trabalhadores sob o signo de uma pátria ou nação” (Idem).

Portanto, entendendo o Estado contemporâneo como um fenômeno especificamente capitalista e não o contrário, Mascaro (2013) adverte que todo o aparato estatal institucionalizado não tem nada de neutro, insólito ou meramente técnico, conforme faz questão de explicitar. Nessa rede de relação na qual se condensa o Estado, parafraseando Mascaro (2013), é no capital que reside a chave da existência da forma política Estado moderno e não o contrário. “Por isso, não é partindo das características do aparato estatal em si mesmo que se descobrirá a sua eventual utilização ou não pela burguesia”, (MASCARO, 2013, p. 19) ou seja, “[...] é pela estrutura da reprodução do capital que se entende o lócus desse aparato político específico e relativamente alheado das classes que se chama hodiernamente Estado” (MASCARO, 2013, p. 19). Todo o aparato estatal só se implanta e funciona em uma relação visceral com as estruturas de valorização do capital, consequentemente,

“[...] todas as vezes que os conflitos ameaçarem a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores [...]” (LESSA e TONET, 2008, p. 90).

É sobre essa história, da luta e da resistência do campesinato, notadamente, da fração de classe Sem Terra, em Alagoas, atravessada pelo processo de acumulação primitiva, com atuação estrutural do Estado, por meio dos diferentes governos, que faremos um esforço de análise e, assim, discernir algumas faces da questão agrária nesse estado, ao longo do próximo capítulo.

3 ALGUMAS FACES DA QUESTÃO AGRÁRIA ALAGOANA

O objetivo nesse capítulo é realizar uma (re)construção histórico-geográfica do capitalismo rentista brasileiro a partir da análise do território alagoano. Concentraremos essa análise nos processos específicos da formação territorial capitalista brasileira, destacando a unificação do capital e da terra, em uma aliança do atraso sob o aval do Estado, representada pelo mesmo sujeito social, o qual denominamos de os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas. Nesse bojo, buscaremos romper a invisibilidade do campesinato, por um tipo de historiografia comprometida com uma visão social de mundo ideológica ligada a classe dos proprietários capitalistas da terra, representantes do modelo moderno-colonial do agronegócio, bem como, comprovaremos a dinâmica de reprodução do latifúndio e do minifúndio no espaço agrário deste estado.

3.1 Capital, terra e campesinato em Alagoas: invisibilidade, subordinação e violência contra a classe camponesa

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política.

Antônio Carlos Robert Moraes (2005a, p. 44), em “Ideologias geográficas”.

A noção estamental do mundo social como permanência, a natureza de sacralidade atribuída ao princípio postulado da

imodificação das categorias sociais, a atribuição de um princípio natural às estratificações sociais vigentes, o postulado de que a participação popular na História constitui uma violação intolerável e perigosa da legalidade social constituída, e que por isso deve ser reprimida – eis os fundamentos da ideologia da permanência, que domina a historiografia tradicional. O discurso histórico estamental vê no *status quo* a premissa que regula a vida das sociedades, e tudo o que a contradiga se inscreve, automaticamente, no âmbito da marginalidade social e histórica. O discurso histórico estamental recicla constantemente as premissas que fundamentam a ideologia do poder, contanto que esse poder seja o das classes dominantes.

Dirceu Lindoso (1983, p. 31), em “A utopia armada”.

Se o camponês tornou-se um fascinante e problemático tema de estudo contemporâneo, foi exatamente porque os esquemas que o interpretavam como resíduo de uma formação social anterior, como resquício ou sobrevivência de épocas passadas, revelaram-se um instrumental analítico e conceitual inadequado à apreensão de sua condição social viva em tantas regiões agrárias.

Margarida Maria Moura (1988, p. 68), em “Camponeses”.

Tem razão Moraes (2005a) quando enfatiza a centralidade das ideologias geográficas como fonte alimentadora das concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, mais ainda, quando põe em relevo a importância das representações sociais coletivas como impulsionadoras das transformações ou pelo acomodamento dos processos sociais nos lugares. Em nossa ótica, debater o espaço agrário brasileiro e, especificamente, os temas do campesinato e da reforma agrária, é enveredar por caminhos contraditórios, onde as visões sociais de mundo antagônicas, utópicas *versus* ideológicas⁵⁴, têm papel preponderante, portanto, que não podem ser olvidadas nas análises.

Com base em Lindoso (1983) em epígrafe, uma ideologia do poder de classe, estamental, dominante, a favor do sistema latifundiário-escravista, foi legitimando as relações de poder desiguais no território,

54 Cf.: Lowy (2007).

naturalizando os processos sociais e mantendo o estado de coisas vigentes nessa sociedade. Segundo esse autor, com um discurso ideológico pretensamente neutro, mas historicamente comprometido com os interesses das oligarquias latifundiárias escravistas, os intelectuais desse tipo de historiografia foram registrando a história sob a ótica das classes hegemônicas: os senhores de engenhos e de escravos⁵⁵.

Assim, no perpétuo, histórico e lento movimento de formação territorial capitalista brasileiro, a aliança do atraso, composta pela associação no mesmo sujeito social dos grandes proprietários de terras com a burguesia sob o aval do Estado (MARTINS, 1999), conseguiu construir, política, científica e teoricamente, uma visão social ideológica hegemônica que manteve o modelo agrário/agrícola colonial fundado nas grandes propriedades rurais monocultoras, leia-se o latifúndio de ontem transmutado de agronegócio hoje, em detrimento do campesinato e dos diversos outros grupos/povos do campo. Visão social de mundo essa, construída com a contribuição de diversos setores/segmentos da sociedade e do Estado – parte expressiva do Judiciário, dos políticos, dos governos - e, especialmente, por parcela significativa da academia, na produção de uma historiografia conservadora sobre o campo brasileiro, e da mídia hegemônica nas últimas décadas⁵⁶.

Assim, ganha solidez essa linha interpretativa, quando verificamos a forma como foram tratados alguns processos sociais de luta e resistência populares, ao longo da formação territorial do estado de Alagoas, semelhantes à forma como vem sendo tratado o campesinato assentado. Um exemplo foi a escrita acerca da participação do campesinato na Guerra dos Cabanos de 1832 (detalharemos esse acontecimento nas páginas seguintes). Ao invés de destacar o protagonismo revolucionário desse campesinato em luta, temos uma historiografia permeada por “esquecimentos”, “sacralização” do latifúndio, termos pejorativos acerca dos sujeitos dessa resistência contra-hegemônica, chamando-os de “bandidos”, “assassinos”, “salteadores”, em uma espécie de “miséria da historiografia estamental”, nas palavras do próprio Lindoso (1983). Segundo

55 Essa mesma crítica pode ser conferida em Andrade (1989, p. 13).

56 Sobre a legitimação do poder através da ação da mídia e dos intelectuais Cf: Souza (2017).

Almeida (2008, p. 25), em seu “Memorial bibliográfico de Vicente de Paula”, esse o líder popular cabano, ao tratar os cabanos como “facinorosos”, “bandidos” e “semelhantes”, esse tipo de historiografia cumpria um papel: “[...] seria tão seletiva quanto o próprio poder era”, assim, ela atendia ao propósito que era de retirar do cabano a “[...] condição política para ser remetido à escrita policialesca”.

Lindoso (2015, p. 88) ressalta que a produção historiográfica em Alagoas ocorreu “[...] numa situação social concreta: uma sociedade escravista, baseada na produção de bens exportáveis, Estado monárquico liberal-escravista e uma população de senhores de escravos, com camadas intermediárias de homens livres”. Nessa mesma linha, Almeida (2008, p. 24;25) tece sua crítica acerca de um modelo corrente de historiografia que se estruturou para e na explicação de Alagoas, “praticada, aqui e ali, na busca de heróis senhoriais para a continuidade do exemplar na sociedade capitalista [...]. A construção desse tipo de historiografia vai destacar elementos para que a sociedade se demonstrasse perfeita e acabada”. Assim, como escreveu recentemente Machado e Lima (2016), na introdução de “História econômica de Alagoas”, encontramos nessa escrita histórica, por um lado, “olhares que buscam desvelar a realidade e trilham o caminho do movimento contra hegemônico da terra berço do Quilombo dos Palmares e, por outro, aqueles que se dedicam à construção e à reafirmação [...] do *status quo*”.

Apesar de não ser objetivo deste estudo refazer uma escrita exaustiva do passado colonial brasileiro e alagoano, pois já são bastante difundidas suas bases coloniais latifundista e escravista (Capitanias Hereditárias, Sesmarias, Lei de Terras de 1850), registradas em ampla literatura sobre o tema⁵⁷, frisamos que é condição *sine qua non*, nos estudos sobre essa sociedade e seu território, levarmos em conta esse passado enquanto uma herança histórica territorial, dada a importância das implicações da colonização no espaço geográfico e na conformação do imaginário coletivo ao longo de sua formação territorial, chegando até os dias atuais, como nos legou Moraes (2005b).

57 Sobre a gênese e o processo da formação territorial alagoana, entre outros, Cf.: Lima (1992); Andrade (1997), Lindoso (2000); Almeida (2008); Carvalho (2016), Almeida (2011), especialmente, o capítulo terceiro dessa obra.

Percebemos isso em Lindoso (2000, p. 17), quando afirmou que “a descoberta dos objetivos espaciais da colonização de Alagoas deve ser a chave para decifrar o nosso código histórico”. Nesse sentido, ao discorrer sobre como se estruturou o espaço social alagoano, enaltecendo seu pertencimento anterior à Capitania de Pernambuco de onde conseguiu se desvincular apenas em 1817, escreve: “através de um *continuum* histórico a cultura alagoana se estrutura mediante um lento processo de sedimentação social e rápidos momentos de rupturas” (LINDOSO, 2015, p. 13). É a dialética contraditória do contínuo e do descontínuo como marcas da vida histórica, social e espacial, de uma cultura, segundo ele. Portanto, a cultura alagoana não é apenas marcada por repetições, mas também por rupturas, mesmo rápidas, que, conforme as palavras a seguir.

“[...] constitui também outra realidade instituída de bens simbólicos e materiais, em cujo espaço pode ocorrer uma sucessividade de cortes epistemológicos que estabeleceu verdadeiros *saltos culturais*, desviando-lhe as rotas programadas pelos processos cumulativos e abrindo oportunidades e caminhos novos, ou simplesmente criando-lhe impasses, alguns inamovíveis (LINDOSO, 2015, p. 51).

Deveras, a cultura alagoana não fugiu à regra, por exemplo, é abordada por uma historiografia da continuidade, representada pelos valores de manutenção do *status quo* na sociedade, bem como também tem marcas da historiografia da descontinuidade, uma crítica social contra as classes dominantes, por exemplo, à burguesia agrária, fomentando os cortes epistemológicos no processo cumulativo e contínuo do registrar da história. Dito de forma mais direta: os antagonismos de classe são marcas da sociedade alagoana, como não poderia deixar de ser sob o modo de produção capitalista, como bem registrado nesta passagem: “[...] a sociedade alagoana é uma sociedade composta de classes sociais, que se estruturam em alianças, em contradições e oposições” (LINDOSO, 2015, p. 54).

Assim, é justamente esse contínuo-descontínuo cultural, e por que não dizer político e econômico, mas sem rupturas estruturais com a forma de organização territorial colonial da antiga Capitania, que per-

manece ao longo da formação territorial do que viria a ser o estado de Alagoas, com rebatimentos na construção da questão agrária nesse território. Nesse bojo, temos os cortes epistemológicos de uma parte da historiografia, que ao ler os processos sociais sob o ângulo dos grupos/classes subalternos, fizeram a crítica ao *status quo* vigente, registrando as rupturas esquecidas. São esses escritos/autores que buscamos apresentar neste item, aos quais nos filiamos, devido a abordarem ideias explicativas e atuais para a análise acerca da (re)criação camponesa nos assentamentos rurais.

Nessa perspectiva, não poderia ser um contexto político mais interessante e provocativo para realizarmos uma reflexão acerca de decifrar esse código histórico alagoano, oriundo do modelo de colonização que aqui se deu, do que o ano de 2017. Ano que marcou os 200 anos de emancipação política desse território da Capitania de Pernambuco. As visões sociais de mundo antagonicas atuaram fortemente no recapitular dessa história de dois séculos. De um lado, os setores/grupos, a partir de uma visão social de mundo utópica (LOWY, 2007), preferiram explicitar o preço pago pelos diversos sujeitos/as explorados/as, e porque não dizer pago por ampla parte da sociedade alagoana, pela continuidade do modelo agrário/agrícola latifundista, hoje denominado de agronegócio da cana-de-açúcar, como ficou explícito no seminário temático: “Alagoas 200 anos: latifúndio, cerca e exclusão” (figura 3), organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Movimento de Libertação dos Sem-Terras (MLST), com a presença de indígenas, camponeses, intelectuais e lideranças dos movimentos sociais do campo.

Figura 3 – Alagoas - Seminário temático: “Alagoas 200 anos: latifúndio, cerca e exclusão” (2017)



Fonte: Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2017/09/sem-terras-e-indigenas-participam-de.html>. Acesso em: 26 fev. 2018.

De outro lado, outros segmentos preferiram, ideologicamente, ressaltar a imbricada relação entre a formação territorial de Alagoas e a monocultura latifundista da cana, mas em um tom celebrativo, a exemplo da reportagem: “Alagoas celebra 200 anos de história que se mistura à da cana-de-açúcar”. O tom celebrativo, fundado em uma espécie de representação de um progresso civilizatório a partir da cana, fica evidente na própria abertura da reportagem, que diz: “para celebrar o bicentenário da emancipação política do estado [...] o Gazeta Rural conta a história de uma das principais bases da economia local”. Na mesma reportagem, o historiador Douglas Apratto Tenório afirma: “as lembranças dos engenhos e das usinas estarão sempre presentes nas linhas do trem, na nossa terra, na nossa bandeira, para lembrar que a história de Alagoas também é a história da cana-de-açúcar”⁵⁸.

Optamos em trabalhar com a desconstrução desse mito presente na narrativa de um pretenso progresso civilizatório, uma espécie de na-

58 Cf. **Alagoas celebra 200 anos de história que se mistura à da cana-de-açúcar**. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/alagoas-celebra-200-anos-de-historia-que-se-mistura-a-da-cana-de-acucar.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2018.

turalização e perpetuação da história de Alagoas, como se fosse, inexoravelmente, não apenas um passado, mas um futuro ligado ao latifúndio monocultor da cana de açúcar ou de qualquer outra *commodities*. Nesse sentido, Barbosa (2016), no Prefácio do livro “*Tapui-Retama: viagem ao mundo profundo: Minhas Gerais e Grande Sertão*”, de autoria de Dirceu Lindoso, põe em relevo uma reflexão pertinente para a desconstrução das ideologias geográficas oriundas dos tempos coloniais, mas que têm serventia e persistem, sejam com rebatimentos espaciais e/ou nas territorialidades, sejam nos discursos e no imaginário coletivo na sociedade alagoana ainda hoje. Nas palavras do prefaciador, “Lindoso [...] levanta pistas pelas quais se torna mais facilmente compreensível a libertação daquela espécie de determinismo geográfico litorâneo que assinalou os primórdios da colonização” e, continua o autor, “assim, a história, que no século XVI estava condenada a confinar-se na porção atlântica do território, avança na conquista da imensidão dos sertões, conferindo à nascente nacionalidade um sentido novo, diferente e culturalmente diversificado (BARBOSA, 2016, p. 35-36).

A crítica é pertinente no sentido de que há nas análises de boa parte da produção historiográfica, nos discursos e narrativas diversas, não apenas na sociedade alagoana, mas – arriscamos dizer – brasileira, um apego a esse determinismo geográfico litorâneo. Há uma perspectiva celebrativa da invasão colonizadora e de um dito progresso civilizatório, a partir de então, com a cana-de-açúcar. No caso alagoano, um recapitular histórico que faz com que a cana-de-açúcar ainda invada não apenas latifúndios e se utilize destrutivamente dos bens comuns naturais, como também algumas mentes e corações do imaginário coletivo e, principalmente, de parte dos acadêmicos, planejadores, da maioria dos políticos e a ação do Estado para o campo, do ponto de vista dos interesses do campesinato, criando, com isso, o mito do agronegócio como a redenção da economia, enfim colocando-o como um caminho único e inevitável dos processos no campo brasileiro.

Não obstante, como bem destaca Lindoso (2011), no estudo da formação do território alagoano há três fatores de colonização importantes: a criação do Quilombo dos Palmares; o início da conquista

do Sertão e a implementação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareiras, portanto muito além da simplória narrativa que marca a visão social ideológica, centrada no litoral e na cana como explicadores da totalidade da construção desse território. Somente sobre a conquista sertaneja não há ainda um estudo definitivo, destaca esse autor. “O que significa a conquista do Sertão e como ela se realizou?” (LINDOSO, 2011, p. 19). A resposta a essa pergunta com certeza fará emergir, entre outros processos, as lutas e as resistências contra-hegemônicas dos diversos sujeitos e sujeitas do campo, suas conquistas e as violências sofridas, a exemplo do campesinato assentado.

Nessa mesma linha, Albuquerque (2016) afirma que foram três grandes complexos⁵⁹ que funcionaram articuladamente como matrizes do povoamento colonial e da formação econômica e social brasileira: o complexo agropastoril campesino, o complexo agroindustrial canavieiro e o complexo agropecuário artesanal; pilares a partir dos quais a economia e a sociedade foram formadas. Nesse bojo, esse autor reconhece que não há dúvida acerca da hegemonia dos complexos agroindustrial canavieiro e agropecuário artesanal no contexto da economia colonial nordestina. Não obstante, ele é crítico aos que se esqueceram do complexo campesino em seus estudos. Para Albuquerque (2016), o modelo de economia e de sociedade que essas atividades (cana e pecuária) estabeleceram não foi absoluto. Ao contrário, foi, e podemos dizer que continua sendo, permanentemente contestado pelas diversas formas de campesinato que se desenvolveu no Brasil, não sendo diferente nas terras alagoanas.

Essa ideologia geográfica, que se propagou e alicerçou o determinismo geográfico litorâneo, perpetuou a hegemonia do modelo agrário/agrícola latifundista da cana-de-açúcar na organização territorial ala-

59 O autor adotará o entendimento de complexo em detrimento de civilização, a exemplo do que ficou conhecido no Brasil com a “civilização do couro” e a “civilização do açúcar”. Segundo ele, essas são categorias claramente eurocêntricas, excessivas, com pretensões de totalidade ao superrelativizarem esses dois complexos, invisibilizando os demais processos, a exemplo da luta camponesa. Portanto, são categorias ideologicamente carregadas dos valores prezados pelos colonizadores. Nesse sentido, concordamos com ele, que a melhor análise é perceber o embate dialético entre os interesses econômicos, sociais e políticos da Metrópole e dos grupos locais em Alagoas, a partir da relação contraditória entre os três complexos supracitados. Assim, não se trata de uma abordagem teórica a partir dos estudos amparados no processo de formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) no Brasil.

goana em detrimento do campesinato e demais sujeitos/as do campo. Portanto, fez parte justamente do continuum histórico colonial mencionado - cultural, político e econômico e da relação sociedade-natureza -, que por muito tempo fez crer na homogeneização do espaço agrário a partir do latifúndio. Tenório⁶⁰ e Lessa (2013), ao estudar a importância dos ciclos do algodão e as vilas operárias em Alagoas, em tom de crítica a essa forma de pensar e enxergar a sociedade alagoana, assevera que o algodão não tem sido estudado como fartamente foi a cana. Segundo eles, é como se nada tivesse existido ontem, bem como parece que nada poderá vir a dar certo nessas terras, seja com relação ao industrial ou ao agrário. “A moda não é inovadora, tem raízes tardias, coloniais, mas nunca foi tão vigorosa como a partir de meados do século passado, quando liquefez em caldo verde todas as demais culturas e vertentes econômicas” (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 10). E continuam:

“A história de Alagoas é a história do açúcar”, afirmou – ou melhor, decretou – em uma de suas obras o grande antropólogo Manuel Diégues Júnior. Esta opinião, pinçada de um texto, passou a ter foro de cânone sagrado para os estudiosos de todos os matizes, inclusive os de esquerda, que, ao atribuir ao produto da *sacha officinarum* todas as mazelas existentes em nossa sociedade, passando por latifúndio, escravidão e monocultura, sem discutir outras variáveis e sem ampliar a questão, de alguma maneira encamparam, talvez sem perceber, o discurso exclusivista canavieiro.

Com base nesses autores, indagamos: será que não há espaço no contar da história para a agricultura camponesa? Onde está espacializado o campesinato e qual seu papel histórico na construção do território alagoano? Onde entram nessa historiografia os movimentos e organizações sociais do campesinato assentado e de que forma? Há outros coadjuvantes menores e até minúsculos que precisam ser visibilizados, conforme bem frisaram eles. Assim, é preciso destacar que, dentre os três espaços mesorregionais que compõem o território deste estado: o

60 Há uma contradição na escrita desse historiador (Douglas Apratto Tenório), como já foi registrado anteriormente, um tom celebrativo do papel da cana nos 200 anos de Alagoas, e, nessa obra conjunta, uma crítica a essa visão.

Sertão, o Agreste e o Leste, foi nesse último onde se materializou, mais fortemente, a “aliança do atraso” (MARTINS, 1999). Ou seja, o latifúndio, por conseguinte, o poder das oligarquias agrárias, é uma marca moderno-colonial⁶¹ territorializada com muito mais intensidade no espaço agrário da mesorregião do Leste alagoano (ALBUQUERQUE, 2016; LESSA, 2013, 2012; SILVA, L., 2013; LINDOSO, 2000).

Essa dinâmica espacial da aliança do atraso – capital e propriedade capitalista da terra – em Alagoas, concentrando o latifúndio na mesorregião Leste e o minifúndio nas mesorregiões do Sertão e do Agreste, repercutiu e repercute na forma como o território foi sendo construído e a sociedade hierarquizada nas relações de poder. Realidade que fica evidente em Lindoso (2000, p. 36), ao analisar dois dos três núcleos irradiadores do povoamento colonial, do que viria a ser o território alagoano⁶²: Penedo, na ribeira do rio São Francisco, que exerceria influência sobre o pastoreiro ao longo do rio São Francisco, e Porto Calvo, marco inicial da construção de uma economia com base no latifúndio canavieiro no litoral. Afirma ele que foi em Porto Calvo “[...] que primeiro se estruturou uma sociedade de modelo patriarcal, baseada na escravidão do negro e na servidão do índio [...]”. Ainda segundo o autor, “o pastoreiro penedense tem aspectos mais democráticos [...]” (Idem). O arremate da sua reflexão deixa mais explícitas as consequências da presença estrutural do latifúndio canavieiro, por conseguinte, da concentração de terras em poucas mãos, na origem da colonização no litoral alagoano, ao dizer que se tratava de “uma sociedade aristocrata, baseada no latifúndio agrícola e escravocrata. Isto significa uma sociedade mais rica e mais cruel⁶³” (LINDOSO, 2000, p. 37). Realidade que dá substância aos escritos de Prado Jr. (2000), quando defende os efeitos nefastos da elevada concentração fundiária para o conjunto da sociedade brasileira.

61 Sobre a crítica ao modelo agrário/agrícola moderno-colonial brasileiro Cf.: Porto-Gonçalves (2012).

62 Foram três os núcleos irradiadores da ocupação do território que viria a ser o estado de Alagoas: Penedo (1570), Porto Calvo (1590) e Alagoas do Sul (1611) (esse último, que foi a capital da Capitania de Alagoas, atualmente é o município de Marechal Deodoro), todos localizados na mesorregião Leste (CARVALHO, 2016; LINDOSO, 2000; ANDRADE, 1997); Lima (1992) também destaca o papel histórico do núcleo de Santa Luzia do Norte, em menor expressão em relação aqueles.

63 Corrêa (1992) e Lessa (2012, p. 24), nessa mesma linha, destacam o Agreste e no Sertão em detrimento do Leste monocultor, como mesorregiões mais democráticas, pelo menos em relação ao acesso à terra menos desigual.

No entanto, a ressalva de Albuquerque (2016, p. 31) ajuda a não romantizarmos ou naturalizarmos, conseqüentemente a não superestimarmos essa fenda de certa forma mais democrática no Sertão e no Agreste alagoanos, como regiões menos desiguais.

No Sertão e no Agreste, a terra é mais bem distribuída e por isso as duas regiões são mais justas. Entretanto, tal constatação precisa ser melhor apurada. As vantagens econômicas e sociais do Semiárido despontam quando a região é comparada às regiões da Zona da Mata e do Litoral que são profundamente injustas e desiguais, isso não quer dizer que o Semiárido é exemplo de justiça social. Um esclarecimento importante é que nada disso é obra do acaso ou resulta de um improviso histórico qualquer. Por razões conhecidas, os conflitos deslocados da zona canavieira para o Semiárido, somados à tradição de luta dos índios, forçaram uma configuração de apropriação menos desigual da terra e, conseqüentemente, uma sociedade menos hierarquizada na região. O encontro dos perseguidos e alijados socialmente do sistema de plantation (negros e pobres livres) com os oprimidos pelo sistema do curral (índios, negros e agregados) constituiu-se num evento de grandes significados.

Em síntese, essa dinâmica espacial da aliança capital e terra no espaço alagoano, configurando as relações de poder em seu território e, por conseguinte, sua questão agrária, fica bem explicitada no fragmento a seguir:

Historicamente, nos espaços que denominamos de Agreste e Sertão de Alagoas, os proprietários do capital subordinaram um numeroso campesinato livre aos seus interesses por meio de mecanismos de comercialização e crédito [...], o movimento do capital no Semiárido (Agreste e Sertão) foi o de renunciar à propriedade da terra e concentrar-se em posições que lhe permitem apropriar-se da renda rural [...]. O latifúndio nunca prosperou significativamente no Sertão e no Agreste e muito menos surgiram relações do tipo feudal ou assemelhadas [...]. No caso de Alagoas, a grande propriedade agropecuária com trabalho escravo e, posteriormente, assalariado, firmou-se apenas no setor canavieiro, geograficamente restrito ao Leste alagoano (LESSA, 2013, p. 312-313).

Algumas questões são chaves no que tange à realidade da sociedade e do território alagoano, tendo como centralidade, acima de tudo, a forma como o capital molda o território nacional conforme seus interesses. Referimo-nos ao fato de ser o latifúndio e o campesinato partes da própria dinâmica de produção e reprodução do capital na formação territorial capitalista brasileira, não sendo diferente em Alagoas. Fazemos essa afirmação, pois, quando Lessa (2012) faz a ressalva de que: “o latifúndio nunca prosperou significativamente no Sertão e no Agreste e muito menos surgiram relações do tipo feudal ou assemelhadas”, o autor toca em um debate não apenas teórico, mas sobretudo político, que é preciso demarcarmos o ponto que norteia nosso pensamento: houve ou não feudalismo no Brasil? Essa pergunta é central para compreendermos o lugar e o papel do campesinato e do latifúndio na sociedade, inclusive demarcando uma visão social de mundo utópica da própria esquerda brasileira, que negou por muito tempo o campesinato enquanto classe social.

Percebemos, na historiografia escrita por alguns daqueles que se debruçaram sobre a história alagoana, uma influência da visão do historiador Alberto Passos Guimarães (1981), em seu “Quatro Séculos de Latifúndio”, de que houve feudalismo no Brasil⁶⁴. Uma leitura que pregava o inexorável desaparecimento do campesinato, ou seja, não percebia o campesinato como uma classe social de dentro do capitalismo, mas como resquício de um modo de produção anterior (OLIVEIRA, 2004). Passadas décadas desse debate, podemos afirmar com base na realidade, que foram teorias que não se confirmaram, pois nem o campesinato desapareceu e muito menos o latifúndio foi extirpado com a propalada modernização da agricultura.

Na verdade, conforme Moura (1988) na abertura deste item, o campesinato brasileiro contemporâneo se transformou em um fascinante

64 O próprio Dirceu Lindoso em boa parte de suas obras traz essa visão, por exemplo, em sua “Interpretação da *Provincia: estudo da cultura alagoana*”, isso fica explícito quando diz: “O alagoano do norte, por sua vez, apresenta-o Moreno Brandão como dotado de espírito mais ou menos aristocrático, tendo a indústria açucareira criado nos senhores de engenhos o tipo **aproximado do senhor feudal** [...]” (LINDOSO, 2015, p. 62. Grifos nossos). Em “Formação de Alagoas Boreal”, ao abordar o que denomina de vida camponesa dos moradores e trabalhadores pobres livres, esse mesmo autor afirma: “O trabalho “livre” significa quase sempre trabalho de tempo livre: aquele que os moradores dispunham para cultivar culturas próprias. **O resto do tempo era aplicado no pagamento da corveia**” (LINDOSO, 2000, p. 179. Grifos nossos).

te e problemático tema para estudo nas últimas décadas, justamente pela sua permanência em nossa sociedade, contrariando aqueles que insistem em falar no fim do campesinato, o que não é o caso do presente trabalho. A autora, em sua crítica aos esquemas que denominou de inadequados na análise do campesinato, faz uma provocação e nos fornece elementos teóricos, bastante atuais, para refletirmos sobre esse campesinato, que teimosamente persiste no Brasil do século XXI.

Se, diferentemente dos demais meios de produção, a terra não é reprodutível, por que então o camponês permanece nela sem que a lógica capitalista demande sua completa expropriação? Essa questão não se explica quando se diz que o campesinato passa a se articular com o sistema econômico mais forte. Ocorre que o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue. Este não só extrai sobre trabalho dos operários, como também o capta onde é possível. É nesse contexto de dramáticas tensões que o camponês vive no meio rural contemporâneo (MOURA, 1988, p. 19).

O pensamento da autora demonstra o quanto é contraditória a existência do campesinato no modo de produção capitalista. O problema é que uma parte dos estudos sobre o capitalismo, as classes sociais e, principalmente, as transformações na agricultura brasileira, não enxergou o lugar e o papel do campesinato historicamente. Nesse contexto, vertentes importantes da própria teoria revolucionária construída ao longo do século XX, especialmente, uma parcela dos autores que buscaram caminhar na trilha aberta pela obra de Karl Marx (2017a), não deu ênfase ao que ele escreveu sobre as três grandes classes sociais - os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra - no modo de produção capitalista, muito menos levou em conta os dedicados estudos do pensador alemão sobre o campesinato russo, em sua última década de vida. Assim, como disse Sayer e Corrigan (2017, p. 140. Grifo dos autores): “o “Marx Tardio”, então, é um recurso fundamental e escandalosamente negligenciado pelos socialistas de hoje”. É sobre os escritos

do Marx Tardio que nos faz refletir Shanin (2017)⁶⁵, quando explicita seu total envolvimento com a leitura da sociedade russa, especialmente sobre o campesinato, fazendo-o (re)elaborar uma teoria que admitia ramos diferenciados daqueles ocorridos nos países do caso clássico do capitalismo; e mais, parafraseando-o, o marxismo do próprio Marx, para além das cegueiras dos adversários ou mesmo de alguns representantes oficiais de sua obra, foi:

[...] quem lançou os fundamentos para a análise mundial da “desigualdade” de “desenvolvimento”, para que o campesinato, do ponto de vista socialista, não fosse visto apenas como um objeto ou sem importância para a história; foi ele [Marx] quem propôs um socialismo que é mais que proletário [...]. (SHANIN, 2017, p. 68).

Foi nessa linha que, através do materialismo histórico e dialético, no Brasil, entre outros, dois autores romperam as cercas das leituras que invisibilizavam o campesinato ou mesmo descredenciavam essa classe social enquanto protagonista política de possíveis mudanças estruturais na sociedade, Martins (1999, 1996, 1991, 1981) e Oliveira (2001, 2003, 2007). Antes de adentrar o caso brasileiro, é importante registrar que Rosa Luxemburgo foi uma das estudiosas que, com muito rigor, se debruçou sobre as formulações teóricas de Marx e analisou-as criticamente, contribuindo para a leitura sobre a presença do campesinato no capitalismo. No tocante ao pensamento de Marx, sobre a reprodução ampliada do capital, Luxemburgo apontou caminhos que divergiram em alguns aspectos.

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de

65 Existem outros estudos relevantes, que nos auxiliaram sobre essa releitura da relação Marx e o campesinato: Cf.: Guzmán e Molina (2013); Paulino e Almeida (2010); Shanin (2005); OLIVEIRA (2001); Almeida (2006).

troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação do capital (LUXEMBURGO, 1988b, p. 63).

Ocorre que Luxemburgo (1988) defendeu que não há uma destruição dessas formações não capitalistas de maneira absoluta/total. Essa é a contribuição importante dessa pensadora que mais interessa para lermos o campesinato no modo de produção capitalista. Luxemburgo compreendeu a contraditória dinâmica do capital em sua relação umbilical com as formas não capitalistas.

O esquema marxista da reprodução ampliada não corresponde, portanto, às condições de acumulação, enquanto ela progride: não é possível mantê-la dentro do quadro estrito das relações e dependências recíprocas e fixas que existem entre os dois grandes departamentos da produção social (departamento dos meios de produção e departamento dos meios de consumo), formuladas pelo esquema. A acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, sobretudo, uma relação entre capital e o meio não-capitalista, na qual os dois grandes ramos da produção no processo de acumulação seguem, em boa parte, de forma independente e autônoma, um do outro, de modo que os movimentos de ambos se cruzam passo a passo e se interligam (LUXEMBURGO, 1988b, p. 63).

Essa passagem do pensamento de Rosa Luxemburgo possibilita compreendermos a provocação de Moura (1988) sobre os motivos pelos quais o campesinato permanece na terra (meio de produção não reprodutível socialmente), sem que a lógica capitalista demande sua completa expropriação: o processo de reprodução ampliada do capital não é uma simples relação interna entre processos especificamente capitalistas, mas envolve também a relação entre capital e o meio não capitalista.

Seguindo a leitura dessas duas autoras, temos o pensamento de Oliveira (2001), que assevera que é necessário compreendermos que no desenvolvimento contraditório, desigual e combinado do capital, que supõe sua reprodução sempre ampliada, esta só será possível se articulada com relações não capitalistas, a exemplo do campesinato. Para ele, é justamente o espaço agrário um dos lugares privilegiados onde percebemos a reprodução dessas relações, ou seja, a produção do capital – criação de novos capitalistas – que difere do processo de reprodução ampliada, é realizada a partir de relações não capitalistas.

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalista poupa ao capitalista investimento em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro, assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Este processo nada mais é do que o de produção do capital, feito através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado, este capital, numa próxima etapa do processo de produção, poderá ser destinado à contratação de bóias-frias, por exemplo, e então se estará implantado o trabalho assalariado na agricultura (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Destarte, “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Nem mesmo nas sociedades socialistas é possível falar numa abolição do trabalho familiar” (MOURA, 1988, p. 17). Por conseguinte, a realidade do campo algoano converge com o que ocorreu no Brasil, ou seja, encontra base explicativa a partir da abordagem teórica do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo e sua face rentista que por aqui se firmou (MARTINS, 1999, 1981). O latifúndio e o campesinato estão presentes em toda a história de formação territorial desse estado, como registrou Albuquerque (2016, p. 17).

No Litoral, o latifúndio ocupou as terras indígenas e espalhou sobre elas grandes plantações de cana; a pequena propriedade tem sido historicamente audaz na disputa de espaço com o

latifúndio, muitas vezes sua existência tem sido uma desfeita à monocultura. Nas demais regiões de Alagoas, há fortes sinais de que o processo foi outro: o campesinato chegou primeiro e ocupou importantes áreas. Nos vales dos rios Paraíba do Meio e Mundaú; nas serras de Palmares, Chã Preta, Atalaia, Anadia e Palmeira dos Índios; nas margens dos rios São Miguel, Coruripe, São Francisco e Ipanema; assim como nos vales úmidos do Semiárido, os pequenos proprietários excluídos da sociedade da plantation tiveram a primazia ou, há muito, disputam espaço com a grande propriedade. O latifúndio nem sempre abriu os caminhos, muitas vezes sua afirmação ocorreu pelo combate e encurralamento da cultura campestre.

Ainda segundo esse autor:

Essa perspectiva rompe com as escritas e as leituras unilateralmente convencionadas [...] de que tudo começou com o latifúndio. A formação social ocorrida em Alagoas não foi única, movimentos similares ocorreram em outros lugares, não cabe, portanto, reivindicar singularidade histórica para qualquer processo de ocupação do território e de formação do campesinato alagoano. Da mesma forma que nem tudo é igual, nada é tão particular que caiba na categoria de singular. Claramente, a formação do campesinato alagoano está situada num processo mais amplo: a constituição do campesinato nordestino, brasileiro e latino-americano. O ajuste campesinato do Semiárido alagoano, por exemplo, é mais um movimento de efeito do que a afirmação de um arranjo particular, específico (Idem).

Portanto, trilhamos a leitura de que a dinâmica espacial do capital no território alagoano, concentrando o latifúndio no Leste e o minifúndio e média propriedade no Sertão e no Agreste alagoanos, não é um processo exclusivo desse estado, apesar de ser uma especificidade da sua formação, mas uma dinâmica específica da totalidade de como o próprio capitalismo se desenvolveu no Brasil, a partir dos processos simultâneos de territorialização e monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1991, 2007). Com base nesse autor, o capitalismo no campo avança sobre o território, seja monopolizando, seja se territorializando, e nesse duplo movimento tanto expande as relações capitalistas baseadas na rela-

ção capital-trabalho (trabalho assalariado), como cria e recria o trabalho familiar camponês necessário para a produção do capital.

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados...A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes (OLIVEIRA, 2012, p. 8; 10).

Naqueles setores bastante lucrativos e em espaços onde o capital consegue reunir todas as condições para sua reprodução ampliada (fatos bens comuns naturais – água, terra, sol etc. –, mão-de-obra elevada e de baixo custo, desmobilização dos movimentos e organizações sociais e de reivindicação de direitos, a exemplo dos trabalhistas, infraestrutura (estradas, portos, canais etc.) a opção é pela territorialização dos monopólios, ou seja, o capitalista torna-se proprietário de terra (latifundiário). Como escreveu Martins (1991, p. 39), tradicionalmente os grandes proprietários de terras brasileiros “[...] não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, justamente a chamada “lavoura de pobre”. O grande fazendeiro prefere produzir para exportação [...] especialmente estimulado pelo governo através da chamada política de incentivos”. Ao contrário, quando essas condições para o capital não são satisfeitas, temos o processo de produção do capital via subordinação camponesa e apropriação da renda da terra, ou seja, ocorre a monopolização do território ou das frações territoriais conquistadas e construídas pelo campesinato e demais sujeitos do campo. “Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como

amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria” (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

Corroborando essa leitura, nos remetemos a Lessa (2013, p. 312), quando esse autor demonstra como o capital evitou sua territorialização no semiárido alagoano (Sertão e Agreste): “A renúncia à propriedade fundiária explica-se pela instabilidade produtiva existente na maior parte do universo geográfico da região submetida ao clima semiárido, determinada pela falta de infraestrutura adequada para a convivência com a seca”. Para esse autor, por isso, o latifúndio nunca prosperou no Sertão e no Agreste, pois, como não existia⁶⁶ um “eficiente sistema de obras hídricas públicas, o investimento de uma grande massa de capital em unidades rurais no semiárido sempre foi e ainda é um suicídio econômico evitado pelos capitalistas” (Idem).

Entretanto, é preciso sempre registrar que, mesmo no Leste, onde predominou o latifúndio em Alagoas, a proletarização do trabalhador, ou seja, a expansão da relação especificamente capitalista baseada no capital-trabalho assalariado, não foi um processo absoluto. Senão vejamos o que escreveu Andrade (2005, p. 130): “nas zonas de grandes e muitas usinas, no sul de Pernambuco e no Norte de Alagoas, a proletarização dos trabalhadores já chegou ao auge.” Note que o autor diz que chegou ao auge e não que foi um processo totalizador de forma a homogeneizar o espaço com relações capitalistas.

Esse espaço litorâneo, hegemônico pela produção canieira, também foi ocupado por um campesinato, seja pelo lavrador, que tinha terra, mas moía sua cana no engenho do senhor, ou mesmo sem terra, plantava e moía a cana do mesmo modo, em terras daquele. Lá estavam presentes também os moradores, que ao bel-prazer do senhor de enge-

66 Com o início há alguns anos das obras de construção do Canal do Sertão, com dinheiro público e investigação de corrupção em andamento, o Estado inicia um processo de reestruturação do espaço do semiárido alagoano. Ledo engano o discurso governamental que afirma que a obra é para beneficiar o sertanejo. Estamos diante da reestruturação do espaço para o capital, onde a territorialização dos monopólios tende a ser o processo dominante. Cf.: **Empresas estrangeiras querem investir no Canal do Sertão**. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1008821/empresas-estrangeiras-querem-investir-sertao-de-alagoas/>. Acesso em 27 fev. 2018. **Propina milionária paga pela Odebrecht a ex-governador de Alagoas teria sido pedida por irmão dele, diz PF**. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/propina-milionaria-paga-pela-odebrecht-a-ex-governador-de-alagoas-teria-sido-pedida-por-irmao-dele-diz-pf.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2018.

nho, recebia a autorização deste para fazer a sua moradia (choupana) e uma roça (ANDRADE, 2005). Ocorre que, nas últimas décadas do século passado, a expropriação desse morador, expulso dos engenhos de forma acelerada (HEREDIA, 1988; ALBUQUERQUE, 2016), diminuiu profundamente a presença desse campesinato. Não obstante, o mesmo processo faz ressurgir lutas tradicionais e históricas pela sua importância, por esse mesmo campesinato, que tem adentrado com mais intensidade esse reduto da cana em Alagoas, através daqueles que lutaram e lutam pela reforma agrária.

Na mesorregião do Sertão alagoano tivemos também a presença do latifúndio, mesmo em bem menor proporção se comparado com o Litoral, na forma de grandes fazendas – os currais de gado –, de produção de algodão e espaços pontuais de exploração da cana-de-açúcar, como no município de Água Branca (FEITOSA, 2014). Por receio das ocupações de terras e de seus imóveis serem declarados como improdutivos, muitos proprietários dividiram seus latifúndios entre seus familiares, uma estratégia para burlar a lei e contra a luta pela reforma agrária. Nessa realidade, é preciso destacar que, se o reduto do latifúndio alagoano foi/é no litoral, foi no Sertão onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou sua primeira ocupação, no município de Delmiro Gouveia (SILVA, J., 2013). Era o campesinato alagoano mais uma vez resistindo e, posteriormente, se recriando pela conquista da terra nos assentamentos rurais.

Um diálogo com a teoria de Luxemburgo (1988), no tocante à presença das relações não capitalistas no modo de produção capitalista, foi efetivado, entre outros, pelos estudiosos da corrente teórica do desenvolvimento contraditório, combinado e desigual do capital no campo, a exemplo de Almeida (2006). Essa autora defende que é insuficiente apenas concluir que o capitalismo no seu movimento de reprodução ampliada do capital reproduz relações não capitalistas de produção. Esse pensamento configuraria, segundo ela, um determinismo do capital em detrimento do caráter revolucionário do campesinato. Assim, a luta pela terra no Brasil, uma especificidade de algumas formações territoriais

mundialmente, também (re)cria relações não capitalistas, no caso em estudo pela autora, a luta recria o campesinato assentado. Nessa esteira, é preciso dar ênfase ao pensamento de Albuquerque (2016), de que o campesinato alagoano, que tem suas raízes construídas no período colonial, sempre lutou tenazmente contra um modelo totalizante de sociedade, representado pelo latifúndio, que historicamente avança sobre suas terras.

O mais importante, porém, é que, somadas, as atividades camponesas desenvolvidas pelos escravos, assim como as dos índios e as dos pobres e livres constituem as raízes mais profundas de uma cultura camponesa brasileira. Essa cultura, no passado e no presente, inspira ações individuais e coletivas de luta pela terra e de sustentação de um modo de vida que contraria a lógica civilizatória do latifúndio, da monocultura, que, além de hegemônica, tem pretensões de totalidade (Ibidem, p. 46).

Segundo Andrade (1989), a formação do campesinato brasileiro, enquanto grupos que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, foi um processo lento e persistente. Conforme esse autor, nessa sociedade “[...] em que um pequeno grupo detinha o controle da terra e explorava a grande maioria da população, exercendo sobre a mesma um forte controle, não poderia ser uma sociedade calma, pacífica e tranquila” (Ibidem, p. 18). Portanto, o uso da violência foi um artifício utilizado desde a conquista da terra pelos colonizadores invasores, iniciada em meados do século XVI, e continuaria, historicamente, para manter o controle sobre a terra nas mãos desse pequeno grupo.

No desenrolar do capitalismo no Nordeste, de diversas formas a violência foi praticada pelos grandes proprietários de terras, seja na zona da monocultura da cana na busca da expropriação camponesa e posterior tentativa de transformação em assalariados; nos espaços menos povoados, com a prática da grilagem de terras devolutas visando à expulsão dos posseiros; ou na pressão para que os foreiros, trabalhadores que pagavam a renda da terra, o foro pelo arrendamento, entregassem

suas terras para a expansão da cana em épocas de bons preços do açúcar. Andrade (1989) destaca os vários tipos de violência praticados pelos grandes proprietários de terras: ameaças de mortes; assassinatos; destruição de lavouras e bens; cárceres privados; tortura, entre outras. Nessa mesma linha, Lindoso (2000), ao analisar o controle social realizado pelos senhores de engenhos no interior da *plantation*, evidencia como a violência se fez parte estrutural na sociedade alagoana, da geral à mais íntima das relações:

Quaisquer das formas de controle social exigiam o emprego organizado da violência: contra o escravo, os moradores, os lavradores, a mulher senhorial da casa grande, a escrava da senzala, o compadre infiel, a comadre complacente, as donzelas órfãs, o adversário político, os filhos e as filhas, os agregados, os genros, os sobrinhos e netos, os afilhados. Como dizia o ditado corrente: Todos tinham que rezar pela mesma cartilha. O *dominium* do senhor de engenho exigia a submissão de todas essas categorias sociais. A violência era pois um produto do não-trabalho do senhor [...]. Quanto menos trabalho, tanto mais arrogância no trato social e tanto mais violência nas relações sociais. Outros fatores sociais e econômicos contribuía para o uso da violência e da arrogância senhorial: a riqueza produzida pelo açúcar; a justificação teológica pela Igreja, da escravidão e dos direitos do senhor [...]; a existência em alguns casos de milícias que mantinham a segurança dos engenhos contra os índios errantes e os negros papa-méis mocambeiros e contra os adversários políticos [...] (LINDOSO, 2000, p. 170;171).

Albuquerque (2016), ao se remeter ao minifundismo no semiárido nordestino, defende que esse processo não foi resultado da “[...] lógica colonizadora, predominantemente, ele provém da impertinência dos pobres da terra que buscaram um lugar para viver e fizeram suas existências na região em permanente tensão de classe com os grandes proprietários” (Ibidem, p. 89). José Lima (2011), ao analisar a realidade do campo alagoano, registra a violência adotada por aqueles que concentram a propriedade da terra, destacando que no “[...] cotidiano das cidades sufocadas pelo êxodo rural: o processo de concentração da

propriedade gera pobreza, mais excluídos do campo e violência física contra lideranças e trabalhadores (Ibidem, p. 65).

O que gostaríamos de pôr em relevo é que, historicamente, a presença do campesinato em Alagoas ocorreu de forma conflituosa, seja na região canavieira, seja no Sertão ou Agreste. O conflito com a grande propriedade da terra, conseqüentemente, o uso da violência por parte dos latifundiários, foi uma marca indelével nessa história. Portanto, a luta pela terra e território via reforma agrária no estado, em tempos hodiernos, bem como a violência sofrida, são heranças históricas que se espacializam nas Alagoas do século XXI. O Quilombo dos Palmares (1597-1695) e a Guerra dos Cabanos (1832-1850), ambos ocorridos em terras alagoanas, são evidências históricas importantes, que materializam essas heranças no território e no imaginário cultural daqueles que lutam ainda hoje. Tanto em Palmares, como na Cabanagem, a violência, porque não dizer a barbárie, foi o caminho utilizado pela classe dominante senhorial colonial, escravista e latifundiária⁶⁷, não sendo diferente hoje, contra os que levantam a bandeira da reforma agrária.

A materialização (espacialização) no território e no imaginário cultural do campesinato e movimentos e organizações sociais que lutam pela reforma agrária hoje em Alagoas, do que foram as lutas de ontem, pode ser comprovada na 30ª Romaria da Terra e das Águas, ocorrida durante a noite do dia 4 de novembro até o amanhecer do dia 5 do ano de 2017, justamente no berço da insurreição quilombola, na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, com o tema “Trinta anos no Chão Sagrado: de novo Serra, alcançando a Nova Terra”. Trata-se de um momento que serve de combustível para alimentar as lutas e as resistências contra-hegemônicas, ou seja, que fortalece as ideologias geográficas fundadas em uma visão social de mundo utópica, não alienantes e que, portanto, acredita na possibilidade histórica e social da destruição do estado de coisas vigentes no campo alagoano, conforme as palavras dos organizadores:

67 Sobre esses dois conflitos tendo o papel protagonista do campesino Cf.: Andrade (1989); Almeida (2008); Lindoso (2007, 2000); Albuquerque (2016).

O aniversário de 30 anos de Romaria cumpriu seu objetivo de alimentar a espiritualidade do caminhante, preservar a memória de luta do Quilombo dos Palmares, incentivar a luta pela democratização do uso da terra e a preservação da água como um bem comum, assim como estimular a prática da justiça, da partilha e da solidariedade entre os filhos e filhas de Deus (CPT, 2017)⁶⁸.

A não realização da reforma agrária no Brasil, perpetuando, de um lado, uma estrutura fundiária profundamente concentrada na mão de um punhado de famílias oligárquicas rentistas, de outro, reproduzindo às margens da sociedade milhões de famílias sem-terra, é uma mostra dos poderes seculares do latifúndio em detrimento do campesinato. Na verdade, uma contradição que tem como cerne a propriedade privada capitalista da terra. Essa, historicamente, assumiu centralidade no desenvolvimento do capitalismo rentista no Brasil, devido às especificidades dessa formação territorial, no tocante à aliança de classes, ao unificar a terra e o capital (MARTINS, 1999, 1991, 1981ab). A fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra, formando oligarquias burguesas latifundiárias rentistas, também ocorreu em Alagoas. Assim como no restante do país, nos termos colocados por Oliveira (2001), a propriedade privada da terra em extensos latifúndios não foi um entrave, uma irracionalidade, ao desenvolvimento do capitalismo no campo alagoano e à organização territorial a serviço do capital.

Em Alagoas, as transformações urbanas e industriais se inserem dentro dessa dinâmica em uma relação íntima do campo-cidade/agricultura-indústria, senão vejamos o que escreveu Lindoso (2015, p. 66), ao abordar as condições sociais, políticas e econômicas ocorridas em Maceió durante o século XIX. “Foi possível a realização urbana de Maceió em razão da acumulação de capital pelo comércio marítimo [...], pela agiotagem e pela transferência da renda rural fundiária para as mãos hábeis da burguesia mercantil urbana”. Nessa passagem o autor corrobora a leitura sobre a monopolização do território pelo capital e a subordinação e a transferência da renda da terra para os setores urbanos.

68 Cf.: **Em noite festiva, romeiros e romeiras celebram 30 anos de Romaria da Terra e das Águas.** Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2017/11/em-noite-festiva-romeiros-e-romeiras.html>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Em seguida, Lindoso (2015, p. 67), mesmo destacando a quase absoluta hegemonia do capital mercantil-industrial, deixa registrada a importância da aliança, ou melhor, da fusão entre o capital e a terra em face dos processos de organização espacial da futura capital alagoana:

A implementação de indústrias e de serviços industriais (portos e ferroviários) se tornou viável em Maceió, em razão da transformação do capital mercantil, acumulado pela burguesia urbana, em capital de investimento, que se processou através da aliança entre capital mercantil urbano e capital fundiário; e posteriormente, com a implantação de projetos de eletrificação, de carris urbanos e ferroviários, através da associação do capital mercantil-fundiário com os capitais de empresas estrangeiras, principalmente, inglesas.

Para a realização dessas alianças, segundo esse autor, a burguesia lançava mãos de variados estratagemas, inclusive dos laços matrimoniais com as filhas de senhores de engenho falidos. Tratava-se de uma oportunidade da burguesia de se inserir na sociedade, pois, mesmo sendo comerciantes enriquecidos, não possuíam o prestígio exigido em uma sociedade de base escravista e latifundiária, ou seja, não eram proprietários de terras e de escravos. Portanto, na formação territorial alagoana essa aliança fez, desde cedo, com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada capitalista da terra em extensos latifúndios. Francisco Oliveira (2013, p. 63-64), antecipou há décadas essa realidade que persistiria e chegaria ao Brasil do século XXI.

No modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais é total e paralisa qualquer desenvolvimento das forças produtivas, pelo fato mesmo de que as economias “clássicas” não entravam em nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capital de que necessitavam para sua expansão: ou elas produziram tais bens de capital ou não haveria expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias.

A ruptura tem que se dar, em todos os níveis e em todos os planos. Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora.

Compreendendo a formação territorial brasileira nesses termos, podemos entender a força das oligarquias agrárias na aliança capital e terra e, conseqüentemente, nas relações de poder engendradas em Alagoas. Uma parte dos autores que escreveram a historiografia desse estado registra em suas obras, quando abordam os diferentes momentos e contextos políticos, a força dos pactos que fizeram constantemente a renovação, ou melhor, “a metamorfose das oligarquias” ao longo da formação territorial alagoana, expressão que dá título ao livro de Tenório (2009). Valemo-nos aqui das análises de Almeida (2013, p. 200), ao debater o contexto político alagoano nos anos de 1930. “Não estamos tentando argumentar a existência de uma mecânica, mas simplesmente evidenciar que o agrarismo alagoano jamais se permitiu deixar brechas significativas para o rompimento das suas razão e forma de dominação”.

Como nos indica Lindoso (2015, p. 103), em Alagoas a “aliança entre elites agrárias possibilitou a formação do poder hegemônico como um poder de significação oligárquica”. Conforme esse autor, o pacto incluía todos aqueles que historicamente exerceram o poder tradicional nesse estado, ou seja, os fazendeiros do Sertão, os senhores de engenhos e os ricos comerciantes de Maceió. Assim, no litoral alagoano foi se formando um grupo reduzido de oligarquias latifundiárias, que, nas últimas décadas, passaram a dominar os rumos políticos e as relações de poder nesse território, subordinando as oligarquias sertanejas⁶⁹ em uma via de mão dupla na manutenção das relações de poder oligárquicas no território de Alagoas. As palavras de Lindoso (2015, p. 15) são esclarecedoras:

69 Vale salientar, que a história das relações de poder entre as oligarquias alagoanas nem sempre ocorreu dessa forma, ou seja, de subordinação das oligarquias do Sertão as do litoral, por exemplo, nas duas primeiras décadas do século XX, por quase quinze anos, houve a hegemonia da oligarquia Malta, representada pelo político de origem sertaneja, Euclides Malta. Tenório (2009, p. 73) denominou esse período de “A longa era dos Malta”.

A oligarquia é um fato social que expressa de um modo nucleado e polarizado uma estruturação hegemônica de poder [...]. Os fatos que comportam uma pertinência teórica como a história social alagoana impostam a significação oligárquica como fato social que se realiza estruturalmente como comportamento político das elites tradicionais agrárias, fundadas economicamente numa agricultura de *plantation* açucareira e num pastoreiro de fazendas e currais. Na história alagoana a significação oligárquica é um fenômeno sociológico de uma economia e de uma sociedade agrária onde a hegemonia econômica cabe ao sistema agrário de *plantation*, funcionando a economia de pastoreiro como uma significação oligárquica complementar.

São essas as linhas principais de heranças históricas coloniais, que ganharam dimensão espacial no território moderno-colonial alagoano dos séculos XX e XXI, corroborando para compreendermos a solidez da aliança entre capital e a terra, por conseguinte, materializando o esquecimento, a subordinação e a violência, em alguns casos a barbárie, contra o campesinato, que se (re)cria e resiste enquanto classe social nesse território, a partir, entre outros processos, da permanente luta pela reforma agrária. As relações sociais de poder que emanam da aliança supracitada, nas últimas décadas, serão evidenciadas no próximo item, onde buscaremos explicitar essas relações comandadas pelas principais oligarquias alagoanas, representadas por uma burguesia latifundista que tem na figura do usineiro, a sua âncora mais profunda.

3.2 Os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas: as oligarquias moderno-coloniais e as relações sociais de poder no território alagoano

O fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo está baseado na separação, a mais radical possível, entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza, de outro. A generalização do instituto da propriedade privada, ao privar a maior parte dos homens e das mulheres do acesso aos recursos naturais, cumpre um papel fundamental na constituição do capitalismo. É interessante observar as implicações territoriais da propriedade privada na medida em que ela se

constitui no eixo central da territorialidade moderno-colonial. É ela que está na base da constituição do Estado Territorial Centralizado, depois Estado-Nação, que é a forma territorial por excelência da sociedade moderno-colonial [...]. O Estado Territorial Moderno tende a ser monocultural.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012, p. 288), em “A globalização da natureza e a natureza da globalização”.

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania dos seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder.

José de Souza Martins (1999, p. 13), em “O poder do atraso”.

Esse processo de concentração de terra e indústria no meio rural, nas mãos de poucas famílias, teve amplo apoio financeiro dos governos federal, estadual e municipal. Portanto, a história da cana-de-açúcar, em Alagoas, é a história da relação entre propriedade latifundiária e poder. Essa herança histórica é determinante da estrutura agrícola, econômica e social do Estado. Os senhores de engenho e, depois, os usineiros, que tinham o controle da propriedade fundiária, possuíam também a base do poder político que usavam, muito bem, na obtenção de privilégios, transformando a sociedade alagoana num Estado praticamente dependente de uma única atividade econômica.

Fernando José de Lira (2007, p. 288), em “Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas”.

O debate da manutenção do modelo territorial moderno-colonial no Brasil do século XXI, realizado por Porto-Gonçalves (2012), pondo em relevo a separação radical entre sociedade e natureza e, mais precisamente, entre proprietários e não proprietários de partes da natureza, a exemplo da propriedade privada capitalista da terra, é estrutural para se debaterem as contradições sociais nesses tempos-espacos de mundialização do capital e internacionalização da economia brasileira, comandadas pelo ideário neoliberal⁷⁰. Ainda com base nesse autor, são processos sociais fruto de territorialidades antagônicas, que imprimem uma renovação-manutenção de uma colonialidade na América Latina, por conseguinte, no território brasileiro.

Com relação ao tema do campesinato assentado, que traz umbilicalmente ligado à questão da reforma agrária o debate das relações sociais de poder, territorializadas ao longo da formação territorial brasileira, é um ponto de partida fundamental. Nesse debate, não podemos esquecer que, “[...] sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos lugares o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 290). Assim, a forma com que é apropriada a terra (solo), substrato material da vida, juntamente com os demais bens comuns naturais, passa a ser determinada por essas relações de poder.

São elas que determinam o perpétuo movimento de construção do território nacional e de suas frações territoriais, determinando nos lugares quem irá usá-los, como vão usá-los, enfim, a quais grupos/classes sociais pertencem os territórios. Por isso que o debate da reforma agrária e da agricultura camponesa gera tantos conflitos, pois são problemas estruturais da sociedade brasileira: seu passado colonial, escravista e latifundiário, que pairam historicamente sobre esse território. Debater acerca da propriedade privada capitalista da terra é tocar no cimento das relações sociais de poder nessa sociedade, como há muito definiu Martins (1999).

70 Sobre os processos de mundialização do capital e internacionalização da economia brasileira Cf.: Oliveira (2016). Sobre o ideário neoliberal Cf.: Maricato (2009).

Partimos dos escritos desse mesmo autor (MARTINS, 1981), quando ressalta que a terra é um bem natural, portanto, não é produto do trabalho humano. Essa obviedade precisa ser ressaltada, pois, “nas análises feitas no Brasil a respeito da expansão capitalista no campo, com poucas exceções, a terra é erroneamente considerada capital” (Ibidem, p. 159). Desmistificando isso, esse autor disse: “[...] o capital é produto do trabalho assalariado. Já a terra não é produto do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não é” (Idem).

Portanto, essa linha de entendimento, em nossa argumentação, é esclarecedora para desnaturalizar o processo de cercamento das terras, como se ela fosse, como efetivamente é o capital, produto do trabalho e não um bem comum de toda a sociedade presente na natureza. A terra, antes de ser um recurso, um meio de produção, é um bem comum natural, assim, deveria pertencer à coletividade. Historicamente, assim foi, antes do processo colonizador, compartilhada pelos diversos grupos sociais que habitavam essa fração territorial que hoje chamamos de Brasil. A posteriori, sob o modo de produção capitalista colonial brasileiro, esse bem passou a ser apropriado privadamente por um grupo reduzido de pessoas/famílias, garantindo o fruto da terra produto do trabalho.

A dinâmica do capital rentista que se desenvolveu no Brasil, quando unifica a figura do burguês e do proprietário de terra, ora trabalha para a formação de grandes propriedades em setores onde a renda é alta – como na cana –, ora cria as condições para extrair a renda da terra produzida pelo trabalho do campesinato, nos setores que produzem uma rentabilidade baixa, do ponto de vista do capital (MARTINS, 1981). Em síntese, com base em Paulino e Almeida (2010, p. 73), que atualizam o pensamento do referido autor, em face da persistência dessa realidade no Brasil atual, o que procuramos deixar evidente é que é necessário compreender como os diferentes pactos sociais vêm institucionalizando a apropriação da terra e sua manutenção como propriedade privada capitalista, assim, como isso confere “[...] aos seus detentores

um poder de vida e morte sobre toda a sociedade já que, a rigor, podem interditar o usufruto de tudo o que a mesma contém e representa para a reprodução da vida”.

Concordando com essa linha de raciocínio, após refazer no item anterior uma síntese da dinâmica e sobre alguns processos constituintes do território alagoano relacionado à terra e ao campesinato, o objetivo aqui é compreender as relações sociais de poder e os pactos delas derivados, que contribuíram para a apropriação privada capitalista da terra nesse estado; por conseguinte, reconhecer quem são aqueles que denominamos de: os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas. Dito de outro modo, e aqui se valendo de três pensadores importantes para esse objetivo, a busca é de compreender: quais são as “oligarquias moderno-coloniais-patriarcais” (PORTO-GONÇALVES, 2012), ou podemos dizer, os grupos que formam a “aliança do atraso entre capital e terra” (MARTINS, 1999), ou mesmo quem é a “elite do atraso” (SOUZA, 2017), que, hegemonicamente, determinam as relações sociais de poder e, conseqüentemente, a organização territorial alagoana, mantendo o *status quo* colonial de uma sociedade profundamente desigual, notadamente, no acesso à terra. O pressuposto assumido aqui, já registrado por alguns autores alagoanos, é: a posse, a propriedade e o uso da terra representam o centro nervoso da organização territorial, ou seja, das relações de poder em Alagoas.

Importante compreender a perspectiva do território. Segundo Santos (2011a, p. 13) no território “[...] desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem [e da mulher] plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Assim, é preciso ter em mente que a compreensão acerca dessa categoria não deve ser de forma positivista, bem como que não devemos descrever apenas uma fração da natureza, uma fração do bem como natural que é a terra, contida e que faz o espaço brasileiro – no caso o território de Alagoas –, ou seja, uma superfície da terra. Ao contrário, através da análise territorial, teórico-metodologicamente, é possibilitado desvendar as intervenções sociais

nos lugares, no cotidiano e perceber a construção de territorialidades, que, conseqüentemente, produzem a materialidade e a organização desse espaço, a partir de dimensões econômicas, culturais e, acima de tudo, políticas da vida social, como nos legou Moraes (2005b). Os escritos de Souza (2012, p. 59), retira qualquer mal-entendido que porventura possa surgir nesse debate:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” [...].

Dito isso, conforme Porto-Gonçalves (2002, p. 230), é preciso ir além de uma geograficidade que mira apenas as condições naturais. O território “[...] é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades⁷¹ – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis [...]”. Ainda segundo ele, é através da tríade relacional entre território-territorialidade-territorialização que a sociedade se territorializa, onde o território é sua condição de existência material, sendo necessário “[...] recuperar essa dimensão material sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez mais importância à dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material” (Idem).

Destarte, no caso do campesinato por exemplo, não há como falar de luta pelo território, sem compreendermos que essa não pode renunciar à luta pela terra, ou seja, “[...] não se pode perder de vista o fato de

71 Nesse estudo, percebemos as identidades como fundamentais na construção dos múltiplos territórios - frações territoriais - integrantes desse território nacional. Mas, não uma compreensão em uma perspectiva individualizante, que quer impedir uma unidade da classe trabalhadora em torno de um projeto de sociedade outra, ou seja, na diversidade de identidades, há de haver lugar para uma luta de classes, como bem ressaltado na crítica de Bogo (2010, p. 9): “Os pós-modernos, induzidos pelo processo de individualização humana cada vez mais crescente no capitalismo apegam-se ao conceito de identidade com clara intenção de colocá-lo em destaque, sobrepondo-o ao conceito de classe social.

a terra ser a fonte de todos os elementos que alçam à condição de bens de uso, conforme a valorização atribuída, e que variam territorial e temporalmente [...]” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 69). Nessa esteira, para se compreender essa tríade relacional aludida, em uma sociedade de classes e com temporalidades divergentes, concordamos com Mitidiero Jr. (2008, p. 63), de que “não é possível interpretar o território sem o exame dos processos decisórios, das relações de força e dos conflitos de interesses entre os diferentes grupos sociais”. Como também lembra Moreira (2011, p. 94), a sociedade sob a ordem burguesa, histórica e fundamentalmente, é marcada por contraespaços, no sentido da espacialização de conflitos entre territorialidades, assim como, “[...] a regulação ordenatória visa territorialmente normatizar e circunscrever, com o objetivo de mantê-lo no horizonte do controle da classe possível”. Sumariamente, tomamos como base para este trabalho uma contribuição na definição de território sob o modo de produção capitalista feita por Oliveira (1999a, p. 74), onde o território é:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é sim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. [...] Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

Portanto, o território na sociedade capitalista é essa amálgama, mas de forma contraditória, entre diferentes processos, desde o planejamento político-territorial do Estado, dos diferentes governos e contextos políticos, as leis, as ideologias, as identidades que regulam determinado território, passando pelo modelo de desenvolvimento em uma sociedade de classes. As condições territoriais na totalidade da sociedade brasileira, que divergem das condições clássicas europeias marcadas pelo confronto

entre terra e capital, como nos ensina Martins (1981), também estão presentes no território alagoano. Os escritos de Lira (2007) em epígrafe, sobre como esse território foi sendo construído por um pacto nas relações de poder entre algumas oligarquias locais, não existindo empecilhos estruturais para a ligação visceral entre a propriedade privada capitalista da terra e o capital, corroboram essa afirmação. Não por acaso já havia escrito Andrade (1997, p. 22) sobre a sociedade alagoana: “o senhor de engenho era proprietário e industrial [...]”.

Historicamente em Alagoas, o que se tem visto nas análises de alguns estudiosos, é uma ação propositiva do Estado de forma totalmente subserviente aos interesses dessa aliança entre capital e terra. Os latifundiários, sejam os usineiros da cana, sejam os grandes proprietários dos currais do gado e produtores de algodão, os dois produtos agrícolas (cana e algodão) principais da pauta de exportação em Alagoas no começo do século XX, recebiam todas as benesses desse Estado intervencionista. Os demais sujeitos do campo, entre eles o campesinato, praticantes de formas diversas de agricultura camponesa, responsáveis pela produção de alimentos para essa sociedade, foram alijados, em ampla medida, das políticas e ações desse Estado. A reforma agrária foi um tema totalmente silenciado durante quase todo o século XX em Alagoas.

Corroborando essa leitura, Carvalho (2009, p. 6), ao analisar as transformações do setor sucroalcooleiro de Alagoas, que fizeram com que chegasse aos anos 1980 na condição de ser o segundo maior produtor e exportador nacional de açúcar e álcool, é taxativo sobre o papel determinante do Estado junto aos usineiros, ao afirmar que esse setor “[...] estruturado no período colonial, atravessou os anos de Império e República sob um modelo fortemente amparado pelo Estado”. Ainda segundo esse autor, se no âmbito federal as relações já eram próximas entre o Estado e os latifundiários, na esfera da administração estadual eram ainda mais profundas. “Nas suas relações com a administração pública alagoana, o setor sucroalcooleiro teve o apoio político no interior do aparelho de Estado, onde sempre foi um dos segmentos mais bem representados, ao lado dos pecuaristas interioranos” (Ibidem, p. 52).

Em face desse contexto marcado por um modelo intervencionista estatal, Palmeira (1989) fez uma crítica basilar e bastante atual para a interpretação do propalado agronegócio moderno, representado pelo setor sucroalcooleiro alagoano, ao afirmar que, nas análises do processo de modernização da agricultura, se criou uma fábula em torno de um suposto empresário rural moderno, urbano e industrial. Na verdade, o estado de Alagoas talvez seja, dentre as Unidades da Federação, aquele mais emblemático para analisarmos o processo de modernização conservadora do campo, a partir dos anos de 1964, no tocante à profunda política estatal de créditos subsidiados, um apoio irrestrito ao modelo agrário/agrícola latifundista em detrimento de um processo de reforma agrária e apoio à agricultura de base familiar camponesa, perpetuando a elevada concentração de terras e a exploração da classe trabalhadora, especialmente, do campesinato.

Mais uma vez, Carvalho (2009, p. 23) dá sustentação a essa leitura, quando deixa explícita a onipresença do Estado na viabilização do latifúndio canavieiro em Alagoas: “a presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção. A fixação de preços [...] garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente, na sua forma creditícia, viabiliza a produção [...]”. Essa onipresença fica registrada em um leque de programas e fundos federais que foram criados, desde 1960; uma espécie de balão de oxigênio permanente para os grandes proprietários de terras, os ditos empresários modernos do agronegócio de hoje, fazendo Alagoas manter o modelo latifundista e ampliar os domínios canavieiros sobre o território, em direção dos tabuleiros do Sul do estado e do Agreste: Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961); Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1963); Fundo Especial de Exportação (1965); Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965); Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971); Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar/PLANALSUCAR (1971) e Programa Nacional do Álcool (1975) (HEREDIA, 1988; CARVALHO, 2009; LIMA, 2014).

Andrade (1997, p. 96), ao analisar essa ação do Estado via subsídios em Alagoas, seja na forma de financiamento, seja de incentivos fiscais afirma que: “Foram esses dispositivos legais que permitiram o surgimento de grandes usinas e destilarias em Alagoas, nos anos setenta, e a redistribuição do espaço geográfico alagoano, entre unidades empresariais e industriais daquele Estado”. Por exemplo, Carvalho (2009, p. 42), ao tratar do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), enaltece que, “em termos relativos, Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiou [...], recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados ao programa”.

Nos anos 1980 e 1990, mesmo com as dificuldades atravessadas pela economia brasileira, a prioridade dada aos usineiros do Nordeste foi permanente. “Os usineiros ajudaram a quebrar o governo de Alagoas, que não lhes cobrava imposto [...]” (Ibidem, p. 91). A afirmação desse autor é com base, entre outros privilégios, nos acordos para a isenção fiscal realizados entre o governador Collor de Mello e os usineiros à época (em 1988 e 1989), registrado na mídia nacional: “Usineiros de Alagoas ganharam R\$ 468,8 milhões em isenção⁷²”. Nessa mesma reportagem, está escrito: “Por quase nove anos, Alagoas foi um paraíso fiscal para 30 usineiros que controlam a produção de açúcar”.

Ao longo do tempo, nessa política do Estado de reorganização do espaço alagoano, a partir da e para a expansão canavieira, há uma lógica de concentração do poder na formação de verdadeiros monopólios territorializados no espaço agrário, ou seja, os engenhos passaram a ser incorporados pelas usinas, estas passaram a incorporar as usinas menores, ou seja, gestando os grandes grupos que monopolizam e/ou se territorializam no campo alagoano, atualmente. Só para termos uma dimensão desse processo, com base nos estudos de Manuel Correia de Andrade (1997), Carvalho (2009) registra que em Alagoas, no ano de 1930, havia quase um milhar de engenhos; já em 1985, o número cairia drasticamente para 27 usinas, segundo o próprio Andrade (2005), e para menos de duas dezenas atualmente⁷³. Segundo Oliveira (2016),

72 Cf.: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po26071.htm>. Acesso em: 29 dez. 2018.

73 O fechamento de usinas tem sido um processo corriqueiro nos últimos anos, em Alagoas, merecendo a atenção dos pesquisadores acerca de como se tem dado esse processo e, principalmente, a destinação das terras e as dívidas dos usineiros. Cf.: **Crise fecha mais uma usina em Alagoas**. Disponível em: <https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2018/958/42545/crise-fecha-mais-uma-usina-em-alagoas>. Acesso em: 13 mar. 2018.

com base em levantamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o setor sucroenergético alagoano, em 2015, possuía 19 unidades industriais (usinas/destilarias), sendo 17 mistas (produzindo açúcar e etanol), uma usina de açúcar e uma destilaria produzindo apenas etanol. Já Albuquerque (2016) registra, com base no Sindicato dos Usineiros (SINDIAÇÚCAR-AL), 22 unidades industriais em 2016. É preciso destacar que esses números têm uma tendência a cair, haja vista a eterna crise que vive o setor, conseqüentemente, um eterno discurso dos usineiros por mais apoio governamental.

Para além dessa dinâmica da transformação dos antigos engenhos banguês em usinas, o que importa registrar nesse processo é o caráter concentrador/centralizador da terra e do capital na figura do usineiro, por conseguinte, do poder cada vez mais concentrado em poucas famílias oligárquicas, que passaram a aproveitar todos os privilégios políticos, como bem registrou Lira (2007) na passagem em epígrafe. O fragmento a seguir reforça os escritos desse autor:

A representação política do açúcar se estrutura em dois campos diferenciados: o político-institucional e o organizacional setorial. No campo político, nas diferentes esferas de poder, o setor sucroalcooleiro articula sua presença, diretamente, por meio de candidatos do próprio setor ou, indiretamente, com seu apoio financeiro. Eleitos, irão pressionar politicamente o Estado na defesa de seus objetivos particulares. No campo organizacional setorial, cria os sindicatos, as cooperativas e as associações que coordenam e representam os interesses desse segmento. Esse aparato mantém um *staff*, composto por técnicos e especialistas capacitados, mantidos com um orçamento derivado das contribuições das usinas e destilarias associadas. Quando necessário, o *lobby* do açúcar apresenta suas demandas, revestindo-as de caráter social, como se fosse do interesse geral, de toda a economia, utilizando para isso seus porta-vozes na imprensa, no parlamento ou, até 1990, no órgão específico dentro do aparelho de Estado, que era o IAA (LIMA (1988) apud Carvalho (2009, p. 25).

Essa citação é um mapa quase por completo dos processos que aqui estamos denominando de balão de oxigênio permanente a serviço dos grandes proprietários de terra desse país. Oxigênio sine qua non para que estes se apresentem como modernos empresários do campo, sem serem desnudados que isso não passa de uma fábula, ou melhor, de pura alienação ideológica da visão de mundo conservadora. Na verdade, sem esses processos, esse tipo moderno-colonial do agronegócio brasileiro, atravessado pelo ranço latifundista, não se sustentaria. Essa realidade fez Castilho (2012, p. 9) ressaltar que: “ao movimento dos trabalhadores sem terra contrapõe-se (de modo articulado e sistemático) um movimento dos brasileiros com terra. Entre seus campos decisivos de atuação está a política – ao mesmo tempo palco e catapulta financeira”. Segundo esse mesmo autor, **“os proprietários de terra no Brasil ocupam o Legislativo, invadem o Executivo, cultivam o Judiciário** (Idem. Grifos nossos).

Em Alagoas, os donos da terra, do capital e do poder são os que determinam, de forma quase que absoluta, os rumos das relações de poder, especialmente a partir da política e do poderio econômico, haja vista terem representantes infiltrados nesses três poderes. Não é difícil encontrar um sobrenome das famílias oligárquicas no Legislativo, no Executivo ou mesmo no Judiciário. A propriedade privada capitalista da terra em Alagoas, talvez mais do que em qualquer outro estado brasileiro, é de onde se levanta o poder de poucas famílias para dominar, política e economicamente, o devir nesse território, conforme pode ser visto no depoimento a seguir, de uma importante liderança dos movimentos/organizações sociais do campo alagoano:

Alagoas é terra né! Porque Alagoas talvez seja um estado, que se destaca entre a relação de poder. E eu entendo que essa relação de poder vem pelo domínio da terra. A elite alagoana ela é basicamente agrária, né. O agrarismo em Alagoas, a forma como a terra foi tomada, a forma como a terra foi colocada pra produção, ela é na verdade, uma grande violência contra os povos, primeiro contra os índios, depois com os negros, principalmente, com os pobres, né. [...] poucas famílias [...] detêm a maior parte das terras no estado de Alagoas. Elas conseguem, por séculos se manterem no poder, por conta dessa relação direta, do

uso da terra, da posse da terra. Muitas delas sem comprovação de que essas terras, realmente, foram adquiridas, compradas. Muitas terras griladas, muitas terras tomadas. Mas, essas famílias se constituem no poder a partir da terra. Alagoas nesses 200 anos de formalidade, ela é, basicamente, a luta pelo poder, pela hegemonia, se dá na terra, se dá pela posse da terra⁷⁴.

Destarte, como bem coloca Carvalho (2012), a reestruturação centralizadora da atividade canavieira fez com que, em 1990, apenas sete grupos concentrassem dois terços de todo o álcool e o açúcar produzidos em Alagoas: **João Lyra, Carlos Lyra, Corrêa Maranhão, Toledo, Tércio Wanderley, Olival Tenório e Andrade Bezerra**. Analisaremos esses grupos, acrescentando outros quatro devido à influência que possuem nas relações de poder nesse estado: **Vilela, Calheiros, Beltrão e Mello**. São onze grupos oligárquicos radicados na mesorregião Leste de Alagoas, que dessa parte do território, como já explicitamos, nas últimas décadas passaram a exercer a hegemonia política, subordinando as demais oligarquias, entre elas as sertanejas – **Malta, Brandão, Bulhões, Loiola** – em pactos onde ambos os lados ganham ao se manterem nas relações de poder tanto em nível estadual, como nos municípios e microrregiões.

Ainda segundo Carvalho (2012), Alagoas sempre está presente na capa de jornais e revistas de grande circulação nacional, de um lado, estampando as múltiplas dificuldades econômicas e sociais de uma sociedade das mais desiguais no país, de outro, pela forte presença na cena política nacional de políticos locais, quase sempre representantes ou mesmo donos dos principais grupos oligárquicos que fazem a aliança do atraso de que fala Martins (1999). Exatamente no dia 25/02/2018 foi publicada nacionalmente uma dessas reportagens, intitulada: “*Cidades de sem-terra: falência de ex-deputado mais rico do país fez império virar comunidade agrária que tirou milhares da miséria*”⁷⁵, instigando e fortalecendo a linha teórica que estamos construindo. A reportagem deixa evidente como a realidade alagoana no século XXI, com novos sujeitos, mas em um mesmo sistema – o patriarcado –, corrobora os escritos de

74 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 em Maceió.

75 Cf.: Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/usina-reforma-agraria.htm#idades-de-sem-terra>. Acesso em: 14 mar. 2018.

Diéguas Júnior (2006, p. 196): “o senhor de engenho é a grande figura da paisagem humana das Alagoas”.

Trata-se, na verdade, de mais uma de tantas outras reportagens⁷⁶ sobre o senhor João José Pereira de Lyra, politicamente conhecido por João Lyra, filho de senhor de engenho, usineiro, portanto, industrial e latifundiário, patriarca dono de um dos maiores e mais influentes grupos nesse estado: **Grupo João Lyra**. Grupo Composto por cinco usinas, sendo três em Alagoas: Laginha, Uruba e Guaxuma e duas em Minas Gerais: Triálcool e Vale do Paranaíba (CASTILHO, 2012). Político antigo nas terras alagoanas, em 1982 já era suplente de senador, assumindo esse posto entre 1988-1990; elegendo-se deputado federal por duas vezes (2003-2007; 2011-2015), e candidato ao governo do Estado, em 2006, mas não eleito. Na última legislatura em que esteve na condição de deputado federal, foi considerado, entre aqueles que faziam parte da Câmara Federal, o deputado mais rico do país. De acordo com o Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na internet, a declaração de bens do candidato foi de incríveis R\$ 240.395.155,75⁷⁷. Um pente fino na referida declaração mostra a diversidade de origens do patrimônio: por exemplo, R\$ 14.987.952,00, referentes à empresa Lug Táxi Aéreo Ltda, e R\$ 1.750.000,00, em 14 salas de um condomínio empresarial localizado em Maceió. Entretanto, R\$ 213.219.588,00 (88,7%) desses bens se referem à Usina Laginha Agroindústria S/A, percentual que mostra a força da aliança capital e terra no patrimônio declarado.

Castilho (2012, p. 86), com base em uma perícia feita em 2008 pelo escritório de advocacia Jharbas Barsanti, a pedido do próprio Grupo João Lyra, registra que o grupo detinha 118.878 hectares (ha), sendo

76 Cf.: **AL: empresário falido, deputado mais rico é venerado e temido**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/al-empresario-falido-deputado-mais-rico-e-venerado-e-temido,d808e500e9c31410VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 13 mar. 2018. **Grupo falido do deputado mais rico do país deve a europeu**. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/grupo-falido-do-deputado-mais-rico-do-brasil-deve-a-europeus,6d08e500e9c31410VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 mar. 2018. **Justiça suíça determina congelamento de contas de ex-deputado João Lyra**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.justica-suica-determina-congelamento-de-contas-de-ex-deputado-joao-lyra,70002174554>. Acesso em 13 mar. 2018.

77 Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2010/14417/AL/20000000080/bens>. Acesso em: 14 mar. 2018.

53.108 ha em terras das cinco usinas, e mais 65.770 ha em terras arrendadas: a Usina Laginha com 16 imóveis próprios, numa área total de 16.539,39 ha; Guaxuma com 18.962,31 em mais 24 imóveis próprios e, por fim, 14 imóveis da Uruba somando 7.679,68. A Triálcool tem 6.700,34 ha em 24 imóveis. Finalmente, a Vale do Paranaíba possui mais 3.225,95 ha. Patrimônio, entre terras e demais bens, avaliado em R\$ 1,32 bilhão (CASTILHO, 2012).

De acordo com as reportagens supracitadas, o império ruiu com a falência do conglomerado decretada em 2012, com uma dívida que beirava os R\$ 2 bilhões. Nas terras do então homem mais poderoso do estado hoje vivem 10 mil camponeses de oito movimentos sociais diferentes. Trata-se de um processo que se arrasta nos últimos anos onde, em face das dívidas existentes da massa falida, inclusive com os trabalhadores que trabalhavam para o grupo, os movimentos e organizações sociais lutam e pressionam o Estado, para que seja efetivada a construção de assentamentos rurais e a garantia da terra ao campesinato acampado. O modelo moderno-colonial do Grupo João Lyra fica evidente, quando do histórico de presença de trabalhadores em situação análoga de escravos em usinas do grupo, tanto em Alagoas, como em Minas Gerais, conforme reportagem do ano de 2010: “aliciados no Nordeste, cortadores eram submetidos a condições de escravidão na usina Vale do Paranaíba, em Capinópolis (MG). Unidade pertence ao Grupo João Lyra, do candidato a deputado federal por Alagoas, João Lyra (PTB)”⁷⁸. Mas, já em 2008, era noticiado:

Aos pés da Serra da Barriga, em Alagoas, nas cercanias do local que abrigou o Quilombo de Palmares, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) libertaram [...] 53 pessoas que trabalhavam em condições degradantes. Elas eram empregadas da usina de cana Laginha, que fica em União dos Palmares (AL) e faz parte do Grupo João Lyra, tradicional conglomerado de empresas da região⁷⁹.

78 Cf.: **Usina de candidato mantém 207 em quadro de trabalho escravo**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/09/usina-de-candidato-mantem-207-em-quadro-de-trabalho-escravo/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

79 Cf.: **Mais de 450 pessoas são resgatadas de fazendas em Alagoas**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/02/mais-de-450-pessoas-sao-resgatadas-de-fazendas-em-alagoas/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

O **Grupo Carlos Lyra**, pertencente ao senhor Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto, falecido recentemente, se constitui um dos maiores grupos em Alagoas. Exerce seus domínios, tanto no litoral, como no Sertão. Irmão de João Lyra, portanto, filho também de senhor de engenho, foi senador por Alagoas em dois mandatos, ambos iniciados na suplência, assumindo em seguida, entre 1983-1987 e em 1990-1991⁸⁰. Conforme consta na página do próprio grupo na internet, atua em diversos ramos desde 1965, quando adquiriu a primeira usina, a saber: sucroenergético, bioeletricidade, têxtil, táxi aéreo, pecuária e radiodifusão. No litoral alagoano, os negócios são compostos por quatro indústrias produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, todas denominadas de Usina Caeté S/A, localizadas em: São Miguel dos Campos, Igreja Nova, Maceió, e Paulicéia, no estado de São Paulo. Ainda no litoral, em São Miguel dos Campos, possui a fazenda Varrela Pecuária, com criações de gado e de ovinos, além do plantio de cana-de-açúcar. No Sertão alagoano, mais precisamente no município de Delmiro Gouveia, adquiriu, em 1992, a secular Fábrica da Pedra. Ainda no Sertão, amplia seus negócios, com a fundação da Rádio Delmiro AM e FM, no ano de 1994, um canal midiático influente no Sertão alagoano e em estados circunvizinhos⁸¹. A concentração de terras é uma das marcas do grupo, além das parcerias com os pequenos agricultores, como forma de apropriação da renda da terra, conforme pode ser visto no trecho a seguir:

As unidades alagoanas da Caeté também foram beneficiadas com o uso de irrigação nas plantações de cana e, em Igreja Nova, onde está a planta Caeté/Marituba, um dos destaques que o grupo se orgulha de ostentar é a distribuição de renda. “Além da área própria de 10 mil hectares, também mantemos parceria com mais de mil fornecedores locais, que detêm área de um a 500 hectares”, conta o gerente-geral da Marituba, Fabrizio Tenório⁸².

80 **Senadores da 47ª Legislatura (1983 - 1987)**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/47/por-uf>. Acesso em: 15 mar. 2018. **Senadores da 48ª Legislatura (1987-1991)**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/48/por-uf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

81 Cf.: **Grupo Carlos Lyra**. Disponível em: <http://www.usinacaete.com/>. Acesso em 14 mar. 2018.

82 **Usinas de açúcar e álcool fundadas no começo do século passado se modernizam sem precisar de capital estrangeiro**. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI208562-18283,00-GESTAO+FAMILIAR.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

No mesmo ritmo dos negócios do Grupo João Lyra, o império do Grupo Carlos Lyra dá sinais de esgotamento, pelo menos é o que as reportagens deixam transparecer. Em 2016, a Fábrica da Pedra praticamente fechava suas portas com uma demissão em massa dos funcionários, sendo o maquinário vendido em meados de 2017, apesar das mobilizações dos trabalhadores, contrários a essa medida e que cobravam do poder público estadual uma intervenção, a favor dos quase 500 trabalhadores e trabalhadoras que ficaram sem empregos⁸³.

Em agosto de 2017, uma reportagem, de um dos principais portais ligados ao próprio agronegócio sucroalcooleiro, estampava que o Grupo Carlos Lyra pedia aos bancos credores uma carência de dois anos para começar a pagar uma dívida de 1 bilhão de reais⁸⁴. Tratava-se de uma das usinas do grupo, a Caeté S/A – Unidade Cachoeira do Meirim, adquirida em 1986, localizada no município de Maceió. No início do ano de 2018, o mesmo Portal supracitado noticiava que trabalhadores foram demitidos e a Usina seria fechada⁸⁵.

Não obstante o quadro de aparente decadência, percebe-se que a família Lyra, representada pelos irmãos Carlos Lyra e João Lyra, está entre as oligarquias moderno-coloniais mais influentes no estado de Alagoas, a partir da segunda metade do século XX. Outro ponto a se levar em conta nas análises é a capacidade de se metamorfosear que tem o modelo agrário/agrícola latifundista do agronegócio. Por exemplo, se o império dos Lyra dá sinais de esgotamento, o modelo aludido não, ou seja, a territorialidade do agronegócio latifundista da cana se perpetua

83 Cf.: **Grupo faz ato para defender empregos da Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/grupo-faz-ato-para-defender-empregos-da-fabrica-da-pedra-em-delmiro-gouveia.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2018. **Fim de uma era: máquinas da Fábrica da Pedra são vendidas para empresa de São Paulo.** Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/fim-de-uma-era:-maquinas-da-fabrica-da-pedra-sao-vendidas-para-empresa-de-sao-paulo/31/18015>. Acesso em: 14 mar. 2018.

84 Cf.: **Abengoa, Caeté e Virgolino de Oliveira: em busca de uma saída para as dívidas.** Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/abengoa-caete-vingolino-oliveira-saida-dividas-020817/>. Acesso em: 14 mar. 2018. **Em busca de uma saída para as dívidas.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/primeiro-lugar/em-busca-de-uma-saida-para-as-dividas/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

85 Cf.: **Usina do Grupo Carlos Lyra fecha as portas e demite funcionários em Maceió.** Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/usina-do-grupo-carlos-lyra-fecha-as-portas-e-demite-funcionarios-em-maceio-310118/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

no território brasileiro adquirido por outros monopólios. Segundo Oliveira (2016), o Grupo Delta Sucroenergia, décimo terceiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, surgiu da divisão do Grupo Carlos Lyra devida ao processo de recuperação judicial, a partir de 2009.

“A Delta Sucroenergia surgiu em 4 de outubro de 2012. Os sócios da Usina Caeté S/A, do Grupo Carlos Lyra, consolidaram naquela data a cisão definitiva do grupo, que envolveu as usinas de Minas Gerais e Alagoas. O processo deu origem a duas empresas distintas com operações independentes societariamente, operacionalmente e financeiramente. Em Minas Gerais, o grupo passou a se chamar Delta Sucroenergia. Segundo informe divulgado na época, “a separação das operações trará maior autonomia para ampliar com solidez a atuação das unidades”. As usinas do grupo passam a ser administradas de forma independente pelos irmãos Elizabeth (com o controle das unidades do Nordeste) e Robert, ou Bob Lyra (responsável pelas unidades do Sudeste). Os dois são filhos do industrial Carlos Lyra, irmão de João Lyra, que ao longo de várias décadas teve uma relação instável com o irmão. Ainda segundo o informe, a nova marca Delta Sucroenergia passa a responder pelas unidades localizadas no Triângulo Mineiro: Delta na cidade de Delta (MG), Volta Grande, em Conceição das Alagoas (MG) e Conquista de Minas, localizada na cidade de Conquista (MG)” (UOL, 2013 apud OLIVEIRA, 2016, p. 198-199).

A própria página do grupo diz no seu vídeo institucional: “Delta Sucroenergia foi parte de um grupo surgido em Alagoas na década de sessenta, hoje é uma das maiores do setor, com três unidades e capacidade para processar até 11 milhões de toneladas de cana de açúcar”⁸⁶. Portanto, a nossa tese é de que, estamos, no século XXI em Alagoas, revivendo a “metamorfose das oligarquias”, como denominado por Tenório (2009), em sua análise sobre os primeiros anos da República Velha em Alagoas. Essa metamorfose materializa e mantém a territorialização do modelo moderno-colonial do capitalismo monopolista-rentista brasileiro, não sendo diferente em Alagoas.

86 Cf.: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cyMOPYPkRr4>. Acesso em: 17 mar. 2018.

O **Grupo Toledo** é outro grupo oligárquico influente de longa data em Alagoas, reunindo sob seu poder, nesse estado, a Usina e Destilaria Capricho, fundada em 1920, no município de Cajueiro; a Usina Sumaúma, em Marechal Deodoro desde 1970; e a Usina Paísa, fundada em 1978, em Penedo; e em São Paulo, mantém a Usina Ibéria⁸⁷. Recentemente falecido, em 2013, o usineiro **José Ribeiro Toledo** era o diretor-presidente do Grupo até então. A influência dos membros da família Toledo fica perceptível na ocupação de cargos, do Judiciário ao Legislativo, passando pela esfera governamental, em nível estadual e municipal, conforme registrou a reportagem intitulada, *“Usineiros dominam economia e poder político em Alagoas”*⁸⁸. No período de governos de Teotônio Vilela Filho (PSDB), também usineiro que exerceu dois mandatos de governador (2007-2015), a Secretaria da fazenda, arrecadadora de tributos, foi entregue para o secretário adjunto, o usineiro **Maurício Toledo**. Ainda segundo a reportagem, a equipe de Vilela teve o usineiro **Alexandre Toledo**, também sócio do Grupo, escolhido para comandar a Secretaria de Estado da Saúde. Na esfera do governo municipal, Alexandre Toledo já havia ocupado o cargo de prefeito do município de Penedo, depois suplente do deputado federal Rui Palmeira (PSDB) à época. Na Assembleia Legislativa Estadual (AEL), registra-se que o presidente da Casa foi o deputado **Fernando Ribeiro Toledo** (PSDB), também sócio do Grupo. No Judiciário, o Grupo esteve representado por seu primo, o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE), Luiz Eustáquio Toledo, falecido em 2017, que foi presidente da Corte do TCE por cinco vezes, também foi prefeito de Cajueiro e secretário de Estado⁸⁹.

Fernando Ribeiro Toledo é um dos homens fortes da oligarquia Toledo. Sua influente atuação nos rumos de Alagoas consta no seu currículo, no Portal do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), de onde, por indicação do então governador à época Teotônio Vilela

87 Cf.: **Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas**. Disponível em: <http://www.sindacucar-al.com.br/relacao-das-usinas/>. Acesso em: 15 mar. 2017.

88 Cf.: Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=214575>. Acesso em: 15 mar. 2018.

89 Morre aos 71 anos Luiz Eustáquio Toledo, conselheiro aposentado do TCE-AL. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/morre-aos-71-anos-luiz-eustaquio-toledo-conselheiro-aposentado-do-tce-al.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Filho, é Conselheiro Corregedor Geral, desde 06/01/2015. Exerceu o cargo de presidente da Assembleia Legislativa Estadual por 3 mandatos, de 2008 a 2015, tendo sido vice-presidente anteriormente, além de ter sido prefeito do município de Cajueiro por dois mandatos, de 1997 a 2004, além de conseguir eleger para prefeita, nas eleições de 2012, a sua esposa **Lucila Toledo**, a qual já havia sido Deputada Estadual por dois mandatos (1995-2002). Como usineiro, foi Diretor Administrativo da Companhia Açucareira Central Sumaúma, 1983 a 2014, saindo justamente para o TCE-AL⁹⁰. Aliás, a indicação ocorreu no final de 2014 e, em janeiro 2015, ele tomaria posse, após uma quebra de braço judicial, haja vista os processos de improbidade administrativa existentes contra ele, movidos pelo Ministério Público do Estado (MPE)⁹¹. Na luta pelo poder em Alagoas, Fernando Ribeiro Toledo trocou a ALE pelo TCE, mas deixou seu filho, **Bruno Albuquerque Toledo**, que foi eleito deputado estadual para o seu primeiro mandato com 43.740 votos, sendo o quarto mais votado no estado de Alagoas. Outro Toledo que faz parte da Assembleia Legislativa é **Sérgio Toledo de Albuquerque** (PDT), em seu segundo mandato (2011-2018). Na declaração de bens de Sérgio Toledo no TSE, nas eleições de 2006 quando foi candidato, consta um valor de R\$ 1.072.893,84. Entre os bens declarados, estão: uma área de 129,4 ha em uma fazenda, no valor de R\$ 30.000,00; cinco fazendas denominadas de Serra Alegre, com 215,9 ha, valor total de \$ 121.000,00; fazenda Passagem da Gameleira, 9 ha, valor R\$ 12.000,00, todas no município de Cajueiro, totalizando, em Alagoas, 354,30 ha e R\$ 160.000,00. Fora de Alagoas, consta um imóvel rural na fazenda Sassafras, com 5000 ha, no município de Formoso do Rio Preto, estado da Bahia, no valor R\$

90 Cf.: Disponível em: http://www.tce.al.gov.br/view/curriculos/fernando_toledo.php?c=Nw==. Acesso em: 15 mar. 2018.

91 Cf.: MP-AL acusa Fernando Toledo de desviar R\$ 100 milhões em IR da ALE. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/12/mp-al-acusa-fernando-toledo-de-desviar-r-100-milhoes-em-ir-da-ale.html>. Acesso em: 15 mar. 2018. Após decisão do TJ. Fernando Toledo pode assumir vaga no TCE de AL. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/12/apos-decisao-do-tj-fernando-toledo-pode-assumir-conselho-do-tce-de-al.html>. Acesso em: 15 mar. 2018. Fernando Toledo toma posse como Conselheiro do Tribunal de Contas de Estado. Disponível em: <http://www.jaenoticia.com.br/noticia/14170/Fernando-Toledo-toma-posse-como-conselheiro-do-Tribunal-de-Contas-de-Alagoas>. Acesso em: 15 mar. 2018.

38.813,00⁹². Dados esses relacionados à propriedade da terra, que não divergem muito da mesma declaração efetuada no ano de 2014, com o valor total de bens R\$ 750.973,15, o que mostra a importância da terra para os políticos em Alagoas. Por fim, é preciso salientar que na Controladoria Geral do Estado está mais um Toledo, a filha de Sérgio Toledo, **Bruna Toledo**⁹³.

No final de 2017, em face do volume de dívidas com fornecedores de cana, inclusive pequenos produtores, possivelmente entre eles estejam camponeses, sete usinas associadas à Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e do Alcool de Alagoas (CRPAAA) – conhecida como cooperativa dos usineiros – entraram com pedido de Recuperação Judicial (RJ), ou seja, concordata, além da Mecânica Pesada Continental S/A e a Coopertrading, responsáveis pela manutenção das usinas e pelas vendas da produção. Entre elas estão a Usina Capricho e a Sumaúma do Grupo Toledo.

O valor do endividamento ainda não foi revelado, mas as estimativas são “preocupantes”, segundo alta fonte do setor. No final de 2016, por exemplo, pequenos produtores protestaram contra o calote de usineiros no pagamento de cerca de R\$ 250 milhões pela cana fornecida há mais de três anos. Dos 7,4 mil produtores de cana alagoanos, 90% são pequenos fornecedores. Com as dificuldades financeiras, aliadas à sequência de estiagens, várias famílias estão vendendo suas terras para pagar empréstimos, enquanto as usinas recebem o que produzem antecipadamente e não pagam aos fornecedores⁹⁴.

A oligarquia Tenório possui dois grupos que estão na cena política, no agronegócio e nas relações de poder em Alagoas. Estamos falando do **Grupo Olival Tenório** e do **Grupo João Tenório**. Não sabemos ao certo até que ponto vai a ligação entre eles, mas Olival Tenório e João Tenório, donos respectivamente dos grupos, eram cunhados, tendo esse último

92 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/AL/10129/bens>. Acesso em: 20 mar. 2018.

93 Cf.: **Mercado Alagoas**. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/editoria.php?c=310751>. Acesso em: 20 mar. 2018.

94 Cf.: **Sete usinas de AL entram com pedido de Recuperação Judicial**. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=314273>. Acesso em: 15 mar. 2018. **Crise leva sete usinas de Alagoas a pedir recuperação judicial**. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/crise-usinas-cooperativa-alagoas-recuperacao-judicial-251017/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

reconhecido publicamente que haviam trabalhado juntos e a grande influência exercida por aquele na sua formação profissional⁹⁵. Optamos em analisá-los separadamente. **Grupo Olival Tenório** é outro de forte influência nas relações de poder no território alagoano, sendo comandado até 2013 por Olival Tenório Costa, quando veio a falecer. Químico de formação, desde meados nos anos de 1950 era usineiro, sendo dono em sociedade da Usina Porto Rico, no município de Porto Alegre, e, posteriormente, ficou sozinho como proprietário, além de possuir a Destilaria Autônoma Porto Alegre, em Colônia Leopoldina-AL. Era considerado uma referência para os que fazem o agronegócio alagoano. Abaixo transcrevemos um fragmento retirado do próprio Portal da Usina Porto Rico, demonstrando a elevada concentração de terras desse grupo.

Situada na fazenda São José no município de Campo Alegre – AL, a Industrial Porto Rico S/A foi fundada em 1973, pelo empresário Olival Tenório Costa. Com um crescimento progressivo, logo atingiu um lugar de destaque entre as maiores empresas sucro-alcooleiras da região nordeste. Possui hoje uma área de 27.000 ha, sendo 19.000 ha de área cultivada com cana-de-açúcar e o restante com pecuária e reflorestamentos. A Usina Porto Rico é a principal fonte geradora de renda do município de Campo Alegre, e uma das mais importantes indústrias de Alagoas, atualmente produz açúcar tipo VHB, álcool anidro carburante e álcool hidratado carburante, atendendo ao mercado interno e exportação⁹⁶.

A fusão entre capital e propriedade da terra é uma das marcas também desse grupo, que além de usineiro e pecuarista – investindo pesados capitais no melhoramento genético e organização de leilões de gado nelore⁹⁷ –, investe nos setores empresarial de concessionária de veículos e revenda de pneus, conforme podemos observar em uma passagem na página, na internet, do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas, quando presta uma homenagem a Olival Tenório:

95 Cf.: **Alagoas perde dois grandes ícones do agronegócio**. Disponível em: <http://gizetaweb.globo.com/gizetadealagoas/noticia.php?c=222699>. Acesso em: 16 mar. 2018.

96 Cf.: Disponível em: <http://www.grupoolivaltenorio.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

97 Cf.: **Leilão Nelore União chega com força**. Disponível em: <http://gizetaweb.globo.com/gizetadealagoas/noticia.php?c=200236>. Acesso em: 16 mar. 2018.

O empresário foi o fundador do Grupo Olival Tenório, atualmente, formado pelas usinas Porto Rico, em Campo Alegre, e a Porto Alegre, em Colônia de Leopoldina, além de uma concessionária de veículos e de uma revenda de pneus, ambas situadas em Maceió. Já no setor agropecuário, o empreendedorismo do industrial se consolidou com a criação da Agropecuária Olival Tenório, reconhecida na pecuária alagoana e nacional pelo alto nível e qualidade genética do seu plantel de bovinos da raça Nelore/Nelore Mocho. “Como ex-presidente do nosso Sindicato e líder setorial marcante em seu longo trajeto, Olival Tenório foi responsável por ações que integraram o polo agroindustrial canavieiro alagoano com destaque no cenário nacional⁹⁸.

O **Grupo João Tenório**, comandado por João Evangelista da Costa Tenório, sobrinho de Nelson Tenório de Oliveira, um usineiro ex-senador da república pelo PSDB, é outro grupo histórico influente nas relações de poder e construção do território alagoano, a partir da segunda metade do século XX. João Tenório é químico de formação e, seguindo os caminhos do tio, tornou-se também usineiro, sócio da Usina Triunfo e destilaria anexa, fundada em 1959 no município de Boca da Mata-AL, e é ex-senador. Era o primeiro suplente do Senador Teotônio Vilela Filho (2003-2011), assumindo o cargo em alguns momentos e definitivamente por alguns anos nesse período, quando Vilela renunciou para governar o estado de Alagoas⁹⁹. Por 21 anos, de 1978 a 2009, foi diretor presidente da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e do Álcool de Alagoas (CRPAAA), representante dos interesses dos usineiros, sendo substituído, desta vez, por um Toledo, José Ribeiro Toledo Filho¹⁰⁰. A história de João Tenório, porém, tem fortes laços com Teotônio Vilela, ambos com raízes profundas com o latifúndio da cana. Além de ter sido suplente do senador Vilela, é cunhado dele. As-

98 Cf.: Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/2013/05/morre-em-alagoas-o-industrial-olival-tenorio/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

99 Cf.: Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3652>. Acesso em: 16 mar. 2018.

100 Cf.: **Sete usinas de AL entram com pedido de Recuperação Judicial**. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=314273>. Acesso em: 16 mar. 2018.

sim, dividem ações em empresa do ramo alimentício, como será abordado mais à frente, bem como aquele participou ativamente dos governos deste, seja direto de Brasília no Senado Federal, seja na gestão estadual, representado pela esposa na Secretaria da fazenda, arrecadadora de tributos, como expressou um jornal à época:

Os cargos ocupados pelos descendentes de donatários são os mais estratégicos. O governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) é usineiro, sócio da Usina Seresta. A Secretaria da fazenda, arrecadadora de tributos que terá em 2013 mais de R\$ 180 milhões para administrar e R\$ 1,5 bilhão de encargos para supervisionar, não saiu do canavial. Até 2009, a pasta era chefiada por sua irmã Fernanda Vilela, advogada da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas. Mulher do ex-senador João Tenório, sócio da Usina Triunfo, ela entregou o cargo para o secretário adjunto, o usineiro Maurício Toledo, do Grupo Toledo [...] ¹⁰¹.

O capital do Grupo João Tenório inclui uma gama de atividades, desde a atividade canvieira-industrial, passando pelos ramos da indústria alimentícia e telecomunicações, como mostra a reportagem do dia 16/05/2016, intitulada “*Usineiro e ex-senador João Tenório tem nome citado no escândalo do Panama Papers*”:

Nome do usineiro, industrial, ex-senador e dono da TV Pajuçara, João Tenório (PSDB), aparece na lista dos “empresários de mídia” que figuram no escândalo conhecido mundialmente como Panama Papers. Outros 13 empresários de mídia e jornalistas brasileiros são citados nos papéis. A notícia passou quase que despercebida pelos veículos de comunicação no estado, mas nacionalmente ganhou espaço em vários jornais, a exemplo do Portal de notícia Uol ¹⁰².

101 Cf.: **Usineiros dominam economia e poder político em Alagoas**. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=214575>. Acesso em: 16 mar. 2018.

102 Cf.: Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=9982>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Não obstante, é na territorialização do maior monopólio na produção e industrialização de coco na agricultura brasileira que o Grupo Tenório demonstra seu poder, com a Sococo S.A. Indústrias Alimentícias. Terra, capital agrícola e industrial em perfeita harmonia, ou seja, um exemplo emblemático de um processo de territorialização de monopólios, que mostra que “[...] proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais” (OLIVEIRA, 2016, p. 127). Mais uma vez, as reportagens nacionais, trazem a história dessa aliança, entre a terra e o capital, em Alagoas, conforme trecho a seguir, deixando evidente a presença do Grupo João Tenório nesse monopólio territorializado a partir de Alagoas, já que se expande por outras regiões do país:

Segundo Ikeda, há uma década o negócio era quase impensável e pouca gente se atreveria a investir seu dinheiro nele. Do coco, a indústria queria apenas a polpa da fruta, para a fabricação de doces, biscoitos e sorvetes. Quem quisesse beber água de coco tinha de recorrer aos ambulantes espalhados pelas praias e ruas das cidades. “Essa história ficou no passado”, diz Paulo Roberto de Maya Gomes, diretor-comercial da Sococo, a maior produtora brasileira de água de coco industrializada. “Agora, a água vale ouro.” Com sede em Maceió, a capital de Alagoas, a Sococo envasa 37 milhões de litros, por ano, o equivalente a 57% da produção nacional. De acordo com Gomes, a empresa quer chegar a 72 milhões de litros em 2016. “Dentro de quatro anos vamos envasar, sozinhos, mais água de coco do que o País inteiro”, diz Gomes. Fundada por um grupo português, em 1966, a Sococo conta, entre seus principais acionistas, com o empresário alagoano João Tenório, ex-senador e cunhado do governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB). A presidência da empresa está nas mãos do engenheiro agrônomo Emerson de Melo Tenório, irmão de João Tenório¹⁰³.

Apesar da gênese da territorialização do monopólio, no ano de 1966, ter ocorrido em Maceió, foi no estado do Pará que, em 1979,

103 Cf.: **Bebida de gente grande**. Disponível em: <https://www.dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/bebida-de-gente-grande>. Acesso em: 16 mar. 2018.

conforme a linha histórica publicada no Portal da própria empresa¹⁰⁴, a partir de estudos sobre áreas de melhor adequação de espécies híbridas de coco, nascia a unidade no município de Mojú, a 110 km de Belém do Pará. “As pesquisas apontaram a região como a mais propícia para o maior projeto de coqueicultura do Brasil. A implantação da fazenda Sococo em Mojú fez dos 20 mil hectares os mais representativos da América Latina”. No ano de 1987, teve início a construção da Unidade de Processamento Industrial em Ananindeua, também no Pará. Mais um passo na territorialização do monopólio, com a implantação de um novo coqueiral no Estado do Pará, “desta vez no município de Santa Isabel, com 2.000 hectares de coco-anão para produção de água. Também foram construídas duas novas unidades industriais em Ananindeua para envase de água”. Já são 22 mil hectares concentrados nas mãos do Grupo. A linha histórica no site continua e, no ano de 2003, o monopólio amplia e diversifica as atividades, com a fundação da Amafibra Fibras e Substratos Agrícolas da Amazônia Ltda¹⁰⁵, com o objetivo de produção de Manta e Biorrolos a partir da fibra de coco. É preciso destacar as ligações do Grupo João Tenório, por meio da Sococo S.A. Indústrias Alimentícias, com grandes monopólios mundiais do setor de alimentos, como a PepsiCo (OLIVEIRA, 2016)¹⁰⁶, conforme trecho de uma reportagem enaltecendo as ações da empresa brasileira.

A Sococo também terceiriza serviços para a concorrente PepsiCo. Em Ananindeua, a empresa envasa água de coco para as marcas Kero Coco e Naked, multinacional americana com sede em Monrovia, na Califórnia. “A Naked é a marca de exportação da PepsiCo no mercado americano”, diz Antonio Netto, gerente-geral da fábrica de Ananindeua. A partir dos

104 Cf.: Disponível em: <http://www.sococo.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

105 Cf.: Disponível em: <http://www.amafibra.com.br/a-fibra-de-coco/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

106 Segundo Oliveira (2016, p. 300), a PepsiCo é uma empresa mundial monopolista que atua no setor do trigo é a norte-americana PepsiCo Inc. fundada em 1898, por um farmacêutico que criou a fórmula da Pepsi-Cola. Atua no país desde 1953, e é detentora das marcas Quaker, Gatorade, Toddy, Lucky, Kero Coco, e Trop Coco. Em 2011, comprou a Trigobel Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (ex Catarinense Industrial de Produtos Alimentares - CIPA) detentora da marca Rosquinhas Mabel. Formada pela família de origem italiana Scodro em Ribeirão Preto/SP, era controlada pelo Grupo Mabel (60%) e fundo de private equity do Banco Icatu (40%). A empresa possui unidades em Ribeirão Preto/SP (1962), Aparecida de Goiânia/GO (1975), Rio de Janeiro/RJ (1989), Três Lagoas/MS (1998), Itaporanga D'Ajuda/SE (2000) e Araquari/SC (2004).

Estados Unidos, a Naked vende produtos para o Canadá e os países do Reino Unido, principalmente para a Inglaterra. A Kero Coco pertencia à brasileira Amacoco – que também fabricava a marca Trop Coco –, mas foi adquirida pela PepsiCo, em agosto de 2009. Hoje, dos 37 milhões de litros, por ano, produzidos pela Sococo, 50% vão para a PepsiCo. “É uma terceirização que sustenta nossa ambição de continuar crescendo”, diz Netto¹⁰⁷.

Por fim, acompanhando a suposta crise que abala o latifúndio canavieiro alagoano, em 2015, a direção da usina Triunfo informou que ajuizou pedido de recuperação judicial, creditando à seca dos últimos anos e à crise econômica brasileira os fatores para tal procedimento¹⁰⁸. Aliás, a seca, melhor dizendo a indústria da seca¹⁰⁹ tem sido, mais uma vez, a mola mestra dos discursos dos latifundiários em Alagoas, na eterna busca de recursos junto ao governo estadual para oxigenar novamente, como tantas outras, o latifúndio canavieiro. Em 09/03/2018, o Sindicato dos Usineiros (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL)) noticiava efusivamente: “a instalação da câmara setorial abre caminho para a recuperação do setor sucroenergético”, sendo a seca um tema central da fala.

Após uma longa espera, um dos pleitos mais aguardados pelo setor sucroenergético alagoano finalmente saiu do papel, a instalação da Câmara Setorial da Agroindústria Canavieira. Contando com a presença de representantes das entidades do setor sucroenergético alagoano, a exemplo das usinas, fornecedores e trabalhadores do campo e da indústria, a primeira reunião do fórum foi presidida, nesta sexta-feira, 09, pelo governador Renan Filho, no Palácio República dos Palmares. O industrial Carlo Monteiro, que na oportunidade representou

107 **Bebida de gente grande.** Disponível em: <https://www.dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/bebida-de-gente-grande#>. Acesso em: 16 mar. 2018.

108 Cf.: **Direção da Usina Triunfo entra com pedido de Recuperação Judicial.** Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia-0ld.php?c=404685&e=14>. Acesso em: 16 mar. 2018.

109 Nos termos de Martins (1989, p. 44), o processo denominado de indústria da seca no Brasil “[...] foi o nome que se deu, na época [anos 1950], aos procedimentos das oligarquias regionais, que aproveitavam o drama da seca periódica para obter sempre mais recursos do governo federal e que serviam basicamente para a manutenção do clientelismo político, nunca para atender as necessidades reais das vítimas”. Como se ver no caso em tela um vício que continua em pleno século XXI, apesar de ser combatido e denunciado há muito tempo.

o presidente do Sindaçúcar-AL, Pedro Robério Nogueira, na reunião da instalação da Câmara Setorial, também destacou a importância do fórum para a retomada do crescimento do setor canavieiro. “Todas as entidades envolvidas neste colegiado estão alinhados para uma única finalidade, que é recuperar a indústria e os canaviais de Alagoas. Vela ressaltar o empenho do Governo do Estado de aproximar e encontrar soluções para este fim. O parque industrial e o canavial foram praticamente dizimados pela seca dos últimos anos. Agora, o período de chuvas voltou a regularidade, mas existem muitas dificuldades com a falta de crédito para a recuperação. A Câmara vai ajudar o setor a se erguer novamente e voltar à produção do passado de 30 milhões de toneladas de cana por safra, afirmou Monteiro. Na ocasião, o governador Renan Filho, que se comprometeu em presidir todas as reuniões do colegiado, afirmou que a Câmara Setorial será um espaço para diálogo de todos os agentes envolvidos no segmento canavieiro. “Acredito muito que, este ano, já iremos ampliar a área plantada, aumentar a oferta de empregos e fortalecer o setor sucroenergético do nosso Estado”, ressaltou Renan Filho¹¹⁰.

A seca é sim, como sabemos, um fenômeno natural no nosso semiárido. Isso é inegável. Sabemos que foram seis anos de forte estiagem. Isso é fato. Mas, parafraseando Albuquerque (2016), não podemos mais continuar insistindo que a seca é o problema estrutural no semiárido nordestino, pois temos uma literatura que já provou que isso não é uma verdade, as concentrações fundiária e de renda são fatores estruturais, promovidos, em boa medida, exatamente pelo modelo latifundista do agronegócio canavieiro em Alagoas. Como bem já analisou Lira (1997, p. 14).

Os períodos de seca, por exemplo, são aqueles em que se fazem mais solicitações de recursos. Isso seria perfeitamente justificável se já não houvesse soluções técnicas para os problemas climáticos da região; se os recursos fossem solicitados para resolver, de fato, esses problemas; e se fossem efetivamente aplicados para resolver os problemas dos grupos sociais mais atingidos pela falta d’água; e se os problemas estaduais fossem realmente provocados pelas estiagens periódicas.

110 Cf.: **A instalação da câmara setorial abre caminho para a recuperação do setor sucroenergético.** Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/2018/03/instalacao-da-camara-setorial-abre-caminho-para-a-recuperacao-do-setor-sucroenergético/>. Acesso em: 17 mar. 2018.

Ora, e os ditos e autodenominados “modernos” usineiros, que já receberam rios de subsídios dos mais diversos programas historicamente, não deveriam já estar preparados para conviver com ela em pleno século XXI? E para o campesinato o que tem sido feito? Quando será instalada a câmara setorial para abrir caminho para debater a agricultura camponesa, a reforma agrária e os assentamentos rurais, nesses tempos de seca? A história nos mostra que o campesinato tem forjado seus próprios meios de convivência com a seca, passando o Estado a largo desse processo, ou, quando presente, com políticas que se traduzem em migalhas e temporárias, como deixaremos claro nos próximos capítulos, ao analisar os assentamentos rurais objetos deste estudo. Acreditamos que esse processo de instalação de uma câmara setorial, a exemplo de muitos outros períodos em Alagoas, é a ponte para que o Estado entre com o velho balão de oxigênio (recursos, créditos, subsídios, perdão de dívidas e tantos outros) para oxigenar e, assim, manter os modernos e coloniais empresários do latifúndio da cana, como os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas.

Seguimos com um dos grupos oligárquicos politicamente mais influente nas relações de poder no território alagoano, nas últimas décadas: o **Grupo Vilela**. Consolidado em torno da Usina Seresta S/A, fundada em 1973, localizada no município de Teotônio Vilela, mas com atuação política bem antes. A página da referida usina, na internet, assim escreve o seu histórico:

Fundada em 12 de abril de 1973, durante a expansão canavieira no Brasil, a Usina Seresta surgiu da união de dois grandes empresários alagoanos: o senador Teotônio Vilela, da Usina Boa Sorte, localizada em Viçosa-AL, e Geraldo Gomes de Barros, da Usina Santa Amália, de União dos Palmares-AL. Desta aliança entre duas famílias, que permanece até hoje, surgiu na cidade de Teotônio Vilela uma das mais destacadas usinas de Alagoas, com um quadro fixo de mais de 700 colaboradores e com capacidade produtiva de 1.450.000 toneladas por safra. Além disso, a Usina Seresta é hoje uma das empresas alagoanas que mais investe em ações socioambientais e em tecnologia, projetando grandes conquistas e excelentes resultados¹¹¹.

111 Cf.: Disponível em: <http://www.usinaseresta.com.br/historico>. Acesso em: 18 mar. 2018.

As raízes do Grupo Vilela foram gestadas, portanto, com o patriarca da família, o senhor Teotônio Brandão Vilela. Apresentando uma longa história na política alagoana, foi deputado estadual (1954 – 1958), vice-governador (1961-1966), senador (1967-1982). Seguindo os trilhos do pai, Teotônio Brandão Vilela Filho, primeiro com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), depois e até hoje pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi eleito senador por três vezes consecutivas, de 1987 até 2006, e governador de Alagoas, de 2007 até 2015, bem como ficou à frente na condição de usineiro administrando os negócios do grupo em Alagoas e fora do estado, como noticiou a reportagem em 18/09/2007:

A multinacional Bunge anunciou ontem a compra da usina Santa Juliana, do grupo alagoano Triunfo, controlada pelo governador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). A unidade adquirida fica localizada na cidade Santa Juliana, no Triângulo Mineiro. O valor do negócio não foi divulgado¹¹².

O ano de 2007, quando da referida venda da usina, era o primeiro ano como governador eleito, depois de uma eleição acirrada contra o também usineiro e político João Lyra. Vilela Filho, em sua declaração de bens, registrada no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2006, que praticamente não difere do valor declarado em 2010, quando concorreu à reeleição, declarou um montante de R\$ 14.489.175,69¹¹³. Há uma diversidade de bens declarados em meio a uma gama de atividades, como ações da Empresa Sococo S/A, automóveis, residências, mas o estrutural vem dos bens relacionados a Ações da Usina Seresta, no valor de R\$ 10.925.351,00, ou seja, representando 75,40% do total declarado. Se acrescentarmos a esse percentual outros bens constantes na referida declaração, como: dois sítios, um no valor de R\$ 100.000,00 e outro no valor de R\$ 44.414,25; quatro faixas de terra,

112 Cf.: **Bunge compra usina de álcool em Minas Gerais**. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1635167-9356,00-BUNGE+COMPRA+USINA+DE+ALCOOL+EM+MINAS+GERAIS.html. Acesso em: 18 mar. 2018.

113 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/AL/10265/bens>. Acesso em: 18 mar. 2018.

juntas equivalentes a R\$ 175.000,00; propriedade em Junqueiro por R\$ 312.287,75, esse valor aumentará substancialmente, demonstrando a força que tem a propriedade privada capitalista da terra nas relações de poder entre os políticos, em Alagoas.

Atualmente, o neto do patriarca primeiro e sobrinho do segundo, o jovem Pedro Torres Brandão Vilela, também pelo PSDB, está na condição de deputado federal, eleito em 2014 para o mandato 2015-2019. De acordo com o Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na internet¹¹⁴, o total de bens declarados pelo candidato Pedro Vilela foi de R\$ 3.835.617,58. Há uma diversidade de bens declarados, desde aplicação de renda fixa em instituições bancárias, passando por ações em *holdings*, a exemplo de quotas de capital na Sun Investimentos Participações Ltda e na TPV Participações Ltda., e capital investido em fazendas e empresas agropecuárias. Portanto, trata-se de forma bem evidente da fusão entre capital e terra, como cimento do poder. Entre os bens declarados com fonte na atividade agropecuária estão: 50% da fazenda São Pedro I, com uma área de 146,83 hectares, situada em São Sebastião-AL, no valor de R\$ 354.746,10; Agropecuária Indiana Ltda (Conta corrente), R\$ 90.598,61; 50% da fazenda São Francisco, com área 10,68 hectares, situada em Viçosa-AL, R\$ 10.401,42; 588.025 quotas de capital na Agropecuária Indiana Ltda, R\$ 588.025,00; 65.500 quotas de capital na Mata Verde Agropecuária Ltda, R\$ 65.500,00; 50% da fazenda São Pedro I, com uma área de 66,69 hectares, situada em São Sebastião-AL, R\$212.920,90; Mata Verde Agropecuária Ltda (conta corrente), R\$ 268.680,00; 5.000 quotas de capital de BVGB Central Energética Ltda, R\$ 5.000,00, totalizando 1.595.872,03, ou seja, 41,60% do declarado.

Na cidade que leva o nome do grupo, o candidato a vice do atual prefeito João Pereira (2017-2020) leva o sobrenome da oligarquia: é o empresário Márcio Vilela, do PSDB. Uma continuidade da administração passada, que também tinha um representante dessas mesmas famílias, Pedro Henrique de Jesus Pereira, prefeito, e Ivaldo de França Vilela, vice, já reeleitos.

114 Cf. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/AL/20000000382/bens>. Acesso em: 18 mar. 2018.

O **grupo Vilela** está entre as cercas de 17 Usinas no Estado que segue produzindo na safra 2017/2018, como já foi citado além da capacidade máxima de processar 1.450.000 toneladas de cana-de-açúcar e gerar 53MW de energia elétrica a partir da biomassa, a destilaria tem capacidade de produzir 170.000m³ de Etanol Anidro e Hidratado, informações do site da própria usina. Entretanto, destaca-se que, mesmo continuando a produção nessa safra, o grupo integra aqueles usineiros que, no final de 2017, solicitaram a recuperação judicial junto à Justiça, buscando prazo de carência para renegociar e pagar suas dívidas.

Vale abrir um parêntese nessa análise para sublinharmos que, na página desses grupos, na internet, não apenas na do Grupo Vilela, explicita-se em algumas informações, como de praxe, a exemplo de projetos sociais desenvolvidos por eles, uma espécie de preocupação ambiental, mas no tocante à questão da área plantada não existe uma palavra escrita. Qual o motivo desse esquecimento? Obviamente, trata-se de uma ação intencional, pois esse dado revelaria a quantidade de terras concentradas nas mãos dessas famílias oligárquicas, por isso, esse é um segredo guardado a sete chaves, cabendo-nos um esforço maior nas pesquisas para alcançarmos esses dados. Nesse sentido, segundo Lima (2011), a Usina Seresta ocupa praticamente todas as terras do município de Teotônio Vilela em uma área de 12 mil hectares de canavial. Seguindo com o principal nome do grupo, o ex-governador Teotônio Vilela Filho que, mesmo não ocupando cargo político oficialmente, desde que deixou o cargo de governador do estado, continua a influenciar os rumos de Alagoas. Recentemente, passou o bastão da presidência da executiva estadual do PSDB de Alagoas, para Rui Palmeira, prefeito da capital Maceió e aliado político, bem como, estando fora da disputa pessoalmente, por decisão própria, já está arquitetando os nomes dos aliados para as disputas eleitorais que serão travadas neste ano de 2018, sendo uma delas o enfrentamento ao grupo Calheiros.

Pela primeira vez, desde quando anunciou que não iria disputar as eleições deste ano, o ex-governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) falou sobre o pleito eleitoral e anunciou que o

partido pretende lançar o deputado estadual Rodrigo Cunha como candidato ao Senado. A informação foi dada durante entrevista à TV Mar, canal a cabo de Maceió. Téo Vilela afirmou que não abandonou a política e que vai atuar, ao lado do presidente estadual da legenda e prefeito de Maceió, Rui Palmeira (PSDB), para formatar uma chapa que tenha reais condições de vencer as eleições, incluindo o desafio de tentar barrar a reeleição do governador Renan Filho (MDB)¹¹⁵.

Ainda com relação ao Grupo Vilela, registre-se que mais uma vez Alagoas estampou as manchetes nacionais, justamente envolvendo a figura de Vilela Filho, mas não devido à sua influência política. A ampla cobertura foi dada à investigação de supostas fraudes na obra do Canal do Sertão, conforme registrado, entre outras, na reportagem do Jornal Estadão, de 30/11/2017:

O Ministério Público Federal chegou a requerer o decreto de prisão preventiva do ex-governador de Alagoas Teotônio Vilela Filho (PSDB). O pedido foi feito pela procuradora da República Renata Ribeiro Baptista, do Ministério Público Federal de Alagoas. Mas a 2ª Vara da Justiça Federal negou. A casa de Teotônio foi alvo de buscas da Polícia Federal nesta quinta-feira, 30. Ele deve depor na sexta, 1, à Operação Caribdis, que investiga suposta fraude em licitação de R\$ 33 milhões para obras do Canal do Sertão alagoano, entre 2009 e 2014¹¹⁶.

O **Grupo Calheiros**, formado a partir da família de mesmo nome, é, certamente, o grupo político mais influente e que exerce a maior hegemonia nas relações de poder em Alagoas, nas últimas duas décadas. Teve sua gestação a partir do patriarca Olavo Calheiros Novais, comerciante e político, mas foi com o filho mais velho, José Renan Vasconcelos Calheiros, que a partir dos anos 1970 ocorreu a consolidação e expansão das relações de poder no estado e nacionalmente. Nos meios de comunicação, do local ao nacional, é de praxe se referir à oligarquia Calheiros com um clá:

115 Cf.: **Teotônio Vilela lança Rodrigo Cunha como candidato ao senado**. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/316653/2018/02/21/teotonio-vilela-lanca-rodrigo-cunha-como-candidato-ao-senado>. Acesso em: 18 mar. 2018.

116 Cf.: **Procuradoria pediu prisão de ex-governador tucano**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradora-pediu-prisao-de-ex-governador-tucano/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

Um certo Cônego Calheiros, segundo registros históricos oficiais, integrava a junta governativa de Murici bem antes que ela se tornasse cidade, em 1892. Mas foi somente no século XX, em 1992, que a família Calheiros passou a ser vista como parte da elite econômica e política local. Naquele ano, o já ilustre deputado Renan Calheiros, num intervalo sem mandato, voltaria à terra natal para comandar a campanha vitoriosa do pai, Olavo Calheiros Novais, à prefeitura. Nas últimas duas décadas, o clã Calheiros, num curioso revezamento tio-sobrinho, domina o município distante apenas 50 quilômetros de Maceió¹¹⁷.

De forma rápida, podemos perceber a formação da oligarquia Calheiros, a partir do patriarca: prefeito e vereador de Murici, berço da oligarquia. **Renan Calheiros**, em 1978, foi eleito deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); em 1982, já no PMDB, foi eleito deputado federal, por dois mandatos; elege-se senador pela primeira vez em 1994, reeleito em 2002 e 2011, garantindo o posto até 2019. Durante todo esse período, teve trânsito livre em todos os governos que assumiram a República pós-ditadura militar, chegou a ocupar cargos importantes, como o de líder do governo do presidente Fernando Collor de Mello, o de Ministro da Justiça, no governo FHC, e o de Presidente do Congresso Nacional por quatro vezes, nos governos Lula e Dilma. Foi sob a sua presidência, inclusive com seu voto, que em 2016, ocorreu o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff¹¹⁸. **Olavo Calheiros Filho**, irmão de Renan Calheiros, foi secretário municipal de Administração (1983-1984), secretário estadual de Viação e Obras Públicas (1984-1986), secretário estadual da

117 Cf.: **Sintonia em Família o clã dos Calheiros**. Disponível em: <http://www.blogdobernardino.com.br/2018/02/17/sintonia-em-familia-o-cla-dos-calheiros/>. Acesso em 19 mar. 2018. **Clã Calheiros se reveza no comando de sua terra natal**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cla-calheiros-se-reveza-no-comando-de-sua-terra-natal-20132917>. Acesso em: 19 mar. 2018.

118 Cf.: **Conheça a trajetória política de Renan Calheiros**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/02/01/conheca-a-trajetoria-politica-de-renan-calheiros>. Acesso em: 19 mar. 2018. **Perfil Biográfico**. Disponível em: <http://www.renancalheiros.com.br/perfil-biografico>. Acesso em: 19 mar. 2018. **Temer recebe garantia do impeachment por Renan Calheiros**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/temer-recebe-garantia-do-impeachment-por-renan-calheiros>. Acesso em: 19 mar. 2018. **Renan Calheiros vota pelo impeachment de Dilma Rousseff**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/renan-calheiros-vota-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Agricultura (1987-1988) e secretário estadual de Infraestrutura (1997-1998), em Murici. Exerceu o mandato de deputado federal por quatro vezes: 1991-1995, 1995-1997 (suplente), 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011; atualmente, é deputado estadual de Alagoas, posto que ocupa pela segunda vez consecutiva (2011-2019)¹¹⁹. **Renildo Vasconcelos Calheiros**, mais um irmão de Renan Calheiros, o único que não é do PMDB, mas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), estendeu a influência da família a Pernambuco. Em 1988, elegeu-se vereador em Recife; deputado federal, em 1990. No pleito de 2002, foi eleito pela segunda vez deputado federal por PE, reeleito em 2006, chegando a ser vice-líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, em Brasília, entre 2003 e 2007. Com Renildo, Olavo e Renan, a oligarquia Calheiros chegou a ter representantes simultaneamente no Congresso Nacional. Em 2008, é eleito prefeito de Olinda-PE, sendo reeleito, em 2012¹²⁰. **Remi Vasconcelos Calheiros**, também um irmão de Renan Calheiros, foi prefeito de Murici (1997/2000; 2001/2004; 2005/2008); em 2008, foi eleito vice-prefeito, em uma chapa absoluta da oligarquia, já que quem encabeçava era seu sobrinho **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho**, filho de Renan Calheiros, demonstrando todo o poderio Calheiros. Em 2012, já que Renan Filho, em 2010, saíra para se eleger deputado federal, Remi assume a dianteira da chapa novamente, sendo eleito prefeito, com mais uma vez um Calheiros como vice, agora **Olavo Calheiros Novais Neto**, filho de Olavo Calheiros e sobrinho Renan Calheiros. **Renan Filho**, de forma meteórica, é eleito prefeito em 2004, reeleito em 2008, deputado federal em 2011 e governador do estado de Alagoas, em 2015¹²¹. **Olavo Neto**, na última eleição (2016), sai de vice para prefeito de Murici. A manutenção da oligarquia Calheiros vai se processando no tempo-espaço e de forma interescalar, portanto, mantendo a sua territorialização no Brasil a partir de Alagoas, com raízes em Murici, com sobrinhos, primos, netos, a exemplo, além dos já citados, de **Renildo**

119 Cf.: **Parlamentares**. Disponível em: <http://www.al.al.leg.br/processo-legislativo/parlamentares>. Acesso em: 19 mar. 2018.

120 Cf.: **Biografia**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73801&tipo=1. Acesso em: 19 mar. 2018.

121 Cf.: **Biografia**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160623&tipo=1. Acesso em: 19 mar. 2018.

Vasconcelos Calheiros Sobrinho, eleito vereador em Murici, em 2016, bem como em municípios próximos, onde nas eleições daquele ano, foi eleito prefeito carregando o sobrenome Calheiros, no município de Capela, Adelmo Moreira Calheiros; já em Messias, Pedro Nilton Fernandes Calheiros esteve na disputa, sendo derrotado.

Apesar de proprietário de terra, o patriarca primeiro não era usineiro, pelos nossos levantamentos, deixando como herança cerca de 1300 hectares. Entretanto, a quantidade de terras nas mãos do grupo vem aumentando a partir da ascensão de Renan Calheiros e demais Calheiros, como mostra a reportagem da Folha de São Paulo, de 07/02/2005:

Na cidade de Murici, Renan assumiu o controle da fazenda Santa Rosa (conhecida como Tapado), que, numa cidade castigada pela falta de água, tem um açude de um hectare e 625 braças ao redor da sede, com um jardim constantemente irrigado. O campo de futebol da propriedade é iluminado por holofotes. É preciso percorrer 16 quilômetros, ladeados por propriedades do deputado federal Olavo Calheiros Filho (PMDB-AL), para chegar até lá. Em 1996, o patriarca Olavo Calheiros Novaes deixou aos oito filhos a propriedade, comprada originalmente com 712 hectares. Segundo Dimário Cavalcante Calheiros -primo legítimo e irmão adotivo de Renan-, seu legado foi de 1.300 hectares. Dimário administrava a fazenda até o ano passado, quando, por motivos políticos, rompeu com Renan. Ainda no nome do pai, a propriedade está com 2.060 hectares. À frente da Prefeitura de Murici há oito anos, desde a morte do “major Olavo”, os Calheiros têm engordado sensivelmente seu domínio rural. Só nos limites de Murici, Olavinho - como é conhecido - e sua mulher, Ana Weruska, detêm dez propriedades. Antiga usina de açúcar, a Boa Vista foi avaliada, como garantia de financiamento, por R\$ 4.094.390,00¹²².

Castilho (2012, p. 76) escreveu, ironicamente, sobre o que denominou de “[...] estilo exibicionista de nossos políticos”, que têm, não nos bens urbanos – carros luxuosos, empresas, dinheiro no bolso -, mas na

122 Cf.: “Clã dos Calheiros” prospera com entrada na vida política. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67069.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2018.

longa lista de bens rurais, a forma mais expressiva desse estilo: “fazendas numerosas, muitas delas luxuosas – e extensas. Ostentação. Multiplicação das atividades rurais – e do domínio territorial. Gado, muito gado – de todos os tipos –, nem sempre presentes nas declarações”. (Idem).

Entre os políticos citados pelo autor, no item do seu livro intitulado “Exemplos de prosperidade”, está o patriarca atual do grupo Calheiros. Segundo ele, Renan Calheiros, em 2002, tinha um tímido patrimônio declarado: dois carros, um apartamento e duas casas, não era proprietário rural. Já em 2010, segundo o autor, o senador se tornará empresário: “[...] ele registrou por R\$ 702,5 mil a posse da Sociedade Agropecuária Alagoas Ltda. O mesmo valor em nome da mulher [...] entrava para o seleto grupo dos políticos com mais de R\$ 1 milhão de reais em bens rurais”. Realmente, na declaração de bens do senador Renan Calheiros, naquele ano, constante no Portal do TSE, estão registrados esses bens e foi declarado um total de R\$ 2.182.870,98¹²³. Com relação ao ano de 2007, Castilho (2012) continua sua análise, trazendo a relevo o contexto de denúncias enfrentadas pelos principais nomes do grupo, o senador Renan Calheiros e seu irmão Olavo Calheiros¹²⁴, envolvendo as terras da fazenda Boa Vista e a criação de gado do grupo¹²⁵, motivos pelos quais ocorreu a ocupação das terras do grupo pelos movimentos sociais do campo de Alagoas.

Quando os sem-terra ocuparam a fazenda Boa Vista, a Comissão Pastoral da Terra informou que a terra dos Calheiros fora fruto de grilagem - com o apoio de cartórios da região. A ocupação foi organizada por três movimentos sociais: O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) e o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) (Ibidem, p. 79).

123 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2010/14417/AL/20000000276/bens>. Acesso em: 19 mar. 2018.

124 Mais uma vez Alagoas estampava os noticiários. Cf.: **Renan renuncia a presidência do senado para evitar a perda do mandato**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL203841-5601,00-RENAN+RENUNCIA+A+PRESIDENCIA+DO+SENADO+PARA+EVITAR+PERDER+MANDATO.html>. Acesso em: 19 mar. 2018.

125 Cf.: **MST ocupa fazenda de Renan Calheiros**. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/mst-ocupa-fazenda-de-renan-calheiros-1.281524>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Sobre esse processo, está registrado no Documento Conflitos no Campo – Brasil (2007), da Comissão Pastoral da Terra, através da moção de apoio aos movimentos sociais do campo em Alagoas:

O protesto unificado dos movimentos sociais rurais de Alagoas (CPT, MST, MLST e MTL) foi muito importante, pois resultou em uma investigação judicial do cartório suspeito de ter falsificado documentos de posse de terras para beneficiar grandes fazendeiros, inclusive a família Calheiros. Porém, as oligarquias alagoanas reagiram. Trabalhadores presentes na ocupação identificaram a presença de pistoleiros no local. [...]. A Assembleia denuncia a repressão a estes movimentos e seu temor de que haja uma reação violenta por parte dos latifundiários denunciados no protesto, inclusive com a utilização da pistolagem. Após a intervenção no cartório, há fortes indícios na região de planos de assassinato de lideranças dos movimentos sociais rurais. Exigimos, portanto, que todas as ameaças e formas de repressão sejam investigadas e que o poder público garanta os direitos democráticos de manifestação das organizações sociais (CPT, 2007, p. 223).

Na declaração de bens do irmão de Renan Calheiros, Olavo Calheiros, constante no Portal do TSE nas eleições de 2006, foi declarado um total de R\$ 3.955.906,03. Entre os bens informados constam quatro propriedades rurais: fazenda Boa Vista, com 500 hectares e um valor de R\$ 205.203,92; fazenda Capoeira, com 350 hectares e valor de R\$ 30.000,00; uma em Murici sem denominação, com 21 hectares com valor de R\$ 28.000,00 e a fazenda Bananeira, sem informação de área, mas com valor de R\$ 300.000,00¹²⁶. Com relação à fazenda Boa Vista, a informação declarada diverge, segundo Castilho (2012), da apresentada pelo Jornal Folha de São Paulo – citada neste texto –, na qual o imóvel possuía 1.300 hectares. O que se percebe é o aumento da quantidade de terras do grupo. Em 2014, Olavo Calheiros, segundo está registrado no Portal do TSE, declara um valor bem menor em bens: R\$ 992.083,53. Nessa declaração não estão mais presentes as fazendas supracitadas.

126 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/AL/20000000245/bens>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Além do aumento de suas terras, uma outra atividade do grupo é a radiodifusão. Na declaração de bens junto ao TSE do atual governador Renan Filho, em 2004, quando ainda não ocupava esse cargo, não houve nenhum bem declarado. Em 2008 está registrado um montante de R\$ 346.711,68, sendo R\$ 40.000,00 de cotas na Empresa Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda; Em 2010, o valor declarado sobe para R\$ 633.192,40, contando, além do Sistema Costa Dourada, com cotas da Empresa Sistema Alagoano de Radiodifusão Ltda, no valor R\$ 25.000,00. O valor em bens declarados em 2014 foi de R\$ 784.424,56, ao qual, juntamente às duas cotas de radiodifusão acima, acrescentou-se a participação no capital social da Empresa Rádio Manguaba do Pilar S/C Ltda¹²⁷.

A criação de gado é uma outra atividade desenvolvida pelo grupo. Essa atividade fica explícita na declaração de bens registrada no TSE por Olavo Neto, em 2016. Nela, o jovem político, declarou um valor de R\$ 1.952.840,00¹²⁸, sendo R\$ 1.839.500,00 em quotas de capital da Empresa Santo Aleixo. Conforme trecho da reportagem, trata-se de uma empresa agropecuária: “Aos 29 anos, Olavinho, que já é vice-prefeito de Murici, declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio de R\$ 1,9 milhão, originário da empresa e agropecuária Santo Aleixo, localizada na zona rural de Murici, onde os Calheiros são hoje fazendeiros”¹²⁹. “A AGROPECUÁRIA SANTO ALEIXO LTDA é uma Sociedade Empresarial Limitada de Murici – AL, fundada em 24/09/2008. Sua atividade principal é criação de bovinos para corte”¹³⁰. Assim como é a Sociedade Agropecuária Alagoas Ltda, declarada por Renan Calheiros, citado linhas atrás: “A AGROPECUÁRIA ALAGOAS LTDA - EPP é um(a) Sociedade Empresarial Limitada de Murici - AL fundada em 22/01/2008.

127 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/AL/20000000202/bens>. Acesso em: 19 mar. 2019.

128 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/28096/20000003093/bens>. Acesso em: 19 mar. 2018.

129 Cf.: **Clá Calheiros se reveza no comando de sua terra natal**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/09/cla-calheiros-se-reveza-no-comando-de-sua-terra-natal.html>. Acesso em: 19 mar. 2018.

130 Cf.: Disponível em: <http://www.econodata.com.br/lista-empresas/ALAGOAS/MURICI/A/10370482000125-AGROPECUARIA-SANTO-ALEIXO-LTDA>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Sua atividade principal é criação de bovinos para corte”¹³¹. Em 2007, em face das acusações sofridas pelo senador Renan Calheiros, segundo Castilho (2012, p. 80): “de fato, a venda de gado foi o argumento utilizado para comprovar a origem dos recursos para a pensão da filha. Ele apresentou 64 recibos relativos à venda de 1,7 mil cabeças de gado [...] R\$ 1,9 milhão”. Registra ainda esse autor que Alagoas era classificada como área de risco para febre aftosa, o que, em tese, baixaria a produção de rebanho bovino, por isso, cita que “até o presidente da União Democrática Ruralista (UDR) [...] ironizou o desempenho de Calheiros: “Ele é um mágico. Por que será que o boi de Renan é diferente? No Brasil, hoje, há prejuízo na pecuária de corte, acrescentou”” (Ibidem, 2012).

Grupo Mello, junto com os Calheiros, tem sido outra oligarquia de grande influência, nas relações sociais de poder não apenas em Alagoas, mas também nacionalmente. O grupo possui suas raízes escravocratas, o patriarca Arnon Afonso de Farias Mello, nascido em Rio Largo, município no entorno de Maceió, era filho de senhor de engenho. Não obstante, Arnon Mello tomou rumo diferente, devido as dificuldades no comércio do açúcar, não fazendo a transição senhor de engenho a usineiro, como foi o roteiro de algumas famílias oligárquicas já descritas ao longo desse texto.

Importante figura do cenário político alagoano no período de 1950 a 1983, Arnon Afonso de Farias Melo (1911-1983), mais conhecido como Arnon de Mello, iniciou suas atividades como *office boy* de um armazém de açúcar no bairro do Jaraguá, em Maceió, quando ainda tinha 14 anos de idade. Filho do senhor de engenho Manuel Afonso de Mello, cujos negócios decaíam diante da crise açucareira da década de 20, logo direcionou seu campo de trabalho para a comunicação. Convidado pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira, dono do extinto *Jornal de Alagoas*, começou a trabalhar como agenciador de assinaturas e depois também, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Iniciou sua carreira jornalística ainda no *Jornal de Alagoas*, como revisor, e prosseguiu como correspondente do jornal *Gazeta de Alagoas*, quando se mudou para o Rio de Ja-

131 Cf.: Disponível em: <http://www.econodata.com.br/lista-empresas/ALAGOAS/MURICI/A/09355788000123-AGROPECUARIA-ALAGOAS-LTDA-EPP>. Acesso em: 19 mar. 2018.

neiro na década de 30, período em que o jornalista Luiz Magalhães havia fundado o referido jornal, em Maceió. No Rio, também passou pelas redações dos jornais *Vanguarda*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *O Jornal*¹³².

Arnon Mello foi deputado federal (1950-1951), governador do estado de Alagoas (1951-1956) e senador da República por três mandatos consecutivos (1963-1983)¹³³. A partir dos anos 1950, após assumir o governo de Alagoas, ele inicia a construção da Organização Arnon de Mello (OAM) passando a ser dono da Gazeta de Alagoas, hoje, de acordo com o próprio Portal da Organização, na internet, “O maior complexo de comunicação do Norte-Nordeste”, conforme consta na página principal:

Um dos maiores e mais sólidos grupos empresariais de comunicação do Brasil tem uma trajetória que pode ser traduzida pela própria história da imprensa no país. Fundada pelo senador Arnon de Mello, a Organização Arnon de Mello (OAM) reúne em seu complexo a Gazeta de Alagoas, o mais antigo veículo da empresa, fundada em 1934, a Rádio Gazeta (1960), TV Gazeta de Alagoas (1975), Gazeta FM (1978), Gazeta FM Arapiraca (1984), Gape e Gazetaweb.com (1995), Instituto Arnon de Mello (1996), Rádio Gazeta Pão de Açúcar (1997), G1/Alagoas e GE/Alagoas (2012) e TV Mar (2013)¹³⁴.

A passagem acima dá a dimensão do monopólio midiático que o grupo construiu, bem como explicita o estreito laço com a grande mídia burguesa nacional, as Organizações Globo. A passagem a seguir nos fornece, em boa medida, a atuação do Grupo Mello, por meio da OAM:

Em poder desse instrumento, além de se autopromover, atacava desmedidamente seus adversários políticos. É mister destacar o incondicional apoio do governador ao golpe de 64

132 Cf. **Hereditariedade política e econômica**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/hereditariedade-politica-e-economica/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

133 Cf.: Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1479>. Acesso em: 19 mar. 2018.

134 Cf.: Disponível em: <http://www.oam.com.br/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

expresso nas linhas do seu noticiário. Tal disposição em defesa do golpe poupou-o da típica repressão e censura imposta à imprensa da época. Carlos Mendonça, funcionário da *Gazeta* desde 1956 e atual presidente do Conselho Estratégico da Organização Arnon de Mello, chegou a afirmar que “(...) a revolução [o golpe] precisava dos organismos de imprensa corretos. E a *Gazeta* dava aquilo que eles rigorosamente mandavam”. E completa: ‘Esse problema, daquele período, não abalou em nada a *Gazeta de Alagoas*’ (ZAIDAN: 2010, p. 113). Em pronunciamento no Senado Federal, no dia 7 de novembro de 1969, Arnon expressou seu incondicional apoio ao golpe, quando faz uma homenagem póstuma ao presidente da República Costa e Silva – segundo presidente do regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Em outro discurso, proferido no dia 1º de abril de 1970, Mello elogia os “governos revolucionários [golpistas] e, em especial, ao fato de ter a revolução [o golpe] colocado fim ao caos em que se encontrava o país durante o governo do presidente João Goulart” – esse, deposto devido à sua linha política de orientação reformista, marcada especialmente pelas medidas que ficaram conhecidas como reformas de base e que propunham maior intervenção do Estado na economia¹³⁵.

Fernando Affonso Collor de Mello, um dos filhos do patriarca, conforme está na própria biografia na sua página na internet, logo assume e dá continuidade aos negócios do pai, tornando-se “[...] diretor da *Gazeta de Alagoas* e superintendente da Organização Arnon de Mello, grupo que congrega as empresas de comunicação da família”¹³⁶. Abrindo um parêntese, além da figura do pai, outro que influenciou Fernando Collor, de acordo com a referida biografia, foi o avô materno, Lindolfo Collor, que exerceu vários mandatos políticos e foi ministro do trabalho no governo Getúlio Vargas. Ainda jovem, em plena ditadura militar, foi indicado para o cargo de prefeito de Maceió, pelo então governador Guilherme Palmeira, em 1979, aos 29 anos de idade. Em 1982, foi eleito deputado federal, e em 1986, elegeu-se governador de Alagoas. Em 1989, elegeu-se presidente da república, em uma eleição com fortes

135 Cf. *Ibidem*, nota 141.

136 Cf. Disponível em: <http://www.fernandocollor.com.br/biografia/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

manobras da rede Globo, permeada por denúncias, antes, já na eleição, e durante o governo, inclusive, sendo o seu irmão Pedro Affonso Collor de Mello, que dividia a administração da OAM, o epicentro das acusações contra o governo Fernando Collor¹³⁷. No final de 1992, renuncia, o que não impediu o processo de *impeachment* e a suspensão de seus direitos políticos por oito anos.

Em 2006, Fernando Collor elegeu-se senador por Alagoas pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), reelegendo-se em 2014 já no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Aliado do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, em 2009, tornou-se o presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, uma das mais importantes na casa, mesmo assim votou a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Na primeira campanha ao senado, conforme a declaração de bens junto ao TSE, declarou R\$ 4.806.389,43; oito anos depois, na reeleição, o valor total dos bens declarados foi de R\$ 20.308.319,48. Há uma infinidade de atividades, principalmente na segunda declaração. Nesta, são 104 descrições diferentes de bens e valores, desde imóveis (terrenos urbanos), cotas de capitais em empresas da OAM, prédios residenciais, até ações da Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras). Destacam-se os empréstimos efetuados e a cota de capital na Água Branca (CNPJ 08.048.216/0001-39), esse último bem totalizando R\$ 5.557.913,50, ou seja, 27,4% do patrimônio. Ainda constam veículos luxuosos (Mercedes E320, Land Rover, Citroen C6, Hyundai Vera Cruz, Hilux, Ferrari Scaglietti, Kia Mod G Carnival Ex3.8, Bww 760IA, Land Cruiser), que totalizam R\$ 2.828.530,75 ou 13,4%. Juntos esses dois valores de bens somam 40,8% ou R\$ 8.386.444,25 do total declarado.

A partir desses dados, dois pontos gostaríamos de enfatizar: primeiro, mais uma vez Alagoas está envolta, estampada, em reportagens nacionais, tendo como centro suas figuras políticas, nesse caso, o senador Fernando Collor. Por exemplo, dentro do estado de Alagoas, sobre o tema política, o Diário de Arapiraca, em 19/07/2015, defende o senador:

137 Para conhecer as principais denúncias, ler o livro de autoria do próprio Pedro Affonso Collor de Mello, intitulado "Passando a Limpo: a história de uma farsante". Cf.: Mello (1993).

A propósito da notícia veiculada na edição de hoje do Jornal Nacional, é importante esclarecer que a Água Branca é uma empresa de participações e investimentos, sendo próprio de sociedades dessa natureza a propriedade de bens e ativos diversos. A empresa é devidamente registrada na Junta Comercial tendo como sócio principal Fernando Collor de Mello, participação também informada à Receita Federal na declaração anual de rendimentos do senador¹³⁸.

A referida passagem se remete às operações da propalada operação Lava-Jato, ainda em andamento no caso Collor de Mello¹³⁹ e em outros, que, segundo a revista burguesa Época, coloca a empresa do grupo no centro das investigações, conforme trecho a seguir.

As principais operações financeiras feitas pelo senador **Fernando Collor** (PTB-AL) tratam da empresa Água Branca Participações, usada pelo ex-presidente para comprar carros luxuosos: “A empresa não tem empregados. Também não tem existência física. Conforme informação policial de campo, no endereço cadastrado como sede da Água Branca funcionam outras empresas. Trata-se, provavelmente, portanto, de ‘pessoa jurídica de fachada’, usada especificamente para lavagem de dinheiro”, afirma o relatório da Procuradoria Geral da República. A investigação foi além e descobriu que a Água Branca, apesar de não existir, recebera R\$ 930 mil apenas em 2013, de uma empresa fantasma, a Phisical Comércio, abastecida pelo operador de propinas **Alberto Youssef**. Fechava-se o caminho do dinheiro (Grifos do autor da reportagem)¹⁴⁰.

O segundo, e esse é o que reside de mais importante para a nossa linha de interpretação, o Grupo Mello, pelos menos com relação a Fernando Collor, não apresenta nenhum bem relacionado à atividade usineira e/ou agropecuária, portanto, até onde chegou nossa pesquisa,

138 Cf.: **Água Branca é empresa legal de Collor de Mello**. Disponível em: <http://diarioarapiraca.com.br/post/bernardino-souto/agua-branca-e-empresa-legal-de-collor/10/1666>. Acesso em: 20 mar. 2019.

139 Cf.: **Réu na lava jato, Fernando Collor anuncia pré-candidatura à Presidência da República**. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/reu-na-lava-jato-fernando-collor-anuncia-pre-candidatura-a-presidencia-da-republica/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

140 Cf. **De onde saíram os carros de Fernando Collor**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/07/de-onde-sairam-os-carros-de-fernando-collor.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

trata-se de um grupo político que mede forças nas relações de poder em Alagoas, mas que foge à regra da aliança terra e capital. Por fim, ressalta-se que a primeira suplente do senador Fernando Collor, é **Renilde Silva Bulhões Barros**, a ex-prefeita que por dois mandatos (2004 e 2008) administrou uma das cidades mais importantes do Sertão alagoano, Santana do Ipanema. Atualmente, é a primeira dama do município, pois seu esposo, **Isnaldo Bulhões Barros** (PMDB), é o atual prefeito. Isnaldo Bulhões já havia sido vice (1977-1982) e prefeito (1983-1988) da referida cidade¹⁴¹, além de deputado estadual por Alagoas, também foi presidente do Tribunal de Contas de Alagoas (TCE). Ele é irmão do **Geraldo Bulhões**, que foi deputado federal por cinco mandatos (1971-1991) e governador de Alagoas (1991-1995)¹⁴². O jovem, **Isnaldo Bulhões Barros Junior**¹⁴³, filho do casal, é deputado estadual no seu segundo mandato consecutivo (2011-2018). A sua irmã **Christiane Bulhões Barros Melo Silva**, que já foi candidata a deputada estadual, é a atual vice-prefeita ao lado do pai. A família Bulhões vem travando algumas batalhas judiciais ao longo dos últimos anos segundo divulgado na imprensa¹⁴⁴. Por exemplo, contra a chapa eleita em 2016, Isnaldo Bulhões e Christiane Bulhões, tramita um processo, conforme a reportagem da TV Gazeta de Alagoas, do dia 02/02/2018, intitulada: “Justiça cassa mandatos de prefeito e vice de Santana do Ipanema, Alagoas”, que diz:

O juiz eleitoral Fausto Magno David Alves, da 19ª Zona Eleitoral, cassou os mandatos e tornou inelegíveis o prefeito de Santana do Ipanema, Isnaldo Bulhões (PMDB), e sua vice,

141 Cf.: **Isnaldo Bulhões confirma candidatura a prefeito Santana do Ipanema**. Disponível em: <http://diariopiraca.com.br/post/bernardino-souto/isnaldo-bulhoes-confirma-candidatura-a-prefeito-santana-do-ipanema/10/8129>. Acesso em: 20 mar. 2018. **Ex-prefeita, primeira dama e suplente de senador chega aos setenta anos de idade**. Disponível em: <http://giro102.com.br/artigo/ex-prefeita-de-santana-do-ipanema-completa-idade-nova-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 20 mar. 2018.

142 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/AL/20000000200/eleicoes>. Acesso em: 20 mar. 2018.

143 Cf.: Disponível em: <http://www.al.al.leg.br/processo-legislativo/parlamentares>. Acesso em: 20 mar. 2018

144 Cf.: **Processo da ex-prefeita volta a comarca de Santana do Ipanema**. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/458388/processo-de-ex-prefeita-volta-a-comarca-de-santana-do-ipanema/>. Acesso em: 20 mar. 2018. **Pedido do MP: STJ mantém a condenação de ex-prefeita de Santana do Ipanema**. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1075483/pedido-mp-tj-mantem-condenacao-de-ex-prefeita-de-santana-ipanema/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Christiane Silva Bulhões Barros (PMDB). Eles foram acusados de campanha eleitoral irregular e abuso de poder econômico. A decisão foi divulgada nesta sexta-feira (2), no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, mas foi proferida no dia 31 de janeiro. Ainda cabe recurso, portanto, a sentença só será cumprida depois que se encerrarem todas as possibilidades¹⁴⁵.

Nesse bojo, o que fica evidente é que os Bulhões representam uma das oligarquias mais influentes historicamente não apenas no Sertão, mas no estado de Alagoas. Seus representantes estão no Judiciário, no Legislativo e no Executivo. Demonstra também, o que é importante para nosso estudo, a ligação entre os grupos oligárquicos do litoral e do Sertão, sob a hegemonia dos primeiros, atualmente.

No segundo semestre de 2016, perto das eleições municipais daquele ano, a Folha de São Paulo mais uma vez colocava Alagoas no centro do debate, com a seguinte reportagem: “*Em Alagoas, clãs da política tentam renovação para se manterem nas prefeituras*”. **O Grupo Beltrão**, que será analisado a partir deste momento, tanto abria o texto jornalístico, como a foto da capa era do deputado federal **Marx Beltrão Lima Siqueira**. Na oportunidade, a reportagem antecipava ao que se concretizaria, ou seja, Marx Beltrão assumiria o Ministério do Turismo no governo golpista.

Cotado para assumir o ministério do Turismo no governo de Michel Temer, o deputado Marx Beltrão (PMDB) tem percorrido todo o Estado de Alagoas em busca votos para candidatos aliados na disputa por prefeituras. Mas em cinco cidades, uma possível vitória terá sabor especial: Jequiá da Praia, Coruripe, Feliz Deserto, Penedo e Piaçabuçu, onde disputam a prefeitura, respectivamente, irmã, tio, tia e dois primos. A influência no litoral sul de Alagoas é tão grande que a família cruzou o rio São Francisco e elegeu o prefeito de Ilha das Flores, em Sergipe¹⁴⁶.

145 Cf.: Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/justica-cassa-mandatos-de-prefeito-e-vice-de-santana-do-ipanema-alagoas.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2018.

146 Cf.: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1817154-em-alagoas-clas-da-politica-tentam-renovacao-para-se-mantrem-nas-prefeituras.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2018.

O fragmento dá uma dimensão do poder que tem a oligarquia Beltrão nos ditames dos rumos da sociedade alagoana, a partir da territorialização em vários municípios, bem como exercendo cargos no alto escalão em nível ministerial. O berço da oligarquia é o litoral sul de Alagoas, mais precisamente a cidade de Coruripe. O patriarca **João Beltrão Siqueira**, pai do deputado federal e atual ministro do turismo, Marx Beltrão, é quem comanda o grupo. João Beltrão elegeu-se por seis vezes deputado estadual (1995-2019), cargo que ocupa atualmente, mas do qual, por motivos de saúde, está afastado. Antes já havia sido prefeito daquela cidade. Dando continuidade à oligarquia, seu irmão, **Joaquim Beltrão Siqueira (PMDB)**, assume a prefeitura por dois mandatos (1997/2000; 2001/2004), depois elegeu-se deputado federal por dois mandatos seguidos (2007-2014), sendo que, no meio do segundo mandato é eleito prefeito de Coruripe por mais dois mandatos (2013-atual), tendo como vice sua esposa, Dalva Edith Reis Beltrão Siqueira. Era chegada a hora do atual ministro **Marx Beltrão (PMDB)**, que em 2004 a oligarquia o elege prefeito de Coruripe, reelegendo-o em 2008. Em 2014, elegeu-se deputado federal por Alagoas e no final de 2016 é conduzido pelo governo golpista de Michel Temer ao cargo de ministro do turismo. Durante o processo golpista contra Dilma Rousseff no Congresso Nacional, o deputado Marx Beltrão deixava o Ministério e retornava ao mandato de deputado, em um vai e vem constante, de acordo com as votações e os interesses do governo Temer. Votou a favor do recebimento da denúncia contra Dilma Rousseff e a favor do *impeachment*, ainda sem assumir o cargo de ministro, bem como votou, em 02/08/2017 e em 25/10/2017, respectivamente a favor da rejeição da primeira e da segunda denúncia contra o Presidente Michel Temer¹⁴⁷. Em sua biografia, no Portal da Câmara dos Deputados Federais, fica explícita a movimentação (vai e vem) do parlamentar:

147 Cf.: **Veja como votaram os deputados, por estado, em relação à denúncia contra Temer**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-como-votaram-os-deputados-por-estado-em-relacao-a-denuncia-contra-temer.ghtml>. Acesso em: 22 março 2018. **Veja como cada deputado votou na segunda denúncia contra Michel Temer**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/5169944/veja-como-cada-deputado-votou-segunda-denuncia-contra-temer>. Acesso em: 22 mar. 2018.

Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Turismo, a partir de 05 de outubro de 2016. Reassumiu em 10 de outubro de 2016. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Turismo, a partir de 11 de outubro de 2016. Reassumiu em 02 de agosto de 2017. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Turismo, a partir de 03 de agosto de 2017. Reassumiu em 20 de outubro de 2017. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Turismo, a partir de 26 de outubro de 2017¹⁴⁸.

Um ponto a se destacar é com relação às atividades econômicas do grupo Beltrão. Em Alagoas e também fora do estado, o grupo segue acumulando terras para desenvolver, principalmente, a atividade pecuária, além de plantar e fornecer cana-de-açúcar para os usineiros. O fragmento a seguir da reportagem “*João Beltrão invade terras da Usina Guaxuma*”, do Jornal Extra, de 22/01/2016, dá uma mostra do *modus operandi* que compõe a ação dessa oligarquia no processo de territorialização em Alagoas:

Entre as tantas brigas judiciais envolvendo a massa falida da Laginha Agro Industrial S/A, uma delas virou história que parece capítulo de novela: o deputado estadual João Beltrão, pai do ministro do Turismo, Marx Beltrão, invadiu no dia 5 de maio, de maneira considerada violenta, diz ação judicial, as terras da fazenda Nova, localizada na cidade de Coruripe e pertencente à massa falida. Lá, fincou estacas, passou arame farpado na área e começou a criar bois, sem obedecer à Administração Judicial e os advogados da massa falida daquilo que um dia pertenceu a um antigo aliado dos Beltrão, o arruinado usineiro João Lyra, hoje sob risco de decisão judicial favorável aos filhos para afastá-lo da condução de seus bens. Beltrão tem a receber em dívidas da Laginha. O filho, antes de ser ministro, atuou em nome do pai ao se unir ao governador Renan Filho (PMDB) para a reabertura da Usina Guaxuma, que inte-

148 Cf.: **Biografia MARX BELTRÃO - PMDB/AL**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=178843. Acesso em: 21 mar. 2018.

gra a massa falida - tudo com um discurso era caído em tom social. Só que o método “João Beltrão” - temido no litoral sul e propagado por ele mesmo nos palanques eleitorais - voltou a ser aplicado¹⁴⁹.

Tomemos por base a declaração de bens junto ao TSE, inicialmente, do patriarca e líder do grupo **João Beltrão**. Em 2006, ele declarou o valor total de R\$ 384.981,28, sendo os bens apenas consórcios e dinheiro em espécie, ou seja, não havia imóveis rurais nessa declaração. Em 2010, R\$ 264.068,14 e, em 2014, R\$ 247.424,08, na mesma linha daquele ano¹⁵⁰. Não obstante, o *Jornal Extra*, em 04/02/2015, traz uma reportagem que aponta as terras pertencentes a João Beltrão, no estado do Tocantins:

O deputado estadual João Beltrão (PRTB) será empossado no próximo domingo com três acusações de assassinato e um problema milionário: é que a Justiça Federal marcou para os dias 19 de junho e 3 de julho o leilão de um lote de terras, na cidade de Taguatinga (Tocantins), pertencente à mulher do deputado, para pagar uma dívida com a União de R\$ 1,7 milhão (exatos R\$ 1.707.458,77). A ordem foi dada no dia 20, pelo juiz federal substituto da 3ª Vara, Frederico Wildson da Silva Dantas. A fazenda que vai a leilão é a Pindobas. A área dela equivale a 271 campos de futebol. É avaliada em pouco mais de R\$ 1 milhão e quem arrematar o bem ficará com as benfeitorias¹⁵¹.

Em 10/04/16, o mesmo jornal traz uma reportagem sobre o assassinato do agricultor Paulo José Gonzaga dos Santos, ocorrido no Maranhão, envolvendo a suposta venda de uma propriedade rural ao deputado João Beltrão, conforme esse trecho: “O crime cometido por Paulo, que culminou em sua morte, foi vender a fazenda Bons Amigos ao deputado João Beltrão, receber apenas uma parte da dívida e confiar

149 Cf.: Disponível em: <https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2016/881/24940/joao-beltrao-invade-terras-da-usina-guaxuma>. Acesso em: 22 mar. 2018.

150 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/candidato/2014/680/AL/20000000063/bens>. Acesso em: 20 mar. 2018.

151 Cf.: **Com dívida milionária, João Beltrão perde fazenda no estado de Tocantins**. Disponível em: <https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2015/807/16354/com-divida-milionaria-joo-beltro-perde-fazenda-no-estado-do-tocantins>. Acesso em: 21 mar. 2018.

em sua palavra de que pagaria o restante. Ao ser cobrado, Beltrão mandou executar seu desafeto¹⁵².

Já **Joaquim Beltrão**, em cuja biografia no Portal da Câmara de Deputados registram-se as profissões de agricultor e engenheiro eletricitista, em 2006, declarou um valor de R\$ 2.043.473,44, sendo R\$ 1.881.799,4 ou 92,0% do total em treze imóveis rurais (sítios/fazendas/propriedade), em seis municípios alagoanos – Coruripe, Maceió, Jequiá da Praia, Porto Real do Colégio, Feliz Deserto e Igreja Nova, totalizando uma área 513,68 ha. Não obstante, é preciso salientar que, nessa descrição, não foram apresentadas as áreas (ha) de oito desses imóveis rurais, portanto, a quantidade de terras em suas mãos é bem maior. Em 2010, declara R\$ 3.262.486,38, sendo a área dos imóveis rurais: 1.978,92 ha. Mais uma vez, nem todos tinham na descrição a quantidade de hectares. O valor das terras foi de 2.398.410,26 ou 73,5% do total geral declarado. O que muda, além dos valores, é a presença de imóveis rurais no estado de Minas Gerais, mesmo que a ampla maioria seja em Alagoas, contabilizando em terras mineiras 172,43 hectares. Em 2016, o montante declarado foi de R\$ 4.406.465,13. Desta vez, em nenhum dos quinze imóveis rurais declarados foi apresentada a área em hectares, apenas o valor que totalizou R\$2.528.410,26 (57,37% do total geral)¹⁵³.

Com relação ao atual ministro **Marx Beltrão**, em 2004 ele declarou ao TSE que sua ocupação era agricultor, mas sem apresentar bens

152 Cf.: **Assassinato no Maranhão completa 16 anos**. Disponível em: <https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2016/866/21816/assassinato-no-maranhao-completa-16-anos>. Acesso em: 22 mar. 2018. Principal liderança do Grupo, o Deputado João Beltrão é acusado de ser o mandante de outros dois assassinatos, sendo estes em Alagoas, segundo as reportagens do Jornal Gazeta de Alagoas, em 17/07/17 e a TV Gazeta, em 21/02/2017. Cf. **“Beltrão é a maior personificação do crime organizado” diz Alfredo Gaspar**. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/10/em-julgamento-mp-diz-que-beltrao-e-a-maior-personificacao-do-crime-organizado_42386.php. **MPE recorre de decisão que inocentou João Beltrão da morte de militar**. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/10/mpe-recorre-de-decisao-que-inocentou-joao-beltrao-da-morte-de-militar_43129.php. Acesso em: 22 mar. 2018. **TJ aceita denúncia e João Beltrão vira réu por homicídio de Dimas Holanda**. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/03/tj-aceita-denuncia-e-joao-beltrao-vira-reu-por-homicidio-de-dimas-holanda.html>. Acesso em: 22 mar. 2018. Sobre o primeiro processo Castilho (2012, p. 2017), diz “Em Alagoas, os próprios deputados estaduais foram acusados de formar um consórcio para matar um cabo da PM, em 1996, numa estrada de Maceió. São eles Antônio Albuquerque (PTdoB), João Beltrão (PMN) e Cicero Ferro (PMN), além do ex-deputado federal Francisco Tenório (PMN).

153 Cf.: Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=141461&tipo=1. Acesso em: 21 mar. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/27456/20000001276/bens>. Acesso em: 20 mar. 2018.

da declaração. Já em 2008, declarou um total de R\$ 1.135.219,52, em um item descrito como: “Área rural Sagrada Família”, sem mencionar a quantidade de hectares, apenas o valor de R\$ 341.698,34 (30,09% do total). Em 2014, na ocupação informa advogado, declarando um total de R\$ 1.114.543,66. Mais uma vez, o que se sobressai nos bens declarados é a referida propriedade: “Propriedade rural denominada Sagrada Família, distrito Ipioca”, não informando a área, apenas o valor de R\$ 412.362,19, ou seja, praticamente, 37% do total¹⁵⁴.

Por fim, é preciso enfatizar, de um lado, que o grupo Beltrão, conforme previa a reportagem mencionada em páginas anteriores, mostrou toda a sua força nas eleições 2016, ao eleger cinco prefeitos na região do litoral sul de Alagoas. Além da reeleição em Coruripe, foi vitorioso com **Március Beltrão**, em Penedo, **Jeannyne Beltrão**, **Rosiana Beltrão** e **Djalma Beltrão**, respectivamente, nos municípios de Jequiá da Praia, Feliz Deserto e Piaçabuçu. Sem falar dos vereadores eleitos nessas cidades, a exemplo de **Roberta Patrícia Costa Beltrão**, que já está no terceiro mandato de vereadora em Coruripe¹⁵⁵. De outro, o grupo trava na justiça uma batalha contra as acusações de desvios de verbas, conforme afirma a reportagem a seguir com relação ao deputado-ministro Marx Beltrão:

A situação do ministro Marx Beltrão, virtual candidato ao Senado Federal, parece não ser nada confortável. Se depender do Ministério Público Federal, ele pode se tornar réu em nove ações que foram ajuizadas na Justiça Federal. É um baita problema para o deputado-ministro. Todas essas ações foram deflagradas pela Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e, claro, Ministério Público Federal. Mas o ministro, pelas suas declarações anteriores, não está nem aí para as investigações. Nega tudo e coloca sob suspeita as investigações da própria PF e MPF se dizendo com-

154 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2004/14431/27456/79>. Acesso em: 22 mar. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/27456/4951/bens>. Acesso em: 22 mar. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/27456/4951>. Acesso em: 20 mar. 2018.

155 Cf.: **Família Beltrão ele cinco prefeitos em Alagoas e manteve um em Sergipe**. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/293463/2016/10/03/familia-beltrao-elege-cinco-prefeitos-em-al-e-manteve-um-em-sergipe>. Acesso em: 20 mar. 2018.

pletamente inocente das acusações de que teria supostamente participado do desvio de mais de R\$ 40 milhões quando era prefeito de Coruripe entre 2011 e 2012. Mas, aqui pra nós, quem foi mesmo que “ajudou” na matéria divulgada pelo Fantástico no último domingo? Marx sabe? Parece que sim. Diz, Marx, diz quem foi¹⁵⁶.

Outro grupo influente em Alagoas é o formado pela família **Tércio Wanderley**, que teve no patriarca de mesmo nome, nas primeiras décadas do século XX, a origem do grupo. Primeiro no ramo industrial em Maceió e, posteriormente, com a atividade usineira em Coruripe. Tércio Wanderley, em 1945, pelo Partido Social Democrático, é eleito deputado estadual constituinte, com a 5ª votação (1.273 votos), único cargo político que assumiu¹⁵⁷. O grupo possui atualmente cinco usinas, sendo a matriz no município de Coruripe-AL, a Usina Coruripe, e mais quatro unidades em Minas Gerais: Campo Florido, Carneirinho, Iturama e Lima do Oeste¹⁵⁸. De forma sintética, Oliveira (2016, p. 196-197), com base no Anuário da Cana (2014), resume a trajetória desse Grupo.

O décimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Tércio Wanderley. Este grupo familiar nordestino originou-se no estado de Alagoas no município de Coruripe. A Usina Coruripe foi fundada em 1925, e adquirida por Tércio Wanderley em 1941, que faleceu em 1994. A partir daí os herdeiros constituíram “três holdings, que detêm o controle da Usina Coruripe, Coruripe Energética e o Terminal Rodoferroviário de Fernandópolis, além da participação societária em outras empresas”. (USINA CORURIFE, 2015) [...] acionistas que representam os três ramos da família Wanderley. O grupo fez sua expansão no setor sucroenergético fora da região nordestina, implantando suas novas unidades em duas fusões territoriais monopolísticas no Triângulo Mineiro: a primeira envolvendo as unidades de Iturama (1994) [esta unidade era denominada Destilaria Alexandre Balbo construída em 1985, e

156 <https://www.alagoas24horas.com.br/blog/marx-beltrao-pode-se-tomar-reu-em-nove-acoes-ajuzadas-pelo-ministerio-publico-federal-por-suposta-pratica-de-corrupcao/>. Acesso em: 20 out. 2018.

157 Cf.: **O empreendedor Tércio Wanderley**. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/tercio-wanderley.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

158 Cf.: Disponível em: https://www.novacana.com/usinas_brasil/grupos/grupo-tercio-wanderley. Acesso em: 16 mar. 2018.

foi adquirida em 1994], Limeira do Oeste (2005), Carneirinho (2008), e está implantando a unidade de União de Minas; a segunda com as unidades de Campo Florido (2002), e, Campo Florido II e Prata em fase de projeto de implantação. O grupo monopolista Tércio Wanderley moeu na safra 2012/2013 o total de 9,775 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 948 mil toneladas de açúcar, ficando em 6o lugar, e, destilando 246 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 18o lugar no ranking nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 12,7 milhões de toneladas de cana (10o lugar), produziu 920 mil toneladas de açúcar (8o lugar) e, destilou 415 mil m3 de etanol (11o lugar).

Contribuindo com essa descrição, é preciso destacar a elevada concentração de terras do Grupo Tércio Wanderley. São 75 mil hectares com cana nas unidades de Minas Gerais, e na unidade matriz mais 36 mil hectares, totalizando 111 mil hectares, segundo consta em uma revista que apoia o agronegócio da cana¹⁵⁹. Esses números fortalecem as conclusões do estudo de Edvaldo Lima (2011, p. 74. Grifos do autor).

Em Alagoas, o **Grupo Tércio Wanderley** é proprietário de umas das maiores usinas do estado, a **Coruripe**. Trata-se de um império familiar onde cada membro administra uma das suas unidades, seja no Nordeste, seja no Triângulo Mineiro, onde a sua estratégia é a de conseguir o maior controle possível das terras da região, comprando-as e /ou arrendando-as.

Diferentemente dos demais grupos descritos até o momento, o Tércio Wanderley não se apresenta, pelo menos até o momento, com inclinações para a crise que vem sendo sentida pelos demais usineiros, ao contrário, goza de prestígio nos rankings produzidos pelas revistas e reportagens ligadas aos próprios interesses do agronegócio, conforme podemos perceber no trecho a seguir.

159 Cf.: **Grupo Tércio Wanderley quer mais do que o controle de doenças e pragas da cana**. Disponível em: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/grupo-tercio-wanderley-quer-mais-do-que-o-controle-de-doencas-e-pragas-da-can.ahml#.WqwHrOjwbIU>. Acesso em: 16 mar. 2018. **Jose Carlos Lyra recebe novo presidente da usina Coruripe**. Disponível em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/sindagual/noticias/?idn=121059>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Em uma época em que outros grupos tradicionais do setor, como o Grupo João Lyra, rendem mais notícias pelas pendências judiciais frente aos credores, a Usina Coruripe segue na contramão sendo a primeira empresa alagoana listada entre as mil maiores do país no anuário de 2014 Melhores & Maiores da revista Exame, lançada no mês passado. No anuário, a Coruripe subiu 32 posições no ranking saltando do 418º lugar, em 2013, para 386º. Para se ter uma ideia da performance do grupo, a segunda empresa do Estado a aparecer na lista da Exame é a Eletrobrás Distribuição de Alagoas, na 543ª posição - que não pode ser considerada propriamente alagoana, já que é comandada pelo Governo Federal. Já no ranking das 400 maiores no Agronegócio brasileiro - onde aparece também a alagoana Sococo, na 279ª posição -, a Coruripe ocupa a 76ª posição, sendo a primeira empresa do setor sucroalcooleiro no Nordeste, Norte e Centro-oeste¹⁶⁰

Recentemente (janeiro/2018), o jornal valor econômico estampa a notícia de mudanças na presidência da empresa e na sua estabilidade:

A Usina Coruripe, maior empresa do setor sucroalcooleiro no Norte e Nordeste, com cinco unidades no país, passará a ser presidida pelo economista Mario Luiz Lorencatto a partir de 1 de fevereiro. Ele substituirá Jucelino Sousa, que passará a integrar o Conselho de Administração da companhia. Lorencatto já foi presidente para a América do Sul da Lonza Group AG, além de ter exercido também cargos executivos nas empresas El Tejar Ltd Argentina e Zilor, ambas do agronegócio. No exterior, ele já atuou na Philip Morris, Kraft Foods e Caterpillar. [...]. A Coruripe, controlada pelo Grupo Tércio Wanderley, espera encerrar a safra 2017/18 com uma moagem praticamente estável ante a safra passada, de 14,17 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (quase 100% de sua capacidade instalada), assim como espera estabilidade em seus resultados financeiros. Na temporada 2016/17, a empresa registrou lucro de R\$ 167,5 milhões, lucro antes de impostos de R\$ 264,2 milhões e receita líquida de R\$ 2,3 bilhões¹⁶¹.

160 Cf.: **Por que a Coruripe é a única empresa alagoana no ranking das 500 maiores do Brasil.** Disponível em: <http://www.agendaa.com.br/negocios/economia/2121/2014/07/22/por-que-a-coruripe-e-a-unica-empresa-alagoana-no-ranking-das-500-maiores-do-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2018.

161 Cf.: **Usina Coruripe será presidida por Mário Luiz Morencatto.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/5245739/usina-coruripe-sera-presidida-por-mario-luiz-lorencatto>. Acesso em: 16

Hoje, o grupo está entre os cinquenta maiores exportadores do país em vendas, como pode ser visto no fragmento a seguir da reportagem “Empresa alagoana já é uma das 50 maiores exportadoras do país”, de 14/08/2017:

[...] apenas três são do Nordeste – e uma tem sede aqui em Alagoas. Ao menos é o que aponta o levantamento da edição 2017 da revista Exame Melhores & Maiores, que lista a Usina Coruripe na 46ª posição entre a 50 maiores exportadoras (por vendas) no Brasil - ao lado apenas de apenas mais duas empresas com sede no Nordeste: a Suzano Papel e Celulose, na Bahia, em 12ª m, e a Paranapanema, Siderurgia e Metalurgia, também na Bahia, na 23ª posição. Controlada pelo Grupo Tércio Wanderley, nome do fundador do grupo, a Coruripe mantém sua sede em Alagoas apesar de ter se expandido no Sudeste com maior parte de sua produção em Minas Gerais, onde possui quatro plantas¹⁶².

Outro grupo que disputa o poder em Alagoas foi formado pela família Corrêa Maranhão levando o mesmo nome: **Grupo Corrêa Maranhão**. Gestado pelo patriarca Ernesto Gomes Maranhão, falecido nos anos 1970, o grupo passou a ser administrado pelos filhos José Carlos, Luiz Carlos, Luiz Ernesto e Severino Carlos, possuindo duas usinas em Alagoas: a Santo Antônio, localizada no município de São Luís do Quitunde, adquirida em 1957, e a Camaragibe, no município de Matriz de Camaragibe, adquirida em 1980, ambas no Litoral Norte. Nas décadas de 2000, após o falecimento dos filhos Luiz Carlos, Luiz Ernesto e Severino Carlos, os familiares (filhos e viúvas) conduzem a direção da empresa até hoje, a qual produz açúcar para exportação e para o mercado interno; álcool combustível para uso industrial; e álcool extra neutro, próprio para fabricação de bebidas e cosméticos. A Usina Santo Antônio e a filial Usina Camaragibe têm “[...] capacidade para esmagar cerca

mar. 2018.

162 Cf.: Disponível em: <http://www.agendaa.com.br/negocios/economia/6739/2017/08/14/empresa-alagoana-ja-e-uma-das-50-maiores-exportadoras-do-pais-veja-ranking>. Acesso em: 05 abr. 2018.

de 2.100.000 e 750.000 toneladas de cana por safra, respectivamente”. Informações da própria página do grupo na internet¹⁶³.

Segundo o Sindicato dos Usineiros (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas), em posição acumulada até o dia 15 de fevereiro, haviam sido beneficiados já 12,2 milhões de toneladas de cana no ciclo 2017/2018, variação negativa de 17,9% em comparação ao mesmo período da safra passada, levantamento com base na produção final de nove usinas das 17 que entraram em operação nesta moagem, sendo elas: Cachoeira, Paisa, **Camaragibe**, Leão, Pindorama, Santa Clotilde, Santa Maria e Serra Grande, além de Taquara. Em outra publicação, o Sindicato ressalta que a **Santo Antônio** segue entre as quatro usinas que ainda estão no ciclo 17/18¹⁶⁴. O que as reportagens deixam evidente é que o Grupo Santo Antônio segue com os negócios a todo vapor. O propalado discurso da seca, aqui mencionado, bem como o da crise no agronegócio latifundista canavieiro, não afetou os negócios desse grupo.

Um dos grupos mais tradicionais do latifúndio canavieiro em Alagoas é o **Andrade Bezerra**, possuidor da Usina Serra Grande, localizada no município de São José da Laje. A influência reside na antiguidade da unidade industrial, considerada uma das mais antigas de Alagoas, fundada ainda no final do século XIX (1894), por Salvador Lyra, e depois adquirida pelo empresário Luís Antônio Dias Lins, avô de Luís Antônio Andrade Bezerra, atual dono¹⁶⁵. “*Sucesso da Usina Serra Grande segue desde o século passado*” é o título de uma reportagem do Jornal Gazeta de Alagoas¹⁶⁶, de 04/11/2017, dando mostra de como esse grupo é uma espécie de referência para outros latifundiários do setor, devido a estar em funcionamento há tanto tempo. A crise e a seca, propaladas pelos

163 Cf.: Disponível em: <http://www.usinasantoantonio.com.br/responsabilidade/social/a-empresa/quem-somos/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

164 Cf.: **Safra 17/18 acumula 12,2 milhões de tonelada de cana processada**. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/2018/02/safra-1718-acumula-122-milhoes-de-toneladas-de-cana-processadas/>. Acesso em: 17 mar. 2018. **Apenas quatro usinas seguem no ciclo 17/18**. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/2018/03/apenas-quatro-usinas-seguem-no-ciclo-1718/>. Acesso em: 17 mar. 2018.

165 Cf.: **Relação das usinas de Alagoas**. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/usina/usina-serra-grande/>. Acesso em: 17 mar. 2018.

166 Cf.: Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=314819>. Acesso em: 17 mar. 2018.

demais usineiros, também não afetaram o (agro)negócio desse grupo, pois, segundo o Sindicato dos Usineiros, a Serra Grande é uma das usinas que já encerraram a moagem na safra 2017/2018. Segundo a mesma reportagem, “atualmente a indústria produz açúcar e álcool para o mercado interno e energia elétrica vendida aqui mesmo em Alagoas para a distribuidora Eletrobrás. Na lista de clientes, o maior deles, no caso do açúcar, é a multinacional Coca-Cola” (Idem).

Luís Antônio Andrade Bezerra, pernambucano que chegou a Alagoas no ano de 1967, nos dá uma pista dos motivos do avanço do latifúndio canavieiro sobre as terras desse estado, historicamente: “[...] naquela época era melhor ter usina em Alagoas do que em estados vizinhos como Pernambuco e a Paraíba, por causa da topografia, os grandes tabuleiros e pelo apoio que o governo concedia à época. Para ele, nos dias atuais, o quadro é outro”. Não obstante, o grupo também tem se territorializado em Pernambuco com a Usina Trapiche, no município Sirinhaém (LIMA E., 2011). Por sinal, conforme registro da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Nordeste II), a territorialização tem se dado com violentos conflitos territoriais com os pescadores artesanais:

Na tarde desta quarta-feira, dia 13 [junho de 2012], a Usina Trapiche – através de sua funcionária Evânia Freire da Silva e cinco Policiais Militares - destruiu e incendiou as barracas de quatro pescadores tradicionais nos manguezais do estuário do Rio Sirinhaém, localizado no município de mesmo nome, em Pernambuco. De acordo com a denúncia feita por pescadores à Comissão Pastoral da Terra, o grupo chegou nas Ilhas de Sirinhaém por volta das 13h e com armas em punho, destruiu e incendiou as barracas de palha, além de levaram consigo o pescado, documento e instrumentos de trabalho dos pescadores. [...] A área em questão, as Ilhas de Sirinhaém, é palco de um conhecido conflito e disputa judicial que dura décadas. No local, viviam 53 famílias de pescadores tradicionais que, de acordo com o registro oral das famílias, ocupavam o local há mais de cem anos. Nos últimos 25 anos, estes pescadores passaram a enfrentar um conflito e disputa territorial com o monocultivo da cana-de-açúcar na região. Foi a partir de

1998, com a compra da Usina pelo empresário Luiz Antônio de Andrade Bezerra, que a situação se agravou. A partir daí, a empresa sulcroatilhoeira intensificou a violência para a expulsão das famílias que residiam no local. Através de ações violentas, perseguições e ameaças, a Usina Trapiche expulsou, uma a uma, as famílias que viviam nas ilhas. Em 2010, a Usina por decisão judicial conseguiu retirar das ilhas as duas últimas moradoras, remanescentes da comunidade, que ainda viviam e resistiam nas ilhas. As terras são área de marinha, portanto pertencem a união, mas está sob a posse da Usina Trapiche¹⁶⁷.

Mesmo os negócios aparentando para o Grupo estarem nos trilhos, o proprietário se alia aos demais e faz o discurso sobre o fenômeno da seca, a falta de apoio governamental, como justificativa da redução de 900 mil para 600 mil toneladas de cana em sua usina, além de ventilar a sua crença na reforma trabalhista como o início da solução dos problemas.

Como dificuldade para o setor, além do percentual do crédito presumido, o empresário cita a redução na safra, que após os últimos anos de seca caiu de 900 mil toneladas para 600 mil na Serra Grande. “O fornecedor é descapitalizado e fica difícil acompanhar a carga tributária”, ressalta. Para ele, a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional e que entra em vigor a partir do próximo dia 11 de novembro “já é o início de solução” (Idem).

O que apresentamos ao longo desse item confirma o que disse Lira (1997), quando faz um debate sobre “quem manda em Alagoas”, título de um item da sua obra, e defende que o poder da oligarquia em Alagoas se traduz em um poder político fechado em si mesmo e de um consenso restrito a um pequeno segmento da população. Parafrazeando o autor, trata-se de um modelo agrícola/agrário herdado da colonização, que persiste com bastante força nesse século XXI. O certo é que no Bra-

167 Cf.: **Usina Trapiche incendeia barracas de pescadores tradicionais nas Ilhas de Sirinhaém**. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/55-pe/3397-usina-trapiche-incendiabarracas-de-pescadores-tradicionais-nas-ilhas-de-sirinha%C3%A9m.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

sil, com base nos escritos de Oliveira (2010), as relações da agricultura com a indústria se estreitam, soldadas pelo próprio capital através do desenvolvimento contraditório em sua etapa monopolista. Em Alagoas, apesar de suas especificidades de formação territorial, essa regra é estrutural e ficou evidente ao longo desse item. A análise aqui empreendida acerca das oligarquias alagoanas, as quais elegemos como as mais influentes politicamente, compreendendo que existem outras no estado, não deixa dúvidas sobre a continuidade do poder hegemônico ancorado no modelo agrário/agrícola moderno, colonial, patriarcal e latifundista, hoje sob a capa do agronegócio.

Temos consciência de que essas oligarquias exercem sua territorialização não apenas em Alagoas. Sabemos que a metodologia de acessar a declaração de bens ao TSE é limitada, apesar de eficaz. Mas o ideal seria o acesso à declaração de imposto de renda, pois assim teríamos uma análise mais fiel, por exemplo, das terras nas mãos desses grupos em outros estados. No entanto, podemos comprovar que “o mundo rural em Alagoas continua refletindo os traços mais fortes herdados do seu passado colonial: a concentração da terra, ausência de diversificação produtiva, pobreza e degradação ambiental” (CARVALHO, 2012, p. 23).

A estrutura fundiária de Alagoas e conseqüentemente a concentração da terra serão aqui detalhadas. Conforme Almeida (2010, p. 11) sinaliza: “[...] estamos diante da estrutura fundiária e da organização agrária, questões centrais da reforma que jamais poderão ser um elemento isolado, justamente pela ligação intrínseca que têm com a reconstrução da sociedade”. Assim, evidenciaremos como o território alagoano, notadamente o espaço agrário, foi estruturado a partir das relações sociais de poder comandadas pelas oligarquias, desde a escala do município até ao nível estadual em aliança com a União, no entanto, de forma contraditória, ante a ação de luta e resistência dos movimentos e organizações sociais do campo em busca da conquista da reforma agrária.

3.3 Um território marcado pela concentração fundiária: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano

Uma observação realizada por Carvalho (2010) deve ser levada em consideração: o grande problema de Alagoas é a terra ou, na realidade, continua sendo a terra, o modo como a propriedade guarda em si a representação estratégica das contradições estruturais; é esta persistência do agrarismo alagoano que nos leva à existência de um modo típico de organização do poder local, aquele que domina sobre o direito do cotidiano, integrado às suas formas de vida e que devem, por consequência, serem refeitas.

Luiz Sávio de Almeida (2010, p. 27), em “Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra”.

Na segunda metade do século XX, a concentração de renda no meio rural alagoano continuou aumentando e mantendo o seu histórico relacionamento com a tendência majoritária de concentração da propriedade da terra. No entanto, caso observemos uma série histórica de dados relativos às microrregiões e mesorregiões do Estado no período, perceberemos que apenas no Leste alagoano a concentração fundiária constitui uma variável decisiva, ou seja, a taxa de concentração da terra é impulsionada basicamente pela região canavieira, o que acaba encobrendo a baixa incidência do latifúndio e o grave problema do minifúndio em outras partes do Estado.

Golbery Lessa (2012, p. 01), em “Estrutura fundiária de Alagoas na segunda metade do século XX”.

Há uma tradição que vem se consolidando no debate teórico-político acerca do mundo agrário que sobrevaloriza seus aspectos econômicos que, nos últimos anos, vem se impondo de modo quase absoluto com a hegemonia dos *think tanks* do agronegócio. Até mesmo o debate da questão (da reforma) agrária veio perdendo destaque, mesmo que o agrário esteja sendo questionado concretamente [...], no caso da questão agrária, os conflitos por terra têm sido cada vez em maior número, o que mostra a centralidade teórico-política da questão

territorial. Embora entre os *think tanks* do agronegócio a terra seja vista, cada vez mais, como irrelevante, o que é coerente com sua perspectiva de redução à dimensão econômica haja vista que a terra pesa cada vez menos no custo geral de produção. Embora para os críticos do atual padrão de acumulação de capital no campo brasileiro sob hegemonia do agronegócio a terra continue a ser relevante, a crítica ao latifúndio como tal veio perdendo relevância na medida em que era o latifúndio improdutivo que era visado na crítica.

Porto-Gonçalves et al. (2016, p. 76), em “Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil”.

O historiador Luiz Sávio Almeida (2010), em diálogo com o economista Cícero Pércles de Carvalho, ambos importantes estudiosos e profundos conhecedores da história da formação territorial de Alagoas, asseveram que o grande problema alagoano é a concentração da terra. A forma como, contraditoriamente, o agrarismo estruturou a organização do poder local, sobrepondo o direito cotidiano nessa sociedade, é uma contradição que precisa ser refeita, diz o historiador. Por conseguinte, compreender como está essa estrutura fundiária é um caminho *sine qua non* para que o uso, a posse e a propriedade da terra sejam refeitos, (re)construídos.

Os dados oficiais do Estado acerca da estrutura fundiária mostram que, ao longo da formação territorial alagoana, pelo menos duas Alagoas foram se constituindo e permanecem no século XXI, especialmente bem diferenciadas, mas imbricadas territorialmente, ligadas pelas suas contradições e relações sociais de poder. Alguns estudiosos já aportaram essa realidade, a exemplo de Lessa (2012) acima, ou seja, as especificidades que marcam a estrutura fundiária das mesorregiões nesse estado: o Leste, historicamente latifundiário, e o Sertão e o Agreste, ao contrário, marcados, estruturalmente, por minifúndios. Apesar dos escritos atestando essa configuração, o mito do latifúndio parece ainda pairar sobre essa sociedade, segundo Albuquerque (2016).

Os mitos, bem como as naturalizações das dinâmicas sociais, devem ser problematizados, principalmente quando o tema é a questão agrária. Por exemplo, o debate dos prejuízos da presença do latifúndio

não tem mais importância, tendo sido resolvido o atraso deste pela tecnologia e pela propalada eficiência do agronegócio. A crítica de Porto-Gonçalves et al. (2016, p. 76) em epígrafe, ao contrário, deixa evidente a centralidade da terra na escalada dos conflitos territoriais no campo brasileiro. É exatamente por isso que enalteçemos que foram as relações sociais de poder hegemônicas pelas oligarquias latifundistas, centradas na figura do senhor de engenho – e de escravos, é preciso sempre ressaltar –, posteriormente, seus sucessores, os usineiros, patriarcas descendentes daquele, que construíram e perpetuaram essa estrutura fundiária profundamente concentrada, consequentemente, uma sociedade hierarquizada e desigual em Alagoas.

Lessa (2012), com base em um estudo minucioso dos estabelecimentos rurais a partir dos censos agropecuários dos anos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996, já havia constatado acertadamente que, na evolução da estrutura fundiária de Alagoas, apesar da presença da grande propriedade latifundiária e da elevada concentração fundiária, existem diferenças históricas consideráveis espacializadas nas três mesorregiões do estado. Na trilha aberta por esse autor, buscaremos contribuir com os estudos da estrutura fundiária alagoana, ao concentrar nossa análise no intervalo que vai de 1985 a 2014, mas trabalhando com os dados dos imóveis rurais do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Trata-se de um cadastro jurídico da estruturada fundiária realizado através da livre declaração dos proprietários ou possuidores de imóveis rurais. Utilizaremos os dados oficiais do IBGE apenas quando formos debater a estrutura fundiária das mesorregiões.

É preciso registrar que, mesmo como todas as falhas do SNCR/INCRA, ele é o mais atual se comparado com o IBGE, que fez seu último levantamento em 2006¹⁶⁸. Mas o que mais nos influenciou em

168 Há uma deliberada ação de descaracterizar e inviabilizar o Censo Agropecuário pelo governo de Michel Temer, que deveria tê-lo realizado em 2016, devido à importância que teve a produção da agricultura familiar, segundo os dados do próprio Censo/2006. Essa importância do papel da agricultura camponesa fez os intelectuais e as organizações representantes do agronegócio - a bancada ruralista -, protagonista principal no golpe que derrubou o governo Dilma Rousseff, pressionarem o governo Temer para modificar as regras para a realização do referido censo que iniciou com atraso e lentamente em 2017.

optar pelo SNCR/INCRA foi a razão de ele proporcionar a revelação dos latifúndios, ou seja, devido a trabalhar com os extratos de áreas acima de 100.000 ha. Já, entre as mudanças do Censo Agropecuário do IBGE (2006), uma foi dividir em 18 grupos de área, partindo de “maior de 0 a menos de 0,1” hectare e foi até “de 2.500 e mais” hectares. Em uma jogada de mestre com os números, o IBGE buscou esconder o latifúndio, dificultando a vida dos pesquisadores que se debruçam sobre a estrutura fundiária e tecem sua crítica à desigualdade no acesso à terra que impera no Brasil¹⁶⁹.

Antes de adentrarmos a análise dos dados sobre a estrutura fundiária, é preciso um parêntese, para explicitar a metodologia adotada. Como bem salientou Mitidiero Junior, Barbosa e Héric de Sá (2017), em seu estudo sobre a produção agropecuária no campo brasileiro, existem várias opções metodológicas no tocante à questão do critério de área. Isso, ao nosso ver, é verdadeiro também para o estudo da estrutura fundiária em si. Esses autores, por exemplo, adotaram o seguinte critério de classificação, na análise dos resultados do Censo Agropecuário do IBGE 2006: os estabelecimentos rurais que possuem entre 0 a 200 hectares são considerados pequenos, os que estão na faixa de 200 a 1.000 hectares de médio porte e os acima de 1.000 de grande porte, bem como pela necessidade do estudo e em face da realidade brasileira, criaram o estrato de área separado da análise da totalidade dos dados: os estabelecimentos de 0 a 10 hectares intitulados de quase pequenos.

Outro caminho metodológico é o trabalhado por Oliveira (2003), dividindo em três classes de área – pequeno até 200 ha, médio de 200 a 2.000 ha, grande acima de 2.000 ha – para trabalhar os dados do IBGE e do INCRA, em uma aproximação da classificação da pequena, média e grande propriedade presente na Lei Agrária de 1993. Entretanto, Oliveira (2001 [1991]) analisou, com outra metodologia, a estrutura fundiária brasileira e o lugar do campesinato nela, dividindo as três classes de área em: menos de 100 ha, de 100 a menos de 1.000 ha e 1.000 e mais – reunindo o campesinato no primeiro extrato. Isso fica mais claro

169 Sobre essa questão ver a crítica de Mitidiero Junior, Barbosa e Héric de Sá (2017, p. 12).

em Oliveira (2007). Já Moreira e Targino (1997), analisando a estrutura fundiária paraibana, denominam de pequenas propriedades os estabelecimento com menos de 50 ha e, em nossa ótica, de médias entre 50 e 500 ha e grandes acima de 500 ha. Ramos Filho e Ramos (2014), em um estudo sobre a estrutura fundiária de Sergipe, segue na mesma linha de Oliveira (2001) e próximo a Moreira e Targino (1997), dividindo em: pequenas propriedades até 100 ha, média de 100 a menos de 1.000 ha e grande mais de 1000 ha.

A Lei nº 8.629 de 25/02/1993, que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos na Constituição de 1988, conceituou, em seu artigo 4º, a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade como aquela que possui área superior a quatro (4) e até 15 (quinze) módulos fiscais; e a grande propriedade como aquela que compreende mais de 15 módulos fiscais¹⁷⁰. A área dos módulos fiscais varia de região por região, estado para estado e mesmo de município para município. O menor módulo fiscal tem 5 (cinco) hectares e o maior possui 110 hectares.

Pautaremos nossa análise a partir dessa linha, pois, em nossa ótica, o extrato de até 100 ha está mais próximo da realidade do espaço agrário alagoano, bem como com uma perspectiva de reforma agrária com base na agricultura familiar camponesa. Não obstante, esse é um debate em aberto e que precisa ser aprofundado, pelos setores/classes sociais que defendem a realização da reforma agrária no Brasil do século XXI. Levaremos em conta que, no contexto alagoano, o módulo fiscal varia de acordo com as zonas naturais de 7 a 70 ha¹⁷¹, sendo em média em

170 Se o estatuto da terra era explícito, em seu Art. 16, quando diz: “A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”. Cf. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018. Não obstante, é preciso destacar as alterações, em nossa ótica retrocesso, na Lei nº 8.629 de 25/02/1993, ao retirar o conteúdo explícito sobre minifúndio, como continha originalmente. Cf.: **Lei nº 8.629 de 25/02/1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm. Acesso em: 9 abr. 2018.

171 A fonte de dados utilizada para discussão do módulo fiscal em Alagoas foi a tabela com módulo fiscal dos municípios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: **Sistema Nacional de Cadastro Rural - Índices básicos de 2013**. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/sites/default/>

torno de 32 ha, portanto, é nesses termos que destacaremos o processo de minifundização como a outra face, ou melhor, o reverso da estrutura fundiária latifundista nesse estado.

Feito esse registro de ordem metodológica, prosseguimos com a análise da Tabela 2, com dados oficiais do SNCR/INCRA (2017gh). Os dados apontam que em 1985, em termos totais, Alagoas tinha 61.437 imóveis rurais, destes, 0,46% (284) eram imóveis classificados como grandes propriedades (mais de 1.000 hectares) e ocupavam 22,84% (598.522,10 ha) da área total de 2.621.025,50 hectares. Analisando a face oposta aos grandes proprietários, ou seja, os pequenos (menos de 100 ha) imóveis rurais, temos, em 1985: 92,44% (56.795) do número total de imóveis rurais, ocupando apenas 33,90% (888.501,20 ha) da superfície total agricultável declarada. Em 2014, o número de imóveis total caiu drasticamente para 48.592, e as grandes propriedades perdem área, mas se mantém o latifúndio: representando apenas 0,26% (126 imóveis rurais), ocupando 13,25% (227.622,28 ha) da superfície total (1.717.128,22 ha). Já os pequenos se mantêm praticamente inalterados, com 92,94% (45.163) dos imóveis, com apenas 38,01% (652.655,25 ha) da área total.

Tabela 2 – Alagoas – Evolução da estrutura fundiária – (1985/2014)

Classe de área (ha)	1985				2014			
	Nº Imóveis	% Imóveis	Área (ha)	% Área	Nº Imóveis	% Imóveis	Área (ha)	% Área
Menos de 10	31.185	50,76	137.869,50	5,26	27.668	56,94	113.070,44	6,58
10 < 100	25.610	41,68	750.631,70	28,64	17.495	36,00	539.584,81	31,42
Total menos 100	56.795	92,44	888.501,20	33,90	45.163	92,94	652.655,25	38,01
100 < 1000	4.358	7,09	1.134.002,20	43,27	3.303	6,80	836.850,69	48,74
Mais de 1000	284	0,46	598.522,10	22,84	126	0,26	227.622,28	13,25
Total mais 100	4.642	7,56	1.732.524,30	66,10	3.429	7,06	1.064.472,97	61,99
Total geral	61.437	100	2.621.025,50	100,00	48.592	100,00	1.717.128,22	100,00

Fonte: INCRA (2017gh). Organização: Autor.

files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 07 set. 2017.

Oliveira (2007), analisando os registros oficiais, tanto do INCRA, como também do IBGE, destaca que a modernização da agricultura brasileira, sem a realização de uma reforma agrária, veio acompanhada de um processo de crescente concentração fundiária, portanto, legando ao século XXI um país profundamente desigual no acesso, posse e propriedade da terra. De um lado, as grandes propriedades, concentrando suas terras em extensos latifúndios, de outro, a pequena propriedade, em sua maioria minifúndios camponeses. Essa análise é totalmente verdadeira para o caso do campo alagoano.

Pelo menos duas questões importantes devem ser levantadas acerca dos números oficiais do SNCR/INCRA. A primeira é o fato de os dados oficiais apresentarem o que o próprio órgão denomina de: **“Imóveis rurais inconsistentes excluídos”**. No Brasil, em 2014, eram 266.277 imóveis rurais, em uma área de pouco mais de 4,6 milhões hectares. Já em Alagoas, os registros são de 3.987 imóveis nessa situação com uma área de 224.871,78 hectares (ha), naquele ano. Estes não são contabilizados e enquadrados nos extratos pelo SNCR/INCRA. De quem são essas terras? São terras devolutas? Estão ocupadas? Perguntas que ficam no ar para outras pesquisas/pesquisadores e que nos fazem lembrar dos estudos de Oliveira (2010), sobre as terras devolutas no Brasil, cercadas ilegalmente pelos grandes proprietários grileiros. Na verdade uma pista hipotética para respostas às questões suscitadas. O estado de Alagoas, segundo o autor, é aquele dentre as Unidades da Federação que apresenta o maior percentual de suas terras enquadradas como devolutas: em torno de 36% do total do território.

De fato, como bem escreveu Oliveira (2007, p. 133), em sua análise sobre a estrutura fundiária dos anos 1990: “nem mesmo o crescimento da luta pela terra na década 80 fez com que as estatísticas cadastrais do INCRA de 1992, divulgadas somente em 1996, continuassem a revelar o caráter concentrador da terra no Brasil”. A constatação de Oliveira (2007) vale para o momento atual, ou seja, mesmo com a luta pela reforma agrária e a conquista de 9.444 assentamentos rurais (DATALUTA, 2017), a concentração fundiária persiste no campo do país, nesse século XXI. Além do mais, esse mesmo autor registra, com base no Atlas Fundiário Brasileiro

publicado pelo próprio INCRA, que 62,4% da área dos grandes imóveis cadastrados foram classificados como não produtivos e apenas 28,3% como produtivos. Além do caráter improdutivo da terra, Oliveira (2007, p. 133) revela a sonegação de imposto por parte dos latifundiários:

Estas informações revelam, pois, a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, ela está retida para fins não produtivos. Inclusive, na prática, o único compromisso social que os latifundiários deveriam ter era o pagamento do ITR – imposto territorial rural, mas isto não tem ocorrido, pois os dados divulgados pela Receita Federal referentes a 1994, mostraram que entre os proprietários dos imóveis de 1.000 a 5.000 hectares, 59% sonegaram este imposto e entre os proprietários dos imóveis acima de 5.000 hectares esta sonegação chegou a 87%.

Essa realidade, do latifúndio improdutivo e da sonegação fiscal, ocorre, segundo Oliveira (2007), devido às grandes extensões de terras estarem concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos que têm na terra ora uma reserva de valor, ora uma reserva patrimonial, “ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais” (Ibidem, p. 133).

Nesse bojo, a segunda questão a ser levantada é a seguinte: a realidade tende a ser bem mais desigual, se levarmos em conta outro registro fundamental nesse debate, feito por Ramos Filho e Ramos (2014), quando analisaram a estrutura fundiária do estado vizinho a Alagoas, no caso, Sergipe. Segundo eles, o número de grandes imóveis rurais poderia ser bem maior, caso se considerasse a tática utilizada pelos latifundiários de fragmentar seus latifúndios em médios imóveis e registrar em nome dos/as herdeiros(as), como forma de mascarar a concentração nas mãos de poucas famílias e esvaziar o questionamento do monopólio da terra no Brasil. Tudo indica ser uma prática eficaz em Alagoas, que pretendemos aprofundar em futuras pesquisas. Pistas são dadas pelos movimentos sociais, a exemplo do depoimento a seguir, de uma liderança e assentado(a) do MST/Alagoas. Ao ser perguntada(o) sobre se ainda existem latifúndios no Sertão alagoano, a resposta corrobora essa assertiva:

Existe! Mas existe um latifúndio hoje com mais esperteza. [...] Hoje ainda tem, mas o que que os caras fez? Bom, se tão ocupando terra, se o governo está dividindo, então eu vou fazer diferente, eu vou pegar minha terra e vou dividir em vários donos, por exemplo, os herdeiros, né. Eu tenho três, quatro irmãos, divido minha terra né [...]. Então, assim, ela fica pequena, aí fica minifúndio. Ela não pode ser ocupada [...] os caras tão usando da esperteza né, da malandragem [...] pra que a terra não fique a favor da reforma agrária [...]¹⁷².

Contudo, os dados demonstram que Alagoas é um território marcado, quando comparado com o nacional e mesmo com outras Unidades da Federação, pela profunda concentração da terra, processo a respeito do qual o Índice de Gini não deixa dúvidas: de um coeficiente de 0,858 em 1985, atinge 0,863 em 1995 e, em 2006, chega a 0,871¹⁷³, marcando Alagoas como o estado com a maior concentração de terra do país. Lessa (2012) apontou um outro caminho fértil de análise, como forma de perceber a concentração fundiária, a saber: o estudo das microrregiões e mesorregiões alagoanas. O estudo desse autor já apontava, no período da modernização conservadora dos anos 1970 e 1980, a manutenção da desigualdade na distribuição da terra nas três mesorregiões, mesmo com as especificidades do Sertão e Agreste (substancialmente minifundiários) comparados com o Leste (majoritariamente latifundiário). Desigualdade e características essas que permanecem entre os anos 1990 e meados dos 2000, como podemos constatar nas tabelas 3, 4 e 5 a seguir. De 1995 a 2006, os dados do IBGE demonstram que as alterações na estrutura fundiária do Sertão, do Agreste e do Leste alagoanos foram incipientes, ou seja, não abalaram o estatuto social marcante na sociedade alagoana, resumido em uma frase bastante antiga no Brasil: “muita terra em poucas mãos e muita gente sem terra”.

Na mesorregião do Sertão alagoano, a realidade presente nos dados é que os estabelecimentos de até 100 ha permaneceram com o mesmo percentual, entre 1995 e 2006, quase que absoluto do total geral

172 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

173 Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab10.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

(97%), obtendo uma leve elevação na área ocupada, passando de 52,32 para 58,79%, do total da superfície agrícola no intervalo aludido. Da mesma forma, as grandes e médias propriedades, na casa dos 2% do total geral dos imóveis, com uma área na casa dos 40%. Notem que, em termos absolutos, há uma redução da superfície agricultável nessa mesorregião em quase 90 mil hectares, impactando somente as médias e grandes propriedades, sobretudo as primeiras. Os estabelecimentos abaixo de 10 ha representavam 75,4% em 1995, passando a 71,95% em 2006, com cerca de 14% da área em ambos; já aqueles acima de 100 ha eram 2,74 e 2,55% respectivamente, com 47,68 e 41,21 da superfície agrícola, o que materializa também os dois polos fundiários: a presença simultânea e relacionada entre o minifúndio e latifúndio (Ver Tabela 3).

Tabela 3 – Mesorregião do Sertão Alagoano – Evolução da estrutura fundiária – (1995/2006)

Classe de área (ha)	1995				2006			
	Nº Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área	Nº Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área
Menos de 10	29.899	75,34	89.834,89	13,62	26.256	71,95	79.366,00	13,91
10 < 100	8.701	21,92	255.297,96	38,71	9.305	25,50	255.996,00	44,88
Total menos 100	38.600	97,26	345.132,85	52,32	35.561	97,45	335.362,00	58,79
100 < 1000	1.055	2,66	257.182,24	38,99	908	2,49	208.429,00	36,54
Mais de 1000	32	0,08	57.280,89	8,68	23	0,06	26.621,00	4,67
Total mais 100	1.087	2,74	314.463,12	47,68	931	2,55	235.050,00	41,21
Total geral	39.687	100,00	659.595,97	100,00	36.492	100	570.412,00	100

Fonte: IBGE (1995; 2006). Organização: Autor.

Não muito diferente ocorreu a dinâmica do Agreste, onde os estabelecimentos pequenos (de até 100 ha) permaneceram com o mesmo percentual, na casa dos 98%, não obstante, em relação à área ocupada caiu de 53,40 para 46,36%, perdendo cerca de 22 mil ha. As grandes e médias propriedades (acima de 100 ha) ficaram na casa percentual de cerca de 1,5%, com a área ocupada passando de 46,60 para 53,64%, entretanto, em termos absolutos, ganharam, em números arredondados, 44 mil ha. Esse ganho, além da área perdida dos pequenos, somou-se à área agricultável total que foi ampliada no Agreste: passando de 460 mil ha para 481 mil ha, ou seja, um aumento de cerca de 21 mil ha. Os

estabelecimentos abaixo de 10 ha representavam 89% em 1995, índice que permanece em 2006, com cerca de 9% da área em ambos; já aqueles acima de 1.000 ha eram 0,05 e 0,06%, com 7 e 15% da área total agrícola, em 1995 e 2006, respectivamente. No Agreste a pequena e a média propriedade são estruturais (Ver Tabela 4).

Tabela 4 – Mesorregião do Agreste Alagoano – Evolução da estrutura fundiária – (1995/2006)

Classe de área (ha)	1995				2006			
	Nº Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área	Nº Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área
Menos de 10	49.447	89,03	92.569,92	20,13	48.648	89,45	86.846,00	18,04
10 < 100	5.308	9,56	152.980,85	33,27	4.943	9,09	136.336,00	28,32
Total menos 100	54.755	98,59	245.550,77	53,40	53.591	98,53	223.182,00	46,36
100 < 1000	758	1,36	78.363,06	38,79	763	1,40	185.715,00	38,58
Mais de 1000	25	0,05	35.920,21	7,81	34	0,06	72.506,00	15,06
Total mais 100	783	1,41	214.283,27	46,60	797	1,47	258.221,00	53,64
Total geral	55.538	100,00	459.834,04	100,00	54.388	100	481.403,00	100

Fonte: IBGE (1995; 2006). Organização: Autor.

A mesorregião do Leste alagoano possui uma dinâmica na estruturação fundiária bem particular em comparação com as outras duas mesorregiões, o Sertão e o Agreste, com relação à concentração fundiária, ou seja, a presença marcante do latifúndio naquela em detrimentos dessas. Não é absoluta essa presença do latifúndio apenas na primeira, pois a relação latifúndio-minifúndio é encontrada, mesmo que em menor proporção, também nessas duas. O que precisa ficar claro é que, em nossa ótica, a renda da terra, não apenas a absoluta, mas também a renda diferencial, movida pela fertilidade das terras e pela excelente localização (MARX, 2017a), é o motor de graves conflitos territoriais na mesorregião do Leste alagoano. Isso fica claro na presença massiva do latifúndio, mais ainda na concentração dos conflitos com o avanço da luta pela reforma agrária nessa mesorregião, a partir dos anos 1990. A luta dos capitalistas rentistas será sempre no sentido de empurrar o campesinato

para os piores solos, nos locais mais longínquos, assim, ficando com os melhores solos, garantindo um lucro suplementar maior, sem precisar desembolsar grandes somas de investimentos na terra.

Comprovando essa realidade descrita, temos: os estabelecimentos com menos de 10 ha, que correspondiam a 67% e 77%, detinham apenas 3,68 e 5,71% da área, em 1995 e 2006, respectivamente; já os acima de 1000, eram 0,67 e 0,53%, passando de 31% para 44% nesse intervalo de 10 anos. Os pequenos estabelecimentos, entre 1995 e 2006, estavam na casa percentual de 90%, mas com apenas 17 e 18%, respectivamente. Já as grandes e médias propriedades apresentavam um percentual de cerca de 9% e 5,5% dos estabelecimentos, ou seja, uma variação negativa de 308 estabelecimentos, entre 1995 e 2006. Ocorre que a área ocupada permaneceu inalterada: na casa de 82% (850 mil ha) da superfície total agrícola, portanto, a concentração fundiária, mesmo sendo nessa mesorregião onde se concentra a maior parte das conquistas dos assentamentos rurais em Alagoas, como será visto no próximo capítulo, não foi abalada (Ver Tabela 5).

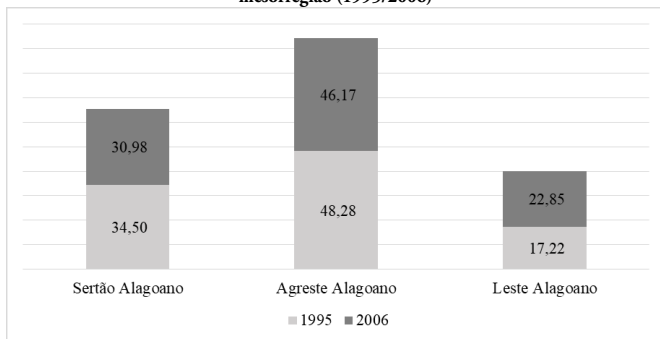
Tabela 5 – Mesorregião do Leste Alagoano – Evolução da estrutura fundiária – (1995/2006)

Classe de área (ha)	1995				2006			
	Nº Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área	Nº Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área
Menos de 10	13.390	67,58	37.617,84	3,68	20.887	77,61	60.133,00	5,71
10 < 100	4.616	23,30	137.090,05	13,40	4.526	16,82	134.230,00	12,74
Total menos 100	18.006	90,88	74.707,89	17,08	25.413	94,43	194.363,00	18,44
100 < 1000	1.674	8,45	527.825,53	51,59	1.356	5,04	395.040,00	37,48
Mais de 1000	133	0,67	320.496,43	31,33	143	0,53	464.525,00	44,08
Total mais 100	1.807	9,12	848.321,96	82,92	1.499	5,57	859.565,00	81,56
Total geral	19.813	100,00	1.023.029,85	100,00	26.912	100,00	1.053.928,00	100,00

Fonte: IBGE (1995; 2006). Organização: Autor.

Os gráficos 11 e 12 nos fornecem outras análises importantes da estrutura fundiária entre as três mesorregiões alagoanas, tendo como metodologia o somatório dos estabelecimentos em cada levantamento do Censo Agropecuário, nesse caso 1995 e 2006. De acordo com o gráfico 11, que trata do total dos estabelecimentos agropecuários, tanto em 1995, como em 2006, o Agreste é a mesorregião que concentra o maior número destes, 48,28 e 46,17%, respectivamente, seguida pelo Sertão e depois pelo Leste. Importante ressaltar que as duas primeiras concentram, em 1995, 82,78% do total de estabelecimentos, ficando o Leste com apenas 17,22%. Em 2006, esses percentuais mudam um pouco, mas sem alterar essa dinâmica, ou seja, mantem-se a concentração das propriedades no Sertão e no Agreste, juntas somavam 77,15%, com o Leste subindo para 22,85%. Essa elevação tem ligação com o número de assentamentos rurais criados no Leste alagoano, pois é nessa mesorregião onde mais se avançou na luta e conquista dessas frações territoriais, como será visto ao longo desse texto.

Gráfico 11 - Alagoas – Percentual total de estabelecimentos agropecuários por mesorregião (1995/2006)

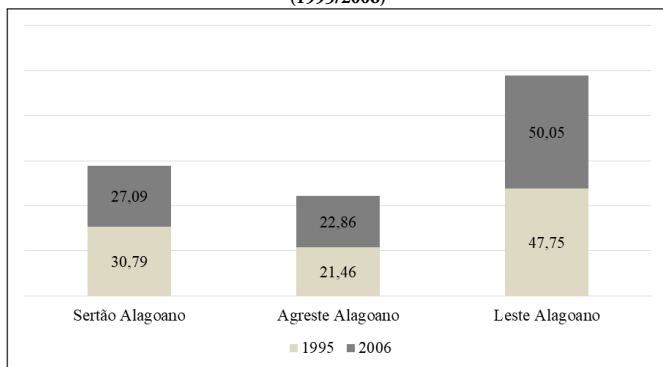


Fonte: IBGE (1995; 2006). Organização: Autor.

Não obstante, quando a análise é a área total agricultável em cada uma dessas mesorregiões, a realidade apresentada é estruturalmente diferente, como pode-se observar no gráfico 12. O Leste, antes o último

em número de estabelecimentos, agora é aquela que concentra a maior parte das terras agriculturáveis do estado, com um percentual de 47,75 e 50,05%, em 1995 e 2006, respectivamente; o Sertão mantém em segundo; já o Agreste, que concentrava a maior parte dos estabelecimentos, é a terceira mesorregião em área. Lessa (2012), havia destacado corretamente o fenômeno de que, a partir de 1950, a participação relativa do Leste alagoano diminuiria muito, sem deixar de ser majoritária, e se estabilizaria em 1970, quando começa a ser ultrapassada pela soma das duas outras mesorregiões (Sertão e Agreste), em termos de área. Entre 1995 e 2006, essa dinâmica é quebrada, com o Leste passando a ter, mesmo que levemente, mais área agricultável do que as outras duas mesorregiões juntas, como pode-se ver nos números: Sertão e Agreste juntas detinham 52,25%, em 1995, já em 2006, cairia para 49,95%.

Gráfico 12 - Alagoas – Percentual total geral de área agrícola por mesorregião (1995/2006)

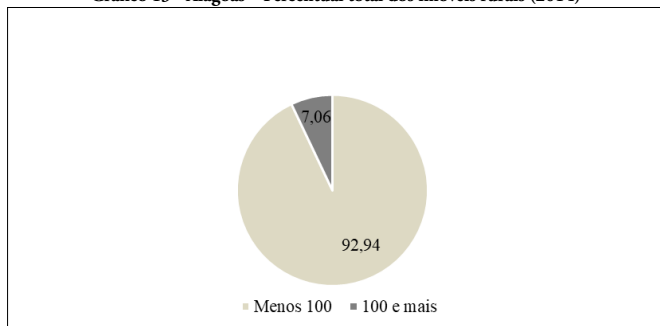


Fonte: IBGE (1995; 2006). Organização: Autor.

Podemos afirmar que o campo alagoano do século XXI, de forma bastante semelhante ao brasileiro, quando olhado a partir da sua estrutura fundiária, mantém-se como duas Alagoas imbricadas espacialmente, ao mesmo tempo contraditoriamente opostas, materializando a elevada concentração fundiária, com base em uma dinâmica de reprodução do

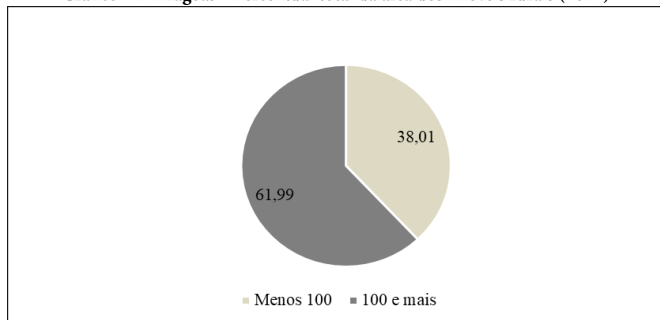
latifúndio e do minifúndio. A concentração fundiária alagoana fica mais perceptível quando dividimos os imóveis abaixo e acima de 100 ha. Nessa metodologia as realidades se invertem: no campo alagoano, enquanto os imóveis menores de 100 ha são 92,94%, possuindo apenas 38,01% da área, aqueles de 100 e mais representam apenas 7,06% e concentram 61,69% de toda a superfície agrícola do estado. (Ver gráficos 13 e 14)

Gráfico 13 - Alagoas – Percentual total dos imóveis rurais (2014)



Fonte: INCRA (2017g). Organização: Autor.

Gráfico 14 - Alagoas – Percentual total da área dos imóveis rurais (2014)

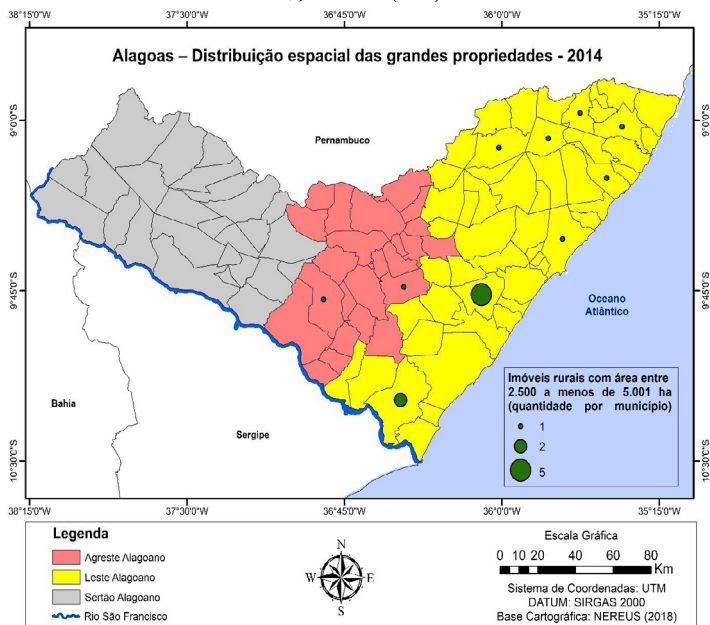


Fonte: INCRA (2017g). Organização: Autor.

Por fim, a dinâmica de reprodução do latifúndio e do minifúndio fica totalmente explícita quando damos visibilidade ao fosso existente entre os imóveis rurais com até 10 ha e algumas poucas grandes propriedades. No território nacional, enquanto aquele tipo de minifúndio – “propriedades quase pequenas” (MITIDIERO JR.; BARBOSA E HÉRICK DE SÁ, 2017) – representa, em números redondos, 2 milhões (34%) dos imóveis rurais e ocupa 9,4 (1,8%) milhões hectares, temos 34 grandes propriedades, com área de 100 mil e mais, que sozinhas têm quase a mesma quantidade dessa área: 7,5 milhões ou 85 grandes propriedades (todas aquelas acima de 50 mil ha de área) concentram 11 milhões de hectares. Foi justamente essa realidade, profundamente desigual, que fez Oliveira (2007, p. 132) afirmar que “[...] a concentração fundiária no Brasil tem características sem igual na história mundial, em nenhum momento da história da humanidade se encontraram propriedades privadas com a extensão que se encontram no Brasil”.

Nessa mesma linha, em Alagoas, de um lado, estão as propriedades de até 10 ha, que representavam 28 mil (57%) do total geral, ocupando 113 mil ha (6,58%) da área agrícola total do estado; de outro, apenas 18 grandes imóveis rurais, sendo 3 com área entre 5 e 10 mil, sendo todos no Leste alagoano (01 em Coruripe, com 8.743 ha; 01 em Messias, com 6.049 ha e 01 em São Miguel dos Campos, com 7 mil ha) e 15 com área entre 2,5 e 5,001 mil, sendo 13 no Leste e 02 no Agreste, representando ínfimos 0,04% do total geral de imóveis, concentravam sozinhos 72 mil ha. Demonstrando essa concentração de outra maneira, enquanto no campo alagoano, fruto da luta pela reforma agrária levada a cabo pelos movimentos e organizações sociais, foram criados 178 assentamentos rurais, em uma área de cerca de 114 mil ha, dividida para cerca de 13 mil famílias, temos apenas 126 grandes imóveis, na melhor das hipóteses 126 famílias, concentrando o dobro dessa área, exatos 227.622,28 ha. O Mapa 8 demonstra essa realidade, com a espacialização dos 15 imóveis supracitados, ou seja, a concentração da reprodução territorial do latifúndio em Alagoas, notadamente, na sua mesorregião Leste.

Mapa 8 – Alagoas - Distribuição espacial das grandes propriedades com área entre 2,5 e 5,001 mil ha (2014)



Fonte: INCRA (2014g). **Organização:** Flávio dos Santos; **Autor.**

Diante dessa realidade do campo brasileiro e alagoano que se perpetua nesse século XXI, nos amparamos em Oliveira (2007), quando defende que a concentração da propriedade privada capitalista da terra nessa formação territorial não é uma excrescência à própria lógica do desenvolvimento capitalista, sendo, na verdade, parte constitutiva do capitalismo à moda como se desenvolveu nesse território historicamente e se mostra bastante atual. Delgado (2005), ressalta que o modelo agrário/agrícola do agronegócio, no caso particular do Brasil, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, se materializando no espaço agrário como uma estratégia econômica de

capital financeiro, sendo o objetivo a perseguição do lucro e da renda da terra, sob patrocínio generoso de políticas de Estado.

Nessa realidade desigual, como bem escreveu Oliveira (2007, p. 138): “os camponeses não “pediram ordem a ninguém”, nem aos partidos, nem aos teóricos, a ninguém. As ocupações coletivas das propriedades privadas improdutivas passaram a compor os cenários novos das lutas no campo”. O campesinato Sem Terra através da bandeira da reforma agrária, a partir, principalmente, da década de 1990 passou a disputar e a conquistar frações do território capitalista brasileiro, não sendo diferente em Alagoas. É, justamente, sobre essas lutas, permeadas por conflitos territoriais, que passaremos a debater no próximo capítulo, trazendo os processos de recriação via resistência do campesinato Sem Terra brasileiro à luz da realidade do campo alagoano e, especificamente, dos assentamentos rurais espacializados na mesorregião do Sertão nesse estado.

4 LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA, RECRIAÇÃO E RESISTÊNCIA DO CAMPEPINATO SEM TERRA: A REBELDIA (IN)SUBORDINADA CAMPONESA NO SERTÃO ALAGOANO

Analisaremos, nesse capítulo, o processo de gestação e espacialização da luta pela reforma agrária em Alagoas demonstrando: a) o importante papel desempenhado por setores da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, nesse processo; b) a gênese da ação territorial dos movimentos e das organizações sociais do campo a partir das ocupações de terra; c) a barbárie contra o campesinato, levada a cabo pelos grandes proprietários de terras, materializada nos conflitos territoriais e, por fim, d) as conquistas do campesinato, no caso, os assentamentos rurais enquanto conquistas de frações territoriais de resistência e da rebeldia da classe camponesa.

4.1 A gestação da luta pela reforma agrária em Alagoas: o protagonismo do campesinato no e a partir do Sertão alagoano

[...] como então, estes seres desgarrados da terra, marginalizados de tudo e com a vida escorrendo-lhes entre os dedos de pés descalços, e de mãos já nem mais calejadas porque obrigadas a ficar sem trabalho, como assim, que estes seres, miseráveis, quase nem parecendo mais realmente humanos, de repente (ou nem tanto) resolvem, aos milhares, e organizadamente, levantar-se do chão e lutar pela terra de que foram arrancados, o que dizer, neste momento, lutar pelo retorno de sua própria condição humana, compreendendo que também tem direitos e que podem dizer não!

Roseli Salete Caldart (2004, p. 25), em “Pedagogia do Movimento Sem Terra”.

[...] entende-se, aqui, que a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista para a sua existência, sendo uma expressão da capacidade própria de articular, enquanto classe, mecanismos de resistência.

Eliane Tomiasi Paulino; Rosemeire Aparecida de Almeida (2010, p. 65), em “Terra e território: a questão camponesa no capitalismo”.

Inutilmente os espíritos mais conservadores procuram desqualificar os rebeldes, caracterizando-os como mesquinhos, ressentidos, imaturos ou irresponsáveis. [...] O ânimo rebelde tem estado presente na dignidade dos que se recusam a se deixar assimilar por hordas e manadas, tem se manifestado na dignidade dos que repelem os processos que parecem tender à militarização da vida ou apontam na direção da transformação das sociedades em imensos formigueiros. Uma certa chama de rebeldia, anterior a qualquer racionalização elaborada, desempenha uma função importante na reação dos indivíduos à elevação do teor da inumanidade das formas de existência coletiva.

Leandro Konder (2009, p. 44), em A “derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30”.

Para compreendermos a gestação da luta pela reforma agrária no estado de Alagoas, é mister um retorno aos anos 1970 e, notadamente, à primeira metade dos anos 1980, pois nessa década foi semeada a resistência em prol da reforma agrária, pelo protagonismo do campesinato no e a partir do Sertão alagoano. Frisamos “no e a partir do Sertão alagoano”, haja vista ser consenso entre os diversos sujeitos(as) entrevistados(as) para este estudo, que participaram dos processos da primeira ocupação de terra em Alagoas, a convergência na afirmação de que foi a partir desse espaço que se irradiou a luta, posteriormente, espacializando-se a resistência camponesa e a conquista de assentamentos rurais nas duas outras mesorregiões desse estado: o Agreste e o Leste.

Para tal, há um consenso também nos depoimentos e nos poucos autores que abordaram esse processo de luta pela reforma agrária em Alagoas, sobre o papel fundamental desempenhado por setores da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação. Percebemos como estes foram primordiais na gestação e disseminação de outra postura dos religiosos diante da problemática da questão agrária alagoana, consequentemente, influenciando uma nova postura dos sindicatos rurais e do campesinato com relação à reforma agrária no e a partir do Sertão alagoano.

Em síntese, é preciso não perder de vista que, com base em Poletto (2010), a partir dos anos 1950 e 1960 nessa mesma Igreja Católica, de um lado, existia a atuação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em prol da reforma agrária. Era a parte majoritária dos religiosos, segundo o autor, que dentro de uma linha desenvolvimentista e pelo viés modernizante do capitalismo, como forma de evitar qualquer possibilidade das ideias revolucionárias socialistas, atuavam disseminando as ideias de uma reforma agrária; de outro, existiam forças minoritárias, que sustentavam as ideias ultraconservadoras “Tradição, Família e Propriedade (TFP)”.

Havia, portanto, um contexto de extrema disputa política, não apenas dentro da Igreja Católica, mas desta com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente, no processo de fundação e reconhecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (MARTINS, 1981). Nesse contexto, com base nesse autor, a porta política extremamente reacionária pela qual a Igreja entra na questão agrária em face da reforma agrária radical proposta pelo PCB, é efetivada pela Carta Pastoral assinada pelo Bispo Dom Inocêncio Engelke, em Campanha-MG em 10 de setembro de 1950. “As propostas de reforma agrária que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha” (Ibidem, p. 88). Dito de outra forma, a lógica era de uma reforma agrária por dentro da ordem em detrimento das aspirações comunistas do PCB, nesse sentido defendia: “ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada” (Idem).

Em Alagoas, portanto, essas ideias minoritárias reacionárias, de alguma maneira, influenciaram as primeiras ações da Igreja no campo. Lima (2016), ao se remeter à referida Carta, faz menção ao surgimento do Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL), em 1961. Ou seja, mesmo Alagoas tendo um campo marcado por conflitos e pela violência, a criação e a ação do SORAL junto aos Sindicatos Rurais se pautavam pelo ultraconservadorismo aludido. Entretanto, essa realidade começa a sofrer mudanças no Brasil e, não sendo diferente em Alagoas, a partir dos anos de 1980. Como assevera Medeiros (2003, p. 29): “[...] surgiram novos personagens na luta fundiária, fruto da conjugação dos resultados do processo de modernização, da ruptura das relações sociais e de novos valores que passam a ser disseminados, em especial pela Igreja”. Nesse sentido, um papel fundamental foi desempenhado por setores da Igreja Católica influenciados pela Teologia da Libertação. Portanto, outros sujeitos eclesiais, movidos por essa Teologia, impulsionaram a gestação da luta pela reforma agrária em Alagoas. Sobre a Teologia da Libertação, Mitidiero Jr. (2008, p. 20) afirma:

A teologia libertadora e os clérigos libertadores elegeram o pobre não como objeto de sua caridade, mas como portador das transformações sociais lidas no Evangelho e por ele inspiradas. A missão dos religiosos passou a ser a de transformar a ação dos pobres em uma missão cristã de luta por libertação. Libertação entendida como o fim da opressão econômica e política que atinge o povo, esse entendido como a classe subalterna, explorada e miserável.

Assim, com base nesse sentimento de libertação dos grupos/classes explorados/as no campo, é que se tem, no espaço agrário do Sertão de Alagoas, uma atuação destacada de Padres, Missionárias, Agentes Pastorais, em torno da Pastoral Rural¹⁷⁴ – que por volta de 1987 constituiriam

174 Nas palavras de Lima (2016, p. 55), “outro sujeito que deve ser mencionado no contexto que antecede ao surgimento da CPT/AL é a Pastoral Rural. Nasce em 1976, na paróquia Santa Maria Madalena em União dos Palmares, com a colaboração de padre Emilio April e do leigo José Martins, contando com a anuência de Dom Miguel Câmara. Esse serviço pastoral adquiriu o maior volume quando a Arquidiocese de Maceió, em 1984, acolheu os padres Aldo Giazzone e Luis Canal, italianos que assumiram respectivamente as paróquias de Colônia Leopoldina e Novo Lino, dedicando-se aos trabalhos da Pastoral Rural, com a missão de estendê-lo a outras regiões do estado, como desejava o arcebispo.”

a CPT/Alagoas (LIMA, 2016) –, do Movimento de Jovens Católicos¹⁷⁵ e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR)¹⁷⁶, essa última com maior atuação no Agreste. Lima (2016), ao analisar o surgimento da CPT/AL a partir do Arquivo Eclesiástico de Alagoas, fortalece essa linha historiográfica, quando destaca a atuação da Pastoral Rural no Sertão alagoano (nos municípios de Inhapi, Água Branca e Delmiro Gouveia), no ano de 1985, bem como esse processo ficou evidente em diversos depoimentos colhidos durante as entrevistas. Importante registrar que a ação de setores da Igreja Católica, movidos pela Teologia da Libertação, ocorria em outras regiões do território alagoano, bem como a perseguição sofrida está registrada em Albuquerque (2016). Nesse caminho, Lima (2016) destaca a atuação de padres e irmãs canadenses, atuando na intermediação dos conflitos com posseiros no município de União dos Palmares, já na década de 1970. Prova disso é que a CPT (1986), no Relatório Conflitos no Campo Brasil - 1986, registrava nesse ano, dez conflitos por terra, envolvendo 4.029 famílias em disputa por 26.939 hectares, com um despejo e um assassinato. Lima (2016), também nos esclarece que a atuação da Pastoral Rural não se resumiu ao Sertão alagoano, ou seja, no ano de 1985, esse autor destaca a atuação de clérigos na mesorregião do Agreste, município de Arapiraca, e na mesorregião do Leste alagoano, nos municípios de União dos Palmares, Santana do Mundaú, Viçosa, Novo Lino e Colônia Leopoldina.

Esses processos chegam ao conhecimento e incentivam a ação dos clérigos sertanejos, tendo como espaço central de atuação e organização o município sertanejo de Inhapi. Eram lideranças que pertenciam a grupos eclesiais, que, em alguns casos, atuavam em cooperação com outros grupos da Igreja Católica dos estados nordestinos mais próximos, a exemplo do envio de lideranças para formação no Centro de Forma-

175 A Igreja Católica tinha ações direcionadas aos jovens do campo organizando-os e formando-os em torno da Juventude Católica (JAC) (POLETTI, 2010; MITIDIERO Jr., 2008).

176 A Ação Católica Rural - ACR significava à época de sua fundação, em 1966. Posteriormente, a sigla passou a significar Animação de Cristãos no Meio Rural. Implementada por D. Helder Câmara e coordenada pelo padre Joseph Servat, tinha por objetivo sensibilizar os cristãos a assumirem, a partir da análise da realidade, seu compromisso com os valores do Evangelho em suas vidas concretas, engajando-se nas comunidades, movimentos e sindicatos rurais. Foi um movimento atuante até os anos 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16984>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ção de Missionários Camponeses da América Latina, uma iniciativa de Dom José Maria Pires na Paraíba, que ficou conhecida como a Teologia da Enxada. Assim descreveu Mitidiero Jr. (2008, p. 294. Grifos do autor), em sua tese de doutoramento, acerca da Teologia da Enxada:

Outra atitude interna à instituição eclesial levada adiante por Dom José Maia Pires foi a organização de um Centro de Formação de Missionários Camponeses da América Latina. Essa experiência ficou conhecida como **Teologia da Enxada**. Embora não constituísse uma nova teologia ou, pelo menos, tivesse uma reflexão nesse sentido, esse centro nasceu de uma proposta inédita e revolucionária na formação de religiosos, que, por isso, compreenderam que era uma nova forma de fazer/viver a teologia. A ideia partiu dos próprios seminaristas/missionários, foi sistematizada pelo padre e teólogo José Comblin e encaminhada institucionalmente por Dom José.

Em Pernambuco, mais especificamente no município de Olinda, ocorriam encontros da ACR. Tivemos a oportunidade de entrevistar uma ex-liderança do MST, que era agente da ACR e atuou no Sertão alagoano nos anos de 1980. Ao ser perguntada como foi seu encontro com o tema da reforma agrária, deixa evidente a importância dos clérigos e do movimento em torno da Teologia da Libertação no Nordeste.

[...] A Igreja começou a incentivar o movimento jovem e eu fiz parte [...]. Fazendo parte do movimento de jovens, veio um Padre, por nome de Padre Afrânio, lá no município de Craíbas, que me convidou pra fazer parte das reuniões da ACR, Animação dos Cristão no Meio Rural, [...] comecei fazer, logo me convidou pra ir uns encontros em Olinda, local onde a ACR fazia os encontros. E lá nessa época, lá pra os anos [19]78, [19]79, a gente se encontrava com pessoas de todo o Nordeste né. E lá nesses encontros a gente começava a fazer essas discussões [sobre a reforma agrária]. O objetivo do movimento era: libertação né, dos trabalhadores e trabalhadoras. Naquela época tinha muitos conflitos de terras com as famílias, principalmente, ali da Bahia e do Maranhão, que tinha grileiros tomando suas áreas [...], tomando as terras do pessoal que tinha suas arezinhas. E aí a gente começava a fazer essa discussão, pra melhorar a nossa participação no movimento da

Igreja, nas pastorais, no sindicato. E nesse período, já entrando nos anos [19]80, começa aqueles movimentos lá pro lado do Sul né, dos operários, dos metalúrgicos né e a gente começo a ter essas informações através do movimento de ACR. E, nessa época [...] começo também as ocupações de terras lá pros lados do Sul, Padre Servat [Joseph Servat], que era um dos franceses que veio fundar o movimento ACR no Brasil, ele falava muito dessa história de Ronda Alta né, da reforma agrária que o pessoal do MST estava se criando naquela época né. E aí a gente também aqui [Alagoas], aos poucos foi se articulando né, foi quando nos anos [19]80, 81-82, a gente teve essa extensão aqui pra fazer essa articulação aqui em Inhapi, que a gente veio para o encontro da Forania [...] pessoal da bíblia né, da Igreja, Padre Luiz e as irmãs. [...] Aí nessas vindas a gente foi conhecendo os agricultores e as agricultoras e, um grupo de pessoas, começaram a discutir a questão do MST, como criar o MST aqui. E aí me convidaram pra eu ser também um dos membros do MST. Aí eu vim pra qui e fiz parte da equipe, nos anos [...] [19]83 e [19]84, por aí assim [...]¹⁷⁷.

Outro depoimento colhido, também de uma ex-liderança do MST, que viveu e foi protagonista naqueles anos iniciais da luta pela reforma agrária, tendo conquistado a condição de assentada nesse mesmo Sertão onde vive até hoje, é esclarecedor da importância dos momentos de formação, no caso dela, realizados desde a juventude, no movimento de jovens na Paróquia de Inhapi e, posteriormente, na experiência formativa na Paraíba, com Dom José Maria Pires:

Sou natural de Inhapi. [...] Vivi a vida toda na roça. Depois de um certo tempo [...] em [19]76, por aí, eu comecei a militar na Igreja Católica lá em Inhapi, no movimento de jovens. Depois a gente foi tomando consciência política né, da situação como um todo. Fiz uma experiência que foi interessante, como seminarista, numa filosofia totalmente diferente na época, que era chamada Teologia da Enxada, lá na Paraíba, com Dom José Maria Pires. Seminário com uma concepção diferente. Nós ficamos lá no seminário até [19]83, [19]84 [...]. Retorno pra Inhapi e a gente continua na militância, no caso

177 Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2017 no município de Inhapi.

religiosa, e a partir daí nós entramos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi, com o apoio do Padre Luiz Torres, as irmãs Cecília, Gê e tinha outras, né. Aqui mais próximo a gente tinha o apoio de Frei Angelino, que morava no Tabuleiro, e Frei Afonso. Naquela época, isso já em [19]85, [19]86, era assim o refúgio que se tinha pra fazer uma discussão mais política e tal¹⁷⁸.

Pelo menos dois pontos merecem destaque no depoimento acima: o primeiro, está relacionado ao final da fala do agricultor assentado ao enaltecer o “refúgio” que era encontrado na solidariedade dos religiosos em favor do campesinato e da reforma agrária. Por isso, fazemos questão de ressaltar a importância desses setores eclesiais, com base na Teologia da Libertação, para a luta camponesa pela reforma agrária no campo alagoano. Isso nos remete ao que escreveu Martins (1989, p. 87), em um item que intitulou de “A igreja e os conflitos: o refúgio dos sofredores”:

“[...] a Igreja se transformou num refúgio por dois motivos: de um lado, porque as vítimas e perseguidos não tinham e não têm alternativa. A justiça e a polícia locais têm estado sob o controle dos grandes proprietários. Não sendo raro que o juiz, o delegado o comandante do destacamento e todos os outros funcionários públicos tenham sido nomeados pelo governador por indicação de políticos apoiados e eleitos pela interferência dos grandes fazendeiros locais. [...] De outro lado, porque a Igreja [...] tem sido uma Igreja da opção preferencial pelos pobres e da pastoral social.

É preciso lembramos que, apesar de o contexto relatado ser marcado pelo fim do período de ditadura militar, a violência dos latifundiários, contra aqueles que colocavam em risco qualquer palmo de suas terras, era real. As notícias acerca da violência e dos assassinatos no campo eram do conhecimento das lideranças e religiosos. E mais ainda, estes conheciam muito bem a realidade do Sertão alagoano, marcado pelo coronel latifundiário. A União Democrática Ruralista (UDR), entidade dos latifundiários com práticas marcadas pela violência, chegava ao campo alagoano aprofundando essa realidade, como veremos adiante.

178 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

A CPT (1985), através do Relatório Conflitos no Campo, registrava alguns conflitos territoriais em Alagoas naquele ano, envolvendo os proprietários da Usina Porto Rico e os trabalhadores, no município de Colônia Leopoldina, mesorregião Leste, mais precisamente na zona da mata alagoana. Não houve assassinatos no campo alagoano no ano aludido, pelo menos é o que apontam os registros da CPT, mas, já no final da década de 1980, duas vidas seriam ceifadas nos conflitos pela terra: José Cosme, em um conflito envolvendo o administrador da fazenda Cabugi, no município de União dos Palmares – também na zona da mata, em 1987; e José Martins de Oliveira, no município de Maragogi – Litoral Norte, envolvendo Gerson Guilherme de Andrade – Grupo Othon (CPT/2017).

Oliveira (2007, p. 137), ao analisar os assassinatos em conflitos no campo, entre 1964 e 2006, registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos fornece em boa medida a tensão daquele momento, além de corroborar a nossa análise acerca do momento no qual estava nascendo a luta pela reforma agrária e a importância dos espaços de refúgios eclesiais para os camponeses em Alagoas:

Fato que chama especial atenção [...] é o crescimento da violência nos anos 80. Ele decorre do aumento da pressão social que os camponeses fazem em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentou a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, formação do PT- Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda (ex-clandestinos ou não), abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. A CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: “Terra de Deus, terra de irmãos”. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. Fermentavam-se nas periferias pobres das cidades brasileiras as discussões sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na

CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começavam a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com pressão social aumentando, a violência dos latifundiários cresceu também. Naquele momento ela estava sendo praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra.

O segundo ponto a se destacar no depoimento reside na importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Inhapi, a partir da chegada de lideranças sindicais que, após a formação política, traziam na bagagem a consciência da importância da luta política em prol da reforma agrária. O referido STR, que foi fundado por volta 1975, segundo o depoente a seguir, até meados dos anos 1980 não debatia o tema da reforma agrária. Aliás, esse era um tema que não havia chegado ainda a Alagoas. As Ligas Camponesas, importante movimento em prol de uma reforma agrária radical da estrutura fundiária brasileira em favor do campesinato, que sacudiu o Nordeste entre os anos 1940 e 1960, não teve tanta repercussão em Alagoas, sufocado pelas forças opressoras latifundistas. A estrutura sindical rural em Alagoas não era politicamente combativa até aquele momento. Durante a ditadura militar, os movimentos de controle foram aprimorados, além dos agentes de Estado, os próprios usineiros tiveram iniciativas tuteladoras, havia o cuidado de que as lutas por direitos e a ação das Ligas Camponesas, fortes em Pernambuco e outros estados nordestinos, não ganhassem espaço em Alagoas (ALBUQUERQUE, 2009; MELLO, 2002 APUD ALBUQUERQUE (2016, p. 192)¹⁷⁹. Essa ausência do debate e da ação propositiva pela reforma agrária podemos observar no depoimento de uma ex-liderança sindical, fundadora do STR/Inhapi, e que fez parte da diretoria a partir da sua fundação até meados dos anos 1980.

179 Ainda sobre o sufocamento das Ligas Camponesas em Alagoas, esse autor escreve em nota de rodapé: “Há um acontecimento emblemático nesse sentido. Em 29 de março de 1964, as forças progressistas de Alagoas realizariam um comício de defesa das reformas de base propostas pelo governo de João Goulart, cuja estrela maior seria o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o comício foi cancelado. Nessa mesma data, numa demonstração de força, os usineiros, fornecedores de cana e outros proprietários reuniram na Praça do Centenário um exército particular de dez mil homens, todos fortemente armados. O poder em Alagoas nasce na terra (Idem).

De início assim, no começo do sindicato, essa questão da reforma agrária, a gente só ouvia falar, né. Ninguém tinha conhecimento não. Sabia bem o que era não. Só depois, já com a chegada do Padre Luiz por aqui, foi que começou né, a questão do movimento, dos Sem Terra, dessas coisas assim. [...] Por que o pessoal, é uma pena, que ainda hoje alguém pode ter isso na cabeça: tinha o sindicato como um movimento assistencialista, sabe, né. “Não, eu vou me associar ao sindicato, por que quando eu quiser fazer uma consulta, levar uma pessoa no hospital e tal”. Era só essa a visão do pessoal, né. Quer dizer essa questão de luta pela terra, inclusive, aqui era uma área de produtor, né. Sem Terra aqui [Inhapi] praticamente não existia na época, né. Era todo mundo pequeno, mas, praticamente, eu acho que 80%, o pessoal daqui, tem uma areazinha de terra pra trabalhar né, pelo menos na época, hoje eu não sei bem a realidade. [...] Então, quem era os associados do sindicato? Era um sindicato formado, praticamente, por pequenos proprietários, né. Aquelas pessoas, que embora pequena, tinha uma areazinha de terra pra trabalhar, produzir e tirar o sustento da família daquela área¹⁸⁰.

Alguns pontos é importante ressaltar na fala da liderança sindical: percebemos que a presença do padre Luiz Torres, que foi pároco no município de Inhapi de 1977 a 1988 e, no município de Delmiro Gouveia, de 1989 a 1990, ambos no Sertão alagoano, ganha importância nas narrativas, que afirmam o papel essencial dele na gestação e nos primeiros passos da luta e na formação política das lideranças. Em outro depoimento, ficou claro o apoio de outros padres, a exemplo de Luiz Canal, da Arquidiocese de Maceió, do padre José Augusto, que à época era pároco em Delmiro Gouveia, e do padre Afrânio, no município de Craíbas. O líder sindical enaltece que praticamente 80% dos sócios do STR tinham uma “areazinha” de terra para o sustento da família. Essa fala nos remete ao debate sobre a presença estrutural do minifúndio, e não do latifúndio no Sertão alagoano. Não obstante, ao ser perguntado posteriormente, se existiam latifúndios e moradores de condição e/ou arrendatários no campo do município de Inhapi, reafirma sua fala, reconhecendo que existiam alguns poucos latifundiários, além de destacar

180 Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2017 no município de Inhapi.

que o trabalho assalariado era quase inexistente. Ou seja, o latifúndio não estava totalmente ausente. Por fim, o comportamento dos sócios sindicais de enxergar no STR um trabalho apenas assistencialista, segundo ele, era verificado também em outros sindicatos do Sertão. Em Alagoas, a maior parte das direções sindicais não viveu pressões da base exigindo correção de rumos, até houve e há disputa pela estrutura sindical, mas (salvo algumas poucas exceções) o conteúdo dos grupos em litígio é o mesmo (ALBUQUERQUE, 2016).

Outro depoente, que fazia parte dos setores eclesiais à época, ao ser perguntando como era a realidade do Sertão alagoano nos anos 1970/1980, fortalecendo a análise acerca da presença maciça das pequenas propriedades, traz um elemento importante sobre a questão da formação e presença do latifúndio: o processo de grilagem de terra, fortalecendo a tese da história da grilagem de terra no Brasil, como vem denunciando Oliveira (2010). Nas palavras do representante eclesial:

[...] a maioria dos agricultores era da agricultura familiar, né, pequenos proprietários. A paróquia compreendia os dois municípios, Inhapi e Canapi. E aqui [Inhapi] tinha uns poucos latifundiários né, e Canapi também. Agora, tinha também gente que foi grileiros, inclusive, uma vez eu dei carona pra umas pessoas, e andamos cerca de meia hora, quarenta minutos, dentro da propriedade do cidadão. “Meu Deus! Doutor fulano de tal tem muita terra em?” Aí uma senhora disse: “Ah, [...] o senhor não sabe da missa o amém. Essa terra aqui ele comprou quinhentas tarefas e cercou três mil. Tomou a terra quase toda do meu pai e meu pai foi reclamar ele disse: “[...] se conforme, fique tranquilo, fique na sua, por que o senhor vai fazer questão e quem sabe vai ser mercedor só de sete palmos de terra, pra baixo”. Então, tinha esses latifundiários, mas houve gente que grilou terras também né, poucos casos, mas aconteceu também¹⁸¹.

Entretanto, também existiam, segundo os relatos, os rendeiros, o vaqueiro e os moradores de condição, que viviam à mercê dos interesses dos grandes proprietários de terras. Portanto, é nesse tensionamento que

181 Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2017 no município de Inhapi.

se dá a atuação do campesinato, permeada pela ameaça e violência dos latifundiários. As novas lideranças sindicais, no STR/Inhapi, começam a alterar a forma de atuação, ou seja, com o apoio dos setores eclesiais essas novas lideranças trazem para o centro do debate essa realidade do Sertão alagoano, propondo a luta pela reforma agrária. O resultado desse processo será a formação do MST/AL, que, posteriormente, inauguraria a ocupação e o acampamento, como formas de luta pela reforma agrária no território alagoano. Essas assertivas ganham corpo na fala da mesma liderança, que participou desse processo e hoje é assentado:

Foi quando a gente entrou dentro no sindicato [Inhapi] [...] pra dar, né, uma oxigenada no sindicato. A partir desse trabalho sindical foi que surgiu o MST, certo. No final de [19]84 a gente já vinha discutindo a luta pela terra, mas ainda não sonhava com o movimento de ocupação em si. Nós discutia assim, o direito, que a gente entendia e entende, o direito sagrado, né, do agricultor ter acesso à terra. Quando foi, no começo de [19]85, justamente, na fundação nacional do MST, nós participamos. No caso eu não fui. Luiz Valério que foi, que era né, um companheiro nosso lá do sindicato, juntamente, com Alexandre, ambos já partiram [in memoriam]. Mas eles foram de Alagoas, foi o único município que teve representantes [...] Então, nós participamos da fundação, do primeiro Congresso Nacional do MST, certo. E aí começou-se um trabalho de aproximação e articulação com a coordenação nacional do movimento. Quando passou né, praticamente, o ano de 85 [...] [em] 86 [...] nós trouxemos a direção nacional do Movimento pra Inhapi, pra fazer uma discussão mais aprofundada sobre os objetivos do MST. E aí a gente assumiu o compromissos em começar a organização o Movimento Sem Terra aqui em Alagoas. Nessa discussão já se criou uma coordenação provisória do Movimento, aqui em Alagoas [...] ¹⁸².

Essa mesma liderança, após explicitar que até aquele momento, por volta de outubro de 1986, não havia sido realizada ocupação de terra em Alagoas, fala um pouco da metodologia de trabalho para conseguir a aproximação com as comunidades e a forma como elas recebiam o tema da luta pela reforma agrária:

182 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

[...] aí foi justamente que nós começamos esse trabalho de organização, de conscientização pra ocupação de terra. **Entrevistador:** como era esse trabalho? **Depoente:** Nós íamos para as comunidades, saía, reunia a comunidade, fazia a discussão, criava o núcleo de organização da comunidade para discutir a organização da luta pela terra, já na perspectiva de uma ocupação. Já ia discutir com esse objetivo. Sendo que o que a gente colocava assim, digamos assim, como mote principal, como incentivador da luta pela terra, era, nesse momento, a questão religiosa, porque era um direito nosso. Nós íamos discutir isso baseado dentro dos conceitos bíblicos, né. **Entrevistador:** Um pouco da Teologia da Libertação? **Depoente:** Exatamente isso! Essa era a tese [Teologia da Libertação] que a gente defendia e justificava por que a necessidade de ocupar a terra, né. Que teria que lutar para ter essa conquista. **Entrevistador:** Como as comunidades recebiam o tema da reforma agrária? **Depoente:** primeiro se entrava com essa questão, né, pra se discutir a terra, a necessidade da terra, era toda essa questão ideológica. [...] Isso era uma parceria que a gente faria: o Sindicato, que tava indo, faria essa discussão basicamente com o sócio do sindicato, [...] apoiado pela questão da Igreja Católica [...], em algumas discussões, inclusive, tinha a presença. A gente fizemos um trabalho de formação das lideranças, pra que essas lideranças pudessem repetir isso nas comunidades. **Entrevistador:** só no Inhapi? **Depoente:** Isso era uma discussão mais geral, mas o trabalho forte foi em Inhapi, porque era o Sindicato, o Movimento [MST nascendo]. Tínhamos também, em um grupo, acabou sendo um grupo bom, [...] grupo de Mata Grande [...], [lá] nós uma liderança, uma senhora muito religiosa que ajudou muito, pra dar esse apoio moral, que trouxe, inclusive, gente pra ocupação. E foi quando a gente decidiu em fazer a primeira ocupação de terras em Alagoas [...] ¹⁸³.

José Roberto da Silva, atualmente uma das principais lideranças do MST/Alagoas, tendo participado e ainda atuando ativamente da construção do movimento não apenas em âmbito estadual, mas também nacional, ao escrever o artigo “Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007”, relata:

183 Idem.

A história do MST em Alagoas tem início com a participação da Pastoral Rural que atuava em Alagoas, no I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado no mês de janeiro de 1985, no Paraná. A pastoral foi convidada em razão de seus trabalhos de articulação e da assessoria que prestava aos sindicatos, grupos de jovens, pescadores e associações em geral, ligada, direta ou indiretamente, ao processo de vida do campo alagoano e, especialmente, do trabalhador rural. Ao aceitar o convite para o Congresso mencionado, a Pastoral Rural envia um participante; este era associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Inhapi, município situado no Sertão alagoano. Tratava-se de Luiz Valério, escolhido por sua atividade e militância. Ao [retornar], Valério compartilha os temas e debates que ocorreram com os demais membros do Sindicato e da Pastoral Rural. O principal desafio seria o de colocar em prática os objetivos definidos pelo Congresso, com o intuito de fazer avançar a luta pela reforma agrária em Alagoas, o que estava expresso na palavra de ordem: “Ocupação é a única solução!” (SILVA, J., 2013, p. 395).

O campesinato em Alagoas, através das organizações e movimentos sociais do campo, passa a se articular desde o início da constituição do MST. Sem necessitar pedir licença a quem quer que fosse, o campesinato alagoano, dando mais um passo à frente, enquanto classe social, foi forjando suas estratégias rebeldes para a arena da luta de classes. A luta pela terra, que sempre esteve presente ao longo da formação territorial alagoana, agora se materializava na bandeira da reforma agrária com o nascimento do MST no estado. Assim, foram pensando nos mecanismos de resistências, sabedores da necessidade de conquistar a terra como forma de garantir sua existência, enquanto sujeitos/classe de dentro do capitalismo, como apontam Paulino e Almeida (2010) em epígrafe. Se não pediram licença ao capital, muito menos o fizeram com relação aos partidos e aos teóricos (OLIVEIRA, 2007). Aliás, Martins (1981, p. 9), ao analisar a ação dos movimentos e lutas populares em fins dos anos de 1970 e início dos 1980, asseverava que eles caminhavam mais rápido do que os partidos, inclusive os partidos clandestinos. Segundo o autor, os partidos tinham dificuldades teóricas, práticas e doutrinárias para acompanhar as tensões e reivindicações das ações camponesas.

Nesse debate, nunca é demais recordarmos o princípio materialista e dialético da história, contido na obra de Karl Marx: “os homens [as mulheres] fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles [elas] próprios[as], mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p. 25). De uma realidade carregada de um passado colonial totalmente hostil e contraditório ao campesinato, esse foi se construindo efetivamente a luta de classes.

Nessa linha de pensamento, com base em Iasi (2008)¹⁸⁴, podemos afirmar que a ação protagonista desse campesinato ocorria em busca da emancipação em um momento histórico em que as condições materiais não se apresentam a ele. Não obstante, esse não é um ponto impeditivo da ação de parte do campesinato, que inicia sua luta pela reforma agrária em Alagoas, ao contrário, os camponeses passaram a agir espacialmente, ou melhor, territorialmente, compreendendo que eles eram/são os sujeitos da ação histórica em detrimento de serem objetos frente aos processos históricos. Dito de outra forma, parte do campesinato alagoano passou a perceber também que “o presente não engendra automaticamente o futuro através de uma dinâmica fatal e espontânea: o futuro precisa lutar para nascer, para assumir uma feição determinada; precisa enfrentar criticamente o presente” (KONDER, 2009, p. 44).

Nesse sentido, enquanto “arquitetos rebeldes” em um “mundo cheio de contradições” (HARVEY, 2011, p. 305), o campesinato foi (re)construindo o espaço agrário alagoano, prenhe do passado, tanto das lutas camponesas ao longo da história de sua formação territorial

184 Não obstante, discordamos desse autor em um ponto implícito na sua argumentação, quando nessa mesma análise, em nossa ótica, Iasi se prende há um certo ranço do pensamento marxista, que enxerga o papel revolucionário no proletariado em detrimento do campesinato. Isso fica claro na defesa da ditadura do proletariado como estratégia de passagem do capitalismo ao comunismo. Definitivamente, é preciso enxergar, na própria obra de Karl Marx, e, mais ainda, na história, a participação decisiva do campesinato nas diversas revoluções, portanto, um campesinato que se constitui como uma das classes importantes do modo de produção capitalista. Sobre o tema da revolução e a participação do campesinato nelas Cf.: Shanin (2005); Moura (1988) Mitrany (1957). Por exemplo, Moura (1988, p. 46) diz: Nada mais nada menos do que sete importantes revoluções do século XX tiveram intensa participação camponesa: a Revolução Mexicana de 1910, as revoluções russas de 1905 e 1917, a Revolução Chinesa de 1949, as lutas anticoloniais vietnamita e argelina e a Revolução Cubana de 1958. Essa presença camponesa em processos revolucionários tão díspares incita a busca de uma base comum que explique por que a sublevação camponesa chega a tais extremos na luta pela abolição de uma ordem política.

e dos desencontros em sua própria trajetória de construção enquanto classe social, como do conservadorismo, da violência, da barbárie e poder hegemônico exercido pela burguesia latifundiária rentista. A ação desse campesinato encontrava essas condições materiais contraditórias territorializadas e presentes no imaginário simbólico da sociedade. Por isso, a necessidade do espaço de refúgio eclesial, por exemplo, devido a violência moderna-colonial dos grandes proprietários de terras – os coronéis do Sertão.

Nessa esteira, um outro ponto histórico importante para a formação e a consciência política da classe camponesa alagoana foi a proximidade com o estado vizinho: Sergipe. Em terras sergipanas, o MST estava em processo organizativo, de certa forma, um pouco mais avançado, conforme está registrado em Santos (2008), em 1985/1986 o MST/SE já estava iniciando a sua territorialização via ocupação de terras a partir do Sertão do estado de Sergipe. Assim, nesse mesmo ano, é realizado o 1º Encontro do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Sergipe e Alagoas, justamente, no STR/Inhapi (SILVA, J., 2013). Esse mesmo autor registra os objetivos desse Encontro:

Participaram do encontro a Coordenação Executiva dos Sem-Terra – da qual se origina o MST [Alagoas]-, outros representantes dos sindicatos e o pessoal da Pastoral Rural, a fim de discutir as formas de luta para o avanço da reforma agrária. Nesse encontro foi tirada uma Comissão para reconhecer a resistência das famílias acampadas no município de Borda da Mata, no Estado de Sergipe. Visava impulsionar a luta pela terra em Alagoas, uma vez que o processo de luta pela terra já se encontrava mais avançado em Sergipe (SILVA, J., 2013, p. 396).

É preciso registrar que essa construção da consciência utópica e das ações em torno da luta camponesa pela reforma agrária, em Alagoas, não foi um processo monolítico harmonioso entre os diversos sujeitos e organizações sociais envolvidas, como, de fato, não poderia ser. Houve tensões mesmo entre os que se apoiavam mutuamente (Sindicato, MST e Pastoral Rural/CPT). Nesse sentido, J. Silva (2013, p. 396), explicita:

Evidentemente, não seria obrigatório que todos estivessem de acordo com a proposição de que se deveria passar a ocupar a terra. Era uma questão de método de ação e de trabalho, do qual a Pastoral discordou, mas o Sindicato de Inhapi, que assume as discussões e propostas do Congresso do MST, cria, dentro da estrutura sindical, uma coordenação executiva dos semterra¹⁸⁵. Dentre os responsáveis estavam Cazuzu, Genivaldo, Zilma, Serevino e Luiz Valério, o mesmo que fora representando a Pastoral [no Congresso].

Aliás, essas divergências com relação às ocupações de terra, entre setores da Igreja, mesmo que situados no campo progressista, e o MST, faziam parte do cotidiano da construção do Movimento no Nordeste, não sendo exclusividade como pode ser visualizado na passagem a seguir, da tese de doutorado “Migração, memória e militância: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)”, quando a autora se apoia em uma entrevista com Jaime Amorim¹⁸⁶, histórica liderança do Movimento nessa região e que teve atuação na consolidação do MST nela, inclusive, em Alagoas.

Jaime Amorim, que fez parte do grupo de militantes sulistas que acompanhou as primeiras ocupações de terra organizadas pelo MST nos estados do Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, conta que, ao mesmo tempo em que havia uma avaliação da Direção Nacional do MST sobre a importância do Nordeste para a luta pela reforma agrária, existia muita dificuldade acerca do convencimento quanto à forma de atuação, já que os delegados nordestinos que participaram

185 Alguns autores preferem grafar o termo como Semterra, por exemplo, Almeida (2010, p. 11), como aparecerá em citação páginas à frente, assim justifica: “Semterra (será grafado assim, para acentuar o termo), devendo ser claro para efeito deste texto, que consideraremos semterra uma localização política face à produção onde, necessariamente, remetemos o tema para a área da economia política e, nela, obrigatoriamente, ao quadro do poder” (ALMEIDA, 2010, p. 11).

186 Segundo José Roberto da Silva, dirigente Nacional do MST, na fase de consolidação do Movimento no Nordeste, especialmente em Sergipe e Alagoas, em fins dos anos 1980, a Direção Nacional designou cerca de uma dúzia de dirigentes da região Sul para atuar nos estados nordestinos, sendo Jaime Amorim um deles, bem como, sublinha que o MST se consolidava “[...] como a principal força no campo, capaz de enfrentar o latifúndio e os coronéis em Alagoas”, destacando ainda, a criação da Secretaria Regional Nordeste justamente em Maceió, em março de 1988 (SILVA, 2013, p. 398). Sobre a criação da referida Secretaria Cf. Debiase (2016, p. 223).

do I Congresso do MST, segundo seu depoimento, “[...] era gente ligada à Igreja, que tinha muita resistência à ocupação” (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 20013) (DEBIASE, 2016, p. 173).

No caso de Alagoas, o relato a seguir de uma liderança religiosa que esteve à frente dos processos, demonstra as tensões, alguns desencontros e as preocupações de parte da Igreja, sobre o caminhar dos acontecimentos fundados na ocupação da fazenda Pebá.

[...] pra gente foi uma preocupação grande, porque, de repente, foi uma debandada de lideranças [do sindicato e das entidades da Igreja] né, cerca de sete a nove lideranças que foram pros Sem Terra [na ocupação da fazenda Pebá]. [...] a gente num certo acompanhamento, mas com medo que a notícia vazasse [de que iriam ocupar], então a gente previa que a ocupação seria mais tardia, de repente, a gente estava no encontro também da Pastoral da Terra, em Maceió, aí soube da notícia que a turma já tinha ocupado
[...] A igreja é, resolveu colaborar né, um pouco desgostosa, porque foi feito muito assim, quer dizer: de repente a gente perde sete, nove lideranças assim. Então, a gente sentiu que o movimento do trabalho no município, na paróquia, enfraqueceu um pouco. Mas, a gente tinha que abraçar a causa né e não podia ficar fora. Aí ficou nesse cuidado, de pedir, de refletir com eles, de avaliar o processo pra que houvesse honestidade, para que quando recebesse alguma doação prestassem conta; dividisse direitinho com os membros que estavam participando. Para que o pessoal não seguisse a mesma filosofia gananciosa capitalista do sistema capitalista né¹⁸⁷.

Não obstante, o apoio que a Igreja Católica vinha realizando junto às organizações camponesas continuou, com base em um princípio fundamental: o respeito à autonomia do campesinato de se organizar e decidir seus caminhos. Aliás, esse foi um dos inúmeros papéis importantes que essa fração da Igreja Católica, movida pela Teologia da Libertação, exerceu: apoiar buscando não subordinar a classe camponesa

187 Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2017 no município de Inhapi.

em formação na luta. Esse princípio fica explícito no trecho a seguir de Balduino (2004, p. 21): “A Igreja fez a opção preferencial pelos pobres sem procurar substituir as suas organizações de classe autônomas e até atuou de forma independente. Eis aí um dos segredos dos avanços das organizações sociais no campo brasileiro.

Nesse contexto, o campesinato alagoano seguiu com sua rebeldia, nos termos colocados por Konder (2009) em epígrafe, materializada na sua caminhada no chão da noite literalmente, em busca da emancipação e libertação (MARTINS, 1989). Rebeldia e utopia libertadora e emancipatória, acreditamos, formam a histórica longa marcha do campesinato brasileiro em busca de entrar na terra, nos termos escritos por Oliveira (2001), forjando, nessa esteira anunciada por esses autores, sua identidade de classe camponesa em meio a uma gama de diferenças que não impediram/impedem essa formação enquanto classe social de dentro do modo de produção capitalista (ALMEIDA, 2006).

Essa rebeldia foi determinante para que, conforme J. Silva (2013), em 26 de janeiro de 1987, após anos de formação política, (re)organização sindical, parcerias, notadamente com os setores eclesiais, as cercas do latifúndio fossem rompidas pela primeira ocupação de terra no estado de Alagoas, no caso, na fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia, tendo à frente um jovem movimento, em seus primeiros passos nesse estado: o MST. A partir do exposto ao longo deste item e sintetizado no quadro 2, percebe-se a variedade de processos/sujeitos/organizações camponesas até a construção da primeira ocupação de terra no estado de Alagoas.

Como o campesinato conseguiu romper as cercas do latifúndio em um estado fortemente marcado pelas oligarquias rurais e no *lôcus* dos coronéis (o espaço agrário do Sertão alagoano)? Como reagiram os coronéis do Sertão alagoano e quais as formas de resistência desse campesinato? São perguntas que buscaremos respondê-las no próximo item.

Quadro 2 – Alagoas - Processos históricos da gestão da luta pela reforma agrária (1960/1987)

Organização	Ano/local	Processos
Igreja Católica/ Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL)	Década de 1960/Alagoas	Ações conservadoras da Igreja Católica junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
Igreja Católica/ Pastoral Rural	Década de 1970/1980 Alagoas	Atuação progressista de padres, missionários(as), agentes pastorais italianos, franceses, canadenses, influenciados pela Teologia da Libertação, passaram a acompanhar os conflitos por terra no estado.
Igreja Católica/ Animação dos Cristão no Meio Rural	Década 1970/1980 Alagoas	Implementada por D. Helder Câmara e coordenada pelo padre Joseph Servat, tinha por objetivo sensibilizar os cristãos a assumirem, a partir da análise da realidade, seu compromisso com os valores do Evangelho em suas vidas concretas, engajando-se nas comunidades, movimentos e sindicatos rurais. Lideranças camponesas alagoanas foram enviadas para formação em Olinda-PE.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Inhapi/AL	Meados 1970 Inhapi/AL	Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais marcada por uma atuação assistencialista
Igreja Católica/ Centro de Formação de Missionários Camponeses da América Latina	Primeira metade da década 1980/ Paraíba	Lideranças sindicais, dos movimentos da juventude rural de Alagoas foram enviadas para formação política baseada na Teologia da Enxada, tendo à frente Dom José Maria Pires.
Igreja Católica/Diocese de Maceió	1984 Maceió	- Apoio da Diocese no acompanhamento de conflitos por terra no Leste alagoano, com a chegada de padres italianos.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Inhapi/AL	1984/ Inhapi/AL	Criação de uma Coordenação Executiva dos Sem Terras no STR/Inhapi; - Primeiras discussões para a organização do MST/AL
MST/Nacional	1985/ Curitiba	Envio de lideranças camponesas alagoanas para o I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Curitiba
STR/Inhapi	1986/ Inhapi/AL	- Realização do 1º Encontro do Departamento Rural da CUT de SE e AL; - Discussões sobre a possibilidade de realização de ocupação de terra em Alagoas;
MST/Alagoas	1987/ Delmiro Gouveia	- 1ª ocupação de terra em Alagoas, na fazenda Peba, e, logo em seguida, na fazenda Lameirão, ambas no município de Delmiro Gouveia, demarcando oficialmente a fundação do MST/AL.

Org.: Autor, 2019.

4.2 A rebeldia do campesinato brasileiro: a conquista dos assentamentos Peba e Lameirão e o início da espacialização do MST em Alagoas

Já não é mais a moral dos senhores, a moral do mando e da obediência. É a moral dos excluídos, resgatada a partir da perspectiva e da experiência de vida dos que sofrem a privação de tudo: de terra, de casa, de trabalho, de respeito, de saber. A nova moral dos pobres da terra é muito velha. Foi mantida e revolucionada nas brechas escuras, e nos conflitos, da vida de cada dia e nos movimentos sociais, formalizados ou não segundo os cânones da teoria. Ela proclama a esperança e a alegria, mesmo entre lágrimas do desespero momentâneo.

José de Souza Martins (1989, p. 13), em “Caminhada no chão da noite: emancipação e libertação nos movimentos sociais do campo”.

A conclusão é que terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver!

Dom Tomás Balduino (2004, p. 24), em “O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.

Apesar de estarmos diante da relação de classe no agrário, sem-terra perpassa classificações de setor produtivo e responde por todos aqueles que, em movimento, assumem posição política na qual a terra tem o sentido de libertação que não pode ser esvaziado no de posse. A resolução do semterra não é o surgimento do comterra, pois equivaleria a afirmar que ter a propriedade define a questão: ela é habilitante e somente habilitante. Por consequência estaria definido o semterra, como a integração a movimento em busca de liberdade e, consequentemente, de reconstrução social tomando-se a questão da terra como mediação.

Luiz Sávio de Almeida (2010, p. 11), em “Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra”.

Os escritos de Martins (1989), com o olhar focado naqueles eferescentes anos de 1980, enaltecendo o processo de luta do campesinato nos movimentos e organizações sociais do campo que buscavam avançar na sua organização e espacialização no território nacional, resgatam o contexto político no qual avançava a luta pela reforma agrária no Brasil. Nesses termos, podemos afirmar que a guerrilha silenciosa da desobediência dos pobres do campo chegava ao território alagoano, na bandeira da luta pela reforma agrária.

Com esperança e alegria, mesmo com lágrimas e desesperos momentâneos, se espacializava o MST no território alagoano com a ocupação da fazenda Peba, por consequência, também a fazenda Lameirão, ambas no município de Delmiro Gouveia. É preciso registrar que havia processos de resistência camponesa, em outras mesorregiões/microrregiões alagoanas. Entretanto, acontece pela primeira vez a resistência enquanto classe social camponesa na forma de ocupação de terra, cortando os arames da cerca do latifúndio e construindo um acampamento de Sem Terra em prol da reivindicação da política de reforma agrária.

Portanto, é nessa perspectiva que se constrói a historiografia da luta pela reforma agrária nesse estado, onde a ocupação da fazenda Peba inaugura, concomitantemente, tanto a primeira ocupação de terra, como o nascedouro da espacialização do MST/AL. São processos intrinsecamente ligados. Não obstante, esse conjunto dos acontecimentos não invisibiliza o papel dos setores da Igreja Católica, que, em meio aos (des) encontros da luta como veremos no próximo item, foram importantes no processo de recriação camponesa, apoiando cotidianamente a/o referida/o ocupação/acampamento e o desenrolar da luta do MST nos anos seguintes, antes da decisão da CPT de também realizar ocupações de terra. Assim, preferimos ajustar essa construção historiográfica no seguinte sentido: o processo iniciado na fazenda Peba representou também um acúmulo de força e experiência que orientou a constituição e a ação da Comissão Pastoral da Terra/Alagoas (CPT/AL), enquanto uma

organização com viés de luta territorial, conforme Mitidiero Jr. (2008), via as ocupações de terras, pois, até então, não havia essa ação. O relato a seguir, de uma das principais lideranças da CPT/Alagoas hoje, nos retrata esse marco das ocupações e o papel da CPT:

[...] Olha, na verdade a CPT não existia naquele período no primeiro momento, existia a Pastoral Rural, e tinha [...] três lideranças fortes que se dedicaram a luta pela terra e mais tarde entram no MST que são: o Genival, a Zilma e Cazusa. Esses três eram as lideranças ali mais importantes da região do Sertão alagoano. E tinha a força da Igreja né, os Padres, Luís Torres, as irmãs, o Frei [...]. Então assim, havia essa relação com a Igreja e, inclusive, Genival quando fala diz: “não, quem fez essa ocupação foi a CPT, foi a Pastoral da Terra né”, porque a gente tinha esses processos lá no Sertão. Eram momentos difíceis por que ainda era, vamos dizer assim, a ditadura estava indo embora né, mas ainda tinha resquícios de que se mobilizar e ocupar terra não era uma coisa tão simples e o pessoal lá, começa a enfrentar isso de uma forma muito capaz, eu acho. E depois aí, o MST chega no estado com força. E nesse período, a CPT, ela não, vamos dizer assim, ela não realizava ocupações, ela não estava dentro das ocupações, ela começa a existir em Alagoas em [19]87, [19]88, mas ela era uma espécie de apoio, ela levava a palavra de Deus, [...] um pouco de alimento [...], levava roupa, as paróquias estavam sempre em campanhas pra ajudar as ocupações dos Sem Terra no estado de Alagoas. Havia sempre uma paróquia envolvida, um padre envolvido, uma irmã envolvida com essa questão aí da terra [...]¹⁸⁸.

Segundo J. Silva (2013), havia na fazenda Peba, município de Delmiro Gouveia, localizado a cerca de 49 km do município de Inhapi – este o epicentro organizativo da gestação da luta pela reforma agrária – uma resistência de posseiros à tentativa de expulsão levada a cabo pelo fazendeiro, luta essa que a Pastoral Rural e a Executiva do MST já acompanhavam desde 1985. O relato a seguir, de uma ex-liderança do STR/Inhapi, que integrou o MST à época e participou dessa luta, corrobora esses fatos, no entanto, trazendo a informação da relação de arrendamento e não de posse entre o campesinato e o latifundiário:

188 Entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2017 no município de Maceió.

[...] no Sindicato tinha um grupo que estava discutindo a questão da reforma agrária, apoiando o pessoal do Pebá, em Delmiro, que eles estavam, tinham arrendado a área, e, simplesmente, o dono da área queria expulsar eles com toda a lavoura lá plantada. Então, eles tentaram que não destruíssem a lavoura. Então, o sindicato foi ajudar e depois que foi lá ajudar eles a conversar com o proprietário pra não derrubar, pra resistir pra não perder a lavoura, quando o pessoal do sindicato voltou [...] procurou ajuda. [...] Procurou o Movimento (MST) e foram algumas viagens pra São Paulo. Participaram de algumas reuniões e depois de um certo tempo, um ano mais ou menos de discussão, eles convenceram-se de criar o Movimento daqui [MST/Alagoas] e de fazer a ocupação do Pebá, juntando outras pessoas e não só a turma que tava lá, com área arrendada, começou assim¹⁸⁹.

Percebemos que o grupo político que estava organizando e construindo o MST/Alagoas, havia decidido pela luta via ocupação de terra, assim compreendia, no conflito na fazenda Pebá, uma oportunidade ímpar para materializar o projeto. Nesse caso, lemos, com base em Martins (1989, p. 46), que se tratava de mais uma das diversas lutas populares espontâneas do campesinato, surgidas nas diversas regiões do país, a que foi dada uma dimensão propriamente política pelo MST. Lutas essas, conforme as palavras do autor, “[...] que representavam, igualmente, o rompimento, de baixo para cima, das velhas relações de dominação e propriedade”. Outra liderança que fazia parte da coordenação das ações naqueles anos assim retratou:

Foi quando a gente decidiu fazer a primeira ocupação de terra, tá certo, aqui em Alagoas [...]. E aí, o que é que aconteceu, nesse meio tempo aí, existia um pequeno conflito de terra aqui em Delmiro, na fazenda Pebá, propriedade, falso proprietário chamado Miguel Gandu, foi um processo de arrendamento e acabou expulsando o pessoal. A gente deu o apoio a esse grupo. Na época, nós deslocamos Luís Valério pra ficar, digamos assim, mais à frente, né, por parte do Sindicato a esse grupo em Delmiro Gouveia e decidimos fazer a ocupação nessa fazenda, tá certo. Por quê? Essa fazenda já era passivo de

189 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Inhapi.

desapropriação na relação do INCRA [...]. Nós fizemos essa ocupação aqui em Delmiro. Trouxemos o pessoal de Inhapi, de Mata Grande [...] juntamos a esse grupo que estava aqui e fizemos a ocupação da fazenda Pebá. [...] Foi a primeira ocupação de terras no estado de Alagoas foi aqui¹⁹⁰.

Fernandes (1999, p. 97), em sua tese de doutoramento registrou esses acontecimentos:

No Sertão alagoano, no dia 26 de janeiro de 1987, aconteceu a primeira ocupação de terra organizado pelo MST. Os sem-terra entraram na fazenda Pebá, no município de Delmiro Gouveia. A decisão para ocupar a fazenda derivou de um conflito entre o grileiro e 66 famílias que haviam feito um arrendamento de boca de uma parte da fazenda em 1985. Nesse tempo, o Governo apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária. O arrendamento foi um jeito que o latifundiário - grileiro criou para tentar se livrar da desapropriação, já que a terra era devoluta e as terras não estavam sendo aproveitadas. No meio do arrendamento, as famílias viram suas roças de milho, feijão, algodão, batata e arroz serem destruídas pelo gado, que fora colocado pelo latifundiário com o objetivo de expulsá-los da terra, já que a área não fora declarada pelo INCRA para fins de reforma agrária. Os camponeses – rendeiros resistiram e o grileiro propôs uma indenização. As famílias não aceitaram e a Polícia começou a intimidar os lavradores. Em novembro de 1986, foram intimados a comparecer em uma audiência em Maceió.

Mais uma vez a figura do grileiro de terra aparece de forma estrutural nos conflitos territoriais no campo alagoano. Utilizando-se de estratégias diversas, o grileiro busca a legalização da terra da fazenda Pebá: primeiro o arrendamento das terras aos camponeses, em seguida a expulsão dos camponeses rendeiros e o uso do braço armado do Estado, e, por fim, a utilização do Judiciário a seu favor. Historicamente, essa forma ilegal de apropriação da terra no Brasil se repete, reforçando e comprovando o que há muito tempo o geógrafo Ariovaldo Umbelino

190 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

de Oliveira afirma: “[...] o processo histórico da grilagem das terras devolutas no Brasil é parte constitutiva do capitalismo rentista que nele se desenvolveu. Por isso, estrutura fundiária concentrada e grilagem de terras públicas, devolutas ou não, estão na sua própria origem” (OLIVEIRA, 2010, p. 296).

Vejam que, nesse caso, a artimanha do arrendamento foi uma forma de tornar, ao mesmo tempo, a propriedade produtiva, garantir a posse da área e se livrar de possível desapropriação para fins de reforma agrária. Com a resistência e a luta do campesinato, a história que seria marcada mais uma vez pela expulsão camponesa da terra tomou outro rumo, garantiu o acesso à renda da terra pelo grileiro com a venda de parte do imóvel da fazenda Peba para a construção do assentamento rural, bem como garantiu ao campesinato a permanência e o acesso à terra.

Aliás, o caráter rentista do capitalismo no campo brasileiro (MARTINS, 1999, 1996, 1981), se alimenta do modelo de implantação dos assentamentos rurais, não importando se pela via da luta pela terra, ou se da reforma agrária negociada com o latifundiário (sem ocupação e acampamento). Ou seja, em vez de combater, alimenta esse processo de sujeição da renda da terra ao capital, com as indenizações (muitas vezes megas indenizações) pagas pelo INCRA e/ou órgãos estaduais de terra, no ato da desapropriação e/ou compra do imóvel para fins de reforma agrária, não ferindo, portanto, os interesses dos latifundiários rentistas e a extração pelo capitalista rentista da renda da terra absoluta no ato da desapropriação dos imóveis rurais para fins de reforma agrária.

[...]a renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela [renda da terra absoluta] pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda

que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra (OLIVEIRA, 2007, p. 57).

Para entendermos as contradições do processo de conquista dos assentamentos rurais, registramos que a realidade no ano de 1987 era marcada pela propalada implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), portanto, havia um receio real por parte dos latifundiários em geral de que suas terras fossem destinadas para a reforma agrária. O relatório “Conflitos no Campo Brasil” (1987) demonstrava que a letra do referido plano não sairia, como não saiu do papel. Nessa publicação, a CPT ao intitular um dos itens demonstra isso - “A contra-reforma agrária¹⁹¹ e o aumento da violência no campo” (CPT, 1987, p. 10) – onde ressalta a contrarreforma agrária no não cumprimento das metas estabelecidas, conseqüentemente, recaíam sobre os/as grupos/classes em luta vários processos violentos. Por exemplo, em Alagoas, no referido relatório estão registrados: 06 conflitos, 04 por terra e 02 trabalhistas, com 39 roçados destruídos, 03 ocorrências de violência policial, 01 violência de pistoleiro, 04 denúncias de violência efetivada por setores da sociedade civil e um assassinato nesses conflitos.

Compreendendo esse contexto marcado pela contrarreforma agrária, onde uma das suas inúmeras faces é a morosidade da burocracia do processo de desapropriação da terra em prol do campesinato, concomitante e conseqüentemente, frente às ações em benefícios dos interesses do proprietário, o MST intensificou a luta pela conquista da fazenda Peba. Em âmbito estadual, passou a agendar audiências nos órgãos competentes, a exemplo do INCRA e do ITERAL, através de um escasso apoio conseguido junto a alguns vereadores da Câmara Municipal de Maceió, capital do estado. Entrementes, havia uma tendência entre os apoiadores de enxergar o movimento como apenas “uns coitadinhos que queriam terra”, ou seja, nos políticos de forma geral e nos representantes do estado não havia uma compreensão da organização política camponesa que estava se forjando no/a partir do Sertão alagoano. “[...] Não

191 Preservamos a forma da grafia da palavra como está no original.

saía a terra. Quando a gente começou a pressionar [...] aí foi visto que não era só uns coitadinhos. Foi daí que nós fizemos várias ocupações em Maceió: na Secretaria de Agricultura, no ITERAL, no INCRA”, recordou uma ex-liderança do MST¹⁹² que estava à frente do processo.

Se, de um lado, havia a pressão do campesinato Sem Terra, de outro, o proprietário grileiro avançava com suas estratégias. Fernandes (1999, p. 98) assim retratou: “o grileiro tornou-se presidente da UDR da região e passou a utilizar seu poder político para resolver a questão de acordo com os seus interesses. Diante das pressões e ameaças algumas famílias abandonaram a área, mas uma parte resistiu”. O conflito era algo previsível e as lideranças tinham sido preparadas para essa possibilidade, conforme foi relatado nos depoimentos das lideranças entrevistadas, mesmo assim a pressão era muito forte, causando o abandono e a desistência antes e durante a ocupação. Assassinatos dos trabalhadores e trabalhadoras em luta, frequentes nos conflitos não ocorreram na luta pela fazenda Peba. Não obstante, por diversas vezes, os relatos apontam para a iminência desse processo, partindo daqueles que estavam aliados ao fazendeiro. A título de exemplificar, vejamos esse relato, onde um suposto comprador que tinha interesse em adquirir o imóvel junto ao grileiro, ameaça a vida dos camponeses:

E tinha um caba no meio que tinha comprado essa terra e comprou a briga [...]; metido a archoado, que muitas vezes botava revolver na gente né. Juntava 10, 12, 15 homens [no caso os camponeses se juntaram]: “é só dá o tiro [os camponeses falando ao suposto comprador] o outro a gente já pega você aqui mesmo e já mata, você pense duas vezes, se mexer com um, se você aguentar de cada um a porrada você resista, se não vá simbora”. E ele [o suposto comprador] pensou duas vezes e desistiu¹⁹³.

Trata-se de um exemplo que demonstra a tensão que envolve a ação daqueles que decidem lutar pelo direito à terra de trabalho e, acima de tudo, confirma as palavras de Porto-Gonçalves e Cuin (2013, p.19):

192 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

193 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

“a violência no campo brasileiro [...] não vem de baixo”. A ação do braço armado do Estado, no caso a força policial de Delmiro Gouveia, passou, cotidianamente, a pressionar os/as acampados(as). Os barracos eram constantemente queimados e as roças destruídas. Um fato foi emblemático, quando alguns policiais chegaram ao acampamento e os acampados resistiram. Nesse dia, foram conduzidos até a delegacia daquela cidade, com os policiais obrigados pelo acampados a irem na frente, sendo seguidos pelas famílias que carregavam seus instrumentos de trabalhos (foice, machado, etc.). Mostravam para a sociedade delmireNSE que não havia sido efetivada a prisão, demonstrando também a força e a união das famílias camponesas em luta. O fragmento a seguir, de uma entrevista com um assentado atualmente, que conquistou a terra justamente nessa luta, nos dá uma dimensão do ambiente hostil vivenciado pelas famílias naqueles anos.

[...] fizemos o acampamento e no outro dia chegou a polícia da rua e o povo de Miguel Gandu, queimaram as barracas, derrubavam as barracas e queimavam, derrubavam a comida da gente [as roças]. Ai nós entrava dentro dos matos que tinha lá e ficava lá escondidos dentro do mato. Eu sei que nesse negócio foi um sofrimento inté [19]88: fazendo barraca e derrubando. [...]. Adepois os caras [policiais] teimaram e foram lá tirar nós de lá de novo. Nós peguemos, era muita gente, 75 famílias nessa época, era criança [...], gente de Mata Grande, do Inhapi [...]. Ai botemos um bocado de policiais na frente e fomos com eles até Delmiro Gouveia [...]. Chegou lá eles [delegado na delegacia] perguntaram: “Quem é os comandantes desse povo aqui, desses Sem Terra?”. [Resposta das lideranças]: Aqui não tem negócio de comandantes não, é uma coisa só [...]194.

Assim como a força policial, a não neutralidade do Judiciário entra em cena em favor do proprietário grileiro. Perguntada sobre o dia da ocupação, mais de trinta anos depois, uma ex-liderança do MST já consegue tratar com leveza aquele momento bastante tenso. O clima de profunda apreensão por parte do campesinato fica evidente, bem como a ação do Estado sempre subserviente aos interesses do latifundiário também.

194 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Muita tensão né! Primeiro assim, você chegar na ocupação, você entrar na fazenda: é muita tensão. Então, a gente estudava bastante isso, né. A gente se preparava psicologicamente pra isso. Se preparava pra um possível conflito né. A pessoas tinham muito medo. Tanto que nós tínhamos uma relação de 250 famílias pra vir acampar e no dia chegou 52, tá certo [risos entrevistado]. [...] Saímos do Inhapi por volta de [...] dez e meia da noite [...] quando foi uma hora da manhã nós estávamos entrando na fazenda. Tinha um grupo de pessoas que chegaram primeiro pra ver se estava tudo tranquilo, né. Porque a gente sempre temia era essa questão do conflito né, apesar de a gente se preparar pra isso, a grande preocupação era evitar isso o quanto fosse possível. Então, nós chegamos e quando você chega é aquela insegurança muito grande. Cuidamos de fazer os barracos e montar a segurança. E como sabe, no outro dia seguinte, chega, geralmente, a primeira visita que se chega é da polícia [risos do entrevistado]. A polícia vai lá, eu acho era quatro ou cinco policiais, aí se faz aquela conversa [...] tem que sair, tem que ficar, aquele negócio todinho, certo. Mas nós num tivemos, nessa [ocupação], não tivemos grandes conflitos. Tivemos a polícia aí. Mandou o oficial de justiça pra conversar, pra retirar [...]. Nós tivemos pequenos conflitos, que um dos conflitos nós tivemos que mandar a polícia de volta né, [...] trouxemos a polícia [...], depois todos pra delegacia. Teve essa pressão policial¹⁹⁵.

A ação territorial do campesinato na fazenda Peba vai ganhando dimensões estaduais. Oficialmente, segundo dados do INCRA (2017a), na relação de projetos de reforma agrária conforme fases de implementação, a fazenda Peba só seria comprada e transformada em Assentamento Rural, em 1º de janeiro de 1989. Portanto, a resistência do campesinato, antes Sem Terra rendeiro, depois Sem Terra acampado, e, por fim, campesinato assentado, duraria cerca de dois anos. Nesse período, em face do acirramento das posições, uma rede de apoiadores foi se formando. Uma ação primordial de apoio recebido pelas famílias, destacada em vários depoimentos, foi da Visão Mundial, uma organização não-governamental humanitária cristã¹⁹⁶.

195 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

196 Disponível em: <http://visaomundialalagoas.blogspot.com.br/2015/05/visao-mundial.html>. Acesso em 15 abr. 2018.

[...] quase um ano, a gente teve a alimentação do Estado, comida péssima, um macarrão horrível, um feijão que não cozinhava [...]. A gente teve também um apoio importante [...] que foi [...] da Visão Mundial, que trabalha com essa questão mais humanitária, com as crianças e tal, que deu um apoio fundamental, tanto no período do acampamento, como aqui no assentamento, que se não fosse essa ajuda dessa entidade, Visão mundial, a gente com certeza não teria resistido aqui. [...] Depois de seis meses as coisas ficaram mais difícil pra ter alimentação. [...] A nossa alimentação foi bancada pela Visão Mundial, certo. [...] Como era que era a concepção? Trabalhava as crianças e comprava alimentação para as crianças e pra gente juntos né. [...] E fazíamos as roças né¹⁹⁷.

Os relatos sublinham ainda o apoio vindo de entidades representantes da classe trabalhadora, sediadas em Maceió, por exemplo, o apoio do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, sendo ressaltada a presença do seu presidente à época e hoje deputado federal, Paulo Fernando dos Santos (Paulão), do Partido dos Trabalhadores (PT), além de representantes dos jornalistas, diversos setores eclesiais, sobretudo, as pastorais, e a presença de figuras que seriam políticos influentes a partir da década de 1990, a exemplo de Heloísa Helena.

Em outro relato fica evidente, de um lado, a apreensão da ocorrência do conflito, bem como a ação policial como forma de enfraquecer a luta; de outro, as estratégias do MST: o estudo do espaço dos imóveis rurais e a organização antecipada de um grupo, que chegou primeiro ao imóvel rural, demarcando os locais de madeira e de construção do acampamento, o lugar estratégico ocupado pelas mulheres e crianças, como forma de uma proteção inicial contra a ocorrência do ataque da “moçada” (polícia, grileiro, jagunços e pistoleiros).

[...] Se articulou todas as famílias, uns foram como puderam ir [...]. Já tinha um grupo já escalado pra cada local né pra vigia. Quando chegou o pessoal, começou rapidamente todo mundo, a gente já tinha articulado as capoeiras, o local onde tinha as forquilhas pra fazer os barracos, a madeira [...]. Ai quando o

197 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

pessoal chegou todo mundo já se espalhou com seu facão, sua foice, foi fazendo, cortando a madeira e fazendo os barracos né. E de manhã já estava quase todos os barracos pronto. [...] eu não lembro exatamente o número de famílias, mas eu acho que passou de quarenta famílias [...]. Aí de manhã já estava as mulheres nos pontos estratégicos, as crianças, que é pra, de frente né, [...] a moçada quando vir para o embate a gente já ter esse escudo, que é as mulheres e as crianças, pra não atingir direto logo o pessoal das guardas, o pessoal que estava mais preparado nesse sentido né. Mas aí a violência era pesada. Até a polícia também. O pessoal [grileiro, governo, estado] botou a polícia na cidade pra proibir que as pessoas passassem e começaram a fazer uma repressão danada¹⁹⁸.

A essa rede de resistência se soma outro sindicato rural do Sertão alagoano: o STR de Delmiro Gouveia. A pressão policial e a ação do Judiciário se materializam, entre outros processos, em despejo. Fernandes (1999, p. 98), registra a ocupação da terra:

[...] ante ao conflito iminente, os trabalhadores em conjunto com o Sindicato de Delmiro Gouveia organizaram cinquenta e oito famílias e ocuparam a fazenda Pebá para somar forças com os rendeiros resistentes e conquistar a terra. Todavia, no dia seguinte a ocupação, **a polícia cercou o acampamento e o juiz veio pessoalmente e avisou verbalmente para as famílias saírem da área.** Houve tentativa de resistência, mas a polícia efetivou o despejo. Os sem-terra acamparam na estrada próxima a fazenda e denunciaram a situação [...] (Idem. Grifos nossos).

Como diz Bogo (2010, p. 118), ao tratar do que denomina de identidades reconstruídas, “a identidade se caracteriza pela experiência já feita e pelas perspectivas que se abrem a partir da intervenção do sujeito coletivo na história” e, continua esse autor, “a identidade de classe se forma quando há reações concretas de lutas para não aceitar passivamente aquilo que está estabelecido por força da classe dominante” (Idem). É nesse sentido, que, no momento do despejo aludido, já percebemos o avançar na formação da autoidentidade de classe no campe-

198 Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2017 no município de Inhapi.

sinato alagoano, representado na fazenda Peba. Isso fica evidente na fala de um assentado atualmente, que esteve na linha de frente naqueles dias. Ao se reportar à ordem de despejo, de forma bem precisa, corrobora a evidência da construção da luta camponesa enquanto classe:

[...] Deu-nos o despejo, mas tinha uma área de terra vizinha [...] só tira daqui, botava aqui, que num era dele e que fazia parte de quem entrasse e quem saísse. Ai nós ocupemos aquela areazinha, mas ocupemos também o imóvel. [...] foi melhor ainda, [...] não podia dar a ordem de despejo [...] o território não era da própria área. [...] O proprietário ficou num canto, ficou noutro, ficou noutro e depois reconheceu que o Movimento era forte: “disse que com o povo de Delmiro eu posso, agora Inhapi eu não posso, por que o povo de Inhapi é organizado”. [...] **Aí a gente começo a dizer: “olha, a luta é de classe, nós tamos lutando pela terra, nós não estamos roubando terra”.** [...] **foi todo esse tempo aí que, a gente aprendeu muito, sabe? Mas ainda hoje, tem gente daquela época, que convive no assentamento, que não consegue mudar a cabeça**¹⁹⁹.

Assim, assumimos a posição interpretativa de Almeida (2006, p. 351), que, ao estudar a (re)criação do campesinato no Mato Grosso do Sul, defende que a luta pela terra é muito mais do que a conquista de uma área, um pedaço de chão. Para ela, a situação conflitiva, como essa da fazenda Peba, na qual o campesinato busca romper a cerca do latifúndio e entrar/permanecer na terra, “[...] é uma luta pela (re)criação de sua condição de classe *sui generis*, uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição: é formada por sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores [...]”. Ainda com base nessa autora, não existe um mesmo entendimento unívoco e, muito menos um só formato de luta, por parte dos camponeses e camponesas organizados nos diferentes movimentos e organizações sociais. Há sim uma distinção de formas, mas que não anula a identidade de classe camponesa, como já enfatizamos. Isso fica claro na diversidade que foi a luta pela terra nos camponeses alagoanos, sendo a conquista da fazenda Peba um exemplo desse proces-

199 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

so, onde se reuniu uma diversidade de sujeitos e organizações em torno do nascimento de um movimento social: o MST. Em meio aos encontros e desencontros dessa diversidade da rede de resistência formada, a luta avançou para seu desfecho que seria a conquista da terra, mesmo com todas as contradições que envolvem esse processo.

Nessa altura dos acontecimentos, em um contexto marcado pela ordem de despejo, o MST, percebendo que a área da fazenda Peba não comportaria todas as famílias acampadas e a prioridade era dos rendeiros que iniciaram a luta, passou-se a analisar a possibilidade de uma outra ocupação em um latifúndio próximo. Como muitos dos entrevistados dizem, era a busca, ou melhor, *“a vinda para a terra prometida: terra que corresse leite e mel”*. Essa linguagem que norteava a luta, citada por esse assentado que formou sua consciência de classe a partir das ações do MST, deixa evidente a influência e a participação da Igreja, pois fazia parte do método utilizado nas formações realizadas pelos clérigos. Lima (2013), quando se reporta aos trabalhos de base realizadas pela CPT para sua primeira ocupação, demonstra que o discurso do assentado acima faz parte da forma de construção ideológica realizada pela Igreja movida pela Teologia da Libertação:

Nas visitas, reuniões e celebrações, o texto bíblico utilizado era o livro do Êxodo, no qual Javé promete ao povo oprimido do Egito “a terra em que corre leite e mel”. Esta foi uma leitura obrigatória para a desconstrução do discurso ideológico em que a propriedade privada da terra aparece como um direito sagrado destinado a “alguns escolhidos” (LIMA, 2013, p. 369).

Existiam algumas possibilidades para a realização da ocupação diante das análises dos latifúndios existentes no Sertão alagoano. A decisão do MST foi, em face de estarem no espaço agrário do semiárido nordestino, sendo a água algo central, ir para mais perto do Rio São Francisco. Nesse sentido, conforme registra J. Silva (2013), a ocupação ocorreu na fazenda Lameirão, também em Delmiro Gouveia, distante cerca de 15 km da fazenda Peba, com a formação de um acampamento com barracos de lona no imóvel.

[...] Se as terras desse pra nós e pra quem tava lá [rendeiros], ótimo. Se não a prioridade era de Delmiro [rendeiros], quem era delmirense [...]. No final da história sobrou terra [apenas] pra [oito] famílias no Pebá [...]. E nós continuamos na briga, pra vir por Lameirão, aliás, não pro Lameirão, pra vir para uma terra, que a gente chamava terra prometida né, terra que corresse leite e mel. “Mas, como a gente já vem de uma região sofrida, vamos pro beijo do rio, pelo menos não passa sede. Apareceu o Lameirão, a [fazenda] Nova Esperança [...], [fazenda] Vale do Surubim, a pior terra no município de Mata Grande, que nem com adubo não dá mais nada. Aí nós optemos pelo Lameirão que é perto do rio e tal, e até que ficamos aqui. Mas foi todo um processo [...]”²⁰⁰.

O processo de que fala o depoente é com relação à negociação entre o MST e o Estado sobre o futuro da ocupação na fazenda Pebá, notadamente, sobre o devir das famílias que não seriam assentadas neste imóvel rural. Portanto, é preciso registrar que foi uma condição da negociação, imposta pelo campesinato, a compra das duas fazendas: Pebá e Lameirão. Por isso, nesse embate de forças, enaltecemos que o correto na leitura historiográfica das lutas pela reforma agrária em Alagoas é sempre ser levado em conta, que a espacialização do MST nesse estado envolve a conquista dos dois assentamentos, ou seja, não dá para falar da história do assentamento Pebá sem se remeter à do Assentamento Lameirão, pois fazem parte da mesma luta. Nesse sentido, o caminho foi árduo também para o campesinato que viria a ser assentado no Assentamento Lameirão. A composição dos sujeitos que acamparam e que foram se somando não era apenas herança do excedente de famílias da fazenda Pebá, mas também das experiências de luta que estavam ou viriam a se concretizar em novas ocupações, especialmente, conforme esse relato.

Teve lona. Nós, quem nem eu falei, o movimento ocupou lá, sobrou esse grupo lá do Pebá, quando movimento ocupou sobrou outro grupo que veio pra cá e foi um grupo grande, de duas ocupações que fizeram. Aí quando localizemos a terra daqui: “Vem pro Lameirão também que lá tem terra sobrando”. E veio muita gente pra qui. E ficou aí em média de uns seis

200 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

meses de lona, uns foi desistindo. E nós que ficamos mesmo ficou um grupo na lona. Nós ficamos aqui, aqui tinha um aprisco muito grande dos bodes, aí ficou oito famílias acumulados aqui, e essas oito famílias aí nós só saímos quando vim pra o barraco, mas também arrodado de lona, não fazia grande diferença não, melhorou um pouquinho porque tinha um teto de telha. Outros ficaram vizinhos porque não coube [...]. Eu acho entre tudo meu eu fiquei em média uns três anos na lona, quando eu me casei foi na lona [...]. E pra construir as casas ainda teve luta, fomos pra lá lutar, brigar [...]”²⁰¹.

Em 1988 e no campo alagoano, a CPT, no relatório *Conflitos no Campo Brasil* (1988), registrava três conflitos trabalhistas e três conflitos pela terra, totalizando seis conflitos. Nessa mesma publicação, constava a continuidade da ocupação na fazenda Peba, em 26/02/1988, citando serem setenta famílias organizadas pelo grupo de base. No Congresso Nacional, ocorria uma batalha em torno do tema da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte, iniciada em 1987, cujas previsões apontavam para a vitória das “forças da contrarreforma agrária” (SILVA, 1971). E foi o que ocorreu, como bem registrou esse mesmo autor. A Constituição de 1988 “[...] não diminuiu o terrível fosso que separa o sem-terra acampado debaixo de uma lona do seu algoz da UDR” (SILVA, 1989, p. 199). Silva (1989) foi taxativo: “Pelo contrário, a Carta de 1988 aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo, definitivamente, que a questão agrária brasileira pudesse ser resolvida por via pacífica” (Idem).

Essa realidade política chegava às lideranças no Sertão alagoano, e mais, era sentida por eles na luta diuturna que travavam, onde o Estado, representado pelos governos, forças policiais e do Judiciário, estava sempre do lado do proprietário grileiro. Nesse sentido, o campesinato acampado percebeu a necessidade de aprofundar e radicalizar a luta, ou seja, apenas a terra ocupada não seria a solução e a forma de conquistá-la. Fazia-se necessário dar maior visibilidade à resistência camponesa e isso seria conseguido espacializando a luta na cidade e em nível estadual, processo esse que escreveu Oliveira (2001b), ao defender que em face das lutas (greves) dos trabalhadores, tanto na cidade, como no campo,

201 Idem.

cidade e campo não podem ser vistos separadamente, pois os “movimentos de trabalhadores rurais sem-terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade” (Ibidem, p. 07). Esse autor focava a análise, justamente, para processos espaciais como este que iremos narrar, levado a cabo pelo campesinato Sem Terra alagoano, através da ocupação dos espaços públicos, nesse caso: o prédio do INCRA e a Praça Centenário, ambos em Maceió, como uma outra ferramenta forjada e determinante para as conquistas do campesinato.

[...] sendo a mais famosa ocupação que nós fizemos, que daí foi feito a aquisição da terra - porque Peba e Lameirão não foram desapropriados, Peba e Lameirão foram comprados, um programa que tinha no governo do estado - [...] ocupamos o INCRA. Como o INCRA era um espaço muito pequeno, nós mantemos o INCRA ocupado, mas fizemos o acampamento na Praça do Centenário, em Maceió. Nós passamos vinte e dois dias, entendeu, direto nessa ocupação. Então, fruto dessa ocupação foi que o governo do estado, com recurso do governo federal, comprou apenas um pedaço da fazenda Peba. Foi cento e trinta e poucos hectares da fazenda Peba. [...] Tem toda a burocracia da legislação [...] a opção foi comprar parte da fazenda Peba, porque a parte do conflito em si o proprietário não quis vender, e a aquisição tem que ser uma negociação né²⁰².

Sobre essa ocupação, na qual ficaram 22 dias no INCRA em Maceió, ocorrida por volta de abril de 1988, J. Silva (2013) registra o apoio do(a): Polo Sindical do Sertão de Sergipe, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Urbanitários (Maceió), Colônia de Pescadores, bem como, entre outros, do vereador do PSB à época, Ronaldo Lessa e de grupos de funcionários da EMATER, além dos partidos PT e PCdoB. Em uma sociedade majoritariamente conservadora nas relações sociais de poder, como a alagoana, marcada pelas oligarquias rurais, sendo a terra a âncora principal dessas relações, uma ocupação de 22 dias só podia ser recebida com repressão pelo Estado.

202 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

[...] nós fomos pra Maceió [...] aí foi expropriado a terra [...], aí saímos de lá com vinte e dois dias [...]. **[Entrevistador: como foi esses vinte e dois dias?]** Lá em Maceió foi assim, [...] aqueles povo do Sem Terra, lá de Maceió, que gostava do movimento assim, ajudava nós. Ocupemos lá a praça Centenário todinha [...]. Lá tinha o ITERAL [Instituto de Terras de Alagoas] que era do outro lado da pista. Fizemos barraca assim na praça [...] lá [ITERAL] tinha os banheiro, foi liberado os banheiros pra nós tomar banho [...], lá não ficou ninguém no ITERAL [...]. **[Entrevistador: Teve repressão e confronto com a polícia?]** Lá na praça a polícia vinha com tudo pra cima de nós. Vinha o povo da secretaria lá, afastava eles pra trás. Teve confronto. Ainda dei uma cacetada no carro da polícia ainda, foi, que botaram o carro em cima de me [...]. Nesse dia a gente nós vinha do palácio do governador [...]²⁰³.

A conquista do campesinato, após essa longa batalha de 22 dias, se materializou, segundos dados oficiais do INCRA (2017a): na compra de 110 ha²⁰⁴ da fazenda Peba e na construção do assentamento Peba, com uma capacidade de assentar nove famílias, e na compra de 1.633 ha da fazenda Lameirão, com a capacidade de assentar 46 famílias no Assentamento Lameirão. O quadro 3, sintetiza todo o processo histórico para a conquista dos dois assentamentos.

203 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

204 Esse número é oficial, mas não corresponde à realidade, pelo menos no levantamento que realizamos em campo: abordaremos esse problema no item 5.1 que trata especificamente da construção do assentamento Peba.

Quadro 3 – Alagoas - Processos históricos de conquista dos assentamentos Peba e Lameirão (1986/1992)

Organização	Ano/local	Processos
MST/AL	1986/ Delmiro Gouveia	- Primeiros contatos com as famílias Sem Terra rendeiras da fazenda Peba, com apoio da Pastoral Rural, STR/Inhapi, STR/Delmiro Gouveia.
Entidade Visão Mundial MST/AL	1987 Delmiro Gouveia	- Primeira ocupação de terra em Alagoas na fazenda Peba; - Apoio às famílias acampadas com alimentos pelo Visão Mundial; - Pressão da polícia, do poder Judiciário e do próprio fazendeiro sobre as famílias;
MST/AL	1988 Maceió	- As famílias ocupam por 22 dias a praça Centenário como forma de pressionar o INCRA e o ITERAL; - Recebem o apoio de parte dos vereadores da Câmara de Vereadores de Maceió; Sindicato dos Urbanitários, da CUT; do PT, do PCdoB, da Colônia de Pescadores, de Servidores da EMATER e parte da Igreja Católica; - Fazendeiro desmembra parte do imóvel rural da fazenda Peba; - Acordo para a compra de pelo ITERAL de parte da fazenda Peba e da fazenda Lameirão;
ITERAL	01/01/1989 Maceió	- Criação oficial do PA Peba com capacidade para nove famílias e 110 ha de área total;
ITERAL	19/10/1992 Maceió	- Criação oficial do PA Lameirão com capacidade para 46 famílias e 1.633 ha de área total.

Org.: Autor, 2019.

Fernandes (1999, p. 98) descreve o desfecho da luta, sublinhando a estratégia do grileiro que desmembrou a fazenda, conseguindo vender parte das terras:

Em abril [1988], as famílias acampadas foram a Maceió e ocuparam o pátio da Secretaria de Agricultura do Estado, para protestar contra a indiferença do governo para com a situação dos sem-terra. As reivindicações eram: alimentação, sementes e audiência com o INCRA. Os trabalhadores conseguiram cestas básicas para todas as famílias por dois meses e sementes para o plantio. Ao mesmo tempo negociaram com o INCRA, que comprou cento e oitenta e seis hectares da fazenda e assentou oito famílias. O grileiro havia desmembrado a fazenda Peba e havia vendido pequenas áreas, de modo que se livrou

da desapropriação e acabou por vender uma parte da área para o governo. Os trabalhadores também pressionaram o INCRA para a desapropriação da fazenda Lameirão de mil e seiscentos hectares.

Esse desfecho da luta pela reforma agrária, pelo menos do ponto de vista do processo que envolve a conquista da terra, nesse caso das fazendas Pebas e Lameirão, deixa evidente algumas contradições que permeiam a conquista do assentamento rural pela luta camponesa. Nesse sentido, alguns pontos sintetizaremos aqui no fechamento desse item, pois nortearam nosso olhar na análise da continuidade da luta e das conquistas dos assentamentos rurais em Alagoas, nas décadas seguintes. Primeiro, é sempre imprescindível ressaltar a diferença de luta pela reforma agrária, encampada historicamente pelos diversos sujeitos do campo neste país, desde as Ligas Camponesas, de onde “o MST é o legítimo sucessor [...]”, conforme sublinha Balduino (2004, p. 22). Mesmo com todo um arcabouço de leis que regem a política de reforma agrária: do Estatuto da terra à Constituição Federal, passando por dois planos nacionais de reforma agrária e pela Lei Agrária de 1993, as forças contrárias materializam um processo de contrarreforma, efetivada pelos diferentes governos e conjunturas dos últimos 70 anos (COSME, 2015). Por isso, materializa-se essa longa e difícil luta camponesa para assegurar um direito básico que é seu: a terra. Não se pode relativizar essa luta da classe camponesa em um cenário absolutamente hostil.

Como pano de fundo, sabemos que a causa desse entrave reside nas antagonicas visões de mundo sobre a terra: de um lado, aqueles que a veem como uma mercadoria, as forças da contrarreforma agrária, essencial à produção de outras mercadorias (*commodities*); de outro, os diversos sujeitos do campo que veem, como afirmou Balduino (2004) em epígrafe, a terra como sinônimo de vida, de liberdade, de alegria, muito além da terra em si. Só para ilustrar uma das faces da contrarreforma, que é a não democratização da terra, a CPT (1989) no Relatório Conflitos no Campo Brasil aponta que a meta do PNRA para Alagoas (1985-1989) era a desapropriação de 340.000 hectares e assentamento

de 11.400 famílias, o resultado real, muito longe destes números, foi de: 3.307 ha e 42 famílias assentadas.

Dito isso, em segundo lugar, e essa é uma das grandes contradições, percebemos que a compra dos imóveis, efetivada na realidade pelo ITERAL, não feriu, no mais profundo da análise, os interesses do latifundiário; ao contrário, alimentou o capital rentista. Se é fato, que a terra foi grilada, ele se apropriou sem nenhum empecilho da renda da terra. Ao invés de ser penalizado, com a desapropriação, foi premiado pela compra do imóvel. Além do mais, a conquista recaiu em partes da fazenda, ou seja, o artifício de fatiar a terra, para se livrar da desapropriação e vender a particulares, foi mais uma vez utilizado. O local originário da ocupação da fazenda Peba não é o mesmo onde está situado hoje o assentamento. Analisaremos como isso se perpetuou ou não ao longo da história da reforma agrária alagoana, pois, ilusoriamente, podemos estar afirmando que não há latifúndio no Sertão, mas uma análise acurada no registro de imóveis, talvez os revele em fatias, em nomes de filhos, netos, esposas e aderentes dos patriarcas latifundiários das famílias oligárquicas sertanejas, não sendo diferente, acreditamos, para o resto do estado. Nessa esteira das contradições que permeiam a luta pela terra, Alentejano (2007, p. 116) abre um debate importante, que levaremos em conta nas análises posteriores ao longo das próximas páginas.

[...] não devemos absolutizar a conquista de espaços ou territórios nas lutas empreendidas pelos movimentos sociais, visto que, numa sociedade capitalista, refazem-se permanentemente os mecanismos de dominação e subordinação, não representando tais “territórios” mais do que elementos da resistência das classes dominadas. Considerá-los dessa forma evita a construção de ilusões em torno da suposta autonomia desses movimentos e “territórios”, bem como reforça a ideia de que somente a transformação global da sociedade será possível romper a dominação capitalista.

A ação do Estado, principalmente do seu braço armado, bem como do Judiciário, todos concatenados em preservar os interesses do proprietário, algo visível na luta pelas fazendas Peba e Lameirão, é o

terceiro ponto. Como sintetizou J. Silva (2013, p. 397): “foi um período de intensa perseguição, ameaças e despejos, com destruição de casas por parte do fazendeiro e de pistoleiros da fazenda Peba”. Um estado como o de Alagoas, estruturalmente oligárquico, um Congresso Nacional, majoritariamente marcado pela representação dos latifundiários, através da sua bancada ruralista, demonstram que a linguagem surreal do sistema, que convoca os latifundiários para realizar a reforma agrária e as oligarquias para efetivar a justiça social, como já citamos em Galeano (2012), permanece.

Por fim, ressaltamos a inauguração da ação territorial dos movimentos e organizações sociais em Alagoas, no caso especificamente aqui tratado de luta pela reforma agrária. Deveras, o MST nesse estado inaugura a forma de luta via ocupação de terra, como uma intervenção dos sujeitos no devir da perpétua formação territorial alagoana. Nessa esteira, lembramos as palavras de Balduino (2004, p. 22), quando destaca essa atitude do movimento, não apenas de recuperar essa herança secular de resistência territorial dos negros escravizados, assumidas pelo campesinato brasileiro, mas de aprofundar essa forma de luta conjugada com outras ações, especialmente, na cidade:

A OCUPAÇÃO DA TERRA – Com a edição da Lei de Terra de 1850, determinando que o acesso à terra só se faria mediante compra ou herança, os negros, na fuga das senzalas, ou já usufruindo da Abolição da Escravatura, empreenderam discretamente o caminho da ocupação das terras mais distantes e por lá foram se estabelecendo. Este processo está na origem da instituição da posse, que se tornou um direito garantido legalmente, depois de um ano e um dia de ocupação mansa e pacífica da terra. O MST recuperou esse filão histórico e lhe deu uma característica nova, a saber: a organização, a massificação e a visibilidade por todos os meios de comunicação, fazendo da ocupação da terra o novo instrumento popular de expor à sociedade brasileira a chaga perversa do latifúndio, além de proclamar a necessidade de reforma agrária já e de revelar a nova função social da propriedade da terra, surgida na Constituição de 1988.

A historiografia das lutas pela reforma agrária em Alagoas, através da ação do MST nas fazendas Peba e Lameirão, ganha novos capítulos. Nela, não podemos tergiversar sobre as heranças deixadas para a (re) construção da identidade camponesa nesse estado, enquanto uma identidade da classe camponesa no Brasil, nos termos defendidos por Paulino e Almeida (2010), e, por que não dizer na América Latina e mesmo mundialmente. Há uma busca da unificação das lutas dessa classe nas diversas escalas, inclusive mundial, rompendo as leituras uniformes da universalidade capitalista. Assim, conforme Albuquerque (2016), o presente estudo não é centrado na análise de uma sociedade camponesa, mas de um grupo localizado espacial (Sertão alagoano) e historicamente (fins do século XX e início do XXI), que não é sujeito isolado, possui o seu próprio mundo e tem uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, mas que não está apartados da sociedade global, mundializada pelo capital. Trata-se de um estudo da classe camponesa em construção na luta.

Há nesse processo de luta pela terra e território em Alagoas, via a conquista da reforma agrária, a germinação do pensamento no campesinato de que a luta é de classe. Uma classe presente e de dentro do modo de produção capitalista, como há muito vem registrando Oliveira (2001, 2007). Almeida (2010), em epígrafe, nos diz que se trata de uma luta que vai muito além da apropriação da terra, enquanto posse ou mesmo da produção econômica, pois representa a utopia da liberdade e da (re)construção social desses sujeitos e sujeitas camponeses/as. Fernandes (2010, p. 174) afirma que “o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar”. Abordaremos a seguir o desenrolar dos processos de luta pela reforma agrária em Alagoas, nessa perseguição incessante do campesinato para entrar e permanecer na terra, condição *sine qua non* para sua existência.

4.3 A espacialização dos movimentos e das organizações sociais no campo em Alagoas e o avanço da luta pela reforma agrária no Sertão alagoano

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 137), em “Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária”.

A política de reforma agrária, se considerada a partir deste e tantos outros casos, continua a ser uma pretensão de certos segmentos da sociedade brasileira, a despeito de contar com dispositivo legal que assegure algumas formas de luta e de reconhecimento social. Mas este mesmo texto legal e estes mesmos casos precários não podem ser descartados enquanto conquista, num país onde a proposta de desconcentração da propriedade da terra é inadmissível para os proprietários diretamente interessados em preservar seus privilégios. E também não é assimilável por outros segmentos enquanto proposta de construção da sociedade. Negando a difundida crença de que os proprietários de terra podem inviabilizar plenamente a política de reforma agrária, objetivando formas de luta dos trabalhadores e os associando enquanto categoria política, desencantando o medo da repressão que tem-se imposto sobre os que almejam o acesso à terra, construindo o reconhecimento da alternativa e acumulação de experiências políticas entre os que diretamente se envolvem com este processo de luta, todos os casos precários podem ser compreendidos como contribuições ao desdobramento dos modos de encaminhamento político da proposição da reforma agrária.

Delma Pessanha Neves (1997, p. 421), em “Assentamento rural: reforma agrária em migalhas”.

A realidade brasileira, no entanto, revela que as forças contrárias à reforma agrária continuam vitoriosas.

Ivo Poletto (2010, p. 158), em “A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária”.

Rompida a cerca do latifúndio na primeira experiência alagoana de luta pela reforma agrária, via ocupação de terra, no caso das fazendas Peba e Lameirão, essa forma de luta seria um trunfo para o campesinato, primeiro com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), posteriormente, assumida também pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse sentido, podemos afirmar que o campesinato alagoano passa, nos termos colocados por Oliveira (2007), utilizando-se da tática das ocupações, a disputar frações desse território capitalista, em busca da terra livre e do trabalho liberto, enfrentando, se preciso fosse e, em muitos casos foi, a bala e a pressão dos grandes proprietários de terra e suas famílias oligárquicas.

Portanto, a ocupação, como uma herança da luta camponesa no Brasil, foi um trunfo na luta por terra e território não apenas para o campesinato organizado em torno do MST e da CPT, fez parte da ação de vários outros movimentos surgidos no desenrolar dos anos 1990 e 2000, seja por dissidências internas, especialmente, do MST, seja daqueles gestados em outras Unidades da Federação e que passaram a atuar em Alagoas. A análise sobre a ação territorial dos movimentos e das organizações sociais do campo alagoano recaem sobre a CPT, o MST e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), haja vista serem os que atuam com as ocupações de terra e a luta do campesinato assentado no Sertão alagoano.

Não obstante, existem outros movimentos/organizações que, atualmente, ou pelo menos nos últimos cinco anos, desenvolvem/desenvolveram algum tipo de ação de luta em prol da reforma agrária em Alagoas, que juntamente com esses três somam 16 movimentos e organizações sociais do campo, onde uma parte faz uso das ocupações e acampamentos como forma de luta. A partir do trabalho de campo, em

contatos permanentes com lideranças, reportagens de jornais, trabalhos acadêmicos e os relatórios DATALUTA (2016), bem como, nas páginas nas redes sociais (facebook), seja dos movimentos e organizações, seja dos órgãos governamentais, fizemos um esforço de levantar o nome de todos e listamos a seguir:

1. Associação dos Moradores das Microrregiões do estado de Alagoas (AMIGREAL);
2. Comissão Pastoral da Terra (CPT);
3. Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG/AL);
4. Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL);
5. Liga dos Camponeses Pobres (LCP);
6. Movimentos Indígenas (MI);
7. Movimento de Luta pela Terra (MLT);
8. Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST);
9. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
10. Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC);
11. Movimento Popular Terra Livre (MPTL);
12. Movimento Socialismo e Liberdade (MSL);
13. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
14. Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL);
15. Movimento Unidos pela Terra (MUPT);
16. Movimento Via do Trabalho (MVT).

Após esse registro, é preciso salientar que a continuidade da ação territorial de luta pela terra por meio das ocupações e acampamentos, para chegar a esse contexto de termos no século XXI muitos desses movimentos/organizações fazendo uso desse trunfo, inaugurado pelo MST no Sertão alagoano, foi um caminho pedregoso. Dar continuidade ao processo de ocupação dos latifúndios não foi um processo de consenso. Enfatizamos que foi uma decisão conflituosa tomada junto com os apoiadores a ocupação das fazendas Peba/Lameirão. De um lado, os clé-

rigos e agentes pastorais não tinham total acordo quanto a essa forma de luta; de outro, parte das lideranças sindicais, notadamente uma parte dos que conduziam o STR/Inhapi, também não concordava com esse processo de enfrentamento do latifúndio, conseqüentemente, das oligarquias agrárias sertanejas alagoanas.

Houve esses percalços haja vista a diversidade de sujeitos e organizações envolvidas naqueles processos, contexto que não impediu a caminhada e a unificação das lutas em determinados momentos em torno da rebeldia do campesinato. A realidade se mostrava mais complexa para esse campesinato que agora passava a intervir nos rumos do território alagoano. Isso nos faz lembrar dos escritos deixados por Konder (2009, p. 44): “quanto mais contraditório se apresente o processo histórico, quanto mais complexas sejam as tarefas da transformação consciente da sociedade, tanto mais necessária se torna essa chama da rebeldia [...]”.

Ocorre que o avanço da rebeldia exigia correr riscos, pois a ação desse campesinato se deparava com o latifundiário armado (jagunços, pistoleiros e a própria polícia nos municípios) e com as oligarquias e seus tentáculos dentro do Estado, por exemplo no Judiciário. Uma oligarquia detentora, portanto, de terra, do capital e do poder. Nesse sentido, segundo os depoimentos, os clérigos temiam que houvesse “derramamento de sangue”. Aliás, expressão essa que sempre aparece nos relatos dos entrevistados, demonstrando o grau de tensão e conflitualidade que envolveu as disputas territoriais entre o campesinato e a burguesia latifundista no Sertão de Alagoas. Esse temor procedia, pois a realidade do espaço agrário brasileiro para isso corroborava e, mais ainda, vidas já haviam sido interrompidas na luta pela terra em Alagoas. Não obstante, as lideranças camponesas em torno do MST não recuavam, conforme relato da noite da ocupação da fazenda Peba: “[...] *peças que conviveu mais direto ligado à Igreja tinha medo de derramamento de sangue. E a gente quando chega a esse ponto está pra tudo, não que queira ser valente [...]*”²⁰⁵.

Além desse temor, as diferenças naturais de solo e de precipitações, entre o Sertão e o Agreste, bem como em relação ao Leste alagoano, segundo os relatos colhidos, impulsionavam a vontade do MST em adentrar nes-

205 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

sas duas últimas mesorregiões. Foram as diferenças políticas na leitura da forma de encaminhar as ocupações seguintes, entre as lideranças do MST e os clérigos da Pastoral Rural, assim como com outros agentes das entidades eclesiais, que aprofundaram o sentimento de focar o trabalho de base para além do Sertão. Portanto, alimentado por aquele temor de “derramamento de sangue” nos conflitos, esse foi um ponto chave, que determinou a opção do MST em aprofundar a espacialização nas mesorregiões do Agreste e, especialmente, no Leste (inicialmente na zona da mata, posteriormente, no litoral). Houve ainda algumas lutas no espaço agrário sertanejo, mas a prioridade e o desenrolar dos fatos centraram-se nessas outras duas mesorregiões, retornando o Movimento, somente posteriormente, ao Sertão, conforme sinalizou a liderança do MST, José Roberto da Silva:

Não foi possível avançar no Sertão porque a Pastoral, que era a principal força – com credibilidade nos sindicatos e comunidades –, só aceitava a realização de uma outra ocupação quando a primeira fosse concluída. Essa postura forçou o MST a se deslocar para a região do Agreste no final de 1988; há a instalação de sua secretaria no município de Arapiraca, dando início aos trabalhos de base nos municípios de Arapiraca, Craíbas, Monteirópolis, Girau do Ponciano, Teotônio Vilela, São José da Tapera, Batalha, Pão de Açúcar, Limoeiro, Lagoa da Canoa, Igaci, Taquarana e outros. O resultado desse trabalho consolidou a segunda ocupação do Movimento em 20 de janeiro de 1989, na fazenda Lages, no município de Taquarana, com 230 famílias. Antes desta ocupação, houve ameaça, perseguição, tortura e prisão dos militantes. Ainda assim, a ocupação foi efetuada com bastante êxito (SILVA, 2013, p. 397).

Assim, o ano de 1989 foi crucial para a ramificação das raízes espaciais do MST nesse estado, bem como para o fortalecimento da tática da ocupação como a forma principal de luta pela reforma agrária. A citação acima demonstra a guinada dada pelo Movimento, saindo do Sertão e se espacializando no Agreste alagoano, instalando uma secretaria na cidade mais importante desta mesorregião: Arapiraca. O MST teve que enfrentar mais violência e repressão, com militantes presos e torturados, além de sucessivas ordens de despejos (SILVA, J., 2013). Nesse sentido,

uma liderança atual do MST no Sertão alagoano, que na época era uma criança que acompanhava a saga da sua família na luta para entrar e permanecer na terra, de ocupação em ocupação – já vinda do PA Lameirão – e que lembra do que aconteceu em uma ocupação na microrregião de Arapiraca, assim relata:

“[...] a gente foi pra um acampamento chamado Taquarana, em Arapiraca né, que também não tivemos sucesso lá, lá nós saímos na bala mesmo, então, os pistoleiros atiravam nas lonas, atiravam nos barracos, a gente fazíamos buracos, entrava pra debaixo. E a gente foi, após duas tentativas saímos de lá [...]”²⁰⁶.

A CPT (1989), em seu Relatório Conflitos no Campo Brasil, fornece a dimensão da tensão no campo alagoano, ao registrar: 17 conflitos territoriais, envolvendo 702 famílias e a disputa por 5.326 hectares, bem como a ameaça de expulsão de 105 famílias e 13 camponeses(as) ameaçados de morte; além de duas ocupações de terra sob a organização do MST, localizadas no espaço agrário da mesorregião Leste, a saber: uma na fazenda Boa Vista, município de Jacuípe, mais precisamente a zona da mata alagoana, envolvendo 120 famílias; muitas dessas famílias oriundas da ocupação da fazenda Peba; essa foi mais uma conquista com a participação do MST, sendo esse imóvel desapropriado e criado o PA Boa Vista naquele mesmo ano de 1989 (INCRA, 2017); uma segunda ocupação, ocorreu na fazenda Jundiáí, município de Chã Preta com 300 famílias. Essa foi fortemente reprimida pelo braço armado do Estado, como destaca J. Silva (2013, p. 398):

[...] no mês de setembro de 1989, o MST promoveu a ocupação da fazenda Jundiáí, no município de Chã Preta, à qual só puderam chegar um pouco mais de 300 famílias, em decorrência do forte esquema de repressão montado pelo delegado e por fazendeiros da região. Todo o aparato policial foi levado para despejar as famílias [...], sendo cercadas e despejadas após nove horas de caça às lideranças.

206 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Assim, violência e repressão não interromperam o ímpeto rebelde do Movimento, que dava prosseguimento aos processos de ocupação de terra. Em 1989 e 1990, segundo J. Silva (2013), o MST ocupa propriedades nos municípios de Penedo, São Luís do Quitunde, Flexeiras, Cajueiro e Viçosa, já se espacializando no Leste alagoano. Em 1991, o Movimento, entendendo a importância da aliança de classe com os trabalhadores urbanos, fez uma parceria com o Movimento Sem Teto, ou seja, com aqueles que foram empurrados, ou melhor, expulsos para as cidades naquilo que tradicionalmente denominou-se de êxodo rural. Assim, marcharam juntos Sem Teto e Sem Terra, esses últimos que lutavam para não terem o mesmo destino dos primeiros. Era a primeira de muitas outras marchas do MST em Alagoas. Como anotou Oliveira (2001a, p. 188), o campesinato desde cedo percebeu que a estrada era o caminho, mas tinha que optar: “a estrada que o levará à cidade, ou a estrada que o levará à luta pela reconquista da terra”, ou seja, o caminho que materializa a expulsão do campo, ou aquele que fortalece a utopia camponesa para entrar e permanecer na terra. A marcha ocorreu e na chegada a Maceió os Sem Terra e os Sem Teto seriam recebidos por Luiz Inácio Lula da Silva, já uma conhecida liderança política do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme a passagem a seguir.

No início de abril de 1991 foi reocupada a fazenda Bela Rosa. Com o despejo e sem ordem judicial, o MST e o Movimento Sem Teto do município de Colônia Leopoldina realizaram a primeira Marcha à Capital, que chegou a Maceió no dia 1º de maio. A Marcha tinha o objetivo de viabilizar as alternativas econômicas para as famílias acampadas/assentadas e sem teto, além de buscar apoio na sociedade contra a violência e a falta de vontade política dos governos para fazer a reforma agrária. Assim, teve início a caminhada com 450 pessoas saindo do acampamento despejado [...], passando no município de Flexeiras, onde foram recebidos por Lula, que liderava a campanha da cidadania. Após percorrer mais de setenta quilômetros em três dias [...] as famílias chegaram a Maceió, acampando na praça dos Martírios (Palácio do Governo). Sem nenhuma iniciativa do governo para receber uma Comissão, as famílias ocuparam a Secretaria de Agricultura e buscaram alimentos no supermercado ARCA (SILVA, J., 2013, p. 399).

Após a pressão exercida pela mobilização social, na audiência com o governador, agendada para o dia seguinte, não houve avanços para além dos conquistados junto ao Secretário de Agricultura. A polícia estava de prontidão e pronta para agir, aguardando apenas a deliberação, sendo o resultado uma massiva repressão.

Diante desta deliberação, a repressão se deu com toda força, encurralou as famílias dentro da Igreja em frente à praça, enquanto policiais espancavam militantes. Só com a intervenção dos aliados da sociedade foi possível evitar o massacre dos trabalhadores [...]. 56 pessoas feridas [...], na sua maioria Sem Terra. Alguns possuem sequelas desse evento até hoje (SILVA, J., 2013, p. 400).

Como podem ser vistas, as ações do MST se concentram no Agreste e, posteriormente, o foco foi o Leste alagoano, por conseguinte se concentrando nos latifúndios do litoral. No Sertão, as ações ficaram concentradas nos assentamentos Peba e Lameirão, acontecendo neste em 1991 o 1º Encontro Regional do MST. Naquele mesmo ano, pela primeira vez, a prefeitura de Delmiro Gouveia foi ocupada pelo Movimento (SILVA, J., 2013).

No entanto, o fato era que, apesar da intensificação das ocupações, o Movimento ainda não estava consolidado. Havia muito ainda a ser feito, embora o trabalho de base no sentido de organizar e consolidar o MST no Nordeste, e no caso aqui específico, nos estados de Alagoas e Sergipe, já houvesse iniciado, com a presença de algumas lideranças nacionais nesses dois estados (FERNANDES, 1999; SILVA, J., 2013). Segundo J. Silva (2013), ocorre em Alagoas, entre 1991 e 1993, uma paralisação das ações do MST, com saída de membros, tanto para outros movimentos, que nacionalmente estavam nascendo, a exemplo do MLST, como para outros estados, para fazer capacitações ou mesmo compor o próprio MST. Corroborando esses dois autores, uma liderança do MST/AL no Sertão, assim recorda:

[...] aí fomos estudar, pegamos o gosto de estudar essa coisa do Movimento né. Melhorar o entendimento do porquê: da terra, [...] do enfrentamento, o porquê que os fazendeiros não entediam que tinham que dividir as terras, ou que tinha que liberar as terras pra que as pessoas acampadas tornassem assentadas e dono daquela terra. Aí começamos a andar no estado, em acampamento em acampamento. Para fora do estado né, fomos pra Sergipe, fomos pra Pernambuco, e saímos pelo Nordeste afora, estudando e vendo as possibilidade de poder conseguir terra com mais facilidade, que até hoje não é fácil né. Era um tempo de perseguição, a gente não podia, na época, nem usar a bandeira do Movimento né, só no acampamento, fora no acampamento ninguém usava, hoje a gente já usa em marcha e mobilização né [...]; bonéu a gente não podia andar identificado, hoje, graças a Deus, a gente pode usar nosso bonéu, nosso símbolos, nossas camisetas, enfim, foi um tempo muito arriscado, muito complicado²⁰⁷.

Em 1994 o Movimento retoma as ações de ocupação ainda no Leste alagoano, com a ocupação da fazenda Anum, no município de Messias, de onde as famílias foram despejadas, ficando às margens da BR 101; uma outra ocupação se deu no município de Porto Calvo, conquistando o PA Maciape, criado em 1994. Daí por diante o MST avança e, finalmente, se consolida em Alagoas, a partir de dezenas de ocupações e da conquista de alguns assentamentos, na segunda metade dos anos 1990, concentrados em boa parte nos municípios da mesorregião Leste (SILVA, J., 2013). Fernandes (1999) afirma que a construção do MST no Nordeste foi simultânea e aconteceu através de várias lutas, sendo ações semelhantes, haja vista serem parte de um mesmo processo: a resistência camponesa na conquista da terra, não obstante, não deixa de apresentar as distinções pelas histórias que construiu. No caso de Alagoas e Sergipe, houve uma grande proximidade e semelhança, inclusive de uma das principais lideranças atuais do MST/Alagoas ser assentada em Sergipe, no caso, o conhecido e importante líder José Roberto.

Somente no final daquela década, mais precisamente em fim de 1998, segundo a construção histórica de J. Silva (2013), figura uma

207 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

nova ocupação do MST no Sertão alagoano: na fazenda Costa, município de Olho D'água do Casado, com mais de 200 famílias. Seria mais uma conquista do Movimento, no caso oficialmente denominado nos dados do INCRA (2017a) de PA Costa, mas batizado pelo MST de Assentamento Patativa do Assaré, sendo o imóvel obtido pela compra e venda no ano 2004 e nele criado o assentamento em 2005, com capacidade apenas para 52 famílias em 524 ha. Notem que, da data da ocupação até a criação do assentamento, lá se vão longos sete anos, bem como, se dividirmos a área pelo número de família, teremos menos de 10 ha para cada uma, retirando a área de reserva legal. Ou seja, o problema da minifundização vai se mantendo no território alagoano.

É preciso sempre registrar também a morosidade do processo de transformar o acampamento em assentamento, a longa espera pela burocracia do Estado, mas, antes e durante, há sempre os sucessivos despejos, as perseguições entre outras tantas violências. Essa realidade permeia toda a luta do MST, desde sua gestação no Brasil, pois os atos dos sucessivos governos federais, desde 1985, sempre foram marcados, por “repartição de terras sob a pressão social”, “processo administrativo lento e complicado”, violações de direitos humanos e impunidade”, “distribuição residual de terras” e “escasso apoio aos assentamentos” (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 291-299).

Nessa historiografia da luta pela terra deve ser levado em conta que muitos processos, como as ocupações, despejos, retomadas das ocupações, criação dos assentamentos, ocorriam concomitantemente, por isso, focamos no ano do processo. Assim, em fins da década de 1990, o Sertão entra novamente no foco do processo de ocupação do latifúndio, mesmo que com menor centralidade do que o Leste (Litoral e Zona da Mata). Destarte, é preciso enfatizar que o Movimento nunca abandonou definitivamente esse espaço onde foi gestado. Uma liderança assentada do MST, que havia sido tragada pelo corte de cana por um período, resolvendo retornar ao Movimento, vindo para a coordenação da militância no Sertão, ajuda-nos nesse resgate:

Então, depois com muito tempo, a gente ocupou uma fazenda chamada Café Neguim, que fica em Olho D'água do Casado né, que hoje é um assentamento chamado Nova Esperança, tem 135 assentados. Foi uma luta muito grande, uma ocupação do MST, isso se deu de [19]98 pra [19]99 né. Eu vim pra cá em 99 né, tive o prazer de vir pra cá já pra coordenar já a militância, a gente veio com um grupo de militância [...]. Saí do corte de cana e fui pras ocupações lá em Branquinha, continuei, fui fazer curso né, estudando no Movimento [...]. Nós veio pra cá, com o intuito de avançar, como tinha muita terra na época aqui desocupada, aí a gente já veio pra cá com oito militantes né [...]. Depois de Nova Esperança, a gente viu a necessidade de ocupar outras né, e aí viemos pra o Monte Escuro, que é o município de Delmiro Gouveia, uma terra da CHESF [Companhia Hidroelétrica do São Francisco] aonde era utilizada por os pequenos proprietários da região, [...] que hoje é o Assentamento José Elenilson [...]; depois desse a gente já tinha lá [na fazenda Monte Escuro] uma ocupação com 380, o excedente [que não foi assentada] nós tirou, e aí fizemos trabalho de base, fomos as cidades, pras periferias de Delmiro Gouveia, convidar mais gente, [nos municípios também de:] Pariconha e Água Branca, pra ir pra o Acampamento chamado Bezerra né, hoje tem o nome de Assentamento Maria Cristina, com 80 famílias, município de Delmiro Gouveia, que [hoje] fica às margens do Canal do Sertão [...]²⁰⁸.

Quando o depoente explicita o trabalho de base nas periferias das cidades sertanejas, sensibilizando/convidando as pessoas a serem sujeitas e sujeitos protagonistas e, assim, a fazerem o percurso de volta, pois muitos foram expulsos do campo para a cidade, corrobora a nossa linha de interpretação da (re)criação do camponato na luta pela reforma agrária. A luta pela reforma agrária no Brasil é parte estrutural nesse processo contraditório, ou seja, concomitantemente, o processo de criação do assentamento produz o capital com a apropriação da renda da terra, via as indenizações ao capitalista latifundiário rentista, e (re)cria o camponato, uma relação social não capitalista, ao contrário, sujeitos e sujeitas, camponeses e camponesas, que têm relações sociais e destas com a natureza, diametralmente, antagônicas às relações (re)produzidas pelo capital (OLIVEIRA, 2001a, 2001b, 2007).

208 Idem.

J. Silva (2013) destaca que no ano 1999 as lutas caminharam a passos largos, em 16 municípios alagoanos: do Sertão ao litoral, passando pelo Agreste, o Movimento faz 25 ocupações de terra em todo o estado, envolvendo 3.087 famílias, incluindo dentre esses os municípios de Piranhas (pela primeira vez) e Delmiro Gouveia. O depoente a seguir nos fornece uma razão dessa intensificação da luta que seria, contraditoriamente, resposta às artimanhas do governo que estava à frente da República, comandado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Fica evidente como o campesinato percebeu a estratégia desse governo, de desmobilizar a luta pela terra, e mais, utilizou-a em seu favor. Assim, fez da propaganda midiática de que “as porteiras estavam abertas para a reforma agrária” o seu trunfo ideológico, materializado na expansão das ocupações em Alagoas, não sendo diferente no Sertão:

Depois disso viu que tinha necessidade de ocupar mais terras né. Como o INCRA tava fazendo um levantamento na região na época. [...] Fernando Henrique [...] começou a criar outros meios de pegar a terra; aí ele botou na televisão um programa chamado banco de terras, crédito fundiário, que ainda hoje existe; começou a botar nos meios de comunicação: “A porteira estava aberta, pra que ocupar? Pra que invadir?”. Passava em um comercial uma mulher com a geladeira, abriu a geladeira bonita e dizia: “Tudo isso já tem num precisa ir”. Eu nunca vi fazer reforma agrária na televisão, no meio de comunicação, eu vi fazer reforma agrária: a gente conhece fazendo, que ainda é uma reforma agrária atrasada né. Então a gente acumulou naquele período né. E criou [o governo] um cadastro pelos Correios [...]: meu fio o que foi de gente atrás de terra, com a necessidade de terra e o governo dizendo que estava facilitando, o povo cadastrou. Nós aproveitou essa leva do governo federal e chamamos o povo pras terras, [...] facilitou, foi bom pra nós. Se o governo está dizendo que tem terra [...] então só precisa vocês [a periferia, os Sem Terra] irem [ocupar]. A turma foi tomando gosto e foram pras terras e as terras eram os acampamentos né [...]. A coordenação entendeu que tinha que avançar pra Piranhas e Olho D’água do Casado: aí criamos lá [Olho D’água do Casado] o Patativa do Assaré, hoje um Assentamento, ocupação, teve vários despejos, teve vários enfrentamentos [...], já 2000 pra cá né [...]; aí nós foi expandi-

do pra o[s] [Assentamentos:] Antônio Conselheiro, Margarida Alves, Picos, enfim, em Piranhas foi crescendo, hoje já tem bastante assentamento em: Piranhas, Delmiro e Olho D'Água [...]. E fomos entendendo que tínhamos que crescer: abrimos o punho pra Inhapi, Mata Grande, Ouro Branco e Maravilha [...]. Hoje a gente tem uma quantidade de assentamentos muito bom aqui no Sertão²⁰⁹.

Já rompiam os anos 2000, quando em 2002, diante do crescimento do Movimento, há uma necessidade de reorganização mais uma vez, devido a alguns desvios da militância em um contexto de insuficiência de conduzir a organização de um MST que se fortalecia espacialmente por todo o estado de Alagoas. O MST foi perdendo a referência como a principal força da reforma agrária no estado (SILVA, J., 2013). Nas palavras da sua principal liderança, José Roberto da Silva, o Movimento foi “[...] perdendo apoios e referências dos aliados [...] abriu espaço para o fortalecimento do MLST [...], ficando a CPT como principal referência [...], seja nos meios acadêmicos, seja no governo e entidades aliadas, situação que perdurou por cerca de três anos” (SILVA, J., 2013, p. 405).

Em 2003, buscando recuperar essa referência perdida, após a intervenção da Direção Nacional do Movimento e a vinda para Alagoas da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), bem como após o afastamento de alguns militantes, a primeira ação foi justamente no Sertão, onde a AL-220, entre os municípios de Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia, foi fechada, em reivindicação de ações do Estado para com a infraestrutura dos assentamentos. O MST passaria de 1.758 para 4.000 acampados com esse processo de reorganização e intensificação, a exemplo da ocupação da fazenda Bom Jesus/Talhado, em Delmiro Gouveia, sendo mais uma conquista, mais um assentamento, que oficialmente leva o mesmo nome, um latifúndio de 1.119 hectares obtido por compra e venda em 2004 e a criação do PA efetivada em 2005. A atuação envolve o município de Água Branca, microrregião serrana do Sertão alagoano, “[...] quatro coordenadores e um dirigente foram presos por terem reocupado a fazenda Capim, localizada no município de Inhapi [...]” (Ibidem, p. 407).

209 Idem.

Assim, o Movimento segue sua atuação territorial nas três mesorregiões, concentrando sua ação mais no Leste alagoano em detrimento do Sertão e do Agreste, não obstante, grandes conquistas, no sentido de criação de assentamentos rurais, foram efetivadas no Sertão alagoano, notadamente, nos anos 2000 e no período dos dois governos federais de Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, os últimos assentamentos conquistados pelo MST no Sertão foram em 2008: o Assentamento Olga Benário, oficialmente no INCRA (2017a) denominado de PA Lagoa Comprida, em Piranhas; quatro PAs em Belo Monte (Jacobina I, II, III e IV); em 2009, dois no município de Mata Grande: PA Arapuá e PA Curral de Fora. Portanto, caminhamos para 10 anos sem um assentamento conquistado pelo Movimento, apesar de várias ocupações, mas que foram duramente perseguidas pelo Judiciário, com sucessivos despejos.

Na esteira dos processos de ação territorial levadas a cabo pelo MST, uma parceira sempre muito importante foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A ação da CPT, atuando de forma auxiliar nas ocupações do MST, até a decisão de ela mesma efetivar a sua territorialização pelas ocupações, foi primordial para o sucesso do Movimento. Em 1989, a Pastoral Rural já havia derivado e se transformado em Comissão Pastoral da Terra/Alagoas, através das mesmas lideranças que compuseram a primeira. Apesar de já existir um trabalho desde 1984²¹⁰ de clérigos que se dedicavam e tinham identificação com o trabalho da CPT, surgida em 1975 em plena ditadura militar, esta ganha rosto explícito e se especializa em Alagoas a partir dos anos de 1987-1988. Como escreveu José Carlos da Silva Lima, coordenador atual da CPT/Alagoas: “Nas Alagoas, a CPT surgiu no ano de 1987, numa transição ocorrida nos trabalhos da Pastoral Rural” (LIMA, 2013, p. 367). Apesar da história imbricada entre ambas, há diferenças entre o trabalho da Pastoral Rural e da CPT, conforme destaca esse mesmo autor:

210 Em seu portal a CPT fala das primeiras ações junto aos trabalhadores rurais naquele ano de 1984: cf.: Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso em: 18 abr. 2018.

A primeira é ação direcionada aos católicos rurais; é uma articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos nas áreas rurais, a exemplo da Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR). Em Alagoas a Pastoral Rural tinha uma relação política e de ação junto ao Movimento de Educação Rural (MER), que se apresentava como um movimento, de caráter revolucionário, que atuou na zona da mata alagoana nos anos oitenta. Já a CPT dedica-se a causa do povo do campo, sendo uma pastoral ecumênica, com a participação de agentes de outras igrejas cristãs, mantendo uma relação prioritária com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (LIMA, 2013, p. 367).

Vale ressaltar que, apesar das diferenças na forma de conduzir a luta, ou mesmo de algum momento de tensão no dia a dia nos processos de conquista dos assentamentos rurais, o MST e a CPT sempre estiveram bastante próximos, construindo através de parcerias diversas a identidade de classe, o habitus de classe camponesa em meio à diversidade do campesinato (PAULINO; ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2006). Já haviam caminhado juntos na 1ª Romaria da Terra em 1988 (SILVA, J., 2013), e continuariam, como ainda hoje continuam, a práxis transformadora juntos nas ocupações, cada um com seu papel fundamental. O relato de um dos principais agentes, e que muito contribuiu na construção da CPT/Alagoas, corrobora ao demonstrar o papel que teve a CPT nos processos de ocupação levados a cabo pelo MST, quando essa pastoral ainda não realizava essa forma de luta pela terra:

[...] a gente acompanhava esses conflitos, fazia as denúncias, fazia denúncias muito de como os canavieiros eram explorados, relatórios para o grupo móvel do governo federal. Fazia essas ações e acompanhava as ocupações de terra do MST: [19]95, [19]96, [19]97 eram muitas ocupações e a CPT sempre presente como uma força auxiliar ao MST [...], visitas, momentos de audiência pública, sempre a gente acompanhando o MST²¹¹.

211 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

Esse mesmo entrevistado resgata o momento histórico relevante no qual a CPT decidiu pela ação direta de ocupação da terra. Ao organizar o trabalho de base e junto com o campesinato realizar a ocupação da fazenda Flor do Bosque, no município de Messias, mesorregião do Leste alagoano, estava inaugurada em 1998, nos termos da tese de Mitidiero Jr. (2008) quando estudou a CPT/Paraíba, a ação territorial da Igreja em Alagoas, via ocupação direta do latifúndio.

[...] Quando é [19]98, incentivado pela Campanha da Fraternidade [...] e pela chega do Padre Alexandri Cauchi [...], vai pra [município] Murici e começa a se meter nessa questão dos conflitos agrários, e aí faz contato com a CPT e começa a participar das atividades da CPT [...]. E depois [...] em 27 de novembro de 1998, aí a CPT, após um ano de trabalho de base, [...] se faz a ocupação da Flor do Bosque, que chegou a ter mais de quatrocentas famílias. Foi o marco, foi o primeiro momento. E foi interessante que nós fomos comunicar ao Bispo, o Bispo na época era Dom Edvaldo, e Dom Edvaldo nos questionava se tinha essa necessidade. E nós colocávamos que a situação exigia: tinha muitos pobres sem emprego, as usinas que além de explorar agora não ofertava mais nem o serviço da exploração e havia muitas terras sem utilização. Então, ele foi convencido por nós, entendeu a importância, deu a benção a gente, abençoou para que a gente não sofresse violência e aí foi feito aquela ocupação com muitas famílias. Foi fincada uma cruz no centro da ocupação. E como era próximo ao natal, eu lembro como hoje que os trabalhadores resolveram fazer, eles mesmos, fazer uma lapinha e fizeram daquele barro da Flor do Bosque: fizeram cristo, fizeram os carneirinhos, fizeram tudo assim. Era o momento que a Igreja chegava mais forte nas ocupações. Nunca a CPT rejeitou o conflito, a CPT sempre esteve no conflito, mas nesse momento ela, atuou, vamos dizer assim, de forma mais direta [...] ²¹².

Nas próprias palavras de Mitidiero Jr. (2008, p. 398. Grifos do autor), podemos entender o significado dessa decisão da CPT/Alagoas, ao optar pela ação territorial de organização e, acima de tudo, de estar junto do campesinato nessa luta político-ideológica contra o latifúndio e em favor da reforma agrária.

212 Idem.

Quando o segmento saído dos postos eclesiais da Igreja Católica assume, “de corpo e alma”, a luta dos oprimidos do campo ou, ainda, passa a produzir e organizar situações de luta, resistência e negação à ordem injustamente estabelecida, realiza-se o que chamo de *ação territorial da Igreja*, como derivação das teses da Teologia da Libertação. A ação territorial nada mais é do que a ação social (a práxis transformadora) de um grupo organizado. No caso da ação social desencadeada pela Igreja, o discurso religioso, mesclado com o discurso político e ideológico, é que move a prática. É a luta do povo para a realização da justiça divina nas condições sócio-territoriais contemporâneas, “na terra que Deus fez para todos os homens [e todas as mulheres].

A passagem acima ganha concretude no depoimento de outra agente pastoral que atua desde a origem da CPT/AL. A sua narrativa permite percebermos os cuidados necessários tomados por essa pastoral nos momentos de trabalhos de base, especialmente, no dia anteriormente à ocupação, portanto, os preparativos antes da e durante a ação territorial de conquista da terra. No trabalho de base, seja nas periferias da cidade, seja nas comunidades rurais, é possível que esteja entre os camponeses e camponesas, entre os trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as, pessoas infiltradas e que possam colher informações e inviabilizar a luta. Portanto, na ocupação da Flor do Bosque, depois de tempos de trabalho de base, o mote seria uma romaria, onde todos e todas deveriam estar preparados/as para três longos dias de luta, que acabam durando anos, com a terra sendo conquistada depois de uma verdadeira batalha territorial.

A Igreja de Maceió, a Arquidiocese, a Igreja hierárquica nunca, assim, é a favor de fazer ocupação. Que chama até de invasão né; a gente diz que quem invadiu foram os portugueses, não nós, o povo nosso a gente ocupa. E a gente fez esse trabalho, passamos alguns meses fazendo esse trabalho de base, em [19]98. Aí no final a gente decidiu de levar essas famílias. Até que a gente dizia assim, pra despistar algumas pessoas que estavam lá né: “é uma romaria, é uma romaria e vai durar três dias, então, já que é uma romaria mais demorada, leva um candeeiro, leva a esteira, leva panela, leva comida pra gente

passar dois ou três dias, [...] nós vamos levar um pedaço de lona, um lençol, essas coisas [...]”. No outro dia a gente vai. Aí fomos em cima dos caminhões e ocupamos a Flor do Bosque, em 1998, no município de Messias. E foi aí que depois da Flor do Bosque surgiu outras ocupações²¹³.

É perceptível também nesse relato que, na Igreja Católica, se temos a fração, que tem na Teologia da Libertação sua orientação política-ideológica-religiosa para uma práxis transformadora em favor dos mais pobres, com bispos, padres, agentes comprometidos com a reforma agrária por exemplo, temos também a parte da Igreja contrária a essa ação territorial materializada nas ocupações, na luta dos oprimidos e explorados do campo. Na verdade, esse é um dado histórico, desde quando a CPT nacional foi fundada em 1975 e até antes, quando da inclinação de setores eclesiais para com os pobres da terra. Poletto (2010, p. 139), em seu artigo “Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária”, destaca que a igreja não é monolítica, quando diz: “Não é correto, então olhar cada igreja como se fosse um bloco monolítico, que teria na palavra de seus dirigentes a expressão única de suas posições e de seu modo de interpretar e de agir em cada realidade”. Portanto, a Igreja em Alagoas não foi diferente, onde, em face da opção da CPT pela territorialização via as ocupações, cada clérigo teve que assumir seu lugar, pois “a experiência nos mostra que nas igrejas a unidade é vivida na diversidade” (Idem).

Do ponto de vista da compreensão espacial, enquanto práxis territorial transformadora, o MST/Alagoas fez sua trajetória marchando do Sertão para o litoral. Já o caminho trilhado pela CPT foi inverso. Não obstante, a leitura dicotômica espacial não é o melhor caminho para a análise da dinâmica dos processos de luta pela reforma agrária nesse estado. Ou seja, a realidade é que a ação territorial do MST e da CPT, os mais influentes nos rumos dessa ação, integra as três mesorregiões alagoanas em uma luta unificada da classe camponesa organizada por eles, que, apesar das diferenças espaciais e dos processos sociais em cada uma dessas mesorregiões, encontram pela frente a burguesia latifundista e suas ramificações e pactos oligárquicos.

213 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

Com relação a essa burguesia e às tramas oligárquicas, é preciso não perder de vista que, de um lado, se o campesinato brasileiro foi resgatando, aprimorando e/ou forjando formas históricas de luta pela terra e pelo território, a exemplo das ocupações; de outro, os latifundiários também desenvolveram seus próprios métodos para barrar qualquer tentativa de dividir a terra. Um método bastante utilizado sempre foi a utilização do Judiciário e a aplicação ágil e radical das leis a seu favor, de diferentes formas: despejos, prisões, reintegração de posse, multas, altas indenizações pelas desapropriações, entre outras. Não esqueçamos que, em alguns casos, as próprias famílias oligárquicas têm representantes dentro desse poder, ou seja, não estamos falando apenas de prepostos a seu serviço, mas de filhos, netos, irmãos, maridos e esposas, enfim, algum membro da própria oligarquia que muitas vezes compõe esses órgãos. Para se ter uma ideia, vejamos como isso se deu na conquista da primeira ocupação da CPT, com longos oito anos para dividir um imóvel rural de um único dono para 35 famílias.

[...] Hoje é o Assentamento Flor do Bosque, 35 famílias, foi uma briga de 8 anos com a Usina Santa Clotilde, uma usina forte. Várias integrações de posse, se não me engano, 17 reintegrações de posse, e o povo saía e o povo voltava. O Bispo foi condenado a pagar cinco mil reais, eu também fui condenado a pagar cinco mil reais, mas nós derrubamos no Tribunal de Justiça, nós conseguimos derrotar o posicionamento da juíza [...]²¹⁴.

Ao tratar ainda da primeira ocupação na fazenda Flor do Bosque, esse agente da CPT explicita o caminho espacial de sua territorialização.

Ali foi o marco. E da Flor do Bosque a CPT começa a ramificar para outras áreas, por que ali era um povoado construído, então foi ocupado a fazenda Duas Barras, hoje conhecido como Assentamento Dom Helder Câmara, em Murici; depois a fazenda Engenho, lá em São José dos Milagres, conhecida hoje como Jubileu Dois Mil, e, inclusive, foi da Flor do Bos-

214 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

que gente pra o Sertão, pra animar a ocupação lá no Sertão, da fazenda Patos e Branquinha, que hoje é o Assentamento Delmiro Gouveia. **Entrevistador:** qual o marco da chegada da CPT no Sertão? **Entrevistado:** A CPT como eu disse, já existia né, assim, acompanhava os conflitos. A CPT foi quem criou a COPPABACS²¹⁵ né, o banco de sementes, essa estrutura, tudo passou por dentro da CPT, era um trabalho mais de assessoria, de apoio [...]. A ocupação é de Patos e Branquinha, no município de Inhapi, [...] que hoje é o Assentamento Delmiro [...] ²¹⁶.

Portanto, foi no município de Inhapi, o mesmo município de onde saíram e se organizaram as lideranças que iriam gestar o MST/AL, que a territorialização da CPT aconteceu no Sertão alagoano, no clarear do século XXI, no ano 2000. Quando a fazenda Flor do Bosque foi conquistada, não houve capacidade de assentar todas as famílias, ficando o dilema, ou melhor, o desafio de acompanhar aproximadamente quatrocentas famílias que não tiveram como ficar naquela terra. Aquela primeira ocupação mudaria muito os rumos dessa pastoral (LIMA, 2013). Nesse contexto, é que esse autor denomina a Flor do Bosque de “a mãe de outras ocupações” (Ibidem, p. 388), pois de lá saíram camponeses e camponesas para lutar pela terra em várias direções, inclusive para desafiar as oligarquias sertanejas.

Após esse processo, a CPT passa a acumular forças no Sertão alagoano, ocupando e conquistando outros assentamentos, transformando-se, juntamente com o MST, nas duas forças atuantes mais importantes na luta pela reforma agrária naquele espaço agrário. Assim, depois da sua espacialização no município de Inhapi, a sua ação territorial se intensifica na microrregião serrana do Sertão de Alagoas. Nessa microrregião, mais precisamente no município de Água Branca, seria construída

215 Conforme o próprio portal, A COPPABACS é uma cooperativa dos bancos comunitários de sementes, localizada no município de Delmiro Gouveia, Sertão alagoano, desenvolvendo uma importante luta contra o monopólio das sementes pelas grandes empresas transnacionais, especialmente com a crítica dos transgênicos, que já chegou no Sertão alagoano, consequentemente, faz um trabalho relevante no resgate, produção, distribuição e preservação das sementes crioulas, junto a agricultura familiar camponesa sertaneja. Cf.: Disponível em: <http://coppabacs.blogspot.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2018. Sobre a luta da COPPABACS e a produção transgênica em Alagoas, cf. Lima e Santos (2018).

216 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

a sua base no espaço agrário sertanejo, segundo levantamentos em trabalho de campo, realizado junto a própria CPT, essa pastoral representa seis dos oito assentamentos existentes. O relato a seguir contribui com essa afirmativa, apenas faltou o agente entrevistado citar o PA Paraíso e o Projeto de Assentamento Casulo (PCA) Malhada Vermelha. Notem, através das denominações dos assentamentos, como a religiosidade católica é forte na identidade camponesa dos assentados organizados e que fazem a CPT/Alagoas.

Ai depois começou as ocupações em Água Branca, a fazenda Chupete, hoje Assentamento Todos os Santos; depois, hoje nós temos o Assentamento Padre Cícero [PA Cobra], Nossa Senhora da Conceição [PA Cobra II], Nossa Senhora Aparecida (PA Navio), sempre relacionado a santos, o povo tem uma fé muito grande [...]. E hoje a nossa influência maior é Água Branca né: nós temos uma quantidade razoável de famílias [...]²¹⁷.

Assim, a CPT passava a atuar, igualmente ao MST, em todo o território alagoano. Mais recentemente, a CPT consegue se espacializar na microrregião de Batalha, no município de Major Isidoro. Seria mais um entre tantos outros desafios que ela já enfrentou no estado, pois, nesse município, se deparou com um tradicional e atualmente forte e influente grupo político: a família Lira, comandada pelo senador Benedito de Lira (conhecido Biu de Lira), bem como por seu filho, o deputado federal Arthur Cesar Pereira de Lira. Por sinal, o atual Superintendente do INCRA/Alagoas, desde 07/04/2017 carrega esse sobrenome, trata-se de Wilson César Lira Santos²¹⁸.

Mas a gente também tem atuação em Major Isidoro, um conflito muito grande com uma família de políticos, do senador Benedito de Lira, do deputado Arthur Lira, com ameaças, momentos muito tensos. E, o pessoal saiu da fazenda deles, mas só saiu quando INCRA adquiriu uma outra propriedade

217 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

218 Cf.: **INCRA em Alagoas tem novo superintendente**. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/noticias/INCRA-em-alagoas-tem-novo-superintendente-0>. Acesso em: 10 jan. 2018.

(São Félix), que hoje é o Assentamento Santo Antônio. Então assim: nós temos um pé lá no Sertão, um pé na mata, um pé no litoral [...]”²¹⁹.

Faz-se necessário um olhar atento sobre esse conflito territorial entre a CPT e a família Lira, pelos desdobramentos e pelos sujeitos sociais envolvidos. Para a compreensão do conflito e de um, entre tantos desdobramentos que ocorreram, faremos uso de uma reportagem da Gazetaweb, de 15/10/2010, intitulada “*CPT emite nota sobre expulsão de Benedito de Lira de Feira Agrária*”²²⁰. Na verdade, ao contrário do que estampa a reportagem, tratava-se de um esclarecimento da CPT, sobre a presença do referido senador em uma Feira da Reforma Agrária em Maceió. Era a pastoral afirmando que não houve expulsão de Benedito de Lira, mas, como está registrado na própria reportagem: “[...] solicitamos apenas que ele não participasse do café camponês por considerar um grande constrangimento estar na mesma mesa que ele”, diz CPT”²²¹.

Na mesma reportagem fica explicitado, tanto o motivo da solicitação da CPT e a razão do constrangimento aludido, como a natureza do conflito pela terra que gerou esse desdobramento. Conforme o fragmento a seguir, mais uma vez a história se repetiria, nessa longa marcha do campesinato brasileiro pela terra: tratava-se de moradores da própria fazenda, que passaram a acampados e lutavam pelo direito à terra de trabalho em oposição à terra de negócio (MARTINS, 1991). Isso fica evidente na mesma passagem da reportagem anterior:

Segundo [a] CPT, as famílias trabalhavam e moravam na fazenda Boa Esperança, do filho do senador, Arthur Lira, a convite do próprio proprietário. Segundo as informações da nota, a fazenda tinha uma dívida junto ao Banco do Nordeste e é considerada improdutiva há dez anos. “Os acampados passaram a ter uma diversidade agrícola e a criar animais, porém a família do senador retrocedeu a negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AL) re-

219 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

220 Cf.: Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=214567&e=2>. Acesso em: 21 abr. 2018.

221 Idem.

sultando em ameaças, inclusive, denunciadas publicamente na Vara Agrária, OAB e Governo de Alagoas. Infelizmente, os camponeses foram despejados²²².

Importante dar ênfase aqui que era do interesse do proprietário Arthur Lira a desapropriação do seu imóvel para fins de reforma agrária em face das dívidas existentes, por isso, o convite para as famílias virem para a terra. O que motivou a desistência? Segundo Heloisa Muniz do Amaral da CPT/AL²²³, ao conseguir a renegociação da dívida, como é de praxe com os débitos dos ruralistas no Brasil, o proprietário recua e passa a não desejar mais a negociação do imóvel para a implantação do assentamento. Em outra publicação, do Portal da Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, temos a dimensão da tensão gerada pelo conflito em tela, onde foi necessária a presença do Ouvidor Agrário Nacional. A seguir fizemos questão de citar na íntegra, para compreendermos a dimensão e a trama dos acontecimentos, especialmente para verificarmos a agilidade da ação do Judiciário no processo em benefício do proprietário.

O Ouvidor Agrário Nacional Dr. Gercino Filho foi acionado para intervir contra as irregularidades da reintegração de posse na fazenda Boa Esperança situada há 7km da cidade de Major Isidoro no Sertão alagoano. Para evitar problemas maiores, ele providenciou imediatamente a sua viagem e irá se reunir por volta das 17h30 na sede do INCRA na Praça Sinimbu em Maceió, com representantes da Comissão Pastoral da Terra de Alagoas, o proprietário da fazenda São Felix e o Juiz Agrário Ayrton Tenório. **O juiz agrário Ayrton Tenório determinou a reintegração de posse da fazenda Boa Esperança, mesmo o INCRA não apresentando o laudo da outra área para onde as famílias seriam transferidas. Desde as primeiras horas desta terça-feira as 28 famílias camponesas estão sendo pressionadas a deixar o local sem a garantia de exercer suas atividades agropecuárias, inclusive, uma tropa composta por 100 homens da Polícia Militar estava de prontidão no município de Batalha para garantir o despejo.**

222 Idem.

223 Anotações da palestra da agente da CPT/AL durante o lançamento do Relatório Conflitos no Campo Brasil – 2017, no Instituto Federal de Alagoas, Campus Piranhas, em 17/09/2018.

“Nós só vamos sair daqui se o acordo for cumprido, porque foi assinado lá na frente das autoridades. Quem está pisando na bola são eles, quer dizer que tem Lei para a gente e para eles (proprietários) nada”, ressaltou o agricultor Adezildo Miguel da Silva. O juiz agrário determinou a reintegração de posse do imóvel rural que pertence ao Deputado Federal, Benedito de Lira (PP/AL), mesmo o INCRA não cumprindo o acordo e as deliberações aprovadas nas audiências nos dias 17 e 18 de março, como: o laudo da fazenda São Felix também no município de Major Isidoro, que seria destinada às famílias; a indenização da lavoura plantada; a liberação de um trator para arar as terras da fazenda indicada; a liberação de 15 tubos de lona para erguer um novo acampamento e construir estrutura de proteção para os animais. De acordo com Carlos Lima, coordenador estadual da CPT-AL, esse não é um despejo como outro qualquer, essas famílias foram convidadas a morar no local e durante dois anos investiram seus recursos financeiros e o sonho de trabalhar na terra. “Não é justo as famílias saírem sem saber onde vão colocar suas coisas (móveis, eletrodomésticos), possuem várias criações de animais e a lavoura é farta. Conceder a reintegração de posse dessa fazenda que por 10 anos era improdutiva e tem crime ambiental, é uma aberração judicial! Infelizmente essas famílias foram usadas para garantir a redução das dívidas”, exaltou²²⁴.

Merece ser analisada a agilidade do Judiciário, por meio do juiz agrário Ayrton Tenório, que nem mesmo esperou que o INCRA cumprisse o acordado, que era o laudo de vistoria de um outro imóvel rural (fazenda Felix) saída para o conflito. Aliás, recentemente (03/11/2017), o Jornal Extra traz uma reportagem que, mais uma vez, mostra a agilidade do Judiciário em decisão favorável à Cooperativa dos Usineiros, envolvendo os interesses de tradicionais grupos oligárquicos em Alagoas: “Juiz leu 6 mil páginas em um só dia para acatar pedido de usinas”²²⁵.

224 **Ouvidor Agrário Nacional retorna a Alagoas.** Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/2137-ouvidor-agrario-nacional-retorna-a-alagoas>. Acesso em: 21 abr. 2018.

225 Cf.: Disponível em: <https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2017/946/39339/juiz-leu-6-mil-paginas-em-um-so-dia-para-acatar-pedido-de-usinas>. Acesso em: 21 abr. 2018. Nas palavras da própria reportagem: “Uma série de coincidências e atos estranhos marcaram o pedido de recuperação judicial das usinas que integram a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas, mais conhecida como “Cooperativas dos Usineiros” - decisão que representa um novo golpe contra milhares de fornecedores de cana e outros credores e contra o próprio Estado de Alagoas. [...] O pedido da

Trata-se do mesmo juiz Ayrton de Luna Tenório, tornando pública a agilidade das ações judiciais, envolvendo conflitos pela terra ou mesmo envolvendo os interesses dos usineiros. Em 2011, a mesma Gazetaweb, em reportagem do dia 18/03/2011²²⁶, noticiava que o juiz Ayrton Tenório iria compor o Comitê de Conflitos Agrários. Essa reportagem registrava que o magistrado era um ferrenho crítico ao INCRA/Alagoas:

Em janeiro deste ano, numa carta enviada ao governo federal, o juiz da Vara Agrária do Estado, Ayrton de Luna Tenório, fez graves acusações ao INCRA de Alagoas”. [...] Ou seja, os nomeados para comandar o INCRA teriam usado o órgão federal como trampolim eleitoral. Em outro ponto contundente, ele afirma que o INCRA incentiva as invasões de terra e dá calote nos processos que resultam em desapropriação²²⁷.

A mesma reportagem, afirma: “Movimentos sociais chegaram a exigir a saída do magistrado da Vara Agrária, mas presidente do TJ descartou a substituição”²²⁸. Naquele ano, em Alagoas, segundo reportagem no Portal da Arquidiocese local, 1.283 famílias camponesas haviam sido despejadas em todo o estado, além de destacar os protestos dos movimentos sociais do campo contra essa realidade²²⁹. Em 10/02/2011, a mesma Arquidiocese já havia divulgado nota de apoio às famílias Sem Terra, ameaçadas de despejo no estado, por reintegração de posse concedida pelo referido juiz.

Cooperativa dos Usineiros chegou à 4ª Vara no dia 24 de outubro, às 15h12. No dia 25, às 15h37 - 24 horas depois - o magistrado decidiu favoravelmente aos usineiros. Algo surpreendente porque em poucas horas o magistrado leu as 5.756 páginas do processo”. Outro veículo de comunicação registrou o fato: Cf.: **Juiz leu 6 mil páginas em um só dia para acatar pedido de usinas**. Disponível em: <http://www.alagoasnt.com.br/noticia/7821/juiz-leu-6-mil-paginas-em-um-so-dia-para-acatar-pedido-de-usinas.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

226 Cf.: **Juiz Ayrton Tenório vai compor Comitê de Conflitos Agrários**. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia-old.php?c=227459&e=31>. Acesso em: 21 abr. 2018.

227 Ibidem.

228 Idem.

229 Cf.: **Em Alagoas, 1.283 famílias camponesas foram despejadas neste ano**. Disponível em: <http://www.arquidiocesedemaceio.org.br/noticias/arquidiocese/520/em-alagoas-aa-283-familias-camponesas-foram-despejadas-neste-ano>. Acesso em: 21 abr. 2018.

O Arcebispo Dom Antônio Muniz assumiu publicamente o apoio às famílias camponesas de diversos acampamentos dos movimentos rurais, inclusive da Comissão Pastoral da Terra, que estão sendo ameaçadas de despejo em Alagoas. No mês de janeiro foram retiradas cerca de 200 famílias de terras consideradas improdutivas e vários hectares de alimentos foram destruídos, de áreas onde os camponeses já vivem em comunidade por mais de cinco anos. A Arquidiocese de Maceió também declarou apoio às 102 famílias camponesas do Acampamento Bota Velha no município de Murici, que é acompanhado pela CPT-AL desde 2002, e poderia ser transformado em assentamento, já que possui escola, capela, casa de farinha, açude, casas com energia elétrica e boa produção. A reintegração de posse foi concedida pelo Juiz Agrário Ayrton Tenório e estar prevista para acontecer no dia 21 de fevereiro, e os camponeses não têm para onde ir²³⁰.

Mitidiero Jr. (2007), ao debater a ação do poder Judiciário nas demandas e conflitos por terra, trabalha com os conceitos de judicialização e judiciarização da questão agrária e criminalização do Judiciário. O primeiro reside na compreensão de que, como não é resolvida via políticas públicas a questão agrária, a solução para os conflitos de terras é delegada ao Judiciário. O segundo reside em que esse mesmo Judiciário, por meio do Código Penal, busca barrar as ações dos movimentos e organizações sociais de luta pela terra e pelo território, por diferentes meios: reintegração de posse, despejos e interditos proibitórios, indiciamentos e criminalização das lideranças e militantes que participam de manifestações e ocupações reivindicatórias de terras e políticas públicas. Apesar da judicialização e judiciarização da questão agrária e criminalização do Judiciário, como foi assim em outros conflitos territoriais travados pela CPT e demais organizações e movimentos sociais do campo, mais uma conquista foi efetivada. Não na fazenda Boa Esperança, da família Lira, mas na fazenda São Félix em Major Isidoro, hoje Assentamento Santo Antônio, oficialmente no INCRA (2017a) PA São Félix; imóvel rural obtido pela via da compra e venda em 2012 e criado o PA no mesmo

230 Cf.: **Nota da Arquidiocese de Maceió de apoio às famílias sem terra ameaçadas de despejo.** Disponível em: <http://www.arquidiocesedemaceio.org.br/noticias/arquidiocese/514/nota-da-arquidiocese-de-maceio-de-apoio-as-familias-sem-terra-ameacadas-de-despejo>. Acesso em: 21 abr. 2018.

ano; com 483 ha e capacidade para assentar 41 famílias. Aliás, este seria o último assentamento conquistado pela CPT no Sertão alagoano até o momento (abril/2018). No entanto, a CPT segue com a luta no Sertão, com os acampamentos: Boa Viagem, em Olho D'Água do Casado, com mais de dez anos com as famílias acampadas, e o São Francisco, em Pariconha, com um ano de acampamento.

No alvorecer do século XXI, o estado de Alagoas ganha mais um movimento de luta pela reforma agrária, que, juntamente com o MST e a CPT, se tornaria muito importante na ação territorial de luta pela terra: o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Nacionalmente constituído em meados dos anos 1990, tendo realizado em 21 de agosto de 1997 o seu lançamento oficial (OLIVEIRA, 2013), no estado de Alagoas o processo de organização foi gestado com as primeiras discussões em 1999 e, em 2001-2002, o Movimento inicia sua especialização. O relato de uma das suas principais lideranças atualmente, que participou de todo esse processo até os dias de hoje, assim descreve a trajetória do MLST/AL:

O MLST ele surge em Alagoas em final de [19]99 para 2000 né. Na verdade, o que é que houve aqui, [...] havia um trabalho [...] no sentido de fomentar a base, de fazer alguma discussão com diversas comunidades aqui carentes, no sentido da gente mobilizar pra fazer ocupação; e existia também aqui na região da zona da mata um conflito interno de um outro movimento né, do MST, e que diversas famílias acabaram saindo movimento né [...]; e você passava na BR 101, você vindo de Recife para cá, quando entrava no estado de Alagoas, você tinha assim: inúmeras ocupações na beira da estrada né. Foi a partir de algumas dessas ocupações, que instituí um contato conosco e nós passamos a criar um diálogo e desse diálogo nós passamos a coordenar alguns acampamentos aqui na região de Messias e de Flexeiras, onde não tinham mais bandeiras de nenhum movimento né, na Zona da Mata né. Esses acampamentos, eles faziam já o processo de disputa pela terra, das áreas da falida Usina Agrícola do grupo Jatobá. Então, no ano de 2000 nós levantamos a nossa bandeira no Acampamento Prazeres, ali em Messias, ali na beira da BR 101 [...]. E, a partir daquele acampamento, nós conseguimos/começamos a nos alastrar pela Zona da Mata né [...]²³¹.

231 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017 no município de Maceió.

Alguns pontos merecem destaque nesse relato: o primeiro é que a gestação do MLST/AL se dá, assim como a CPT e diferentemente do MST, na microrregião da Mata, na mesorregião do Leste alagoano, se espacializando no sentido do litoral para o Sertão; um segundo ponto é que a liderança não concorda com a ideia de que o nascimento do MLST, tanto nacionalmente, como internamente a esse estado, tenha se dado como um processo de dissidência do MST, mesmo que alguns membros tenham saído deste Movimento. Nesse sentido, destaca que a sua formação política, enquanto militante da reforma agrária, veio a partir Igreja, da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Partido dos Trabalhadores (PT): “[...] *a minha militância ela é oriunda da Igreja, é oriunda da Pastoral [...], não venho do MST, não venho de outros movimentos [...]*”²³². Não obstante, em terceiro lugar, o MLST já nasce, a exemplo do MST, nas ocupações de terra, portanto, buscando sua territorialização e se deparando com o latifúndio territorializado da cana-de-açúcar. Por último, não obstante, um quarto ponto a se destacar é que, houve diferenças e disputas internas no estado, que em dado momento se acirraram bastante, entre o nascente MLST e o MST, contexto amplamente explorado pela mídia hegemônica, que, contrária à reforma agrária, estampava o momento de tensão²³³. O que é mais importante em nossa ótica é que, mais uma vez, em meio à diversidade das lutas e às relações de poder, mesmo internamente entre os movimentos sociais do campo, prevaleceu a construção da identidade da classe camponesa. O processo serviu de aprendizagem para a formação dessa identidade pois, em alguns momentos, esses dois movimentos, juntamente com outros, passaram a construir mobilizações unificadas, apesar das diferenças, como pode ser visto a seguir, publicada no dia 30/11/2015 pela Comissão Pastoral da Terra Nordeste II:

232 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017 no município de Maceió.

233 Cf.: **Sem terra enfrenta sem terra**. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/829015/sem-terra-enfrenta-sem-terra/>. Acesso em: 19 abr. 2018. Cf.: **Sem-terra disputam área invadida em Alagoas; uma pessoa é ferida a tiro**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3009200531.htm>. Acesso: 19 abr. 2018. Cf.: **MST entra em confronto com o MLST em Joaquim Gomes**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72876.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Na manhã desta segunda-feira (30), centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra realizam mais uma ação conjunta em defesa da Reforma Agrária. Dessa vez na cidade de União dos Palmares, os Sem Terra reivindicam as áreas da massa falida do Grupo João Lyra para o assentamento das famílias que hoje vivem sob a lona preta em Alagoas. Os Sem Terra organizados no MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Unidos pela Terra (MUPT), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Terra Livre e Via do Trabalho, concentram-se no acampamento onde antes funcionava a Usina Laginha e seguem em marcha pela cidade de União dos Palmares²³⁴.

Em meio a esses processos de tensão, distinção e construção da identidade de classe camponesa em Alagoas, o MLST continua a sua marcha na espacialização por meio da conquista de frações territoriais através das ocupações de terra. A mesma liderança nos relata como foi esse processo de espacialização inicial pela zona da Mata e, em seguida, para o litoral:

[...] a partir dessas ocupações que já estavam sem bandeiras e das outras ocupações que nós começamos a fazer, a gente foi expandindo. Da região da Zona da Mata nós fomos pro município de Ibateguara né, em Ibateguara é onde [hoje] a gente tem o Assentamento chamado Jussara/Laranjeiras, que é, praticamente, um dos primeiros assentamentos que surge aqui em Alagoas do MLST né; De Ibateguara nós começamos a atuar no município de Branquinha, de Murici e de União dos Palmares, [nesse último] uma coisa muito: um foco aqui e outro ali, mas não tão forte como tornou-se Murici, como tornou-se Branquinha, aonde hoje são os dois municípios que temos uma grande massa aí, uma grande base de acampamentos né. Hoje, não saiu nenhum assentamento ainda, mas que tá lá ainda diversos acampamentos, salvo engano, 12/13 a 15 acampamentos, que a gente tem naquela região. Nesse processo de consolidação nossa [...], nós passamos a expandir o trabalho para o litoral né, precisamente, no município de Japaratinga, aonde hoje nós temos lá o Assentamento chamado Irmão

234 Cf.: Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/alagoas/4316-em-mais-uma-a%C3%A7%C3%A3o-conjunta,-movimentos-exigem-destina%C3%A7%C3%A3o-das-terras-do-jo%C3%A3o-lyra-para-a-reforma-agr%C3%A1ria>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Daniela, assentamento foi desapropriado em 2012, com 31 famílias. E temos algumas ocupações ali, em mais quatro municípios também do litoral.

Nesse resgate historiográfico, o depoente toca em um ponto fundamental, que demonstra o quanto o campesinato já tem consciência daquilo que Fernandes (2010, p. 162) registrou sobre a luta pela reforma agrária no Brasil: “o Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses”.

No Brasil, a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária. É uma luta popular e a reforma agrária é uma política pública de competência do Estado. A luta pela reforma agrária é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso a terra no Brasil [...]. O avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado. [...] (Idem).

Assim, entendemos o processo de luta pela reforma agrária em Alagoas como parte da construção da identidade de classe camponesa, através da recriação desse campesinato. Mudar de um movimento para outro faz parte do processo de luta e formação da consciência dos sujeitos/sujeitas que compõem o campesinato enquanto classe social. Como bem afirma Thompson (1987) apud Porto-Gonçalves (1999), a classe social é uma relação, não é uma coisa, nesse sentido ela se faz nos processos sociais de luta. Assim, Porto-Gonçalves (1999, p. 68) nas trilhas abertas por esse pensador diz: “a configuração de qualquer identidade político-cultural é parte constitutiva dos grupos/segmentos sociais que se põem em movimento”, e, continua o geógrafo, alertando que, em muitos casos, se confunde “[...] o modo como os grupos/segmentos/classes sociais se constituem nas e pelas circunstâncias das relações com que concretamente têm que se haver, de um lado; com o processo de conhecimento, de outro (Idem)”. O movimento histórico influencia nessa construção da identidade de classe camponesa, e as mudanças muitas vezes são necessárias, mantendo-se na arena da luta de classes.

Durante um período nós acompanhamos alguns assentamentos que vieram fazer a discussão conosco, no sentido de organização, de ajudar também lá em Maragogi né, uma região que tem um maior foco de assentamentos hoje no estado, e que, pelo seu processo e pelo tempo, [...] gerou-se uma certo desgaste, e, vários assentamentos hoje não tem nenhum tipo mais de bandeira. Os agricultores acabam não se identificando e aí eles passam a procurar os [outros] movimentos para fazer uma discussão. Por que na verdade, eles tem uma compreensão, mesmo tendo divergências, seja com o MLST ou com qualquer outro movimento, de que a reforma agrária, ela só consegue andar de fato, seja ele acampamento ou assentamento, se você tiver uma representatividade social que é o Movimento, por que é a força que faz, no sentido da mobilização, no sentido de você ir lá e fazer a briga pra conseguir as coisas. Então, vários assentamentos acabam chamando e a gente acaba indo, por entender de que, independentemente da briga que se teve ou não, mas é o trabalhador que tá ali, que precisa ter uma resposta, que precisa ter essa ajuda, esse acompanhamento²³⁵.

Nesse processo de espacialização e ação territorial o MLST, assim como a CPT e o MST, rompe-se a cerca do latifúndio, se espacializando também no espaço agrário do Sertão alagoano, conforme escreve Josival dos Santos Oliveira, uma das principais lideranças do Movimento: “em Alagoas, o Movimento de Libertação dos Sem Terra tem a sua atuação em todas as regiões do Estado, fazendo-se presente no Litoral, na Zona da Mata, no Vale do Mundaú, no Agreste e no Sertão” (OLIVEIRA, 2013, p. 417). Dessa forma, esses três (CPT, MST e MLST) são os únicos movimentos/organizações sociais do campo, com ocupações e assentamentos nas três mesorregiões de Alagoas: o Agreste, o Leste e o Sertão.

A entrada do MLST no espaço agrário do Sertão, por volta do ano de 2004, se deu pela microrregião de Batalha que faz divisa com a mesorregião do Agreste, em um espaço territorial de fronteira entre três municípios: Batalha, Belo Monte e Jacaré dos Homens. Nesse último município já existia o PA Serrote Aroeiras, criado em 2001 e que viria a ser acompanhado pelo MLST, posteriormente; no segundo, foram feitas duas das quatro ocupações do Movimento naquele espaço, sendo que

235 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017 no município de Maceió.

duas resistiriam por mais tempo: uma, no caso da fazenda Cachoeira Poço de Pedras, que resultou na desapropriação e criação do PA Cachoeira Poço de Pedras, em 2008, pelo INCRA; a outra o Acampamento Craíbas, que resistiu por muitos anos, sofrendo vários despejos.

Então, no Sertão foi uma coisa interessante, nós começamos o trabalho no Sertão tem treze anos né. Eu ainda considero, mesmo tendo 13 anos, um processo muito embrionário né. A gente tem muita dificuldade lá. Mas há 13 anos nós fizemos a ocupação de uma fazenda chamada Cachoeira/Poço de Pedras, que hoje é um assentamento né. Naquela época já existia o Serrote das Aroeiras, que o Serrote das Aroeiras veio muito antes [...]. Na época nós tínhamos o militante chamado Dimas né. Dimas era um assentado lá de Serrote das Aroeiras e que fez, junto com um grupo de militantes nosso, a ocupação. Na época eram cinco ocupações ali que nós tínhamos de terra naquela região. E que ficou a fazenda Cachoeira Poço de Pedras, que hoje é o assentamento, e Craíbas que era o acampamento, que nós tivemos despejo recentemente né²³⁶.

Não obstante, o Movimento encontraria mais desafios no campo sertanejo do que nas outras mesorregiões, que impediram a sua consolidação. Houve grandes percalços, que fizeram o Movimento recuar. Um problema estrutural ao longo da formação territorial brasileira e alagoana se sobressaiu: a questão da violência. Essa violência não está longe dos acampamentos e dos assentamentos e, mesmo em muito menor grau, se comparada à violência entre os diversos sujeitos do campo e o latifundiário, ocorre, em alguns casos, entre os próprios camponeses em luta pela terra. Essa violência chegou aos espaços de resistência do MLST, no caso, o principal militante do Movimento no Sertão, que estava à frente tanto do PA Serrote Aroeiras onde era assentado, como das duas ocupações, foi assassinado em 2010²³⁷, sendo esse fato crucial para diminuir o ímpeto de se espacializar do Movimento:

236 Idem.

237 Não tivemos acesso ao processo judicial sobre o caso, bem como, há um silêncio em torno do mesmo por parte das famílias. Esse assassinato não foi registrado no Relatório de Conflitos do ano de 2010, onde segundo a metodologia da própria publicação, são excluídos dos registros: “[...] os casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo” (CPT, 2016, p. 16). Os jornais noticiaram operações policiais e a investigação de um suposto envolvimento da mesma liderança em um assassinato de um acampado

Uma outra coisa, que afastou muito a gente, foi a questão do assassinato do Dimas né. Até o período do assassinato do Dimas, a gente tinha um coletivo que vinha avançando muito ali, atuando, acompanhando, participando, inclusive, da vivência dentro da própria sociedade ali, Jacaré dos Homens, Belo Monte. Acompanhando os assentados, acompanhando os acampados, levando as suas demandas para as prefeituras. Após o assassinato do Dimas, foi uma faca, assim, na espinha dorsal nossa ali. Por que muitos companheiros se retraíram né, com toda razão, se recuaram, no sentido muito mais de não tocar nessa coisa das ocupações de terra, e muito mais [só] de tocar o trabalho, que a gente chama administrativo, que é de você está acompanhando as demandas dos assentamentos, de você tentar ver no que tava dos acampamentos que lá existiam né, mas sem muito avanço. Porque houve muito receio com essa história do assassinato e se retraíram nesse sentido, mas, o Sertão ainda para nós é um processo embrionário né. [...]²³⁸

Assim, o MLST, diferentemente da CPT e do MST, segue ainda tentando expandir sua ação territorial e, dessa forma, consolidar o Movimento no Sertão alagoano. Como essa própria liderança disse: “[...] no Sertão a gente tem muita dificuldade ainda, pelo fato da questão da militância, é uma debilidade própria nossa do Movimento, dessa questão da militância no sentido de atuação mais direta ali”²³⁹. O quadro a seguir sintetiza o exposto ao longo desse item, ou seja, os principais processos históricos envolvendo a expansão da ação territorial do MST e a gestação da CPT e do MLST e os processos de espacialização territorial.

no Acampamento Poço de Pedras, ocorrido no ano anterior (2009), assassinato esse que também não foi registrado no Relatório Conflitos no Campo (2009). Cf.: Polícia Civil prende dois acusados no assassinato de sem terra. Disponível em: <http://aquiacontece.com.br/noticia/alagoas/09/09/2009/policia-civil-prende-dois-acusados-no-assassinato-de-sem-terra/5174>. Acesso em: 19 abr. 2018. Cf.: Preso mais um acusado de matar sem terra. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/599972/preso-mais-um-acusado-de-matar-sem-terra/>. Acesso em: 19 abr. 2018. IML de Arapiraca registra final de semana violento no Agreste e Sertão. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/58214/2010/03/22/iml-de-arapiraca-registra-final-de-semana-violento-no-Agreste-e-sertao>. Acesso em: 19 abr. 2018.

238 Ibidem nota 243.

239 Idem.

Quadro 4 – Alagoas - Processos históricos acerca da territorialização do MST, da CPT e do MLST no Sertão alagoano

Organização	Ano/local	Processos
Pastoral Rural/ CPT	1987 Maceió	- Os agentes pastorais, padres e missionários(as) que faziam a Pastoral Rural passam a construir a CPT/AL; - Diferenças de ação territorial, no tocante as ocupações de terra, dividem as ações do MST e da Pastoral Rural/CPT.
CPT/MST	1988 Alagoas	- Primeira Romaria da Terra em Alagoas, organizada pela CPT, com a parceria do MST e outras organizações sociais; - O MST sai do Sertão e segue para o Agreste alagoano.
MST	1989 Taquarana	- Realização a 2ª ocupação do MST no município de Taquarana e Instalação da Secretaria do MST em Arapiraca; - MST ocupa fazendas na mesorregião Leste, nos municípios de Jacuípe e Chã Preta.
MST	1991 Maceió	- 1ª Marcha do MST Alagoas em parceria com o Movimento Sem Teto, sendo recebidos por Lula da Silva, em Maceió.
MST	1992-1993 Alagoas	- O MST no Nordeste passa por problemas internos que dificultam a consolidação, ocorrendo uma paralisação das ações.
MST	1994 Messias	- MST retoma as ações em AL, em uma ocupação no município de Messias, Leste alagoano.
MST	1998 Olho D'água do Casado	- Retorno do MST ao Sertão com a ocupação da fazenda Costa, que se transformaria em PA Costa, em 2005; - 1ª ocupação de terra da CPT/AL, na fazenda Flor do Bosque, município de Messias, Leste alagoano.
MST/MLST	1999 Alagoas	- MST intensifica a ação territorial em 16 municípios e 25 ocupações de terra; - Primeiras discussões para criação do MLST/AL.
CPT/MLST	2000-2001 Inhapi/Água Branca/ Messias	- A CPT conquista o primeiro assentamento rural no Sertão, em Inhapi e expande sua ação territorial para Água Branca; - Primeiras ações territoriais de ocupação de terra do MLST, no município de Messias, Leste alagoano.
MST/CPT	2002 Alagoas	- Dificuldade interna no MST: paralisação das atividades, intervenção da Direção Nacional e instalação da ENFF em Alagoas; - A CPT se fortalece como organização camponesa a partir da intensificação das ocupações de terra.
MST/MLST	2004 Sertão alagoano	- Ações conjuntas/coletivas entre os Movimentos e organizações sociais de Alagoas; - MLST realiza ocupações de terra pela primeira vez no Sertão alagoano, entre Batalha, Belo Monte e Jacaré dos Homens.
CPT	2006 Água Branca	- A CPT conquista do PA Todos os Santos/Chupete, o último no Sertão alagoano.
MST/MLST/ CPT	2008 Piranhas/ Belo Monte/ Olho D'Água do Casado	- Último assentamento conquistado pelo MST no Sertão alagoano; - MLST conquista o Assentamento Cachoeira Poço de Pedras, no município de Belo Monte. - Acampamento Boa Viagem da CPT, em Olho D'Água do Casado, com mais de dez anos com as famílias acampadas.

Organização	Ano/local	Processos
MLST	2010/Belo Monte	- MLST tem dificuldades para se espacializar no Sertão alagoano com o assassinato de uma liderança do Movimento.
CPT	2012/Major Isidoro	- CPT conquista seu último assentamento no Sertão alagoano: o PA São Félix.
CPT	2018/Pariconha	- Acampamento São Francisco da CPT, em Pariconha, com mais de um ano com as famílias acampadas.

Org.: Autor, 2019.

Depois de reconstituir o processo de espacialização do MST, da CPT e do MLST no espaço agrário na mesorregião do Sertão do estado de Alagoas, percebemos o quanto grande e complexa é a luta camponesa no Brasil. Nesse bojo, não temos como não deixar de enaltecer que, mesmo permeadas de contradições, as frações territoriais, que serão detalhadas no capítulo seguinte, são conquistas fundamentais para a existência da classe camponesa. Importante trazer a compreensão de Neves (1997) em epígrafe, quando ressalta que não podemos deixar de levar em conta que o assentamento rural, no mínimo, é uma reforma agrária em migalhas. Não reduzimos a importância da conquista dos assentamentos rurais, mas preferimos ir além nessa crítica, pois somos radicalmente contra aos que enxergam que houve reforma agrária nesse país.

Defendemos que a política de assentamento rural que se efetivou no Brasil, a reboque dos movimentos e organizações do campo, nos anos FHC e LULA, pois nem isso ocorreu nos demais governos que assumiram a República após 1985, nas condições como foi efetivada, marcada pela precariedade e morosidade, fez parte do processo de contrarreforma agrária (COSME, 2015). Assim, nessa formação territorial, historicamente, como escreveu Polleto (2010) também em epígrafe, as forças contrárias à reforma agrária continuam sendo as vitoriosas, se olharmos de forma estrutural para a estrutura fundiária, por exemplo; mas também, do ponto de vista da violência e de quem está perdendo as vidas nos conflitos territoriais.

Não obstante, em meio a essas contradições da contrarreforma agrária brasileira, eis que rebeldemente se (re)cria e permanece o cam-

pesinato. Por isso, concordamos com Neves (1997) que, mesmo sendo casos precários, os assentamentos, com todas as suas limitações, são conquistas camponesas. Em uma sociedade que não abraça e não entendeu ainda, majoritariamente falando, a importância da reforma agrária para que as transformações estruturais aconteçam, o assentamento é uma conquista. Seguiremos abordando os conflitos territoriais, a violência como estratégia histórica dos grandes proprietários de terras e essas conquistas do campesinato alagoano em meio à barbárie.

4.4 As frações territoriais conquistadas pelo campesinato em meio à barbárie: conflitos, violência e assentamentos rurais em Alagoas

Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue [...]. Alguém pode dizer-se indignado com a existência de crianças de rua, com as chacinas dessas crianças ou com o desperdício de terras não cultivadas e os massacres dos sem-terra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo pacífico, ordeiro e inimigo da violência. Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o apartheid social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna. Se indagarmos de onde proveio essa representação e de onde ela tira sua força sempre renovada, seremos levados em direção ao mito fundador do Brasil, cujas raízes foram fincadas em 1500.

Marilena Chauí (2001, p. 04), em “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas

formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 153), em “Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária”.

Nossa referência de análise é o conflito. O conflito é um conceito importante, pois aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder. Indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões/práticas distintas. O conflito é a contradição social em estado prático. Tomá-lo como conceito central para análise dos processos sócio-geográficos é fundamental, ainda mais quando se trata de conflitos pela terra/água, necessários para a produção/reprodução da vida. A luta pela terra/água mais que uma questão de economia, é fundamental para a democracia, pois diz respeito a relações de poder através do controle da terra/água.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e Danilo Pereira Cuin (2013, p. 18), em “Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência”.

Lendo a crítica de Marilena Chauí (2001), acerca de muitas coisas que aprendemos na escola sobre esse país chamado Brasil, quando, desde cedo, entre outras coisas, nos foi e muitas vezes ainda é repassada a crença de que somos uma sociedade pacífica, sem discriminação de classe, preconceitos e/ou violência; que somos um povo acolhedor de todos e todas que querem trabalhar, que não progridem aqueles que assim não desejam ser, percebemos o quanto essa “representação ideológica persuasiva” nunca teve amparo na realidade dessa formação territorial. No caso do espaço agrário brasileiro, ela cai por terra rapidamente, pois, com uma simples análise do processo de formação desse território, veremos como o conflito e a violência são marcas vivas desse passado que permanecem ainda hoje.

Portanto, a questão (da reforma) agrária brasileira, de um lado, demonstra que um dos mitos fundadores dessa nação, nos termos escritos por essa autora, em parte construído por uma historiografia comprometida com a construção ideológica aludida, desmente a ideia de que “nossa história foi escrita sem derramamento de sangue”; de outro, desautoriza a propaganda, em boa parte pelos teóricos arautos do agronegócio, de crença de “[...] que o que ainda falta ao país é a modernização, isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte – com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo” (CHAUI, 2001, p. 04).

Esse imaginário modernizante, fruto da visão social de mundo ideológica (LOWY, 2007), que sustenta uma ideologia do progresso sem limites, há muito foi problematizado, entre outros, por Oliveira (2007) em epígrafe. Para o autor, na verdade, a modernidade e a barbárie são faces da mesma moeda de um campo brasileiro profundamente conflitivo: o agronegócio materializa essa dupla face. Nesse bojo, o que percebemos, e isso ficará explícito ao longo desse item, é que os processos conflitivos envolvendo as disputas por terra e por território opõem, historicamente, o campesinato e os grandes proprietários de terras de forma radical. Oliveira (2007) destaca que, a cada avanço da classe camponesa por um palmo de chão que garanta a sua existência, a classe dos proprietários de terra responde com a barbárie.

O fato é que, e isso deve ficar em relevo, as novas relações sociais e de poder, que vieram com o “novo-velho” padrão tecnológico ao longo da formação territorial brasileira, sempre carregaram/carregam em si a reprodução da violência através dos diversos conflitos territoriais, como destacam Porto-Gonçalves e Cuin (2013) na abertura desse item. Nesses termos, seguimos a leitura desses autores, quando registram a necessidade de se trazer o conflito, enquanto um conceito importante para as análises sócio-geográficas, ou seja, para a compreensão das relações sociais de poder construtoras dos territórios. Nesse sentido, conforme apontam os autores, os conflitos pela terra e pela água são emblemáticos, pois são disputas territoriais atravessadas pela barbárie. Essa realidade brasileira se encontra no campo alagoano, conforme expusemos ao longo

das páginas anteriores com exemplos de como nesse estado a realidade é estruturalmente conflituosa. O latifúndio moderno-colonial ainda impera, o ranço coronelista é bastante presente. Fernandes (1999, p. 98), ao analisar o final dos anos 1980, resume muito bem esse contexto na capital de Alagoas, Maceió:

A luta pela terra e a resistência dos camponeses eram massacradas pelo poder do coronelismo. A violência contra os trabalhadores era marcada tanto pela atuação dos pistoleiros contratados pelos latifundiários, quanto pela prática violenta da Polícia Militar. Em Maceió, o MST criou a Secretaria Regional do Nordeste, que era referência para sua organização. Em uma das ações de repressão da Polícia, os coordenadores do Movimento foram presos e torturados.

Assim foi também ao longo da década de 1990 e tem sido nos anos 2000, ou seja, as disputas entre os diversos sujeitos do campo e os grandes proprietários de terras por frações do território alagoano, como são vistos aqui os assentamentos rurais, mas não apenas eles – como também os territórios quilombolas, indígenas, pescadores(as), entre outros – têm se dado com a presença de ameaças, despejos, perseguições, prisões, intimidações, torturas e, a face mais cruel, os assassinatos, como há muito tem registrado a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A metodologia adotada pela CPT, no tocante aos registros dos conflitos, é a seguinte: por terra, pela água, trabalhistas, em tempos de seca, em áreas de garimpo, e em anos anteriores conflitos sindicais (CPT, 2017). Recorreremos também a outras fontes, como forma de contribuir em nossa análise, a exemplo dos Relatórios “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²⁴⁰, e dos Relatórios da Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra²⁴¹.

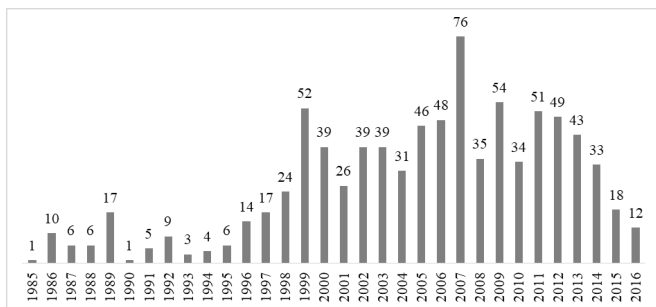
No território alagoano, entre 1985 e 2016, foi registrado um total geral de 848 conflitos no campo, com 719.195 pessoas envolvidas. Do

240 Cf.: Disponível em: <https://www.cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

241 Cf.: Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php>. Acesso em: 30 abr. 2018.

total geral de conflitos temos: 94,69% (803) foram conflitos pela terra; 2,83% (24) conflitos trabalhistas; os conflitos pela água somaram 1,53% (13) e, por fim, os conflitos em tempos de seca foram 0,94% (8). Como fica explicitado, há uma maioria absoluta dos conflitos pela terra. O gráfico 15 nos fornece uma linha histórica da dinâmica desses conflitos ano a ano.

Gráfico 15 - Alagoas – Conflitos no campo (1985/2016)



Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor

Inicialmente destacamos que os dados acima corroboram a linha historiográfica que construímos acerca da ação territorial dos movimentos e organizações sociais: da segunda metade dos anos 1980 à primeira dos 1990, estavam se formando e se consolidando em Alagoas, tanto o MST, como a CPT, por isso poucos conflitos registrados. De 1985 a 1995 ocorreram apenas cerca de 8,01% (68) do total geral dos conflitos, sendo que isso muda radicalmente a partir de então. A partir de 1996, segundo ano do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso à frente da República, temos uma dinâmica de aumento progressivo da conflitualidade, onde de 14 conflitos naquele ano totalizam 52 em 1999, o maior índice dos dois governos FHC. Nesse período de oito anos (1995-2002), majoritariamente em seu segundo mandato, foram registrados 25,59% do total geral de conflitos no campo alagoano. Em 2003, o PT assume a Presidência da República e o que fica evidenciado, em meio as contradições e os recuos/refluxos, é que a luta permaneceu no campo. Nos dois governos Lula foram registrados 42,81% (363) dos

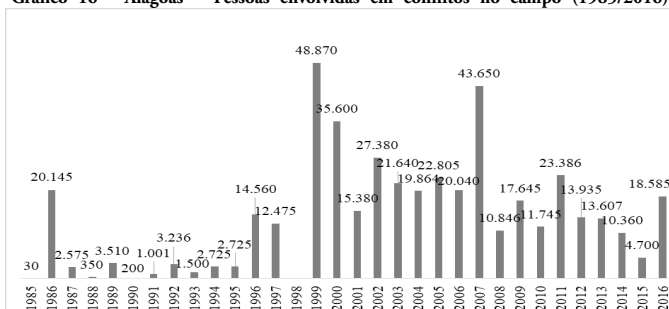
conflitos, portanto, um número bem maior do que o período anterior. O ano de 2007, com 76 ocorrências, é o pico de maior conflitualidade de todos os anos. Registre-se que esse é um contexto onde vários movimentos sociais organizados em torno da luta pela terra e pelo território estavam presentes em Alagoas. Durante o governo Dilma Rousseff, não há trégua, chegando a 20,75% (176). A partir de 2015, ano em que se inicia a arquitetura do golpe de retirada da presidenta, ocorre uma diminuição progressiva, sendo a nossa hipótese devido à canalização das mobilizações para a defesa da mandatária, tendo os conflitos saído de 33 em 2014 para 12 em 2016.

Com relação à quantidade de envolvidos (719.195): os conflitos pela terra representam 61,13% (439.677) desse total, 36,27% (260.868) se envolveram nos conflitos trabalhistas, os conflitos pela água somaram 1,55% (11.165) e os conflitos em tempos de seca 1,04% (7.485). A mudança maior ocorre nos conflitos trabalhistas, notadamente, quando os milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos canaviais alagoanos levantam os punhos e ousam desafiar os usineiros. Nesse sentido, é preciso destacar que o ano de 1998 foi marcado pela mobilização dessa fração da classe trabalhadora e nele a CPT registra: “campanha salarial dos canavieiros”, envolvendo 250.000 cortadores de cana. Esse valor somado ao dos envolvidos com os demais conflitos, em 1998, totalizou 274.125 pessoas, por isso o destaque do percentual dos conflitos trabalhistas em detrimento das pessoas envolvidas nos conflitos pela terra.

Para uma melhor visualização do gráfico 16, excluímos esse dado de 1998 apenas do gráfico, mas registramos acima e o utilizaremos para chegar aos percentuais, pois é uma mostra da força dessa fração da classe trabalhadora alagoana, a saber: os trabalhadores(as) cortadores(as) de cana. Prosseguindo, percebe-se que a mesma constatação pode ser feita no tocante ao envolvimento de pessoas comparado à dinâmica do número de conflitos, ou seja, sem movimentos e organizações sociais consolidados, de 1985 a 1995 tem-se um número pequeno de pessoas nos conflitos: 5,28% (37.997) do total geral. Não obstante, são nos governos FHC os maiores registros: o de 1988 já citado e o ano de 1999, com mais de 48 pessoas envolvidas, são os picos dos registros. Nos anos FHC o percentual

chegou, em números redondos, a 60% (431.115) do total geral. Assim, nos anos de governos petistas, apesar de os conflitos continuarem, há um menor poder de mobilização, onde as ocorrências são bem menos do que no período anterior. Apesar de em 2007 atingir a marca de 43 pessoas envolvidas, os anos Lula só registram 23,4% (168.235) do total geral, muito aquém do período FHC, continuando esse processo no governo Dilma, com apenas 8,52% (61.288). Vejam: somados, os doze anos petistas chegam, praticamente, à metade (32%) dos oito anos psdbistas, demonstrando que houve uma dificuldade na mobilização de pessoas para a luta. Em 2016, em pleno ataque aos direitos dos sujeitos do campo e à frágil democracia burguesa brasileira, perpetrada pelo governo golpista de Michel Temer, há um sinal de maior mobilização popular.

Gráfico 16 - Alagoas – Pessoas envolvidas em conflitos no campo (1985/2016)

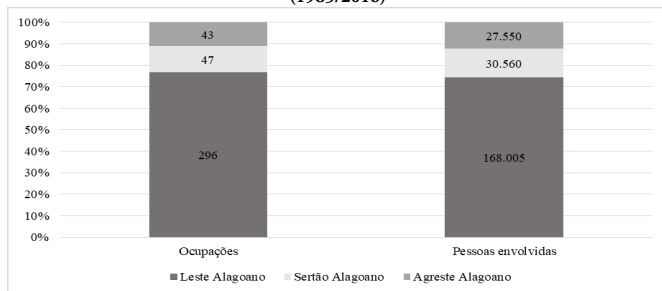


Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor.

Agora nos deteremos nos conflitos pela terra em Alagoas, primeiramente acerca dos processos de ocupações de terras. O gráfico 17 deixa evidente como ocorreu a espacialização da ação territorial dos movimentos e organizações sociais do campo, no tocante às ocupações de terra e às pessoas envolvidas em cada uma das três mesorregiões de Alagoas. Em todo o território, tivemos 386 ocupações com 226.115 pessoas envolvidas (CPT, 1985-2016). Mais uma vez a mesorregião Leste, lócus do latifúndio da cana e poderio das oligarquias, concentra sozinha 76,68% (296) das ocorrências totais e 74,30% (168.005) dos(as) envolvidos(as)

em geral; em segundo lugar está o Sertão, com 12,18% (47) e 13,52% (30.560); e, em terceiro o Agreste, com 11,14% (43) do total geral de ocupações e 12,18% (27.550).

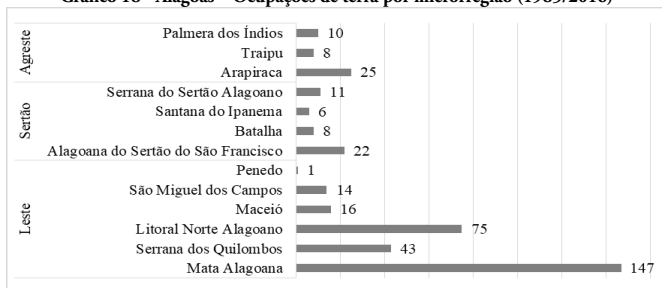
Gráfico 17 - Alagoas – Ocupações de terra e pessoas envolvidas por mesorregião (1985/2016)



Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor.

O processo de espacialização dos conflitos internamente nessas três mesorregiões pode ser verificado no gráfico 18, quando passamos a abordar os dados referentes às treze microrregiões alagoanas. Um primeiro ponto a se destacar é que em todas essas houve ocupações de terra, o que mostra a obstinação do campesinato em avançar com a bandeira da reforma agrária, nos quatro cantos do estado. Não obstante, a microrregião da Mata alagoana, onde o MST, ao sair do Sertão, intensificou a luta, também onde a CPT fez sua primeira ocupação, no município de Messias, assim como foi a trajetória do MLST e de outros movimentos sociais, é a fração territorial alagoana onde se concentra a maior parte da luta pela reforma agrária. Do total geral das ocupações, 38,08% (147) estão espacializados nessa microrregião, seguida pela microrregião do Litoral Norte, com 19,43% (75), e pela microrregião serrana dos Quilombos, com 11,14% (43). As três, pertencentes à mesorregião do Leste alagoano, totalizam juntas: 68,65% (265) das 386 ocupações. No Agreste, a microrregião de Arapiraca, com 6,48% (25), e no Sertão, a microrregião alagoana do Sertão do São Francisco, com 5,70% (22), são as que têm maior destaque.

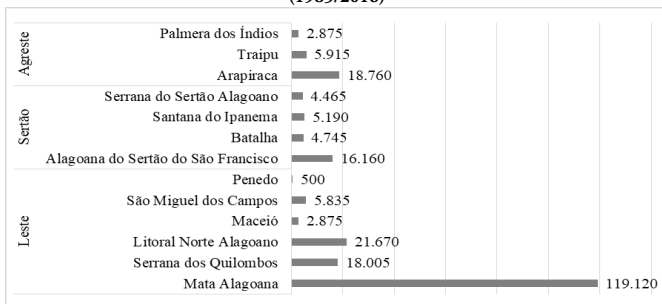
Gráfico 18 - Alagoas – Ocupações de terra por microrregião (1985/2016)



Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor.

A quantidade de envolvidos segue em parte a mesma dinâmica apresentada na espacialização e no número das ocupações, conforme o gráfico 19. A microrregião da Mata alagoana concentrou 52,68% (119.120) do total geral e o Litoral Norte alagoano, com 9,6% (21.670), vem depois. Em terceiro lugar, vem a microrregião de Arapiraca (Agreste), com 8,30% (18.760), seguida pela microrregião serrana dos Quilombos 7,96% (18.005); só depois aparece o Sertão, no caso a microrregião alagoana do Sertão do São Francisco, com 7,15% (16.160).

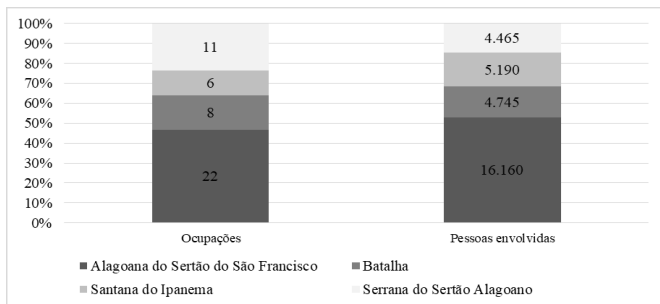
Gráfico 19 - Alagoas – Pessoas envolvidas em ocupações de terra por microrregião (1985/2016)



Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor.

A luta pela terra nas quatro microrregiões que fazem a mesorregião do Sertão alagoano, foco da presente reflexão, está detalhada no gráfico 20. Nela ocorreram 47 ocupações com o envolvimento de 30.560 pessoas envolvidas. Do ponto de vista tanto do número de ocupações, como do número de pessoas envolvidas, a microrregião alagoana do Sertão do São Francisco, onde o MST é a maior força que movimenta as ocupações de terras, destaca-se com 46,81% (22) do total geral das ocupações e 52,88% (16.160) do total de pessoas envolvidas; em seguida, priorizando aqui o número de pessoas envolvidas, temos: a microrregião de Santana do Ipanema em segundo, com 12,77% (6) e 16,98% (5.190); a microrregião de Batalha vem em terceiro, com 17,02% (8) das ocupações e 15,53% (4.745) das pessoas; por fim, a microrregião serrana do Sertão alagoano, com 23,40% (11) das ocupações e 14,61% (4.465) do total de pessoas.

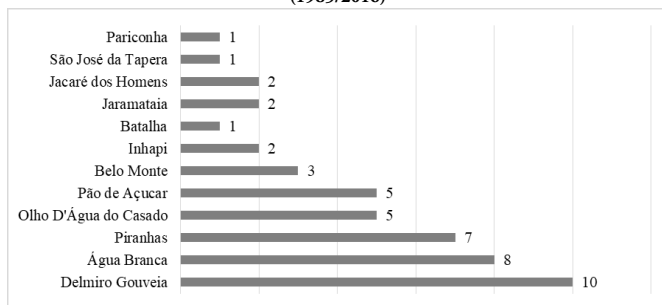
Gráfico 20 - mesorregião do Sertão - Ocupações de terra e pessoas envolvidas por microrregiões (1985 - 2016)



Fonte: CPT (1985 - 2016). Organização: Autor.

A seguir temos o gráfico 21 que traz o quadro das ocupações de terras por municípios da mesorregião do Sertão alagoano. Do total de 26 municípios que compõem essa mesorregião, 12 deles tiveram ocupações de terras. O destaque são os municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca e Piranhas, com dez, oito e sete ocupações, respectivamente; em seguida, temos Olho D'Água do Casado e Pão de Açúcar, com cinco cada. Esses cinco municípios juntos atingem 74,5% (35) das ocupações gerais.

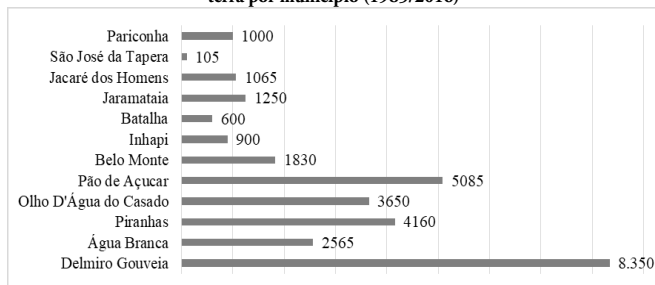
Gráfico 21 - Mesorregião do Sertão alagoano - Ocupações de terra por municípios (1985/2016)



Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor.

O número total de pessoas envolvidas nas ocupações está registrado no gráfico 22. Nele percebemos que o município de Delmiro Gouveia concentra 27,32% (8.350) do total geral; seguido por Pão de Açúcar: 16,64% (5085), Piranhas: 13,61% (4160) e Olho D'Água do Casado: 11,94% (3650); fechando o grupo, no qual predomina a maior parte das pessoas envolvidas, vem Água Branca: 8,39% (2565). Juntos esses cinco municípios atingem 77,91% (23.810) do total geral.

Gráfico 22 - Mesorregião do Sertão Alagoano – Pessoas envolvidas nas ocupações de terra por município (1985/2016)



Fonte: CPT (1985 – 2016). Organização: Autor.

Por trás da frieza dos dados, é preciso sempre realçar o calor da realidade e perceber que não são meros dados, mas vidas, sujeitos e, principalmente, relações sociais que se espacializam e formam o território, em uma sociedade dividida em classes/grupos sociais frontalmente antagônicos e, historicamente, em permanentes conflitos territoriais. Portanto, recordamos uma indagação bastante simples, mas que em nossa ótica é um princípio basilar no debate sobre o território: “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (SOUZA, 2012, p. 79). Destarte, no caso da questão (da reforma agrária) brasileira, Carvalho (2014) é esclarecedor ao dizer que predomina nos governos uma postura político-ideológica de manutenção de uma estrutura agrária socialmente injusta, através de uma contrarreforma agrária, juntamente com ações de ordem econômica, que reforça “[...] a concepção social retrógrada de que os camponeses se constituem em “povos sem destino”, destinados historicamente a desaparecerem da formação econômica e social brasileira” (Ibidem, p. 80). Trata-se de uma das estratégias de dominação construída ideologicamente sobre o campesinato.

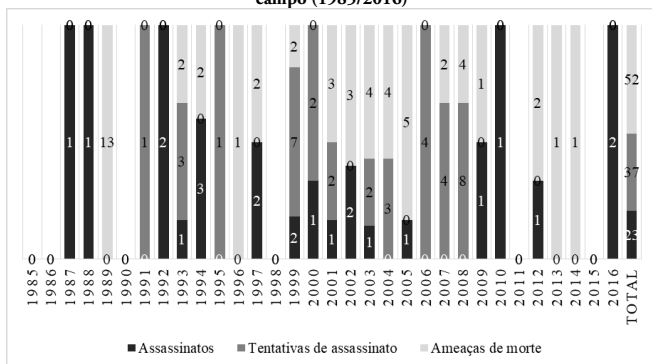
Não obstante, essa construção ideológica nunca se amparou, e atualmente menos ainda, na realidade. Nesse sentido, sem o desaparecimento do campesinato, ao contrário, pelo persistente movimento de (re)criação camponesa no bojo da sua resistência e das contradições do capitalismo, a opção das classes hegemônicas no Brasil, para manter intacta a estrutura fundiária concentrada, colide com os interesses da classe camponesa, por isso o conflito sempre se instalou. A estratégia dos grandes proprietários, de manutenção das relações sociais de poder e dominação do território, põe em risco a existência social desses sujeitos, haja vista suas culturas, seus saberes, seus modos de vida, suas relações com a natureza, serem diametralmente opostos à lógica que move os grandes proprietários de terras. Essa colisão de interesses, aprofunda os conflitos territoriais e aumenta a violência, algo sem horizonte de solução, haja vista a opção do Estado/governos/Congresso Nacional pelo modelo agrário/agrícola do agronegócio. Mesmo assim, o campesinato segue sua marcha em busca de entrar e permanecer na terra e continuar a existência social como camponeses produtores de alimentos (OLIVEIRA, 2001).

Nesse sentido é que entra em cena no território outra estratégia levada a cabo pelos donos do poder, do capital e da terra, ou seja, pelos grandes proprietários de amplas partes do território: a barbárie. Esta são ações cometidas contra as lideranças do campo e os diversos sujeitos(as) mobilizados(as) e em luta para entrar e permanecer na terra e, assim, construir o território, ou seja, um conjunto de violências e perseguições, como forma de amedrontá-los(as) e desmobilizá-los(as). Para a efetivação da barbárie, entre outros métodos, presenciamos a formação de um “complexo sistema de pistolagem” conforme coloca Barreira (2006). Para o autor o pistoleiro é uma figura antiga no Brasil e com variadas denominações nos diferentes períodos nos últimos 30 anos do século passado, originária do espaço social agrário e da região Nordeste, que age privilegiando os códigos sociais de honra e vingança. Tomando por base o pensamento de Oliveira (2012, p. 239), que assevera que, “apesar da maior difusão dos matadores de aluguel em vários contextos socioespaciais, não podemos deixar de destacar que o rural continua a ser o lócus privilegiado da pistolagem”. Nessa mesma linha, Feliciano (2016) ressalta que a pistolagem nos conflitos pela terra no Brasil é um fenômeno marcante no Norte e no Nordeste, concentrando nessas duas regiões 74% das práticas, entre 2003 e 2014, registradas nos dados da CPT.

Portanto, é por meio desse sistema de pistolagem, envolvendo as figuras primordialmente do pistoleiro e do mandante, que a barbárie se perpetua no campo brasileiro, não sendo diferente no alagoano. Feliciano (2016, p. 88) destaca que “a retirada da vida de uma pessoa é o estágio mais perverso e brutal da violência”, e acrescenta: “[...] uma parte dos sujeitos sociais que foram assassinados no campo já haviam sido ameaçados ou então sofrido tentativas de assassinatos”. Seguindo as sendas abertas pelo autor, o gráfico 23 faz emergir essa face perversa da questão (da reforma) agrária brasileira. Entre 1985 e 2016, somente nos anos de 1985, 1986, 1990, 1998, 2011 e 2015, não constam registros de pelo menos um dos três processos que serão abordados aqui: assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte. No recorte histórico supracitado, foram registrados 23 assassinatos, 37 tentativas de assassinato e 52 ameaças de morte no campo alagoano. Nesse território

os dados apresentados da luta pela terra mostraram que há uma concentração majoritariamente na mesorregião Leste, onde ocorreu a maior parte desses processos analisados no gráfico.

Gráfico 23 - Alagoas – Assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte no campo (1985/2016)

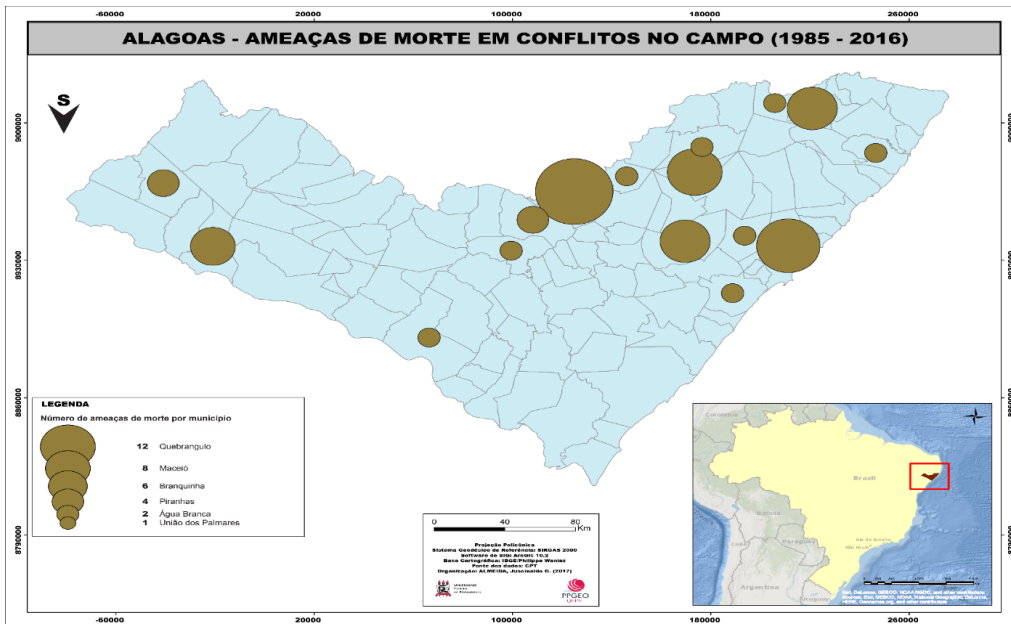


Fonte: CPT (1985 – 2016; 2017). Organização: Autor.

No tocante às ameaças de mortes, 57,69% (30) do total geral ocorreram na mesorregião do Leste alagoano, ficando o Agreste com 30,77% (30) e o Sertão com 11,54% (6). No município de Quebran-gulo, no Agreste alagoano, microrregião de Palmeiras dos Índios, foram registradas doze ocorrências; Maceió com oito, Branquinha com seis e Piranhas com quatro, são as regiões onde mais se registrou esse tipo de ocorrência nos conflitos no campo alagoano (Ver Mapa 9). O ano de 1989, no início da formação do MST e da CPT, foi marcado com o maior número de ameaças: treze; seguido por 2003, 2004 e 2008 com quatro ocorrências cada. Nesse último ano (2008), no município de Piranhas, Sertão alagoano, o conflito na fazenda Lagoa Comprida, hoje o PA Olga Benário, resultou em três ameaças e será melhor analisado posteriormente, haja vista ser um dos objetos empíricos desta pesquisa. Ressaltamos que no ano de 2011, apesar de não haver registros nos dados da CPT, o CIMI (2011, p. 83) registrou um caso de ameaça

contra o Povo Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos índios: “agentes da Polícia Federal, acompanhados pelo gerente de uma fazenda que incide sobre terra reivindicada, invadiram o local retomado, fotografaram, tentando localizar as lideranças e proferiram ameaças contra a comunidade”; também em 2016, o CIMI (2016) anota uma ameaça a uma liderança do Povo Xukuru-Kariri, no mesmo município, levada a cabo pelo fazendeiro no conflito de retomada da fazenda Jarro. Aliás, os indígenas têm travado uma longa luta neste estado.

Mapa 9

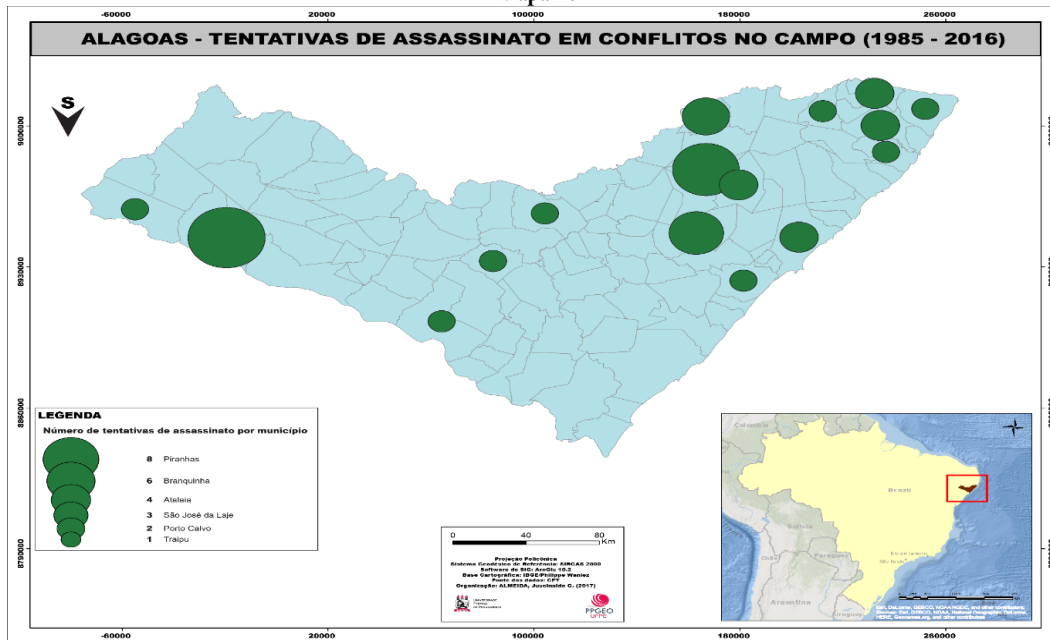


Com relação às 37 tentativas de assassinato, temos a seguinte distribuição: mais uma vez o predomínio no Leste, com 59,46% (22); 32,43% (12) no Sertão e 8,11% (3) no Agreste. Percebemos que, na mesorregião do Sertão, a microrregião alagoana do Sertão do São Francisco, no caso do conflito que originou o PA Olga Benário, no município de Piranhas, assume a dianteira das ocorrências, com oito tentativas de assassinato, conflito esse ocorrido em 2008 e que levou esse ano ao posto com mais ocorrências desse tipo; em segundo lugar 1999, com sete registros, todos ocorridos em Branquinha, no Leste alagoano, microrregião da Mata; em seguida, temos 2006 e 2007, com quatro registros cada, distribuídos nos municípios de São José da Laje (3), Jacuípe (2), Murici (2) e Delmiro Gouveia (1). O mapa 10 nos mostra espacialmente essa realidade alagoana. Com relação a essa última tentativa, envolvendo uma liderança Sem Terra (CPT, 2007), o Portal Correio do Brasil, em reportagem de 06/08/2017, intitulada “**Sem-terra sofre tentativa de assassinato em Alagoas**”, assim relata:

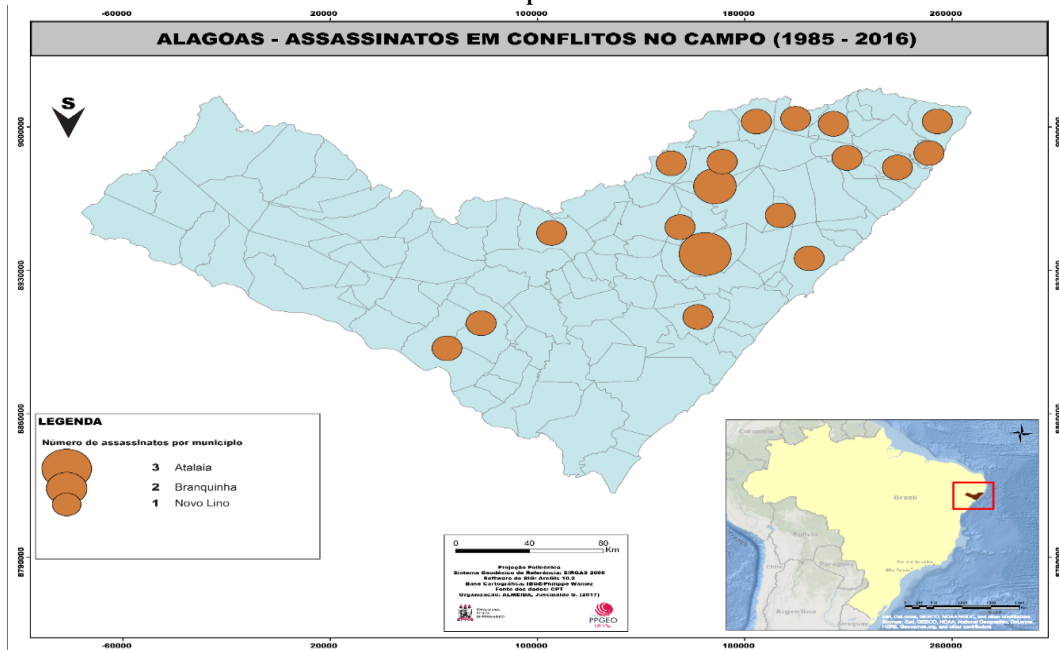
No fim da manhã deste domingo, o sem-terra Iranildo Manoel, 37 anos, foi baleado com cinco tiros quando se aproximava de um assentamento na cidade de Delmiro Gouveia. Segundo relatos Iranildo foi vítima de uma emboscada. O caso foi registrado na delegacia local, que até a manhã desta segunda-feira não havia se pronunciado acerca do atentado cometido por “jagunços dos grileiros”, segundo fonte do MST. O estado de saúde de Manoel é estável. O Sertão de Alagoas é uma das regiões de maior conflito agrário do Estado. Em março deste ano os trabalhadores realizaram uma marcha, a fim de serem atendidos nas reivindicações de suas necessidades básicas de sobrevivência, bem como, na agilidade na execução dos tramites que inviabilizam a Reforma Agrária. A mobilização culminou na ocupação de uma fazenda e ficou marcada pela expressiva atenção dada pela imprensa a criação de avestruzes existentes no local. – O grito que ecoa neste momento é de repúdio e de justiça. O latifúndio tem feito vítimas por lutarem pela terra, educação, trabalho, justiça e liberdade. Exigimos respeito e atenção do Ministério Público e demais órgãos competentes para que se averigüe e prendam os mandantes e executores de mais um crime contra os trabalhadores. Reafirmamos nosso compromisso com a luta e seus lutadores e lutadoras – disse Manoel²⁴².

242 Cf.: Disponível em: <https://www.correiodobrasil.com.br/sem-terra-sofre-tentativa-de-assassinato-em-alagoas/>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Mapa 10



Mapa 11



Chegamos à face mais perversa da barbárie, que são os assassinatos, ocorridos da seguinte forma: 82,61% (19) no Leste alagoano, e 17,39% (4) no Agreste, sendo que não há registros no Sertão nos dados da CPT (Ver Mapa 11). Não obstante, registramos que o CIMI (2011) anota um assassinato de um indígena do Povo Katokim, por causas desconhecidas, em uma estrada vicinal no município sertanejo de Pariconha; antes, em 2006, também há registro de um indígena do Povo Kariri Xokó assassinado no Agreste, município de Arapiraca (CIMI, 2006). Feitos esses registros, prosseguimos com a análise, percebendo que a microrregião da Mata alagoana é onde a barbaridade se concentra com mais profundidade no território, pois ocorreram nesse espaço 34,78% (8) do total geral de assassinatos. Nessa microrregião, foi nos municípios de Atalaia (3) e Branquinha (2) onde os movimentos e organizações sociais do campo sentiram mais fortemente a perversidade.

A defesa da propriedade privada capitalista da terra pelo Estado, sobrepondo a terra de negócio à terra de trabalho, onde o território para a acumulação do capital ganha proteção quase que absoluta em detrimento do espaço como realização da vida, em todas as suas dimensões é um dado da realidade do campo no Brasil. Um dos motores dessa engrenagem, que impulsiona fortemente esse processo, no caso da propriedade privada capitalista da terra, é a complacência do Judiciário para com os interesses e privilégios dos grandes proprietários de terras, materializada cotidianamente na impunidade dos crimes praticados por estes, marcas estruturais na formação territorial brasileira.

Fazemos essa constatação com base em autores importantes, dedicados a estudar o espaço agrário nesse país, que, de modo implícito ou explicitamente em suas obras, evidenciam esse papel do Estado e, em particular, do Judiciário. Por exemplo, Martins (1991, p. 170), ao realçar a grilagem de terra e a prática da violência contra os camponeses e os indígenas nos anos pós-ditadura, diz: “a corrupção de juízes e funcionários públicos, como oficiais de justiça, policiais, notários etc. tem sido fundamental para efetuar o roubo de terras e obter a expulsão de camponeses”. Ainda segundo esse autor: “raros são os casos de pistolei-

ros presos e levados a julgamento [...]. Muito mais raros, ainda, são os casos de prisão, julgamento e condenação de fazendeiros envolvidos nos assassinatos [...]”. Moreira e Targino (1997, p. 316. Grifo dos autores), analisando os conflitos pela terra no campo paraibano, fazem uma crítica também relevante ao debater a ação do Estado, conforme suas próprias palavras um agir: “[...] aparentemente contraditório. De um lado, alimenta e sustenta o conflito e, de outro, procura “solucioná-lo”. Essa ação do Estado, aparentemente contraditória, é decifrada pelos próprios autores, ao afirmarem que: “o Estado é o agente garantidor da ordem “democraticamente” estabelecida pelos donos, via processo legislativo. Para tanto, coloca em funcionamento as instâncias militares e judiciais” (Moreira e Targino, 1997, p. 321), e concluem, retirando qualquer dúvida do que é estrutural no agir estatal: “desse ponto de vista, o Estado se apresenta como aquilo que é: o avalizador do processo de acumulação” (Idem). Oliveira (2007), analisando os dados da CPT, mesmo reconhecendo em alguns membros do Judiciário a incorporação da visão social em suas práticas na função que ocupam, é taxativo ao afirmar que: “[...] no seu conjunto o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A propriedade ainda é vista como um valor absoluto”.

Essa realidade fica evidente em Alagoas, quando os movimentos e organizações sociais do campo necessitam marchar em atos, exigindo que os mandantes dos assassinatos sejam julgados e punidos, como aconteceu na cidade de Maribondo em 2017 (ver figura 4) a exemplo dos crimes que ceifaram as vidas das lideranças do MST: Jaelson Melquíades dos Santos, há mais de 12 anos; José Lenilson dos Santos, há mais de 17 anos e Luciano Alves da Silva, 14 anos, bem como do presidente do STR Atalaia, Francisco Souza da Silva, com 20 anos de impunidade²⁴³.

243 Cf.: **Em dia de luta, MST em Alagoas denuncia a violência e a impunidade no campo.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/11/29/em-dia-de-luta-mst-em-alagoas-denuncia-a-violencia-e-a-impunidade-no-campo.html>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Figura 4 – Alagoas - Marcha dos movimentos e organizações sociais do campo, no município de Marimondo, denunciando a violência e a impunidade (2017)



Fonte²⁴⁴

Importante destacar que, conforme escreveu Barreira (2006, p. 46), “se ocorreram profundas mudanças nas características socioeconômicas dos pistoleiros, ao longo dos anos, a impunidade destes e a proteção de fortes grupos econômicos mantêm a continuidade do fenômeno”, assim como os crimes de pistolagem, pelas suas próprias características, silenciosos, na calada da noite muitas vezes, ameaçadores pela geração de medo na sociedade, dificilmente são esclarecidos e seus mandantes punidos (FELICIANO, 2016). A impunidade, especialmente dos mandantes dos assassinatos, ocorre em muitos outros processos cujas relações sociais de poder ela representa. Na maioria das vezes, trata-se de empresários latifundistas com fortes relações políticas, quando não são os próprios políticos que dominam, sobretudo, o poder local nos municípios e nas microrregiões. Quando os casos conseguem ser esclarecidos, depois de muita pressão dos movimentos e organizações sociais, bem como de setores progressistas e alinhados com as lutas populares, e chegam à etapa de júri, o Judiciário entra em cena a favor desses mandantes, com sucessivos adiamentos, lentidão do processo e, o que é mais grave, a falta de segurança para com os jurados que participaram do processo.

244 Ibidem.

O dia marca o assassinato do líder Sem Terra Jaelson Melquíades, morto em uma emboscada no município de Atalaia, sob ordem dos latifundiários da região, há 12 anos. Aos 25 anos, Jaelson teve sua morte encomendada por um fazendeiro de Atalaia, articulado num consórcio da elite da região. “Desde o assassinato de Jaelson, há 12 anos, todo o dia 29 de novembro é marcado pela luta e denúncia dos camponeses e camponesas contra a impunidade que sustenta a violência no campo e na cidade”, ressaltou Margarida da Silva, da Direção Nacional do MST. Segundo a dirigente, as ações são respostas da organização aos poderosos que querem acabar com a luta pela Reforma Agrária. “O braço armado do latifúndio sempre foi acobertado pela conivência do Poder Judiciário, criminalizando e tentando acabar com a luta pela terra e pela Reforma Agrária em Alagoas. Nossa luta é pela memória de Jaelson e de tantos outros mortos na luta pela terra, pelo seu legado e continuação de sua luta”. Margarida lembra do assassinato de outros trabalhadores rurais assassinados em Alagoas que seguem impunes, a exemplo de Chico do Sindicato [em 1997], José Elenilson (em 2000) e Luciano Alves (em 2003). “No caso de Jaelson, mesmo com a prisão do suposto executor do assassinato, é preciso que continuemos mobilizados, exigindo a punição dos mandantes de sua morte”, disse Margarida, lembrando o desdobramento do caso que, após diversas mobilizações, fez com que o suposto executor da morte de Jaelson fosse preso quase 10 anos depois do assassinato do Sem Terra. “As fileiras da nossa marcha contra a impunidade e a violência apontam a Reforma Agrária como caminho para solucionar esse problema ainda vivo no cotidiano dos que lutam pela terra em Alagoas e em todo o Brasil”, disse José Roberto, também da Direção Nacional do MST²⁴⁵.

O caso do assassinato da liderança do MST, Luciano Alves da Silva, em 2003, é emblemático nesse sentido. Assassinado por pistoleiros, o processo judicial tramita na justiça lentamente, com vários adiamentos e suspensões de júri. Em 2013, o Portal Alagoas 24 Horas noticiou que o MST pressionava o Judiciário devido a morosidade do caso, que já registrava 10 anos:

245 Ibidem.

Uma mobilização de trabalhadores rurais das diversas regiões de Alagoas, cobra a punição dos envolvidos no assassinato do Sem Terra Luciano Alves, o Grilo, ocorrido em 2003. Luciano Alves era membro da Direção Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e personificava uma ameaça ao poderio de coronéis na região. A manifestação acontece nesta quarta-feira (17/07) na porta do Fórum de Justiça de Arapiraca, cidade vizinha ao município de Craíbas, onde tombou numa emboscada o agricultor e liderança Sem Terra. Vão a julgamento “Zé Catu” (José Francisco da Silva, vereador pelo PSDB de Girau do Ponciano), acusado de ser o mandante do crime, Francisco da Silva (irmão do vereador), José Olegário dos Santos e Josinaldo José dos Santos (falecido durante o processo) respondendo pela execução de Grilo²⁴⁶.

Como pode ser visto na reportagem acima, os acusados pelo mando do crime são políticos locais. Esse envolvimento de política e pistolagem foi percebido por Barreira (2006, p. 46), ao ressaltar que: “nas últimas décadas do século XX, ganha destaque, novamente, a atuação de pistoleiros, principalmente, nas resoluções de conflitos agrários e disputas pela representação política”. Nesse caso em tela, a liderança do MST se projetava para concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal de Craíbas, nas eleições de 2014. Outro motivo para a mobilização dos movimentos descrito na passagem anterior seria o adiamento do julgamento dos acusados pelo referido assassinato. Segundo a reportagem do Portal da TV Gazeta Alagoas, o adiamento devia-se às ameaças sofridas pelos jurados, que viriam a compor o julgamento.

O julgamento dos acusados de assassinar o trabalhador rural Luciano Alves, o “Grilo”, **que estava previsto para acontecer nesta quarta-feira (17)**, no Fórum de Justiça de Arapiraca, foi suspenso. “Grilo” era um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Agreste alagoano, e foi assassinado, em setembro de 2003, em uma estrada no município de Craíbas. Desta vez o motivo do adiamento foi por conta dos jurados. Dos 25 convocados, 11 disseram que não tinham condições de participar do Tribunal do Júri porque se sentiam ameaçados²⁴⁷.

246 Cf.: **Em Alagoas, MST cobra justiça para o caso Grilo**. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/482684/em-alagoas-mst-cobra-justica-para-o-caso-grilo/>. Acesso em: 28 abr. 2018.

247 Cf.: **Julgamento dos acusados de matar ‘Grilo’ do MST de Alagoas é suspenso**. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/07/julgamento-de-acusados-de-matar-grilo-do-mst-de-al-e-suspenso.html>. Acesso em: 28 abr. 2018.

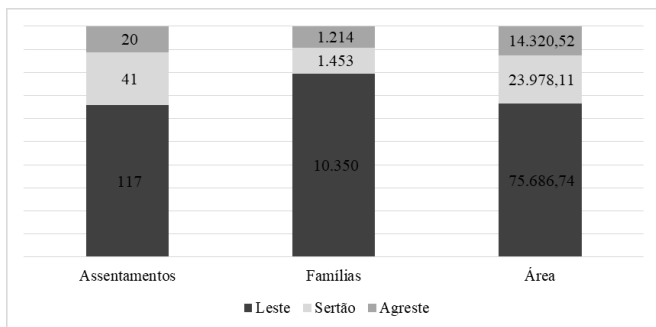
Nesse contexto, Barreira (2006) contribui de forma esclarecedora, mostrando que a ação do Judiciário, estruturalmente, e do braço armado do Estado – órgãos de segurança pública – fazem parte da rede do sistema de pistolagem, sendo estes representados por políticos, latifundiários, juízes, advogados e policiais, consagradores, contraditoriamente, da violência. Portanto, a realidade do campo alagoano dá mostras de que a barbárie segue sendo uma marca dos conflitos territoriais, corroborada pela impunidade dos executores e, especialmente, dos mandantes, que em muitos casos são os mesmos políticos, que determinam os rumos das relações de poder nesse território.

Segundo Almeida (2011, p. 95), os escritos de Brandão (1937), grafados na longínqua década de 30 do século passado, demonstram “um *ethos* político alagoano”, que se “[...] expressa em uma prática social na qual não se hesita em se fazer uso da violência ou se recorrer a procedimentos escusos, e pela impunidade garantida pelas influências de chefes políticos nas redes ocultas do Estado”, e conclui afirmando que essa análise “[...] continua hegemônica tanto nos discursos da mídia falada e escrita quanto nos da literatura científica contemporânea” (idem). Um *ethos* onde sua mais profunda representação é materializada no quadro de barbaridades expostas nas últimas páginas, onde políticos são alinhados e/ou representam e defendem os interesses dos grandes proprietários de terras, quando não são eles próprios os latifundiários, donos do poder e do capital, que levam a cabo as ações violentas contra o campesinato em luta pela reforma agrária.

Portanto, foi se chocando, enfrentando esse *ethos* político hegemônico, que a classe camponesa, envolvida nos movimentos e organizações sociais do campo em Alagoas, conquistou os 178 assentamentos rurais, frações territoriais que, juntas, somam 113.985,37 hectares, com 13.017 mil famílias assentadas, territorializados nas três mesorregiões desse estado. Essa assertiva do confronto é ressaltada no fechamento do livro “Terra e Pastoral em Alagoas: conflito e liberdade”, onde os autores, ao fazerem menção à presença dos assentamentos e acampamentos, concluem da seguinte forma: “O fundamental é que estamos diante de uma contestação radical à forma estruturada do agrarismo alagoano, formada desde as raízes coloniais, na qual o poder – de mando e desmando – fundou-se na propriedade da terra” (ALMEIDA et al., 2014, p. 115).

Destarte, a espacialização desse enfrentamento radical do cam-pesinato contra os grandes proprietários de terra resultou no quadro a seguir: a mesorregião do Leste alagoano, que concentra os conflitos territoriais e a barbárie é, justamente, aquela que também concentra sozinha ampla parte das conquistas: 65,73% (117) do total geral dos assentamentos; seguida pela mesorregião do Sertão, com 23,03% (41) e pelo Agreste com 9,33% (20). No tocante à quantidade de famí-lias assentadas atualmente, temos 13.017 em todo o estado. Seguindo a tendência do número de assentamentos, a mesorregião do Leste alagoano concentra sozinha 10.350 ou 79,51% do total geral de famílias assentadas; seguida pela mesorregião do Sertão, com 1.474 ou 11,32% e pelo Agreste com 1.193 ou 9,16% (INCRA, 2017). Dos 113.985,37 hectares: 66,40% (75.68,74 ha) estão no Leste; 21,04% (23.978,11) no Sertão e 12,56 (14.320,52) no Agreste (Ver gráfico 24).

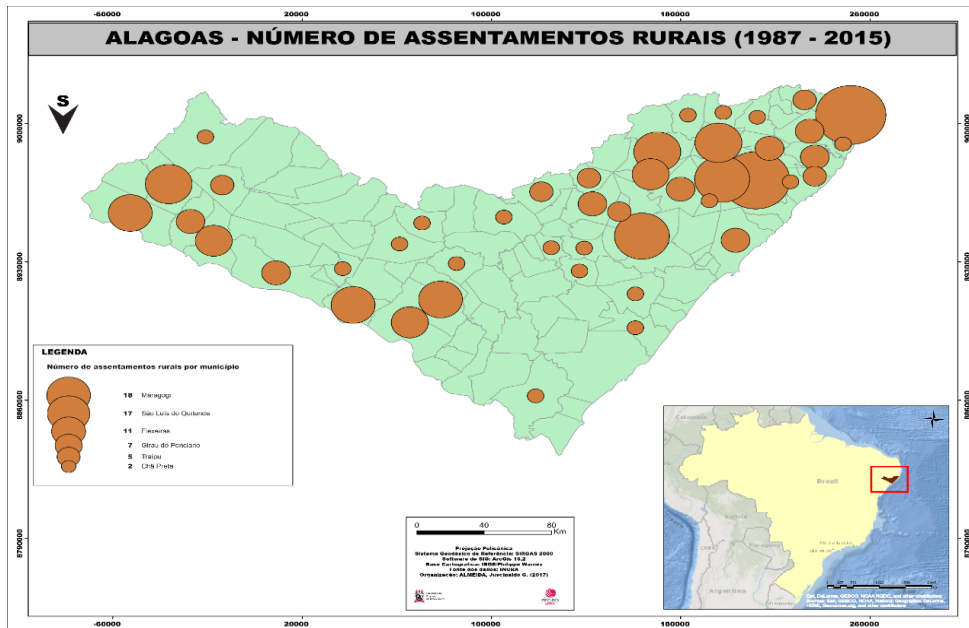
Gráfico 24 - Alagoas – Número de assentamentos, famílias assentadas (milhares) e área (ha) por mesorregião (1985/2017)



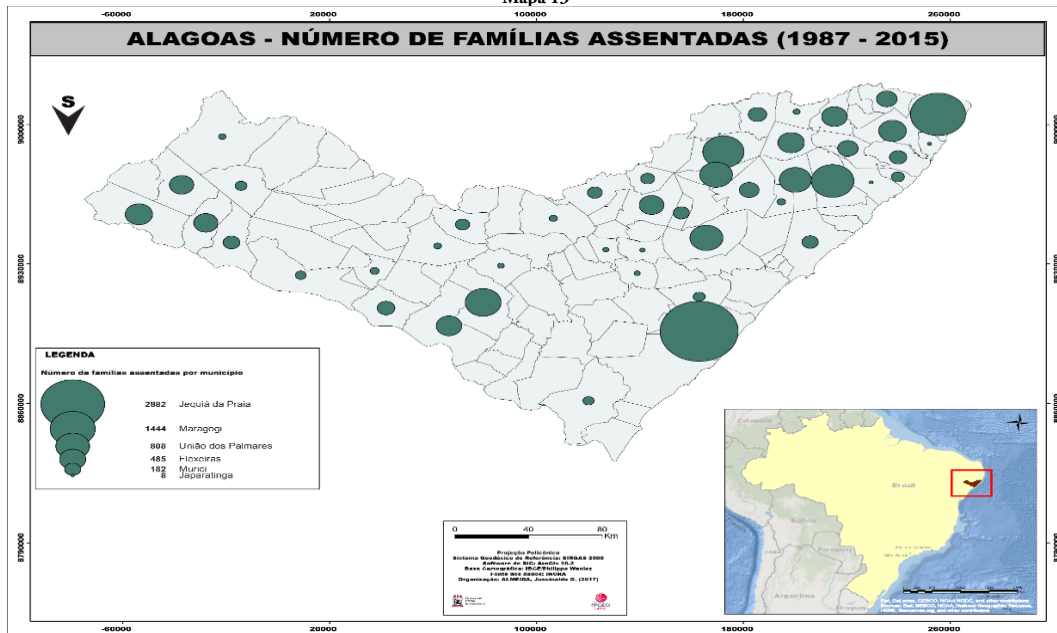
Fonte: INCRA (2017a). Organização: Autor.

Os mapas 12 e 13 corroboram com a realidade apontada nesses gráficos, deixando visível a ação territorial dos movimentos e organiza-ções sociais do campo, concentrada na mesorregião do Leste alagoano, mas presente também no Agreste e no Sertão.

Mapa 12

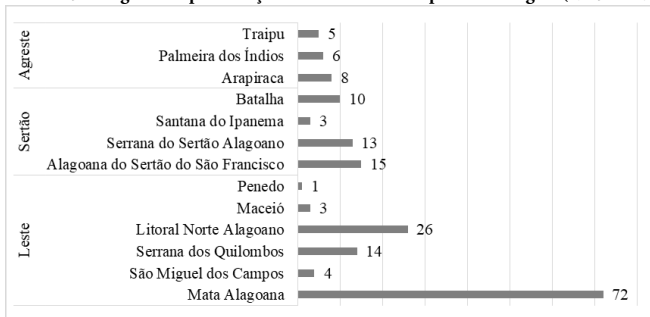


Mapa 13



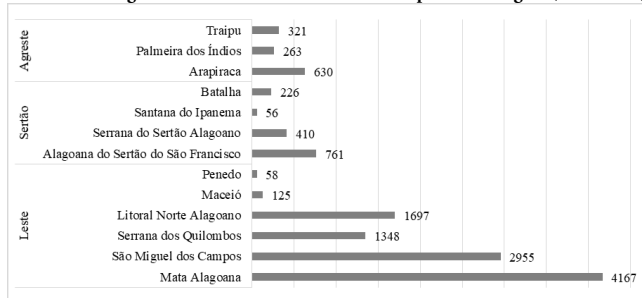
O Gráfico 25 explicita a espacialização do número de assentamentos rurais pelas microrregiões alagoanas. O destaque é a microrregião da Zona da Mata, onde se concentra a maior parte dos conflitos e da violência, também é nela onde estão 44,5% (72) dos 178 assentamentos, em seguida o Litoral Norte com 14,60% (26), juntas têm quase 60% do total geral; somente depois vem a microrregião do Sertão do São Francisco, com 8,42% (15), a serrana dos Quilombos, com 7,86% (14) e a serrana do Sertão alagoano, com 7,30% (13).

Gráfico 25 - Alagoas – Espacialização dos assentamentos por microrregião (1985/2017)



Fonte: INCRA (2017a). Organização: Autor.

Gráfico 26 - Alagoas – Número de famílias assentadas por microrregião (1985/2017)

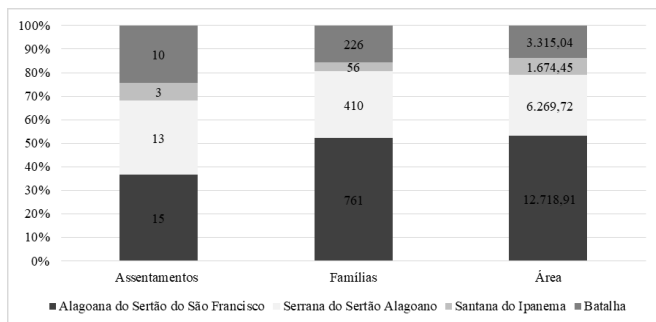


Fonte: INCRA (2017a). Organização: Autor.

O Gráfico 26 traz o número de famílias assentadas por microrregiões alagoanas. O destaque é mais uma vez da microrregião da Zona da Mata, onde se concentram 32,01% (4.167) das 13.017 famílias assentadas no estado; seguida por São Miguel dos Campos 22,70% (2.955); e o Litoral Norte com 13,04% (1.697), juntas têm quase 68% do total geral. Entretanto, mais à frente iremos problematizar esses dados oficiais que dão essa configuração espacial dos assentamentos e das famílias assentadas.

O gráfico 27 permite analisar o caso específico da mesorregião do Sertão alagoano. Em primeiro lugar, é perceptível que em todas as quatro microrregiões que a compõem há a presença dos assentamentos rurais. O destaque é a microrregião alagoana do Sertão do São Francisco, com 36,58% (15) dos 41 assentamentos existentes nesse espaço, 52,37% (761) das 1.453 famílias assentadas e 53,04% (12.718,91) da área total; seguida pela serrana do Sertão alagoano, com 31,70% (13), 28,22% (410) e 26,15% (6.269,72), respectivamente. Juntas elas somam, em números arredondados, 68% dos assentamentos, 80% das famílias assentadas e 79,19% da área total. As microrregiões de Batalha e Santana do Ipanema seguem em terceiro e quarto lugares nos números. Destaca-se aqui que, dos 26 municípios dessa mesorregião, em 10 deles há pelo menos um assentamento: Água Branca (8); Belo Monte (8), Delmiro Gouveia (7), Piranhas (5), Olho D'Água do Casado (3), Mata Grande (3), Pão de Açúcar (3), Inhapi (2), Major Isidoro (1) e Jacaré dos Homens (1).

Gráfico 27 - Mesorregião do Sertão Alagoano – Número de assentamentos e famílias assentadas por microrregião (1985/2017)



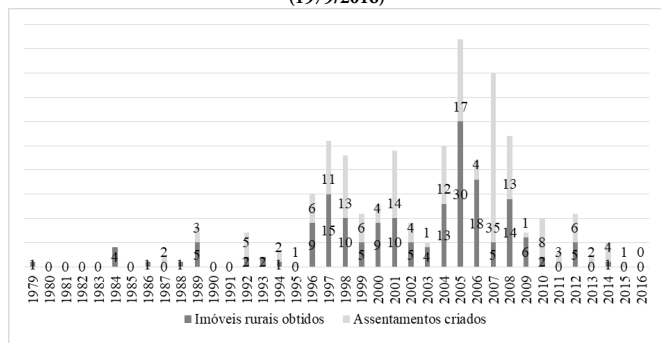
Fonte: INCRA (2017a). Organização: Autor.

Com relação aos governos federais e à criação dos assentamentos rurais em Alagoas, metodologicamente a reflexão será realizada levando em conta o ano de obtenção do imóvel rural e não o ano de criação do assentamento rural. A opção de se trabalhar com a data de obtenção do imóvel rural e não a de criação do PA mostra uma forma mais realista de mensurar os resultados das desapropriações de terras em cada governo, haja vista muitos imóveis serem obtidos em um governo e a criação do assentamento ocorrer em outro, devido a morosidade característica da contrarreforma agrária à moda brasileira. Nesses termos, o ato/data da desapropriação ou mesmo a compra do imóvel é um ponto importante para nossa análise, por isso, a centralidade na obtenção.

Portanto, o quadro das 178 obtenções de imóveis rurais, para fins de construção dos assentamentos rurais em Alagoas, é o seguinte: 17 (9,6%) imóveis foram obtidos no período que vai de 1979 a 1994 (Fim da Ditadura, Governos José Sarney e Fernando Collor/Itamar Franco); 63 (35,4%), entre 1995 a 2002, nos governos de Fernando Henrique Cardoso; 92 (51,7%) nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 a 2010; 6 (3,4%) no governo Dilma Rousseff, 2011 a 2016. Até o presente momento (30/04/2018), segundo informação obtida em contato com servidores do INCRA/AL, bem como no Portal do próprio ór-

gão²⁴⁸, o governo de Michel Temer (2016-2018) não obteve nenhum imóvel rural e/ou construiu algum assentamento. O último imóvel rural obtido pelo INCRA/Alagoas foi no ano de 2014, demonstrando a paralisia total do órgão responsável pela reforma agrária no país. O gráfico 28 nos mostra como esse processo ocorreu ano a ano, bem como faz um paralelo com a criação dos assentamentos rurais, demonstrando como as obtenções podem ocorrer em um ano e a criação destes em outro.

Gráfico 28 - Alagoas – Obtenção de imóveis rurais e criação de assentamentos rurais (1979/2016)



Fonte: INCRA (2017a). Organização: Autor.

Por exemplo, um dado emblemático desse processo é que dos 178 assentamentos criados em Alagoas, 16 foram no período Dilma Rousseff. Entretanto, os dados apontam que nesse governo só foram obtidos seis imóveis rurais, ou seja, dez assentamentos foram criados utilizando-se de imóveis obtidos em governos anteriores, como foi o caso do PA José Elenilson II, no município de Teotônio Vilela, último assentamento criado em Alagoas, no ano de 2015, cuja obtenção da propriedade foi via doação (INCRA, 2017). Assim, o resultado do período Dilma Rousseff mostra-se mais pífio ainda com relação ao tema da reforma agrária.

248 Cf.: **Painel de Assentamentos**. Disponível em: <http://painel.INCRA.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 30 abr. 2018.

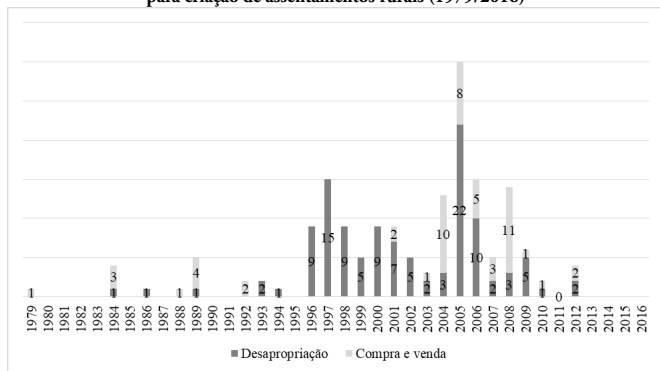
Ainda com base no gráfico acima, efetivamente, tanto no tocante à obtenção de terras, como na criação de assentamentos rurais, o grosso dos números reside nos períodos dos governos Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), sendo favoráveis ao segundo. No tocante à obtenção, como já vimos, os números são 35,4% (61 imóveis obtidos) contra 51,7% (92 imóveis), respectivamente. Com relação à criação dos assentamentos rurais, os percentuais se mantêm: 33,15% (59) nos governos Cardoso e 51,12% (91) assentamentos criados nos governos Lula. É importante fazer uma ponderação no tocante à questão de que esses números oficiais merecem ser problematizados, haja vista, conforme a crítica de Oliveira (2007, 2010), uma ação do INCRA de inflar os dados relacionados à reforma agrária e/ou divulgar o dado total fruto do somatório de metas desiguais do II PNRA. Seguimos a trilha aberta por esse autor quando diz: “Se há uma caixa preta das terras do Brasil e da reforma agrária, ela está no cadastro daquela instituição” (OLIVEIRA, 2007, p. 163).

Assim, um ponto relevante de problematização dos dados oficiais, que deve ser motivo de reflexões, mas que tem sido pouco explorado nos estudos sobre os assentamentos rurais, reside na questão da forma de obtenção dos imóveis rurais. Aqui está um emaranhado de interesses dos grandes proprietários de terras, ou melhor, os capitalistas rentistas. Dito de outra maneira, a busca do capital pela renda da terra fez os grandes proprietários estenderem seus tentáculos sobre o processo de reforma agrária, ou seja, há caminhos diferenciados, desde a negociação, passando pela forma de pagamento e o valor da indenização do imóvel, até o trâmite do processo judicial de aquisição do imóvel rural, por meio do mecanismo de compra e venda e pela desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Para a obtenção dos 178 imóveis rurais em Alagoas, foram utilizadas as seguintes formas: 1) desapropriação, com 115 imóveis (64,61%); 2) compra e venda, com 55 imóveis (30,90%); 3) transferência, doação, incorporação e reconhecimento, somando juntas oito imóveis (4,49%). O gráfico 29 revela, especificamente, como foi a dinâmica do processo

de obtenção de imóveis rurais via desapropriação e compra e venda ano a ano. Antes, apenas destacar a paralisia total da obtenção de imóveis pelo INCRA. O processo que se evidencia no gráfico 29 é o predomínio absoluto da forma de obtenção via desapropriação dos imóveis rurais durante os governos Cardoso, enquanto nos governos Lula esse mecanismo cede espaço para a via da compra e venda. Comparando os dois períodos, temos o seguinte: foram 54 desapropriações e duas obtenções por compra e venda no período FHC; nos anos Lula, temos 48 desapropriações e 40 processos de compra e venda de imóveis rurais. Essa realidade em favor do mercado de terra, portanto, do capital e da burguesia latifundiária rentista, corrobora, assim como foi a opção dos governos Lula pelo agronegócio no tocante aos recursos financeiros para financiamento bancário, a hegemonia às avessas de que trata Oliveira (2010).

Gráfico 29 - Alagoas – Imóveis rurais obtidos por desapropriação e compra e venda para criação de assentamentos rurais (1979/2016)



Fonte: INCRA (2017a). Organização: Autor.

É fato e já registramos que ocorreu um melhor desempenho dos anos Lula, mas é dado concreto e visível também, apontado pela realidade expressa no gráfico 29, a mudança que vai se concretizando no tocante à secundarização da desapropriação em nome da via da compra

e venda. Esta, em tese, de caráter complementar àquela, passa a ser prioritária como forma de adquirir terras para a construção dos assentamentos em Alagoas, notadamente, a partir do ano de 2007. Portanto, ocorre no segundo governo Lula em Alagoas uma opção pela dinamização do mercado de terras via a propalada reforma agrária que se divulgava nesse governo. Essa opção contraria a própria letra contida no II PNRA, construído pelo próprio governo Lula, onde está escrito: “o instrumento prioritário de obtenção de terras para o assentamento de famílias é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, complementada pela compra e venda (Decreto 433); destinação de terras públicas; obtenção de áreas devolutas; e outras” (MDA, 2003, p. 19).

Diante das dificuldades postas para a aquisição de terras, marcada por um movimento contrarreformista historicamente, inviabilizar a via da desapropriação, esta geralmente gestada a partir do conflito pela terra com as ocupações e acampamentos, e valorizar a via da compra e venda passa a ser um dado estrutural. Nesses termos, passa a vigorar um discurso e uma tentativa de ver na forma negociada um caminho para se solucionarem os conflitos territoriais, aquilo que denominamos de “reforma agrária negociada com os grandes proprietários de terras” (COSME, 2015). O Decreto nº 433, de 24 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária por meio de compra e venda, é um arcabouço legal construído para esse fim, onde em seu Art. 4º diz: “§ 1º A seleção [dos imóveis rurais] prevista neste artigo poderá ser precedida de publicação e da divulgação de edital de chamamento de proprietários rurais interessados na alienação de imóveis que têm o domínio”. Ao invés da ocupação e do conflito, a opção é clara: chamar o capitalista rentista para fazer a negociação. Não obstante, o caminho da luta não foi inibido, pois os movimentos e organizações sociais do campo em Alagoas continuaram as ocupações, no entanto, a solução aceita passou a ser a compra e venda.

A partir do governo Dilma Rousseff, a realidade piora, não havendo nem desapropriação e nem compra e venda de imóveis rurais praticamente. Em 2012 tivemos as duas últimas desapropriações e as

duas últimas compra e venda durante esse governo. Perguntado sobre os motivos que levaram a forma de obtenção de imóveis rurais via compra e venda ganhar espaço em detrimento das desapropriações, nos últimos anos, um gestor do INCRA/AL, relatou:

A compra e venda [...] é um processo [...] mais breve. A desapropriação ela vai contar com uma série de entraves né, de quem está sendo desapropriado com o órgão que está querendo a terra pra fins de reforma agrária, então, aí vai haver o embate. A compra e venda é um acordo, eu quero vender, você quer comprar, a gente concretiza um negócio, avança mais rápido. Então, a visão do ex-presidente Lula foi nesse cenário, foi nesse sentido, de partir para que pudesse avançar dessa forma, fazendo um trabalho de acordo de ambas as partes para que pudesse avançar. Se bem que teve também nessa época as desapropriações né. E hoje a gente não tem avançado porque nós temos uma quantidade de lotes, por exemplo, no estado de Alagoas, [...] que eles precisam, na verdade, a gente saber se as famílias estão ou não. É aí onde vem mais uma vez o bloqueio do Tribunal de Contas né, por que, de repente a gente avançar com esse processo de compra e venda [...] ou o processo de desapropriação, nunca é demais, mas a gente tem que primeiro ter esse cenário completo: quem tá lá [no lote]; se quem tá lá tem perfil [pra reforma agrária]; se quem tá lá tá produzindo né; se quem tá lá tá, realmente, usando o lote pra finalidade dele? Então isso era o que precisava ser passado pelo diagnóstico de uma assistência, que aqui teve, e a gente não tem²⁴⁹.

Fica evidente nessa fala, de um lado, aquilo que já citamos: o caráter de negócio assumido pela dita reforma agrária brasileira entre ambas as partes, o latifundiário e o campesinato em luta. A partir desse olhar, percebemos as contradições que permeiam a luta pela terra e pelo território materializadas na conquista dos assentamentos rurais no Brasil. Nessa arena contraditória, portanto, de relações de poder entre a classe dos proprietários capitalistas da terra e a classe camponesa é que devemos caminhar. Dessa forma, compreendemos aqueles autores que, mesmo ressaltando a relevância do assentamento rural para a resistên-

249 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

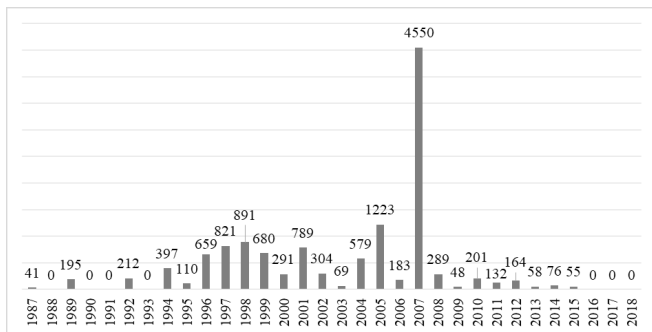
cia camponesa, não deixam de evidenciar que essa mesma resistência apresenta seus limites, quando pensamos na perspectiva de emancipação camponesa da subjugação ao capital (ALENTEJANO, 2007; FABRINI, 2002; MITIDIERO JR., 2011). Nesse rastro, a compreensão do assentamento rural enquanto uma fração do território capitalista brasileiro, onde ocorre uma resistência subordinada do campesinato, vai se conformando (MITIDIERO JR., 2011). O depoimento acima põe em relevo outras problemáticas, como tentativa de justificar a paralisia absoluta da obtenção de terras para a reforma agrária no Brasil, não sendo diferente em Alagoas, que, em nossa concepção, não é o melhor caminho. Existe uma quantidade considerável de famílias Sem Terra em Alagoas, o que exige a obtenção de mais imóveis, bem como existem milhares de assentados e assentadas, o que exige acompanhamento do INCRA, ou seja, são dois caminhos que devem seguir concomitantemente, em nossa ótica.

O que enaltece nesse bojo da realidade alagoana é que o INCRA também vai perdendo espaço e o ITERAL aparece como protagonista nos eventos, nas feiras agroecológicas, na intermediação entre governo e movimentos/organizações sociais do campo, tendo como carro-chefe o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Assim, a Reforma Agrária de Mercado (RAM), uma das faces da contrarreforma agrária (COSME, 2015), avança em Alagoas, onde por meio do PNCF em torno de 3.200 famílias já foram atendidas em aproximadamente 40.000 ha (ITERAL, 2017). Fernandes (2004, p. 289), ao discutir alguns desafios com relação à implementação da reforma agrária que deveriam ser enfrentados pelo governo Lula recém-eleito em 2003, afirma: “Crédito fundiário para a compra de terras não deve ser confundido com reforma agrária [...]”. Segundo Ramos Filho (2008), este programa está baseado em princípios do ideário neoliberal, onde a reforma agrária assume um caráter mercantil e sua defesa passa a ser realizada com veemência pelos ruralistas como alternativa pacífica, ágil, econômica e viável, retirando o protagonismo do campesinato e camuflando a luta de classes no campo brasileiro, assim, garantindo, principalmente, que não haja perda financeira para o latifundiário. Para o autor, a territorializa-

ção da Reforma Agrária de Mercado, como é o Crédito Fundiário, pode se dar como uma estratégia de contrarreforma agrária.

Outra problematização necessária é com relação ao número oficial de famílias assentadas divulgado pelo INCRA/AL. Conforme o gráfico 30, o assentamento das 13.017 famílias atualmente nos assentamentos ocorreu da seguinte forma: 6,49% (845) no período que vai de 1987 a 1994, nos governos José Sarney e Fernando Collor/Itamar Franco; 34,92% (4.545), entre 1995 a 2002, nos governos de Fernando Henrique Cardoso; 54,87% (7.142) nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 a 2010; 3,73% (485) no período Dilma Rousseff, 2011 a 2015. O que fica evidente, a partir desse números, é o melhor resultado nos anos Lula, principalmente, comparado ao período FHC; o ano 2007, absolutamente, aquele que tem maior destaque, com 34,95% (4.550) do total geral de famílias assentadas; um resultado pífio no período Dilma e o aprofundamento da contrarreforma agrária nos anos de governo Temer.

Gráfico 30 - Alagoas – Famílias assentadas ano a ano (1987/2018)



Fonte: INCRA (2017a)²⁵⁰. Organização: Autor.

250 O dado sobre o ano de 2018 foi obtido através de contato telefônico com servidores do INCRA/AL. A data da última atualização oficial de assentamentos em Alagoas, no portal do INCRA, foi dia: 31/12/2017. Cf.: **Superintendência Regional Alagoas - SR 22 Assentamentos - Informações Gerais**. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=22&Parameters%5BPlinilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BPlinilha%5D=1&Parameters%5BPlinilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BPlinilha%5D=1&Parameters%5BPlinilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BPlinilha%5D=1. Acesso em: 05 jul. 2019.

Vamos avançar no sentido da problematização desses dados oficiais. Para tal, é mister resgatar a discussão acerca do processo de inflar as estatísticas oficiais sobre novas famílias assentadas. Relembramos que o II PNRA era composto por 11 metas Brasil, sendo a meta 1: assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária e a meta 2: regularização fundiária para 500 mil famílias. São processos diferentes, cujos resultados não podem ou não poderiam ser apresentados juntos, pois nem tudo em matéria de solucionar a questão agrária são assentamentos novos criados e novas famílias, antes Sem Terra, agora assentadas. No próprio plano está escrita essa diferenciação: “Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária” (MDA, 2003). Ocorre que o INCRA passou a fazer esse somatório, inclusive nos governos do PT, conforme a crítica a seguir: “curiosamente, quando se comparam os números inflados de FHC com os de LULA, verifica-se que a capacidade de inflar dados da reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula foi aperfeiçoada, pois o “balão” está mais alto” (OLIVEIRA, 2007, p. 171).

Isso fica evidente nos dados oficiais do INCRA/AL quando, junto com a contabilidade de assentamentos novos criados e de novas famílias assentadas, está computada a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá²⁵¹, no município de Jequiá da Praia, microrregião de São Miguel dos Campos, uma fração territorial de 10.203,90 ha, contando com 2.882 famílias assentadas; fruto de um processo de reconhecimento pelos órgãos ambientais no ano 2001, ainda no último governo FHC e, posteriormente, em 2007 no segundo governo Lula, ocorreu a criação dessa reserva e sua incorporação aos dados oficiais da reforma agrária nesse estado.

É nesse bojo que entendemos a perpetuação da estrutura fundiária concentrada no Brasil e em Alagoas, ou seja, a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá representa 9% da área total dos assentamentos

251 Sobre a reserva Cf.: Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2291-resex-lagoa-do-jequia>. Acesso em: 30 abr. 2018. Cf. Decreto 27 de setembro de 2001, que cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ima.al.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Decreto-Jequia-da-Praia.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

e 22% das famílias assentadas nesse estado. Números expressivos de uma ação importante, obviamente, que é a de reconhecimento e regularização fundiária, mas que não poderia ser computada para fins de cumprimento da meta 1: novas famílias assentadas. Corrigindo esse dado oficial, retirando as 2.882 famílias da contabilidade inflada, os anos Lula reduzem de 7.142 para 5.778 famílias assentadas, esse dado oficial, um número ainda expressivo.

Outro exemplo da necessidade de problematização dos dados oficiais do INCRA, tendo Alagoas como exemplo, está relacionado às possíveis fraudes que podem ocorrer nos processos de obtenção dos imóveis rurais. Remetemo-nos ao caso do Assentamento Matas do Gajuru, no município de São Miguel dos Campos, tendo sido o imóvel rural obtido em 2010 e a criação do assentamento em 2011, em uma área de 410,48 ha e capacidade para assentamento de 51 famílias, entretanto, sem famílias assentadas no momento, segundo consta nos dados oficiais do INCRA (2017a). O motivo é uma ação judicial em curso envolvendo possíveis irregularidades na obtenção da propriedade pelo INCRA. Para a compreensão do caso, nos remetemos à reportagem do dia 08 de abril de 2012, do jornal Gazeta de Alagoas, que estampava: “INCRA é alvo de fraude em Alagoas”.

[...] o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado adquiriu pouco mais de 400 hectares de uma fazenda em São Miguel dos Campos, pelos quais pagou R\$ 5,2 milhões. Colocadas as cerca de 50 famílias – que já não tinha sido possível incluir no projeto de assentamento da região da extinta usina Agrisa –, veio a descoberta de que o imóvel rural tinha outro dono que não o que realizara a negociação. O novo dono considerou ocupação o que, para o INCRA, tinha sido o início de mais um processo de regularização fundiária bem-sucedido, e foi à Justiça. Obteve uma ordem de despejo. Houve recursos de ambos os lados, mas a Justiça Federal considerou que era este – e não o que negociara com o INCRA – quem tinha o legítimo direito à posse da terra. Em outubro, o INCRA processou o suposto dono da fazenda, com quem negociara, Bruno Fazio, e, de acordo com a superintendência do órgão em Alagoas, no fim de março

último, a mesma Justiça Federal determinou o bloqueio de seus bens. Mas levou o caso também à Corregedoria-Geral da Justiça, órgão do Judiciário de Alagoas que tem, entre suas atribuições, fiscalizar e apurar supostos desvios de conduta de seus membros, servidores e de serviços vinculados, como os cartórios. O motivo é apurar como o cartório da Comarca de São Miguel emitiu escritura em que constava o nome de Fazio como proprietário da fazenda²⁵².

O processo judicial ainda tramita, segundo relatos e conversas informais com servidores/gestores do próprio INCRA/AL. Em um desses depoimentos fica evidente a gravidade do problema a ser solucionado:

Matas do Gajuru é um problema que quando eu cheguei no INCRA eu também me deparei [...] Matas do Gajuru [...] foi vendido ao INCRA [...] por uma pessoa que não era dono do imóvel. Se questionou a velocidade do INCRA, mas o INCRA é um órgão público e órgão público ele precisa ter velocidade, tem que acabar com esse estigma de que órgão público ele não pode dar velocidade [...]. Então, foi dado uma velocidade na ação, andou-se a tramitação, o INCRA fez a concretização da compra, só que o imóvel não era de quem vendeu. Aí eu pergunto: cartório tem fé pública, como é que eu vou registrar uma terra que não é minha? Volto de novo a outro detalhe aqui: todo mundo no estado de Alagoas sabe o que é de quem [...]. O INCRA fez a parte dele, adquiriu, houve a falha, o erro e hoje a Procuradoria nossa entrou com uma ação, uma ação rescisória [...] pedindo o ressarcimento daquilo que foi tirado do erário, ou uma área equivalente [...]. É uma ação que está na Justiça Federal [...]²⁵³.

Destarte, o que se pode afirmar em face da realidade da questão (da reforma) agrária em Alagoas é que o campesinato no Brasil não se depara, ao longo da sua luta para entrar na terra, apenas com a barbárie levada a cabo pelos donos da terra, do capital e do poder, mas também se depara com um Estado a serviço dos interesses daqueles, ainda que isso nos pareça contraditório. A luta pela terra e pelo território, efeti-

252 Cf.: Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=199654>. Acesso em: 30 abr. 2018.

253 Entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2017 no município de Maceió.

vada pelo campesinato alagoano, encontra pela frente um Judiciário, cujo representante, muitas vezes, leva o sobrenome de oligarquias alagoanas importantes nas relações de poder. A luta pela terra se depara também com situações como a citada acima, onde os processos judiciais tramitam na justiça há anos, ficando as famílias à deriva, esperando uma solução.

Não obstante, os movimentos e organizações sociais do campo alagoano continuam a luta, buscando avançar nas conquistas. Gohn (2003) sublinha que o protagonismo de milhares de pessoas, até então excluídas de qualquer forma de identidade ou cidadania, por meio dos movimentos sociais, contribuiu para aprofundar a vida democrática cotidiana dos lugares e de (re)construir novas identidades. Concordamos plenamente com a autora, quando, ao abordar as ocupações como momentos pedagógicos, diz que: “cada etapa do processo de ocupação traz novos problemas que devem ser enfrentados coletivamente, a partir de soluções novas, criadas segundo a conjuntura mais ampla que vivem” (Ibidem, p. 155).

Portanto, podemos afirmar que já foram muitos os aprendizados ao longo desses 31 anos, desde aquele 27 de janeiro de 1987, quando o campesinato sertanejo decidiu romper a cerca do grileiro na fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, e se gestou a primeira ocupação e o primeiro acampamento dos Sem Terra em Alagoas. Depois, o campesinato não deu trégua ao latifúndio, seja na forma de marchas, seja na forma de romarias, mas, essencialmente ocupando terra, seguiu mantendo a bandeira da reforma agrária na pauta política brasileira.

Nessa esteira, Alagoas adentra a segunda década do século XXI e, conforme levantamento realizado junto a lideranças de alguns movimentos e organizações sociais do campo (CPT, MST, MLST, Via do Trabalho, MLT e MUPT²⁵⁴), no ano de 2017 existiam 102 acampamentos com 6.724 famílias em todo o estado, sendo que 9,80% (10) do total

254 Ao longo do ano de 2017 fizemos diversos contatos, com os movimentos e organizações sociais do campo alagoano, solicitamos a contribuição nesse levantamento, no tocante ao envio dos dados sobre os acampamentos, haja vista, não haver uma relação atualizada hoje. Acreditamos que esse número possa ser maior, pois, nem todos retornaram e alguns não tivemos contato.

de acampamentos e 6,02% (405) do total de famílias acampadas estão no Sertão alagoano, estas tendo à frente os mesmos movimentos e organizações sociais: o MST, a CPT e o MLST. Esses dados nos dizem muito, entre outras coisas: primeiro, e isso nos parece o mais importante, confirma a capacidade de resistência do campesinato, ou seja, o quanto ela continua a ser “La classe incómoda” (SHANIN, 1983); segundo, demonstra a gravidade e a conflitualidade da questão agrária no campo alagoano, o que nos remete à atualidade e à necessidade da reforma agrária no Brasil; terceiro, é que os assentamentos rurais, mesmo com todas as contradições que envolvem a sua conquista, ainda são um horizonte no qual milhares de sujeitos/sujeitas optam em lutar por ele.

Abordaremos a seguir o cotidiano dos cinco assentamentos escolhidos para nosso estudo. Passaremos a operar na escala do local, sem perder de vista suas ligações/interações com outras escalas, ou seja, sem perder de vista a totalidade da realidade e, acima de tudo, as contradições do movimento permanente de acumulação do capital. Faremos emergir as relações sociais que constroem essas frações territoriais de resistência e rebeldia camponesa para, assim, compreendermos a atualidade da luta empenhada na conquista da terra e na utopia da construção do território do campesinato nos assentamentos rurais no Sertão do estado de Alagoas. Daremos ênfase às características do processo de contrarreforma agrária, por exemplo, na lógica do Estado em perpetuar o minifúndio no campo alagoano, através da obtenção de imóveis rurais com áreas bastante reduzidas para a criação de assentamentos rurais.

5 A AÇÃO TERRITORIAL DO MST, DA CPT E DO MLST NO SERTÃO ALAGOANO: DA LUTA PARA ENTRAR NA TERRA À LUTA PARA PERMANECER NO TERRITÓRIO

Nesse capítulo faremos emergir, como mais intensidade e atualidade, a escala do cotidiano das frações territoriais de rebeldia e resistência camponesa, tomando como estudo os cinco assentamentos rurais da pesquisa, bem como, iremos em busca das visões sociais de mundo presentes na sociedade alagoana em torno do tema da reforma agrária. Por esse caminho, concluiremos, demonstrando a recriação do campesinato assentado, através das suas lutas e resistências, mas de forma subordinada aos mecanismos do capital, especialmente, por meio da ação do Estado. Não obstante, realçaremos que a construção do território e as frações territoriais de resistência são conquistas importantes para garantir a existência do campesinato e, acima de tudo, em condições bem melhores que antes.

5.1 Assentamento Peba: início do processo de transformação social do campesinato Sem Terra via luta pela reforma agrária em Alagoas

[...] os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem a massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, da desagregação de velhas relações de trabalho, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas.

José de Souza Martins (2003b, p. 52), em “O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária”.

Num contexto de dilaceração do tecido social, a possibilidade de buscar um lote de terra tem se mostrado uma alternativa não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição dos laços familiares e de sociabilidade, a busca de “um lugar tranquilo para criar os filhos”, como afirmam diversos assentados.

Leonilde Servolo de Medeiros (2003, p. 83), em “Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra”.

O enraizamento em um lugar é uma virtude para muitos. A resistência local aos poderes disruptivos, vinculados à acumulação infundável, é uma importante frente de luta anticapitalista. O anseio e a busca por relações sociais e relações com a natureza não alienadas não podem desprezar os processos de construção de lugar como um caminho para construir uma vida melhor. A relação dialética entre espaço e lugar é central para se compreender os aspectos construtivos e destrutivos do movimento do capital no espaço e no tempo.

David Harvey (2018, p. 133), em “A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI”.

Martins (2003b) é importante para a nossa discussão ao trazer elementos essenciais para refletir acerca da transformação social que se materializa na metamorfose da condição de campesinato Sem Terra para a de campesinato assentado, por meio da conquista dos assentamentos rurais. Primeiro, essa importância se dá, em virtude de uma discordância que temos com relação aos termos “clientes” e “candidatos”, utilizados pelo autor para tratar do que denomina de público da reforma agrária. Na nossa leitura, não podemos generalizar esses termos, pois, por exemplo, se na contrarreforma agrária de mercado, ou mesmo na contrarreforma agrária negociada com o latifundiário sob o aval do Estado, a construção dos assentamentos não são frutos do protagonismo dos sujeitos/sujeitas envolvidos(as) nas conquistas desses via ocupação de terra e acampamento, o campesinato assume papel central.

Na história dos cinco assentamentos estudados neste livro, aqueles termos perdem a validade, ou melhor, escamoteiam o processo social de luta dessa fração da classe camponesa brasileira. O próprio Martins destaca que: “essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras” (MARTINS, 1981, p. 22). Nesse sentido, continua: “[...] a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à [...] cidade, mas na estrutura da sociedade” (Ibidem, p. 23).

Não se trata de fazermos uma transposição mecânica dos conceitos, quando da caracterização do campesinato europeu, para o caso do campesinato assentado no Brasil; mas de fazer emergir um sujeito ausente, segundo ele, no sentido de rompermos a leitura do campesinato como algo desnecessário e alheio, que faz sua história ser desconhecida até hoje. Essa assertiva vale muito sobre o campesinato do Sertão alagoano, notadamente, a fração dessa classe assentada. Assim, adiantamos que o campesinato no país é caracterizado por diversas formas, diante da multiplicidade de situações e fatores históricos que marcaram a construção do espaço agrário, sendo várias as denominações e autodenominações (CARVALHO, 2005).

Aqui será tratada uma denominação específica: a fração do campesinato assentado que compõe a classe camponesa brasileira. Por que frisamos a expressão campesinato antes de assentado? Justamente, por uma necessidade, em nossa ótica, de reconhecer esse sujeito social ativo, não apenas, mas, acima de tudo, politicamente como uma classe de dentro do Modo de Produção Capitalista. Dessa forma, reconhecê-lo não como um cliente, um candidato, um beneficiário, mas como um(a) camponês e camponesa assentado(a), devido “à categoria assentado [ser] mais utilizada pelas instituições governamentais que pelos agricultores [...]. Ao ser[em] caracterizados como assentados, prevalece a ação do Estado que prefere [considerá-los] como beneficiários, [...] como objeto, e não como sujeitos” (CARVALHO, 2005, p. 154).

No caso da conquista pelo campesinato do assentamento Peba (ver figura 5), localizado no município sertanejo de Delmiro Gouveia, e a sua transformação de um imóvel rural concentrado nas mãos de um único proprietário em uma fração territorial de resistência camponesa projetado para nove famílias inicialmente, foram alguns anos de muito protagonismo e resistência camponesa. Todo esse processo somente foi possível pela ação propositiva, organizativa e de mobilização social levada a cabo pelo MST. Portanto, a história do assentamento Peba, assim como é a da maioria dos assentamentos rurais espacializados pelo país, se viabilizou a partir da luta ativa do campesinato para conquistar a terra e, assim, iniciar a construção do território do campesinato no assentamento, em meio às contradições desse processo.

Figura 5 – Vista da única agrovila do assentamento Peba – município de Delmiro Gouveia



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2018.

A luta pela reforma agrária nesse caso se iniciou, oficialmente, com a ocupação e o acampamento no imóvel rural no dia 26 de janeiro de 1987. Ocorre que, no registro do INCRA (2017a), consta que o assentamento só foi criado em 1º de janeiro de 1989, ou seja, dois anos depois, sendo apenas uma parte da totalidade do imóvel obtida por via de compra e venda realizada pelo ITERAL, portanto, não foi um pro-

cesso de obtenção pela via da desapropriação para fins de reforma agrária. Essa era a forma de agilizar a negociação, segundo os depoimentos, consequentemente, a apropriação da renda absoluta da terra por parte do proprietário, visto que a desapropriação apresenta um rito processual bem mais demorado ainda hoje, imaginemos para os anos 1980. No entanto, os relatos dos depoentes apontam que somente em 1990-1991 ocorreu o início da construção das moradias, sendo a conclusão das obras realizadas apenas em fins de 1992 e início de 1993. Dessa forma, as famílias, enfim, conseguem entrar na sonhada moradia. O fragmento a seguir, de uma entrevista com um assentado da comunidade, que viveu intensamente esses anos, resgata essa história.

[...] Os [assentamentos] Peba e Lameirão, como eu disse a você agora, nós fomos pra lá, Maceió, em 1989. Aí lá negociaram com o governo e expropriou a terra. [...] quando foi no ano de [19]90 pra [19]91 começou a construção, [...] fez oito casas, colégio, pelo ITERAL [...]. Quatro casas de um lado, quatro de outro, fizeram um chafariz para lavar pano [roupas] [...]. Aí foi entregado a nós no ano de [19]92 [...]²⁵⁵.

O quadro 5 traz em síntese alguns processos marcantes para a comunidade ao longo da sua construção e que serão analisados neste item:

Quadro 5 – Assentamento Peba – Processos históricos marcantes na construção da comunidade

Data	Processo
Janeiro/1987	Ocupação da fazenda Peba
Janeiro/1989	Criação oficial pelo Iteral do assentamento Peba
1990-1991	Início da construção das moradias, chafariz, banheiros coletivos e Escola.
1992-1993	Entrega das moradias concluídas para as famílias
1994-1995	Saída das lideranças assentadas do MST
Anos 2000	Chegada da ATER com interrupções dos serviços
2017	Encontro Estadual do MST em Delmiro Gouveia em comemoração aos 30 anos da ocupação das fazendas Peba e Lameirão.
2018	Conquista de uma cisterna calçadão.

Org.: Autor (2019).

255 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Percebemos que da ocupação do imóvel à entrada das famílias nas moradias foram seis longos anos. Esse lapso temporal já antecipava para as famílias que a caminhada em busca da terra de trabalho e a permanência nela não seria um processo fácil e rápido. Bergamasco e Norder (1996) já advertiam que a conquista dos assentamentos é um passo, mas que novos problemas seriam enfrentados e exigiriam outras superações. É mais, põem em relevo que: “criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico” (Ibidem, p. 80).

O Estado é um ator sintagmático preponderante na regulação das relações sociais de poder constituintes do território, portanto, regulador das disputas territoriais por frações do território nacional. Mesmo que não de forma exclusivista e absoluta, o Estado está mediando os processos conflituosos de forma que a dinâmica da produção e reprodução do valor não seja prejudicada. Assim, age mediando as territorializações diferenciadas e antagônicas dos sujeitos/classes/grupos sociais no espaço geográfico. No caso da questão agrária, já enaltecemos algumas vezes neste trabalho, mas é sempre necessário reafirmar, que o Estado caminha a reboque dos movimentos sociais do campo (FERNANDES, 2010).

É justamente esse Estado quem dita os passos para o assentamento das famílias mesmo após um processo de intensa luta como foi o caso do assentamento Peba. Na ação do Estado residem muitos problemas: desde a morosidade no processo de desapropriação à lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; da demora na demarcação dos lotes e construção das casas à materialização de outras infraestruturas necessárias; do descompasso no sistema de créditos – quando existem – aos programas de assistência técnica e comercialização. A burocracia da arquitetura legal dos normativos e leis que regem esses processos são desenhados para atender aos interesses dos grandes proprietários capitalistas da terra, ao contrário de ser para atender ao campesinato assentado (CARTER; CARVALHO, 2010; FERNANDES, 2010; MITIDIERO JR., 2011; COSME, 2015). A história do assentamento Peba não contrariou a regra:

[...] aí quando chegou aqui, quando foi com poucos dias, disse[ram]: a terra do Peba não dá pra ninguém, só dá pra oito famílias, vai ser dividido: uma parte compraram o terreno lá, [...] botaram o povo pra lá perto do rio [São Francisco] que é o Lameirão; aí foi uma parte pra [município] Jacuípe, lá perto de Maceió, por que o terreno aqui do Lameirão também não deu não pra setenta e cinco famílias: lá [Lameirão] ficou quarenta e poucas famílias, aqui [Peba] ficou oito primeiros [...] e o resto, pra fazer setenta e cinco, foi pra Jacuípe. Ficou nesses três assentamentos. Jacuípe é perto do sul mesmo, lá é terra de Sul, terra boa danada, se eu tivesse ido pra lá tinha ficado lá, por que lá é terra de sul. Quem foi pra lá tá tudo rico hoje em dia, quem ficou aqui no Peba tá tudo pobre. Aqui não tem água, não tem nada pra nós trabaiair, sofrimento danado²⁵⁶.

Importante analisarmos o processo de conquista do assentamento Peba pelo campesinato, com os desafios que a construção a cargo do Estado coloca, apesar da pressão oriunda da mobilização social do MST. As palavras de Bergamasco e Norder (1996, p. 81), mais uma vez, escritas no contexto dos primeiros anos de construção do assentamento Peba, são esclarecedoras: “A reforma agrária ainda está por ser feita. Os assentamentos já instalados representam apenas uma conquista parcial, a formação de algumas ilhas entre enormes latifúndios”. Nessa linha, Carter e Carvalho (2010, p. 299) também nos auxiliam na reflexão, quando da discussão do que intitulam de “Os assentamentos: diversidade e avanços no meio da precariedade”. Esses autores defendem que não podemos homogeneizar essa fração territorial, pois “todo assentamento enquanto unidade territorial contempla diversas dimensões: entre elas, a econômica, social, política e cultural” (Idem). As múltiplas combinações dessas dimensões dependem, segundo eles, dentre outros fatores: a) do número de famílias assentadas, b) das suas origens geográficas, c) das histórias de vida – em todas as suas dimensões: das relações de trabalho a religião por exemplo –, d) do espaço onde esses assentamentos foram construídos, e) da forma como se deu a luta pela reforma agrária e f) da capacidade de resistência na terra das famílias.

256 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

A história de construção dos assentamentos será interpretada, neste livro, por meio desses parâmetros não necessariamente nessa ordem de importância, como bem elencaram esses autores. Um ponto inicial é que o assentamento Peba possui apenas oito famílias assentadas e está enclavado no Sertão alagoano, portanto, no espaço do semiárido da região Nordeste, historicamente marcado pela concentração fundiária e subordinação do campesinato pelas oligarquias rurais, entretanto, lugar de lutas históricas da classe camponesa. Essa é uma característica estrutural para compreendermos alguns dilemas vivenciados e enfrentados pelas famílias, que condicionaram a vida dos camponeses e camponesas antes e depois de assentados(as).

Martins (2003b) também traz elementos que para nós são um ponto de partida essencial para a reflexão sobre a origem do campesinato assentado, e mais, para compreendermos a sua permanência nessa nova condição social, de acampado para assentado; para compreendermos esse novo sujeito que é forjado nessa metamorfose social no seio da luta pela reforma agrária. Concordamos com a reflexão enfática desse autor quando diz que o campesinato assentado faz parte “da massa residual de um conjunto grande de descartes sociais; das “alternativas de vida não realizadas”; “da desagregação de velhas relações de trabalho”; “de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas”.

Aqui reside o cerne da questão sobre a origem do campesinato assentado em uma formação territorial que nunca efetivou um processo de reforma agrária. Essa realidade histórica da trajetória das famílias não pode ser desconsiderada no momento da análise dos assentamentos rurais e da unidade familiar camponesa neles existentes, bem como só compreendemos a resistência camponesa no assentamento, em um contexto de profunda precariedade materializada em carências diversas e negação de direitos básicos, se buscarmos suas origens e os desafios que essas famílias enfrentaram antes da vinda para a luta pela reforma agrária.

Os depoimentos colhidos junto aos camponeses e às camponesas assentadas corroboram a análise de Martins (2003b). São relatos muitas

vezes carregados de emoção em face da vida precarizada como marca das experiências sociais vivenciadas antes da conquista da terra, em um movimento constante como Sem Terra de fazenda em fazenda desde crianças com seus pais. Estamos falando da origem carregada de privações ante a sujeição desse campesinato a uma burguesia latifundiária rentista. São relatos que descrevem com angústia a trajetória e que se tranquilizam quando falam da conquista da terra e sobre a nova realidade social produto da luta. Um dos mais antigos assentados no assentamento Peba descreve, com profundidade de detalhes, essa “perambulação do campesinato” como diz Martins (1981) ou a longa marcha para entrar na terra, como afirma Oliveira (2001b).

[...] eu nasci na agricultura já, eu sou pernambucano, nasci no município de Pesqueira [...], de lá nós viemos pra [município] Tabira, Pernambuco, passemos lá um bocado de tempo trabalhando, ai saímos de Tabira, sai de lá pequeno, saímos em [19]59, por que lá tava um tempo seco, muito seco, ai viemos pra Alagoas, um lugar chamado Monteirópolis [município do Sertão alagoano]. [...] cheguei lá com sete anos de idade. Ai fiquemos trabalhando em roça, meu pai pegava a roça, eu trabalhava na roça com meu pai desde os sete anos de idade. **[Entrevistador: de quem era a roça?]**: a roça era do meu pai, agora nós trabalhava no terreno de Manoel Preto nesse tempo. Ai de lá, trabalhemos um ano lá, meu pai foi morar lá em Batalha [outro município do Sertão alagoano] num terreno [do fazendeiro], já no ano de [19]60 pra [19]70. Ai fiquemos lá um bocado de tempo. Comecei a trabalhar no alugado com meu pai, né só na roça não! Trabalhando pra ganhar dinheiro pra fazer feira pra família comer. **[Entrevistador: e vocês moravam onde?]**: morava no terreno do fazendeiro mesmo, [...] não era da casa própria não. Ai fiquemos morando no terreno dos outros [...]. Fomos trabalhar no Sul de Alagoas, aí arrumemos um dinheirinho lá e compremos um terreno lá no Retiro, perto de Maceió já. **[Entrevistador: terreno grande?]**: terreno pequeno, oito tarefas de terra, fiquemos trabalhando no nosso terreno mesmo, num fiquemos trabalhando lá em terra dos outros não. Com muitos tempos, eu já estava um rapaz com vinte e tantos anos, eu deixei meu pai lá e vim morar aqui no Sertão de Inhapi [município alagoano]. Eu chamei meu

pai, “eu não quero não” [respondeu o pai]. Eu disse: “eu vou morar no Inhapi, lá é terra de lavoura, aqui nessas terras o caba trabalha, trabalha pra morrer e nunca tem nada. Viemos trabalhar na região de Inhapi, mas trabalhar na terra dos outros também, num era minha terra não. Trabalhava pro patrão lá, eu trabalhava pra ele. **[Entrevistador: você morava onde?]**: na casa dele também [no terreno]. Aí botava uma rocinha no terreno dele mesmo. Aí quando foi em [19]75 eu me casei. Aí fiquei morando lá num terreno de um rapaz chamado Zé Beata. Ele me deu uma casa pra morar. **[Entrevistador: era fazendeiro?]**: fazendeiro também, fraco, não era fazendeiro forte não, ele tinha só um terreninho lá e um terreno cá, mas era um terreno de 100 tarefas e 50 tarefas [...]. Lá eu trabalhei um ano [...]. Aí vi falar desse negócio desse Sem Terra aqui [fazenda Peba] [...] em [19]85 comecei a viajar [...] pra cá [...]²⁵⁷.

Trata-se de um relato que demonstra a diversidade de experiências na longa marcha da constituição histórica do campesinato, desde morador de condição ao trabalho no sul de Alagoas, reduto do latifúndio monocultor canavieiro, portanto, como trabalhador do corte de cana, até os pais conseguirem algumas tarefas de terras, que, de tão minúsculas, exigem que os filhos migrem. A presença de moradores de condição em fazendas, fato bastante presente nos depoimentos das famílias assentadas, é traço histórico no espaço agrário brasileiro desde a colonização (ANDRADE, 2005). Para esse autor, nessa relação de trabalho, os trabalhadores tinham permissão para fazer suas moradias e pequenos roçados e em troca eram obrigados a trabalharem nas fazendas a baixo preço ou mesmo gratuitamente, caracterizando uma forma de extrair a renda da terra em trabalho do campesinato. “A insegurança era uma constante na vida dos moradores, uma vez que o proprietário, por qualquer motivo ou sem nenhum motivo, podia expulsá-los das terras que ocupavam. Isso se dava frequentemente devido a choques de interesses ou a problemas de família [...]” (Ibidem, p. 95). Nesse sentido, Moreira e Targino (1997) destacam o caráter interpessoal da relação entre morador e patrão, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelo primeiro: “era um acordo desigual porque podia ser rompido a qualquer momento

257 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

pelo proprietário da terra, enquanto que o rompimento por parte do trabalhador só podia ocorrer se ele não tivesse em débito com o patrão” (Ibidem, p. 45).

Com base na análise de Medeiros (2003), podemos afirmar que estamos diante de um campesinato assentado que foi gestado em meio a essas relações de trabalho, portanto, no seio de uma profunda dilaceração do tecido social de ampla parte da sociedade brasileira, que tem na possibilidade de acesso à terra uma oportunidade ímpar para moradia, renda e uma forma de reduzir a precariedade da vida familiar. Ao conquistarem a terra, apesar da melhoria das condições objetivas de vida quando da criação do assentamento, as famílias passam a conviver com uma realidade ainda precarizada. No trecho da entrevista a seguir com uma assentada podemos observar o processo de “perambular”, “migrar”, de uma vida “itinerante”, marcas do campesinato “desenraizado” brasileiro (MARTINS, 1981), bem como demonstra como o assentamento torna-se um lugar melhor para viver. É emblemático o fato relatado de poder acolher parentes no final da vida como foi o caso do pai da depoente.

Desde os 12 anos sou agricultora, vivi mais meus pais, a gente num tinha terra, trabalhava braçal. Mas, primeiramente, a gente morava em Águas Belas [Pernambuco], de Águas Belas fomos [saímos]. Pai num aturava num canto só, vivia viajando de um lugar pra outro e fui crescendo [...]. **[Entrevistador: como era esse movimento de um lugar pro outro?]:** Ele [o pai] passava um ano num canto, trabalhando na terra de qualquer pessoa, onde tinha serviço né, que era um pobrezinho negro. Ele alugava a casa e ia morar e a gente ia trabalhar pra sobreviver. Aí quando não dava mais certo ele já ia pra outro lugar, e, assim, a gente foi vivendo a vida. O derradeiro canto que ele morou foi em Canapi [município do Sertão alagoano], onde ele parou num canto que já tava veim [idoso], [...] na rua [cidade], no mutirão. Aí eu fui buscá-lo e ele morreu na minha casa aqui no assentamento [Peba]²⁵⁸.

258 Entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Conforme os depoimentos, aproveitamos para destacar que as origens geográficas do campesinato assentado no assentamento Peba, em boa parte, são da agricultura e do estado vizinho Pernambuco, a outra parte predominante é alagoana, pois de filhos que foram ocupando algumas vagas ao longo dos anos. São sujeitos e sujeitas que nasceram na agricultura e saíram de Pernambuco, ainda crianças, com suas famílias e adentraram no território alagoano. As histórias de vida nas relações de trabalho são diversas, mas com duas marcas ligadas umbilicalmente: a de Sem Terra durante a existência social até a chegada ao assentamento, conseqüentemente, onde, nas relações de trabalho, foram forçados a pagar a renda da terra nas formas pré-capitalistas, a forma da renda da terra em trabalho e, especialmente, a renda em produto.

Marx (2017a, p. 850), no capítulo intitulado “Gênese da renda fundiária capitalista” de O Capital, define a renda em trabalho “como a forma mais simples da renda fundiária”, onde “o produtor direto trabalha parte da semana com instrumentos [...] que lhe pertencem de fato ou de direito, cultivando o solo que lhe pertence, ao passo que nos outros dias da semana trabalha na propriedade do senhor, para esse último sem remuneração [...]”; nessa relação, “o mais-trabalho se expressa, aqui, sob a forma da renda, e não do lucro” (Idem). A força de trabalho da família e as condições de fertilidade do solo são fatores determinantes nessa relação, afirma Marx (2017). Precisamos registrar que, no caso do campesinato assentado de que tratamos aqui, a terra cultivada é do próprio latifundiário que cede às famílias camponesas, geralmente, os piores solos, ao passo que os melhores são cultivados para o patrão fazendeiro.

Já a renda em produtos, conforme esse autor, é a forma dominante e mais desenvolvida da renda fundiária, um estágio cultural mais elevado do trabalho na sociedade, em comparação com a renda em trabalho. “Em termos econômicos, a metamorfose da renda em trabalho na renda em produtos não modifica em absolutamente nada a essência da renda fundiária” (MARX, 2017, p. 854). Nesse sentido, ela é a forma de repassar o mais-trabalho, agora sob a forma de produtos, “[...] ou seja, de todo o trabalho excedente que o produtor direto tem de executar gratui-

tamente [...]” (Ibidem, p. 856). Oliveira (2007), seguindo os escritos do referido autor, destaca a existência das muitas formas que materializam a renda da terra em produto na agricultura brasileira, no caso, da diversidade regional da relação de parceria entre as famílias camponesas e os proprietários de terra: meação, terça, quarta, porcentagens, são alguns exemplos. Ainda segundo esse autor, o meeiro é o personagem social mais presente nessa relação. Ele também esclarece que a renda da terra em produto depende da quantidade obtida pelo camponês que trabalha a terra com a família na maioria das vezes. O produto/produção é dividido em partes (combinadas oralmente e/ou contratadas) entre este camponês e o proprietário das terras.

Com base em Oliveira (2007), o próprio capital procura manter e lançar mão dessas engrenagens não capitalistas como formas de renda para produzir o próprio capital, haja vista não ser por relações especificamente capitalistas de produção, baseadas no trabalho assalariado, que o capital é produzido socialmente no campo brasileiro. O depoimento a seguir de um assentado, ao ser perguntado como era a vida como morador de condição nas fazendas, põe em relevo algumas faces dessa relação de parceria, no caso a meia²⁵⁹. Podemos notar que, neste exemplo, há uma combinação entre assalariamento e extração da renda da terra camponesa em produtos.

[Entrevistador: como foi esse trabalho de um ano na sua última fazenda em Inhapi?]: eu botava roça pra mim e trabalhava pra ele também, no terreno dele [fazendeiro], pra ganhar dinheiro pra fazer a feira [...]. **[Entrevistador: a roça era de meia?]:** ele me dava um pedaço de terra, o tanto que eu pudesse trabalhar, ele me dava umas cinco tarefas de terras para eu trabalhar pra me mesmo, e eu botava roça também de meia, assim, umas dez tarefas de meia, pra nós dois, pra aumentar mais a lavoura da roça. Aí quando foi no ano de [19]78 eu já arrumei dinheiro comprei um terreno, uma tarefa de terra, fiz uma casa, fui morar na minha casa mesmo²⁶⁰.

259 Sobre essa relação Cf.: Andrade (2005, p. 204).

260 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

O conflito social que gestou a luta pela terra da fazenda Pebá foi justamente devido à tentativa de expulsão do campesinato que trabalhava na terra (ver o item 2.2). Tratava-se de dezenas de famílias que tinham a autorização do proprietário para cultivar a terra e em troca teriam que “derrubar a mata”. É desse contexto conflituoso que nasce o assentamento Pebá e, concomitantemente, o próprio MST em Alagoas. É a recriação camponesa a partir do protagonismo do campesinato e da mobilização social em torno de um movimento social. O MST/AL não foi mediador nesse caso, ele foi constituído no processo, ou seja, as famílias assentadas são o próprio Movimento nascente.

A teoria da presença das relações não capitalistas de produção de Luxemburgo (1988ab) na dinâmica do movimento do capital ganha força quando percebemos a realidade do processo no assentamento Pebá. Como afirma Oliveira (2001a), o capital possui um movimento contraditório, combinado e desigual, onde o fazendeiro capitalista para produzir o capital lança mão da recriação e criação do trabalho da família camponesa, sem assalariamento. Ao invés de contratar trabalhadores assalariados, ele opta em abrir a porteira da fazenda e ceder parte das terras aos camponeses Sem Terra, em troca se apropria da renda da terra em trabalho, mas também em produto, se levamos em conta o conflito quando o fazendeiro coloca o rebanho para se alimentar dos plantios das famílias. É a estratégia da produção do capital por relações não capitalistas, para numa fase posterior utilizar para reprodução ampliada do mais-valor. A passagem a seguir de uma assentada nos esclarece:

[...] Eu morava no povoado, aqui na Pedra Velha, [bairro atual de Delmiro Gouveia]. Nós trabalhava lá também [na fazenda Pebá]. Fazendo roça, plantando, vivendo de roça, meu marido num tinha nada não, nós não tinha nada não, só o trabalho. **[Entrevistador: o fazendeiro deixou vocês plantarem na terra?]**: deu por três anos, nós trabalhamos três anos. Fizemos derruba e tudo. **[Entrevistador: vocês pagavam ao proprietário pela terra?]**: Nós não dava nada não. Nós botava o tanto que queria. Lá todo mundo trabalhava, era sessenta e tantas tarefas. Era sessenta e duas pessoas. Ele botou pra fora tudinho e tomou de conta da terra. Mas daí o povo brigaram e nós

tivemos o direito a ficar aqui. Aí quando ele botou pra fora nós fomos pra casa, mas todo dia nós ia que é perto né. Quando ele botou todo mundo pra fora, o pessoal se reuniram com os dirigentes daqui mesmo, aí foi que negociaram aqui. Tiraram nós de lá e botaram o povo aqui. Aí nós tava na rua, aí nós viemos pra aqui, que nós tava cadastrados né, meu marido tava cadastrado. Quando teve uma vaga aqui, que um foi embora, chamaram e nós viemos. Nós não tinha terra, meu marido trabalhava nas fazendas, arrancando mato, botando roça, trabalhando pro fazendeiro né²⁶¹.

Nessa fala percebemos que os camponeses não pagavam a renda em dinheiro ou em produto, mas em trabalho, quando a camponesa assentada afirma: *“Fizemos derruba e tudo”*, ou seja, era a obrigação realizar o desmatamento para o fazendeiro rentista. Ocorre que, no momento em que o trabalho das famílias camponesas não interessava mais, eram postas para fora, expulsas por aquele. Esse processo é uma das marcas da formação do campesinato brasileiro, como também do alagoano. Como escreveu Andrade (1989, p. 15), um campesinato que, de forma persistente e vagarosa desde a colonização, em grupos de pessoas pobres, passou a se estabelecer “em terras não juridicamente apropriadas, mas pelo consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento”.

Importante registrar que essas relações de trabalho, baseadas no consentimento do proprietário da terra para com o campesinato, além de serem uma forma de extrair a renda da terra camponesa, ocorriam em um contexto de conflitos, em absoluta maioria com prejuízos para as famílias. Eram uma estratégia, ou melhor, uma violência por parte do proprietário como forma de minar a resistência camponesa e, assim, expulsar as famílias da terra. No caso da fazenda Peba era exatamente dessa forma:

[...] Ele [proprietário grileiro da fazenda Peba] dava a terra pro povo trabalhar; o povo derrubava a madeira, fazia carvão e pegava a terra e botava horta; mas só assim o cara tirava um

261 Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

feijãozinho; mas no dia de tirar a lavoura ele colocava o gado dele dentro, aí destruiu, o povo não tinha gosto na vida. Aí foi que se ajeitou o sindicato de Inhapi com o Sindicato aqui de Delmiro Gouveia, ajeitou o povo aqui da Pedra Velha. Mas o povo não tiveram coragem [...]. Aí veio o povo de Inhapi e fizeram essa revolta, pois, esse povo da Pedra Velha só ficou seu Júlio, que era o mais velho, que ele já morreu já, [...] e ficou seu Oliveira [...], mas os outros não ficaram nenhum com medo, correram tudo com medo [...]. E o povo que ficaram aqui foi tudo que vieram de fora, [dos municípios de] Mata Grande e Inhapi, dessa região aí [...]. Daqui de Delmiro só ficou umas duas pessoas [famílias] [...] ²⁶².

Portanto, fica evidente que as histórias das trajetórias de vidas do campesinato assentado no assentamento Peba dão concretude às palavras de Martins (2003): é uma fração da sociedade brasileira que enfrenta cotidianamente o descarte social em uma formação territorial, onde a propriedade privada capitalista da terra é a âncora estrutural para a produção e reprodução do capital. Nesse bojo, o campesinato vivencia um duplo movimento contraditório: de um lado, ele é criado e recriado pelo capital; de outro, sofre o descarte através de tentativas de expulsão e expropriação de forma combinada quando não tem mais serventia para aquele, nos termos de Martins (1991).

Por isso, como acertadamente registrou Harvey (2018), a luta pelo enraizamento em um lugar é uma virtude para muitos sujeitos. Definitivamente, com base no autor, a resistência local do campesinato aos poderes disruptivos, vinculados à acumulação infundável do capital, é uma importante frente de luta anticapitalista. O assentamento rural representa para o campesinato assentado um anseio e a busca por relações sociais e relações com a natureza não alienadas, podemos assim dizer. Portanto, desprezar os processos de construção desse lugar como um caminho para construir uma vida melhor, como fazem milhares de camponeses e camponesas Sem Terra, é um equívoco em nossa avaliação. Ainda com base em Harvey (2018), acreditamos que a relação dialética entre espaço e lugar, materializando o território, é central para

262 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

se compreender os aspectos construtivos e destrutivos do movimento do capital no espaço e no tempo.

A transformação de acampamento em assentamento, consequentemente, do campesinato sem-terra para campesinato assentado, longe está de ser um processo harmonioso e garantidor da existência social enquanto camponeses e camponesas. O campesinato no assentamento Peba, agora assentado, foi forjando outros processos de resistência para existir na nova condição social, romper outras cercas, em face da precariedade material vivenciada na nova condição, para permanecer na terra, visando a construir o território com base em seu modo de vida. A luta é pelo enraizamento na nova condição recriada a partir do acesso à terra em um contexto político e social marcado pela contrarreforma agrária.

No caso específico do assentamento Peba, temos dois agravantes para aumentar as dificuldades: de um lado, foi a primeira experiência do MST no estado de Alagoas, um recém-nascido movimento social que engatinhava e buscava fortalecer seus passos na região Nordeste; de outro, se tratava do primeiro processo de luta pela reforma agrária nesse estado de maneira geral. Até então, o campesinato alagoano não havia rompido as cercas do latifúndio via ocupação de terras e acampamento. A forma alienada, carregada de uma ideologia discriminatória e depreciativa com relação à luta e aos sujeitos envolvidos, como ampla parte da sociedade sertaneja compreendia, foi um dos primeiros entraves enfrentados pelas famílias assentadas.

Os povo de fora que não gostava de lutar chamava nós de ladrão: “isso é uns invasor de terra” [...]. Se nós fosse na rua com a roupa do Movimento [MST], eles matavam nós: um caba, assim, um empresário, um dono de terra, latifundiário, eles matavam o caba na hora. Agora não, que você anda com a roupa do MST, com o chapéu do MST na cabeça por todo canto aí tem isso não, mas naquele tempo se andasse, se soubesse que era do Movimento, o caba não andava sozinho não, morria na hora²⁶³.

263 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

As expressões “ladrão de terra” e “invasor”, como forma de leitura alienada da sociedade acerca do campesinato em luta para entrar na terra da fazenda Peba e, posteriormente, na construção do assentamento, bem como o medo da violência e da discriminação, estão presentes nos depoimentos colhidos junto às famílias de forma geral. Carter e Carvalho (2010, p. 303) ressaltam que a luta pela terra, via bandeira da reforma agrária, deve levar em conta o contexto político marcado por forças, fraquezas, avanços e limitações do MST. “A longa permanência e sofisticação alcançadas pelo Movimento devem ser entendidas como parte deste processo”.

Hoje, apesar de na mídia hegemônica e em parte considerável da sociedade, alimentada por aquela, predominar uma visão alienada da luta pela reforma agrária e sobre o MST, a realidade é bem diferente da do início dos anos 1990. Essas mudanças positivas, sem sombra de dúvidas, são conquistas da sofisticação, organização e permanência das ações do Movimento em diversas escalas, da nacional à internacional, de que falam aqueles autores. A realidade diferente aludida, reside em que pelas ruas, feiras livres, nos comércios e mesmo em eventos, por exemplo, em parcerias com docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Campus Sertão) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL/Campus Piranhas), enfim, no cotidiano da sociedade sertaneja alagoana, sempre encontramos homens e mulheres, crianças e idosos com camisas e bonés do MST. Não obstante, reforçamos que, na sociedade alagoana de forma geral, ainda predomina um ranço da leitura que Lindoso (1983) denominou de “gráfica-ideológica”, ou seja, uma ideologia a serviço da dominação tradicional fundiária das oligarquias rentistas, resquício do passado escravagista e da sacralização da propriedade privada capitalista da terra.

Assim, o campesinato assentado em geral, não sendo diferente as famílias do assentamento Peba, teve que lutar contra uma visão social de mundo ideológica, nos termos de Lowy (2007), que imperava/impera na sociedade brasileira. Uma representação social fruto, na verdade, de uma espécie de “amnésia social” (MOTTA e ZARTH, 2008; WAN-

DERLEY, 2014). Conforme esses autores, nesse tipo de representação o campesinato sempre foi visto como um resíduo histórico; como homens e mulheres do campo na condição de indivíduos passivos, que não tinham reconhecida a sua contribuição camponesa para a sociedade em geral, ou seja, historicamente, foram tratados com preconceito, discriminação e violência.

Contra essa representação e, assim, construindo contra ela uma visão social de mundo utópica, como defende Lowy (2007), um traço comum das lutas sociais do campesinato brasileiro ao longo da história, como nos ensinam Motta e Zarth (2008), seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, prevaleceu no caso aqui analisado: foram e ainda são lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. O desenrolar da construção do assentamento Peba nesses trinta e um anos, tendo como parâmetro a ocupação em 1987, é marcado pela resistência na busca desse protagonismo do seu próprio devir. As faces da contrarreforma agrária impostas pelas forças contrárias ao próprio campesinato, como qualquer tentativa de implementar uma democratização do acesso à terra, posse e uso desta, atuaram implacavelmente, dificultando e mesmo inviabilizando esse protagonismo. Uma das dimensões dessa atuação se materializou em condições precárias que são proporcionadas pelo Estado e pelos governos nas três esferas (municipal, estadual e federal) para as famílias assentadas.

Assim, se o campesinato assentado já tem uma origem a partir de descartes sociais, a sua vida na nova condição de assentados não será uma solução dessa situação original em sua totalidade. Nesse bojo, como observaram Motta e Zarth (2008, p. 13), o campesinato brasileiro ao longo da história construiu “[...] em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo”.

Dessa forma, nas análises sobre o campesinato assentado e os assentamentos rurais no espaço agrário nordestino, não devemos esquecer

que: “foram construídos assentamentos em áreas de terras [...] no semiárido, cuja possibilidade efetiva de produção depende de irrigação, prática cujo alcance situa-se entre o remoto e o inalcançável” (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 299). Essa assertiva ganha força em nosso estudo, pois a ausência da solução da questão hídrica, notadamente para fins de irrigação do assentamento Peba, é marcante ao longo dos anos. Nesse sentido, apesar de estar a alguns quilômetros apenas do Rio São Francisco, o remoto e o inalcançável acesso à água aludido foi o que prevaleceu na trajetória das famílias assentadas e na constituição do assentamento Peba até o momento. Na época da criação do assentamento, o Estado, através do ITERAL, concentrou energia apenas para construir um simples “*chafariz para lavar pano*” com banheiro coletivo, como destacou o assentado. Atualmente, a infraestrutura está sendo aproveitada para a construção de uma igreja para a comunidade, conforme a figura 6.

Figura 6 – Assentamento Peba – Construção de igreja no local onde existiam o chafariz e banheiro coletivo.



Foto: Autor, Trabalho de campo, jun/2017.

No imóvel há um açude de pequeno porte que não acumula grande volume hídrico, aliás, fica localizado na área de reserva legal do assentamento. Quando fizemos uma visita de campo, encontramos o açude praticamente seco (Ver figura 7). No tocante à questão hídrica, a realidade

é que as famílias assentadas no assentamento Peba, até hoje, estão sem água para produzir. Dessa forma, as atividades agropecuárias são desenvolvidas no sistema que se denominou de agricultura de sequeiro, ou seja, à espera sempre da época de precipitações e que estas sejam regulares. É mister ressaltar que o problema de acesso à água nos assentamentos rurais do Sertão alagoano é estrutural em boa parte deles, inclusive até mesmo para o abastecimento humano. Muitos depoimentos de assentados e lideranças do MST atestam essa realidade. Por exemplo, uma liderança do Movimento no Sertão descreve essa problemática, aliadas a outras como saúde, educação e renda, como algo crucial para os assentamentos:

[...] se você pegar, o Canal do Sertão está a todo vapor, já tem mais de oitenta quilômetros de água. Não tem uma política de nenhum tipo, nem do governo federal, nem estadual, nem local. Tem assentamento que não tem água: tem assentamento que até o carro pipa é obrigado fazer ocupação mais uma vez; é obrigado nós ocupar a secretaria pra ter o carro pipa. Então, isso é uma dificuldade enorme. Eu acho que pra nós é capenga. A gente vem numa luta desde 2011/2012 né, que todas nossas pautas têm lá a briga por água, seja do Canal do Sertão, seja a CASAL, de onde for, mas tem a briga por água. Hoje, nós temos em alguns assentamentos que já tem água graças à luta, os enfrentamentos e as ocupações, mas é uma dificuldade grande²⁶⁴.

Figura 7 – Assentamento Peba –Açude de pequeno porte construído na área de reserva legal.



Foto: Autor, Trabalho de campo, jun/2017.

264 Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Prosseguindo, a realidade histórica mostra que, com a entrega das moradias do assentamento Pebá, após um longo percurso como vimos, inicia-se um outro processo para as famílias: um movimento pela sobrevivência como forma de garantir a existência social na nova condição de campesinato assentado e, portanto, na busca por enraizar-se na fração territorial e construir a comunidade, um desafio diário permeado por grandes dificuldades. Se a terra foi conquistada a duras penas pelas famílias, o acesso à água, bem comum essencial à vida e à produção agropecuária, especialmente, no semiárido nordestino, depois de três décadas ainda é negado no assentamento Pebá. Recordemos as palavras de um assentado, ao falar das famílias que não ficaram assentadas no assentamento Pebá e foram para o município de Jacuípe, localizado na mesorregião Leste alagoano, com melhores condições edafoclimáticas: *“Quem foi pra lá tá tudo rico hoje em dia, quem ficou aqui no Pebá tá tudo pobre. Aqui não tem água, não tem nada pra nós trabalhar, sofrimento danado”*²⁶⁵. Esse mesmo assentado, narra a historicidade do problema da negação ao acesso à água para irrigação, demonstrando que este ainda aflige a vida das famílias até hoje.

Aqui tem água encanada. Nós carregávamos água [...], quando foi em [...] [19]93 fizeram o assentamento todinho. Quando nós pegamos as casas já no ano 93, bem dizer, fizeram a rede d'água e botaram energia nas casas, ficou mais mior. Aí ficou com água nas casas, mas água pra trabalhar aqui é um luxo. Num tem água pra trabalhar não. Inventaram um negócio de uns poços pra todos os assentamentos ganhar um poço: aqui no Pebá ninguém ganhou um poço. Eu ando por todo canto mais esse povo aí [MST], nunca eles quer ajudar ninguém aqui no Pebá, só querem ajudar o povo todinho de fora, mas não ajuda nós. Aqui nós estamos abandonado²⁶⁶.

Notemos que a problemática em tela faz emergir não apenas o sofrimento penoso das famílias, fruto da precariedade vivenciada, mas repercute na forma de análise política. Nesse sentido, duas expressões na narrativa é importante destacar, pois materializam o sentimento de

265 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

266 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

como está a relação do campesinato assentado com o Estado e os governos, de um lado, quando diz: *“aqui nós estamos abandonado”* e, de outro, com o próprio Movimento: *“Eu ando por todo canto mais esse povo aí [MST], nunca eles quer ajudar ninguém aqui no Peba”*. Abordaremos essa questão política com relação ao Movimento mais à frente.

Importante salientar que algumas famílias buscam estratégias de resistência para enfrentar essas e outras situações que lhes impõem uma vida precarizada, de abandono. Recentemente, o assentado Expedito, presidente da associação do assentamento Peba, conquistou uma eficaz tecnologia de convivência com o semiárido: uma cisterna calçadão como alternativa para mitigar a problemática do acesso à água para fins de irrigação. Falamos mitigar, pois, no período de meses de estiagem, característico das condições climáticas do semiárido, a problemática continua. Comprar “carradas” e “carradas” d’água de carro pipa para abastecer a cisterna é oneroso para a famílias, explica ele. Mas, nos meses de precipitações, sendo estas regulares em bons invernos, a referida tecnologia proporcionará armazenamento de 52 mil litros de água através de um calçadão de cerca de 200 m². A conquista foi por meio do Programa de Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) via a Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS).

Estivemos, entre outros, em dois momentos no lote do assentado Expedito: um, em meados de 2017, período de chuvas no Sertão alagoano, a roça estava plantada como podemos observar na figura 8: feijão e milho. Em outra oportunidade, justamente no dia da construção da cisterna calçadão conquistada por ele, no ano de 2018. Mais de uma dezena de pessoas, entre eles parentes e contratados – pedreiros – em um grande trabalho de mutirão. Encontramos o assentado com uma carroça com um recipiente (tambor de 200 litros) transportando água da agrovila para o lote. Idas e vindas em um trabalho sob o sol escaldante, mas realizado com muita esperança por esse camponês decidido a resistir e a romper a dificuldade. Retornamos em outra oportunidade e fomos visitar o lote novamente: o desafio havia sido concluído e a

resistência camponesa se materializou no território com a cisterna calçada. Mais uma vez debaixo do sol forte, em face da terra seca e da roça camponesa inexistente ante a estiagem, diferentemente da exuberância que é o pomar em época de boas precipitações – o senhor Expedito fala com esperança sobre a conquista, pedindo-nos um registro fotográfico tamanha era a felicidade (ver figura 9).

Figura 8 – Assentamento Peba - Roça camponesa no lote do assentado Expedito



Foto: Autor, Trabalho de campo, jun/2017.

Figura 9 – Assentamento Peba - Cisterna calçada no lote do assentado Expedito.



Foto: Autor, Trabalho de campo, out/2018.

A cisterna fora uma conquista de fato e o assentado com muita alegria, apesar dos desafios para construí-la pela escassez de água no lote e o baixo orçamento disponibilizado para os materiais, relatados por ele, fala que irrigará sua produção de alimentos com a chuva que cair no Sertão em bons invernos, “com a benção de Deus”: fruteiras, culturas forrageiras (capim) para o rebanho, hortaliças, feijão, milho e plantas medicinais, além de garantir água para o rebanho e o calçadão ainda servir para a secagem de alguns grãos (feijão e milho). Essa produção já vimos com a agricultura de sequeiro no lote do assentado, agora com a tecnologia social, será bem mais fácil. Como diz a filosofia da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é “estocar nos tempos de fartura para ter nos tempos de escassez. Essa máxima se aplica perfeitamente no Semiárido”, pois “ter água significa segurança hídrica e também segurança alimentar e nutricional, porque a água da chuva armazenada serve igualmente para produzir alimentos e sementes”²⁶⁷.

A conquista, apesar de ser de uma única família, pois das oito famílias assentadas apenas a de Expedito foi contemplada, demonstra que muito ainda há de se avançar para a solução definitiva do problema de acesso à água no assentamento Pebá. Esse roteiro aqui analisado, comprova que, conforme antecipou Marx (2017) no debate da renda da terra e que deve ser adaptada para as condições objetivas do campo brasileiro, a questão da água deve ser entrelaçada ao debate da terra, ou seja, uma política efetiva de reforma agrária deve sanar essas duas questões umbilicalmente ligadas, que na verdade se fundem em uma só: o debate da apropriação privada capitalista dos bens comuns naturais – água, terra, fauna, flora, vento, entre outros.

É importante salientarmos mais uma vez que a origem do assentamento Pebá foi produto de uma intensa luta social camponesa contra o latifúndio. O campesinato hoje assentado no que foi a fazenda Pebá enfrentou algumas formas de violência – psicológica, fome, sede, preconceito – e, essencialmente, privações de direitos básicos durante

267 Cf.: **Ações - P1+2**. Disponível em: <http://asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 18 nov. 2018.

o acampamento e que continuaram ao longo da construção do assentamento, mantendo-se até hoje. A questão da água é uma das muitas situações que materializam a negação de direitos básicos a essa parcela da sociedade brasileira.

Um assentamento fruto do protagonismo de cerca de 75 famílias camponesas que ocuparam e acamparam, mas que tiveram que passar por um processo tenso de escolha para saber quem seria assentado. Isso ocorreu devido ao ITERAL ter obtido apenas uma fração, isto é, parte reduzida do imóvel rural, ante a estratégia do proprietário de não vender todo o imóvel. Notem como as forças da contrarreforma vão conseguindo estrategicamente, pelo poder que têm junto ao Estado, encontrar caminhos por dentro da luta camponesa. Oficialmente, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SIPRA/INCRA, 2017) estão registrados 110 hectares como a área do assentamento Pebá. Os relatos apontam que o imóvel rural tinha uma área bem maior, inclusive que a única agrovila não foi construída no local do acampamento, pois este tinha sido realizado na parte do imóvel que não foi obtido pelo ITERAL.

O fato é que apenas oito famílias permaneceram no assentamento Pebá e a maioria, para conquistar a sonhada terra de trabalho, moradia e lugar para se enraizar e viver com a família, seguiu sua marcha na luta para entrar na terra em outras ocupações/acampamentos. A problemática de ter sempre mais famílias Sem Terra e menos terras – imóveis rurais – obtidas pelo Estado para assentá-las, ou seja, para a construção de novos assentamentos, é um velho problema que se renova hodiernamente. As famílias lutam juntas e unidas, ocupam e acampam, enfrentam o braço armado do Estado e das oligarquias, resistem e sobrevivem em meio à fome e à sede, mas, geralmente, apenas algumas ficam na terra conquistada.

Esse foi o caso, como tem sido de muitas famílias assentadas Brasil afora, da origem das famílias do assentamento Pebá. Como registrou um assentado: “[...] *Se as terras desse pra nós e pra quem tava lá [rendeiros], ótimo. Se não a prioridade era de Delmiro [rendeiros], quem era delmi-*

*rense [...] No final da história sobrou terra [apenas] pra [oito] famílias no Pebá [...]*²⁶⁸. O MST, no desenrolar da luta, passou a perceber que não haveria a vitória completa, ou seja, não seria obtido todo o imóvel rural. Esse processo de escolha foi tenso, decidido pelo Movimento e as próprias famílias. Isso fica evidente na resistência de um assentado, conforme depoimento abaixo, em decidir que não ia sair da fazenda Pebá conquistada. Ele não queria deixar o local de anos de luta, enfrentamentos e construção de uma identidade já com as primeiras raízes com o lugar sendo ramificadas. Interessante observar que se tratava de uma resistência não mais contra o latifundiário, mas contra o processo contrarreformista, que obriga alguns a terem que seguir a estrada novamente em busca da terra.

Mas, não foi fácil porque assim, muita gente não queria ir pro [Assentamento] Lameirão por que lá era difícil o caba pegar carro pra vim pra a feira, muitos foram pra Jacuípe lá em Maceió. Eu mesmo não fui pra o Lameirão não, que era pra ir por Lameirão, eu fiquei no Pebá, fiquei lá em cima, onde nós fiquemos acampado. Fiquei lá em cima mais Luís Valério. Esse Clóvis [proprietário] veio botar a polícia em cima da gente. Luiz Valério correu daqui [...]. Eu não, fiquei lá teimando. Eu [pensei]: eu daqui só saio morto, mas eu lutei aqui no Pebá, daqui eu não saio não. Fiquei lutando lá sozinho. Povo daqui no Pebá, ficaram oito famílias aqui, eu fiquei lá sozinho. [...] aí depois saio um caba [assentado] daqui, que não quis morar aqui, que ele era de Águas Belas, [...] aí botaram no terreno dele [...]. Ainda hoje estou aqui no Pebá, trabalhando e lutando, nunca sai daqui²⁶⁹.

Salientamos também outro elemento da contrarreforma agrária, que reside em que as famílias que ficam assentadas ainda passam a viver “espremidas” devido a um processo de reprodução do minifúndio nos assentamentos rurais, não sendo diferente em Alagoas. Remetemo-nos ao tamanho dos lotes serem menores do que o módulo fiscal exigido para a manutenção básica da unidade de produção familiar. Esse pro-

268 Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

269 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

cesso tem um impacto negativo substancial para a unidade de produção camponesa: desde a questão ambiental, em ter que explorar até o limite o lote, exaurindo, muitas vezes, o solo e à questão dos filhos terem que deixar a unidade para sobreviver, aos conflitos na criação do rebanho, pois sem espaço suficiente, os animais ficam soltos na agrovila ou adentram nos lotes de outros assentados, entre tantos outros.

No Sertão alagoano, mais precisamente em Delmiro Gouveia onde se localiza o assentamento Peba, o módulo fiscal é 70 hectares. Ocorre que, quando dividimos os 188 ha pelas oito famílias assentadas, chegamos a 23,5 ha. Contabilizando a reserva legal, esse valor cairá ainda mais. Esse processo de minifundização a partir dos assentamentos rurais não ocorre apenas no Sertão alagoano, mas também no litoral, como demonstra o estudo de França (2011, p. 97), que, ao estudar o Assentamento Massangano, no município de Maragogi, trata esse tema como “bloqueio à reforma agrária”. Ao afirmar que a integração dos assentados, os quais denomina de parceiros, “[...] ao mercado capitalista é bastante deficiente”, entre outras coisas, é devido “[...] ao diminuto tamanho do lote [...]” (Idem). São lotes, segundo ele, com dimensões entre quatro e seis hectares: “insuficientes para garantir a reprodução das famílias dos trabalhadores rurais” (Ibidem, p. 93).

Essa será uma problemática estrutural em todo os assentamentos rurais da pesquisa. Assim, o processo de minifundização se materializa também nos casos de construção dos assentamentos oriundos da luta levada a cabo pelos movimentos sociais, ao reproduzir o minifúndio no campo. Aliado a isso, há uma manutenção intacta da estrutura fundiária concentrada, ou seja, do latifúndio. Assim, minifúndio e latifúndio são faces de uma mesma moeda no campo brasileiro. Essa conclusão não diminui e não desmerece a luta e as conquistas dos movimentos sociais do campo. São conclusões que são pontos de partida para pensarmos os desafios para a realização efetiva da reforma agrária no país nos próximos anos.

A pressão sobre os bens comuns naturais oriunda do tamanho reduzido do lote à disposição da unidade de produção familiar e a negação de água para fins produtivos fazem o campesinato assentado construir resistências, não há como não ser assim. O manejo da caatinga, notadamente

do acesso a esta e da retirada de madeira, é um mecanismo estratégico para a resistência camponesa em tempos de extrema precariedade: a fome que assolava as famílias assentadas nos primeiros anos do assentamento.

Ainda teve muita dificuldade né? Porque a gente tinha que derrubar madeira pra trocar por comida, porque quem comprava [a madeira] não tinha nem o dinheiro, trazia a comida e trocava com a gente. Eu roçando mais meus filhos e meu esposo derrubando madeira pra sobreviver. Aí depois, foi que Deus iluminou nossa vida, porque sempre ele ilumina nossa vida: eu arrumei um trabalho aí foi melhorando mais. [Deputado Federal] Paulão sempre ajudou a gente. Que até hoje eu agradeço a Deus e a ele também²⁷⁰.

A passagem acima, de uma assentada, expressa uma relação não capitalista baseada na troca entre as famílias assentadas, os que retiravam a madeira e os que a adquiriam. Nesse caso, essa relação não era alimentada pela loucura da razão econômica capitalista, como aborda Harvey (2018), pelo menos do lado do campesinato assentado. Tratava-se de mais uma entre inúmeras formas de resistência camponesa assumidas pelas famílias assentadas para permanecer na terra.

Esse debate, que muitas vezes é enclausurado apenas no âmbito ambiental, penalizando a ação do campesinato assentado sob o amparo da crítica ao desmatamento, na verdade, conforme sinaliza Wanderley (2014, p. 25), são essas “[...] estratégias fundiárias, produtivas e familiares que favoreceram, no Brasil, a ocupação de espaços precários e provisórios ou a criação efetiva de comunidades camponesas com maior perenidade”. Para compreender essa estratégia de resistência camponesa, nesse sentido, é preciso um redirecionamento do ângulo e da lógica de análise, saindo da esfera apenas ecológica e adentrando no interesse político dos sujeitos envolvidos, portanto, na esfera socioambiental e não apenas ambiental, como defendeu Pereira (2006).

270 Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Continuando, ainda no depoimento da assentada acima, temos a questão da religiosidade influenciando o modo de vida do campesinato assentado, marcadamente pelo catolicismo. É evidente a força da religiosidade na formação do *ethos* dessa fração da classe camponesa, quando a depoente diz: “*que Deus iluminou nossa vida, porque sempre ele ilumina nossa vida*”, como forma de justificar o emprego, nesse caso, um trabalho acessório em uma unidade escolar do próprio assentamento, bem como fica evidente quando expressa “*que até hoje eu agradeço a Deus*”. As palavras não são meramente um uso de linguagem despretensiosa, mas sim a representação da sua crença e na forma como acredita ser a dinâmica da vida. Dito de outra forma, o modo de vida do campesinato assentado no Sertão alagoano possui na religiosidade um ponto estrutural, na organização das relações sociais e do próprio cotidiano na comunidade. As resistências camponesas ganham força nos valores religiosos também.

A leitura de Moura (1988) é basilar, quando afirma que o campesinato, nos processos existenciais, possui concepções e práticas que buscam prevalecer sobre as práticas e regras oriundas da sociedade que o envolve e domina, sendo isso válido para suas concepções religiosas. Essa autora destaca que o envolvimento do campesinato diretamente com as pressões da sociedade e com os elementos da natureza, o faz se dirigir à divindade no cotidiano da vida sem a mediação da Igreja oficial, dispensando, assim, seus agentes especializados (padres, pastores etc.). Estivemos no lote de seu Expedito em momento de bom inverno, onde a fartura da colheita estava garantida, com um plantio vigoroso de feijão e milho. Em pontos estratégicos do plantio estavam três cruzeiros, segundo ele, para proteger a lavoura contra o ataque de lagartas que pudessem prejudicar a safra.

O principal nesse debate, em nossa ótica, é que a religiosidade foi/é um alimento para a luta pela reforma agrária, pelo acesso à terra. A leitura das escrituras bíblicas alimenta o pensamento de uma “terra sem males”. É nesse sentido que a religiosidade contribui para a resistência camponesa em busca de entrar e permanecer na terra. Um assentado, perguntado sobre como avalia sua vida, antes e depois do assentamento Peba, mesmo tendo vivenciado todas as dificuldades e ainda sofrendo

com a precariedade das condições objetivas de vida, é taxativo ao ligar a importância da luta pela terra ao agradecimento à divindade – Deus – pela conquista de uma situação social melhor:

O que avalio hoje, eu digo a todo mundo, que não tiver luta pela terra que lute pela terra. Porque a terra, eu mesmo já morei na terra dos outros, já fui morador em terras dos outros, já sofri, já passei fome em terra dos outros e hoje tenho minha terra pra trabalhar. Tou com trinta e poucos anos aqui no Peba, tenho minha terra pra eu trabaiaar, tem pra eu criar, pra fazer tudo na minha terra. Aí eu dou conselho a todo mundo, que trabalhe e lute pela terra, pegue sua terra da reforma agrária e não venda, fique com ela, que se vender vai perder, só vai lucrar quem comprou, quem vendeu vai perder. Porque eu tou aqui [...] e num prefiro sair nunca daqui do Peba. Porque eu gosto do Peba. Tou aqui sofrendo, sofrendo porque não vem projeto pra nós, mas eu, graças a Deus, tou bem satisfeito aqui no Peba. Moro pertinho da rua de Delmiro Gouveia. Tou bem satisfeito²⁷¹.

O final dessa fala se remete a uma especificidade do assentamento Peba em relação aos outros quatro assentamentos dessa pesquisa e, acreditamos, em comparação à maioria dos assentamentos rurais em Alagoas. Se nos anos 1980, quando nasceu, o assentamento era uma parte da zona rural do município de Delmiro Gouveia, atualmente, com o avanço do perímetro urbano, o povoado Peba, como é conhecida a comunidade onde se localiza o assentamento, está praticamente sendo alcançada pelo urbano. A única agrovila do assentamento passou a conviver com algumas dezenas de outros moradores do povoado. Em alguns anos, com certeza, todo o povoado estará interligado e transformado em um bairro da cidade. Ou seja, a cidade nos últimos anos tem avançado no entorno do povoado. Da agrovila do assentamento para o centro da cidade, é algo em torno de 3 km apenas. Uma liderança do MST afirma que

[...] uma das coisas que a gente tá vendo como dificuldade do Peba é porque o Peba tá deixando de ser assentamento pra se tornar um perímetro urbano. Se você for olhar Delmiro

271 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Gouveia está chegando quase todo dentro do Peba né. [...] o próprio Padre Eraldo, chegou ontem a nós, e disse bem assim: “eu acho que o Peba tinha que ser perímetro urbano”. Nós: “não, assentamento nosso é assentamento nosso”. Então, assim, mas tem essa grande dificuldade. Daqui uns dias Delmiro Gouveia e Peba vai ser uma cidade só e vai deixar de existir o primeiro assentamento. A gente fica triste, a gente luta, como é o primeiro assentamento no estado, a gente queria que o assentamento continuasse lá sempre como assentamento. Mas a gente tá vendo que daqui uns dias Peba não vai existir como assentamento e sim um bairro de Delmiro Gouveia²⁷².

Não é exagero afirmar que é difícil perceber, na paisagem do povoado Peba em sua totalidade, o que seria o perímetro ou os limites territoriais do próprio assentamento Peba. Esse debate, conforme o depoimento da liderança, já chegou ao poder público municipal, no caso, ao prefeito Eraldo Joaquim Cordeiro, do município de Delmiro Gouveia, e hoje uma liderança política que tem divergências e não apoia as ações do Movimento naquele município. A mesma liderança do MST destaca que, no governo municipal anterior do prefeito Luiz Carlos Costa, havia um projeto de anel viário a ser construído e que abrangia uma parte das terras do assentamento. Foi necessário travar uma luta para impedir a obra. Ela conclui: preocupa-se com toda essa realidade:

[...] daqui um tempo ali, o que vai ter, a gente já imagina isso: droga, cachaçada, tudo que não tem. Como é que os netos, aquelas crianças mais novas, elas não vão saber o que é o MST, nem a história do MST, elas já vão nascer num perímetro urbano da cidade [...]”, assim, “[...] vai ser um pedaço da nossa história, do MST de Alagoas, que vai ficar, acho, que só o meio e o fim, e o começo que foi a história do Peba nós não vai ter²⁷³.

Aliás, nessa discussão, está outra característica do total abandono do Estado para com os assentamentos rurais em Alagoas. Em visita ao ITERAL e ao INCRA, em busca de documentos e informações sobre o assentamento em questão, constatamos que nenhum dos dois órgãos

272 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

273 Idem.

tinham os dados cartográficos e muito menos mapas impressos da comunidade. Dessa forma, tomamos a iniciativa de, com a contribuição de um profissional, com o auxílio de um GPS e o acompanhamento de uma liderança assentada, marcamos coordenadas e construímos um mapa. E, o que é mais grave, na construção do mapa, chegamos ao resultado de que o assentamento Peba possui 188 ha em números redondos e não 110 como consta oficialmente no SIPRA/INCRA (2017a).

O papel contrarreformista do Estado, especificamente na ação do INCRA, ou melhor, na ausência do órgão oficial em acompanhar e contribuir no apoio junto às famílias assentadas, é materializado em outro grave problema, que inviabiliza as condições para a construção do território do campesinato assentado pelos próprios sujeitos e sujeitas assentadas. Remetemo-nos à questão do uso da reserva legal do assentamento com a construção de algumas moradias (ver figura 10).

Figura 10 – Assentamento Peba – Moradias construídas em área de reserva legal.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Compreendemos que esse grave problema seja em parte decorrente, como já frisamos, da proximidade do assentamento com o perímetro urbano. Segundo os assentados, trata-se de um processo de difícil solução que se arrasta por anos, devido a ser de grande potencial conflitivo.

Nesse contexto, há uma falta de ação do INCRA na fiscalização e resolução da problemática, visto que, segundo algumas famílias, o órgão tem conhecimento sobre o que vem ocorrendo. Uma liderança do MST faz uma análise afirmando que há um esquecimento do INCRA para com os assentamentos, especialmente, o Peba.

Na verdade o INCRA quase nem anda no Peba. O Peba e o Lameirão, como foram os dois primeiros assentamentos, não era o INCRA ainda que tomava de conta [...]. São dois assentamentos que é muito esquecidos pela questão do INCRA. Na verdade o INCRA já não anda em assentamento nenhum²⁷⁴.

Em consequência desse problema, temos outro: a venda de fatias de lotes por parte de alguns assentados. Uma volta pelo assentamento é possível observarmos a realização de construções, não apenas na reserva legal, mas também nas áreas de cultivos individuais, ou seja, nos lotes. O assentamento Peba tem seus lotes individualizados pelas próprias famílias, sendo a agrovila situada em um local diferente, mas próxima dali. À medida que a cidade avança, o povoado Peba cresce, há uma busca empreendida pelos novos moradores do povoado, muitas vezes, parentes das próprias famílias assentadas, pelas terras do assentamento. A especulação com o solo aumenta consideravelmente com as construções, empreendimentos, transformação de solo rural em urbano, ou seja, terras agrícolas, solo rural, que passam a ser utilizadas para múltiplos fins: moradias, pequenos comércios, chácaras, ou mesmo utilizadas para plantio agrícola e criação de animais.

Nessa esteira, a problemática de venda de lotes ou partes desses, é tratada por alguns depoentes. Trata-se de mais um problema que se arrasta há anos, portanto, que deve ser enfrentado também como condição essencial para a permanência e reprodução das famílias camponesa assentadas. Ressaltamos que, no dia em que executamos o trabalho de levantamento das coordenadas para a construção do mapa, fomos interrompidos pelo filho de um assentado, sobre os motivos para aquela nossa ação, a qual, segundo ele, não interessava para a comunidade. Aquele

274 Idem.

diálogo, para nós, demonstrou que esse é um tema conflitivo, pois envolve múltiplos interesses e relações de poder, inclusive com parentes das famílias assentadas.

Toda essa problemática são marcas territoriais que merecem um debate teórico e político. Cosme (2015) levanta a discussão sobre os processos de venda de lotes, desistências e abandonos nos assentamentos rurais, evidenciando que são, na realidade, uma dinâmica de expulsão de parte do campesinato assentado como face da contrarreforma agrária no Brasil. Fizemos um contraponto com a análise das obras mais recentes de Martins (2003a, 2003b, 2004), a qual evidenciamos em linhas gerais a seguir. Inicialmente, é bom ter em mente que são obras fortemente marcadas por reflexões centralizadas no relacionamento entre as agências de mediações de luta pela terra, como ele denomina, principalmente, o MST e a CPT, e os governos de Fernando Henrique Cardoso. Nos posicionamentos controversos em nossa ótica, o autor apresenta uma crítica radical às ditas agências e uma avaliação extremamente branda e quase sempre positiva destes governos com relação à dita reforma agrária implementada. Indica que o problema reside naqueles, especialmente o MST e não nas ações dos governos FHC, o que não impede de se ressaltarem aqui alguns pontos relevantes sobre a discussão empreendida por ele sobre os processos supracitados.

Um dos pontos-chave defendidos pelo autor é o de que a reforma agrária não ataca o rentismo, o que é uma verdade quando se pensa nas megas indenizações pagas aos latifundiários burgueses rentistas. No caso do assentamento Peba, o proprietário também abocanhava a renda absoluta da terra com a venda de parte do imóvel, alimentando o rentismo do capitalismo brasileiro. Segundo ele, as famílias assentadas, ao alugar a terra ou ao vendê-la indevidamente, fortalecem o rentismo que caracteriza o capitalismo no Brasil, ao regenerar “[...] a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida” (MARTINS, 2003b, p. 15). Continua o autor: “na verdade, no aparentemente minúsculo ato comercial, ele recria a lógica do latifúndio dentro de si mesmo e nega aquilo que é próprio e essencial da compe-

tência e das virtudes históricas do trabalho e da classe trabalhadora” (Idem). Dessa forma, destrói, segundo ele, a própria reforma agrária e o sentido reformador.

Para o autor, os movimentos sociais e/ou organizações sociais não têm levado em conta essa realidade do rentismo, do que denomina de beneficiário da reforma agrária. No nosso entendimento, uma leitura equivocada e que está sendo desconstruída nesse momento, justamente com a luta dos movimentos sociais do campo contra o discurso do governo de emancipação do assentamento via titulação dos lotes. Os movimentos sociais afirmam que isso tem a intenção de fazer retornar ao mercado as terras dos assentamentos, assim, entendemos, alimentará mais ainda o rentismo às avessas, ou seja, do seio do campesinato assentado como defende Martins (2003b).

Afirmar o caráter rentista como alma do latifúndio que, como esse autor diz, cobra do conjunto da sociedade um tributo ao especular com a terra, é uma leitura totalmente explicativa da realidade do campo, mas afirmar que o assentado também exerce o mesmo mecanismo por dentro da lógica do latifundiário revela-se-nos um equívoco da parte dele (COSME, 2015). Na verdade, compreendemos o processo de vendas de lotes ou partes desses no contexto de precarização. As dificuldades²⁷⁵ nos assentamentos, somadas à precariedade da vida nas periferias das cidades, constroem uma dinâmica de pressão sobre a família assentada e as terras dos assentamentos. Concordamos quando Martins (2013b) fala da função desumanizadora da renda fundiária na mediação das relações sociais, mas afirmar que esse problema nos assentamentos rurais é fruto da “esquizofrenia alienante” da prática dos movimentos e organizações sociais, sem levar em conta o processo contrarreformista, não nos parece o caminho mais revelador das contradições que envolvem os assentamentos e as famílias assentadas.

275 Esta situação de pobreza em áreas de assentamentos rurais força diversas famílias a abandonarem ou a venderem os seus lotes. Ademais, a dificuldade de gerar renda para garantir a reprodução social obriga a muitas famílias se envolver em trabalhos acessórios na condição de boias-frias, mensalistas e diaristas em fazendas e usinas de produção de açúcar e álcool. Outras tantas deixam de produzir, pois arrendam suas terras a pessoas de dentro e de fora dos assentamentos, já que não tem capacidade de investir em lavouras e criação de gado (GONÇALVES, 2014, p. 06).

O próprio Martins (2003b) corrobora essa leitura ao pôr em relevo que tudo conspira contra a reforma agrária no Brasil, deixando evidente que as “incongruências do Estado” e não dos governos, e aí mais uma vez ele abranda a crítica aos desmandos dos governos FHC, levam os assentados a optarem pela venda dos lotes e/ou a desistirem destes. Nas palavras do autor: “a própria estrutura do setor público, as práticas dos bancos e das agências de financiamentos, o ritmo das providências, o excesso de burocracia, tudo conspira contra a reforma agrária. Tudo funciona para descartar o trabalhador” (Ibidem, p. 85) e complementa enfatizando que:

É possível que parte dos desistentes e dos que optam pela revenda de terras, mesmo sendo ilegal, no fundo revelem uma compreensão desse conjunto de dificuldades e estejam optando por solução mais cômoda. Uma compreensão em grande parte demarcada pela redução progressiva do tempo que subjetivamente podem tolerar como tempo necessário para o renraizamento (Ibidem, p. 86).

Uma crítica interessante aos escritos de Martins (2003b), quando este defende que o assentado na verdade é um sujeito oculto que protagoniza a reforma agrária, um sujeito permeado por contradições materializadas em uma dupla orientação social: ser ao mesmo tempo trabalhador e proprietário de terra, foi realizada por Mitidiero Jr. (2011, p. 20), ao asseverar que:

A pobreza das infraestruturas básicas oferecidas a uma pequena exploração agropecuária particularizada pela sua história de luta pela terra; a fragilidade diante do mercado; a dependência do Estado; uma certa subserviência às instituições políticas locais e as divergências internas ao movimento social parecem ampliar a noção de ambiguidade de Martins (2003). Porém, penso que o que de fato se produz não é um sujeito ambíguo, mas sim um sujeito único, que a partir da sua resistência gera também subordinação, ou através de relações subordinadas continua resistindo para se reproduzir enquanto camponês assentado.

Pode-se dizer que as contradições vivenciadas e praticadas pelo camponato assentado, na verdade, são práticas de resistência que permitem sua continuidade existencial enquanto camponês/camponesa. Por isso, a venda de partes dos lotes pelas famílias assentadas é uma forma de rentismo, pois, conforme escreveu Amin e Vergopoulos (1978, p. 84), “se a grande propriedade fundiária pode aumentar a renda, isto não quer dizer que a pequena propriedade seja desprovida de renda”, no entanto, muito diferente da lógica do latifundiário capitalista. Essa relação rentista do camponato assentado é muito mais uma resistência camponesa ante as profundas dificuldades postas pela contrarreforma agrária do que a transformação da terra, bem comum, no caráter perverso do “solo-mercadoria” dado pelo capitalismo, como atestam esses dois autores.

A realidade das famílias no assentamento Peba é de uma busca cotidiana para resistirem e, assim, se manterem na condição de camponeses e camponesas assentadas. A existência, portanto, ocorre através das contradições que, ora negam o processo metabólico do capital, ora o alimentam. Essas contradições da existência da classe camponesa no Modo de Produção Capitalista (MPC) fizeram Amin e Vergopoulos (1978, p. 194) afirmarem: “se a grande propriedade fundiária bloqueia o desenvolvimento do capitalismo no seu conjunto, a pequena propriedade facilita-o ao máximo. Por consequência, se o grande proprietário fundiário vive às expensas da sociedade, a sociedade vive às expensas do camponês e da sua família”.

Diversas pesquisas e autores têm destacado a importância da produção da agricultura de base familiar camponesa para o conjunto da sociedade brasileira. Enquanto o agronegócio produz *commodities* ao sabor dos interesses do mercado ditado pelos interesses do capital, a agricultura camponesa é responsável pela maior parte da produção de alimentos que chegam à mesa da sociedade urbana²⁷⁶. São lógicas, ou melhor, sujeitos/grupos/frações de classe com visões sociais de mundo diametralmente opostas, portanto, utópicas e ideológicas (LOWY, 2007).

276 Cf.: Mitidiero Junior, Barbosa e Hérick de Sá (2017); Wanderley (2014); Oliveira (2007).

Em meio às dificuldades, o campesinato assentado tem dado sua contribuição nessa produção alimentar da população mundial. Nos anos de quadra chuvosa regular, a produção de milho e feijão, carne e leite, melancia e jerimum, entre tantos outros produtos, diversificam as feiras livres no Sertão alagoano, algumas promovidas pelo próprio MST. Perguntado sobre as maiores dificuldades enfrentadas atualmente pelas famílias, um assentado, em meio à análise apontando os entraves que devem retirar para prosseguirem no assentamento, conclui explicitando a produção variada, fruto do policultivo de alimentos, que marca a unidade de produção familiar camponesa:

A dificuldade aqui da família do Peba é não ter projeto pra nós trabaiaar, projeto bom que ajude o agricultor. Aqui num tem projeto nenhum pra nós. **[Entrevistador: a renda das famílias vem de onde?]**: A renda das famílias é por que aqui no Peba muita gente é aposentado, vevi da aposentadoria, se o pai é aposentado ajuda a filha, ajuda o filho, é mais ou menos assim. **[Entrevistador: mas tem agricultura e criações?]**: eu mesmo produzo feijão, milho, palma, eu criei muito gado aqui no Peba, mas, eu era pra ser o cabra rico aqui no Peba. [...] Já cheguei a criar 25 rês [bovinos] boas aqui no Peba, ainda cheguei a plantar 38 tarefas [...]. [...] mas teve um negócio aí no Peba que aconteceu comigo, que até hoje estou pra descobrir, [...] se foi olho grande ou veneno que botaram no meu gado: dentro de poucos dias perdi meu gado quase todo, meu gado morria gordo, gordo liso. Tinha vaca de leite que paria, paria hoje, quando era amanhã morria [...]. Eu perdi nove rês [...].

A partir da fala do assentado, podemos invocar três questões, que para nós são fundamentais na análise sobre os assentamentos, enquanto lugares da (re)criação e enraizamento do campesinato assentado: há oportunidades disponíveis no assentamento para as famílias assentadas obterem trabalho e renda do próprio lote? Qual o papel das políticas e programas de transferência de renda do governo federal? As famílias assentadas possuem um acompanhamento permanente e correspondente a suas necessidades por uma equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural? As repostas à primeira e à segunda indagação estão registradas na

fala do assentado, ou seja, há uma carência de oportunidades para, verdadeiramente, as famílias poderem retirar o sustento e manter a unidade familiar camponesa do próprio assentamento.

Em anos bons de precipitações há boa produção agropecuária, mas, tomando por base os últimos 10 anos, com mais da metade com péssimos invernos, a situação fica totalmente insustentável, bem como no período natural sem chuvas. Uma pergunta comum aos entrevistados foi se dava para viver apenas do assentamento, isto é, obter trabalho e, conseqüentemente, renda para dar sustentabilidade à unidade familiar. Todos são categóricos em afirmar que não há a mínima condição, aliás, nunca houve oportunidades para as famílias conseguirem seu sustento apenas do lote. Nesse sentido, as aposentadorias e os programas de transferência de renda são fundamentais nesse processo de resistência e de enraizamento na comunidade. Uma assentada corrobora essa análise:

Dá não, de jeito nenhum. A pessoa que vevi nesse assentamento aqui, se não tiver um trabalho, ela não vevi. Hoje eu me sinto feliz porque tenho um trabalho, graças a Deus. E peço a Deus que todos aqui arrume um trabalho, porque, muitas vezes, meus filhos ficam mais de três meses sem trabalhar. Se não fosse o meu trabalho que ajudo sempre eles. Eu trabalho, sou funcionária pública, trabalho aí no colégio. Arrumei depois que eu cheguei aqui parece que foi em [19]97. Mas, muita gente aqui não tem, aí pra sobreviver: como vai sobreviver? Sem não tem um trabalho fixo. Quem tem posso dizer que vevi feliz²⁷⁷.

No caso da depoente, cuja unidade familiar apresenta uma realidade bem particular, o diferencial foi um emprego público como funcionária da escola do assentamento. Fato, reconhecido por ela própria, que deu tranquilidade para o enraizamento na condição de camponesa assentada. Vale destacar, uma mulher, viúva, que com muita luta teve que dar conta da família, do emprego e das condições de ser assentada exigidas pelo INCRA, como, por exemplo, produzir no lote. Essa é uma condição particular, porque a maioria das famílias assentadas não tem

277 Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

essa oportunidade, ou seja, a maioria não possui uma renda fixa, a não ser a aposentadoria e o bolsa família quando é contemplada. A renda é, portanto, algo bastante sazonal na vida do camponato assentado no assentamento Peba. Está condicionada às condições e aos processos naturais, ou seja, anos bons de chuva são garantia de boa colheita, assim, uma renda durante alguns meses. Longos anos de seca, a exemplo dos últimos anos, tudo volta ao início. Essa é a dinâmica da recriação camponesa, ou melhor, da resistência camponesa nos assentamentos rurais no semiárido. Existe na comunidade Peba a resistência com relação à busca em produzir em meio às adversidades aludidas. Essa mesma assentada, ao ser indagada sobre se a família ainda desenvolve alguma atividade produtiva no lote, responde:

Eu mesmo não, porque não posso mais, sou uma mulher doente. Estou só esperando os sessenta anos para me aposentar. Mas meus filhos trabalham. Só não trabalha porque não tem [inverno], esse ano mesmo ninguém trabalhou, mas quando tem inverno eles trabalham. **[Entrevistador: planta o quê?]:** planta milho e feijão que é o básico daqui. **[Entrevistador: tem rebanho?]:** Já teve criar de gado, mas não dá mais. A gente tem umas ovelhinhas aí, assim mesmo no sufoco, comprando milho de cinquenta e sete reais o saco, pra gente não desistir. Porque eu crio por amor né, por que não recompensa. Mas eu gosto de criar. Aí não posso desfazer das ovelhinhas que tenho por causa disso. A gente divide o salário com os bichos²⁷⁸.

O que fica evidente, ao analisarmos os relatos, é um diversificado e constante processo, ou melhor, múltiplos processos de resistência camponesa na busca de alternativas que garantam a permanência no assentamento e, assim, de reafirmação cotidiana da sua condição de camponato assentado. Feliciano (2006, p. 113), ao analisar o que intitulou de “‘assentamento rural’: a geografia da unidade camponesa”, afirmou: “o assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um processo contínuo”.

278 Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

nuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social”. Outro assentado, que era criança – filho de assentado – no momento da ocupação e veio a ocupar a vaga de uma família que deixou a comunidade, perguntado sobre se dá para viver do lote e como fez até hoje para permanecer no assentamento, fortalece essa linha de reflexão que assumimos:

Dá não. Porque não dá mesmo. Porque não tem como criar. O governo não tá mandando irrigação pro cara plantar. Se o cara botar uma água no quintal, alguém vem, denuncia e o cara perde a água, corta água e o cara fica rodado. Aí o cara tem que sair pra fora para ganhar dinheiro senão a família morre de fome. **[Entrevistador: você já foi trabalhar fora?]**: Muito fora não. Mais longe foi Pernambuco. Eu lá eu era ajudante mesmo, trabalhava no asfalto, construção, [...] trabalhei uns dois anos [...]. **[Entrevistador: e hoje como você faz para sobreviver?]**: a mesma coisa: só que agora eu estou trabalhando aqui na cidade [Delmiro Gouveia] de ajudante. Só que na minha carteira eu sou encanador. Trabalhei dois anos e quatro meses na OAS no canal [do Sertão]. Sai porque a OAS terminou lá o túnel e demitiu um bocado de gente. E agora eu tou trabalhando na cidade de ajudante²⁷⁹.

Trata-se de uma trajetória de vida materializada em diversas experiências sazonais de assalariamento, mas sem deixar a condição de camponês assentado. Kautsky (1986 [1898], p. 149), há muito tempo já havia destacado a importância do que denominou de trabalho acessório na dinâmica cotidiana do campesinato: “o pequeno lavrador dispõe, de fato, de tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certos períodos do ano”. Seguindo a mesma linha, Oliveira (2001a, p. 57), caracteriza o trabalhado acessório como um elemento constante da unidade de produção camponesa: “através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades”.

279 Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

É a resistência travada pela família camponesa assentada, que cede constantemente um ou mais membros da unidade familiar, nesse caso geralmente o marido, para trabalhar fora, como forma de suprir a carência produto da precarização na qual vivem. O próprio Tavares dos Santos (1978 apud OLIVEIRA, 2001a, p. 57) é esclarecedor ao dizer que os camponeses “não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa [...]”. Pela proximidade do núcleo urbano do município de Delmiro Gouveia, os assentados do assentamento Peba, ao invés de trabalharem como diaristas em propriedades rurais vizinhas, optam pelo trabalho acessório de ajudantes de pedreiro (serventes), encanadores, entre outros.

Prosseguindo, a questão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um tema bastante instigante pela sua importância para a construção do assentamento, em nosso ponto de vista. Em tese, seria o extensionista que faria a ponte entre as famílias assentadas e a sociedade externa. Afirmamos “em tese”, pois essa realidade ainda é uma utopia a ser conquistada pela luta. A experiência e conhecimento que temos do agronegócio nordestino, com seus aparatos técnicos de irrigação, adubação química e pulverização com agrotóxicos, enfim, toda a estrutura tecnológica se assenta na condição, proporcionada pelo Estado, de acesso aos profissionais de diversas áreas, entre eles, os de ATER. Na maioria das vezes, são agrônomos, veterinários, técnicos, tecnólogos formados com recursos públicos – em Universidades e Institutos Federais – e direcionados desde a graduação, com seus estágios, passando pelos cursos de mestrado e doutorado, com suas pesquisas desenvolvidas dentro das grandes empresas do agronegócio irrigado por exemplo, nacionais e transnacionais, e nas usinas de cana-de-açúcar. Sem esse apoio estatal, seja com recursos financeiros volumosos do Plano Agrícola e Pecuário, seja com a formação de mão-de-obra qualificada à disposição do agronegócio, esse modelo agrário/agrícola, se não chegasse ao colapso, teria grandes dificuldades para sobreviver.

O campesinato de forma geral, porém, e, no caso aqui, a fração assentada, se recria e permanece sem ATER e todo esse apoio do Esta-

do dado à classe burguesa proprietária de terra. A sociedade, em boa medida, cobra mais e mais das famílias assentadas produção e produtividade agropecuária, sem levar em conta essa realidade profundamente desigual. Desde o início de 2017, os serviços de ATER para os assentamentos rurais federais estão paralisados em Alagoas. O Estado brasileiro vem descumprindo a lei que ele mesmo criou, um dos poucos avanços importantes nos governos de Lula da Silva para o campesinato.

Não obstante, mesmo no período em que a equipe multidisciplinar de profissionais estava acompanhando o assentamento, as críticas das famílias durante as conversas e entrevistas foram intensas. Críticas não aos profissionais, mas ao modelo de ATER implementado pelo INCRA, descontextualizado da realidade das famílias, realizados os serviços de forma pontual e com metas engessadas planejadas de cima para baixo, sem ouvir os reais interessados: os camponeses e camponesas assentadas. Uma liderança do MST e assentada assim avalia a problemática envolvendo uma ATER, que ela mesma denomina de paliativo nos anos do PT e que piorou a partir do governo Temer:

[...] a assistência técnica nós tínhamos uma que não chamamos de assistência técnica. Nós chamamos de paliativo. Pra mim que sou agricultor eu não considero a assistência técnica do INCRA uma assistência técnica [...]. Eles fazem um monte de atextos que atrapalha né. Porque a assistência técnica que eu quero é que o técnico venha me orientar, venha poder dizer como que eu posso melhorar na minha terra. Mas o INCRA cria um tanto de atextos [...], produzir ações, números, para o INCRA o que serve é isso. [...] pra nós o que serve é que tenha capacitação, a visita técnica, pelos menos três vezes ao mês né, por que aí você pode ter o acompanhamento técnico. Teve aí uma assistência técnica do governo federal, através do INCRA, e que nós fomos pra dentro, pra puder dizer: não, pelo menos tinha que ser do nosso jeito, porque nós temos técnicos agrônomos que são filhos de assentados, são assentados, que foram pra dentro pra dizer que tinha que ser diferente. Infelizmente, agora está suspenso pelo governo federal, [...] desde quando Temer entrou no governo, que suspendeu. Já era ruim e agora ficou pior [...]²⁸⁰.

280 Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Outra assentada e liderança do MST, profissional que integrava a equipe multidisciplinar de ATER do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, uma das empresas responsáveis pela assistência às famílias assentadas no estado de Alagoas, faz uma avaliação enaltecendo a qualidade dos profissionais: o ambientalista, a assistente social, o agrônomo, o técnico agrícola. O trabalho em torno da temática de gênero, com o processo de criação dos grupos de mulheres nos assentamentos, foi um dos trabalhos fundamentais dessa equipe, segundo a entrevistada. Mas a crítica ao programa de ATER em geral, pelo formato como foi organizado pelo INCRA, é estrutural na sua fala: *“Por uma parte foi boa, que a gente não precisou tá pagando um técnico, agora assim, por outra, para os assentamentos, a gente andando dentro das áreas de assentamentos, a assistência técnica num foi a assistência tão sonhada que a gente queria né”*²⁸¹.

Em síntese, os problemas da ATER oficial são caracterizados pelo engessamento dos serviços, atrasos de pagamentos das equipes de profissionais, descontinuidades dos serviços, ineficiência do INCRA no monitoramento, análise de relatórios, emissão de documentos, entre outros. Não obstante, as lideranças entrevistadas avaliam como um profundo retrocesso a paralisação dos serviços da ATER. Os créditos Fomento Mulher e do PRONAF estão paralisados há bastante tempo, por falta de profissionais para encaminhar e acompanhar essas propostas. Importante que se anote que o problema da ATER é um caso emblemático que marca a dificuldade de atuação do órgão responsável pelos assentamentos rurais federais. Podem-se ressaltar aspectos como o sucateamento do INCRA, bem como a incapacidade de efetivar uma ATER que atenda ao campesinato assentado, a ausência de profissionais em demanda numérica adequada para atender aos assentamentos. Segundo depoimento colhido junto a integrantes da atual superintendência, o INCRA AL conta com apenas 69 servidores públicos, 20 terceirizados e alguns estagiários, num total de pouco mais de 90 integrantes, muito baixo para a realização dos trabalhos de atendimento da demanda assentada.

281 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Nesse bojo, dentre as consequências negativas, as visitas de campo das equipes técnicas do órgão para acompanhamento das famílias assentadas são extremamente esporádicas. Isso fica registrado nas falas dos assentados e suas lideranças. Também após a nossa visita ao órgão, constatamos uma clara dificuldade em apresentar quais créditos, seja crédito instalação, PRONAF ou mesmo o antigo Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), já foram liberados para os assentamentos. Realidade que se agrava no caso do assentamento Peba, por ser muito antigo, bem como ter sido gestado pelo órgão estadual de terras (Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL)) e, somente depois, passado para a alçada do INCRA. A título de exemplo, perguntado sobre os principais problemas do INCRA/AL, um integrante da atual superintendência nos fornece um exemplo da situação do órgão. Em sua resposta, podemos constatar uma dificuldade básica, como a inexistência de transportes em quantidade e aptos para a realização do trabalho de campo, primordial para o acompanhamento das famílias assentadas.

O INCRA/AL hoje, quando nós chegamos há seis meses atrás, dos 22 carros de frota, a gente tinha 17 carros quebrados, prontos pra leilão. Recuperamos os carros, desses 17 temos hoje 9 em circulação. São os carros que estão atendendo as equipes de campo que estavam paradas. Dos 17 quebrados [...] tinham 3 com multas e carro de órgão público federal com multa é complicado [...]. Conseguimos sanar isso e avançamos com as nossas equipes [...]²⁸².

Para além das dificuldades de transporte, o depoente cita ainda a desintegração das ações das equipes técnicas do INCRA, problema para o qual, segundo ele, está sendo buscada uma solução; o bloqueio pelo Tribunal de Contas da União das ações do órgão em 2016, dificultando processos primordiais, a exemplo de assentados com mais de quinze anos que são viúvos/viúvas e não são regularizados/as, ou seja, o velho problema de atualização das relações de beneficiários do SIPRA/INCRA; a questão da infraestrutura de acesso aos assentamentos é outro problema destacado. Todo esse contexto é traduzido através da fala de

282 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017 no município de Maceió.

um servidor do próprio INCRA, que ao ser perguntado se podemos afirmar que já se efetivou a reforma agrária no Brasil, tomando como base a obrigatoriedade de as famílias viverem do lote, ele diz que o Estado não coloca à disposição as condições para tal:

Não, não dá. Porque a reforma agrária implica criar também todas as condições para as pessoas se desenvolverem. Por isso, está nas leis e que, agora, ficam mudando para puder dar o título [da terra]. Então, se não tem a infraestrutura, os créditos, a questão hídrica, então, geralmente vira, tem muito assentamentos que é local de moradia, geralmente, fica a mulher. Aqui mesmo acontece né, a gente viu muito. Os homens saem para trabalhar, as mulheres ficam lá na casa tentando criar alguns animais pequenos, que, às vezes, nem isso conseguem né. E aí a principal fonte de renda são as políticas de transferência [de renda] em algumas regiões. Não tenho pesquisa, mas eu acredito que seja uns 50% [...]. A renda familiar não é proveniente do que se faz no assentamento. Não consegue [viver do assentamento]. E por diversas razões: assim, incluindo, a questão do acompanhamento mesmo, assistência técnica, capacitação [...]. Esse pessoal aí mesmo da cana, nos assentamentos, tem que ter um negócio massivo mesmo se o Estado tivesse interesse de que aquelas pessoas fossem, se transformassem em pequenos produtores, pequenos agricultores, entendeu? Então, não tem os investimentos necessários para isso²⁸³.

Diante de todo esse contexto, marcado pela precariedade na qual o campesinato assentado é recriado, é mister uma reflexão acerca da relação das famílias camponesas assentadas no assentamento Pebá e o MST. Ao longo dos anos, desde a gestação do assentamento, juntamente com o nascimento do Movimento em Alagoas, os laços das famílias são com o MST e não com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Assim, têm razão Medeiros e Esterici (1994), quando afirmam que o surgimento do Movimento tratou-se de uma nova mediação junto aos assentados(as), fazendo parte de um processo de quebra de monopólio até então exercido pelos STRs na representação do campesinato. O distanciamento, no caso aqui analisado, com relação ao sindicato fica registrado na fala de um assentado:

283 Entrevista realizada no dia 06 de abril de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Eu tenho uma relação muito boa lá com o presidente lá do sindicato, só que o sindicato daí [Delmiro Gouveia] não ajuda ninguém não, o sindicato daqui só quer ganhar quando é tempo de deputado federal, deputado estadual, vereador, é na casa do povo, mas quando não é não anda na casa de ninguém esse sindicato daí. É um sindicato fraco que não ajuda ninguém²⁸⁴.

Nessa análise da mediação/mediadores, Medeiros e Esterici (1994, p. 21) nos ajudam novamente, ao defenderem que resolvida a questão imediata do acesso à terra, após a experiência do acampamento, “[...] atualiza-se um conjunto de valores, lealdades, conhecimentos etc., que tendem a fazer aflorar diferenças entre o que, até então, parecera homogêneo”. Ainda com base nas autoras, as experiências nos assentamentos não podem ser resumidas às lutas políticas, como as travadas pelo acesso à terra (ocupação e acampamento), isso é empobrecer uma realidade tão diversificada como é cada assentamento. Definitivamente, é preciso termos em mente que não temos um espaço homogêneo nessa fração territorial de resistência camponesa que é o assentamento rural, mas sim um lugar heterogêneo devido às experiências múltiplas contidas nas trajetórias de vida dos sujeitos, agora convivendo coletivamente em uma nova comunidade para todos e todas e amplas relações externas.

Após a conquista da terra, a identidade em formação desse novo sujeito social, camponês e camponesa assentada, se alarga profundamente. Com o assentamento, os desafios são pensados em termos de produção, formas de organização, localização das famílias, portanto, “revelam-se diferenciações que se referem a aspectos tanto econômicos, quanto culturais e políticos” (Idem), o que aumenta, consideravelmente, as possibilidades de conflitos. Nessa nova fase das condições objetivas de vida camponesa, não são conflitos entre classes antagônicas apenas, são conflitos diferentes, ou seja, também internos ao próprio grupo de famílias assentadas, inerentes às relações sociais entre as famílias e destas com o mediador, ou seja, é preciso reconhecer que esses conflitos não se configuram imaturidade da fração do campesinato assentado ou falta de consciência deste, parafraseando Medeiros e Esterici (1994).

284 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Por essas sendas, é que compreenderemos, por exemplo, a tensão contida nas narrativas quando, ao falarem das condições precárias de acesso à água citadas nesse item, bem como das promessas de construção de poços nos assentamentos, há uma crítica que recai sobre o próprio MST. Ao mesmo tempo, durante a entrevista, ao serem perguntados sobre a relação da comunidade com o Movimento, os depoentes demonstram respeito e reconhecem a contribuição deste: *“Eu mesmo gosto do MST, o MST sempre ajuda nós também, ajuda assim: eu vou pra reunião, eles vem pra aqui, mas só que eu nunca arrumei, eu não vou mentir, eu digo lá perto deles lá, eles nunca arrumaram nada pra nós, o MST só arrumou uma reforma de casa só [...]”*²⁸⁵. A precariedade imposta pela contrarreforma agrária, porém, dificulta sobremaneira a ação do Movimento na comunidade.

Essa tem sido a relação que se constituiu ao longo dos anos entre o MST e as famílias do assentamento Peba. Uma relação onde não existe, na atualidade, uma ligação orgânica das atuais oito famílias assentadas com o Movimento, como foi no período de gestação de ambos. Ou seja, o MST hoje tem acesso à comunidade, realiza reuniões lá, mas a participação na militância e nos eventos do Movimento é baixa por parte da maioria das famílias. Uma liderança do próprio Movimento no Sertão corrobora essa análise, ao citar a participação efetiva apenas do assentado Expedito, presidente da Associação Comunitária do Peba, uma referência para a luta pela reforma agrária no Sertão, e não da maioria das famílias, estas ausentes nos processos de mobilização social do MST:

No Peba a única pessoa que sempre participa da luta só é seu Expedito, o guerreiro seu Expedito né. Então assim, o Movimento jamais abandona nenhum assentamento. A gente sempre vai lá, chama pra luta, convida, faz reuniões mensais, mas seu Expedito é o único que participa. Aliás, participa da coordenação do Movimento ele. [...] seu Expedito acho que é um dos grandes guerreiros dali de dentro que ainda participa de alguma coisa [do Movimento]²⁸⁶.

285 Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

286 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Em síntese, o que pudemos constatar nas diversas conversas informais e depoimentos colhidos juntos aos que participaram da gestação da luta pela reforma agrária, nos dois casos – assentamento Pebá e assentamento Lameirão – conforme nos relataram lideranças atuais do MST, é que houve divergências na forma de encaminhar a dinâmica da luta naquele momento. Nos primeiros anos da década de 1990, após a conquista da fazenda Pebá e da fazenda Lameirão, houve um processo de ruptura entre a direção nacional e os militantes que estavam à frente da iniciante luta pela reforma agrária em Alagoas. O depoimento a seguir de uma ex-liderança e hoje assentada no Sertão alagoano esclarece esse momento difícil de conflito interno da construção da luta:

[...] nós do MST nós não saímos, nós fomos expulsos do Movimento, certo! Totalmente diferente. O assentamento Lameirão e Pebá não foram assentamentos que não quis o Movimento, o Movimento não quis mais as lideranças do Movimento. Uma concepção ideológica maluca, tá certo, no meu modo de entender, dessas pessoas que faziam parte do Movimento, que era de se fazer atos, assim, atos irresponsáveis. Nós entendíamos que tínhamos que fazer ocupação como forma de luta e de pressão: tínhamos que fazer isso, mas você fazer ocupação por ocupação; você jogar o povo para conflitos irresponsáveis; a gente não faríamos isso, decidimos que não íamos fazer isso. [...] na época a gente decidiu: nós vamos priorizar os acampamentos e os assentamentos e vamos fazer uma ocupação por ano. A Direção Nacional, através do senhor chamado Jaime Amorim [...], nos foi dado 24 horas para desocupar a Secretaria Estadual do Movimento [...]²⁸⁷.

A partir desse conflito podemos afirmar que, se nos primeiros anos a realidade era de que não podíamos falar de mediação do MST para com as famílias assentadas no Pebá, pois eram uma coisa só, ou seja, as lideranças estaduais do Movimento eram acampadas também, depois, passaram a ser assentadas, essa identidade rompeu-se e o distanciamento foi se aprofundando e durou muitos anos. Sem organicidade em movimento social, as ex-lideranças do MST assentadas buscaram resistência

287 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

política em outra forma organizativa, ao fundarem uma entidade estadual existente até hoje, mas sem muita atuação nos últimos anos: a Central Estadual das Associações de Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas (CEAPA).

Aí foi onde nós fomos: e agora? Vamos começar a se organizar pra se manter vivo e mantemos vivo. Tanto que em 1992 nós criamos uma Associação Estadual, criada aqui nesse salão né [do Assentamento Lameirão], chamada CEAPA, com esses novos assentamentos do Movimento: Peba, Lameirão, aí fruto dessas lutas teve lá de Flexeiras dois assentamentos: [...]: Jacuípe [e Assentamento] Boa vista. Sei que nós criamos uma Associação Estadual com oito assentamentos nossos né, fruto dessa luta, que tavam ligados [ao MST], mas com essa ruptura ficou, evidentemente, com a gente [...]. Nós [lideranças] nos apartamos [...]. Nós não fizemos nenhum [problema], nunca teve nenhum problema entre os assentados e o Movimento, o Movimento é que nos via diferente, com medo de vir pra cá, não queria se aproximar [...].

Portanto, algumas lideranças que ainda hoje são assentadas deixaram a militância do Movimento, outras se distanciaram totalmente. O que fica patente e que cabe uma leitura crítica é que houve uma intransigência devido à falta de experiência ou erro de atuação da representação nacional do MST em conduzir o processo junto às lideranças estaduais alagoanas. Temos que levar em conta que não apenas em Alagoas, mas, em nível Nacional, era um Movimento que dava seus primeiros passos. Não à toa, Fabrini e Roos (2014) destacam as transformações na concepção do MST ao longo do processo histórico de constituição, onde, somente no final dos anos 1990 e início de 2000, por exemplo, segundo eles, a superioridade da ideia da classe operária como sujeito coletivo da revolução, uma leitura ortodoxa sem levar em conta os escritos do “Marx tardio” (SANHIN, 2017), foi, enfim, superada.

Somente a partir daí, segundo esses autores, percebe-se uma sensibilidade até mesmo na escrita dos documentos, onde a expressão “trabalhadores” passa a ser substituída por “camponeses” ao se referir aos participantes do Movimento. A realidade é que houve uma ruptura na re-

lação famílias assentadas-MST, ou seja, todo esse processo teve impacto na relação, distanciando as comunidades da luta, da mobilização social, enfim, da militância política. Segundo relatos, apenas em 2005/2007 a reaproximação ocorreu, mas não como unidade. Assim, nesse sentido, há uma ligação, como vimos, tanto no Peba como no Lameirão, e esse elo precisa ser (re)construído.

Percebemos a sensibilidade e o reconhecimento do MST com a história de nascimento do Movimento, exatamente a partir das duas experiências no Sertão alagoano. Isso ficou evidente com a realização do 26º Encontro Estadual do MST em Alagoas, ocorrido em fins de 2017 no município de Delmiro Gouveia, em homenagem aos 30 anos do nascimento do Movimento nesse estado. O encontro, para o qual fomos convidados pela coordenação estadual do MST para a realização de análise de conjuntura política da questão da reforma agrária em Alagoas, foi uma forma de buscar homenagem e, acima de tudo, resgatar essa aproximação tanto com o assentamento Peba, como com o assentamento Lameirão, que será analisado a seguir no próximo item.

É preciso não perder de vista que o contexto de contrarreforma agrária, que tem, como uma de suas faces, a precariedade vivenciada pelas famílias assentadas no cotidiano dos assentamentos, como foi aqui abordado, dificulta efetivamente uma reaproximação orgânica entre as famílias do Peba e o MST. Um fato agrava essa questão, quando observamos que, das oito famílias atuais no assentamento, apenas três estão desde a origem da luta, uma veio depois para a vaga de outra família expulsa da comunidade por questões relacionadas a droga. Os demais são filhos de assentados e/ou outras pessoas que não possuem vivência e memória da importância do MST na história de gestão do Peba.

Para o debate da mediação política desse contexto carregado de tensão, de aproximação e distanciamento, a crítica de Martins (2003ab, 2004) não nos parece explicativa. Em sua ótica, “[...] grupos de mediação das lutas populares, que são grupos de classe média, especialmente na luta pela reforma agrária, introduziram nelas o seu próprio movimento social e o seu próprio e impotente hibridismo de classe” (MARTINS,

2004, p. 19), conseqüentemente, “eles se transformaram em sistemas de pressão e reivindicação imunes às contradições sociais e às possibilidades históricas de sua superação” (Idem). Para esse autor, o problema reside na mediação entre as famílias assentadas e o MST, que impõe uma ideologia de classe média em detrimento da utopia camponesa e contraposta a esta, segundo ele, de “fundo conservador e radical, de que resulta a mística potencialmente renovadora e transformadora da luta pela terra” (MARTINS, 2004, p. 19).

Em Martins (2003b, p. 34), o autor chega a afirmar que “o MST contribui poderosamente para o fracasso parcial da reforma agrária como instrumento de reinserção social dos ameaçados pelo modo como se dá o desenvolvimento capitalista no campo”, ou seja, “contribui ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que têm vínculo claro com os valores próprios da mística original e fundante do movimento” (Idem). Em síntese, esse autor tem colocado o fracasso parcial da reforma agrária nos anos 1990 na conta do que chama de mediadores, como a CPT e o MST, e muito menos nos governos FHC e no Estado.

Efetivamente não é essa realidade que constatamos em Alagoas, por exemplo, no caso do MST e sua relação com o assentamento Peba. As lideranças do Movimento possuem raízes camponesas, estão assentadas e vivenciam o cotidiano junto com as demais famílias nos assentamentos. São sujeitos e sujeitas que se recriaram no bojo do desenvolvimento contraditório do capital e assimilaram a utopia camponesa. Logicamente, esse cotidiano, como as diversas trajetórias de vidas, é marcado por conflitos como já observamos, bem como os avanços que houve, em matéria de conquistas de frações do território capitalista transformados em assentamentos rurais no Sertão alagoano, se deram, justamente, pela ação de mobilização social e de luta do MST, especialmente.

Portanto, preferimos compreender essa mediação, no caso do MST e Peba, na esteira das relações sociais conflitivas, tensas e, muitas vezes, contraditórias. Nesse debate, assumimos a leitura de Thompson (1988), quando nos mostra um melhor caminho de interpretação da

consciência de classe e que nos serve bastante para debater a classe camponesa. Para ele, há sempre uma consciência de classe, assim, quando se afirma um antagonismo entre classe em si ou classe para si, a consciência falsa ou verdadeira, historicamente, é algo sem sentido. Gohn (2014, p. 71), nessa linha, defende que a consciência é histórica e processual, não é dada e fixa e, muito menos, é uma construção de sujeitos inertes e passivos, “ao contrário, a consciência histórica é processual, elabora-se no jogo das tensões, trocas e posições dos sujeitos [...]”.

Como deixa evidente essa autora, o MST, enquanto um dos mais importantes movimentos sociais no Brasil dos últimos 40 anos, foi um dos poucos que buscou garantir que a inversão da ordem dos termos: identidade política, por exemplo do campesinato, para política de identidade, imposta pelo Estado com a ideia neoliberal de agricultura familiar, não se efetivasse. O MST tem sido um dos raros movimentos sociais que parte para ações de resistência via desobediência civil, com ocupações, acampamentos e construções de espaços, ou melhor, frações territoriais de resistência camponesa, como são os assentamentos rurais.

A mobilização social, a partir do debate da desigualdade social, nos termos dessa autora, tem ressignificado essas frações territoriais capitalistas conquistadas a partir da luta do Movimento, em nossa ótica, a exemplo do assentamento Peba. Nesse bojo, uma (re)construção dessa unidade entre o MST e as famílias ali assentadas é essencial para o fortalecimento da luta e os enfrentamentos necessários para a manutenção da comunidade, em meio às contradições e subordinações, como um território em construção pelo e para o campesinato assentado.

5.2 Assentamento Lameirão: o processo *continuum* de territorialização do campesinato assentado em Alagoas

Considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso de uma emprei-

tada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória. Em algumas ocasiões, ele pode até se constituir em um recomeço, que traz como incremento mais uma referência para as práticas futuras. Não se pode esquecer de que o processo de territorialização camponesa é a materialização dessa dinâmica [...].

Eliane Tomiasi Paulino (2012, p. 327), em “Por uma Geografia dos camponeses”.

A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas.

Roseli Salete Caldart (2004, p. 27), em “Pedagogia do Movimento Sem Terra”.

Desta forma, os assentamentos portam uma contradição. Ao mesmo tempo, em que representam a possibilidade de existência deste campesinato expropriado, representam também a impossibilidade de preservarem a plenitude de seu *ethos* de campesinidade.

Maria Elena Miranda (1998, p. 139), em “Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST”.

A história do campesinato assentado no assentamento Lameirão dá concretude às palavras de Paulino (2012) na abertura deste item, pois trata-se de um assentamento produto da mobilização social do campesinato organizado e constituinte do MST/AL à época, onde a materialização da territorialização camponesa ocorreu, justamente a partir de um *continuum* de outras lutas e resistências. Uma dessas foi realizada na fazenda Peba, de onde veio uma parte das famílias para a ocupação da fazenda Lameirão, inclusive lideranças do MST naquele momento e que hoje não participam do Movimento, mas estão assentadas; bem como vieram famílias de outras ocupações que já ocorriam em Alagoas.

Na verdade, conforme os depoimentos colhidos junto às famílias assentadas, lideranças e ex-lideranças do MST, durante as negociações deste com o Estado, a aquisição de apenas parte da fazenda Peba foi condicionada à imediata compra da fazenda Lameirão, sendo que todo esse processo até a conquista e a criação do assentamento não foi uma ação propositiva estatal, mas uma negociação permeada por pressões, ocupações de órgãos públicos e praças, na capital Maceió, realizadas pelo Movimento (sobre esse processo ver o item 3.2).

Assim, como no caso do assentamento Peba, em fins da década de 1980, mais precisamente em 1989, o Estado também efetivou, através do ITERAL, a compra da fazenda Lameirão. O quadro 6 sintetiza os principais processos na construção da comunidade que serão analisados ao longo deste item.

Figura 11 – Assentamento Lameirão - Vista do campo de futebol no centro da única agrovila.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Quadro 6 – Assentamento Lameirão – Processos históricos marcantes na construção da comunidade

Data	Processo
1987	Ocupação da fazenda Lameirão.
1989	Compra pelo ITERAL do imóvel rural. Atuação da ONG Visão mundial apoiando a Comunidade.
1992	Criação oficial do assentamento pelo Iteral.
1992-1995	Construção das moradias, da Escola do Assentamento e Criação da Associação Comunitária.
1994-1995	Saída das lideranças assentadas do MST.
Anos 2000	Chegada da ATER mesmo com interrupções. Conquista de atendimento médico na comunidade. Fechamento da Escola.
2011/2012	Criação do Grupo de Jovens Trilha Ecológica Veredas da Caatinga.
2016	Dificuldade com a administração municipal: piora nos serviços de saúde.
2017	Encontro Estadual do MST em Delmiro Gouveia em comemoração aos 30 anos da ocupação das fazendas Peba e Lameirão.

Org.: Autor (2019).

O caminho da luta camponesa foi longo, prova disso é que em, 16/12/1988, o ITERAL (1988) concluía o Laudo de Vistoria e Viabilidade da fazenda, atestando a viabilidade técnica para a construção do assentamento nos seus, em números redondos, 1.634 hectares, segundo esse documento. Em 16/03/1989, o Laudo Técnico de Viabilidade Econômica era concluído, onde consta informação relevante: *“a composição da área [...] adequa-se técnica, econômica e socialmente para o assentamento das 200 (duzentas) famílias que já a ocupam num clima de evidente TENSÃO SOCIAL, que poderá deflagrar um conflito armado em proporções ilimitadas”* (ITERAL, 1989, p. 41. Grifos do autor).

Apesar de não constarem nos relatos atos de violência e/ou assassinatos contra o campesinato, essa passagem nos dá a dimensão da potencialidade para o conflito. Por fim, no SIPRA/INCRA (2017a), consta que o imóvel foi obtido, por compra e venda, em 26/06/1989 e a criação do assentamento efetivada oficialmente apenas em 19/10/1992.

Portanto, assim como o assentamento Pebá, o Lameirão também não foi criado a partir de um ato de desapropriação para fins de reforma agrária, mas foi uma obtenção através do mecanismo de compra e venda do imóvel rural. Notemos o longo processo, desde 1987, quando da ocupação da fazenda Pebá, a criação efetiva do assentamento Lameirão, cinco anos de muita resistência camponesa.

A partir daí iniciava-se uma nova fase, entretanto, nessa nova condição social de campesinato assentado, as conquistas não se efetivaram sem lutas e resistências, haja vista um Estado pactuado com os interesses da burguesia latifundiária brasileira e seu modelo agrário/agrícola latifundiário do agronegócio. Por conseguinte, a morosidade dos processos na construção do assentamento Lameirão é a tônica da ação do Estado e dos governos, além de ser uma ação sempre de cima para baixo na tomada de decisões. Isso fica caracterizado em vários exemplos, como na construção das moradias. Nesse sentido um assentado, em seu relato, corrobora essa análise, dando destaque, em sua entrevista, ao termo “casinhas”, cujo diminutivo se refere ao tamanho das moradias construídas na época; ao mesmo tempo, ele se lembra dos anos do governo Lula, quando, a partir de reivindicações e lutas, foram efetivadas reformas e ampliações das moradias com, por exemplo, a construção de alpendres.

Rapaz, foi grande [a dificuldade], porque nós ainda passamos três anos nos barraquinhos de lona, sofrendo na chuva, no sol; depois nós fomos pro ITERAL, passamos quinze dias no ITERAL [...], trabalhando e lutando modo eles vim fazer essas casinhas nossa, as vezes fizeram, que nem aquela casinha que tem um amigo ali, as casas que eles fizeram foi essa aí. Aí por graças a meu bom Deus, depois que Lula ganhou pra presidente a coisa mudou [...]. **[Entrevistador: então não foi rápido o processo de construção das moradias?]**: foi não, demorou meu filho, foi rápido pra nós vim pra terra, num sabe? Depois, modo a gente ficar alicerçado, ficar numas casinhas, foi três anos. A gente sofrendo, com criança, com as mulher, as vezes, mulher pra ganhar bebê debaixo dos barraquinhos véi de lona, eu sei que o sufoco foi grande, nós lutemos, nós lutemos por essa terra. [...] teve que continuar lutando [...].²⁸⁸

288 Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Outro assentado, nessa mesma linha, descreve com indignação um outro aspecto do processo de construção das moradias, destacando que foram “enganados” pelos representantes do Estado, pois estes haviam prometido debater junto ao MST o processo, o valor, a forma de construí-las. O planejamento e a execução das casas, as quais ele denomina de “ovinhos” (ver figura 12), foram realizados sem levar em conta a participação da comunidade; uma tomada de decisão de cima para baixo, elemento central da ação estatal na implementação da contrarreforma agrária no Brasil, criticado acertadamente pelo depoente a seguir. Ao fundo do registro fotográfico, temos uma casa com alpendre, fruto de um crédito para reforma das moradias, conseguido junto ao INCRA anos depois.

Figura 12 – Assentamento Lameirão - Vista de uma moradia minúscula construída pelo ITERAL.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Destarte, a realidade fortalece os estudos de Fabrini e Roos (2014, p. 66), quando defendem que “o assentamento é uma conquista praticamente arrancada das mãos e do domínio dos latifundiários”. Fica evidente o caráter de luta e resistência constantes, o que demonstra que, praticamente, todas as fases, desde a entrada na terra, a permanência no território e a territorialização do campesinato assentado, são conquistas

cotidianas produto da mobilização social permanente do campesinato assentado: assim foi com a terra, com as moradias e tantos outros projetos ao longo dos anos.

Eu fiquei em média uns três anos na lona, quando eu me casei foi na lona [...]. [...] e pra construir as casas ainda teve luta, ainda fomos pra lá brigar, ocupar e os secretariados prometeu que ia chamar as lideranças pra gente discutir direitinho como seria o processamento, o valor das casas, depois enganaram nós, fizeram isolados esse ovinhos ai, que nem as áreas [alpendres] tinham. Uns chalezinhos. [...] hoje quem ver a minha casa e outros já tá uma casa né. [...] que a casa do homem tem que ser de duas águas, pode até ser pequena, mas é uma casa que tem que ter presença; com o tempo foi mudando [...]²⁸⁹.

Assim, após a conquista da terra e longos anos debaixo da lona preta lutando e resistindo pelas moradias, nascia a segunda conquista do campesinato assentado alagoano, o assentamento Lameirão, e se efetivava a recriação camponesa no bojo das contradições do capital, ou seja, a produção do capital, por meio da renda absoluta da terra abocanhada pelo proprietário rentista, foi garantida com a recriação do campesinato assentado. Para sermos mais claros nessa explanação, apesar da luta do MST, nascente no estado de Alagoas, a conclusão do processo de compra do imóvel fazenda Lameirão atendeu aos interesses tanto do proprietário, como aos das famílias acampadas. De um modo geral, essa conquista camponesa se situa na dinâmica geral do espaço agrário brasileiro, ou seja, não houve desconcentração da propriedade, posse e uso da terra no país, bem como, a criação dos assentamentos rurais engendra a produção do capital para o capitalista rentista, no caso em tela um fazendeiro, médico, segundo consta nos relatórios oficiais citados, mas ao mesmo tempo um latifundiário, atestando a fusão da terra e do capital em uma única pessoa. Assim, contraditoriamente, de um lado, através da luta camponesa recria-se o campesinato assentado em meio a um contexto penoso e de profunda precarização, de outro, garante a produção do capital ao capitalista rentista.

289 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Uma ex-liderança do MST à época, assentada atualmente no assentamento Lameirão, ao ser perguntada sobre os motivos que levaram à forma de obtenção do imóvel por compra e venda, através do ITERAL, e não desapropriação por meio do INCRA, deixa evidente o caráter de negociação em um contexto de relações de poder, onde a força política do latifundiário pesou nessa decisão junto ao Estado. A desapropriação é um processo mais longo, com mais etapas judiciais, bem como um ato que contraria os interesses da burguesia rentista, ou melhor, é visto como uma afronta ao caráter absoluto e sagrado que a propriedade capitalista da terra adquiriu na sociedade sob o modo de produção capitalista, sendo no Brasil ainda mais forte essa visão social ideológica devido ao tipo de capitalismo rentista que por aqui se desenvolveu, conforme os estudos de Martins (1999, 1991, 1981, 2003ab). Assim, o que sempre está em jogo em primeiro lugar é compatibilizar a resolução da tensão social sem ferir os interesses dos proprietários rentistas, garantindo assim a forma mais ágil de acesso à renda absoluta da terra, nesse caso: a compra e venda.

[...] tem toda aquela burocracia da legislação [no caso da desapropriação] [...] e a aquisição tem que ser uma negociação. [...] Porque nesse programa [compra e venda] o governo federal passa o recurso para o governo estadual e o órgão de terras do Estado, que era o ITERAL, era quem fazia a aquisição [...]. Porque não se tinha força política de garantir que o INCRA desapropriasse. Você sabe que a desapropriação ela é um ato de intervenção e naquela época eram poucas, pouquíssimas desapropriações. Então se optava mais por isso²⁹⁰.

A fase de resistência camponesa em busca de entrar na terra, como um ato do processo de territorialização do campesinato assentado e, assim, uma dinâmica de materialização da recriação camponesa ocorre nesse contexto contraditório de (in)subordinação aos interesses do capital. De um lado, a conquista camponesa do assentamento Lameirão foi um ato de desobediência civil, nos termos de Gohn (2014), portanto, de insubordinação camponesa; de outro, ao mesmo tempo foi um ato de subordinação aos interesses do capital, pois, com base em Amin e

290 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Vergopoulos (1978), a existência da classe camponesa ocorre nesse contexto, por isso, tratamos como uma resistência contraditoriamente (in) subordinada do campesinato assentado.

Não obstante, a identidade política camponesa cultivada na luta pela reforma agrária, mesmo nesse contexto de servir de alimento para o capital especulativo na figura do fazendeiro rentista, como registra Caldart (2004) em epígrafe, incomoda a classe dos proprietários capitalistas da terra e do poder político, pois os sujeitos, antes descartados durante toda uma vida, agora entram em cena a partir do espaço agrário; suas ações espalham-se, constituem outros sujeitos, sustentam outras lutas da classe camponesa no assentamento. A conquista do assentamento Lameirão é lastro real para as palavras dessa autora, ou seja, a transformação desses sujeitos, a conquista de outro assentamento é algo que efetivamente incomoda bastante. Por isso, não se pode deixar de afirmar que o assentamento rural é uma conquista, mesmo sendo migalhas ante todas as suas limitações, como registrou Neves (1997).

Conhecer a origem das famílias, agora assentadas - 47 famílias estão no assentamento hoje, contabilizando as famílias agregadas - marcada pela privação, exploração e negação de direitos, é condição *sine qua non* para compreendermos as palavras dessas autoras. Na ocupação da fazenda Lameirão, como já frisamos, além das famílias remanescentes da ocupação do Peba, havia outras oriundas de ocupações já existentes em Alagoas por volta de 1989. O Laudo de Vistoria e Viabilidade (ITERAL, 1988) afirmava que a capacidade da fazenda Lameirão era para 65 famílias, isso com base em um parcelamento mínimo de 25 ha, bem menor do que é o módulo fiscal hoje para Delmiro Gouveia: 70 ha. Ocorre que o Laudo Técnico de Viabilidade Econômica (ITERAL, 1989) registrava que 200 (duzentas) famílias já ocupavam a fazenda. Um assentado assim recorda: *[...] a gente ocupou aí com umas duzentas ou trezentas famílias do Movimento no momento. Só que com a luta é peneirado, vai ficando muito pouco né*; completa ele: *“[...] o pessoal que vieram de fora mesmo ficaram muito pouco, por que no Sertão só fica quem é meio nambu, que passa sede, seca a língua, mas consegue viver”*²⁹¹.

291 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Notemos que, mais uma vez, a história se repetia no tocante a existirem mais famílias Sem Terra e menos terras para o assentamento de todas. Essa realidade era um prenúncio de que a questão da minifundização no Sertão alagoano iria ganhar um novo capítulo com a criação do assentamento Lameirão. Por certo, outra vez dezenas de famílias foram obrigadas a seguir a estrada para continuar na luta, caso quisessem entrar na sonhada terra de trabalho e, assim, permanecerem existindo como camponeses e camponesas. A proletarização não é um caminho inexorável para esse campesinato que ousou/ousa lutar pela sua existência. Uma vez mais centenas de famílias ocuparam, passaram meses/anos resistindo, mas, quando estava prestes a se criar o assentamento, passam pelo doloroso processo para saber quem fica assentado e quem vai, expulso, em busca de uma nova ocupação/acampamento.

Definitivamente, essa origem perversa imposta ao campesinato não pode ser olvidada quando das análises acerca das trajetórias de vida das atuais famílias assentadas. O resultado foi que, no caso em análise, segundo a relação oficial constante no SIPRA/INCRA (2017a), a capacidade no assentamento Lameirão é para 46 famílias e hoje encontram-se 38 famílias assentadas na denominada Relação de Beneficiários (RB), uma relação carregada de problemas, pois não condiz com a realidade, em virtude de não ser atualizada frequentemente por vários problemas internos do próprio INCRA. Famílias deixam a comunidade expulsas pelas condições precárias, membros morrem ou deixam a unidade familiar, entre outros casos, e permanecem anos na relação. Em levantamento de campo, chegamos a um número de 47 famílias presentes no assentamento, filhos e outros parentes que foram se tornando agregados, construindo moradias com recursos próprios ao longo dos anos.

A origem predominante dessas 38 famílias é a agricultura, o campo, o trabalho na unidade de produção familiar camponesa; são trabalhadores e trabalhadoras que nasceram/vieram na/da roça como gostam de falar; nasceram Sem Terra e foram, ao longo da vida, explorados pelos fazendeiros rentistas em relações desiguais, com a predominância da relação de produção na condição de meeiros e moradores de condição.

Nesse sentido, essa realidade corrobora o estudo de Leite et al. (2004) quando afirmam que a grande maioria das famílias assentadas no Brasil, 80% dos responsáveis pelos lotes, já vivia na zona rural da própria região antes de vir para o assentamento. No tocante à origem geográfica, além da parte alagoana, temos uma outra parte das famílias que veio do estado vizinho, Pernambuco, que, após muito perambular, chegou a Alagoas, anos antes de conhecerem a ocupação do Peba/Lameirão. Em alguns casos, como o relato, a seguir, de outro assentado, uns conseguiram, com muito esforço, comprar um pedaço de terra, dinâmica que fortalece a tese do processo de minifundização no campo do Sertão alagoano.

[...] quando não tem terra a gente mora um ano num canto, dois anos noutra. Com o patrão adepois ele joga a gente fora e a gente continua de novo, começar de novo né. [...] a gente trabalhava alugado, arrendava um pedacinho de terra pra trabalhar, ali você pagava mei mundo. O que a gente tirava, produzia, o patrão ficava quase com tudo, a gente ficava quase sem nada. Se a gente colocava uma rocinha de a meia: você batia vinte sacos de feijão, só tinha dez, assim, toda despesa por conta da gente, o patrão ali tirava livre né, o milho, o feijão, o algodão, tudo eles tiravam livre e só sobrava uma besteirinha pra nós. **[Entrevistador: o senhor era morador?]**: era morador. **[Entrevistador: o senhor nasceu onde e como foi essas viagens?]**: sou filho natural de Pernambuco, [município de] Itaíba, [...] aí teve uma seca muito grande, me parece meu Deus em [19]52, aí descemos pra Quebrangulo - [Alagoas]. [...] Ai fiquemos lá, moramos lá com o capitão Tomazinho de morador, passemos três anos mais ele, depois viemos pro Riacho Seco do Doutor Friderico, município de Quebrangulo, ai moremos outros tempos lá e não deu certo, [...] o patrão joga aquele pobre fora, quando o cara começa uma coisinha ele não quer ver ninguém com nada; o patrão quer pegar, se o senhor tiver duas camisas, ele quer deixar só uma no seu couro. Ai depois nós moremos aqui no Inhapi [...]: morei doze anos de morador. Graças a Deus morava com um patrão que sabia o que era um pobre, num sabe? Era melhor. Eu trabalhava, colocava a terrinha de a meia, ele dava a terrinha cortada, dava a semente [...], ajudava na colheita, quer dizer que a despesa

era quase nada. A gente tirava aquela lavoura, era dividida, mas deixa que a despesa era menos, que ele ajudava muito [...]. [...] graças a Deus [...] deu uns anos bons, aí eu comprei cinco tarefas de terras aqui no Inhapi [...], aí fiz uma casinha que nem essa daqui, comecei a morar, aí quando eu tava lá com doze anos que eu morava lá, Cazuzza mais Zilma, que era do Movimento [MST], chegou lá em casa disse: “[...] nós vamos ocupar um terreno no Pebá, o senhor topa?”. Eu digo: “Oxente, topo!”. Aí perguntei tudo direitinho: “lá a gente vai ter direito a 100 tarefas de terra; o senhor não vai trabalhar pra patrão”. Aí tudo bem, nós viemos aí pro Pebá. Chegemos no Pebá, o terreno era pra ser 180 hectares de terras pro Estado comprar a Miguel Gandú; quando o Iteral veio medir o terreno só deu 80 hectares; deixa que tinha 75 famílias quando nós ocupemos lá. Aí nós foi pro Riacho Seco, aqui perto [...], olhar um terreno lá, ninguém se agradou; depois fomos pro Café Negrinho lá, que era um terreno aqui perto, [...] divisa com Olho D’Água do Casado, aí viemos. Fomos pro ITERAL em Maceió, passamos quinze dias lá, adquirindo terra, lutando. Primeira vez, passemos vinte e três dias acampado na Praça Centenário, ali a gente levava chuva, levava sol, leva tudo [...]. Aí foi quando os meninos do Movimento [MST] trabalhando e foram disse que tinha o terreno do Dr. Zezinho que é esse aqui do Lameirão. O Dr. Zezinho foi uma audiência lá no INCRA aí disse: “tenho um terreno pra eu vender e é disposto pra venda”; [...] aí nós foi negociemos, fomos pro ITERAL, fomos por INCRA, aí negociemos. Eles disse: “pronto, o ITERAL, o Estado vai comprar o terreno lá do Dr. Zezinho, aí fica uma parte no Pebá e outra no Lameirão. Aí assim nós fizemos²⁹²”.

O fragmento do depoente demonstra como a exploração e a subordinação do campesinato Sem Terra, via expropriação da renda da terra camponesa pelos fazendeiros, no caso através de uma relação não capitalista que é a meia/meeiro, são estruturais na origem/trajetória de vida das famílias assentadas no assentamento Lameirão, conjugadas à de morador de condição. No caso da meia, trata-se da subordinação da renda da terra na forma de produto excedente, ao contrário da renda da terra capitalista que é sempre sobra acima do lucro, fração da mais-valia, como enaltece Oliveira (2007). A exploração e a vida penosa nessa

292 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

relação, para o campesinato, ficam evidentes quando o depoente diz: “O que a gente tirava, produzia, o patrão ficava quase com tudo, a gente ficava quase sem nada” ou “o patrão quer pegar, se o senhor tiver duas camisas, ele quer deixar só uma no seu couro”. Outro assentado corrobora essa análise:

Olha, eu nasci em Pernambuco né, São Caetano, meu pai agricultor, aí com idade de dezesseis anos eu saí, fui pra zona da mata em Pernambuco, [...] aí depois voltei a São Miguel dos Campos, Alagoas, de São Miguel dos Campos casei né e vim pra o Inhapi, [...] pra roça. Desse tempo todinho eu trabalhava no campo né, que eu vim da cana-de-açúcar, vim da roça. Aí cheguei na Piedade, em Inhapi, comecei a fazer parte do sindicato, da Igreja, na época o Padre era o Pe. Luís Torres. Aí foi quando começou o Movimento [MST] através de Cazuzu, Geno e Zilma. [...] foi quando a gente organizou lá no sindicato, junto com a Igreja, e foi quando a gente veio fazer o primeiro assentamento em Alagoas, em Delmiro Gouveia. **[Entrevistador: sua família tinha terra ou era Sem Terra?]**: Meu pai em Pernambuco, morreu, mas tem a propriedade pequena lá, e eu vim da roça mesmo, mas minha vida era trabalhar na cana-de-açúcar, ser posseiro né, trabalhar de a meia na roça aí em Inhapi, meu tempo todinho foi na roça, só que eu não tinha nem um chão de casa pra morar, toda vida eu fui um Sem Teto falado. **[Entrevistador: a terra do seu pai era pequena?]**: era pequena, a terra de meu era pequena, a gente tinha uma família grande, foi todo mundo dispersando né, naquela região lá de Caruaru e eu nunca consegui um terreno, vivia sempre de morador, morava hoje [aqui], outra acolá e quando eu cheguei em Inhapi [...] é que surgiu o Movimento²⁹³.

Esse mesmo assentado, ao ser interrogado sobre como é a vida de morador de condição nas fazendas, sob o mando do patrão fazendeiro, também deixa evidente uma relação de exploração e total subordinação:

Olha, se tem vida ruim ela é das pior. Você vira um pau mandado. Você tá em casa o caba chega na sua porta. Todo dia tem um serviço diferente. Se você não dar aquela produção que é imaginada por o patrão no outro dia ele pede a morada, aí você já sai com os panos de bunda na cabeça. Na época, hoje

293 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

não, hoje ainda tem uns direitos, ele dizia: “vou pegar a casa hoje, amanhã eu quero você fora”. Então eu vivia assim. O patrão podia está com raiva da mulher em casa ele desconta no peão na roça. Então, eu fui morador dos outros e é a coisa pior que tem no mundo é você ser o morador dos outros, é melhor você ter uma casa alugada e trabalhar pros outros, é melhor do que você morar no terreno do patrão; o patrão se sente dono de você²⁹⁴.

As expressões utilizadas à maneira da visão social de mundo camponesa dizem muito: “*você vira um pau mandado*” ou “*o patrão se sente dono de você*”. No centro dessa fala, está a autonomia do trabalho dos membros da unidade de produção familiar camponesa. Nesse debate, com base em Moura (1988), reconhecer essas relações sociais reais vivenciadas pela classe camponesa deve ser um compromisso de todo pesquisador, para que o exercício reflexivo não seja puramente vazio e formalista sobre o campesinato. Portanto, o analista – acadêmico, político, pessoa comum, entre outros – que se debruça sobre o campesinato assentado e os assentamentos rurais, precisa levar em conta essa realidade descrita pelo assentado acima, marcada pelo sentimento de ter sido propriedade do patrão, seu tempo e seu trabalho totalmente subordinado e, agora, na condição de assentado ter seu tempo livre para a realização de trabalho com a conquista da terra de trabalho, para compreender quando afirmamos que essa conquista é uma garantia da autonomia social e política, mesmo relativizada pelas contradições nas quais o campesinato é recriado.

Marx (2010, p. 41) já advertia que “a emancipação política, de fato, representa um grande progresso; não chega a ser forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente [...]”. Percebemos, portanto, esse processo da transformação social do campesinato Sem Terra em assentado como um caminho para a emancipação política para se chegar à emancipação humana, na nova forma existencial de fração de classe camponesa assentada, mesmo permeada por contradições

294 Idem.

subordinantes ao capital via a mediação do Estado. Essa discussão é importante, no sentido de enaltecer um elemento do modo de vida do campesinato que é a jornada de trabalho não rígida, conforme destaca Oliveira (1991). Esse elemento entra em choque com a lógica capitalista do fazendeiro, pois, ao contrário desta, na vida cotidiana do assentamento aquele elemento do campesinato é resgatado e potencializado, mesmo em meio à precariedade das condições postas à disposição das famílias.

Essa emancipação política e social do trabalho é evidente na fala dos sujeitos que participam da luta e da conquista da terra de trabalho. Importante registrar que a mulher camponesa assentada também sofreu/sofre na pele essa realidade anterior à vinda para o assentamento, talvez até mais fortemente. O depoimento abaixo é de uma assentada que faz parte das famílias do assentamento Lameirão, que tem origem no próprio estado de Alagoas e não em Pernambuco. Ao ser indagada sobre sua origem e trajetória de vida e como era a convivência como moradora de fazenda, com um semblante de tristeza ao relembra, deixa evidente algo essencial: o trabalho era realizado pelos membros da unidade de produção familiar, mas em benefício do fazendeiro.

[...] falar da minha vida, assim, é, um pouco, voltar no meu passado. Não é uma lembrança muito, muito boa, mas a gente fala um pouco. Porque, assim, eu nasci e me criei em fazendas, meus pais era morador de outro, de donos de fazendas, de fazendeiros. Eu perdi meu pai, eu tinha seis meses de nascida [...] aí fui criada por minha mãe, eu e mais oito irmãos né. Nasci sim na zona rural, mas só fiquei na zona rural até meus oito anos de idade. Porque depois disso eu já comecei no batente né, já comecei a trabalhar muito cedo cuidando dos filhos dos outros. Passei parte da minha vida, até meus dezessete, dezoito anos, eu fui empregada doméstica, trabalhei muito, muito na casa dos outros, pra puder ter o sustento, por minha mãe já, assim, não ter a condição. Ela ficou com oito filhos! Apesar de eu ter sido a mais nova, mas eu fui uma das primeiras que já comecei no batente muito cedo. O município [que nasci] era Palmeira dos Índios, era numa fazenda de um proprietário de Juazeiro do Norte [estado do Ceará] [...]. Assim, era uma vida normal, eu era muito criança ainda não

ia pra lida né, por que devido ser criança, mas era um dia de batente, trabalho pesado, meus irmãos eles trabalhavam desde pequeno também, já iam pra o curral tirar leite, e era uma vida de agricultura. Só que: a agricultura não era trabalhada pra gente, era trabalhada pra o fazendeiro né. Os meninos era maiorzinho, tiravam leite, prendiam o gado de tarde, e minha mãe, ela que tomava conta do casarão né, que na época nós ainda chamava de casarão, ela que fazia almoço, janta, café pra os peão, como a gente costumava falar. [...] era uma vida normal né, mas você trabalha em função de você beneficiar mais os outros do que a si mesmo né. [...] e, assim, a renda era uma miséria, muito pouca. Era mais explorada a mão de obra do que mesmo a mão de obra recompensada²⁹⁵.

Como destacado por Miranda (1998) na abertura deste item, o assentamento representa a única possibilidade para esse campesinato, não sendo diferente no caso das famílias assentadas no Lameirão, de se estabelecer enquanto camponeses/camponesas portadores(as) de um *ethos* fundado na valorização da liberdade e autonomia. No entanto, liberdade e autonomia, essas construídas em um território marcado por disputas diversas, internas e externas à classe camponesa, que, segundo ela, fazem os assentamentos portarem uma contradição, representam a possibilidade de existência do campesinato expropriado, mas, concomitantemente, representam também a impossibilidade de preservarem a plenitude de seu *ethos* de campesinidade. A transformação de Sem Terra para campesinato assentado carrega essa contradição, não sendo diferente nos cinco casos em estudo neste trabalho. Essa transformação está bem expressa na passagem da mesma assentada citada anteriormente, que ao ser indagada sobre como foi a sua chegada ao assentamento Lameirão e qual a realidade encontrada por ela, haja vista não ter participado da luta até aquele momento, afirma:

Primeiro, o que me trouxe pro Lameirão, na verdade, foi minha mãe né, eu já tava há dois anos fora, sem a vê-la, e já tava, assim, com muita saudade. Eu digo: “não agora tá na hora de fazer uma visita”. Eu vim pra uma visita, não vim pra ficar.

295 Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Também já tava acostumada a ter o meu ganho próprio. Não tinha o objetivo de vir pro Lameirão pra ficar e, quando eu cheguei, a expectativa foi muito ruim. Olhava assim só tinha barraco: ainda era acampamento né. O pessoal ainda morava em barraco de lona. Num tinha ainda essas casas, só tinha três casas, na época que cheguei aqui, que eram aquelas três lá de cima, duas e a outra que foi transformada na Igreja. Só tinha isso, o resto era barraco de lona. E era ruim! Se disser a você que era bom eu tou mentindo! Era ruim em todos os acessos: a água, comida, trabalho, transporte, era tudo ruim mesmo. Mas, assim, só existia uma coisa diferente: era união. Era muito forte. A união era aquela coisa que você via e dizia assim: “não, aqui dá pra você acreditar que no futuro vai sair alguma coisa!” Mas no início não tinha muito, assim, você olha assim e dizia: “isso aqui não é melhor você voltar de onde você veio?”. Mas quando eu passei um mês, dois meses, sabe? Que eu fui me envolvendo com as pessoas da comunidade, que eu fui me habituando a elas, aí eu já comecei a ter uma impressão diferente de quando eu cheguei de imediato, até por que quando eu vim, eu vim de Delmiro pra cá de pé arrastando uma bolsa na cabeça, quase morri pra chegar aqui!²⁹⁶

Fica evidente nessa fala, entre outras coisas, a dificuldade em decidir ingressar na luta, isto é, de vir para uma realidade totalmente diferente no tocante à mobilização social enquanto sujeitos ativos, enfrentar a realidade desafiadora, mas também fica evidente a transformação a partir da vivência comunitária, dos laços construídos, enfim, da identidade política camponesa forjada na luta e na resistência. Fica evidente também nessa passagem a possibilidade do reencontro familiar proporcionado pelo acesso à terra de trabalho no assentamento rural. “A possibilidade de continuar mantendo uma relação face a face com os parentes faz com que os assentamentos se constituam em um importante elemento de integração social no que diz respeito às famílias” (LEITE et al., 2004, p. 118).

Destacamos que, imediatamente antes de vir para o assentamento Lameirão, a depoente trabalhava de empregada doméstica, tempos difíceis, segundo ela, fossem na profissão ou na moradia com um irmão

296 Idem.

em uma fazenda, portanto, que já revelavam suas ligações com o campo. Esse é outro traço das famílias destacado aqui. São trajetórias familiares e individuais truncadas, de um conjunto grande de descartes sociais, de alternativas de vida não realizadas, nos dizeres de Martins (1993), que efetivamente ganham uma chance social e política de serem reconstruídas e, assim, foram. O encontro com a dinâmica do acampamento, marcada pela união, é outro ponto que podemos visibilizar na fala da assentada: *“mas, assim, só existia uma coisa diferente: era união. Era muito forte”*²⁹⁷.

São os valores comunitários – solidariedade, trabalho e ajuda mútua, entre outros – cultivados na união no momento do acampamento, que podemos afirmar que não são varridos completamente do espaço agrário, justamente com a conquista dos assentamentos, conforme tratam Fabrini e Roos (2014), ou como afirmam Leite et al., (2004, p. 118): “quando se observam as formas de sociabilidade dentro do assentamento, notamos que as relações entre grupos de assentados são bastante estreitas”. No Lameirão, é a reconstrução da rede de vizinhança e parentescos algo forte, bem como de uma unidade/união, em meio às divergências e adversidades, por exemplo, com a criação da associação que representará as famílias junto aos diversos setores externos – Estado, bancos, governos – nesse caso, a Associação Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, a única associação comunitária existente até hoje.

Além da associação comunitária, a opção econômico-social organizativa desde a criação do assentamento Lameirão foi pelo sistema misto de produção, ou seja, uma forma onde predominam na comunidade, conjuntamente, áreas individuais, que são os lotes da cada unidade de produção familiar, com áreas coletivas, onde as famílias realizam trabalhos diversos em grupos – cultivos, criação de rebanho, reforma de cercas – em sistema de mutirão²⁹⁸. A morosidade do Estado, materializada na ausência do ITERAL e, posteriormente, do INCRA, se fez presente também nesse processo, pois, segundo os relatos colhidos, nunca foi efetivado um estudo e planejamento conjunto com as famí-

297 Idem.

298 Sobre o Sistema Misto de Produção nos assentamentos rurais, tomando como exemplo o estado do Ceará, Cf.: Miranda, Acuña e Tavares (2010).

lias para a realização da divisão dos lotes individuais. Esse processo foi efetivado pelas próprias famílias, não que isso seja ruim, pelo contrário, reafirma a autonomia necessária do campesinato assentado sobre seu território. Ocorre que, no governo federal do presidente Michel Temer (2016-2018), com o debate da titulação dos assentamentos, observamos uma certa agilidade e vontade do INCRA em acelerar a demarcação, portanto, outra postura do Estado, propositiva, na verdade, quando os interesses são duvidosos, se realmente será um benefício para a continuidade do assentamento ou se é para aquecer o mercado de terras com a facilidade de venda dos lotes por algumas famílias.

O fato é que as famílias assentadas, frente à morosidade do Estado, em um ato de resistência e busca de organização para prosseguirem na construção da nova comunidade, desenvolveram, à sua maneira, o sistema misto de produção e convivência social. Essa convivência social na nova comunidade exigiu isso, por exemplo, a energia elétrica não havia, tendo sido outra mobilização para conquistá-la. Quando da chegada do projeto, existia a exigência da contrapartida das famílias assentadas, isso foi realizado através de mão-de-obra em mutirão, segundo os depoentes, onde grupos de famílias contribuíram no trabalho coletivo, a exemplo de perfurar os buracos onde os postes de iluminação seriam implantados. A dinâmica do trabalho coletivo sempre foi permeada por tensões e conflitos, avanços e recuos. Trata-se, na verdade, de uma construção cotidiana bastante complexa. A seguir, quatro depoimentos, de três assentados e uma assentada, apontam fatores que contribuem para essa complexidade, demonstrando o quanto o tema do trabalho coletivo merece atenção quando se quer compreender o modo de vida do campesinato nos assentamentos rurais:

Olha, a vida do assentamento aqui era 99% era coletivo né, tudo aqui era coletivo né, tinha os animais, tinha as roças, tudo coletivo. As dificuldades eram grandes, por causa do que tou dizendo: era a seca. Toda essa dificuldade aí. Mas, o coletivo até hoje existe, [...] como é que se diz: ainda é o carro-chefe é o coletivo. As dificuldades que nós enfrentamos daquela época era o meio de transporte, que hoje está razoável; os invernos,

no nosso Sertão, a gente sabe como é que é, que sempre em-
perna, quando você vai deslanchando aí vem três quatro anos
de seca, derruba, puxa, dá rasteira no caba de novo! É isso!²⁹⁹

[...] o trabalho coletivo quando ele dá lucro as pessoas até que
fica mais animadas e tal, mas a gente pegou um momento
que quando havia ano bom dava, quando havia ano ruim não
dava, aí as pessoa foi desistindo, desvanecendo né; mas eu acho
que o trabalho coletivo de certa forma ele ajuda, agora é preci-
so que se tenha maturidade de todo mundo, por que quando
eu trabalho e o outro não trabalha, [...] às vezes tem famílias
mais roneiras [...] mas a diária era igual; por isso, que até hoje
alguns ainda acreditam, mas outros não acreditam por conta
disso; mas a única forma de se organizar na comunidade é
ter alguma coisa que sustente. Você faz uma irrigação, eu não
posso [querer] que cada um tenha uma [eletro]bomba, mas
tem que ter alguma coisa, um talão [da energia] coletivo, todo
mundo ajeitar e ir pagar³⁰⁰.

A outra questão que é muito complicada, que precisa-se en-
tender é que o Sem Terra briga, briga [...] até chegar a terra.
Chegou a terra e a casa ele já acha que é fazendeiro, já acha que
é dono, aí parte pra questão individual, aí quer resolver seus
problemas individuais, sobretudo, a partir do primeiro projeto
ele acha isso. E tem uma tendência de se acomodar: isso é
muito ruim. E isso é o que causa a situação dos assentados hoje
de modo geral. Então, ficou muito mais difícil você levar esse
assentado pra uma luta política, certo. Há uma contradição,
eu não sei né, vocês que são da academia é que deve estudar
isso, por que que isso acontece. Eu tenho as minhas ideias, eu
acho que, assim: é a questão cultural, de poder né, da força do
capitalismo [...] do poder, do ter né: eu tenho minha casa ago-
ra, tenho a minha terra, tenho a minha moto [...]; a questão
cultural de ter o apadrinhamento político do vereador, tudo
isso faz com que a luta do assentado fique muito mais difícil
[...]. Depois da conquistar a terra a grande maioria não vai
mais pra luta [...] ³⁰¹.

299 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

300 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

301 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

Não. Continua não. Primeiro que acabou o coletivo e quando se acaba o coletivo já dá pra dizer que não tem mais aquela base forte que tinha no início. Porque o coletivo é a base de união. Só tem o coletivo quando você tá disposto de trabalhar junto e só se trabalha junto se tem união e não tem mais isso. O coletivo daqui morreu faz anos. **[Entrevistador: o que era o coletivo?]**: o coletivo era um, assim, tinha a Associação e dentro da Associação tinha aquele coletivo. Vamos supor que você colocava uma roça de 50 tarefas, aí aquele coletivo podia ser de trinta famílias, daquelas trinta famílias pudesse ter 100 pessoas, mas os trinta tinha que estar naquele coletivo, entendeu? Você trabalhava junto, colhia junto, você armazenava junto [...]. Isso não existe mais, não aqui. **[Entrevistador: o que foi a causa dessa mudança?]**: Agora aí eu não sei dizer a você o que foi a causa, talvez, assim, ao longo dos anos, as pessoas passaram a viver cada um no seu mundo, sabe? Cada um se achar um pouco melhor do que o outro, já olha pra você de cima pra baixo, não olha pra você de igual. [...] aqui as pessoas tomaram rumos diferentes, acha que porque estudou um pouquinho, ou acha que fala mais um pouquinho, ou que é presidente da associação acha que já tem, sabe! Aquela comunicação que tinha antes acabou. Hoje você faz uma assembleia [...] vai sete. Aí isso é o quê? Isso é falta de confiança eu acho. Porque tanto faz como tanto fez, quando eu chego lá [na assembleia] não passa nada que me interessa ou só passa o que interessa a terceiros. Eu acho que foi isso que aconteceu³⁰².

Uma síntese analítica dos depoimentos, à luz da realidade do assentamento Lameirão, fica perceptível que, apesar das experiências de projetos/ações comunitárias coletivas ao longo dos anos, esses processos foram diminuindo após atravessarem diversas dificuldades e estão em crise na comunidade, podemos assim dizer. O que existe hoje são algumas experiências coletivas pontuais de algumas famílias, além de poucas atividades comunitárias, como as áreas coletivas para plantio que permanecem mais utilizadas, muitas vezes, de forma individual, bem como a continuidade da associação comunitária com suas reuniões, mesmo com dificuldades, juntamente com as ações individuais, a marca estrutural na comunidade. Mitidiero Jr. (2008, p. 411) afirma que, “como frequentemente acontece

302 Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

após a conquista da terra, na metamorfose do acampado em assentado, há um distanciamento entre as famílias, deixando a comunidade não tão coesa como se imaginava”. Os depoimentos corroboram a leitura do autor. No entanto, com base em Oliveira (2015)³⁰³, é preciso problematizar essa suposta ideia de que o campesinato assentado possui uma cultura individualista, que deveria ser destruída em nome de uma suposta ideia coletivista. Na realidade, o mais coerente é compreender que a produção individual faz parte da cultura camponesa, ou seja, seu modo de vida possui práticas individuais na unidade de produção familiar, que, na verdade, são práticas também coletivas, pois realizadas com membros dessa unidade; mas, o mais importante, na ótica do autor e com a qual concordamos, é que isso não elimina as experiências comunitárias que permeiam as ações do campesinato nos assentamentos rurais.

Outra questão importante que deve ser levada em conta nesse debate é a lógica que move os projetos produtivos coletivos levados a cabo pelo Estado para os assentamentos rurais. Bartra (2011, p. 315) nos fornece pistas importantes, ao defender que a lógica das cadeias produtivas, sustentadas em monoculturas especializadas pelo viés empresarial, choca-se com a lógica camponesa, pois esta “[...] não pode ajustar-se mais às sinalizações do mercado, já que é movida pelo bem-estar da família e não pela rentabilidade [...]”, bem como com a lógica empresarial, que, diferente da camponesa, “[...] tropeça na mãe natureza, ou seja, na diversidade agroecológica incompatível com a uniformidade técnica da agricultura de modelo industrial” (Idem). O que esse autor acertadamente ressalta hoje, Chayanov (1985) há muito já reconhecia no seu exaustivo estudo acerca do campesinato russo, ou seja, o que move a unidade familiar camponesa não é o lucro capitalista. Quando o assentado, depoente acima, se remete ao lucro como forma de incentivo às atividades coletivas, não se trata da loucura da razão econômica capitalista, nos termos de Harvey (2018); mas do bem-estar familiar que rege o equilíbrio segundo Chayanov (1985, p. 81): “el volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores”.

303 Anotações realizadas a partir da fala do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira na condição de membro da banca de defesa de dissertação do autor dessa tese. Cf.: Cosme (2015, p. 249).

Como enfatizam Paulino e Almeida (2010, p. 36), com base nos estudos desse autor, o camponês “[...] não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço trabalho-consumo que é subjetiva baseada nas necessidades da família”.

Assim, defendemos que qualquer projeto de produção coletiva que não leve em conta essa lógica camponesa, diametralmente oposta à dinâmica da lógica empresarial capitalista, vai ser frustrado, como foram alguns desenvolvidos no assentamento Lameirão. Assim como qualquer analista, que, ao se debruçar sobre o cotidiano das famílias assentadas e a produção coletiva nos assentamentos rurais, se não atentar para essa especificidade do modo de vida da classe camponesa, incorrerá em equívocos analíticos, resumindo toda complexidade do tema da produção coletiva à propalada ideia de que a cultura individualista camponesa é a chave do problema. Essa lógica empresarial, durante os anos de 1990, segundo Fabrini e Roos (2015), foi adotada também pelo MST para os assentamentos rurais através da implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Com o passar do tempo e o insucesso dos resultados, o próprio Movimento revisou, parcialmente, seu modelo cooperativo empresarial e a produção camponesa nos assentamentos.

Essa guinada importante, não apenas do MST, mas de outros movimentos e organizações sociais, ocorreu frente à crise civilizatória da relação sociedade-natureza, que no Brasil se expressa, especialmente, pelo perverso desenvolvimento do modelo agrário/agrícola do agronegócio, herança do seu passado colonial latifundiário-escravista e conservado pela modernização conservadora dos anos 1960/1970. Nesse sentido, como anotou Wanderley (2014, p. 31), temos na sociedade uma revalorização das categorias camponês/campesinato, “sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas”.

No entanto, é importante que se ressalte que a produção e o trabalho social coletivos, mesmo com todos os atropelos e dificuldades, resistem no assentamento Lameirão. Antes de citá-los, é importante ter-

mos em mente que o coletivo não se resume à produção, muito menos à unidade familiar camponesa, como bem ressaltou Wolf (1970), é apenas uma unidade produtiva. Como disse Bartra (2011, p. 317), diante do desafio civilizatório, reduzir o campesinato ao “setor social da produção agropecuária”, é empobrecer sua missão”. Portanto, o assentamento rural, enquanto uma comunidade camponesa, é diverso em todas as suas dimensões sociais, econômicas e políticas, bem como, na presença de sujeitos sociais, onde o gênero e a geração não podem escapar nas análises.

Conhecemos pelo menos três experiências coletivas importantes, que permanecem hoje no Lameirão: um grupo de seis famílias que desenvolvem/continuam o projeto coletivo irrigado, no caso uma cooperação em um projeto agropastoril irrigado - criação de ovelhas consorciada com o cultivo agrícola de capineiras, fruteiras e macaxeira, garantindo tanto a segurança alimentar, como geração de renda com a entrega de produtos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme a figura 13 demonstra.

Figura 13 – Assentamento Lameirão - Sistema agropastoril irrigado coletivo.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Outro grupo coletivo, com alguns membros que participam do projeto agropastoril irrigado, desenvolve piscicultura em gaiolas aproveitando as águas do rio São Francisco (ver figura 14).

Figura 14 – Assentamento Lameirão - Vista do Rio São Francisco com as gaiolas de piscicultura coletiva.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Um terceiro grupo, formado por jovens assentadas(os) que, aproveitando algumas pinturas rupestres existentes em formações rochosas e a trilha pela exuberante caatinga do assentamento, desenvolvem um importante projeto ecológico denominado “Trilha Ecológica Veredas da Caatinga” (ver figura 15). Uma forma de gerar renda e oportunidades de participação dos/das jovens no cotidiano da comunidade, além de cativá-los de modo a permanecerem na comunidade.

Figura 15 – Assentamento Lameirão - Sede do grupo de jovens Trilha Ecológica Veredas da Caatinga.

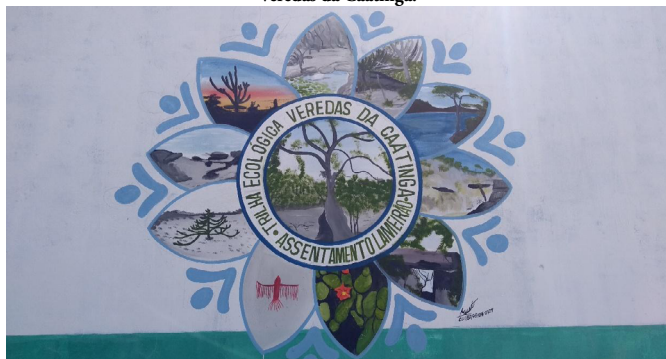


Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Para se debater criticamente o sucesso ou o insucesso das experiências coletivas, ou mesmo individuais, de produção nos assentamentos rurais, é preciso se levar em conta, por exemplo no caso em tela, o contexto de elevadas dificuldades destacadas pelos depoentes anteriormente mencionados. A mudança de acampado para assentado não ocorre idealisticamente, mas materialmente, por isso, a crítica tem que levar em conta a precariedade vivenciada pelas famílias. O território de resistência do assentamento Lameirão é impregnado dessas dificuldades. Nesse sentido, a narrativa dos assentados(as) nos faz lembrarmos também que o Lameirão está encravado no semiárido nordestino, onde a questão hídrica sempre será determinante na convivência, ou melhor, na relação sociedade-natureza. Foi tão determinante nesse caso, pois influenciou a própria escolha do imóvel rural a ser conquistado, questão essa que permeou toda a construção do assentamento e ainda é central para a comunidade, por isso, o tema água está sempre presente nas falas dos(as) entrevistados(as).

Entrementes, diferentemente de todos os outros quatro assentamentos estudados nesta obra, o Lameirão tem uma particularidade positiva: suas terras são banhadas pelas águas do rio São Francisco. Vale salientar que isso nem sempre foi um acesso tão fácil, passando a ser com a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada a montante da cidade de Canindé de São Francisco, Sergipe, onde o seu reservatório possibilitou que as águas desse rio chegassem muito próximas da única agrovila existente no assentamento Lameirão. Um assentado, ao tratar das dificuldades enfrentadas na construção do assentamento, descreve esse processo, vamos dizer, de encontro das famílias sertanejas com as águas do Velho Chico:

A dificuldade aqui na época maior era a água né, a questão da água, por que o rio não época não era [perto], não tinha [sido] feita a barragem de Xingó, e água você ia buscar na cabeça lá na beira do rio ou, então, tomar água numa cacimba que tem ali, numa fonte que tem lá na moita. A dificuldade era essa. E que até hoje a dificuldade maior ainda né, que ela também permanece ainda, não do mesmo jeito que era: é a questão da água. [...] hoje tem energia, tem a água e você não consegue deslanchar [...]³⁰⁴.

304 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

A presença do Velho Chico é um diferencial positivo importante para a convivência com o semiárido alagoano por parte do campesinato assentado, bem como para mitigar os efeitos da precarização vivenciados pelas famílias no assentamento Lameirão. Entretanto, sabemos que a simples presença do rio, sem apoio técnico, econômico, de infraestrutura e formativo para a mudança de agricultura de sequeiro para irrigação, não tem, como não teve, o potencial desejado. No debate da democratização do acesso à água é mister ter em mente que esse processo é atravessado por grandes interesses e relações de poder favoráveis aos grandes proprietários em detrimento do campesinato.

Por não conseguirmos no INCRA, nem no ITERAL, informações sobre as coordenadas geográficas do assentamento Lameirão, assim como fizemos no assentamento Peba, construímos, num momento de campo junto com os assentados, o mapa do referido assentamento. Um parêntese aqui é necessário: ao percorrer o perímetro do assentamento, nos deparamos com uma mega estrutura de captação de água do rio para fins de irrigação (ver figura 16) em um latifúndio confrontante ao assentamento, conhecido entre as famílias por “fazenda Amarela”. Trata-se de uma propriedade que desenvolvia até pouco tempo, segundo relatos colhidos, o agronegócio da fruticultura irrigada, no momento da nossa pesquisa com as atividades paralisadas, inclusive onde membros das famílias assentadas realizavam trabalho acessório. Atualmente, o imóvel está sendo utilizado para a criação de bovinos e, um detalhe importante: segundo relatos de alguns assentados(as), é frequente a presença do atual prefeito do município de Delmiro Gouveia nas suas dependências. Duas questões ficaram em relevo e merecem ser analisadas em outras pesquisas: uma é a pista importante para a problematização das relações de poder, em escala municipal, entre gestores públicos e os grandes proprietários de terra do caso acima narrado; outra é a facilidade dos grandes proprietários de terra em obter a estrutura de captação e de acesso à água do rio São Francisco para fins de irrigação, enquanto para o campesinato assentado isso é uma utopia distante.

Figura 16 – Assentamento Lameirão - Estrutura de captação de água para fins de irrigação em uma fazenda confrontante.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Assim, o debate da produção agropecuária e da sustentabilidade econômica do assentamento Lameirão, seja através de atividades coletivas e/ou individuais, deve ser realizado levando-se em conta essa disputa desigual entre os latifundiários e o campesinato, por exemplo, na questão do acesso à água e às condições materiais de ter e manter uma estrutura de irrigação. Dessa forma, mesmo com o rio, as dificuldades com relação às condições de efetivar uma agricultura irrigada sempre foram, como continuam sendo, um desafio constante a ser enfrentado pelas famílias. Uma assentada resume bem esse contexto de profunda precarização vivenciada nos primeiros anos do assentamento. Ao fazer um balanço das principais dificuldades enfrentadas pelas famílias ao longo dos anos, levanta questões importantíssimas, ao diferenciar o momento do acampamento e do assentamento. A falta de água, renda, emprego e transporte são, na sua fala, problemas estruturais.

Primeiro, que a gente teve que enfrentar, um dos maiores [problemas], foi a falta de geração de emprego e renda. Porque assim, no acampamento e assentamento, é como se fosse duas versões, é dois lados, é um lado acampamento, é um lado assentamento. O acampamento, pelo menos o nosso aqui, na época ele teve, assim, um apoio muito grande da Visão Mun-

dial. A Visão Mundial ela esteve presente com o Lameirão nos momentos mais difícil né. Acho que foi a sorte de muitos de nós ter se mantido aqui dentro foi a assistência que a Visão Mundial passou, que não deixava faltar praticamente nada, principalmente, na questão alimento, porque ninguém tinha trabalho, ninguém tinha dinheiro, ninguém tinha renda nenhuma. E era sendo mantido através das doações que vinham e a Visão Mundial foi fundamental né. E, depois disso, que você vira o assentado, já é considerado diferente, os benefícios eles já vem de forma diferente. E na maioria das vezes eles [benefícios/projetos] são empurrados de goela abaixo. O governo que manda e diz o que tu tem que fazer sem perguntar se aquilo ali é viável pra você. A gente enfrentou essa dificuldade muito grande, não só enfrentou, como ainda enfrenta. A dificuldade maior aqui dentro do Assentamento Lameirão é a geração de emprego e renda. E a outra, que já é menos porque hoje em dia todo mundo já tem, a maioria já tem, um sempre serve o outro, é a questão de transporte. Mas a gente teve muita dificuldade com água. A gente não tem água tratada. Mais o maior mesmo foi o problema da geração de emprego e renda e é ainda³⁰⁵.

Em uma política efetiva/verdadeira de reforma agrária, caso tivesse sido assim, em um assentamento como o Lameirão, com as condições naturais favoráveis com a presença do rio São Francisco, solo apropriado e clima, não necessitaria de um trabalho de doações como foi efetivado nos primeiros anos pela ação da ONG Visão Mundial. Esse apoio é relatado por diversos entrevistados como primordial para garantir a resistência camponesa no Lameirão. Aliás, essa mesma assentada, ao ser questionada como avalia a reforma agrária, a partir da sua realidade, crítica e ironicamente afirma, de forma bastante lúcida, aquilo que estamos reiterando a partir desse estudo: nunca houve reforma agrária no Brasil, mas um processo contrarreformista:

[...] a reforma agrária, ela ainda falta muita coisa para ser uma reforma agrária de verdade, né. Falta realmente o interesse político, porque o interesse político voltado pra reforma agrária é puro interesse, né. Eles só se interessam de quatro em quatro

305 Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

anos, quando eles querem o voto, eles lembram da reforma agrária. E, assim, a terra, eu acho que a terra é tudo. A terra, ela sendo trabalhada de forma correta, é a sobrevivência de qualquer ser humano. [...] ela tem um valor muito grande, não só pra quem vive na zona rural e quem vive da agricultura. Ela tem um valor de sustentabilidade pra todo mundo né, tanto zona rural como zona urbana, porque a zona urbana não existiria se não existisse a zona rural e a zona rural não existia se não existisse a zona urbana, eu acho então: é um conjunto que se completa, né. É dessa forma que eu avalio a terra, a importância dela é fundamental e, principalmente, pra quem vive da agricultura³⁰⁶.

Na fase de assentamento, passada a luta da ocupação/acampamento, o Estado, a serviço das forças contrarreformistas, passa a ditar as regras: “ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. O desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado. E aqui há uma espécie de coerção interna ao Estado” (LEITE et al., 2004, p. 65). Destarte, o campesinato assentado passa a se submeter a esse contexto, pois não resta outro caminho para garantir a existência social dessa fração de descartes em sociedade, haja vista que “[...] não há assentado sem assentamento. É o assentamento que faz existir o assentado” (Idem). Portanto, é em meio às contradições da ação do Estado que se garante a recriação do campesinato assentado e a existência dos sujeitos como camponeses e camponesas assentadas.

Nessa esteira, fica clara a ação estatal no assentamento Lameirão quando a assentada diz que “benefícios”, ou melhor, os projetos conquistados “são empurrados *de goela abaixo*. *O governo que manda e diz o que tu tem que fazer sem perguntar se aquilo ali é viável pra você*”. Essa fala nos fornece pistas importantes para compreendermos as dificuldades que inviabilizam os projetos coletivos e a crise dessa via para a sustentabilidade da comunidade, por isso, falamos em atropelos levados a cabo pelo Estado. A fala da depoente se refere aos projetos coletivos que foram desenvolvidos ao longo dos anos no assentamento Lameirão, conforme o quadro 7.

306 Idem.

Quadro 7 – Assentamento Lameirão – Projetos coletivos desenvolvidos ao longo dos anos

PROJETOS/ PROGRAMAS	QUEM FINANCIOU	ANO	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	PROBLEMAS ENFRENTADOS	SOLUÇÕES
PROCERA	BANCO	1992/ 1993	Apresentou projeto, mas não foi discutido.	-	-
Fábrica Fubá	-	1992	-	-	-
Piscicultura	ITERAL	2000 2008	Apresentou projeto, mas não foi discutido.	Faltou recurso, por isso ficou 8 anos para sair.	Está em funcionamento com um pequeno grupo.
Caprino	ITERAL	2000	Discutido com a comunidade.	Só saiu metade do projeto/manejo coletivo.	Entregou para um grupo menor; conserto de cercas.
Mandala	ITERAL EMATER	2000	Discutido com a comunidade.	Desistência das pessoas; falta de água.	-
Apicultura	ITERAL, CANADÁ, INCRA	2003	Discutido com a comunidade.	Desistência das pessoas.	União; ter compromisso.
Projeto de irrigada	Centro Xingó de Convivência com o Semiárido	2005	Discutido com a comunidade o projeto, mas não a cultura agrícola.	Vender a melancia; bomba quebrou; corte de energia; desistência, vento, formiga; não teve a poda;	Acabou e se construiu a horta e o projeto agropastoril irrigado; Técnico do Xingó/ Prefeitura ajudou com ATER; acabar com a banana; mudar a cultura; controle com produto natural dos cultivos.
Horta	SESI	2007	Discutido com a comunidade.	Desistência das pessoas (mulheres).	Passar para outro grupo (homens).

Fonte: Johner (2009); Trabalho de campo (2015-2018). Org.: Autor.

O que podemos perceber é que o assentamento Lameirão até conseguiu, a partir de parcerias diversas, desenvolver alguns projetos coletivos. Durante os momentos de campo, em um deles fizemos uma caminhada por toda a área da comunidade, foi possível encontrar algumas das estruturas, a exemplo do aprisco para o projeto dos caprinos. São estruturas que estão sendo utilizadas individualmente, como o curral/estábulo da comunidade, mesmo em condições de conservação bastante precária; outras sem uso, como os silos de alvenaria (Ver figura 17, 18 e 19).

Figura 17 – Assentamento Lameirão – Aprisco de um dos projetos coletivos implementados na comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 18 – Assentamento Lameirão – Silo de alvenaria de um dos projetos coletivos implementados na comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 19 – Assentamento Lameirão – Curral para o rebanho bovino de um dos projetos coletivos implementados na comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Também encontramos resistências camponesas remanescentes desses projetos, como o projeto agropastoril irrigado que ainda é tocado por algumas famílias coletivamente. Há na paisagem do assentamento os registros de um passado recente, que representam materialmente avanços, recuos, sonhos e utopias, onde grupos de famílias, em meio às adversidades, buscaram/buscam desenvolver os projetos produtivos coletivos implementados, mas, muitas vezes, não são construídos diretamente pelas/com as famílias, conseqüentemente, não respeitando os elementos do modo de vida e da visão social de mundo do campesinato assentado. No quadro anterior, estão sinalizados diversos entraves que contribuiram para a ruína de alguns. De todos, aquele mais citado nos relatos é o projeto de fruticultura irrigado. Uma assentada, perguntada se é possível conseguir renda e, assim, viver apenas do assentamento, logo se remete aos tempos áureos do referido projeto, bem como menciona o problema estrutural: a água para irrigação chegou, mas um gargalo fatal foi a alta taxa cobrada pela energia elétrica.

Primeiro a gente vive numa área rural, né isso. A gente vive da agricultura, só que a gente vive no Sertão. Há quantos anos a gente não tinha um período de inverno? Há quantos anos você não plantava e não colhia o milho, o feijão, a abóbora,

a melancia? Que são coisas que te dá o sustento da agricultura. Agora se a gente for falar de uma agricultura familiar é a irrigação no momento aqui; mas aí quando você fala em irrigação você tem que ver que precisa de água e aqui não tem como a gente manter um projeto de irrigação. Primeiro que o custo é muito grande aí você não mantém. Até que já foi tentado. Enquanto o projeto pode ser mantido na época pelo instituto, que hoje é Chico Mendes, ele se manteve mais de dois anos. E foi uma maravilha. A gente tirava daqui toneladas de melancias, toneladas de bananas, toneladas de feijão de corda. Eu acho que durante esses quase vinte e oito anos de assentamento foi, na agricultura, o melhor tempo que a gente teve aqui. Porque a gente tinha, a gente vendia, a gente dava e a gente obtinha a renda. Quando disse assim: “o assentamento vai se manter pagando a energia”, não deu. A tarifa veio: é um absurdo, é muito caro. E a gente não conseguiu manter essa irrigação, que é ali nos fundos, que hoje não é mais irrigação, foi transformado num criatório de ovelha. O grande problema é esse, é a seca, a gente vive numa área rural de seca³⁰⁷.

Johner (2009), discutindo o uso dos bens comuns naturais em assentamentos rurais do semiárido alagoano, justamente sendo o assentamento Lameirão o escolhido para estudo, atestou, com base em levantamento junto às famílias, que os projetos coletivos, especificamente, o de irrigação, chegaram à associação através de reuniões, é fato, entretanto, não foram ouvidas as opiniões dos associados, nem estes eram consultados sobre o interesse pela atividade irrigada e a aptidão para ela. Os resultados a que a autora chegou estão em sintonia com o depoimento da assentada, bem como mostram a lógica empresarial do agronegócio sobreposta à lógica camponesa, no tocante ao pacote químico nos modos da revolução verde e a busca primordial pela sustentabilidade econômica:

E ao chegar ao final do cronograma do projeto de assistência técnica da irrigação, que contempla alguns gastos como de energia elétrica, a produtividade não foi alcançada ao ponto de se sustentar e os assentados não têm condições de arcar com a despesa da energia elétrica para as bombas de irrigação. A curtíssimo prazo, a produção finda por bom resultado eco-

307 Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

nômico, ou seja, pode até chegar tirar uma safra – a custo de grandes investimentos, de uso intensivo dos insumos como adubos químicos, agrotóxicos, espécies melhoradas, despesas contempladas na criação projeto – entretanto não consideram a perda por não terem uma diversificação da produção que garantiria a sustentabilidade não apenas econômica, mas social e ambiental (JOHNER, 2009, p. 64).

Importante registrar que o apoio do INCRA sempre foi algo não atestado pelos depoentes. A questão dos serviços de ATER, inexistentes ou nos momentos em que existiram, carregados de problemas, é um exemplo lembrado. Uma assentada sintetiza a atuação do órgão: “[...] *o INCRA mal aparece por aqui, [...] apareceu aqui [...] quando foi na reforma dessas casas [...]. se disser que a gente tem uma assistência do INCRA totalmente, eu não vejo. Só quando eles querem fazer uma pesquisa, [...] um levantamento [...] aparecem*³⁰⁸”. Johner (2009, p. 75), nessa esteira, afirma: “é evidente a ausência do poder público, bem como dos gestores (como INCRA e instituições de assistência técnica governamental) nas suas atribuições para com o assentamento”. Como citado no item anterior, não conseguimos acessar a relação de crédito instalação liberado pelo INCRA, no entanto, o levantamento junto às famílias, por questionário aplicado, demonstra que uma parte daquele nunca chegou, a exemplo do crédito apoio para as mulheres. Foram acessados créditos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), no valor de R\$ 12.000,00 reais, aplicados em rebanho bovino para a produção de leite, em uma tentativa de seguir os moldes da lógica empresarial, onde ainda hoje algumas famílias desenvolvem essa atividade.

Como não só de coletivo vive o campesinato assentado, temos também o trabalho individual executado por unidade de produção familiar. Apesar das dificuldades, a utopia camponesa segue no Lameirão forjada nas resistências diárias. São experiências individuais remanescentes dos aprendizados, muitas vezes, das experiências coletivas, a exemplo da produção pela via da agricultura irrigada. Visitamos alguns lotes e quintais produtivos que demonstram o caráter policultor na produção de

308 Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

alimentos, a diversidade da produção de forma agroecológica, sem uso de agrotóxicos e adubos químicos, consorciando agricultura e pecuária.

Caminhamos da residência ao lote do assentado Manoel de Aguiar Correia - a moradia na agrovila e a área de cultivo são separadas no assentamento - e ele nos mostrou com entusiasmo cada palmo de terra sendo aproveitado produtivamente com rebanho caprino e ovino, fruticultura irrigada com a cultura do mamão, capineiras, feijão e milho, além da busca para manter a irrigação, construindo com recursos próprios, um pequeno reservatório hídrico, que, juntamente com o aprisco, são tecnologias artesanalmente pensadas pelos saberes e experiências camponeses, mas também aprendizados dos projetos coletivos no assentamento. Quando a unidade familiar camponesa consegue ter acesso à água e manter uma área irrigada, especialmente, nos assentamentos rurais do semiárido, a mudança fica registrada no território, como mostram as figuras 20, 21, 22 e 23.

Figura 20 – Assentamento Lameirão – Aprisco com o rebanho caprino individual do assentado Manoel de Aguiar Correia.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 21 – Assentamento Lameirão – Fruticultura irrigada (mamão) individual do assentado Manoel de Aguiar Correia.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 22 – Assentamento Lameirão – Reservatório para fins de irrigação e abastecimento do rebanho no lote do assentado Manoel de Aguiar Correia.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 23 – Assentamento Lameirão – Plantio consorciado de feijão e milho na roça camponesa no lote do assentado Manoel de Aguiar Correia.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Os quintais produtivos, atividades camponesas essenciais para a organização da unidade familiar e a convivência com o semiárido, são dignos de nota. Deles vem boa parte da alimentação das famílias: frutas, verduras e pequenas aves (galinhas, ovelhas), além de ervas medicinais. Visitamos alguns, bem como saboreamos os alimentos em almoços e jantares nas famílias em que fomos recebidos, assim, constatamos a importância das atividades desenvolvidas nesses espaços das moradias (ver figuras 24 e 25).

Figura 24 – Assentamento Lameirão – Quintal produtivo na residência da assentada Odete Vitor da Costa.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 25 – Assentamento Lameirão – Quintal produtivo na residência do assentado Enoque Ferreira de Oliveira.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Destaque particular para José Manoel da Silva, um apaixonado pela caatinga - ambientalista agroecólogo - fez do seu quintal, entre outras atividades, um viveiro de mudas, especialmente de plantas nativas, mas conta também com uma grande diversidade de frutíferas, hortaliças, espécies ornamentais e medicinais, são produzidas mudas de mamão, caju, manga, acerola, maracujá, gliricídia, capim santo, cidreira, mãe de mil, quinoa, imburana, coqueiro, angico (liso e de caroço), mororó, leucena, jaca, cactáceas, e muitas outras. Segundo suas estimativas, após 3 anos já foram produzidas mais de 10 mil mudas, porém a principal dificuldade encontrada está na falta de compradores e parcerias para distribuição da produção. A entrada da sua residência traduz o modo de vida dessa unidade familiar camponesa: “*sementeira de árvores nativas: vende-se vida*” (Ver figuras 26 e 27).

Figura 26 – Assentamento Lameirão – Placa na entrada da residência do assentado José Manoel da Silva.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 27 – Assentamento Lameirão – Viveiro de mudas no quintal produtivo na residência do assentado José Manoel da Silva.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Toda essa realidade materializa as formas de resistência camponesa do campesinato assentado no assentamento Lameirão. As famílias chegam de modo geral, após quase 30 anos de construção, com uma preocupação, expressada nos diversos depoimentos: a questão da produção, portanto, do emprego e da geração de renda, ainda são entraves para a permanência das famílias na comunidade. A pergunta, realizada para todos e todas, se é possível retirar o sustento apenas do assentamento é sempre respondida negativamente. Um assentado, nesse sentido, avalia, com perguntas pertinentes, a atual situação no assentamento, resumindo com reflexões que foram se tornando e são hoje desafios não apenas para o Lameirão, mas para se pensar uma política efetiva de reforma agrária no Brasil, notadamente, que respeite as particularidades de um país continental e diversificado, como, por exemplo, a grande especificidade do semiárido nordestino: a necessidade de convivência com a seca.

O assentamento Lameirão hoje ele, tem a associação, que é o trunfo a associação, nós temos um grupo coletivo que tá aí [se] destacando, e cada um tem o seu trabalho individual [...]. A renda: até hoje não deslanchou, a realidade, não deslanchemos a renda, já por causa que não tem uma política voltada à pro-

dução. Como é que a gente vai produzir nesse Sertão? Como é que esse Sertão tá produzindo? Nós tamos hoje com oito anos de seca. Qual é a política que se tem de investimento? Qual é o tipo de produção que a gente vai ter nesses assentamentos? Nunca foi discutido. A gente discute entre a gente, mas não consegue deslanchar. [...] não tem uma política voltada pra os assentamentos por região por região. Hoje, a gente vive aqui, um cria um cabrito, um cria sua cabra, outro cria uma vaquinha de leite, [...] cada um faz suas manobras, mas, assim, um fator de produção, assim, pra gente deslanchar e dizer assim: Lameirão produz x pro comércio, nós não temos [...]³⁰⁹.

Conjugado ao debate da problemática da produção, emprego e renda, levantada pelo assentado, é mister, em nossa ótica, inserirmos na discussão a questão da saúde e da educação no assentamento, ante a importância desses dois temas na construção de qualquer comunidade rural. Logo no início da construção do assentamento, na primeira metade dos anos 1990, as famílias conquistaram a escola e um posto de saúde (ver figura 28).

Figura 28 – Assentamento Lameirão – Posto de Saúde da Comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

309 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

No tocante à escola, essa conquista sofreu um duro revés nos últimos anos, pois a escola foi fechada. Os jovens e, especialmente, as crianças precisam se deslocar para uma comunidade próxima ou mesmo para a sede do município, deixando as famílias apreensivas. Vale salientar que a relação com o poder municipal é sempre marcada por uma velha discussão: o assentamento é de responsabilidade do governo federal, portanto, o gestor municipal busca se eximir das reivindicações das famílias. Solicitada a avaliar a relação do poder municipal ao longo dos anos com relação ao assentamento Lameirão, uma assentada assim se remete:

[...] primeiro que já esbarra naquela burocracia de dizer que é assentamento e que o município não pode intervir muito né. Já tem essa barreira: [...] Qualquer tipo de benefício que venha tem que ser informado e liberado através do INCRA. Mas, assim, eu acho que não teve muito benefício, mas também não deixou de ter. [...] a prefeitura ela sempre teve um apoio indireto, não direto [...] ³¹⁰.

Ao longo do tempo, as famílias foram conquistando vitórias importantes, como, por exemplo, atendimento médico, ambulância e agente de saúde à disposição na comunidade. Um assentado fortalece essa linha ao enfatizar, no tocante à saúde, o seguinte: *“rapaz, tá bom, graças a Deus, por que de quinze em quinze dias vem médico pra aqui pro posto, num falta remédios pra gente pegar pras crianças, pra nós mesmos, tá bom”*. Ocorre que essa dinâmica vai muito da conjuntura política do momento, ou seja, basta um gestor que não simpatize com a luta para que as conquistas recuem. Esse parece ser o momento atual como analisa uma assentada ao ser perguntada sobre como está a saúde: *“Tá caindo. A gente já esteve bem melhor. Antes a gente tinha médico, dentista atendendo aqui. A gente tinha enfermeiro, ambulância. [...] há dois meses [...] nós não temos nada, significa que a saúde está péssima ³¹¹”*.

A ruptura na relação com o MST, nos primeiros anos de construção do assentamento Lameirão, é tida por boa parte dos assentados

310 Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

311 Idem.

entrevistados como um ponto negativo na busca de novas conquistas para a comunidade. O quadro dessa ruptura, analisado no item anterior, quando da abordagem do assentamento Pebá, é válido para o caso em tela, pois, das lideranças na época do nascimento do MST/AL, que protagonizaram o rompimento com a direção nacional do Movimento, uma parte reside no assentamento Lameirão. Assim, não vamos alongar muito a discussão. Apenas registrar que, da mesma forma que no caso do Pebá, houve um distanciamento do MST do assentamento Lameirão, fato que permanece ainda hoje. No entanto, alguns assentados, inclusive ex-lideranças dos anos de ocupação e, especialmente, alguns jovens filhos e filhas de assentados, participam de alguns eventos do Movimento. Um assentado, que participou da luta no Pebá, acompanhou o rompimento aludido e, ao ser perguntado como está a mobilização e a luta hoje em comparação a quando o Lameirão nasceu, reflete no sentido de que a ruptura trouxe prejuízos:

Hoje mudou muito, hoje a gente passa por um aprendizado diferente. Hoje até pra convencer os jovens e um pouco difícil né. Porque eu acho que a gente poderia tá num patamar melhor. A gente não rendemos muito. O único que rendeu foi aquele que conseguiu vir do meu tempo e conseguiu a terra; mas isso não quer dizer que evoluiu muito. Se conseguiu de uma certa forma se manter, porque parece que não tinha saída né, porque se alguém tivesse outro jeito de ver melhorar a coisa tinha ido. Porque a gente passa momento difíceis mesmo. O Movimento [MST] quando nós chegamos aqui, hoje nós não sabe mais quem são as lideranças no geral, fulano, por que ele entrou no estado como um todo, do Sertão e saiu descendo e hoje ele está no estado todo. Mas, por culpa de algumas divergências também nos perdemos de estar mais evoluído né. Podia estar mais! A única coisa que nos seguramos a barra foi a Associação. Porque a Associação, quando nós chegou aqui que fundamos elas, fiquemos segurando, mesmo capengando [...] ³¹².

Outro assentado, que também acompanhou de perto a luta iniciada na fazenda Pebá, tendo sido um militante importante naqueles anos, quando indagado se hoje a comunidade é ligada a algum movi-

312 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

mento, não mede palavras para demonstrar o reconhecimento que tem pelo MST. Na verdade, essa é a tônica das narrativas: se, de um lado, reconhecem que houve uma contradição entre as lideranças locais e os representantes da direção nacional; de outro, se mostram bem receptivos com o Movimento, mesmo afirmando o distanciamento da militância.

Hoje a gente ainda faz parte, não, assim, como militante; nós respeita o Movimento Sem Terra [MST] e acompanha passos vez em quando, quando somos convidados. Não estamos mais no meio do campo da liderança, mas a gente faz parte. Nós respeita o Movimento, é uma coisa sagrada o Movimento pra gente também, eu endeuo o Movimento por que é através dele é que nós temos milhões [...] de pessoas assentadas. [...] tem seus defeitos pessoais, porque tem pessoas que crescem né, a liderança, as vezes, se perde e acontece algum erro. Erro também social e erro humano. Eu, então, pessoalmente, tenho maior respeito pelo Movimento né. É um dos Movimentos maior que temos no nosso país e que merece respeito e dignidade. É através dele que tou hoje e tem milhões de assentados, filhos de assentados aí, pessoas nossas que nunca tivemos direito a nada nesse país. Nós temos filhos técnicos [...], tudo através desse pedaço de chão, de você ter uma posse de terra, pisar os pés no chão, começar a viver e construir sua família. [Aqui] nasceu os filhos, hoje tem pessoas formadas, agrônomos [...] filhos do Sem Terra, crias do Sem Terra. Então, merece respeito o Movimento Sem Terra³¹³.

Uma liderança do MST demonstra também que o Movimento nutre respeito e sabe da importância do assentamento Lameirão. Prova disso é que nos últimos anos tem sido intensificada uma dinâmica de reaproximação entre ambos, mesmo estando ainda longe do ideal e necessário, em nossa ótica. Algumas iniciativas nesse sentido ficam evidentes na fala da depoente: desde o incentivo à participação de jovens nos projetos implementados nos assentamentos, até a realização de eventos na própria comunidade em comemoração aos 30 anos do nascimento do MST/AL, onde o Lameirão e o Peba são simbólicos desse momento histórico importante. Nas feiras livres organizadas pelo Movi-

313 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

mento, sejam no Sertão, sejam na capital, Maceió; no Projeto Arajuba: “Apicultura na Reforma Agrária; em encontros de análise de conjuntura, nas paralisações de BRs, sempre encontramos jovens do Lameirão e/ou mesmo assentados e até as ex-lideranças, o que corrobora a fala da depoente quanto a resgatar e (re)construir essa identidade militante das famílias assentadas do Lameirão com o MST.

[...] o Lameirão é um assentamento do MST né, nós considera o Lameirão nosso pai. Aliás, assim, agora nós completamos, agora em dezembro, 30 anos do MST aqui no estado de Alagoas, e nós fizemos questão de nosso encontro da regional aqui, fazermos lá no Lameirão. Fomos lá, passamos três dias, o pessoal daqui da região do Sertão, o pessoal contando história de como era, de quando ocuparam, ficaram muito emocionados, tivemos mística, fizemos mística de ocupação, então, assim, foi aquela dinâmica muito bonita. E, justamente, o Encontro Estadual também foi aqui em Delmiro Gouveia, que foi onde teve o primeiro assentado. Então, assim, jamais o Lameirão vai deixar de ser do MST né. Enquanto tiver um jovem, principalmente, os jovens está mais agarrados, [...] enquanto tiver um jovem, alguém que queira levantar a bandeira do MST o Lameirão jamais deixará de ser do MST³¹⁴.

Mesmo com todas as dificuldades, produto da precarização marcante da contrarreforma agrária no Brasil, intensificadas pelos desencontros como os ocorridos com a ruptura entre o MST e a comunidade, é preciso destacar que a construção do assentamento Lameirão pelas famílias assentadas, enquanto uma fração territorial de resistência camponesa, segue firme. Nesse sentido, tem razão Leite et al. (2014, p. 28), ao defenderem que “em que pese a pobreza de diversos assentamentos, é preciso ter em conta a situação das famílias no período anterior à sua instalação na terra, e atentar para os projetos como uma possibilidade de reestruturação da própria lógica de reprodução da unidade familiar”. Corroborando as palavras desse autor, estão as respostas da maioria dos entrevistados, quando perguntados: como você avalia a sua situação antes do assentamento Lameirão comparada com a atual?

314 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2018 no município de Delmiro Gouveia.

Rapaz, graças a meu bom Deus, pra mim é um sossego, porque você ver: tá com **trinta anos que num trabalho de alugado pra patrão nenhum**. Aí graças a Deus chegou a idade de me aposentar, eu me aposentei; eu tenho minhas cem tarefas de terra toda cercadinha a seis fio de arame; tenho meu barracinho pra morar; tem minhas criaçõezinhas de ovelha; tem minhas duas vaquinhas boas; e aí graças a Deus pra me é só sossego né³¹⁵.

Olha, eu **me considero um grande herói e milionário: a minha independência foi tudo na minha vida**. Hoje eu me alevanto quatro horas da manhã, uma hora da manhã e me levanto meio dia. Na hora que eu quero sair da minha casa, na hora que eu quero trabalhar eu trabalho. **Eu era escravo mesmo**: se eu não [chegasse] pontual sete horas, quando eu chegasse sete e dez o cara olhava pra mim e num dava nem mais bom dia. Graças a Deus em me sinto milionário. Agora, o que eu preciso de hoje é dar a ponta numa renda. Porque até hoje eu tenho uma renda que eu conto e não conto, porque eu não tenho uma soma, eu num fecho um ponto mensal, vamos dizer assim: todo mês em produzo x; eu não tenho isso. Comparando o dia de ontem, com o dia de hoje, há trinta anos atrás, apesar que eu estou ficando mais véi, mas hoje estou bem, graças a Deus [com] a liberdade, tenho minha morada, tenho minha família [...]. Amadureceu minha família, [...] criei minha família aqui, eu me sinto bem mesmo. Já imaginou se eu tivesse ainda trabalhando pro fazendeiro? Já velho e cansado trabalhando pro fazendeiro? Eu não tinha mais nada, nem saúde eu tinha mais. **E hoje eu tenho tudo na minha vida: tem uma galinha caqueira pra comer, tem um pé de coentro pra fazer um [alimento]. Ganhei minha liberdade**³¹⁶.

Esses depoimentos de dois assentados traduzem bastante o sentimento geral das famílias assentadas: a liberdade e a autonomia do tempo e do trabalho em detrimento da relação de exploração e subordinação ao fazendeiro patrão. É muito forte e significativa essa autonomia conquistada pelas famílias através da luta pela reforma agrária, bem como as possibilidades de (re)construção familiar, das trajetórias de vida propor-

315 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

316 Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2017 no município de Delmiro Gouveia.

cionadas pela nova condição social. Muitos ficaram pelo caminho também, é verdade, expulsos da terra pelas condições precárias, nos termos estudados por Cosme (2015). A título de exemplo, chegamos, a partir de um levantamento informal efetivado junto a alguns assentados que estão desde o início na comunidade, a um número de 25 famílias que não resistiram.

Para aqueles que ficaram e resistem, lutando e construindo o território de resistência do campesinato, nos ajuda o estudo de Leite et al. (2014, p. 28), quando dizem: “[...] podemos falar dos assentamentos rurais como ponto de chegada, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra”, dessa forma, continuam esses autores: “o impacto proporcionado nos parece importante pela possibilidade de transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena” (Idem. Grifos dos autores).

Nesse sentido, a presença dos assentamentos influencia sobremaneira, em alguns casos, a dinâmica da disputa política local, especialmente nos municípios onde estão inseridos, com os/as assentados(as) disputando cargos no legislativo, seja no executivo municipal (LEITE et al., 2014; MEDEIROS, 2003). Nessa esteira, um fato importante a se destacar, para percebermos a proporção da transformação política efetivada pelo assentamento Lameirão, foi a chegada, nas eleições de 2004, do assentado e ex-liderança fundadora do MST/AL José Cazuya Ferreira de Oliveira, ao cargo de vice-prefeito do município de Delmiro Gouveia, tendo ocupado o posto de prefeito em parte do período do mandato. Nas eleições de 2008, foi candidato a prefeito, não obtendo êxito, sendo que, atualmente, ocupa o cargo de Secretário de Agricultura de outro município sertanejo: Inhapi.

As condições objetivas descritas ao longo deste item, vivenciadas durante esses 30 anos pelo campesinato assentado no Lameirão, permitem visualizar um aprofundamento da consciência de classe camponesa forjada na luta pela terra e pelo território. A partir desse ponto em

diante, ou seja, da conquista do Peba, posteriormente, do Lameirão, a territorialização do campesinato assentado no estado de Alagoas se intensificou e se multiplicou por todo o seu território em um movimento do Sertão para o litoral, fazendo entrar, definitivamente, na arena das disputas de classes essa fração do campesinato.

Como veremos no próximo item, no caso do assentamento Olga Benário, são sujeitos e sujeitas assentados(as), até então inexistentes em termos políticos, que passaram, com a inserção no MST e a conquista territorial, a ser visualizados na sociedade. Portanto, o campo alagoano passou, definitivamente, a presenciar a consolidação de um fato singular na histórica luta pela terra levada a cabo pelo campesinato nesse estado: o surgimento ao mesmo tempo do campesinato assentado e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

5.3 Assentamento Olga Benário: resistência e rebeldia camponesa *versus* a tentativa do latifundiário de fazer injustiça pelas próprias mãos

O olvido do poder público, particularmente do Poder Judiciário, cuja ação não acompanha a violência do poder privado, torna válida a tese de que se trata muito mais de uma justiça de classe, e das classes dominantes, do que do bom uso da prerrogativa do monopólio da violência, posto que este só se torna legítimo se exercido em benefício da sociedade como um todo, o que está longe de vir acontecendo.

Porto-Gonçalves e Chuva (2007, p. 143), em “A oligarquia fazendo justiça com as próprias mãos: (A geografia da violência no campo brasileiro 2007)”.

Mobilização política indica um processo de ativação das pessoas [...]. Poderá ser feita tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil. Mobilização social já tem outro sentido: refere-se a ativações que visam mudanças de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais. Mobilização social, nessa acepção, envolve uma série de processos que objetivam, mudança de comportamento, aquisição de

novos valores, acesso a meios de inclusão social etc. Apela-se para a adesão do outro numa dada ação social, com um certo sentido já configurado. Nesta acepção, mobilização é uma categoria gêmea de participação. Desmobilização será justamente o bloqueio à participação.

Maria da Glória Gohn (2014, p. 65), em “Novas teorias dos movimentos sociais”.

Que en los ciclos de hegemonía burguesa y de clases medias en el sistema de conducción del Estado, em México y em Bolivia, se han alterado los objetivos estratégicos de la reforma agraria, limitándola a um proceso de modernización de ciertos tipos estructura latifundista. Em consecuencia, las líneas ideológicas expresivas de ese proceso de contra-reforma, han amparado la metamorfosis del latifundio, la formación de nuevas clases latifundistas y la expansión de las capas marginales del campesinato.

Antonio García (1970, p. 113), em “Dinamica de las reformas agrarias em America Latina”.

A gestação do assentamento Olga Benário, localizado no município de Piranhas, ocorrida a partir do primeiro semestre de 2007, assim como foi a origem de boa parte dos assentamentos rurais no Brasil, é um exemplo fiel da real resistência e rebeldia, conseqüentemente, da conquista camponesa de frações do território nacional, em um processo contraditório e conflituoso, ante a tentativa do latifundiário de fazer justiça – vestida de narrativa e prática de uma dita busca de fazer justiça, mas que sabemos é um caminho de manter as injustiças territoriais pelas próprias mãos através do uso da violência e, por que não dizer, também da barbárie.

A transformação do campesinato Sem Terra em campesinato assentado ensejada nessa realidade, marcada pela ação violenta do poder privado sob o olhar complacente do Judiciário, confirma as análises de Porto-Gonçalves e Chuva (2007). Em 2007 a oligarquia rural intensificava o *modus operandi* de sempre fazer justiça com as próprias mãos todas as vezes que havia algum avanço na luta dos subalternos. O estudo desses

dois autores, no relatório *Conflitos no Campo – Brasil* (CPT, 2007), aborda, justamente, o que denominam de “a geografia da violência no campo brasileiro”: o aumento da justiça com as próprias mãos pelas oligarquias rurais contra os diversos sujeitos do campo e suas lideranças. Os registros da CPT constatavam um aumento de 140% no número de famílias expulsas em 2007 quando comparados com os de 2006, tendo passado de 1.809 para 4.340, segundo esses autores. Por detrás desses números um quadro diferente se configurava: a diminuição dos conflitos pelo país, ao passo que avançava a violência privada no campo, conforme sublinham: “se no ano de 2007 vimos diminuir o número de conflitos em geral, ao mesmo tempo, estaríamos vendo uma significativa mudança na qualidade desses conflitos pela importância que passa a ter a ação violenta direta dos grandes proprietários e grileiros expulsando famílias” (PORTO-GONÇALVES E CHUVA, 2007, p. 143).

Nesse sentido, para compreendermos a história da origem do campesinato assentado no Olga Benário, é preciso termos clareza de que o monopólio da violência³¹⁷, ao longo da formação territorial brasileira, nunca se resumiu ao papel do Estado. No território brasileiro, esse monopólio, historicamente e ainda em pleno o século XXI, sempre foi compartilhado com o poder privado, por exemplo, pelos grandes proprietários de terra, como veremos no caso aqui analisado, bem como é mister levarmos em conta que esse exercício do poder privado é amparado na legitimação dada por parte da sociedade, que, alienada sobre o debate da questão da reforma agrária, tem uma visão pejorativa da luta efetivada pelo campesinato, notadamente, da fração mobilizada socialmente no MST.

Por conseguinte, ainda segundo esses autores, a tendência histórica da conformação do nosso mundo agrário mais uma vez se repetia: em face de algum avanço em termos políticos, como a mediação dos conflitos por meio do diálogo e não da repressão pelo governo federal de Lula da Silva – “ainda que, muitas vezes, por meio de práticas condenáveis de cooptação de movimentos sociais e de ONGs” (POR-

317 Cf.: Sobre o monopólio da violência exercido pelo Estado, entre outros, Weber (2004), especialmente, o capítulo “A política como vocação”.

TO-GONÇALVES; CHUVA, 2007, p. 144) – entra em cena o poder privado mostrando “[...] suas garras violentas, ou seja, faz justiça com as próprias mãos. Aqui, a tradição patrimonialista³¹⁸ de nossa formação social se mostra com toda a sua nitidez e a vida humana vale menos que o patrimônio, no caso a propriedade e, sabemos, a grande propriedade” (idem). Entre os estados da região Nordeste, apenas dois tiveram aumento de pessoas envolvidas em conflitos: Bahia e Alagoas.

E o que contribuiu para essa realidade conflituosa no campo alagoano, no ano de 2007, foram duas ocupações ocorridas no município de Piranhas, envolvendo, em ambas, o MST e o mesmo latifundiário: a primeira em 04/03 com 160 famílias realizada na fazenda Picos, como era conhecida popularmente a fazenda Lagoa Comprida, hoje assentamento Olga Benário; a segunda, em 19/09, em uma fazenda localizada em frente daquela, separadas apenas pela AL-220, com 177 famílias (CPT, 2007). Essa última ocupação, logo desmobilizada e vencida pelo latifundiário, segundo os relatos colhidos no trabalho de campo mais alguns cruzamentos de informações – PDA do Olga Benário, o próprio relatório da CPT (2007), dados do SIPRA/INCRA (2017a) – foi realizada em um imóvel rural com área bem maior do que a fazenda Lagoa Comprida.

Não obstante, foi na fazenda Lagoa Comprida que ocorreu a conquista e, conseqüentemente, a territorialização camponesa após um grave conflito. Fruto da mobilização social, nos termos defendidos por Gohn (2014) em epígrafe, portanto, a partir da mudança de comportamento de um campesinato, antes passivo frente o poder e a exploração dos latifundiários no Sertão alagoano, para um campesinato ativo, participativo e buscando seu lugar nas relações sociais e de poder, organizado no MST, nascia mais um assentamento em Alagoas: o PA Olga Benário.

Essa assertiva acerca da transformação de um campesinato passivo em ativo, a partir da mobilização social do MST, movido pelo sentimento de desobediência civil, nos termos de Gohn (2014), ao decidir

318 Na verdade, não apenas o patrimonialismo é o grande responsável pelas chagas históricas no território brasileiro, penalizando a vida dos subalternos; como bem salientou Souza (2017, p. 137), o mercado capitalista comanda a privatização do Estado patrimonialista, ao bem prazer dos “[...] piores interesses de uma elite do saque e da rapina do trabalho coletivo [...]”.

ocupar a propriedade privada capitalista da terra do explorador, só pode ser compreendida quando se conhece a trajetória de vida dos sujeitos e sujeitas envolvidos(as) na luta pela terra da fazenda Lagoa Comprida. Mais uma vez, os itinerários de vida dessas famílias revelam-se marcados pela exploração e subordinação aos patrões fazendeiros; histórias de vida precária forjadas na perambulação camponesa constante de fazenda em fazenda. Entre tantos depoimentos, um assentado, que participou ativamente da ocupação, assim descreve essa origem das famílias que resolveram ocupar e lutar pela terra de trabalho na fazenda Lagoa Comprida:

Nasci na agricultura, inclusive, o natural que eu nascia [...]: Olho D'Água do Casado; meu pai toda a vida trabalhou em fazenda, aí nós também trabalhamos, foi onde eu comecei a trabalhar, me criei trabalhando foi em fazenda mesmo. Passou a ponto de meu pai desgostou-se, quando saiu da fazenda passou pra morar na cidade, aí da cidade foi quando fomos ficando jovens, tudo rapaz, aí cada um começou a correr pra trabalhar, arrumar seu pão de cada dia. E nós ficamos nessa luta, até hoje estamos nessa luta, nós somos da agricultura mesmo, da raiz, já vem dos pais dos meus pais [...]. Nós plantava, cultivava, mas era em terras dos outros, num era em terra nossa, nós nunca possuímos um hectare de terra, que as condições do véi meu pai nunca teve de nós comprar, as nossa condições, depois que ficamos adultos, também não tivemos condições de comprar uma área de terra pra trabalhar, aí daí foi que surgiu a previsão dessas área de terras aqui [...] ³¹⁹.

Esse mesmo assentado, indagado sobre como é a vida de morador de condição nas fazendas, em uma longa narrativa, deixa evidente a difícil trajetória nessa condição social subalterna, onde as expressões falam por si: “é uma vida abusada”; “situação pesada”; onde o fazendeiro “mangava”, ou seja, ironizava a situação precária de quem não tinha ao menos uma residência para a família ficar, por isso a conclusão enfática:

Rapaz, trabalhar nas fazendas dos outros é uma vida precária demais, é uma vida muito abusada; é aquele ditado: “quase na ditadura”; que você não tem [hora], meu pai mesmo não

319 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

tinha hora de levantar-se. Na época eu era criança, mas cansei de ver ele discutindo, sempre tem aquelas aversões, discussão de patrão com trabalhador, com o leiteiro, que nem meu pai mesmo era leiteiro. Se a levantava três horas da manhã ou duas horas da manhã, dependendo da quantidade de gado que tinha, de quarenta rês pra tirar quinhentos litros de leite [...] uma pessoa só tirar esse leite de quarenta vacas. [...] Se levantar duas horas da manhã pra seis horas está com o leite pronto. Se o leite atrasasse uma hora a menos aí o proprietário já vinha xingar o vaqueiro ou leiteiro, porque ele não chegou naquele horário de tirar o leite. Porque para ele, o fazendeiro, se você atrasar uma hora já quebrou ele, porque diz eles que o leite fica sem o comércio. Aí isso aí meu pai discutia muito, que ele sempre teve a cabeça quente, toda vida teve, até hoje todos nós temos mesmo, não vamos dizer que não temos. Aí a situação era pesada. Ele era um cidadão que não aguenta muito abuso. Que quando o fazendeiro pegava muito no pé dele, ele dizia logo: “olhe meu prezado eu não estou pra discutir, já estou indo embora”. Aí ele [fazendeiro] dizia, mangava dele: “você não tem onde morar”. Ele [pai] disse: “não quero saber, eu moro até debaixo do pé de pau”. Que várias vezes mesmo ele fez o pé de pau um casa, debaixo de pé de árvores enquanto arrumava trabalho, quando arrumava saía; que ai trabalhava, vamos dizer: três anos numa fazenda, quando não dava certo saía, três meses em outra, dois anos em outra, aí saía, que nem aquele ditado que a gente sempre diz: “pinga aqui, pinga acolá” né. Aí fomos se criando, fomos vendo o sufoco dele, chegando a idade nossa também. Passou a ponto de gerente já querer abusar nós também a trabalhar na cultura que ele trabalhava; ele [pai] não achava bom, mas sabia que a gente que não tem condições é levado a tudo mesmo, nós tem que trabalhar em tudo. Aí fomos nos criando e pegando o regime de trabalho. [...] Somos cinco irmãos, inclusive, somos três homens e duas mulheres, com eles [pais] somos sete. Mas, inté hoje, cada um que tá nos seus locais de morada é lutando, trabalhando na [agri]cultura, quem não levou na [agri]cultura pegou outra profissão, de outro jeito, de trabalhar em casa de famílias, como sempre acontece com as mulheres né; ai nós não, os homens fiquemos na [agri]cultura mesmo, levando xingada de fazendeiros, de gerentes [...] tudo isso nós sofremos muito, muito mesmo [...] ³²⁰.

320 Idem.

Notemos a diferenciação que o depoente faz, quando diz que os gerentes das fazendas passaram a fazer com que os filhos trabalhassem “na cultura que ele trabalhava”, ou seja, cultura do fazendeiro, diferente da lógica da [agri]cultura da unidade camponesa. Estruturalmente, foi esse antagonismo entre a lógica agri-cultura camponesa e a cultura latifundista, materializada em uma relação desigual entre fazendeiro e campesinato Sem Terra, que serviu de combustível para a mobilização social e o ato de desobediência civil em partir para a ocupação da terra do latifundiário.

Tomamos como marco para a gestação do assentamento Olga Benário o dia 04/03/2007, que, segundo os assentados(as), foi a noite da ocupação. Entretanto, é preciso salientar que houve outras duas ocupações anteriores nesse imóvel, tendo sido as famílias despejadas por ordem judicial. Naquela noite do dia 03, as famílias decidiram reocupar a fazenda Lagoa Comprida, permanecendo até por volta de outubro/2007, quando novamente o Judiciário deferiu ordem de reintegração a favor do fazendeiro. Uma liderança do MST e, atualmente, assentada no Olga Benário, assim resgata essas histórias, destacando o acordo tácito firmado com o INCRA:

No Olga, já havia tido duas ocupações, antes deu entrar [no Movimento] e todas elas teve reintegração de posse, as famílias acabaram saindo e indo pra outros acampamentos. Em março [de 2007], umas famílias remanescentes de outros acampamentos aqui do município de Piranhas ocuparam na madrugada. Aí no outro dia começou a chegar gente, eu fui pra lá e começamos a fazer barracos. Isso tinha dez famílias e alguns companheiros que foram também lá pra ajudar. Se passando dois meses a ocupação ficou tão grande, que ninguém esperava uma dimensão tão grande daquela: que chegou a ter 280 famílias no acampamento. Pra você imaginar, assim, dentro de dois meses, a quantidade de gente vindo do município de Piranhas, Olho D'Água, Delmiro, até de São José da Tapera veio companheiros se somar a essa ocupação. Foi se passando o tempo, muitas pessoas produziram, era dos acampamentos que mais se tinha produção; e foi isso que quando a justiça veio tentar dar a reintegração de posse, o que garantiu que nós não sásse foi a questão da produção. Infelizmente, quando se colheu as

produções foi que veio a reintegração de posse, aí tivemos que ir para as margens da BR: com a promessa de que o INCRA não fazia vistoria de terra se tivesse alguém dentro da propriedade; as pessoas tinham que sair pra puder fazer a vistoria. Aí a promessa: com três ou quatro meses tinha feito a vistoria e nós podíamos voltar. Isso não aconteceu. Nós ficamos lá, o INCRA ficou enrolando, ficou naquele processo todo. Com seis, sete meses as famílias resolveram dizer que iriam retornar à ocupação, então, foi aí que nós tentamos retornar. A maioria das pessoas, infelizmente, já tinham desistido, de 280 nós só tava com 40 famílias. Aí daí voltamos pra propriedade, só acabou depois do conflito, ficaram 10 companheiros³²¹.

Outro assentado, nessa mesma linha, destaca a promessa aludida pelo depoente anterior, ou seja, o cumprimento da ordem de despejo por parte das famílias acampadas foi mediante um acordo tácito, no qual o INCRA se comprometia em efetivar a desapropriação do imóvel e, conseqüente, viabilizar o retorno das famílias para serem assentadas. Ocorre que, como destacam Porto-Gonçalves e Chuva (2007), a morosidade do Judiciário historicamente funciona com velocidade desigual, sendo agílimo o tempo da ação de reintegração de posse em favor de fazendeiros, ao passo que o tempo para que se julgue, quando vai a julgamento, um caso a favor do campesinato, é expressivamente lento. Assim, o referido acordo, na verdade, foi uma forma de desmobilizar mais uma vez o campesinato e, com isso, seguir “tapeando” as famílias, utilizando-se aqui de uma expressão do entrevistado a seguir, para afirmar que estavam sendo enganados pelo Estado.

Aí nós fomos despejados. A nossa sorte, que não tínhamos para onde nós ir, começemos a se reclamar, [...] foi que o outro assentamento que era próximo a gente, que é o Antonio Conselheiro, deu uma área [...] pra nós, que é encostado a pista [AL-220]; nós ficuemos lá. O tempo que deram no despejo pra nós era três a quatro meses pra nós retornar e quando viemos fazer o retorno já estava com seis meses. Por que nós estava indo lá a justiça e diziam: “tamos conseguindo, tamos conseguindo”. [A justiça] foi tapeando a gente né. Quando

321 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

nós viu que o próximo não estava bem encaminhado, aí o que foi que nós fizemos: vamos reagir, que quando nós fazer [...], eles vão querer reagir também com nós, aí o INCRA vem fazer a negociação. Quando nós fizemos isso nós não pensava em acontecer o que aconteceu.

Era o Estado, principalmente, através da ação do Judiciário, cumprindo seu papel em prol do interesse individual do latifundiário em detrimento dos interesses coletivos das famílias acampadas. A desmobilização ocorreu concretamente com a redução de dezenas de famílias na luta: se antes na ocupação chegou-se a ter mais de duas centenas de famílias, restaram apenas cerca de 40, mas isso não impediu a continuidade da utopia camponesa em busca do acesso à terra de trabalho (MARTINS, 1999; DELGADO, 2017). Mais uma vez, o relatório Conflitos no Campo – Brasil (CPT, 2008), registrava a decisão de ocupar novamente as famílias: o conflito pela terra na fazenda Lagoa consta no dia 27/02/2008 e a construção do acampamento no dia seguinte: 28/02/2008.

Salientamos que nesse processo de mobilização social, através do trabalho de base do MST, as famílias, além de receberem a formação política, são alertadas para a possibilidade do conflito, da violência e do derramamento de sangue do campesinato em luta, mas sempre fica a esperança de que essa situação extrema e perversa não se efetive. Isso fica evidente quando o assentado diz, diante da decisão de ocupar novamente em face da morosidade do Estado: *“nós não pensava em acontecer o que aconteceu”*. Mas o latifundiário estava decidido a fazer injustiças com as próprias mãos. Assim, naquela noite do dia 27/02/2008, quando retornaram para reocupar a fazenda Lagoa Comprida, os camponeses e camponesas Sem Terra e as lideranças do MST foram recebidos por uma tropa de mais de uma dezena de jagunços (pistoleiros), prontos, ou seja, armados e com autorização para, se a cerca fosse ao menos tocada, atirarem.

O conflito: antes de nós chegar o fazendeiro já estava esperando, já estava dentro da propriedade, com dezesseis caras com armas; nós não sabia que tipo de armas era, mas tava; e dizendo que se nós tocássemos pelo menos na cerca, nas estacas, derrubava, matava. Aí as pessoas ficou na estrada [durante a

noite]; quando foi de manhã chamamos outros companheiros pra vim se somar a nós, fazendo vigília, enquanto outros companheiros vieram aqui na delegacia de Piranhas dar queixa da parte que eles estavam armados. Só que daí eles [pistoleiros] não esperaram, quando os outros companheiros chegou, não desceram do caminhão, [eles] já começaram a atirar nos companheiros. Então, foi aquela coisa: vários companheiros feridos, ficou companheiros cegos, outros baleados, outros com chumbos no corpo, tem companheiros no assentamento que, inclusive, quebrou os dentes com os chumbos³²².

Como ficou explicitado nesse relato, no dia seguinte, 28/02/2008, o conflito irrompeu, com o ataque dos jagunços diante da chegada de novos integrantes do MST que vinham reforçar a luta. Dois depoimentos a seguir, de uma assentada e um assentado, ajudam-nos nessa reconstrução, deixando evidente o momento de terror vivenciado pelo campesinato em luta pelo direito constitucional, que registra que a terra deve, obrigatoriamente, cumprir sua função social, portanto, a luta do campesinato assentado, não sendo diferente no caso em tela, nada mais é do que uma luta pelos seus direitos, para que a lei seja cumprida e, assim, permita-se a entrada na terra pelo campesinato, para que este possa, enfim, participar na sociedade como um sujeito de direitos, um cidadão, com todas as limitações que essa condição impõe, mas que, sem essa condição plena, não se avança para uma sociedade verdadeiramente igualitária, democrática e sem injustiças:

[...] nós passemos o dia todinho no pé do pau né, depois resolveram entrar, agora eu não sei quem foi que torou os arames pra entrar. Sei que teve os tiroteios e muito viu, [...] era muita gente né. Eu sei que quando vi os tiros, o povo caindo, tudo morrendo, aí gritaram: “chega companheiros, vamos acudir”. Aí eu digo: “nós somos companheiros, nós vamos morrer tudo junto” né. Eu voltei numa carreira pra cá pra socorrer o povo, um bocado de gente, não foi só eu, mas quando cheguei no meio, assim, era tanta bala, que chuvia assim de bala; quando nós voltamos correndo uma bala passou zoando nas minha costas, bateu na algaroba da casa de seu Geraldo, que se pega neu tinha torado no meio. Foi bala. Aí quando foi no outro

322 Idem.

dia teve mais conflitos, mas eu lavava pano [roupa] na casa de uma mulher no Piauí, aí eu não vi mais, o tamanho de polícia que chegou, chegou polícia de todo lugar³²³.

[...] aí quando nós voltamos a fazer a ocupação, quando nós vamos chegando na área que nós queria de novo, que é onde nós estávamos, pra montar os barracos, aí já encontramos os pistoleiros dentro. Aí, nós passamos a noite tentando relevar com eles pra ver se ocupávamos e eles diziam: “se vocês entrarem aqui ou pegarem no arame desses daqui nós mete bala, que nós estamos preparados pra isso [...]”. Nós suportamos até o dia amanhecer, nós ficamos na casa do vizinho [ao imóvel] [...]. Aí chegou um dirigente [do MST] [...], já entrou em contato com as brigadas pra vir, trazer força [...]. Quando foram na chegada, quando os homens [pistoleiros] viram um monte de carro chegando pra dar reforço, aí começaram o tiroteio. Por sorte não morreram [ninguém], ou atiram pra fazer medo na gente ou não quiseram atirar pra matar. Inclusive, tem um colega nosso que tá com poucos dias que faleceu, que ele levou um tiro, só Deus mesmo que escapou ele, que o caba, não sei se foi o carregamento da arma que ele fez que foi mal, caba atirou nele com uma [arma calibre] 12, [...] tomou o tiro, [...] foi chumbado, foi feito o tratamento com ele, só depois de cinco anos que ele veio a falecer, que dizer: não foi dos tiros [...]³²⁴.

Não houve assassinatos no dia do conflito, mas o relatório da CPT (2008) registrava, além de sete tentativas de assassinato, com a continuidade da luta, em maio do mesmo ano, três lideranças camponesas foram ameaçadas de morte. Não obstante, a violência efetivada contra o campesinato poderia ter se materializado no maior massacre em Alagoas, devido a força das armas, ao número de jagunços e à quantidade de feridos, pessoas que carregam sequelas até hoje, além de psicológicas, ficaram pessoas cegas, com balas pelo corpo, dentes quebrados etc.

A gravidade do caso é vista quando a grande mídia nacional faz ampla cobertura e demonstra a profundidade do conflito, ainda que utilizando nos títulos das reportagens, como sempre, expressões que pe-

323 Entrevista realizada no dia 17 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

324 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

nalizam pejorativamente a luta do campesinato Sem Terra, como, por exemplo, a palavra “invasão”, cujo sentido imputa criminalidade, em vez de “ocupação”, que legitima a luta coletiva de setores subalternos da sociedade. O jornal Estadão, de 28/02/2008, publicava: **“Tentativa de invasão termina com 8 feridos a bala em Alagoas”³²⁵**. No dia seguinte, a cobertura continuava, com o jornal Folha de São Paulo noticiando: **“Após conflito, integrantes do MST bloqueiam rodovias em Alagoas”³²⁶**. Essa última notícia retratava, justamente, a continuidade da luta, ou seja, era a ação de pressão do MST realizada em todo o estado de Alagoas, denunciando o ocorrido, bem como apoiando as famílias que não desistiriam de acessar a terra na fazenda Lagoa Comprida.

O episódio conflituoso, apesar de amedrontar a maioria das famílias, que ao final diminuiu de quarenta para dez no acampamento à espera do INCRA para serem assentadas, não atingiu o objetivo maior do fazendeiro, que era frear a ação de luta para entrar na terra e, assim, proteger a sua propriedade privada capitalista. O campesinato também estava decidido: após os jagunços fugirem do imóvel, depois da ação criminosa realizada, e o MST socorrer os feridos e encaminhá-los para hospitais, as famílias decidiram que, se haviam chegado até ali, não tinham mais como retornar, principalmente porque o sangue dos companheiros já tinha escorrido por aquela terra, assim, a luta não poderia parar, conforme o depoimento do assentado a seguir:

[...] nós ficamos todo mundo assombrado quando viram as bagaceiras, os que tavam começaram a correr e disseram: “agora ninguém vai ficar aqui mais, que vamos morrer, que os homens [pistoleiros] mata mesmo, que os homens é uma fera”. Aí ficamos naquele vai ou não vai: “nós sai da terra ou fica na terra?”. Aí aqueles que sempre são mais cabeça dura um pouco, se resolveram: “rapaz, nós viemos pra terra, então, nós temos que ficar na terra, porque se nós sair da terra nós vamos perder, e nós deixamos o sangue derramado de nossos companheiros aqui dentro. Nós temos que correr atrás disso aqui”. Aí [entra-

325 Cf.: Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tentativa-de-invasao-termina-com-8-feridos-a-bala-em-alagoas,131929>. Acesso em: 08 dez. 2018.

326 Cf.: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fofha/brasil/ult96u377129.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2018.

mos na terra], nós ficamos esperando, foi levando. Esperemos do fazendeiro, [...] que sempre que acontecem essas coisas, o fazendeiro quer ter direito. Esperemos mais ele não chegou com o ofício encima da gente. Aí quase quinze dias depois chegou a impressa, chegou o juiz da vara agrária né, veio saber da causa. [...] veio até nós [...], vieram fazer uma entrevista. [...] eu foi um dos que foram processados; [...] corremos encima, trabalhemos e no trabalho que fizemos a gente conseguiu³²⁷.

É importante salientar que, além desse sentimento após o conflito, existia outro ligado à trajetória de vida das famílias, portanto, lembranças anteriores que moviam uma parte dos/das acampados(as), sendo determinante para a escolha da fazenda Lagoa Comprida, uma escolha muito mais das famílias, do que da própria direção do MST, pois algumas entram no Movimento com a ação de ocupação: muitos acampados já haviam trabalhado para o fazendeiro proprietário, inclusive nessa mesma fazenda, apresentando um histórico de exploração e humilhações, segundo os depoimentos, como o depoimento a seguir de um assentado que, ao ser questionado sobre o porquê da escolha desse imóvel rural, especificamente diz:

De início, uma coisa até peculiar, não foi nem uma definição, exclusiva vamos dizer, da direção do MST, mas foi das próprias famílias. Porque essas terras, não só desse assentamento, mas esse grande fazendeiro que tem essas propriedades lá, há muitos anos, não só ele, mas a família dele, já vinha explorando. Então, todos esses agricultores que foram pra lá, inclusive, meu pai se criou lá dentro, meu avô, se criou na fazenda desse homem; [...] ele, inclusive, explorava muito as pessoas que trabalhava pra ele de vaqueiro, de servente, muitos eram, assim, humilhados. Então, quando aconteceu essa ocupação, muitas pessoas que já trabalhou nessa fazenda, que veio acampar e dizer que queria conquistar seu direito. Eles se achavam até dono daquelas terras, por ter trabalhado tantos anos [...] e nunca teve qualquer tipo de direitos naquela fazenda, mas sim exploração e sair de lá humilhados, muitas vezes [...]³²⁸.

327 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

328 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

O conflito em si pelas proporções violentas, sobretudo pela capacidade de resistência camponesa e pelo poder de mobilização social do MST, forçou o INCRA a caminhar depressa e, com isso, o desfecho do primeiro processo, ou seja, o de acesso à terra, consequentemente, a metamorfose social de campesinato Sem Terra para campesinato assentado se efetivou em pouco mais de um ano. Segundo consta no SIPRA/INCRA (2017a), a queda de braço entre o campesinato e o latifundiário foi vencida pelo primeiro, e a fazenda Lagoa Comprida foi obtida pelo mecanismo de compra e venda em 27/06/2008, o PA Lagoa Comprida, batizado pelo MST de Assentamento Olga Benário (Figura 29), criado em 29/12/2008.

Figura 29 – Assentamento Olga Benário – Vista da via de acesso às margens da AL-220, em Piranhas, cortando a única agrovila da comunidade.

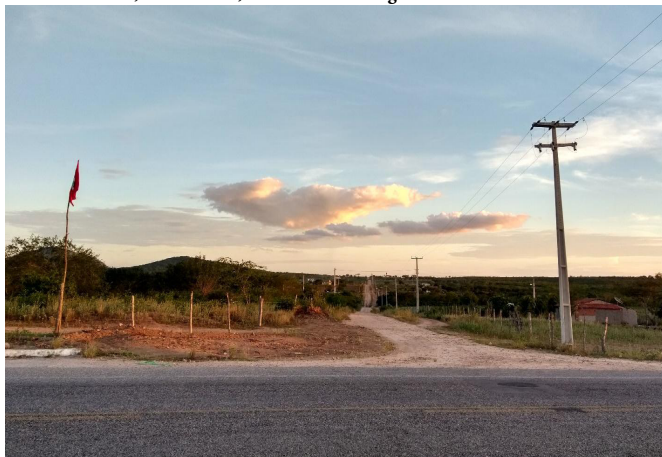


Foto: Autor, 2019.

Mas, antes da ação do INCRA na criação do assentamento, é preciso salientar que os meses que se seguiram após o conflito foram de muita tensão e resistência: *“será que eles vão vir ou não vai? Fiquemos naquela história: “nós temos que vigiar”; vigia a noite, vigia o dia [...].*

*Nós já tava se segurando uns pra os outros [...]; a noite nós tinha que ter os grupos pra fazer a segurança [...]; nós tamos dormindo e não sabe quem é que chega [...]*³²⁹. “Eles”, na fala desse assentado, eram os jagunços pistoleiros. As poucas famílias que conseguiram resistir e ficar na luta, cerca de dez como já foi dito, passaram a enfrentar essa pressão psicológica, a ameaça à vida diuturnamente. Os jagunços não voltaram, muito menos alguém foi responsabilizado pelo conflito e menos ainda o poder Judiciário puniu aqueles que atentaram contra a vida dos camponeses e das camponesas.

Assim, do lado do fazendeiro, restou a busca em garantir, como sempre, a sua indenização. Portanto, é mister, mais uma vez, levantar as contradições que permeiam o processo e a dinâmica da recriação camponesa através dos assentamentos rurais e, assim, não esquecermos a totalidade da questão da reforma agrária sob o modo de produção capitalista no Brasil. Passados o conflito e a luta, como foi no acesso à terra do Olga Benário, o Estado tem uma preocupação de garantir outros interesses do latifundiário. Nesse caso, o mecanismo da desapropriação por interesse social foi posto de lado outra vez e a recriação camponesa ocorreu no contexto contraditório de acesso à renda absoluta da terra pelo latifundiário capitalista rentista, pela via da compra e venda do imóvel rural.

Do lado do campesinato, rompidas as cercas e entrado na terra, as famílias começavam o segundo processo da dinâmica de transformação social do campesinato, agora como assentados no assentamento Olga Benário. Era hora de se relacionar com a sociedade externa mais intensivamente, e, a exemplo de todos os outros casos analisados neste livro, as famílias, conseqüentemente, o MST em si, passam a trabalhar na desconstrução da visão social de mundo ideológica que marca a sociedade em geral.

Olha, pra muitos, quando nós ocupemos aqui que aconteceu esse acidente [com os pistoleiros], nós ficamos muito falados, não de bondade. Porque quando diz que tem Sem Terra, eles

329 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

[a sociedade] dizem que Sem Terra não são homens de trabalho, são muito vagabundos. Mas não é essa parte que muitos enxergam, tem vários quando ver o trabalho da gente aí muda bastante. Que aqui mesmo quando entremos, quando levemos esses tiros, os caras diziam: “vai ser Sem Terra morto a fôlio agora”. Mas Deus ajudou, que não aconteceu, nós demos a volta por cima, botemos a cabeça no lugar, começemos a trabalhar, fazer as produção, aumentando devagarzinho; aí a sociedade viram nós no início com uns olhos, e depois, já começou a enxergar nós com outras presenças. Aí viram que nós entremos na terra pra trabalhar, não foi para roubar. Que Sem Terra quando entra numa terra, o maior nome que leva é o nome de ladrão. A pior derrota que nós temos é essa. Aí quando o pessoal vão se acostumando, pegando aquele paladar com a gente, os vizinhos vão vendo, o próximo vai vendo, aí começa a dizer: “não era o que nós pensávamos antes, é umas pessoas tranquilos, que sabem respeitar, são muito amigos da gente, quando estamos precisando deles, eles até se oferecem a ajudar a nós também”. Que aqui, várias vezes, já se oferecemos a ajudar os companheiros próximos, nossos vizinhos; daqueles, que quando nós temos lavoura que eles não tem, nós faz a doação. Mostrando que os Sem Terra não é o que eles pensam; os Sem Terra, nós temos o nome de Sem Terra, mas somos Sem Terra organizados, porque nós sabe trabalhar e ajudar os próximo. [...] Deus dá o meio de nós sobreviver, se nós tivesse condições, de nós aqui, todos nós fazer plantio de verduras, de legume mesmo, nós hoje, vamos dizer, nós tinha pro mercado umas coisas mais favorável e mais em conta. Porque hoje, quando a gente chega no mercado, o pai de filha que ganha pouco, é até dó em falar, hoje com cem conto hoje não compra mais nada [...]; chega em casa não dá nem pra dar de comer a própria família direito [...]³³⁰.

A fala do entrevistado é uma síntese precisa da enorme montanha que o campesinato Sem Terra tem de escalar na desconstrução dessa leitura marcada pelo olhar ideológico do latifundiário, que contamina boa parte da sociedade. Historicamente foi assim, desde o Quilombo dos Palmares à luta do campesinato cabano até chegar aos Sem Terras, o que predomina na sociedade nordestina, não sendo diferente em Alagoas, é

330 Idem.

uma leitura ideológica a serviço e resquícios fortes da dominação tradicional escravista e latifundiária nos termos de Lindoso (1983) e Andrade (1989). O desconhecimento dos processos como os que se deram no conflito aqui analisado, sobre o que rege as leis sobre a reforma agrária e o preconceito alienante sobre o MST ainda são fortes na sociedade alagoana. Entretanto, de fato, conforme o relato, já se avançou muito e as famílias do Olga Benário estão dando a sua contribuição nesse desafio. Outro assentado e liderança do MST mostra o impacto na sociedade do distrito do Piau, a poucos quilômetros do Olga Benário, deixando evidente como a presença do Movimento e das famílias assentadas, um campesinato organizado como fez questão de enaltecer o outro entrevistado, altera a dinâmica dos processos sociais, cativando os/as sujeitos(as) para saírem da passividade que marca a sociedade sertaneja e, com isso, se tornarem protagonistas em busca de direitos, a exemplo do direito à água:

No início, se tinha muito a questão do preconceito, inclusive, como eu falei da própria minha família, que todo mundo achava que não eram pessoas que precisavam de tá ali, eram pessoas que tinha que sair do próprio acampamento; mas, no decorrer que fomos se instalando, mostrando quem de fato é o Movimento, quem de fato são as famílias, que é por necessidade, pela questão da luta, por melhorias - inclusive, não só das próprias famílias, mas do entorno ali, por que várias lutas nós, enquanto acampamento e assentamento fizemos ali, em defesa da própria água, que faltava muito, que ajudou os vizinhos e o próprio Piau -, a sociedade foi mudando o conceito e a forma de ver o MST e, principalmente, o nosso acampamento. Então, foi se tendo outra visão, hoje no Piau nós consegue ser referência: “olha são dos assentamentos”; quando falta água dizem: “ah, se nós se juntar com os Sem Terra resolve”. Outra vez, só pra ver o exemplo: fecharam lá a BR, a pista do Piau, pra conseguir água, que todo mundo estava com sede, a polícia veio e retirou eles; eles vieram no assentamento e chamou nós pra dar esse apoio. Então, nós foi se transformando essa referência: porque diz: “os Sem Terra faz, nós podemos fazer”; que é essa questão de cobrar, seja água, seja outras melhorias, no próprio entorno, porque não tinha [isso], as pessoas tinham medo [de cobrar]³³¹.

331 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

Concomitantemente à batalha externa contra a visão social ideológica latifundista/escravista na sociedade, o campesinato agora assentado passava a travar a luta interna pela permanência no assentamento Olga Benário e construção do território de resistência camponesa. Outras cercas precisavam e precisam ser rompidas, sendo uma delas, conforme os dizeres bastante atuais de Palmeira (1994, p. 49): “o do papel que a burocracia de órgãos do Estado ligados à questão da terra tem tido na realização, ou melhor, na não-realização de uma reforma agrária no país”. Esse autor é taxativo ao defender que a barreira contra a efetivação da reforma agrária é posta pelas ações concretas do Estado, “calcadas num modelo de desenvolvimento que atribuiu um lugar estratégico à especulação financeira e à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país” (Ibidem, p. 64). Hoje, em pleno século XXI, essas estratégias do Estado foram renovadas e mantidas naquilo que Delgado (2017) denomina de economia do agronegócio já abordada ao longo desta obra.

Assim se instala um dilema contraditório existente no Brasil desde os anos 1950, muito mais pela força dos movimentos e organizações sociais, também, ao mesmo tempo, devido à criação dos assentamentos rurais alimentar o mecanismo especulativo de produção de capital via renda da terra com as indenizações, como exaustivamente tratamos neste livro: “[...] o governo não consegue se livrar da reforma agrária, mas também não consegue implementá-la” (PALMEIRA, 1994, p. 49).

É nesse ambiente político e estatal hostil, mesmo num governo federal progressista, mas que não rompera com a contrarreforma agrária, sendo a burocracia um dos elementos desta, que, concomitantemente à batalha externa contra a visão social ideológica latifundista/escravista na sociedade, somava-se a luta que o campesinato, agora assentado, passava a travar internamente pela permanência no assentamento Olga Benário conquistado. O quadro abaixo sintetiza os principais processos da comunidade ao longo dos anos.

Quadro 8 – Assentamento Olga Benário– Processos históricos marcantes na construção da comunidade

Data	Processo
04/03/2007	- Reocupação da fazenda Lagoa Comprida/Piranhas com mais de duzentas famílias.
11/2007	- Reintegração de posse por parte da justiça; - As famílias ocupam na margem da pista com quarenta famílias resistindo.
27/02/2008	- Tentativa de reocupação da fazenda Lagoa Comprida/Piranhas, sendo as famílias recebidas por jagunços que estavam dentro da propriedade.
28/02/2008	- Conflito: violência e tentativa de assassinato por parte dos jagunços contra as famílias; - Após o conflito dez famílias reocupam a terra.
27/06/2008	- Oficialmente o INCRA obtém o imóvel pela via da compra e venda.
29/12/2008	- Criação oficial do PA Olga Benário com capacidade para vinte famílias em uma área total de 475,5 ha.
2010	- Equipe de ATER demarca os lotes individuais.
2012	- Conquista da energia elétrica para o assentamento.
2014	- Conquista das cisternas de placa, pois a comunidade não possui água encanada.
2015	- Início da construção de treze moradias apenas.
2016	- Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); - Entrega das treze moradias.

Org.: Autor (2019).

Assim, passou a ser a caminhada de luta na terra em prol da construção do território de resistência camponesa. Se antes, durante a ocupação, como já afirmamos, havia mais de duas centenas de famílias, ante a violência enfrentada na conquista da terra apenas dez resistiram e ficaram para serem assentadas. As lideranças do Movimento passaram a mobilizar famílias e, assim, completou-se a capacidade oficial de 20 famílias atualmente no Olga Benário, a maioria oriunda do campo alagoano e algumas do estado vizinho Pernambuco, mas que já viviam no Sertão alagoano.

As dificuldades são imensas nesse contexto aludido de morosidade do Estado e do descompasso entre a luta pela reforma agrária e a política agrária do governo federal. Isso fica claro quando, a partir da construção de uma linha do tempo do que chamamos de marcos históricos principais para a comunidade, as famílias coletivamente resgataram as conquistas alcançadas conforme explicitado no quadro acima. Por exemplo, desde a ocupação, em 2008, as famílias passaram anos debaixo da lona, em casas de barro, pois a construção das moradias de alvenaria só foi iniciada em 2015 e entregue uma parte apenas em 2016. Foram anos de resistência por parte do campesinato assentado para se chegar à comunidade, que as próprias famílias têm o prazer de apresentar através da única agrovila do assentamento (Ver figura 30).

Figura 30 – Assentamento Olga Benário – Mapa da agrovila construído coletivamente pelas famílias.

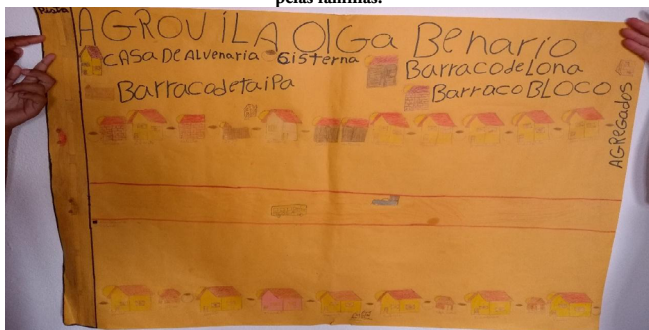


Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Essa realidade levada a cabo pelo Estado e pelos governos desautoriza a leitura de Martins (2003a, 2003b, 2004) de que o problema do insucesso da reforma agrária está no MST e na CPT, estruturalmente, ao invés de no Estado e nos governos – do estadual ao federal. Preferimos a leitura fornecida por Palmeira (1994) e Alentejano e Silva (2008) e tantos outros estudiosos que vêm atestando a materialização da contrarreforma agrária nas últimas décadas. A problemática do acesso à água

mais uma vez é um fato marcante da precariedade posta e vivenciada pelas famílias assentadas. Trata-se de um dos grandes gargalos enfrentados pela resistência do campesinato assentado no Olga Benário. As narrativas, como a que transcrevemos abaixo, demonstram a luta e a resistência na comunidade para solucionar esse problema.

As dificuldades que nós passamos, logo no início, quando nós tava morando nos barraquinhos, nós sofria era sobre água. [...] tinha dias que a gente passava oito dias sem águas. Tinha que pedir água aos vizinhos [...]; essa parte aí nós passamos muito aperreio, que a casa de família que tem criança já sabe que é mais sofrimento né. Nós sofremos muito nessa parte; mas, graças a Deus, depois que nós passamos pra aqui, que nós viemos pros nossos lotes, a dificuldade ficou, por que não tinha água potável né, era nós carregando; quem tinha carro de boi carregava, carregava na carrocinha de burro quem não tinha, ficava no sofrimento que tinha que pagar pra os companheiros colocar água pra ele beber. Aí foi que começamos a lutar. Por sorte, essa CODEVASF veio com esse processo, chegou aqui e foi um dos assentamentos que eles viram o aperreio que nós tinha, aí fizeram o encaminhamento, fizeram os papéis com a gente, veio essas caixas de 16 mil litros de água, aí melhorou muito quando começaram a botar água potável. Teve uma época, que ainda era do partido, do tempo da [prefeita] Melina, do pessoal dos Loiola, nós tivemos muito aperreio por água. Quando eles colocaram um mês, no outro mês já não vinha mais; passava um mês, dois meses e só vinha quando nós chegava lá, cobrava: “uma aguinha, nós estamos precisando de água, estamos se acabando de sede”, aí era que chegava. Na gestão de outro prefeito, que não tirou o mandato completo, esse foi uma maravilha, água não faltou pra nós: mal secava as caixas ele já trazia outro carro d’água. Aí foi na época que ele já saiu, que tiraram ele, que já entrou o outro que era o vice dele, aí ficou mais um pouquinho difícil pra nós [...] Nesse agora, que é a [prefeita] Maristela que tá, pra vista do segundo, tá mais ou menos³³².

Bom que se registre que passa uma adutora na frente do assentamento, dentro mesmo da área deste, que vai abastecer o distrito de

332 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

Piau. Portanto, não justifica até este momento, 11 anos depois, a comunidade não ter água encanada nas moradias. Não resta dúvida de que a velha indústria da seca, onde os políticos locais desejam que as famílias permaneçam eternamente mendigando um carro pipa, prevalece. No entanto, as famílias lutam e desafiam o *status quo*: já ocuparam a prefeitura, fecharam a AL-220 e se reuniram com os gestores municipais ao longo de todos esses anos.

O assentamento foi se estruturando, a nossa maior dificuldade depois desses 11 anos é a questão da sede e da seca. [...] necessidade grande a questão da água, que, inclusive, temos essa reivindicação aí e se não resolverem pelo menos o básico, que infelizmente, é uma política que a gente sabe que não resolve a vida das famílias, mas que ameniza: que é a questão do carro pipa. É uma das grandes dificuldades no assentamento: [...] a questão da água tanto para consumo humano, mas também para produção, para as pessoas terem uma renda, uma melhoria de vida no próprio assentamento. Infelizmente, vários governos se passa, seja de PT, não seja, os próprios prefeitos, e nada é feito e só ficando essa politicagem de, infelizmente, do carro pipa³³³.

A solução para o problema da falta d'água existe e as famílias estão conscientes disso. Sabem que tudo depende de vontade política dos gestores municipais, estaduais e do apoio do legislativo, tanto no município, como no estado. Sabem que o problema não é falta de água pela semiaridez do bioma caatinga e muito menos de ordem técnica. Para o consumo humano: ligação direta da adutora. As cisternas para amenizar a problemática da falta de água foram uma conquista seis anos depois da criação oficial do assentamento, em 2014. Vale salientar que são cisternas de plástico (PVC) em vez das cisternas de placa (Ver figura 31). Os movimentos e organizações sociais que defendem a convivência com o Semiárido tem feito a crítica a essa mudança. Se, por um lado, o governo federal busca universalizar essa experiência importante de garantia de acesso à água, por outro, exclui as famílias do processo de construção das cisternas como é realizado no “Programa Um Milhão de Cisternas

333 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

(PIMC)” da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), quebrando a autonomia gestada nas comunidades, consequentemente alimentando o ciclo de dependência e de subordinação camponesa com as empresas que fornecem esse produto.

Figura 31 - Assentamento Olga Benário – Moradia de barro com cisterna de PVC, de uma família que ainda não conquistou a moradia de alvenaria.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Para a produção irrigada, o MST tem defendido o acesso às águas do Canal do Sertão, obra essa tida como menina-dos-olhos de ouro do governo estadual e das lideranças políticas sertanejas, ligadas ao latifúndio. Nessa esteira, as famílias estão certas também de que o acesso à água, especialmente do Canal, será uma batalha, ou seja, apenas com muita luta e mobilização social mais uma vez o Estado e os governos podem se mover para garantirem esse direito ao campesinato assentado, não apenas do Olga, mas do Sertão. Enquanto a água não chega, esta é a realidade: “[...] *quem gosta de fazer plantio de horta, tinha como fazer; muita gente aqui dentro tem vontade de fazer um plantio de hora, mas não planta porque não tem água. Se usar a água que vem pros tanques da gente mais tarde ela falta*”³³⁴.

334 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

A questão da geração de renda é sempre outro ponto bastante citado nos depoimentos em geral. Há neles uma clara tendência em afirmar que não há como viver bem, somente das atividades desenvolvidas no assentamento Olga Benário. Como as famílias costumam falar, elas vão levando, ou seja, resistem, pois as condições anteriores eram bem piores, não desejam nunca voltarem à condição de empregados do patrão fazendeiro, nem querem o caminho da proletarização nos centros urbanos e/ou viver a difícil vida de serem cortadores de cana. Alguns conhecem essa dura realidade, todos passaram por histórias de vida parecidas, na condição de moradores e meeiros de fazenda em fazenda. A própria liderança do MST aludida assim define a impossibilidade de se viver apenas da comunidade:

Infelizmente, nós ainda não conseguimos viver, exclusivamente, da terra e do próprio assentamento, porque com a questão da seca acaba destruindo tanto a criação, como a produção, como a melhoria que as famílias iam ter ali do próprio lote. As famílias conseguem tirar uma renda, uma parte do próprio lote, outra parte dos programas do bolsa família, outros têm que sair pra fora pra poder trabalhar, seja na cidade, seja pra outros estados, como São Paulo, para poder garantir. Se tivesse essa questão da garantia da água, uma das grandes lutas aqui do sertanejo, nós conseguiria tirar renda, exclusivamente, do próprio lote. Pra você mesmo ver, Sergipe aqui do lado, o mesmo Sertão, o que divide é o rio [São Francisco], só que eles conseguem tirar renda do próprio lote, mas por quê? Porque tem a questão da irrigação, que não chegou aqui [Sertão alagoano]. É uma das grandes lutas, já fizemos muitas ocupações, muitas caminhadas, inclusive, paralisar a obra do Canal do Sertão para reivindicar, mas é uma promessa que vão fazer: só Deus sabe quando.³³⁵

Os últimos seis anos foram difíceis no tocante à irregularidade das precipitações. Mas 2017 foi um ano de uma quadra chuvosa importante e que permitiu uma boa colheita. Naquele ano, tivemos oportunidade de visitar alguns lotes no Olga Benário e constatamos a produção camponesa de feijão, milho e culturas forrageiras para os rebanhos. No

335 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

entanto, em 2018, ano ruim como foram os anteriores a 2017, tudo se reduz a zero, como um eterno recomeço. Não há vontade política, como explícita a liderança acima, dos parlamentares alagoanos, do federal ao municipal, seja no executivo ou legislativo, em resolver os problemas efetivos da agricultura familiar camponesa e, em especial, das famílias assentadas.

O acesso à terra, à água, às tecnologias de irrigação, ao crédito, à ATER, enfim, a viabilidade do assentamento e a materialização efetiva de uma verdadeira reforma agrária passam por decisões políticas. Ocorre que no Sertão, ainda um espaço dos coronéis, predominam oligarquias reinando de forma quase que absoluta, mesmo que subordinadas às oligarquias do litoral, hegemônicas hoje no estado. Isso fica evidente nas palavras de uma liderança do MST, que, ao ser interrogada se existe algum vereador no município de Piranhas sensível à causa dos assentados, responde negativamente, estendendo a crítica à administração municipal:

Não se tem. Infelizmente, assim, você ver vereador quando é na política, depois da política não ver mais: some. Teve a questão da própria taxa da iluminação pública aí, nós tentamos dialogar com qualquer um, qualquer um dos vereadores, eles se negavam, não quer receber. Inclusive, hoje, nós fossemos procurar um vereador que nós possa contar, assim, pra nós mesmos pra colocar a taxa de iluminação ou qualquer outra pauta dos assentamentos, não se tem. O que se tem quando se quer mesmo é, infelizmente, ocupar a câmara de vereadores [...]; se quiser conseguir tem que, muitas vezes, ocupar [...], principalmente nesses dois governos municipais que se passou, é promessas; você pensa eu as coisas vai melhorar, mas que acabam não melhorando, o diálogo é muito ruim. Inclusive, com a própria prefeita que está tendo agora, por que tá com um diálogo muito ruim: ela coloca pessoas dizendo que essas pessoas vai fazer a ponte de nós com o governo, todos, nunca pode, nunca resolve, nunca tem nada, tamos há mais de dois meses tentando uma reunião com ela e não se consegue. Estamos esperando e demos a ela essa semana, se não resolver é aquela velha história que aprendemos ao longo da luta: é a ocupação que vai resolver [...]. **[Entrevistador: o que faz os vereadores**

e os governantes municipais terem essa postura?]: A maioria dos vereadores daqui são proprietários de terra, então, já tem essa lógica de ter aversão ao Movimento; quem não é deve, vamos dizer assim no tradicional, a benção aos coronéis, que é os coronéis quem manda aqui no nosso Sertão alagoano; [...] então, já é uma lógica de não puder nos receber ou dialogar com nós [...]; infelizmente não se consegue avançar nessa questão aqui desse diálogo com vereador, nós já tentamos. E se tem essa aversão grande por que eu vejo o assentado com outra visão: muitas das vezes a sociedade não sabe cobrar e os assentados, a partir do momento que entra no MST, seja no acampamento, seja no assentamento, que vai participando de mobilizações, de curso de formação, do próprio Movimento, vai aprendendo a cobrar seus direitos e sabem dos seus direitos. Porque se você chegar hoje no assentamento, um exemplo no meu assentamento: essa semana as pessoas tavam com sede e tavam dizendo: “olha, vamos dá até tal dia, se não resolver, nós sabe pra onde ir, nós vamos ou fechar a pista pra chamar a atenção ou vamos pra prefeitura”. Isso, infelizmente, a sociedade não consegue, a sociedade como um todo [...]. Então, isso, para os caras lá, seja vereador ou prefeito, eles criam raiva disso [...]. Muitos deles [vereadores e prefeitos] quando ver Sem Terra, assentado, já diz: “pronto, aquele povo ali gostam de incomodar”³³⁶.

Agrava essa realidade de dificuldades de acesso à geração de emprego, conseqüentemente, à renda às condições impostas no tocante ao tamanho da área dos lotes à disposição das famílias. Remetemo-nos ao mecanismo da contrarreforma agrária levada a cabo pelo Estado, materializado no aprofundamento do processo minifundista no campo a partir dos assentamentos rurais, que se concretizava novamente nesse caso. O assentamento Olga Benário foi construído em um imóvel de apenas 475,50 ha e com capacidade para 20 famílias (INCRA, 2017). No Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário, temos os seguintes dados em números redondos: área registrada do assentamento: 387 ha; reserva legal: 77 ha; área de preservação permanente: 52 ha; área média das parcelas: 13 ha (ZUMBI, 2016). Fica claro o processo de minifundização: treze hectares no semiárido nordestino, com anos sem

336 Idem.

garantia de irrigação, portanto, uma agricultura de sequeiro, somado às outras ausências básicas como ATER, crédito, política para mulheres e jovens, que inviabilizam a unidade de produção familiar camponesa a médio e longo prazo.

A questão das moradias é outro grave problema que continua a tirar a tranquilidade das famílias, impossibilitando que a comunidade avance em uma consolidação. Foram construídas apenas treze moradias de um total de vinte através do Banco do Brasil, assim, sete famílias seguem na agonia de morar em condições precárias debaixo de barracos de pau a pique. É uma situação delicada, pois divide a comunidade entre aqueles que conseguiram as moradias e os que não conseguiram, tornando a convivência, muitas vezes, difícil, pois a desesperança e a falta de vontade de participação diminuem naqueles que não viram ainda esse sonho da moradia realizado. As duas figuras abaixo demonstram a transformação das condições de vida das famílias ao acessarem esse direito básico.

Figura 32 – Assentamento Olga Benário – Moradia de barro, do período da ocupação, do assentado José Erasmo.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 33 – Assentamento Olga Benário – Assentamento Olga Benário – Moradia de alvenaria conquistada pelo assentado citado na figura anterior.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Uma assentada, que, no momento imediatamente anterior à vinda para o assentamento, possuía um minifúndio de cerca de 16 tarefas, conseguido com muito esforço ao longo de toda uma vida, se desfazendo de objetos de trabalho, como animais e carro de boi, relata, de forma emocionada e bastante indignada, a sua situação de não ter tido acesso à moradia. Seu relato demonstra como a situação gera problemas para a comunidade, quando diz: “*Tem uma coisa calçando isso aí*”, ou seja, algo por trás impede a liberação da sua moradia e até mesmo sua entrada na relação de beneficiários do INCRA.

Devido esse problema mode que não entrou na RB, devido essa terra, eu acho que seja [...]. Tem uma coisa calçando isso aí. **[Entrevistador: a senhora tem terra?]**: a minha terra lá eu consegui assim: eu quando me casei eu levei uma bezerra, e fomos morar nesse terreno [de um proprietário]; [...] com um ano e pouco nós já tinha uma bezerra, deu cria né, nós passemos bem uns dois anos lá, não sei quanto tempo, sei que já tava umas três rês, aí ele [proprietário] disse a meu marido assim: “você vai criar esse gado aonde?”. [O marido] disse:

“você quando foi pra me trazer pra qui disse que eu tinha onde criar meus bichos e agora não tem, vou fazer o quê!”. Eu disse: “pronto, pois a minha já vendo”. Aí peguei essas três rês vendi e comprei três tarefas de terras no Piau, fiquei morando na casa de um senhor de Paulo Afonso né e com esse pedacinho de terra. Depois o vizinho das três tinha mais duas tarefas, eu comprei, fez cinco. Adepois o meu marido ofereceu mais duas, aí eu não tinha mais condições de comprar né, tinha um carro de boi, troquei nessas duas tarefas, fez sete. Aí pronto: fiquei nessas sete tarefas trabalhando direto mais meus filhos. Aí depois tinha nove tarefas pegada com essa terra [...], aí o senhor tava com essas nove tarefas e disse “eu vou vender”; eu disse: “eu não quero, eu não posso, eu só tenho filhos pra dá de comer”. Ele disse: “mas, a senhora é mulher trabalhadeira, eu espero”. Eu tinha outro carro de boi de novo, eu toda vida gostei dos meus bichinhos né, uma vaca de leite para tirar o leite pros meninos, eu vendi, dei entrada na terra e fiquei pagando o resto. Fiquei nessa terra, trabalhando mais meus filhos³³⁷.

Um membro de uma família que conquistou a moradia traduz em palavras o sentimento dele sobre a conquista parcial das moradias:

Até a gente sente, são treze casas que nós temos, que saiu. Eu mesmo sou dos tais que estou em uma, mas eu sinto, porque era bonito, dentro do assentamento somos vinte famílias, todos os vinte tivesse suas casinhas tudo tranquiluzinhos. Aí eu sabia que tava tudo bonitinho. Nós estamos meio bonito porque nós ainda hoje falta sete casas a fazer. E nessas sete casas estamos lutando, tentando pra ver se nós consegue. Porque não é lógico, eu tá morando em uma casa boa e ver um amigo meu, que lutou junto comigo, morando em uma casinha de barro. Alguns que teve uma pequena condições fez de tijolo, e aqueles com as condições mais fraca um pouquinho é na casinha de barro. Eu sempre fico olhando pra mim mesmo, assim, pensando, que a dificuldade é grande por mode isso. Porque se nós tivesse as vinte casas bonitinhas, aí era bonito, por que nós tudinho podia bater no peito juntos e dizer: “consequimos juntos!”; mas nós dizemos: “consequimos pela metade!”. Por que pela metade? Porque são treze feitas, e tem sete por fazer, e essas sete pra fazer vai dar dor de cabeça. Nós vamos tentar,

337 Entrevista realizada no dia 17 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

vamos lutar muito. Como já tou com a minha, não vou parar não, eu quero ajudar os companheiros que me ajudou. Porque se eu tenho a casa hoje mode a luta deles sete também: eu tenho que rever a moeda do mesmo jeito que revê-lo pra me, ajudar eles também³³⁸.

Uma liderança do MST, assentada no Olga Benário, lamenta a situação e põe em relevo a burocracia do Estado na constituição da problemática, bem como analisa que, na atual conjuntura, marcada pela intensificação da contrarreforma nesses anos de governo federal de Michel Temer e no governo atual em 2019, não há sinal efetivo para que o problema seja solucionado.

Infelizmente, por causa de pequenas burocracias, coisas mínimas, a exemplo dos próprios agricultores que estavam com o CPF que eles chamam vencidos, não conseguiram acessar a questão das moradias; treze companheiros conseguiram, outros [sete] não conseguiram; depois desses anos todos os companheiros ainda estão embaixo de lona, embaixo de barraco de taipa [...] e que, agora com esse governo [federal de Michel Temer] é que não tem esperança de quando é que vai se construir, infelizmente, o resto das casas que os companheiros tanto luta, tanto almejam, tanto sonham³³⁹.

Em meio a tantas dificuldades, é importante salientar que o assentamento Olga Benário possui um ponto bastante positivo: está localizado às margens da AL-220, portanto, um acesso excelente, bem como está localizado a 9 km de Olho D'Água do Casado, a 31 km de Delmiro Gouveia e a menos de 5 km do distrito de Piau, o mais importante do município de Piranhas. Todas essas ligações via asfalto, o que facilita se pensarmos em escoamento da produção e fluxo de pessoas e chegada de serviços básicos. Por exemplo, a questão da educação é favorecida com essa localização. Pela proximidade com o Piau e a Comunidade de Salinas, os jovens e as crianças, pela inexistência de escola no assentamento,

338 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

339 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

vão estudar naquele distrito e naquela comunidade, onde um transporte escolar municipal vem pegá-los. Temos também estudantes que estão cursando cursos técnicos integrados em agroecologia e agroindústria no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Campus Piranhas, para onde se deslocam em transporte municipal diariamente.

O acesso à saúde também é bem avaliado pelas famílias, apesar de não ser na comunidade o atendimento, exceto para os idosos. Os demais se deslocam para o distrito de Piau, onde até poucos dias eram garantidos os serviços com a presença dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos. A saída de Cuba desse programa, recém-anunciada pelo governo cubano em resposta a críticas feitas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, paralisou o atendimento às famílias e gerou uma dúvida na comunidade: será que o atendimento como vinha sendo efetivado a contento será reestabelecido e garantido?

Fora esses pontos positivos, estruturalmente a realidade ao longo da história de construção do assentamento Olga Benário é marcada pelo Estado, especialmente através do INCRA, órgão responsável em fazer a política de reforma agrária se efetivar mas que não o faz. Por exemplo, após 10 anos, a maioria do crédito instalação não chegou às famílias assentadas. Uma demora de oito anos para elaborar o PDA, essencial para a construção da comunidade, demonstra o descaso. O crédito do PRO-NAF A, em um contexto em que sequer as moradias todas foram construídas, com a ausência de assentados ainda na RB, se mostra como algo distante. A paralisação dos serviços de ATER aprofunda essa realidade.

Toda essa trajetória de dificuldades se transforma em um grande desafio no tocante à busca de manter a coesão comunitária dos tempos de união na ocupação/acampamento. Desde a vigília coletiva contra os jagunços, as lutas coletivas em busca da terra, a construção do acampamento e as lutas dos primeiros anos pela sobrevivência, tudo é posto à prova. Um assentado, de forma saudosa, assim se remete:

No início mesmo, quando nós começamos aqui, nós fazia o trabalho coletivo, a gente juntava nosso grupo, aqueles mais chegado uns aos outros, não vou dizer que é todo mundo que é igual, que não são iguais todos; mas aqueles de cinco, seis ou sete pessoas, nós fazia o grupo, fazia a roça de um, a roça do outro, e quando terminava o tempo da lavoura tava nós todos com a rocinha tudo pronta, tudo organizado, feijãozinho ensacado, tudo ok nessa cultura que nós levava. Hoje, mudou um pouco, porque quando se passa pra cada um ir pro seu lote fica mais difícil, no meu ponto de vista. Eu já não quero ir trabalhar coletivo porque fulano não quer vir me ajudar. [...] aqui ou acolá eu comento com alguns amigos, umas famílias que eu tenho aqui eu digo: “olha, antigamente, quando nós tava no acampamento era melhor da gente trabalhar”. Eles dizem: “por quê?” “Por que eu lhe ajudava?”. [...] depois que nós entremos [...] pro que é nosso [assentamento] nós se acomodemos um pouco. Por que se acomodemos? Porque só quero zelar o que é meu [...]”³⁴⁰.

Nessa mesma linha, uma liderança do MST assentada, mesmo reconhecendo as mudanças impostas pela nova condição social de assentado, ressalta que essa mudança não quer dizer que houve um absolutização da convivência individual em detrimento da comunitária.

Quando se tem a questão da ocupação logo no início, se tem essa questão mais das pessoas está participando, tanto do coletivo, tanto da questão das lutas; quando se vai pro assentamento se tem uma modificação, isso não quer dizer que as pessoas deixou de ter o convívio coletivo; mas muda, por que a partir do momento que as famílias vão pro seu lote individual, se tem, vamos dizer, outras tarefas que, antigamente, no acampamento não se tinha, se tem: os bichos pra cuidar, as roças pra cuidar, a sua própria renda pra desenvolver e tirar do lote; então, por isso que muda essa estrutura, no acampamento todo mundo tá tudo agrupado e consegue ali ser mais rápido, desenvolver mais a questão do próprio coletivo e a própria luta³⁴¹.

340 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

341 Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 no município de Piranhas.

Uma série de outras tarefas cotidianas individuais interfere na dinâmica de cada unidade de produção familiar. Entretanto, algumas iniciativas coletivas permanecem no assentamento Olga Benário, onde a principal, em nossa ótica, é a mobilização social coletiva, mesmo que não envolva todas as famílias, para a luta em tempos de falta de água, na paralisação de rodovias ou ocupação de prefeitura. Acompanhamos, durante esses quatro anos, muitos desses processos e sempre encontramos famílias e lideranças do MST oriundas do Olga Benário. Em 2018, na ocupação da prefeitura municipal de Piranhas, durante uma jornada de lutas em todo o Sertão e outros municípios do estado, estiveram presentes famílias do assentamento, demonstrando que estão ativas coletivamente na mobilização social. O momento de construção dos mapas para este estudo, coletivamente, também mostrou que a comunidade permanece com o espírito coletivo vivo e a integração com participação de jovens e mulheres, conforme registro abaixo.

Figura 34 - Assentamento Olga Benário – Apresentação coletiva do mapa da agrovila da comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

A solidariedade coletiva constatamos no Olga Benário, quando visitamos algumas famílias que haviam sofrido despejo de um acampamento e foram recebidas pela comunidade, inclusive foi autorizada a construção de alguns barracos de lona. Uma espécie de retribuição, pois o campesinato assentado do Olga também passou pela mesma situação no momento de um dos despejos (ver figura 35).

Figura 35 - Assentamento Olga Benário – Barracos de lona de uma família acampada acolhida na comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

O assentamento é composto por uma única agrovila onde os lotes comportam as moradias e as áreas de cultivo. Assim, nessa agrovila as famílias decidiram deixar duas áreas para futuros projetos coletivos de obras de infraestrutura, como um campo de futebol e a construção de um prédio escolar. Há ainda dois projetos de apicultura no assentamento, sendo ambos tocados coletivamente, mas, no momento, paralisados devido ao fraco inverno: um integrante do Projeto Arajuba, desenvolvido pelo Movimento em vários assentamentos e contando com a participação de cerca de seis membros (filhos e assentados); outro com um grupo de cinco famílias, que buscam o acesso à renda, segundo um depoente abaixo, a partir de uma parceria com a prefeitura municipal:

Nós começamos agora esse projeto do apiário, de criação de abelha; ele é coletivo, não é de um só, não é de dois só, por enquanto, nós montemos um grupo de cinco pessoas; mas nós estamos sempre dizendo: se o pessoal quiser entrar junto com a gente nós estamos de braços abertos para receber. [...] nós estamos lutando pra ver se nós consegue aumentar mais ele. Hoje estamos começando com dez caixas, mas para o futuro a gente quer ver se temos aqui uma meta de cinquenta ou cem caixas. O recurso tá vindo via a prefeitura. A prefeitura tá com vários projetos aí. E aí nós tamos se mexendo devagarzinho pra ver se nós consegue [...] ³⁴².

Mesmo em meio à profunda precarização, as famílias do assentamento Olga Benário seguem resistindo com as atividades produtivas. A roça camponesa de milho e feijão, o plantio de cajueiro, a criação de pequenos animais (galinha e ovelhas), além do rebanho bovino, fazem parte dessa produção. Visitamos a comunidade em 2017, um ano diferente dos demais no tocante às boas precipitações que ocorreram. Com elas as famílias garantiram o plantio de gêneros alimentícios e a produção de forragem para o rebanho existente – palma forrageira (figura 36) e o que denominam de “rolão” (figuras 37 e 38), uma espécie de aproveitamento dos restos de culturas da roça na forma de palhada triturada.

Figura 36 - Assentamento Olga Benário – Área com o plantio de palma forrageira.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

342 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

Figura 37 - Assentamento Olga Benário – Restos de cultura de milho antes de ser triturado na forrageira para produção do rolão.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 38 - Assentamento Olga Benário – Produção de forragem na forma de rolão em um lote individual da assentada Rosa Maria de Almeida.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Importante registrar que a prática de selecionar as sementes e guardá-las de um ano para o outro foi verificada em todos os cinco assentamentos analisados neste livro. É uma prática que passa de geração em geração, garantindo assim uma semente de boa qualidade, bem como é uma forma de se libertar do Estado, ou seja, ao caírem as primeiras chuvas, a família está com sua semente para plantar, não tendo, portanto, que ficar à espera dos grãos distribuídos por este, quase sempre com qualidade duvidosa no tocante à contaminação de agrotóxicos.

Figura 39 - Assentamento Olga Benário – Sementes de feijão crioulo armazenadas em recipientes para o plantio no ano seguinte.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Outro ponto importante a destacar é a ligação orgânica das famílias com o MST. Ao longo dos anos, a comunidade foi desenvolvendo e mantendo a confiança no Movimento, ou melhor, podemos dizer que as famílias fazem parte constituinte dele, sejam servindo lideranças para a direção estadual MST/AL, sejam participando ativamente dos processos de luta. As famílias, de modo geral, compreenderam que a mobilização social, tocada pelo Movimento, é uma forma de se contrapor ao histórico de exclusão que vivenciaram ao longo da vida. Como escreveu Gohn (2014), o tema da consciência histórica não pode ser abandonado, uma consciência forjada a partir de sujeitos(as) ativos(as) e de uma visão da consciência como algo em perpétuo movimento, portanto, processual. Disso o MST é um grande exemplo, pois, parafraseando a autora, atenta para trabalhar essa consciência utópica camponesa no jogo das tensões e posições do campesinato assentado na arena política. Essa consciência fica perceptível quando da avaliação das famílias sobre o papel do MST na recriação, portanto, na transformação do campesinato Sem Terra em assentado no Olga Benário.

A dinâmica do Movimento MST foi bom porque já trouxe nós pra terra. Eu agradeço muito pelo MST. Que se não fosse o MST eu não tinha conhecido essas terras. Conheci porque nós já trabalhamos nela, umas épocas atrás, eu mais meu pai trabalhamos nelas, meu pai foi vaqueiro daqui. Aí nós conhecia, mas retorno disso daqui nós não conhecia. Mas, pelo Movimento MST foi bom, que trouxe muita gente, deu reconhecimento a muita gente e muita gente hoje tem, não só a área daqui, mas tem várias áreas que o Movimento ajudou [...]. Eu me afastei agora, tá fazendo um ano que eu me afastei, mas desde do início que em entrei aqui, que eu comecei, eu nunca falhei uma viagem, sempre que teve uma mobilização eu tou dentro, viajava pra Brasília, sempre viajei várias vezes com os companheiros, Maceió mesmo. [...] sempre gosto de estar participando porque quanto mais eu participo mais tem reconhecimento, porque a gente faz grandes amizades por onde a gente anda [...] ³⁴³.

343 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

A vida melhorou, mesmo em meio à tamanha dificuldade, é a resposta das famílias quando pedimos para comparar a situação hoje com a de antes ao assentamento. Mesmo que a questão da desistência/abandono pare em alguns momentos, seja quando lembram as dificuldades ou mesmo recordando os que se foram, a exemplo do depoimento a seguir:

Aqui muita gente desistiu que não teve coragem na luta né e outro porque é meio apertado passar aqui; eu num gosto nem de dizer né. **[Entrevistador: você já pensou em desistir?]:** não, porque eu penso assim, de desistir não, eu desistir só se for para os meus filhos. Agora, eu penso assim, quando eu não puder trabalhar de jeito nenhum, se não tiver nenhum filho mais eu, eu vou no INCRA, chamo o INCRA pra olhar minhas benfeitorias e vendo e saio; meu pensar é esse. Os meninos [filhos] não querem; querem trabalhar, mas não querem lutar, assim, pra viajar, muitas coisas, eles não querem, eles não têm essa coragem que eu tenho. De primeiro [...], quando a gente tava nos barracos, num era chamar fulano de casa em casa, batia num disco de trator lá em cima do pau, batia [...] nós já estava lá, primeiro que chegava na reunião era eu [...]. Se era reunião, vigiar de noite, uma coleta, eu nunca perdi, agora, o que me dói é isso, que eu não pego [nada]; tem gente que tá aqui, num vai uma viagem, já veio de fora [...]³⁴⁴.

Notem que o tema da desistência é tratado já como negação do ato: “eu nunca pensei em desistir”. Não é propósito do campesinato assentado desistir, se o faz é diante dos limites ultrapassados de resistência. Essa mesma assentada vai falar da importância da luta e da resistência na terra conquistada. Na verdade, os depoimentos do campesinato assentado no Olga Benário fortalecem os estudos que apontam que a situação das famílias assentadas é bem melhor que a vida anterior ao assentamento. Leite et al., (2004, p. 261), em um dos mais importantes estudos nacionais sobre os assentamentos rurais no Brasil, chegaram à seguinte conclusão: “por mais que seja prenhe de dificuldade, e que a pobreza ainda seja generalizada, o acesso à terra provocou rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado”. Portanto, os autores

344 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

detectaram que, do ponto de vista mais subjetivo, as condições de vida melhoraram segundo as famílias assentadas, especialmente, devido a esse acesso à terra ser visto como um ato de “liberdade”, pois deixaram de ser “escravos” (Idem). Observemos como a fala da assentada, que, mesmo sem a moradia ainda, conscientemente revela a melhoria na nova condição social, corroborando os autores aludidos:

[...] se a gente ganhou a terra, nós conquistamos a terra, aí a gente tem que fazer a luta do mesmo jeito que começamos. Porque nós já estamos na terra aí é que é bom. Eu toda vida tive esse pensar comigo. Se antes de ganhar a terra, nós lutávamos, agora que nós já ganhemos a terra vamos deixar de mão? [...] hoje nós trabalha, planta nosso feijão, nós não trabalha de meia, não tá dependendo de fazendeiro, de ninguém: num tá bom? Só não tá bom porque não tem casa, não tem o projeto, mas um dia, com fé em Deus, eu encontro [...] ³⁴⁵.

“Antes era mais difícil, hoje tenho minha casa, então, pra mim tá bem melhor que antes”³⁴⁶, diz outro assentado. Assim, conseguir o básico, uma moradia, já é uma mudança. Definitivamente, o campesinato assentado faz parte de uma parcela da população brasileira marginalizada historicamente, que, ao cortar a cerca da propriedade privada capitalista da terra, um leque de possibilidades se abre e mudanças efetivas ocorrem nas vidas dos envolvidos. Não é uma visão romântica que buscamos invocar, pois, como vimos, a conquista da terra não faz emergir, naturalmente, a cidadania e o acesso aos direitos negados. Ao contrário, enquanto ponto de chegada e de partida concomitantemente, o assentamento Olga Benário é a materialização da territorialização do campesinato Sem Terra, mas em uma perspectiva de ser um trunfo territorial, sem o qual não há existência social camponesa, como bem anotou Fernandes (2010).

Nessa linha, Leite et. al. (2004, p. 260) ressaltam que “a própria experiência política da luta pela terra (qualquer que tenha sido a sua

345 Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

346 Entrevista realizada no dia 17 de dezembro de 2017 no município de Piranhas.

forma) acabou por produzir lideranças, formas de representação, um aprendizado sobre a importância das formas organizativas, sobre sua capacidade de produzir demandas”. Nesse bojo, o Sertão alagoano de sujeitos, camponeses e camponesas, passivos em face dos (des)mandos e da exploração dos coronéis e suas oligarquias, vai, aos poucos, sendo contraposto pelo campesinato assentado em luta. Não obstante, se colocarmos a dinâmica da recriação do campesinato assentado no bojo da totalidade da dinâmica da sociedade brasileira, hegemônica pela ideologia burguesa em um capitalismo de tipo rentista, onde a propriedade privada capitalista da terra é âncora central em detrimento da reforma agrária, não há como olvidar, nos termos de García (1970) em epígrafe, que essa recriação camponesa ocorre de forma marginal.

As trajetórias de vida das famílias assentadas, bem como o processo de territorialização camponesa nos assentamentos Peba, Lameirão e Olga Benário, cada um com suas especificidades e semelhanças, expressam esse contexto contraditório da recriação do campesinato assentado. Essa contradição também observaremos nos próximos itens, tanto no assentamento Serrote Aroeiras, como no assentamento Todos os Santos/Chupete. Em todos, a hegemonia da burguesia rentista brasileira, também no campo alagoano, vai impondo um processo de contrarreforma agrária, como veremos no caso do Serrote Aroeira a seguir, não deixando outro caminho ao campesinato que não o da luta e da resistência cotidiana na terra conquistada, mesmo em um contexto de profunda marginalização social e política.

5.4 Assentamento Serrote Aroeiras: as sementes das primeiras lutas brotam com novas lideranças e a conquista de mais uma fração territorial pelo campesinato Sem Terra

O assentamento é uma parcela do território capitalista apropriada pelos camponeses e organizada segundo uma lógica camponesa, isto é, não capitalista, que se manifesta no interior da economia e ordem burguesa. Portanto, embora os camponeses participem ativamente da rede de relações que dão confi-

guração à produção e reprodução da sociedade como um todo, inclusive transferindo riqueza, é ao se territorializar, tomando posse de uma fração do território e dando concretude às relações sociais, que eles conquistam a possibilidade de atuar para reproduzir e/ou transformar suas próprias condições sociais e materiais de existência como indivíduo e ser social. [...] cabe ainda acrescentar que os camponeses não lutam e nem entendem a luta a partir de um mesmo formato, e, mais, essa distinção não anula sua identidade como classe.

Rosemeire Aparecida de Almeida (2006, p. 342; 351), em “(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe.

As especificidades e diferenças do “ser mulher”, expressas nas suas formas de identificação pessoal e coletiva, nas práticas culturais e formas diferenciadas de fazer política enquanto atrizes em movimento, nas suas posições no ordenamento da sociedade etc., continuam silenciadas e invisíveis nos discursos e propostas construídos pelos poderes públicos, ou nas políticas que envolvem a participação ou presença da população.

Maria da Glória Gohn (2014, p. 152), em “Novas teorias dos movimentos sociais”.

O crescimento da economia agropecuária e florestal consolidou, ademais, entre outras dimensões, o culto apologético do agronegócio (grandes empresas capitalistas) acompanhado da lógica dominante da negação explícita do campesinato. E, como corolário, acentuou as concepções e ações governamentais de contra-reforma agrária. Essa sacralização do agronegócio a qualquer custo, presente de forma indelével pela concepção de mundo dominante, facilitou, sobretudo, a intencionalidade e indiferença social e ambiental na exploração dos trabalhadores rurais e no uso e degradação dos recursos naturais do país.

Horácio Martins de Carvalho (2014, p. 21), em “As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto”.

Para tratarmos da construção do assentamento Serrote Aroeiras, vamos analisar um processo que, na realidade, trata da germinação das sementes das primeiras lutas pela reforma agrária em Alagoas, que brotam com o aparecimento de novas lideranças camponesas, pela disputa territorial em mais um processo conflitivo entre o campesinato e o latifundiário capitalista e, conseqüentemente, com a materialização da territorialização do campesinato assentado em outra conquista camponesa de fração territorial capitalista no campo alagoano, nos termos de Almeida (2006), em epígrafe.

Trata-se, portanto, da constituição de mais um assentamento levada a cabo pela luta e resistência de sujeitos e sujeitas excluídas pela concentração da terra, que, em meio às semelhanças e especificidades inerentes a cada assentamento no Brasil, corrobora a leitura certa dessa autora, quando destaca que o campesinato não luta e não entende a luta a partir de um mesmo formato, e, o que é mais importante em nossa ótica, a distinção desses processos não anula a identidade enquanto classe camponesa dos/das envolvidos(as), também anotado acertadamente pela autora.

Nesse sentido, o assentamento Serrote Aroeiras faz parte do *continuum*, efetivado pelo processo de territorialização camponesa, como anotou Paulino (2012). Uma dinâmica também que se insere no continuum histórico da constituição da cultura alagoana a partir do espaço agrário, registrado por Lindoso (2015) e já tratado neste texto (ver item 2.1). Todavia, não como processo de sedimentação social do ranço latifundiário-escravista que hegemoniza essa cultura ainda; ao contrário, a resistência camponesa em questão foi efetivada no aprofundamento dos momentos de rupturas, mesmo que lentamente ao longo dos anos, como nos permite ler esse próprio autor.

É esse o real sentido da luta empreendida na conquista do assentamento Serrote Aroeiras, iniciada em fins da segunda metade da década de 1990, mas que se deu a partir da continuação da luta e re-

sistência na conquista das fazendas Peba e Lameirão, pelo menos no tocante às lideranças principais que organizaram inicialmente a luta. Por isso, a nossa leitura de que é uma germinação de sementes da luta e da resistência. Essa assertiva ocorre a partir dos depoimentos colhidos junto às famílias assentadas, ao constatarmos que duas lideranças, que foram protagonistas, pois levantaram a bandeira da luta pela fazenda Serrote Aroeiras, foram semeadas naquelas duas experiências supracitadas: uma, já falecida, foi o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Jacaré dos Homens, Dimas Rodrigues Gregório, que, segundo os depoentes, é tido como o “fundador” do assentamento e chegou a ser assentado na comunidade; a outra liderança importante, atualmente assentada, foi Maria da Conceição Adriano, tida como “a mãe do assentamento”, pegando a expressão de uma liderança atual da comunidade.

No início Dimas Rodrigues Gregório. Tinha outras lideranças daqui do assentamento, que era José Ivan Gonçalves, Dona Conceição, que, praticamente, é conhecida hoje como a mãe do assentamento, que foi uma das primeiras lideranças a lutar pela comunidade. Dimas na época era presidente do Sindicato de Jacarés do Homens. E a gente não tinha nenhum movimento. Foi só uma negociação entre a gente e o INCRA. Hoje e que a gente tá com um movimento que fica apoiando a gente aqui no assentamento que é o MLST. [...] graças a Deus a gente lutou só sem movimento e conseguimos a terra, sem nenhum apoio, sem nenhuma influência, nenhuma bandeira. **[Entrevistador: tinha mais alguém do Sindicato ou era somente o Dimas?]** Não, [...] era mais o Dimas, foi enfrentando e quem conseguiu tudo foi o Dimas Rodrigues. [...] foi, praticamente, o Dimas que negociou, [...] [com] o INCRA e o fazendeiro. Toda a negociação foi só entre essas pessoas³⁴⁷.

Essa luta começou porque a gente tinha muita vontade de possuir um canto pra sobreviver. Nós ajudemos na luta do Igaci, da Laje, Serrote Aroeira e Lameirão, que é em Delmiro

347 Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

Gouveia, moremos lá [no Lameirão], passemos, parece, uns dois anos e pouco lá. Aí foi quando esse rapaz [Dimas], que ajudou a nós construir aqui, começou a me incentivar, como a gente, tinha também um monte de gente na rua que precisava de ter um pedaço de chão pra sobrevier. Aí eu perguntei a ele se ele tinha condições de a gente enfrentar, porque essa luta aqui é muito forte, muito pesada. Ele disse: “Olha [...] eu só lhe chamo por que eu tenho coragem pra enfrentar”. Eu quase não lutava na minha casa pra gente conquistar isso aqui³⁴⁸.

Como visto no depoimento acima, ambas as lideranças estiveram por anos acampadas na fazenda Lameirão, em Delmiro Gouveia, e participaram de outras lutas no campo alagoano. Portanto, constituíram-se quadros políticos importantes formados a partir da resistência camponesa pela reforma agrária em Alagoas, que foram, com o passar dos acontecimentos, forjando outras lideranças na própria comunidade naqueles primeiros anos e posteriormente. Mais uma vez, a realidade da luta pela reforma agrária dava concretude às palavras de Caldart (2004) e mostrava que o receio das classes dominantes faz sentido: aos poucos a luta se espalhava e constituía outros/outras sujeitos(as) capazes e ativos(as) para sustentar outras lutas.

Os dois relatos também tocam em pontos importantes da história de gestação e construção do assentamento Serrote Aroeiras, por exemplo, quando a entrevistada justifica que a luta começou porque as famílias desejavam, simplesmente, possuir um “canto pra sobrevier”. O “canto”, em realidade, é o lugar especial, ou seja, a terra sonhada pelas famílias. Conforme Harvey (2018), o lugar é necessário para o enraizamento, condição especial para o campesinato brasileiro, historicamente um “desenraizado”, um “migrante”, um “itinerante” (MARTINS, 1981a).

As trajetórias de vidas narradas são de antigos moradores de fazendas, diaristas que viviam sob o mando dos fazendeiros, trabalhadores e trabalhadoras, formadores de uma fração da classe camponesa: o/a

348 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Sem Terra. Viviam as velhas relações de subordinação da renda da terra pelos latifundiários, “voando de fazenda em fazenda”, igualmente a “andorinhas”, conforme expressou uma assentada. Os relatos de duas mulheres assentadas demonstram a vida de agonias que permeiam as relações sociais entre campesinato Sem Terra e proprietários capitalistas da terra: para o primeiro – sofrimentos e degradação humana, chegando ao fundo do poço, com a morte de filhos, ante o frio, a fome e o calor, quando expulsos das fazendas, além de ganhos miseráveis. Tinham uma vida marcada, sobretudo, pelo trabalho duro na produção da renda da terra para o fazendeiro.

Nasce no município de Batalha, trabalhando na fazenda dos outros, quando tava bem numa boa chegava o caba: “eu quero a casa”. Eu pegava os molequinhos pequenos botava em riba de um trator véi, de resguardo, com oito dias que chegava no outro [local] a criança morria: debaixo de chuva, debaixo de sol, trovoadas, com aqueles trovãozão, aqueles relâmpagos. Morreu dois [filhos], já com quatro mês, de andar em cima de trator pra cima e pra baixo eu e o véi [marido]. **[Entrevistador: como era a vida na fazenda]:** [...] o fazendeiro dava a casa, leitinho pra crianças e trabalho, trabalhava pro fazendeiro mesmo: eram três [dias] pro fazendeiro e dois pra nós na rocinha da gente³⁴⁹.

Antes deu vir praqui eu vivia lá [no município] de Montei-rópolis, meu marido trabalhava de roça, roça pra ele, mas na terra do povo né, dos fazendeiros, dos latifúndio como o povo diz. E aí, todo final de ano, da safra, a gente tinha a colheita pra sobreviver e também ele era queijeiro, quando ele tava parado do serviço de roça, ele ia procurava serviço nas fábricas, e aí a gente vivia. **[Entrevistador: como era essa vida trabalhando para o fazendeiro?]:** sofrida. A vida de antes era como a gente fazia pra sobreviver, uma sobrevivência, por que não tinha e se tornava uma obrigação. Todo mundo era obrigado a trabalhar para nem pegar no alheio, nem passar necessidade né. Quem tinha seus bons empregos, tinha um emprego, quem não tinha vivia como eles [fazendeiro] queria pagar né:

349 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

pouquinho. **[Entrevistador: moravam na fazenda?]**: não, morava na casa da gente individual, na cidade, não era uma casa: [era casa de taipa]. Mas, daí, trabalhava pra sustentar o que o patrão planta, como seja: a palma; aí a gente planta na terra dele, colhe a palma pra ele e a lavoura pra gente. Hoje, a gente sabe dizer a história do agricultor, porque era tão sofrida; cada dia dava pra comprar um quilo de alimento de um jeito; o pobre não tinha, ainda hoje o rico pensa que o pobre vive, ele vevi nos empurrão, quando não tem emprego. Porque naquela época, o pai trabalhava bem cedo e comia com os filhos à noite; comia como se diz: comprava fiado e se alimentava, quando recebia aquele dinheiro só dava pra pagar o que comeu durante a semana. Hoje a vida é boa [...] ³⁵⁰.

Portanto, a expropriação da renda da terra em trabalho pelo latifundiário capitalista fazendeiro determinava muitas das relações progressas das famílias assentadas no Serrote Aroeiras, na forma de dias de serviços para “zelar”, como os assentados(as) falam, o plantio ou o rebanho do patrão: o trabalho com a palma, cultura agrícola importante no Sertão alagoano hoje, que iria abastecer o rebanho do fazendeiro; em troca, as famílias tinham a permissão para fazer sua roça – feijão, milho, algodão – e dali buscar o “pão de cada dia”, expressão muito utilizada entre os depoentes. O depoimento de uma liderança da comunidade, gestada nesse processo, assentada até hoje, é emblemático também sobre a difícil trajetória de vida camponesa, sobretudo, para as mulheres:

Eu nasci em Água Branca, me criei em Monteirópolis, sofrida, sem ter aonde trabalhar, trabalhava de agricultora, mas sempre tive um pouco de vontade de possuir o que todo mundo possui, porque a pobreza o maior recurso é a terra: mãe terra. [...] minha mãe era agricultora, trabalhava pra ganhar o pão em diária, pai eu não tinha, porque meu pai abandonou minha mãe muito antes do meu nascimento, com três meses dela grávida. Minha mãe era quem fazia tudo por os filhos, trabalhava na agricultura, botava roça nos terrenos dos povos e ali a gente aprendeu que a terra tem muito o que dar. **[En-**

350 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

trevistador: como era essa vida trabalhando de diarista?]: trabalhava plantando, colhia e ali vivia o ano todo comendo, quando tinha precisão de algum trocado vendia [a produção] e, para completar o mês, ela sempre trabalhava a diária, muito pequeno o dinheiro [pagamento] [...]; e depois, que eu tava já mãe, ela não trabalhava mais, foi ali que ela morreu e eu vim praqui³⁵¹.

A ampla maioria das famílias assentadas e que participou do acampamento da fazenda Serrote Aroeiras é originária da agricultura, nasceu e cresceu em contato com o campo, mas em condições bastante difíceis em uma vida totalmente subordinada aos (des)mandos do patrão fazendeiro, bem como oriunda dos municípios sertanejos circunvizinhos a Jacaré dos Homens, sede oficial do assentamento Serrote Aroeiras. Temos também alguns poucos casos, de assentados que moravam nesses municípios, mas que têm origem no estado de Pernambuco, sendo alguns oriundos de famílias de minifundiários e que, diante da terra reduzida, tiveram que migrar em busca de oportunidades melhores. Mesmo assim são famílias com histórias de vida parecidas de perambulações pelo território. Uma liderança, constituída a partir da vinda para a ocupação, assim descreve seu itinerário até chegar ao Serrote Aroeiras:

A minha vida de agricultura foi desde menino. Eu comecei na agricultura com meus pais no estado de Pernambuco, sou filho natural de lá e me criei [lá] até os 13 anos. Em [19]79 meu pai resolveu mudar para Alagoas pra ver se melhorava a vida. Lá [em Pernambuco] nós tinha uma propriedadezinha que a gente trabalhava, a gente mesmo com a família. Aí viemos pra administrar uma propriedade em Alagoas [**Entrevistador: qual o tamanho da propriedade?]:** era 150 tarefas. Viemos pra Batalha, passamos os 90 dias na cidade [perímetro urbano], não deu certo: porque quem vive na roça vindo pra cidade com certeza não dá certo! Aí meu pai gostava do campo e arrumou uma fazenda de um paraibano que residia com a família aqui em Batalha. [...] nessa fazenda nós vivemos 10 anos de morador com o patrão. E daí por diante, após esses dez anos, meu pai, a família – quem tá na fazenda dos outros

351 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

a certeza que está emprestado -, resolveu voltar pra terra natal dele. Eu tava recém casado, começando criar uma família, aí achei difícil voltar porque já tava habituado na região, resolvi ficar. Aí comprei uma pequena casa, [...] vivi 20 anos na região de Batalha [...]. **[Entrevistador: como é a vida de morador na fazenda do patrão?]**: rapaz, o nosso patrão era muito bom, eu não posso dizer que ele foi um patrão ruim, ele foi uma ótima pessoa, nos ajudou muito, mas, infelizmente, o que a gente ganha na fazenda de um patrão tudo é muito pequeno pra sobreviver, é pouco, porque de todo jeito é alugado. E quem trabalha alugado já se sabe que só ganha o pequeno cocho do dia a dia. **[Entrevistador: como é a relação de trabalho com o patrão?]**: [...] meu pai como administrador ganhava semanal e nós, a família, era diarista ou fazia empeleitas na própria fazenda, éramos cinco filhos e ali nós também ganhávamos um dinheirinho que suplementava o semanal do meu pai; [...] o problema: por bom que o patrão seja, chegou o momento que o fazendeiro anunciou a venda da fazenda. Aí mandou, nem ele mesmo veio, [...] ele um engenheiro agrônomo e a mulher advogada, [...] um porta voz dele vir até a gente dizer que tava vendendo a fazenda. Como a fazenda era dele e ele tinha sido um bom patrão, também nós fizemos todo acordo com ele. Ele repassou, nós não cobremos nada, uns objetos [cavalo, boi, máquina forrageira, etc.] que tinha na fazenda [...], deu uma ajuda pra gente e assim deixemos a fazenda dele [...]³⁵².

Esse relato é relevante, pois demonstra que nas relações sociais entre camponato Sem Terra e proprietário capitalista da terra, isto é, entre classes sociais antagônicas que enxergam a terra diferentemente, o primeiro como terra de trabalho e não de exploração do trabalho e o segundo como terra de negócio, de exploração do outro (MARX, 2013; MARTINS, 1999; OLIVEIRA, 2001; ALMEIDA, 2006; DELGADO, 2017), no momento em que estão em jogo os interesses de um e de outro, o antagonismo predomina. A expulsão do camponato da terra é fato consumado no momento em que não há mais interesse, por parte do fazendeiro, em que o morador permaneça na sua propriedade privada capitalista (imóvel rural). Assim, foi esse conjunto de experiências de vidas marcadas pela desagregação familiar, projetos de vida truncadas

352 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

e bloqueadas pelos descartes por décadas (MARTINS, 2003b), que fizeram o campesinato Sem Terra, hoje assentado no Serrote Aroeira, se mover, ou melhor, se mobilizar socialmente e, assim, agir politicamente, como defende Gohn (2014), visando a conquistar a sonhada terra, o lugar para sobreviver sem exploração e subordinação.

Destarte, segundos alguns depoimentos, cerca de uma centena de famílias, organizadas, primordialmente, pelas duas lideranças anteriormente citadas – Dimas e Conceição –, decidiu realizar o acampamento, não dentro do imóvel, mas vizinho à fazenda Serrote Aroeiras, em 13/02/1999 e, conseqüentemente, intensificar a negociação com o fazendeiro. A mobilização social levada a cabo por essas duas lideranças nasceu do processo de negociação com o latifundiário, ou seja, o proprietário do imóvel rural tinha interesse em fazer negócio com a terra, por isso, afirmamos que o processo de acampamento visava a aprofundar e a intensificar a negociação. Portanto, a gestação da mobilização social para a conquista do assentamento Serrote Aroeiras, o único assentamento federal até hoje construído no município de Jacaré dos Homens, não foi a partir de um conflito, diferentemente dos outros quatro assentamentos estudados nesta obra. Detalhadamente, uma liderança atual assentada assim descreve:

[...] o finado Dimas, como vivia na região, presidente do sindicato de Jacaré, juntou ele e mais quatro amigos, Conceição, Ivan, enfim, e aí ele resolveu propor uma compra da fazenda, no intuito de uma desapropriação; mas isso, lá na época, aqui não existia, foi o primeiro assentamento criado aqui em Jacaré dos Homens. Aí ele falou com o fazendeiro, o fazendeiro disse: “eu tenho a fazenda pra vender”. Ele [Dimas] perguntou: “você vende a fazenda para o governo? Ele [fazendeiro] disse: “vendo”. **[Entrevistador: então foi dialogado entre o sindicato e o fazendeiro?]**: foi dialogado com o fazendeiro, exatamente. Então, foram a Maceió, ao INCRA, e o fazendeiro propôs a venda da fazenda pra o INCRA. Então, o finado Dimas, que já tinha uma certa experiência, antes já tinha passado como assentado no assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, pediu uma vistoria. O INCRA fez uma documentação com o pedido de vistoria, o senhor Marcus Britto,

que era o fazendeiro, assinou, a superintendência regional [do INCRA] assinou, Dimas assinou, e lavraram esse documento. **[Entrevistador: até então não havia tido ocupação?]:** não. Trinta dias depois uma equipe do INCRA veio fazer a vistoria, em 1998. Que ela [imóvel rural] é pequena: só é 1.200 tarefas. Após a vistoria feita e essa documentação assinada, aí Dimas voltou, começou a juntar aqui na região as famílias mais próximas de Jacaré dos Homens, Palestina, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, arrumou 70 famílias. Fez uma lista e voltou ao INCRA e mostrou essa lista pra ocupar a fazenda. Como já estava encaminhado pelo fazendeiro no INCRA, ele pediu uma ordem ao INCRA pra ocupar. Aí o INCRA ligou pra o fazendeiro, o fazendeiro disse: “nós já botamos a fazenda à venda, se nós botamos a fazenda à venda, libero a ocupação”. Lavraram mais um documento pra ocupar. Aí ele saiu junto essas famílias [...], chegaram ali em cima, vizinho a faixa que faz a divisa do terreno, que é a faixa da CASAL [Companhia de Saneamento de Alagoas] que passa a rede d'água [adutora], aí eles ocuparam em barracos de lona lá e passaram seis, sete meses lá; que o fazendeiro não autorizou ocupar a sede que era aqui. [...] depois o fazendeiro retirou o gado e autorizou ocupar a sede [...] ³⁵³.

Outra assentada, importante quadro político à época, na mesma linha, enaltece o caráter de negociação, o início “pacífico” e sem “briga”, ou seja, sem conflitos, violências, mas também sem confrontar ou afrontar os interesses do fazendeiro e seu poder sobre aquela fração territorial que representava o imóvel rural. Ocorre que fatos novos se sucederam: débitos relacionados ao imóvel rural, segundo o relato abaixo, dos quais não conseguimos informações mais precisas; e o falecimento do proprietário substituído por um dos filhos herdeiros. Esse acontecimento foi determinante para a guinada na direção dada ao processo a partir de então, aparecendo um quadro de grande tensão social:

Cheguemos aqui em 1999. Uma conquista pacífica, sem briga, só negociando com o dono da fazenda e com quem queria vir. O Dimas era presidente do sindicato e eu era mãe familiar, mas já conhecia a luta, [...] era sócia do sindicato [...]. O

353 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

sindicato negociou com Marcus Britto e ele assinou a terra de venda, e o finado Dimas assinou como compra, no INCRA. O INCRA mandou a gente vir pra terra porque eles já estavam em papel, se ela era apropriada pra ele vender a gente já tinha o direito de vir. Só que Marcus Britto assinou e não deu logo o preço e também não sabíamos que esse imóvel daqui ele já tava em débito com o governo, que ele não pagava o estatuto da terra completa; a maior parte da terra já pertencia a eles lá [governo]. Quando ele disse que aqui era 1350 tarefas de terras, a maioria da terra era do governo. Aí daí, em 2000, Marquinhos, filho de Marcus Britto não aceitava a venda, porque seu pai já tinha falecido, dizendo ele que a gente não podia ficar aqui porque quem era herdeiros era ele e mais três irmãos [...]. Mas essa terra já era assinada em papel como venda, a gente dissemos pra Marquinhos: “então, no lugar de ele e mais três herdeiros, Marcus Britto tinha deixado 41 herdeiros dentro dessa terra”. Ele fez tudo pra ver se tirava a gente. Eu, uma das lideranças, com pouca inteligência, mas em estudo a gente estudamos 41 projetos dentro dessa terra. Chegamos na terra nua, com uma casa velha de área e galpão de cocheira e só chão rachado, nenhum talo de capim nessa terra existia. Hoje nós tem uma agrovila dentro dessa terra: [pelos] estudos que a gente fez, as caminhadas, a força de vontade. A gente diz muito: “cheguemos aqui sentando num tamborete de pedra e hoje estamos debaixo de uma casa, nós não tem nada, mas nós tamos debaixo de uma sombra”. [Foi] morando em lona, pedindo a quem tinha pra sobreviver [que conseguimos] [...] ³⁵⁴.

Portanto, os ânimos e o debate passam a ser outros: o herdeiro que assume a dianteira das discussões busca reverter toda a negociação realizada entre o campesinato Sem Terra e o fazendeiro pai falecido, mediadas pelo Estado, no caso o INCRA. As famílias, nesse período, já haviam transferido o acampamento para a sede da fazenda, conforme autorizado pelo fazendeiro pai. De forma coletiva e bastante unidas, como sempre ocorre no processo de ocupação/acampamento, as famílias resistiam em um contexto de total precariedade.

354 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Vimos pra sede [da fazenda] [...]. A organização na sede era o seguinte: foi melhor porque a sede era boa. Tinha muito terreno, cobertura; então, tinham as casas grandes da sede, umas casas boas; muita gente se habitou com quatro ou cinco famílias por cada casa, outros nas coqueiras só fazia a barreira de lona, mas em cima era telha; outros que não cabia faziam um barraquinho de lona e ficava no barraquinho mesmo. **[Entrevistador: as famílias produziam nesse período?]**: a gente plantava na terra, mas, infelizmente, existia uma proibição do fazendeiro, porque podia dar algum problema futuro. A gente plantava pequenas parcelinhas de roça e, como era muita gente, vindo gente de fora, as condições eram precárias [...]³⁵⁵.

A negociação pacífica dá lugar a um estado de pressão por parte do filho herdeiro, sendo iminentes, em alguns momentos, o conflito e a violência. Vez ou outra, ele aparecia pelo imóvel acompanhado por jagunços armados. As famílias, estrategicamente, esperavam em bloco, com as mulheres e as crianças postas à frente, servindo de proteção, como uma espécie de escudo, sobre as quais achavam mais difícil se abater algum tipo de violência. Estratégias de resistência do campesinato Sem Terra, mesmo sendo um risco, em face do ímpeto de proteção da propriedade privada capitalista por parte do proprietário herdeiro. Os registros de dois depoentes a seguir põem em relevo essa realidade conflituosa:

[...] tinha um problema [...] o Marcus Britto fez toda a documentação e faleceu, aí ficou o Marquinhos filho, assumiu o comando da negociação e, após a morte do [pai] o Marquinhos botou uma ação na justiça pra derrubar o processo. Então, com essa ação aí atrasou toda negociação: parou! **[Entrevistador: teve conflito e/ou pressão do fazendeiro ou com o filho dele?]**: teve pressão do filho fazendeiro e uma ordem da justiça, a polícia não veio, mas teve essa a ordem; muitas vezes ele veio aqui com capangas armados [...]. **[Entrevistador: O filho do fazendeiro vinha com frequência no acampamento e se encontrava com as famílias?]**: não tinha não [encontro na sede] porque nós bloqueava a entrada dele, infelizmente, era o jeito; ele mandava avisar que vinha e nós procurava qualquer canto de chegada aqui e nós se juntava ali: era homem,

355 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

era mulher, era tudo. Começou a ter um certo conflito com o filho do fazendeiro. [...] quando nós recebemos essas ordem de despejo aí eu fui no INCRA. Aí o INCRA disse: “olha, vocês têm que sair de dentro do acampamento pelo menos pra estrada [...]”. Tinha um advogado aqui em Jacaré dos Homens [...], fui até ele e ele disse: “é um pedido de despejo, vocês têm que manter essa ordem”. Aí nós afastamos o povo, tiremos de dentro dos barracos e botemos lá pra faixa [adutora da CASAL], pra estrada. Com vinte e quatro horas [...] nós voltamos pra lá de novo [acampamento na sede]³⁵⁶.

Passamos uns três anos ou quatro debaixo da lona, quando nós chegamos lá foi dois caminhões de gente ficou lá. Aí de vez em quando o dono da propriedade chegava lá, com meio mundo de parceiros deles, pra botar nós pra correr; que ele tinha dado a ordem e depois se arrependeu e queria que nós saísse. Aí depois fez um acordo, pra nós ficar lá na estrada, pra ninguém passar pro lado de cá, que tinha um gado dele aqui e os vaqueiros, pra nós ficar do riacho pra lá. Aí fiquemos. A lona se rasgava, nós comprava outra. Teve uma época que nós não podia comprar, o finado Dimas, uma pessoa boa, era o chefe, ia lá no INCRA, arrumava a lona, pessoal do INCRA trazia, nós cobria de novo os barracos [...]. [...] chegava tudo armado de revólver e tudo que era pra nós sair [...]³⁵⁷.

As famílias buscaram e passaram a ter orientação de um advogado, que sugeriu a ida de uma liderança ao INCRA para solicitar uma reunião com o referido herdeiro. Nessa reunião, tensa segundo relatos, o herdeiro estava bastante irredutível quanto à decisão de expulsar o campesinato da fazenda, mas a superintendência do INCRA afirmou que ele não poderia fazer aquilo, pois toda a documentação de venda da propriedade fora assinada por seu pai; caso ele não concordasse com a negociação realizada e optasse por levar adiante a ação judicial contra as famílias, deveria indenizá-las pelo tempo de trabalho realizado durante os anos no acampamento. O acordo, enfim, foi selado, aceito pelo filho do proprietário, o INCRA obteve o imóvel rural em 21/07/2000, via desapropriação, declarado como de interesse social para fins de reforma agrária, conforme portaria

356 Idem.

357 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

publicada no Diário Oficial da União em 05/10/2000; e o assentamento criado, praticamente, um ano depois: em 18/06/2001. Mais uma vitória do campesinato Sem Terra, por isso, as famílias, ao construirmos a linha do tempo com os principais marcos históricos, apresentam o dia da imissão de posse, ocorrida, segundo elas, em fevereiro de 2001, como um importante momento para a comunidade. Enfim, a tão sonhada terra era conquistada, iniciando-se a nova fase: de campesinato assentado. Fase que requer outras lutas, outras conquistas diante dos desafios de permanecer na terra, como podemos perceber no quadro 9.

Quadro 9 – Assentamento Serrote Aroeiras – Processos históricos marcantes na construção da comunidade

Data	Processo
13/02/1999	- Acampamento com cerca de uma centena de famílias em uma estrada vizinha à fazenda Serrote Aroeiras.
21/07/2000	- Acordo entre o INCRA, o herdeiro da propriedade e as famílias acampadas; - Obtenção do imóvel pela via da desapropriação.
18/06/2001	- O assentamento Serrote Aroeiras é oficialmente criado com capacidade para 41 famílias em uma área de 336,9 ha.
03/2002	- Construção das moradias; - Custeio agrícola é liberado no valor R\$ 2.200 reais para cada família.
09/2003	- Construção das cisternas de placa.
03/2006	- Instalação da energia elétrica.
03/2007	- Liberação do crédito do PRONAF A: R\$ 18 mil reais para cada família; - Liberação do crédito para reforma das casas: R\$ 2.000,00 reais para cada família por parte do INCRA; - Assembleia decide usar parte do recurso da reforma das casas para implantar a adutora na comunidade, ficando inadimplente junto ao INCRA.
04/2008	- Conquista do recurso para construção de uma ponte de acesso para a comunidade.
2010	- Construção da Igreja Católica e da Igreja Evangélica.
2017-2018	- Discussão sobre a qual município o PA pertence, se Jacaré dos Homens ou Batalha.

Org.: Autor (2019).

Figura 40 - Assentamento Serrote Aroeiras – Vista da única agrovila da comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Apesar de ser um imóvel rural, obtido pela via da desapropriação e não pela compra e venda, o roteiro de gestação do Serrote Aroeiras segue o mesmo processo dos demais assentamentos aqui estudados, em vários aspectos, além dos já citados, que merecem destaques, pois são elementos que caracterizam a contrarreforma agrária já no processo de construção inicial, com rebatimentos até hoje na trajetória precária de vida das famílias assentadas, bem como de alimentação da marginalização camponesa e da subordinação aos interesses do capital. Um primeiro elemento é que o imóvel rural, mesmo sem cumprir a função social, como atesta expressamente o Laudo de Vistoria Preliminar (INCRA, 2000a, p. 19), “[...] estando enquadrada na categoria de média propriedade improdutiva”, a lei assegura o acesso à renda da terra absoluta, é o prêmio para a burguesia rentista brasileira, que descumpra a lei, mas não deixa de ter esse privilégio, na verdade, o mecanismo de produção do capital via especulação com a terra.

É primordial ressaltarmos as estratégias diversas de resistência camponesa para a conquista da terra de trabalho e transformação de um lugar de exploração para o de produção da vida camponesa, portanto, produção familiar. Entre 1999 e 2001, período da ocupação/acampa-

mento, foram anos difíceis. Uma primeira estratégia, que singulariza o processo de gestação do assentamento Serrote Aroeiras, foi de que as famílias não foram mobilizadas socialmente a partir de um movimento social, o encontro com o MLST deu-se anos depois. Apesar de o senhor Dimas ser o presidente do STR à época, a luta foi dele particularmente, juntamente com lideranças como a senhora Conceição e outras que foram sendo forjadas no processo, portanto, não foi uma causa abraçada pela estrutura da organização sindical local e estadual. Mas existia a presença dessa liderança sindical como estratégica para os rumos e a conquista camponesa.

Resistir no acampamento, uma condição para ter direito à terra, era um desafio ante a falta de recursos financeiros até mesmo para a compra de alimentos. A pobreza originária das famílias, o quadro de pressão do fazendeiro, a negação por parte deste, por algum tempo, de as famílias produzirem as roças alimentares camponesas, a dificuldade climática com relação às condições do semiárido alagoano, aprofundada pela indisponibilidade de água no imóvel rural, eram o corolário para a constituição de um quadro de extrema penúria entre a maioria absoluta das famílias, onde a fome assombrava e minava as forças, literalmente, dos corpos e da rebeldia camponesa. Era preciso pensar estratégias para vencê-la e isso foi realizado, entre outras, com as denominadas pelas próprias famílias de “campanhas de arrecadação de alimentos”.

Em [19]99 nós fiquemos na terra, no final da terra, na faixa que vai para Jacaré dos Homens e Belo Monte, aí apossamos lá, fizemos uma rua de barracos de lona. **[Entrevistador: quantas famílias?]**: 153 famílias. Todo mundo fez barraco. E daí nós passemos um ano e meses com muito sofrimento, pedindo para sobreviver, quando chovia pedia semente e plantava, às pessoas mais conhecidas a gente pedia ajudava de alimento pra família toda. Só nunca ocupemos, nesse tempo, a prefeitura [de Jacarés dos Homens], porque o prefeito nesse tempo era Jaime Silva: não precisava: ele veio a nós e ofereceu o que pudesse fazer. Então, o leite pras crianças, no início, a gente não tinha, o que cozinha tirava um pouco daquela temperatura da comida e dava pras crianças pequenas e os grandes

se alimentava do que tinha. Aí a gente se assujeitemos a sair pedindo alimento [...]. **[Entrevistador: houve alguma participação em atos/ocupação em Maceió, por exemplo?]:** não todos, só o finado Dimas e algumas pessoas, [pois], tinha que ficar alguém com o povo aqui, tinha que ir outros ajudar na ocupação [em Maceió]. [...] teve uma ocupação estadual, que saiu juntando gente dos assentamentos, foram passar 15 dias em Maceió e o povo foi pelo direito de casa e projetos³⁵⁸.

A linha de luta era o modelo sindical rural, portanto, sem centrar a luta em processos de ocupação de prédios públicos, fechamento de BRs etc., como faziam o MST, em especial, e a CPT naqueles anos iniciais da década de 2000 em Alagoas, apesar da participação, em alguns momentos, de famílias do Serrote Aroeira em atos em Maceió como destacado acima.

Retornando à estratégia camponesa das campanhas, estas eram, em síntese, da seguinte forma: grupos de representantes das famílias acampadas, notadamente integrados por mulheres, saíam em carroças puxadas por animais, percorrendo povoados próximos e a cidade pedindo alimentos durante dois ou três dias, dormindo de favor em colégios ou casas individuais de pessoas que se solidarizavam e compreendiam a luta e o direito à terra para o campesinato. Os relatos, quase sempre em tom emotivo, resgatando, pausadamente nas falas, os dias de campanha, não apenas, mas especialmente, registrados nas narrativas das mulheres assentadas no Serrote Aroeiras, deixam evidente o importante papel exercido por elas e a difícil condição que foi imposta pelo Estado às famílias, conforme podemos perceber a seguir:

[...] nós ficamos aqui tudo trabalhando, cortando madeira, que é pra mode, como diz, eles [lideranças] viajarem né pra fazer a negociação com o governo. [...] os homens iam trabalhar, desmatar e as mulheres tinha que fazer alguma coisa fora, que era pra trazer alguma coisa pra comer aqui. Aí ele [marido] ficava aqui com as crianças, trabalhando, eu já tinha filha moça [...], aí eu ia pra rua, passava, assim, uns oito dias na casa de família trabalhando, [...] e trazia o comer pra comer aqui. Aí

358 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

fizeram uma reunião e disseram que não podia sair ninguém [para trabalhar], porque tinha de conviver todo mundo aqui dentro [...]; aí pra gente não passar necessidade, porque o que vinha pra aqui era pouco, era muita família e quando dividia pra cada um dava um pouquinho. Aí o que eu fiz junto com as famílias daqui: arrumava uma carroça de burro, nós se metia aí no meio do mundo, dormia nos grupos [escolas], pedia rancho pra dormir, aí quando era dois, quatro dias, nós chegava aqui e dividia com aqueles que não tinham coragem de sair para pedir e, assim, a luta foi grande né [...]³⁵⁹.

Quando nós chegamos aqui, a terra não dava pra todo mundo, então, nós construímos um coletivo pra puder a terra ser negociada pelo coletivo. E daí todos os trabalhos eram pelo coletivo, até quando a gente saía pra fazer campanha de alimento era no nome do coletivo [...]³⁶⁰.

[...] Pra fazer essas casas nós passou uns quatro ou cinco anos debaixo da lona, sofrendo, aperreado, mas nós nunca abrimos não. Naquele tempo nem água pra beber nós tinha. O pessoal mais velho que tem aqui pedia esmola, saía na segunda feira, dois, três dias na semana pedindo esmola, pra não morrer de fome os filhos e todo mundo. [...]. Eu nunca pedi não, trazia, fazia minha feirinha lá [...], nós cozinhava uma panela de feijão pra todo mundo junto [...]. Quando acabava [alimento] botava um jumento nas carroças e saía pedindo [...]³⁶¹.

Concordamos com Gohn (2014) em epígrafe, quando enaltece as especificidades e as diferenças do “ser mulher” na sociedade e, notadamente, nos processos de mobilização social, expressas nas suas formas de identificação pessoal e coletiva, nas práticas culturais e formas diferenciadas de fazer política. Esse pensamento é bastante explicativo e serve para teorizarmos sobre o modo de vida do campesinato com relação à presença e ao papel das mulheres camponesas nos assentamentos rurais. São processos coletivos e individuais onde as mulheres atuam, como as campanhas de alimentos na origem do Serrote Aroeira, que demons-

359 Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

360 Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

361 Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

tram o lugar primordial delas na conquista dos assentamentos rurais. No entanto, na mesma linha dessa autora, percebemos que são silenciadas e invisibilizadas, tanto nos discursos e propostas construídos pelos poderes públicos, como por parte da academia ou mesmo nos partidos políticos, apesar de algumas conquistas a partir das lutas, a exemplo da Marcha das Margaridas ocorridas anualmente no Brasil.

Moura (1988, p. 54), ao abordar o modo de vida do campesinato, marcado pelo trabalho familiar como vínculo social fundante com a terra, a diversidade de tarefas produtivas, já abordava, mesmo que de uma forma bastante tímida, o papel e o lugar das mulheres na família camponesa, destacando as variadas formas, conforme suas palavras, da unidade familiar camponesa “[...] se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis”. Portanto, segundo ela, do plantio à colheita na roça, dos trabalhos domésticos à formação do quintal produtivo, as mulheres estão participando. Podemos afirmar que a atuação das mulheres camponesas no Brasil vai além do trabalho na unidade de produção familiar, rompendo as barreiras da hegemonia masculina e adentrando na arena da luta de classes no campo, no caso aqui em tela, a luta pela reforma agrária. As nordestinas, Elizabeth Altino Teixeira, liderança das Ligas Camponesas, e Margarida Maria Alves, liderança sindical, são exemplos, entre tantos, da ação política feminina nessas lutas.

As lutas políticas nas disputas territoriais entre as diversas frações da classe dos proprietários de terras e as diversas frações da classe camponesa adentram nos anos 1980 e seguem até hoje, na esteira do aprofundamento do propalado agronegócio, tendo as mulheres papel importante. Isso devido, conforme enaltece Campos (2009), ao modelo agrário/agrícola do agronegócio hegemônico no campo brasileiro, uma atualização do latifúndio mediada pela ação do Estado, contribuir para intensificar a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, aumentando a pobreza feminina nos municípios do interior do país.

As lutas assumidas pelas mulheres camponesas assentadas no campo alagoano, apesar da incipiente produção sobre o tema, já foram es-

tudadas por Cavalcante e Amaral (2013, p. 433), as quais afirmam: “na sociedade alagoana, altamente concentradora de poder, de terras e de renda, temos muitas luzes de mulheres que brilham, ignorando a concentração de tudo e provando que a vida não pode ser amarrada e presa”. Nesse contexto, em uma sociedade marcada pela dominação masculina, as autoras destacam que, com o processo de expulsão camponesa no campo, as mulheres são as mais prejudicadas, pois assumem, geralmente, todas as responsabilidades da casa e dos filhos. Já nos acampamentos/assentamentos, ainda segundo as autoras, as mulheres passam, além daquelas responsabilidades, a assumir diferentes atividades políticas: de lideranças das comunidades, na construção dos roçados, no trabalho do artesanato e produção de doces.

Definitivamente, ao longo da história, as mulheres camponesas têm um papel central na transformação social do campesinato Sem Terra para campesinato assentado e, acima de tudo, contribuem na alteração das relações de poder no campo nessa disputa territorial desigual entre a classe camponesa e a classe dos proprietários capitalistas da terra. Como disse uma liderança feminina do Serrote Aroeiras: “*a gente saímos de um canto que vivia pelo poder dos outros, mas nós procuremos um canto pra nós ter o nosso direito e o nosso poder [...]*”³⁶². Dessa forma, é bastante atual o pensamento de Franco García (2004), quando afirma que as relações de gênero são questões imprescindíveis para se pensar uma política massiva de reforma agrária, partindo da compreensão de que assentamentos/acampamentos, enquanto produtos da relação sociedade-espaco concretizados pela ação de sujeitos sociais, são espaços sociais de produção da vida, imersos em múltiplas relações sociais de poder, entre elas: as relações de classe, de raça e de gênero³⁶³.

O discurso geográfico, segundo essa autora, tem avançado bastante nos estudos de geografia e gênero, mas há muito ainda por fazer em

362 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

363 Entre estudos importantes sobre as relações de gênero e a ação das mulheres nos assentamentos rurais Cf.: Molina (2011); Siqueira et al. (2011); Aubrée (2011).

termos teórico, empírico e metodológico. Nessa esteira, a crítica à “visão social de mundo ideológica” (LOWY, 2007) que domina o imaginário coletivo em amplos setores da sociedade, em nossa ótica, é uma via para o aprofundamento do debate sobre a ação feminina nas lutas pela reforma agrária. No caso das campanhas por arrecadação de alimentos no assentamento Serrote Aroeiras, os grupos que se desafiavam nessa tarefa, como dissemos, em especial as mulheres, se deparavam com o preconceito contra a luta pela reforma agrária, marca da referida visão ideológica sobre a presença social do campesinato Sem Terra. Uma liderança assentada, ao tratar das campanhas assim recorda: “[...] *Muita gente ajudava, outros discriminava, por que era discriminado rapaz! Era problema! Tinha canto que o caba chegava e diziam: “isso é um rebanho de vagabundos!” Era discriminado, mas mesmo assim muita gente ajudava. Ai a gente sobrevivia [...]*”³⁶⁴.

Concordamos com Carldart (2014) em que é condição *sine qua non*, para avançarmos nas pesquisas científicas, a ação de desnaturalizar, ou melhor, desalienar-se de certas visões ideológicas negativas: uma, a que predomina nas instituições acadêmicas e educacionais, acerca dos camponeses(as), do ponto de vista da classe a que pertencem e uma projeção de futuro e de sua relação com o conhecimento; outra, a contradição inevitável que se construiu na sociedade capitalista, urbana industrial, entre campo e cidade. Sabemos que essa contradição se renova a partir de uma leitura moderna-colonial, eurocêntrica, estanque, dicotomizante e não dialética, portanto, alienadora, de analisar a dinâmica societal, onde o campo é visto como atrasado, e o urbano, como moderno, sinônimo de progresso inexorável da civilização (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Oliveira (2007), discutindo a ação do capital monopolista sobre a agricultura, defende, exatamente, pela via da relação dialética, portanto, contraditória, não dicotomizante entre campo-cidade, que foi o próprio capital que soldou novamente o que ele mesmo havia separado: agricul-

364 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

tura e indústria, cidade e campo. Para ele, os monopólios, por exemplo o industrial, em alguns processos, agem submetendo o campesinato aos seus ditames, assim, sujeitando a renda da terra ao capital. Dessa forma, “está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista” (Ibidem, p. 32).

O preconceito expresso pelo depoente anteriormente e enfrentado pelo campesinato em geral no Brasil, verificado em todos os cinco objetos de estudo deste trabalho, se insere nesse contexto da totalidade da sociedade sob o modo de produção capitalista, em sua etapa monopolista e de mundialização da agricultura nacional. Portanto, enfatizamos que “não há como compreender o que ocorre com a agricultura camponesa do século XXI sem superar o preconceito contra os[as] camponeses[as] e sem desnaturalizar a lógica da agricultura capitalista moderna” (CALDART, 2014, p. 167), pois as ideologias geográficas que regem a sociedade brasileira com relação ao debate da questão da reforma agrária, em ampla maioria, são contrárias e discriminatórias com relação à ação dos movimentos e organizações sociais camponesas. São ideologias que também regem as ações do Estado e dos governos nos territórios; nessa esteira, Santos e Silveira (2011, p. 263) são taxativos ao afirmarem que as condições de cada lugar no território brasileiro são postas à disposição de grandes empresas, “verdadeiros oligopólios territoriais”.

O assentamento Serrote Aroeiras foi conquistado e criado pela ação estatal a reboque da pressão camponesa, a partir de 2001, nessa conjuntura do campo brasileiro tendo como corolário uma narrativa de sacralização do modelo agrário/agrícola do agronegócio, na transição dos governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para os governos do PT, de Lula da Silva, e, posteriormente, com Dilma Rousseff, esses últimos marcantes na construção do referido assentamento. Esse foi um período onde as transformações territoriais sob o comando dos grandes conglomerados (trans)nacionais se intensificaram e a contrarreforma agrária se manteve na agenda política, e, paulatinamente, a preca-

rização das condições de vida do campesinato foi se aprofundando com os governos Dilma, e mais ainda, com o governo Temer (Ver capítulo 3). Entretanto, para quem passou anos debaixo de lonas, em condições totalmente degradantes, a construção das moradias, em 2002, pequenos cubículos deixados sem o acabamento mínimo, foi anotada pelas famílias como um marco razoável na nova condição de assentados.

A gente entrou aqui em 1999 nos barracos de lona. A dificuldade era grande, naquele tempo não tinha condições, não tinha renda pras famílias. Muitas famílias tinha que pedir fora para dar o sustento dos filhos acampados nos barracos. E a gente ficou, praticamente, até 99 o fim de 2001 nos barracos de lona, sofrendo e lutando pra puder ganhar a terra. Em 2002 a gente ganhou a terra e as casas para gente morar³⁶⁵.

Sobre esse início do assentamento, uma liderança assentada à época, afirma: *Como a gente já tava estruturado na terra e não queria perder o tempo, a gente fomos pra Secretaria de Ação Social pra negociar com a CAIXA pra fazer essas casas [...]; eram pra ser umas casas, mas não [...], não rebocaram, não pintaram e muitas até caíram né*³⁶⁶. Na transformação acampado-assentado, há metamorfose social, mas não há ruptura abrupta com o contexto de dificuldades, pelo contrário, elas adentram o cotidiano das famílias no Serrote Aroeiras. O PDA da comunidade, segundo informação verbal via contato telefônico com uma servidora do INCRA, foi elaborado em 2003. A energia elétrica, algo básico em todas as moradias, só chegaria em 2006.

Um elemento da contrarreforma agrária brasileira, como sempre presente, reside na quantidade elevada de famílias Sem Terras ocupantes, mais de uma centena, segundo alguns depoimentos, para uma quantidade de terra bastante reduzida. Essa situação é determinante para a manutenção futura do quadro de precariedade vivenciado pelas famílias no assentamento. O imóvel rural em questão possuía uma área registra-

365 Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

366 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

da de 336,9 ha (INCRA, 2017; 2000a; 2000b), e que foi desapropriada para a construção do assentamento, com uma capacidade para 41 famílias, estabelecida no final do processo. Vale salientar que, segundo os laudos de vistoria e avaliação do próprio INCRA (2000a; 2000b), a área medida nos levantamentos foi de apenas 301,8 ha, mas, para efeito dos cálculos a seguir, utilizaremos o valor de 336,9 ha, oficialmente a área do assentamento (INCRA, 2017): dessa quantidade de terra, menos 67,38 ha de reserva legal, ficam 269,5 ha, que, divididos por 41 assentados, resultam em apenas 6,5 ha, em tese, para cada unidade de produção familiar camponesa assentada. Esses números demonstram a nossa tese do aprofundamento da minifundização no Sertão alagoano via assentamentos rurais, como uma face da contrarreforma aludida. Um assentado, perguntado sobre a organização do assentamento, no tocante à existência do trabalho coletivo, especialmente com relação aos créditos recebidos no âmbito do PRONAF A, põe em relevo a questão do tamanho da área do imóvel e dos lotes dos assentados:

Tinha não. Porque antes aqui era pra ser, exatamente, coletivo; a documentação é coletiva, mas isso deu um buruçu, rapaz, porque uns trabalhavam e outro é mais ruim, não trabalham: é um trabalhando e outro estragando. E essa fazenda não deu módulo fiscal [...] para o governo dividir pra cada um: aqui tinha que sair 16 famílias das 41 famílias pra puder a terra dar um módulo fiscal, [...] mas aí, pelo sofrimento que todo mundo já havia sofrido, nós não queríamos que ninguém saísse daqui derrotado, é sofrido e sem nada pra sobreviver. Então, havia um modo na negociação [com o INCRA]: era desapropriar no modelo coletivo e todo mundo trabalhar no modelo coletivo, mas não deu certo. No modelo coletivo um trabalhava aqui e um vinha ali estragava. Aí nós, vendo que não dava, batemos em cima do INCRA pra ver se dividia de qualquer maneira. O INCRA disse: “não, não tem como, não tem módulo fiscal, não tendo módulo fiscal é fora da lei, nós não divide”³⁶⁷.

367 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Como ficou evidente, em virtude da árdua luta por anos a fio, há uma dificuldade de escolha dos que permanecerão assentados e dos que seguirão o caminho da luta, caso decidam buscar a garantia da condição camponesa em detrimento da proletarização. Nesse bojo, ocorre o que vamos definir como inchaço do assentamento, prejudicando o futuro da comunidade. Prova disso é que esse problema da quantidade de terra gerou consequências negativas que perseguem as famílias até hoje no Serrote Aroeiras, ou seja, é uma problemática estrutural que, não é errôneo afirmar, inviabiliza a construção do território camponês em sua totalidade, se pensarmos na multidimensionalidade dessa fração territorial e da própria unidade familiar camponesa. Um assentado, ao ser perguntado sobre as dificuldades enfrentadas desde a ocupação e, atualmente, sobre as possibilidades de se viver, no tocante à geração de renda apenas e exclusivamente do assentamento, sem o trabalho acessório, como é exigido pelo próprio INCRA, e também sem os programas de transferência de renda do governo federal, mostrou clareza sobre o problema estrutural aqui abordado:

Dá não. Pra viver às custas da roça dá não. Porque pra viver tem que ter o inverno pra criar pra puder sobreviver né: tem que criar um porco, uma galinha, uma ovelha e uma vaca pra ter renda, pra puder vender; se você não tem condições de dar de comer e de cuidar, como é que você vai ter renda? A dificuldade aqui só essa. Porque a gente tem vontade de criar, mas não tem aonde, porque a terra é pouca. Aqui não tem lugar, não tem terra pra criar cinco vacas de leite. Se nós tivesse dava pra viver sossegado, dava pra feira e dava pra comer delas, mas não tem. Se você criar cinco ou seis vaquinhas aqui o senhor não bota mais uma roça. E como é que você vai viver? De quê? [...] **[Entrevistador: o erro foi muita família pra pouca terra?]**: o erro foi esse, porque aqui não cabia o povo que ele botou na época, que tinha mais de 80 famílias aqui. Aí esse pessoal ficaram esperando por dinheiro, o dinheiro nunca chegava; porque quando a gente foi receber o fomento nós já tava com uns quatro ou cinco anos aqui. O pessoal desistiu e ficou só nós: quarenta e poucas pessoas [...] ³⁶⁸.

368 Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Assim, essa problemática da quantidade exígua de terra, que não supria a real necessidade mínima da unidade familiar camponesa assentada, passou a se relacionar com outras carências vivenciadas pelas famílias assentadas, oriundas das negações de direitos desde a ocupação, a exemplo da questão hídrica. Durante a ocupação, realizada próximo à adutora que abastece os municípios de Jacaré dos Homens e Belo Monte, já foi um período de grandes dificuldades: “[...] a água a gente se alimentava e usava da faixa – do cano, do tubo [da adutora] –, onde tinha uma junta e [a gente] distorcia e usava a água; caía no chão e usava aquela água [...]”³⁶⁹, recorda uma assentada. O imóvel desapropriado não apresentava fontes hídricas perenes, apenas um riacho intermitente e alguns açudes de pequeno porte.

Em 2003, a comunidade conseguiu cisternas de placa para cada residência, pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), em um convênio ASA/INCRA, bem como projetos para a construção de infraestrutura hídrica, com mini barragens e tanques nos lotes individuais de alguns, uma espécie de tecnologia de armazenamento de água, construídas para conviver com a seca. Estratégias da resistência camponesa como formas de sanar o grave problema de acesso à água (ver figura 41).

Figura 41 – Assentamento Serrote Aroeiras – Infraestrutura para armazenamento hídrico pelo Programa P1+2: uma terra e duas águas.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

369 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Dessa forma, a negação do direito à água encanada nas residências e para o abastecimento do rebanho foi amenizada, mas persistiu por longos anos, afetando a vida das famílias, especialmente no quesito produção agropecuária. Em 2002, as famílias tiveram acesso a um custeio agropecuário no valor de 2,2 mil reais, que já deixou clara a problemática do acesso ao crédito, pois gerou problemas como a inadimplência e a dificuldade em acessar outros financiamentos. A grande dificuldade anotada, além do tamanho dos lotes, como expressado a seguir: “[...] *se a terra não dá pra nós criar, como vamos pagar a conta [do banco]? Que uma vaca precisa, de no mínimo, de uma tarefa de terra livre*”³⁷⁰ e da mediação de um intermediário que, segundo as famílias, recebeu um valor para pagamento da operação em inadimplência, mas não o efetivou junto ao Banco do Brasil, foi a falta d’água para o abastecimento do rebanho.

Mas foi em 2007, com o acesso ao crédito de investimento do PRONAF A, no valor de 18 mil reais por família, segundo relatos e o questionário aplicado durante a pesquisa, que a problemática da água para o rebanho ganhou enorme proporção e exigiu uma atitude imediata da comunidade. Os assentados, de forma geral, ao abordarem o que deu errado no acesso ao referido investimento, tentam resumir a questão, entrelaçando as várias faces da precariedade que se manifesta, conjunta e de forma interligada, no cotidiano das famílias, com dois elementos que se destacam: receberam o recurso para comprar o rebanho antes do recurso para plantar a forragem, no caso a palma, bem como não garantiram água de qualidade para abastecer o rebanho, provocando-lhe a mortandade:

Eu digo que o que deu errado foi que a gente tinha que ter tirado primeiro a parte [do recurso] de plantar a palma e fazer a estrutura. Infelizmente, por erro do administrador na época, foi tirado logo a parcela de comprar o gado. Saiu comprando o gado e tirou a parcela de pagar o gado. Então, não havia a estrutura necessária: faltava água, faltava forragem: quem tinha palma era pouca, porque vinha trabalhando com as suas condições próprias, não tinha condições de avançar; cercas pra

370 Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

fazer: grande parte do terreno estava sem cerca. Aí começou a dar tudo errado. **[Entrevistador: o recurso veio para a conta de cada família?]**: veio pra nossa mão, pra conta de cada um no banco; nós escolhemos o gado, cada um mesmo fazia sua compra e pagava. **[Entrevistador: a qualidade do rebanho adquirido?]**: tinha muito gado bom, tinha gado de qualidade, no meio de 700 cabeças, vareia, mas tinha 70% de gado especial, vacas de primeira. Só trabalhamos uns 6 a 8 anos com esse gado. **[Entrevistador: era coletivo ou individual o rebanho?]**: não, nós individualizamos o gado: cada um recebeu suas 7 vacas, a párea de boi [com arado], só os cinco touros ficou em coletivo [...]³⁷¹.

O projeto PRONAF A foi feito e a gente recebeu em 2007. Foi pra comprar o gado, cercar o lote e plantar palma, valor de 18 mil reais; mas só que na época a gente comprou o gado, mas não tinha palma, a gente comprava palma fora para manter os animais; foi um tempo um pouco seco, também não tinha água encanada na época, a maioria das pessoas vendeu o gado, vendia uma vaca pra comprar ração pras outras, aonde outros desfez de tudo e investiu na palma, plantou o lote de palma, poucas famílias ficou com criação de gado³⁷².

Como podemos ver, um grande sonho almejado pelas famílias assentadas é o acesso aos recursos do PRONAF. Em nossa avaliação, porém, o PRONAF é uma política neoliberal de inserção do campesinato no mercado e na produção do agronegócio, portanto, inadequado aos reais interesses e lógica da produção camponesa. A inadequação aludida se mostrou no caso em tela já na elaboração da proposta: bovinocultura de leite em condições de sequeiro, ou seja, sem irrigação, sem fonte hídrica que garantisse o abastecimento do rebanho, sem área nos lotes para conciliar a criação e a atividade agrícola de produção de alimentos; e também na forma de liberação: como pode se liberar logo o rebanho na primeira parcela antes da liberação do recurso para o plantio da forragem?

371 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

372 Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

[...] quando veio o projeto dos 18 mil, também foi muita coisa louca na época, muita coisa que não valia, compremos um gado por um preço que não valia à pena né e ficamos [...]; comprei palma pelo que não valia [...]. Deu a morrer o gado, não tinha água na época, era água salgada, gado bebia e morria, era muito gado morrendo né [...]. Foi quando o ex-presidente daqui fez uma coisa feia, foi quando fez esse negócio da água daqui, que foi a gente, que tudo tem que ser reunido, que puxou água pra aqui. As coisas foi melhorando, mas nós já tava tudo abatido, tem cabeça que é fraca. Aí sei que eu vi as coisas ruim mesmo, nós já não tinha mais o que fazer sem comer pra dar o gado [...]. Ainda perdi uma faixa de seis rês, entre bezerro e gado, morrendo e eu sem querer vender o gado. Aí quando eu vi que ia morrer mesmo, foi quando eu vendi e comprei palma e ajeitei umas coisas, que ainda hoje essa roça que tenho de palma é herança do gado, que eu não tenho mais gado. Aí eu sei que fiquei aqui na luta e aqui tou³⁷³.

O roteiro não poderia ser outro: mortandade em massa do rebanho, agonia das famílias, que viam seu sonho desaparecer e lembravam que voltariam à estaca zero, em condição pior: endividadas no banco que financiou o crédito. O depoimento acima traduz essa realidade e aponta a atitude tomada pela comunidade em face desse contexto, assumida a responsabilidade pelo presidente: *“o ex-presidente daqui fez uma coisa feia, foi quando fez esse negócio da água daqui”*, mas um ato coletivo, chancelado em ata por toda a comunidade. Em linhas gerais, a depoente se remete à seguinte decisão: em 2007 existia um recurso na conta da associação da comunidade, referente ao crédito instalação liberado pelo INCRA para a reforma das moradias, extremamente precárias. Frente às problemáticas da água e da mortandade do rebanho aludidas, a comunidade decidiu em ata utilizar parte desse recurso para a construção de uma adutora, ligando a água da adutora da CASAL para cada moradia, resolvendo o problema de abastecimento, mas criando outro: 19 moradias ficaram sem reformas até hoje, também o INCRA considerou o ato como desvio de recurso, responsabilizando o presidente, à época, da associação.

373 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

[...] nós tinha arrumado a reforma dessas casas, aonde vinha o reboco, piso, mudança de porta, uma área. Aí ele [Presidente da Associação] disse: “vamos fazer um negócio: vocês assinam pra nós tirar 50% desse valor, que tá em conta da Associação, e nós comprar material – tubo, cano, cola, gente [mão-de-obra] –, pra fazer o serviço e nós botar água aqui?”. [Comunidade]: “Rapaz, isso é perigoso”. Ele disse: “mas nós faz”. Nós balancemos a caneta em ata, documentemos e compremos a tubulação completa – 2.500 metros de cano – e botemos a água [na comunidade]. Na verdade, a situação [melhorou]: o gado que já tinha a perca ficou, não teve mais jeito, e os que não tinha morrido, daí por diante, não morreu mais, se recuperou. Aí nós continuemos ajeitando esse gado, aquele que sobrou, aquele que tinha, eu mesmo ainda lutei durante 10 anos, vim vender agora, três anos pra cá, que adoeci da coluna e não pude mais lutar; [...] outros ainda têm [...], muitos ainda têm, ainda luta com isso. E, mesmo assim, Ivan [o presidente] recebeu um processo, que hoje ele tem um impedimento no INCRA, ele era o presidente, principal registrado, e tirou essa verba pra isso [...]³⁷⁴.

Mesmo com esse impasse entre o INCRA e a comunidade, é mister destacarmos que o Laudo de Vistoria Preliminar do próprio órgão (INCRA, 2000a), em várias partes, aborda a importância da adutora Belo Monte/Jacaré dos Homens para a comunidade, afirmando que: é de múltiplo uso, captar água do Rio São Francisco a partir do município de Pão de Açúcar, portanto, “[...] foi projetada não só para atender as necessidades do consumo humano, mas também para uso agropecuário” (Ibidem, p. 4), bem como atestando a sua capacidade de operação: “[...] poderá suprir as necessidades d’água para um perímetro de 41 ha” (Ibidem, p.13). Dessa forma, “[...] a comissão vistoriante realizou um estudo preliminar, onde são mostrados o uso potencial e sua viabilidade técnico-econômica, com uso da água da adutora para irrigação” (Ibidem, p. 19).

Portanto, observamos que o INCRA tinha plena ciência de que a viabilização da irrigação era condição possível e necessária para a comunidade, planejou um perímetro de 41 ha irrigados, mas, durante todos

374 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

esses anos, a letra do referido laudo não saiu do papel. Poços foram construídos sem sucesso, a comunidade possui até um dessalinizador de água, mas o perímetro irrigado nunca foi efetivado. Restou à comunidade a tomada de decisão, assumindo os riscos com o uso de um recurso em caixa para reforma das moradias, diante do grave problema de abastecimento do rebanho. O problema das 19 moradias sem reforma permanece e gera uma insatisfação na relação INCRA-comunidade. Perguntado sobre quais eram as dificuldades nos primeiros anos uma liderança atual assim se remete:

As dificuldades eram grandes, a gente sofreu bastante, muita gente sofreu, outros não aguentou, desistiu, foi embora. Mas os que ficou até hoje estão lutando: a gente registrou a associação em 2001, as casas foram construídas em 2002, a gente tava nos barracos aguardando a construção pelo INCRA, depois da construção a gente veio pras casas. E, praticamente, o INCRA não ajudou muito na nossa convivência aqui no assentamento. A gente, praticamente fiquemos quase, digo assim, abandonado, por que o INCRA aqui no Sertão ele, praticamente, deu as costas aos assentamentos. Por exemplo, a gente nunca teve reforma das casas, que tem direito à primeira e à segunda reforma. A gente teve uma meia base, que foi uma primeira reforma na metade e o restante nunca teve. E até hoje dá pra ver a situação das casas: péssimas³⁷⁵.

A partir desse momento, os projetos do governo federal, coincidentemente ou não com relação ao impasse da reforma das moradias, foram, praticamente, paralisados na comunidade. Quando dissemos, linhas atrás, que a contrarreforma agrária se manteve nos anos Lula e Dilma, e se aprofundou a partir do último governo e nos anos Temer, fizemo-lo corroborados por essa histórica paralisação.

A história de conquistas estruturais – da terra, das casas, energia, adutora, PRONAF –, ocorreu nos primeiros oito anos dos governos do PT. A última conquista mencionada pelas famílias ocorreu em 2008: uma ponte que passa sobre um riacho na entrada do assentamento. Em

375 Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

anos de bons invernos, quando o riacho tomava bom volume de água, as famílias passavam por muitos transtornos, inclusive enfrentavam problemas de locomoção. A obra facilitou a vida da comunidade, pois, por exemplo, o transporte escolar já podia atravessar a ponte, levando à escola e buscando nela, no povoado Ribeira, próximo dali, os jovens e as crianças do assentamento que lá estudavam. As famílias também tiveram facilitado o acesso ao posto de saúde, nesse mesmo povoado, onde buscavam atendimento.

Aliás, o tema dos serviços de saúde e de educação nos remete a um dos principais problemas enfrentados pelas famílias atualmente: a questão da localização territorial. Oficialmente, desde a gestação do assentamento Serrote Aroeiras, consta nos diversos órgãos e registros, por exemplo do INCRA, o pertencimento daquele a Jacaré dos Homens, apesar de a área abranger três municípios: além deste, Belo Monte e Batalha. A maioria absoluta dos eleitores, segundo as lideranças do assentamento, vota em Jacaré dos Homens e possui identidade com esse município, inclusive sindicais, como vimos nasceu da figura da liderança de Dimas, ex-presidente do STR local, a ideia de conquista do assentamento. Até 2016 tudo seguia sem problemas, com os serviços de educação e saúde sendo prestados, como falamos, no povoado Ribeira, pela prefeitura de Jacaré dos Homens, a qual, desde então, passa a questionar sua responsabilidade quanto aos serviços de saúde, justificando não poder mais efetivá-los, pois a única agrovila do assentamento seria território de Batalha.

A questão dos serviços de educação segue normalmente, com o transporte escolar e o atendimento em perfeito funcionamento no vizinho povoado Ribeira. Vale destacar que, no próprio assentamento, anos atrás funcionava um atendimento escolar para as crianças, mas a mudança para o referido povoado não trouxe insatisfação e prejuízos, segundo os relatos. Onde funcionava educação infantil hoje há o programa de Educação de Jovens e Adultos em pleno funcionamento na comunidade. Ainda, no tocante à educação, encontramos em uma das moradias, transformada em sala de informática, 22 computadores,

02 impressoras, móveis para instalação dos equipamentos. Segundo as lideranças, trata-se de um projeto do governo federal denominado Telectro, projeto de inclusão digital, que contemplou a comunidade há mais de 10 anos. Mas, para nossa surpresa negativa, lamentavelmente, o projeto nunca funcionou: 11 computadores ainda estão nas caixas, outros 11 já em birôs, sem funcionamento, à espera de uma equipe do próprio projeto que se comprometeu a ir realizar a instalação (ver figura 42). Uma liderança do MLST, único movimento que atua na comunidade, denuncia o descaso do INCRA com essa realidade: “[...] *aquele assentamento tem, já fruto da luta do MLST, uma sala de informática para trabalhar a juventude, [...] mas o INCRA foi incapaz de instalar [...]. E os agricultores são tão honestos que está tudo lá, com certeza já está estragado, porque equipamento eletrônico parado se estraga [...]*”³⁷⁶.

Figura 42 – Assentamento Serrote Aroeiras – Equipamentos de informática sem utilização.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Essa situação nos remete à reflexão de Porto-Gonçalves et al. (2015) acerca da tensão entre a luta pela terra e a construção do território pelo/para o campesinato assentado, ou seja, o Estado não veio

376 Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2017 no município de Maceió.

efetivar a instalação dos equipamentos e as famílias não tomaram a iniciativa para colocá-los em funcionamento, estando até hoje à espera daquele. Eis uma face dos limites do controle do território pelo campesinato assentado, ou, como disse Alentejano (2007) a ilusão da autonomia camponesa nos assentamentos em face de outros mecanismos de subordinação que passam a operar no cotidiano, a exemplo dos serviços do Estado. Assim, como entendemos que a construção do território é um processo multidimensional e não um ato pontual em determinado momento histórico, percebemos o quanto o campesinato assentado tem que avançar para que, efetivamente, a territorialização da luta pela terra e a construção do território do campesinato, como defende Fernandes (1994), sob o pleno domínio das famílias nas relações de poder, se efetive nas frações territoriais conquistadas que são os assentamentos rurais.

Mas, se a educação vai bem, não é o mesmo o que ocorre com a saúde, e o debate sobre o território acima é explicativo para essa questão. A dificuldade no atendimento à saúde no posto do povoado Ribeira, inclusive a paralisação do acompanhamento da agente de saúde e das visitas de médicos aos idosos da comunidade, como vinham sendo efetivados, tem causado graves transtornos e prejuízos às famílias assentadas, conforme os depoimentos a seguir:

A maior dificuldade que a gente tem hoje no assentamento é o território, onde a gente sempre foi do início Jacaré dos Homens, mas hoje a gente tá com uma dificuldade, que a gente faz parte de três municípios: Jacaré, Batalha e Belo Monte. Aonde nós tamos sem assistência na saúde, por causa desse problema do território [...]. **[Entrevistador: como esse problema afeta o dia a dia da comunidade?]**: sobre a educação a gente tá bem mantido, o ônibus passa aqui e pega as crianças e leva pro povoado vizinho. O problema tá sendo a saúde, onde antes a gente era atendido pelo posto vizinho aqui, tinha visita semanalmente, mensalmente do médico na comunidade aos idosos. Hoje a gente está sem atendimento na saúde, quando quer ser atendido vai no povoado um pouco distante, cinco a seis quilômetros daqui, é atendido porque é o jeito,

mas, pela regra do município, não é pra gente ter assistência médica pela saúde, por causa que não fazemos parte de Jacaré do Homens³⁷⁷.

Logo no início que nós chegou era bonzinho, mas agora tá péssima [a saúde]. Quando adoecer vai pro Jacaré [dos Homens], eu mesmo [...] só vou quando tou mesmo morrendo, mas enquanto puder fazer um chá, um remédio pra aliviar eu num vou. Mas tem vez que a gente vai, aí dizem no posto: “Ah, não tem ficha, ninguém atende”. Aí nós vamos pra Batalha, vai lá pra urgência, aplica uma injeçãozinha e volta pra trás, pronto³⁷⁸.

A maior dificuldade hoje enfrentada pelas famílias, isso já não é nem do assentamento, eu já digo que não é de gestão do município: a saúde. A saúde não tá boa nem aqui e nem em lugar nenhum do mundo. A educação é razoável, é boa. A saúde é que nós por ter feito um trabalho aqui, que na época eu não percebi: [...] começou tudo pelo [município de] Jacaré [dos Homens] e essa propriedade se divide em três municípios; do riacho pra lá: Jacaré; esse povoado [agrovila] era pra ter sido feito lá; do riacho pra cá [...]: Belo Monte; [...] mas, essa povoação [agrovila] ficou no território de Batalha; [...] [mas] já está tudo registrado desde as RBs [Relação de Beneficiários do INCRA] como Jacaré do Homens. Aí veio DAP [Declaração de Aptidão ao PRONAF], veio cadastrado da ação social, da agricultura, tudo Jacaré dos Homens. Isso veio e até hoje não tinha afetado nada, mas hoje como a coisa tá moderna [...], houve um problema na saúde agora: nós ficamos quase dois meses sem saúde. Porque Jacaré disse que não pode atender a saúde aqui porque tá no território de Batalha. Paulo Dantas³⁷⁹ nunca se manifestou porque não tinha um voto do eleitorado daqui. **[Entrevistador: e vocês votam em qual município?]:** tudo em Jacaré, num tem um voto de fora [...] ³⁸⁰.

377 Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

378 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

379 Ex-prefeito do município de Batalha, esposo da atual prefeita e eleito deputado estadual nas eleições de 2018.

380 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Essa problemática, em nossa ótica, deve ser situada na conjuntura de que o assentamento rural é uma ação do governo federal na escala do município. Leite et al. (2004), destacam o peso que a presença de assentamentos causa na dinâmica municipal e, até mesmo em alguns casos, regional: recursos que passam a dinamizar a economia local, que chegam à administração municipal para atender as famílias, comunidades com peso eleitoral que passam a ser disputadas como redutos eleitorais. Assim, “é interessante ressaltar que a potencialização das demandas geradas pelos assentados relaciona-se com sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem” (Ibidem, p. 140). E mais, em determinadas situações, o peso político eleitoral leva os governantes a buscarem atender suas reivindicações, em outras, as disputas fazem os governantes enxergar as famílias como não aliadas, mas, no geral, são espaços onde políticos sempre visitam em pleitos eleitorais, asseveram esses autores.

Há, no caso em tela, todo esse campo de forças políticas, por exemplo, lideranças do assentamento mais próximas de determinados políticos, o que pode facilitar ou dificultar a resolução do impasse territorial. Não obstante, a comunidade tem buscado, mesmo ainda sem sucesso, a organização necessária para dialogar e pressionar os políticos locais dos dois municípios, Jacaré dos Homens e Batalha, para encontrarem uma saída:

[...] aí nós chamamos o prefeito de Jacaré atenção [...] pra uma reunião aqui: o vice compareceu e nós conversamos com ele sobre esse problema. Passou vinte, trinta dias aí a secretaria de Jacaré mandou dizer que não podia assistir mais à saúde daqui, que a secretaria de Batalha ia dar assistência. Esperamos pela secretaria de Batalha e nunca apareceu ninguém. Nós procuramos uma pessoa da secretaria de Batalha e eles disseram; “não, isso só com uma negociação, você volta pra Jacaré e fala com [o prefeito] Floriano”; [...] marquemos uma reunião com Floriano, aí ele disse: “rapaz, a questão é de território mesmo, porque hoje vai ser atendido em cada posto de saúde/hospital por ponto eletrônico, então eu tou irregular em atender a saúde de vocês, porque o território é de Batalha”. [...] eu digo [liderança

assentada]: “Paulo Dantas também não vai atender porque tá irregular, porque não tem um voto pra ele: prefeito nós tamo querendo regularizar a situação! Porque não se muda o território, mas se muda o direito da assistência. Nós quer que você possa arrumar, que é mais fácil de que nós arrumar, uma reunião com Paulo Dantas, nós junto a ele: ou Paulo Dantas dá assistência total em tudo [...] e você perde o eleitorado ou passa o direito pra você [...]”³⁸¹.

Já vem de muito tempo, onde já foi conversado com o prefeito de Jacaré dos Homens, com o ex-prefeito de Batalha e ficou certo deles resolverem esse problema, mas até hoje ficou só na pauta, não foi colocado em prática. Sobre essa situação, há uns 20 dias atrás eu procurei o ITERAL, em Maceió, o Presidente Jaime Silva, fiz um ofício, preparei tudo e entreguei a ele. Ficou dele mandar um engenheiro/técnico para fazer um levantamento do território e ver se a gente faz parte de Batalha, Jacaré ou Belo Monte, pra puder resolver isso com o IBGE e outros órgãos³⁸².

O caso tem tomado proporções maiores, com a solicitação de ação através do ITERAL como vimos acima, na pessoa do diretor-presidente, Jaime Silva, ex-prefeito do município de Jacaré dos Homens. Segundo conversas informais, o deputado eleito Paulo Dantas esteve na comunidade Serrote Aroeiras na campanha eleitoral e se comprometeu em solucionar o problema, mas até agora apenas ficou a promessa. A dramaticidade da problemática se aprofunda nesse momento (dezembro/2018), quando, em contato com a comunidade, fomos informados de que uma criança do assentamento com síndrome de *down* teve seu tratamento interrompido, devido ao impasse que gerou a não disponibilidade de transporte para o deslocamento dela, motivando a família a ingressar com uma ação junto à Promotoria de Justiça.

A realidade da construção, ao longo dos anos, do assentamento Serrote Aroeiras não foge à regra: é marcada por grande resistência

381 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

382 Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

camponesa devido todos os desafios encontrados pelas famílias. Em 2004/2005, já na condição de assentados, a comunidade ganharia um importante aliado, que se mantém até hoje: o MLST. Duas lideranças assentadas, sendo uma que intermediou a aproximação e a outra um militante do próprio Movimento, assim descrevem:

A gente não tinha nenhum movimento, fui presidente em outro mandato, tive viajando sempre para o INCRA, onde conheci o pessoal do MLST. Eles se representaram bem, perguntaram se a gente tinha algum movimento. Eu disse que não tinha nenhum movimento. Eles se comprometeram de estar junto com a gente brigando por melhoria, onde a gente vem brigando até hoje; não conseguimos muitas coisas, como a reforma das casas a gente espera até hoje e outras coisas, mas, sempre lá no INCRA, eles estão junto com a gente apoiando, a gente vai resolver alguma coisa eles estão dentro também³⁸³.

[...] o assentamento acabou que ficando meio só sem ter nenhum tipo de acompanhamento ali [...]. E nós entramos e passamos a acompanhar aquele assentamento, justamente, quando a gente passa a ter atuação na região com a ocupação de Cachoeira Poço de Pedras; [...] porque aí como a gente começou a constituir o acampamento e a cada quinze dias a gente fazia reuniões, as pessoas passaram ali, que estão do lado, a ver e passou a nos procurar e dizer: “olha, a gente tem problema disso e daquilo e não tem ninguém [movimento], às vezes a gente vai no INCRA e não é recebido, vocês podem nos ajudar?”. E a gente [do MLST] tem a prática de, se é trabalhador e precisa, a gente não olha e não nos interessa a cor da bandeira, se isso não traz nenhum problema político a gente vai ajudar de qualquer forma. **[Entrevistador: já era assentamento?]**: já era assentamento. Então, foi a partir daí que se instituiu a relação de Serrote Aroeiras com o MLST³⁸⁴.

383 Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

384 Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2017 no município de Maceió.

[...] aí nós adotemos o MLST como companheiro de ajuda né [...]. Até então, não tinha nenhum Movimento, só o Sindicato, hoje estamos com o MLST [...]. **[Entrevistador: além do Sindicato e do MLST algum outro movimento/entidade/organização contribuiu com a luta na comunidade?]:** de maneira nenhuma, de jeito nenhum. Era a gente com a gente mesmo [...] ³⁸⁵.

É importante se colocarem duas questões acerca da mediação do MLST junto ao Serrote Aroeiras: a primeira é a avaliação positiva por parte dos depoentes acerca da parceria com o MLST, cujo entendimento, de maneira geral, é de que o Movimento tem contribuído com as conquistas, principalmente, no diálogo junto ao INCRA, ainda que estas, conforme depoimento dos(as) próprios(as) assentados(as), tenham sido mínimas nos últimos 10 anos, mesmo com a parceria com o Movimento. A segunda questão é a avaliação, em síntese, de um quadro político importante do movimento acerca da história do Serrote Aroeiras, tecendo críticas à forma como o INCRA, através de alguns servidores, agiu na condução dos processos de construção do assentamento:

[...] na verdade, aquele assentamento foi altamente destruído e quem destruiu foram pessoas do próprio INCRA, que utilizou aqueles trabalhadores, a partir da sua falta de informação enganando eles ali, criam projetos que não funcionaram ali né, aquelas casas que hoje estão caindo foram casas mal construídas e a culpa é do INCRA [...] ³⁸⁶.

Falamos em mediação do MLST, pois a militância de membros da comunidade junto ao Movimento em atos, principalmente na capital Maceió, ocorre, mas, nas falas dos depoentes, percebemos ainda que o campesinato assentado permanece nos limites rígidos das normas e convenções do Estado. Dito de outra forma, a desobediência e rebeldia camponesa (MARTINS, 1989; OLIVEIRA, 2007; GOHN, 2014), por exemplo, materializadas em ocupações de prefeitura e paralisação de BRs, trunfos das lutas de uma parte do campesinato assentado, ainda

385 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

386 Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2017 no município de Maceió.

são um tabu a ser enfrentado, pois ainda inexistentes no histórico de luta da comunidade. Por certo, é por isso que a liderança do MLST fala que o maior papel do Movimento hoje é fomentar a compreensão da organização para a “briga”, ou seja, para a mobilização social nos termos de Gohn (2014) e, assim, arrancar do seio do Estado as soluções de questões que afligem as famílias até hoje descritas ao longo desse item.

O nosso papel ali, a gente tem uma compreensão que é o seguinte: [...] primeiro: é que as questões estruturantes do assentamento é uma briga permanente que você tem que fazer; mas o que a gente tenta fazer até hoje é como ajudar aqueles agricultores a compreenderem, cada dia que passa ali, de que a organização deles será fundamental para eles poderem consolidarem aquela área. **[Entrevistador: quais o grandes problemas hoje do Serrote Aroeiras?]:** os grandes problemas são de infraestrutura: as casas e os créditos [instalação] que eles não tiveram todo o acesso; pra se ter uma ideia: a relação de beneficiários até hoje, esse tempo todo, o INCRA não concluiu; já teve agricultor que se desiludiu, que foi embora, já teve outros que estão ocupando a terra e até hoje não foram regularizados. Então, a parte estruturante ficou muito aquém. O INCRA acabou prejudicando demais aqueles trabalhadores né. Hoje, mesmo com tudo isso, a gente já acha algo interessante: eles conseguem fazer as conversas deles, conseguem vir para o INCRA [...] pra tá levando a reivindicação, pra tá colocando; eles vem pra participar das atividades que os movimentos faz em Maceió [...]; eles criam um processo de solidariedade ali entre eles, um consegue ajudar o outro, independentemente de ser assentamento ou acampamento. Isso pra nós já é um grande avanço [...] ³⁸⁷.

As famílias assentadas no Serrote Aroeira, na última década, não tiveram conquistas sociais em projetos e recursos para a comunidade, apontando a necessidade de mobilização social em busca, como disse a liderança do MLST acima, de consolidar a comunidade. A história do Serrote Aroeiras deve ser lida dentro desse contexto político nacional, caracterizado, como bem refletiu Carvalho (2014) em epígrafe, pelo culto apologético do agronegócio e acompanhado da lógica dominante da

387 Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2017 no município de Maceió.

negação explícita do campesinato, realidade que acentuou as concepções e ações governamentais de contrarreforma agrária.

Nessa última década, mesmo que de forma passiva, podemos dizer, as famílias têm resistido e buscado a organização e a produção por dentro apenas do Estado e dos governos. A questão do território, materializada na negação do acesso à saúde, pode romper essa limitação da territorialização da luta no Serrote Aroeiras, fazendo as famílias enxergarem a ocupação de prédios/prefeituras, as marchas, as manifestações, enfim, a desobediência civil, como estratégias de resistência e conquistas das quais o campesinato recriado nos assentamentos rurais não pode abrir mão, em determinadas conjunturas/contextos.

Não obstante, em meio à tamanha dificuldade, o que é mais importante é que as famílias seguem construindo as suas histórias e, assim, o devir coletivo da comunidade. Buscam manter a associação comunitária do assentamento, as reuniões mensais, mesmo em ritmo bastante lento, mas estão debatendo os problemas. O trabalho coletivo na comunidade é bastante diferente dos anos iniciais, primordialmente, no período de ocupação do imóvel. Uma expressão bastante utilizada entre as famílias é emblemática quando se remetem às dificuldades do trabalho coletivo: *“o feio trabalhando pra o bonito”*. São várias as justificativas para o fim do trabalho coletivo de produção, pois, como dissemos, a associação e a luta coletiva permanecem:

Era tudo [coletivo]: era planta de palma, criando os animais, antes do PRONAF; até planta da roça, que nem da época desse custeio agrícola, foi coletivo: era pra 750 ou 800 tarefas de milho coletivo, mas, o resultado do coletivo foi pouco. O PRONAF já foi individual [...], enfim, foi bom. [...]. Também ficou devendo sua conta individual, quem pagou tá livre. Eu paguei, graças a Deus [...]. **[Entrevistador: o PRONAF foi aval solidário entre as famílias?]**: Não tinha como, porque muita gente estragou porque quis: porque, realmente, eu digo a você: eu com essa ajuda eu produzi, acabei de criar os cinco filhos, hoje tá tudo casado, hoje eu tenho essa casinha, a CAIXA começou, mas eu já fiz muito depois disso, fiz esse salão, ali detrás tem uma coberturazinha que boto o carro, enfim,

tem uma estruturazinha melhor; eu tenho um carrin velho aí, não é novo, mas dá pra fazer meu trabalho, tem uma motinha; outro não: tomou uma pinguinha, foi pra festa, enfim. Aí pra fazer o [aval] solidário era o mesmo do coletivo: o feio trabalhando pra o bonito né verdade? Então, não deu certo. Aí cada um foi viver por si. Mas, realmente, melhorou a vida de todo mundo em 90%. Todo mundo viveu bem melhor [...]³⁸⁸.

A produção e a geração de renda do assentamento são bastante diversificadas. Além de pequenos animais (galinhas, ovelhas, cabras), verificamos a presença da bovinocultura de leite, desenvolvida por algumas famílias, mas o traço fundamental são as roças camponesas de sequeiro: palma, milho e feijão são os cultivos principais realizados, em ampla maioria sem o uso de agrotóxicos. Dos vinte questionários que aplicamos na comunidade, em apenas seis os entrevistados afirmaram que utilizavam produtos químicos nas lavouras; dois não responderam, pois não tinham cultivos, e doze não fazem uso. O plantio de palma, somado aos programas sociais de transferência de renda, garante alguma renda com a venda, anualmente, de algumas tarefas de palma para criadores de bovino da região e do próprio assentamento.

Em termos de agricultura, a maioria, cento por cento do que é produzido, é feijão e milho; a gente planta palma que é pra criação de animal e quem não tem animal, às vezes planta que é uma renda extra pra quando, dois, três, quatro anos, vende a palma e planta outra, tem o lucro pra manter a família. Sobre o criar: poucas famílias hoje têm criação de gado, onde a gente no tempo fez o projeto, a gente tinha o gado, mas não tinha palma. Muitos desfez do gado e investiu em plantar palma no lote, a maioria tá com os lotes cheio de palma, mas só umas cinco ou seis famílias está seguindo na criação de gado leiteiro³⁸⁹.

O leite produzido com o rebanho bovino é comercializado e entregue a um atravessador que instalou um tanque de resfriamento em um assentamento vizinho (Cachoeira Poço de Pedras), conforme registro abaixo. Uma relação nem sempre amistosa, pois é a renda da terra cam-

388 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

389 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

ponesa sendo extraída mais uma vez, com o baixo preço dificultando o desenvolvimento da atividade de bovinocultura de leite entre as famílias assentadas.

Figura 43 – Assentamento Serrote Aroeiras – Assentado realizando a entrega da produção de leite no local onde está o tanque de resfriamento, em um assentamento vizinho.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Notemos no depoimento acima que, ao passo da constatação crítica de que alguns estragaram os recursos do primeiro custeio, por isso a mudança para o individual, o entrevistado afirma que, para 90% das famílias da comunidade, a vida melhorou. Outra assentada, analisando a ação de algumas lideranças, afirma que o povo cansou do coletivo, mas, ao mesmo tempo, salienta que acredita em uma saída cooperativa sem, obrigatoriamente, acabar com o individual.

Trabalhava-se dois dias por semana no coletivo, um dia na limpeza e os outros dias era pra fazer as coisas individuais que tivesse necessidade. **[Entrevistador: o que aconteceu com o coletivo hoje?]**: não aconteceu, o povo se cansaram. Aí eu já vou botar a culpa no Dimas; o povo se cansaram do Dimas, porque tudo que foi feito em nome do coletivo ele destruiu só; [...] todos se revoltaram: uns foi embora, outros procurou seu lugar, aí nós fiquemos com 53 famílias; [...] aí acabemos, não que acabou, o povo cansaram do coletivo, acharam que cada um trabalhando pra si é melhor, que é mesmo na verdade! É

bom o coletivo quando é uma cooperativa, [...] uma fábrica, um laticínio, aí podia ser no nome de todos: todo mundo tinha seu gado, seu leite e ia botar lá, mas pra trabalho de campo eles não gostaram não [...] ³⁹⁰.

Uns foram “embora”, mas a maioria das famílias que foram assentadas no início está na comunidade até hoje, essa é a realidade do Serrote Aroeira. As mulheres, no assentamento, apesar das limitações da equidade na relação com os homens, postas ainda pela aliança capital-patriarcado nessas frações territoriais conquistadas, não sendo diferente no Serrote Aroeiras e nos demais estudados neste trabalho, na mesma linha anotada por Franco García (2004) e Gonçalves (2006), seguem sonhando com seus projetos coletivos, enfrentando a exclusão e invisibilização da divisão de gênero que se manifesta em maior grau nos assentamentos comparados ao tempo do acampamento, como registram essas autoras. Projetos esses não são apenas para as mulheres da comunidade, mas para toda a comunidade, como ressalta a mesma assentada acima:

Pra falar a verdade eu sempre gostei de lutar pelo direito, não só da mulher, mas de todo mundo né. Mas, em papel de mulher, eu fazia o papel muito bem, porque eu conquistava ia atrás e arrumava; eu aqui nesse papel de mulher eu me coliguei muito com o poder político de Jacaré dos Homens, eles sempre davam uma força maior porque eu era daqui de dentro; quando precisava eles me mandavam chamar pra eu assistir reuniões e falar sobre os direitos que a mulher tinha. Aqui fizemos um projeto de artesanato para mulher, de corte e costura, e já duas vezes que a gente tem essas reuniões, eles prometem e não chega. O maior sonho como mulher, eu terminar meu sonho, era dentro do assentamento e ter o direito de uma creche pras crianças do assentamento, um grupo [escolar] pra educação, um mini posto de saúde, [...] também ter um projeto de corte e costura pra mulher, porque não é fácil as mulher aqui só viver só de roça né. Eu acho que se as mulher daqui tivessem assim, uma tecnologia de costura e artesanato, as coisas melhoravam, não só pra aqui, mas levando lá pra fora o que elas produzissem ³⁹¹.

390 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

391 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Algo primordial que constatamos nos que ficaram e resistiram: um percentual quase absoluto dos depoimentos afirma que a vida melhorou quando comparada com a situação anterior e vivenciada ao longo da trajetória de vida. A fé religiosa camponesa, traço característico do campesinato assentado no Sertão alagoano, nesse momento de avaliação de vida, emerge: “*Graças a Deus tá melhor do que antes*”. Uma depoente diz:

Antes era pior porque a gente, praticamente, não tinha nada. Buscava trabalho, às vezes, morando aqui, tinha que trabalhar fora pra ter o sustento da família. A gente teve o projeto, deu uma melhorada e deu uma piorada logo em seguida, porque foi um projeto [PRONAF A] que não foi aplicado normalmente: como eu falei, que a gente tinha o gado, mas não tinha a palma. Mas hoje tou bem melhor do que antes, porque hoje tenho quinze a dezesseis tarefas de palma no meu lote, todo ano vendendo duas, três, quatro, tenho esse lucro, pago minhas dívidas e planto outra no lugar. Graças a Deus tá melhor do que antes³⁹².

Outra assentada, ao analisar a vida antes e depois do assentamento, corrobora a indicação que fizemos sobre a constatação de uma vida melhor, mesmo em meio à precariedade, estado esse, no entanto, que não se compara à vida pregressa de fazenda em fazenda e à expropriação da renda da terra na forma de trabalho que fica para o latifundiário, quando da expulsão da terra.

Por enquanto eu acho que a terra do Serrote das Aroeiras tá sendo como uma mãe, que a gente convive com uma mãe para ela dar tudo né, e a gente convive nessa terra do Serrote das Aroeiras para ela dar tudo que a gente precisa. Melhor aqui. Porque antes eu queria trabalhar e não tinha, pedia uma tarefa e eles [fazendeiros] me davam quatro pra eu trabalhar. Hoje eu tenho a minha pra trabalhar do tamanho que eu queira. Aonde a gente quer botar uma rocinha bota, porque a gente tem, e antes não, a gente caminhava duas, três léguas pra botar um pedacinho e se não limpasse o dono mandava sair, deixar o que tivesse plantado que ele ia tomar de conta. Era muito sofrido

392 Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 no município de Jacaré dos Homens.

sempre antes, agora não, a gente tem a terra, é muito bom. Eu acredito que foi a melhor coisa que o governo fez antes, ou se vai fazer ainda, foi liberar a reforma agrária pra pobreza, saiu todo sofrimento da rua, mendigação [...]”³⁹³.

Parafraseando Almeida (2006), quando conclui seu trabalho sobre a (re)criação do campesinato no estado de Mato Grosso do Sul, o assentamento Serrote Aroeiras vai sendo concebido a partir da sua apropriação, em um processo de unidade construída na luta, na relação dos diversos agentes. Passar pela estrada e observar uma bandeira tremulando em um assentamento rural e, assim, sair aqui e ali dizendo que sabe da existência de um assentamento, conta pouco, diríamos nada, da história de vida dessa fração do campesinato brasileiro. Identidade forjada a partir de uma “[...] história de reciprocidade e de desencontro, de libertação e de aprisionamento, dessa consciência radical e conservadora que, na luta pela (re)criação camponesa, resiste a tudo que nega o não-camponês e que, por isso, coloca em questão a sociedade inteira” (ALMEIDA, 2006, p. 358).

Essa foi a história tecida pelas famílias camponesas assentadas nos quatro assentamentos rurais analisados até o momento e que não foi diferente no assentamento Todos os Santos/Chupete analisados no próximo item.

5.5 Assentamento Todos os Santos/Chupete: do cativo de campesinato Sem Terra à conquista da relativa liberdade no assentamento

Portanto, esse é o sentido da luta obstinada dos camponeses [das camponesas] pela manutenção da terra de trabalho. A posse da terra encarna a rara possibilidade de ser sujeito [sujeita] de sua própria criação, de dispor livremente de seu tempo, de seu espaço e de seu saber. Enfim, enquanto as demais classes partilham uma existência em fragmentos, os camponeses[as] constroem sua existência a partir de experiências integralizadoras, contrárias ao processo de alienação.

393 Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2017 no município de Jacaré dos Homens.

Eliane Tomiasi Paulino (2012, p. 421), em “Por uma Geografia dos camponeses”.

[...] Terra, Água, Direitos – é a trilogia que expressa o conteúdo da missão da CPT nos dias de hoje. Pode-se dizer, contudo, que desde seu nascimento, a questão do cuidado que se deve ter ao cultivar a terra faz parte de sua visão e de sua metodologia. A reflexão bíblica e teológica, à luz de uma realidade de crescente degradação ambiental, abriu caminho para uma relação existencial com a terra, a água, e uma agricultura centrada na vida de todas as pessoas.

Ivo Poletto (2010, p. 155), em “A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária”.

Las clases acaecen al vivir los lombres e y las mujures sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro “del conjuntos de relaciones sociales”, com uma cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias em formas culturales. De modo que, al final, ningún modelo, puede proporcionarnos lo que debe ser la “verdadeira” formación de clase em una determina “etapa” del proceso. Ninguna formación de clase propriamente dicha de la nistoria es más verdadera o más real que outra, y clase se define a só mesma em su efectivo acontecer.

Edward Palmer Thompson (1984, p. 39), em “*Tradición, revuelta y consciencia de clase*”.

As palavras de Paulino (2012) são elucidativas na compreensão do campesinato brasileiro, especialmente, a fração assentada, composta na sua origem por sujeitos aos quais sempre foi negado o direito à terra, por conseguinte, aos demais bens comuns naturais, seus saberes e a oportunidade de desenvolverem sua lógica de organização social em todas as suas dimensões da vida individual e em comunidade. Negação essa, que fez o campesinato empreender sua longa marcha (OLIVEIRA, 2001b), de forma obstinada, para entrar e, depois, manter a terra de

trabalho (MARTINS, 1991; DELGADO, 2017). Portanto, tem razão Paulino (2012), quando destaca que a posse da terra é uma rara possibilidade para que o campesinato, enfim, possa ser protagonista da sua própria criação. O rompimento da cerca do latifúndio pelo campesinato Sem Terra e a sua entrada na terra dos assentamentos rurais Brasil afora é a oportunidade criada para exercer os riscos e trilhar seus próprios caminhos, com autonomia e liberdade, em meio às contradições da sociedade que o envolve. A trajetória de vida do campesinato assentado no assentamento Todos os Santos/Chupete, localizado no município de Água Branca, corrobora essa leitura.

Figura 44 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Vista, ao fundo, de uma das duas agrovilas que compõem a comunidade.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Foi somente com o rompimento do cativo vivenciado pela condição social de campesinato Sem Terra, totalmente subordinado aos interesses, (des)mandos e visão de mundo ideológica dos fazendeiros e/ou seus prepostos – os gerentes/vaqueiros de fazendas –, que, enfim, esses sujeitos tiveram a oportunidade, com a conquista do assentamento, de dispor livremente de seu tempo, de seu espaço, dos seus saberes, ou seja, de decidir seu devir. Isso era impossível de ser exercido na condição anterior à de campesinato assentado.

É verdade que outras limitações/subordinações surgem, por exemplo, na relação com o Estado com as regras fortemente impostas por este na nova condição social, mas nada se compara à relação subordinada e exploratória que haviam vivenciado por décadas sob o olhar atento do latifundiário. Subordinada, no tocante a ser uma relação social que gerava uma espécie de “medo” do patrão fazendeiro: de perderem o trabalho que tinham, mesmo precário; de tomarem decisões cotidianas, por exemplo, de irem para a luta dos Sem Terra em busca da sonhada terra de trabalho, entre outras; bem como, pela forma como o seu trabalho era arrancado, literalmente, a partir da renda da terra paga anualmente, causando um sentimento degradante carregado de simbolismos frente aos “abusos” e “gritos sofridos”, que ainda ecoam nas diversas narrativas dos depoentes.

Mais uma vez, o recurso metodológico inicial para compreendermos a construção e o cotidiano atual no assentamento em tela é, primeiramente, retornar no tempo e conhecer a trajetória/origem de vida das famílias camponesas assentadas hoje. Conforme os relatos, são famílias que, na maioria absoluta dos casos, nasceram no próprio estado de Alagoas, trabalhavam de reideiros nas fazendas do Sertão alagoano, inclusive boa parte trabalhando, pagando renda na própria fazenda Chupete, que viria a se tornar assentamento, conjugado, em determinadas situações, com o trabalho de meeiros, diaristas, moradores de condição e vaqueiros, até o início dos anos 2000.

Portanto, são sujeitos e sujeitas que “*nasceram na agricultura*”, como gostam de citar, e durante toda a vida tiveram experiências com essa atividade, presenciaram os pais nessa difícil jornada para “*criar os filhos(as)*”, como dizem também. Entretanto, uma vida atravessada pelos (des)mandos do proprietário das terras cedidas para a sobrevivência do campesinato Sem Terra. Os relatos de duas lideranças assentadas a seguir sintetizam um pouco dessa realidade: o primeiro, de uma liderança mulher, que resolveu contribuir na organização da mobilização social para a luta, através da ocupação não apenas da fazenda Chupete, mas de outros latifúndios no município de Água Branca; o segundo, de uma importante liderança masculina assentada, constituída e formada na própria resistência camponesa na conquista da fazenda Chupete:

Eu me criei mais minha vó, mãe do meu pai, minha vó era agricultora, eu comecei a trabalhar na agricultura, assim, com 8 a 10 anos de idade. Ia pra escola até meio dia, de meio dia pra tarde ia pra roça mais ela. Meu avô foi simhora pra Mato Grosso, depois mandou buscar nós, ela não quis ir, aí ele não veio mais, não voltou mais e eu fiquei só com ela, assim, eu me criei na agricultura. **[Entrevistador: a terra era de vocês?]:** Não, era arrendada, a gente trabalhava arrendado na Serrinha, que hoje é o assentamento Padre Cícero, antiga fazenda Cobra né. Aí a gente trabalhou muito naquela região ali. Aí depois ela ficou velhinha não pôde mais trabalhar, eu fiquei, continuei trabalhando. Até 2004 eu ainda trabalhava arrendada, de meia na [fazenda] Cobra, [também] aqui mesmo na fazenda Chupete eu tinha uma renda, que eu trabalhei ainda 21 anos de rendeira plantado mandioca, milho, feijão de corda, essas coisas; assim, de ano, no caso da mandioca, e o feijão de corda, que sempre era nas trovoadas; [...] trabalhava de meia [também] no Moreira. [...] a gente não tinha terra suficiente, arrendava na Serrinha, mas só um pedacinho, limpando de enxada, que a terra é pedregosa, não entrava arado, só se planta na mão como diz a história; [...] como a família tava crescendo, já tava grande, aí tinha que pegar mais terra [...]. **[Entrevistador: você morava na terra arrendada/meia?]:** não. Morava na minha casinha, na casa de minha vó, lá no Boqueirão, ela morreu e deixou pra mim. Era uma casa bem simplesinha, fraquinha, mas eu remodelei e ficou uma casa boa, tá lá. **[Entrevistador: aqui na fazenda Chupete a senhora vinha e voltava todo dia?]:** aqui vinha todo dia e voltava, era de reideiro [...], nesse tempo era nova, tinha muita saúde e coragem, é perto, a gente vinha de manhã e voltava à tarde; [...] fazia um ranquinho de palha na roça pra passar o dia, deixava panela, pote [...] de tardinha, às quatro horas ia pra casa, isso de pé todo dia [...]³⁹⁴.

Eu nasci na agricultura, nós [meus pais] morávamos no Canapi, meu pai é pernambucano e minha mãe alagoana. Então, sou filho natural do Canapi. Com as crises muito difícil a gente viemos pra Canindé [de São Francisco/SE], trabalhar no terreno de um rapaz, tomar conta de uma fazenda, meu pai trabalhava na fazenda e a gente, que era em quatro irmãos, ia trabalhar nos lotes irrigados para que conseguisse ajudar nosso pai na feira [de alimentos]. E de lá fui pra Petrolina, [BA],

394 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

trabalhar lá. Depois quando voltei resolvi casar. Então, lá onde nós morávamos tinha um assentamento [...] do MST. A gente não ficamos [no assentamento], mas o terreno da fazenda [do assentamento] ficava no fundo da fazenda que nós trabalhávamos, então a gente ajudava as pessoas [assentados], pessoal ia trabalhar nos lotes de sequeiro [...], o pessoal [assentados] passava com dois jumentos encangados com dois tambor, a gente dava água, [...] eles ficavam muito agradecidos. Depois, [...] vim morar em Água Branca, fui trabalhar nas épocas dos invernos nas terras dos fazendeiros de rendeiros. Com aquilo eu fui pensando que num era certo, houve esse acampamento [fazenda Chupete], quando surgiu teve uns colegas que deram conselho, refleti e vi que era verdade, então, eu fui, participei e fiquei. Inté aqui achei muito maravilhoso, a gente ajuda as pessoas e as pessoas ajudam a gente [...]³⁹⁵.

Como no caso da primeira depoente acima, algumas famílias camponesas Sem Terra tinham apenas uma pequena casa localizada em comunidades próximas, a exemplo do Boqueirão, povoado a poucos quilômetros ao assentamento Todos os Santos/Chupete, de onde vieram muitas famílias rendeiras para ocupar/acampar; em outras situações, temos famílias marcadas pelo processo de ceder membros da unidade familiar camponesa, no segundo relato, os filhos, para buscar trabalho acessório como forma de contribuir na manutenção da vida da família, ou seja, algumas diárias ou mesmo assalariamento sazonal em projetos de irrigação. Outras famílias, após muito trabalho dos membros da unidade de produção familiar em fazendas, conseguiram, com muito sacrifício, comprar “pedaços de terras”, expressão muito utilizada pelos depoentes, e, assim, formar minifúndios camponeses, mas, por serem famílias extensas, com muitos filhos(as), viviam “espremidas” nas exíguas terras, sendo alguns membros obrigados a migrarem para os grandes centros e/ou para os canaviais da mesorregião do Leste alagoano. Os que ficavam se submetiam aos interesses/vontades dos fazendeiros, como rendeiros especialmente, pagadores de renda, bem como na condição subalterna de vaqueiros: era a lida com o penoso trabalho de “*tirar leite*”, registrado no depoimento a seguir:

395 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

Meu pai era agricultor, nasceu e se criou agricultor, ele nasceu e se criou numa fazenda [...]; se casou e ficou na mesma luta, como agricultor, [...] minha mãe teve 18 filhos né [...], só criou-se 12 [...]. Nascemos e se criemos na roça, estudo era pouco, que naquele tempo, você sabe que era uma dificuldade para estudar [...]. **[Entrevistador: vocês eram moradores da fazenda?]**: O finado meu pai, quando saiu da fazenda, que ele casou, ele comprou uma terra né, veio morar num povoado Alto dos Coelhos, município de Água Branca. Aí foi comprando as terrinhas devagarzinho, naqueles tempos, os tempos eram bons, chovia direto, ali tirava umas boas safras, ali ia comprando uns pedacinhos de terras quando vendia a safra, sei que deixou um pouco de terras. Mas, como era muita gente, a gente via que as terras num dava pra trabalhar. [...] aí me casei, vim morar no Barro Preto, ela [esposa] já era rendeira daqui [fazenda Chupete] [...]. **[Entrevistador: antes de vir para a ocupação onde você morava?]**: eu morava aqui mesmo [Água Branca], agora que eu trabalhava ali perto do Boqueirão numa fazenda puxando leite [vaqueiro], pra puder criar os filhos. O caba com seis filhos pra criar, sem ter outra atividade pra arrumar a feira, se obrigava a trabalhar na fazenda [...] ³⁹⁶.

Andrade (2005, p. 198) já destacou a importância do vaqueiro, inclusive nos currais de gado no município alagoano de Água Branca: “Os fazendeiros vivem, em geral, nas cidades do interior mais próximas às suas fazendas, onde se dedicam a outras atividades econômicas, sobretudo ao comércio. A fazenda é administrada pelo vaqueiro e ele lá se demora [...], apenas na estação das chuvas [...]”. O fragmento a seguir de um assentado que foi vaqueiro corrobora essa argumentação, sobre a relação deste com o fazendeiro: “O fazendeiro não é quem resolve, é o vaqueiro que é o empregado das fazendas né; [...] o vaqueiro é quem arrendava as terras, o fazendeiro não tem nada a ver com isso, só pegava o bolão [...]. Aqui [fazenda Chupete] quantas mil tarefas de terras tudo arrendadas ao pessoal [...] ³⁹⁷”.

Portanto, a maioria dos relatos atesta a condição de rendeiros, atravessada e conjugada por outras relações sociais complementares –

396 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

397 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

meeiros, assalariados, diaristas, moradores de condição – ao longo da trajetória de vida das famílias. Essas condições, na verdade, foram/são estratégias de resistência e, portanto, de garantias da (re)criação do campesinato no Sertão alagoano, pois, estruturalmente, todas essas famílias têm uma característica na trajetória de suas vidas: a subordinação ao fazendeiro por serem Sem Terra. A renda da terra é uma relação social, com claro viés geográfico, espacial. Isso fica evidente na materialidade no território do latifundiário, como bem expressou um assentado:

A renda é o pedaço de terra que você ocupa na fazenda. O fazendeiro tem aquela propriedade dele grande, então, dá três, quatro, cinco tarefas de terra, dependendo do seu negócio com ele, e por aquilo ali você vai pagar um dia de serviço a cada 15 dias, aquele dia grátis, depois ele ainda lhe ocupa um dia, dois na semana, dependendo da precisão dele, e o resto que sobra é pra você [...] ³⁹⁸.

Albuquerque (2016, p. 74) já havia percebido a presença marcante do arrendamento, ao debater as raízes do campesinato no semiárido nordestino, em meio à diversidade de relações sociais que marcou/marca esse espaço agrário. Leitura do autor muito além do debate simplório e tendencioso de enxergar apenas as fazendas de gado e a figura do latifúndio/latifundiário, mas trazendo sempre a terra como centralidade e motor das relações sociais, bem como a luta do campesinato Sem Terra, dos quilombolas e indígenas:

A posse e o uso da terra assumiram no Semiárido alagoano formas várias, ricas de significados e dinâmicas. O arrendamento, por exemplo, é uma modalidade de uso do solo e uma relação de produção bastante específica, tensa, dialética, e não poderia ser diferente, a sociedade do Semiárido foi formada trazendo em si profundos conflitos de classe e étnicos, a terra esteve e está no centro disso. Por esse modelo, que ainda hoje é bastante utilizado no Semiárido, o arrendatário mora e usufrui da terra e paga por isso um valor em dinheiro – o arrendamento também pode ser pago com parte da produção ou mesmo com dias de serviço nas terras do arrendador.

398 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Nessa diversidade de significados a partir da terra e da luta camponesa, a árdua realidade sob o autoritarismo do fazendeiro ou do preposto (o gerente que era o vaqueiro muitas vezes), é marca na vida dos depoentes difícil de ser apagada da memória de quem sentiu na pele essa relação. Assim, é uníssona a voz deles/delas nesse sentido, quando perguntados como era a relação nas fazendas.

A vida de vaqueiro, [...] num é fácil não; eu tenho clavícula quebrada, tenho muito osso quebrado, porque quem é vaqueiro tem que tomar de conta da fazenda: do leite tirado; quer vacinar uma rês tem que pegar e vacinar; se a rês for braba, se cair no mato [...], tem que pegar [...]; tem que desgotar [o leite] de vaca valente [...]. **[Entrevistador: e a relação com o patrão?]**: por muito que você faz, o patrão não agradece, pra patrão não tem nada bom, por muito que o vaqueiro seja bom. O patrão tá conversando: “fulano [o vaqueiro] como é que é?”. [Patrão]: “ele é bom, mas meio preguiçoso”, diz logo assim. Ele quer vantagem para ele, mas pro pobre [não]. **[Entrevistador: a sua decisão pra vir para a ocupação?]**: nós morava na fazenda [...], aí eu vi quando passava o povo pra cá ocupar, aí eu ficava naquela vontade, trabalhando pros outros e com medo do patrão, eu digo [penso]: “se eu for pra lá fazer o rancho onde está os outros [na ocupação] ele pode achar ruim” [...]³⁹⁹.

Não era muito bom não porque a gente sofria muito [...] arrendado: arrendava aquele pedacinho de terra, roçando aquele mato [...] ia limpando na enxada e plantava o feijão e o milho [...]; aí de meia é muito trabalho também porque os rendeiros [proprietários] era muito espertos, eles só pensavam neles. A gente pegava uma terra esse ano, que era capoeira, roçava todinha, queimava com muito sacrifício, tanto espinho, sofria muito. Aí eles iam cortavam a terra, davam o feijão, a gente plantava na máquina, era mais ligeiro né, a gente chechava, colhia, quando arrancava o feijão eles vinham buscar; batia lá na casa dele [proprietário] o feijão - tirava a casca -, deixava bonitinho, aí quando tavam nos sacos prontinhos eles lá dividiam, ele ficava com a metade: se eu batesse 20 sacos, 10 sacos era dele, 10 era meu; se batesse 10, 5 era dele, 5 era meu. A gente trabalhava muito e só tinha direito à metade, com todo

399 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

suor que a gente derramou. Tá certo, eles também trabalharam, a terra era deles, cortavam a terra de arado e davam a semente, mas a gente que trabalhava dentro da agricultura, na roça, no campo, sofria mais. Não era tanto a planta, como a chechada, a colheita, que a gente colhe feliz quando o feijão é bom, quanto mais a gente cuida, arranca o feijão, a gente se sente feliz, porque é muita coisa, bonito; mas no começo a gente sofre: uma caqueira dessa aí, pra gente roçar, tirar fora, era muito sofrimento⁴⁰⁰.

É muito triste, porque a gente trabalhava na fazenda e o dono escravizava, praticamente, a gente. Inclusive, a gente cuidava do gado dele, a gente dava ração. Ele morava pro lado de Canapi, e ele chegava e falava as coisas que não era necessária. Então, quando chegou um tempo eu discuti um pouco com ele: [...] naquela época existia um trabalho em barragens, o pessoal chamava de SUDENE: o cara veio fazer esse cadastro, ele [fazendeiro] não poderia ser incluído nesse cadastro. Então, ele colocou eu como uma pessoa pra ganhar esse dinheiro, só que na verdade não era, era pra esse dinheiro ficar pra ele [...]. Eu não aceitei, disse que não ia trabalhar mais. E, depois, quando recebi o dinheiro, a mulher dele foi lá em casa, queria conversar comigo: queria o dinheiro; [...] gerou um conflito. Eu fui lá pegar o dinheiro, que eu trabalhava na fazenda naquela época, 2004/2005: o dinheiro da fazenda, que eu e meu irmão trabalhava [...], ele não queria dar [pagar], porque eu trabalhava na SUDENE [...]. Eu não aceitei [...], gerou uma confusão [...], mandou chamar meu pai pra conversar no momento, meu pai muito cabeça, [...] conversaram, ele pediu pra que eu não andasse no terreno, que o terreno era dele, que eu fizesse um favor e não andasse no terreno dele [...]. E aí, chegou o tempo que eu falei pro meu pai [...]: “olha, se ele não quiser pagar meus tempos [...], ele pague nossos direitos que nós vai embora”. [...] outro dia, ele viu eu no terreno dele [...], ele partiu pra cima de mim com um martelo, eu peguei a bicicleta joguei em cima dele, depois um rapaz, que tava trabalhando com ele, ajudou a gente não brigar, eu sai lá na frente e disse: “eu vou diretamente pra o Ministério Público”. Ele pensou assim aí disse: “Olha quando for quarta feira vá buscar seu dinheiro”. Aí eu não fui pra o Ministério Público [...]. Com bem quinze dias ele pagou esse dinheiro [...]. Ele falou que meu se meu

400 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

pai quisesse ficar poderia, cercava a casa, mas eu não ficaria. Meu pai falou pra ele: “aonde eu estiver meu filho tem que tá ao meu lado, que ele não aceitaria isso”. Aí, com os tempos, já pra implicar mesmo, eu andei no terreno, pra ele dar nossos direitos pra nós ir embora. Aí ele fez um acerto na época: 1,3 mil reais, que a gente queria o dinheiro de uma casa pra gente morar, numa grande questão; a gente tinha uma vaquinha só, a gente vendeu e nós foi pra Glória compramos o material da casa, o chão da casa já foi o pai do meu cunhado que cedeu, fomos morar em Canindé mesmo [...]”⁴⁰¹.

Foi essa realidade cotidiana vivenciada por anos, décadas, marcada por um contexto hostil ao campesinato Sem Terra, que fez com que dezenas de famílias se mobilizassem socialmente para a luta pela terra, levantando a bandeira da reforma agrária no município de Água Branca. Trazendo os estudos de Paulino (2012) em epígrafe para essa realidade, podemos afirmar que a posse da terra da fazenda Chupete, efetivamente, era a possibilidade de esse grupo de camponeses e camponesas construírem sua existência social a partir de experiências integralizadoras, com autonomia do trabalho, em oposição ao processo de alienação via a expropriação da renda da terra ou mesmo que um futuro caminho da proletarização inexoravelmente promoveria.

A conquista desse assentamento é mais um exemplo do processo de territorialização camponesa a partir de um movimento *continuum* de resistências e rebeldia, marcas permanentes da luta camponesa para assegurar a sua condição de classe social (PAULINO, 2012). Ou seja, a territorialização das famílias assentadas no assentamento Todos os Santos/Chupete não começou na ocupação dessa fração territorial, mas em outra. Foram muitos acontecimentos anteriores no trabalho de base visando à formação política desses sujeitos e, assim, preparando-os para o difícil enfrentamento com o latifundiário. Nesse contexto, o papel inicial desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca foi importante. Mas decisiva mesmo foi a entrada da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A ação dessa Pastoral foi determinante na mobilização e formação social e política de contestar o *status quo* desigual

401 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

na qual se inseria o campesinato sertanejo em questão, como fica exposto na fala de uma liderança feminina do assentamento, notadamente, durante o início dessa história de luta e resistência camponesa:

Eu comecei a trabalhar no sindicato. [...] formamos uma associação na comunidade [Boqueirão] né. Lá vinha um senhor de Água Branca, ele sempre fazia reunião com a gente, aí ele começou a incentivar, [dizendo] que a gente tinha direito – os rendeiros com muitos anos de renda – a ser dono da terra. Aí nós dizia: “não, nós temos medo do fazendeiro, que ele é valente, pode matar nós”. Nós ouvia dizer que eles não gostavam, matavam os Sem Terras. Mas ele dizia: “vocês são rendeiros, não precisam ocupar terra, vocês tem direito de botar na justiça e tem direito à terra que vocês trabalham”; [...] a gente sabia que os fazendeiros daqui [...] não eram boas peças, a gente conhece tudo pela raiz de todos. Porque a gente viu contar muitas histórias [envolvendo] os fazendeiros [...]; a gente se sente mal, tem medo, a gente é pobre, vai mexer com rico que tem dinheiro, a gente sabe das maldades que eles já faziam, tinha que ter medo né! Aí surgiu o [movimento] Sem Terra: fui trabalhar no sindicato, o sindicato sempre incentivava a gente, de que tinha a Pastoral da Terra, tinha o MST, que era um povo que lutava pela terra, e a gente começou a ficar incentivado. Aí veio o Frei Angelino, Frei Alfonso para [a Comunidade de] Tabuleiro [...] e começaram a incentivar, isso foi bom. Aí a finada Helena e Lurdinha vieram, me chamaram lá no Boqueirão, pra eu participar dos encontros lá: eram uns encontros muito bonitos da Igreja [Católica], falando da palavra de Deus, dos direitos dos trabalhadores, aí a gente começou a caminhar junto. Depois, inventaram de nós ir pra Maceió: fomos um bocado de vez naqueles caminhões véi; lá não era bem recebido pelos governos, mas tinha aquele Paulão do PT, Heloísa Helena na época [...], essas pessoas deram muito apoio a gente quando íamos pras mobilizações em Maceió. Foi passando o tempo [...] por aí começou a luta pela terra [...]⁴⁰².

O mito de que a sociedade brasileira é composta de um povo “pácfico”, “ordeiro”, “inimigo da violência”, como critica Chauí (2001), mais uma vez cai por terra. Ao contrário, o medo da violência e da bar-

402 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

bária efetivada Brasil afora pelos grandes proprietários de terras contra quem ousava desafiar é a realidade. A atuação daqueles quase sempre é implacável, inclusive atentando contra vidas e ceifando-as. Em fins dos anos 1990 e início dos 2000, durante o segundo mandato do governo FHC, não sendo diferente em Alagoas, esse *status quo* assombrou e dificultava a mobilização social camponesa. Conquistar a terra onde foram explorados, pagando renda durante décadas, era uma utopia distante e na qual não existiam forças que fossem combustível para essa luta. Entretanto, os trabalhos dos clérigos, agentes pastorais da CPT, alguns atuando no próprio sindicato rural, alavancaram e dinamizaram o processo: a semente da rebeldia camponesa brotava no Sertão alagoano mais uma vez. Como disse a mesma liderança acima: “De repente foi Deus que mandou a Pastoral”; “Tudo começou pela fazenda Cobra”. O *continuum* do processo de territorialização camponesa, que desembocaria na conquista do Todos os Santos, iniciava-se na fazenda Cobra. Esta foi ocupada por quase uma centena de famílias Sem Terra que daqui saíam aquele(as) que iriam ocupar a fazenda Chupete. Portanto, era o início da difícil jornada até chegar à conquista da terra e, assim, para se processar a travessia da transformação social: de campesinato Sem Terra para assentado.

A gente foi, articulou todo mundo, andemos de casa em casa, fizemos uma reunião na Igreja e todo mundo se prontificou. Aí pronto, ele [agente da CPT] disse: “amanhã eu venho com a lona que é pra fazer os barracos” [...]. Aí de noite, me mandaram chamar lá numa casa, eu fui, ficou um do lado e outro doutro, me imprensando, botaram polícia pelo meio, botaram os capangas dos fazendeiros, eu disse: “ninguém tem medo de nada disso, a gente vai enfrentar com a cara e a coragem; primeiro, os capangas tem a polícia pra resolver os problemas deles; [segundo]: a polícia a partir de hoje nos defende, nos ajuda a apoiar; então a gente não vai ter medo disso aí não, meu filho”. **[Entrevistador: isso antes da ocupação?]**: no outro dia a gente ia ocupar [...]. [...] aí a gente ocupou [a fazenda] Cobra e depois de sete meses saiu a terra. Aí nós se articulamos pra qui [fazenda Chupete], juntamos um monte de gente, lá no acampamento lá de Cobra, nos barracos lá juntamos gente,

sem dizer pra onde era ao povo: “é um lugar!”; mas por debaixo dos panos o povo começaram a descobrir [...]. Aí viemos, ocupemos Chupete aqui à noite, foi no dia Santo, no primeiro de novembro, que hoje chama o dia Santo de Todos os Santos [...]; passemos a noite, no outro dia fizemos os barracos, aí ficamos aqui no Chupete. Depois, com muita perseguição de outros rendeiros, de outras pessoas [...]⁴⁰³.

É mister destacar a tensão que envolve o processo de trabalho de base e que antecede uma ocupação de um latifúndio. A expressão da camponesa: “*enfrentar com a cara e a coragem*”, não pode passar despercebida. Ela está carregada de simbolismo e representação: era a cultura do medo instalada, medo da violência. Assim, a pressão foi exercida na própria comunidade, por pessoas que enalteceram a questão da possibilidade de ação policial e mesmo de jagunços: “*me imprensando*”, era o ato de pessoas pressionarem para que a liderança pudesse recuar. A pressão é destacada também na forma de preconceitos contra os filhos e netos das lideranças que comandavam a ação, como no cotidiano da comunidade Boqueirão, por exemplo, em falas entre os jovens no seguinte sentido: “*sua avó vai apanhar*”, “*levar tiro*”, destacadas pela depoente.

O fato é que, desde o momento da mobilização social do trabalho de base, a visão social de mundo ideológica (LOWY, 2007), latifundiária-escravista da cultura alagoana (LINDOSO, 1983), se manifestava fortemente. Propagada pelos fazendeiros rentistas hegemônizava/hegemoniza o cotidiano da sociedade, inclusive penetrando no próprio campesinato muitas vezes. Assim, o preconceito é materializado no ataque e na tentativa de amedrontamento das lideranças camponesas: “[...] tem um gerente da fazenda ali, nós vamos fazer assim: vamos lá falar com ele que a gente vamos fazer uma reunião sobre os assentados, não vá dizer que é Sem Terra, [...] que eu já fiz uma pesquisa aqui e ninguém quer, até nome de safada eu levei [...]”⁴⁰⁴. Para acirrar mais ainda os ânimos tensionados, existia também uma disputa entre esse grupo de camponeses(as), que se mobilizava socialmente, e uma parte do campesinato, pequenos proprietários familiares com terra, que não concordava com

403 Idem.

404 Idem.

a forma de luta via ocupação/acampamento, desejando a conquista da terra através da negociação via o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ou melhor, a contrarreforma agrária de mercado (RAMOS FILHO, 2008).

Esse contexto vemos em Wolf (1970, p. 34), quando sublinhou que a existência social da vida do campesinato “[...] não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção”. Assim, ainda conforme suas palavras: “Ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico, movendo-se continuamente [...]” (Idem).

Por conseguinte, nesse movimento contínuo e na relação internamente à classe camponesa, na busca de conquistar o controle da terra e, assim, da autonomia da unidade familiar camponesa, garantindo assim, o equilíbrio de produzir – exigido pela sociedade exterior – e consumir – necessidade interna do núcleo familiar – (CHAYANOV, 1985; WOLF, 1970), o grupo que se mobilizava para a luta estava decidido a continuar sua caminhada. Assim, conforme a construção coletiva dos principais marcos históricos da comunidade, efetivada no trabalho de campo desta investigação, no dia 01/11/2004 a ocupação da fazenda Chupete é realizada, iniciando a travessia, ou melhor, a recriação do campesinato: da condição totalmente subordinada de rendeiros, para a condição de assentado.

Como quase sempre ocorre, na ocupação da fazenda Cobra havia mais Sem Terra do que terra disponível para assentar todas as famílias acampadas. Assim, o campesinato sobrando mais uma vez caminhava no chão da noite, dando um passo decisivo, mesmo que parcial, em busca da construção da sua emancipação política e da libertação: era a tentativa de rompimento do monopólio da terra, materializado no cativo imposto pela burguesia latifundista rentista que o privava de tudo – terra, casa, trabalho, respeito, saber -, como bem afirma Martins

(1989). Os dois relatos abaixo, de uma assentada e um assentado, descrevem esse momento:

Sáimos lá do Cobra I, que, exatamente, era acampamento e tava próximo de virar assentamento, e tinha 84 pessoas e ia ficar só 25: [...] ia sobrar o restante né [...] e a Pastoral tinha que arrumar outro lugar pra colocar, que já tavam cadastradas: aí foi aqui no Chupete. Uma noite chegou o pessoal da Pastoral: “tem uma festa pra gente ir, uma atividade”. A gente não sabíamos nem pra que era: viemos aqui pro Chupete, mas era tudo pertinho, a gente morava no Boqueirão mesmo, a maioria era tudo aqui de perto. Aí fiquemos a noite lá, montamos os barracos no outro dia de manhã. O dono da terra chegou, deu uma olhada e foi embora. Depois veio um mandato [judicial] de desocupação e um monte de coisas. E a gente ficou lá no começo [na entrada da fazenda] [...]⁴⁰⁵.

[...] saímos lá do Acampamento Cobra [...], era perto, trouxemos foice, enxada, água, lona, eram umas dez horas da noite. Sáimos estrada afora, conversando, todo mundo batendo papo, dialogando e ocupemos [...]; mas a gente ficou com medo né, tinha as escalas de ficar lá toda a noite, tudo direitinho, mas a gente tinha medo. [...] o dono da fazenda teve lá arrodando, mas foi simhora, não fez nada⁴⁰⁶.

O relatório *Conflitos no Campo – Brasil*, no ano de 2004, destacava o alto nível de conflitualidade no estado de Alagoas naquele ano, envolvendo justamente a luta por desapropriações de imóveis rurais, entre esses conflitos registrava o ocorrido na fazenda Chupete com 150 famílias na categoria ocupação de terra (CPT, 2004). Segundo os relatos, a ocupação teve dois momentos, o primeiro na entrada do imóvel, onde as famílias permaneceram de 6 a 8 meses, e o segundo, na sede da fazenda a partir de meados de 2005, onde permaneceram definitivamente. Essa mudança do local da ocupação deveu-se a um fato importante, que demonstra que a construção da unidade da classe camponesa não ocorre sem tensão, como bem ressalta Wolf (1970): a garantia da

405 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

406 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

existência camponesa envolve não apenas a relação entre camponeses e não-camponeses. Trata-se de um foco de tensão internamente ao camponato, envolvendo os grupos socialmente mobilizados do MST e da CPT, onde ambos, a partir de então, passaram a disputar as terras da fazenda Chupete.

[...] depois que a gente veio pra cá [pra sede], que tinha um outro pessoal aqui do MST que queria também pegar a metade dessa propriedade. Já tavam acampados lá em cima, onde tem aquelas casas que chama as Três Voltas [...]. A gente teve que vir pra cá pra, exatamente, eles não tomarem a metade da propriedade, que eles queriam também ficar assentados aqui, uma parte do MST. Aí viemos pra cá, fizemos outros barracos aqui, dos barracos vieram essas construções [moradias]. **[Entrevistador: como foi resolvido? Houve conflito com o MST?]:** conflito não houve. A CPT resolveu lá na base da democracia né, na justiça, porque eles diziam que aqui tinha dois documentos, mas, na verdade, não era dois documentos, era um documento só. Eles queriam pegar uma parte, diziam que a terra era desmembrada, mas a CPT provou que não era [...]. Aí saíram por conta própria, que viram que não tinha futuro [...]. Nós chegamos primeiro [...] ⁴⁰⁷.

Aí, quando o MST estava querendo se implantar na sede, que eles tavam na divisa, só que a gente chegamos primeiro né, e segundo diz a lei, nós tinha direito, aí viemos pro centro [sede da fazenda] e se alojamos aqui. Foi tendo as reuniões, houve, no tempo do inverno, se espalhamos, trabalho à vontade, mas, mesmo assim com medo do fazendeiro, [...] tinha medo de correr o risco de eles qualquer hora atacar a gente; mas a gente muito forte na luta, a gente muito unido entre as pessoas, a gente conseguimos conquistar esse objetivo né ⁴⁰⁸.

A CPT e o MST, parceiros históricos no Brasil e em Alagoas, passaram por esse momento de tensão, natural, do aprendizado e da construção no processo histórico de aprofundamento da consciência

407 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

408 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

de classe camponesa. Um processo que foi sendo resolvido a partir do diálogo entre as duas partes e o INCRA, chegando ao entendimento de que os acampados oriundos da CPT tinham direito ao imóvel. Portanto, um importante passo na construção da identidade e do *habitus* de classe camponesa, em meio à distinção das diversas formas de atuação dos movimentos e organizações sociais (ALMEIDA, 2006), que não impediu as alianças e o fortalecimento das ações conjuntas nesse estado.

Ao longo dos anos 2000, os diversos movimentos e organizações sociais do campo, em meio a tensões pontuais, têm construído pautas coletivas em uma frente ampla pela reforma agrária. São homens e mulheres, camponeses e camponesas, com trajetórias de vidas diferenciadas, mobilizados socialmente das mais diversas formas pelos movimentos e organizações sociais do campo no Brasil há décadas, lapidando a consciência de classe camponesa no verdadeiro acontecer das condições vivenciadas, em meio à tensão e às contradições, às ideologias e utopias, enfim, a uma infinidade de experiências culturais herdadas e forjadas no processo de luta, nos termos escritos por Thompson (1984) em epígrafe.

A grande dificuldade enfrentada pelas famílias acampadas na fazenda Chupete não foi essa tensão com o MST, mas outra bem mais temerosa: de um lado, o medo que as rondava com a presença do fazendeiro e mesmo do gerente da fazenda; de outro, as dificuldades do cotidiano: a fome, a falta de água potável, a difícil realidade nos barracos – de lona, de palha etc. –, o preconceito da sociedade em seu entorno, especialmente, dos fazendeiros. Não houve violência física, mas as ameaças ocorreram em alguns momentos. Era iminente a ocorrência de um conflito mais intenso. Assim, a vigilância durante as noites, por muito tempo, foi feita por grupos de acampados que se revezavam coletivamente. O relato a seguir resume um pouco a realidade dos anos no acampamento. Nele fica claro um ponto que merece destaque: ao mesmo tempo que o campesinato Sem Terra enfrentava os fazendeiros na busca da conquista da terra, a precariedade da vida empurrava-o para trabalhar nas fazendas próximas, obrigado pela difícil realidade nos tempos de acampamento.

A gente sofreu muito porque muitos trabalhavam no alugado, eu trabalhava mais não, eu também trabalhei muito no eito dos outros alugado, pra ganhar um dinheirinho, não dava pra tudo, mas pra ajudar na feira. Muitos trabalhavam e precisavam sair pra fora pra trabalhar e o pior: que era nos fazendeiros. E a gente foi tão criticado, tão humilhado por esse povo, que Deus me livre! Mas tinha que sair, ir lá, sofria. Depois, plantava uma rocinha aqui, tirava uma coisinha, ajudava né. E a Pastoral da Terra arrumava lá, me parece que com a CO-NAB: arroz, açúcar, feijão, óleo, farinha, trazia aquela feira pra cada um; era bom porque a gente já economizava um troquinho que adquiria lá fora, às vezes, no alugado. O prefeito na época [...] deu um trabalho pra roçar as estradas, de um lado e outro da estrada, roçaram e ganharam um dinheirinho, já ajudou. Por aí foi, foi um sofrimento, não foi muito bom não. Água a gente tinha, que as barragens estavam tudo cheias, pra beber não era muito boa não, era pra tomar banho, lavar uma roupinha, fazer a limpeza de casa, lavar prato, pra tudo. E assim foi meio complicado. Teve perseguição também: perseguição do gerente da terra. Os fazendeiros parece que abriu mão também, que estavam com vontade de dinheiro também, mas o gerente pintou os canecos com nós: brigando, xingando, mandando a gente simbora, fucando uma série de coisas, mas não tiveram o poder de tirar nós não⁴⁰⁹.

O gerente da fazenda manteve, por algum tempo, rebanho no imóvel ocupado, criando grandes problemas para os acampados, entre eles, a perda das lavouras essenciais à produção alimentar, quando as roças camponesas eram invadidas pelos animais. Era uma forma de o gerente tentar inviabilizar a vida no acampamento. Foram muitos embates e pedidos por parte dos acampados para ele retirar o rebanho. A situação chegou a tal ponto que a comunidade, em face dos prejuízos e da intransigência do gerente, decidiu coletivamente passar a abater o gado e as ovelhas. São as formas de resistência cotidianas do campesinato acampado, como diz o assentado abaixo, formas de defesa; caso contrário, não havia como continuar a luta ante a morosidade do Estado no processo de desapropriação, fosse pelo INCRA, fosse pelas autoridades judiciárias e policiais na solução de eventos como esse no dia a dia da comunidade:

409 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

As dificuldades eram que a gente trabalhava e o gerente da fazenda tinha um monte de gado, dizia que era do fazendeiro, mas esse gado era dele. Então, ele ficava: “que ia perder a terra”, “ia ter que vender o gado”. E a gente ficou trabalhando, plantando um feijão, um milho etc.; e ele com esse gado comendo nossas plantações. Então, a gente pensou, se articulou e chegou a uma conclusão: como ele não queria tirar o gado, até ameaçou uns colegas nosso [...], nesse período que o gado comia nossas plantações, nosso futuro era o feijão e o milho, opção seria a gente matar um garrote dele e comer, pra que ele também tomasse a atitude dele pra tirar o gado pra fora, pra onde ele quisesse. Aí ele não fez, acabou deixando. A gente foi matamos outros, algumas ovelhas. Ele foi e tirou um pouco do gado, deixou outros brabos aí, que quando via a gente corria atrás. Aí chegou uma ocasião que a gente teve uma alternativa, só tinha uma [cabeça de gado] e era braba, nem os vaqueiros deles conseguia pegar, vamos comer ela e acabou a questão. Então, são alternativas que a gente procura pra se defender. Mas tem pessoas que estão lá fora, que moram nas cidades, que eles não conhecem os trabalhos dos movimentos, aí ficam criticando, falam: “que somos uns vagabundos”, “não trabalham”, “não cuidam das coisas certas”. Mas a gente também somos capacitados pra que gente saiba explicar nossos direitos, e, mesmos [nós] sendo criticados, na nossa mente estamos certos. Porque, se o animal vem comer nosso feijão, nosso milho, a gente sabe que vai perder, a gente tem que caçar uma alternativa. Ele [fazendeiro/gerente] não quer tirar; a gente tem que ir lá na justiça avisar que vamos caçar uma alternativa e aí faz essa ação⁴¹⁰.

O fim do depoimento deixa evidente que a visão social de mundo ideológica (LOWY, 2007), com claro viés a favor do latifundiário, persegue o campesinato em luta diariamente. A reforma agrária, definitivamente, é um tema de interesse, ou deverá ser, de toda a sociedade. Em praticamente todos os espaços, o Sem Terra que ousa lutar passa pelo crivo preconceituoso da ideologia dominante aludida. Apenas para ilustrar o que estamos dizendo, além do depoimento acima, o mesmo depoente nos narrou um fato que ocorreu na sala de aula, corroboran-

410 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

do o que estamos afirmando e mostrando o papel importante dos(as) professores(as) nesse debate de ideias acerca da importância da luta e da própria questão da reforma agrária:

Tem pessoas que já tomaram umas iniciativas, que sabem que isso aí são direitos, os próprios professores nas escolas, eles falam que são direitos nossos, que essas terras os coronéis tomaram antigamente, a gente [Sem Terra] não tinha outra opção, era perder e ficar calado! Então, eles explicam pra os alunos e muitos deles já tão convencidos. Mas, até semana passada, a gente estava numa sala de aula, inclusive, como eu estudo, cheguei um aluno e falou: “ah, tão falando em invadir, é chamar a polícia e a polícia tomar uma atitude”. Foi até que conversamos um pouco, o professor pediu até se eu entendia de alguma coisa, eu disse que entendia: “os direitos somos nossos, nós temos que correr atrás desse direito nossos, nós não pode perder”. O professor ajudou, falou muito sobre a gente, que nós estava com todo nosso direito, explicou as razões como era [...]. E aí, a gente vê que tem muita gente que ainda há esse modo de criticar, de proteger o coronel, de proteger essas pessoas, então assim: a gente tem em nossa mente que estamos no nosso caminho certo e vamos lutar, tentar convencer os irmãos que estão com a mente ainda poluída, que tão ao lado do rico, do latifúndio. Vamos tentar convencer essas pessoas, vamos colocar o nosso lado, dar o conselho e o suporte necessário para que virem essa mente e venham ajudar também, que juntos somos fortes ⁴¹¹.

O caminho certo de que fala o depoente é materializado no propósito, único e principal, de conquistar a terra e romper o monopólio dos latifundiários. No tempo do acampamento, como sempre, esse objetivo unificou as famílias fortemente. As vigilâncias à noite contra o ataque do fazendeiro/gerente, o trabalho coletivo na construção dos barracos, o plantio coletivo das roças camponesas, a divisão das poucas moradias existentes no imóvel entre acampados, as idas a Maceió, para as marchas, romarias e ocupações, tendo sempre a CPT como fonte de mobilização social, foram construindo a identidade de classe camponesa no trabalho coletivo. Perguntado sobre como era a organização no acampamento um assentado assim se remete:

411 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

Era coletivo. A gente usamos até umas palhas de coqueiros pra fazer os barracos, outros era a lona. E aí a gente colocava a nossa roça coletiva, todo mundo ia lá, trabalhava. No final, quando a gente conseguia tirar o feijão ou o milho fazia o banco de semente, para que no próximo ano já tinha a nossa semente pra plantar. Foi assim que nós se articulamos. Sempre quando nós ia pro coletivo, trabalhava todo mundo junto, e aí no final a safra que nós tirava era tudo coletivo: tirava uma quantidade para o banco de sementes e a outra dividíamos entre as famílias pra comer⁴¹².

Poletto (2010), na abertura desse item, aborda a trilogia “terra, água e direitos” como expressão da missão da CPT, à luz da reflexão bíblica e teológica. É a distinção dos assentamentos rurais onde a CPT atua, ou seja, uma realidade onde a relação existencial com a terra, a água, e uma agricultura centrada na vida de todas as pessoas, como diz esse autor, foi sendo constituída desde a ocupação/acampamento e, hoje, no assentamento Todos os Santos/Chupete isso é muito forte no cotidiano da comunidade. Aliás, o nome do assentamento, oficialmente, apesar de levar em segundo plano o nome da fazenda, foi antecedido pelo de batismo gestado a partir da realidade concreta da luta e da religião católica do campesinato assentado, no caso em tela: dia primeiro de novembro, dia da ocupação, “*Dia de Todos-os-Santos*”, destacam as lideranças assentadas e da CPT. O depoimento do assentado a seguir demonstra a formação dessa identidade coletiva da fração do campesinato assentado, a transformação do sujeito Sem Terra em proprietário da terra de trabalho em meio à luta, às dificuldades e ao desafio de viver e constituir uma nova comunidade rural.

[...] eu vim pra cá, eu andava em média 12 km pra chegar aqui a pé, com uma feira nas costas e aí fiquei. Comecei a me associar com as pessoas que já tava ali, fui achando bom, fomos fazendo os barracos, tivemos aquele coletivo pra fazer os barracos, tinha as reuniões, aquilo ali tudo ia concentrando a gente, que, depois, não tinha mais vontade de sair, a vontade era de ficar ali; já tinha o acesso àquela terra coletiva, começou

412 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

a plantar feijão de corda, milho. A gente, no acampamento, aonde nós estava que já era aqui dentro da sede, o INCRA [reconhecia] que a gente tava aqui, mas não dava o suporte completo. A CPT era que tava no nosso lado, que nos ajudava de todas as formas. Aí todo mês a gente ia reivindicar os nossos direitos lá no INCRA, junto com a CPT e os outros irmãos de outros acampamento também, que a gente ia todo mundo no coletivo para gerar força, ia duas a três mil pessoas. E aí eles não queriam atender a gente, pra não dar nosso direito, e a gente ficava ali [...]. Se eles demorasse um, dois, três, quatro dias, a gente cansamos de ficar lá uma semana debaixo da lona, às vezes, chovendo, mas a gente naquela esperança deles atender. Quando eles cansavam, que achavam que a gente ia morar ali, eles mandavam chamar [...]; chegou uma ocasião que eles liberaram o dinheiro pra construir as casas [...] ⁴¹³.

A mobilização social do campesinato Sem Terra foi determinante para a conquista de mais uma fração territorial como espaço de resistência camponesa no campo alagoano. Foram longos anos de muita tensão, contradição e precariedade, em que contaram, é fundamental destacar, com o protagonismo, mais uma vez, das mulheres camponesas Sem Terra ⁴¹⁴ e de lideranças mulheres da CPT. Uma das principais lideranças em todo o processo até o momento narrado, mulher, negra, assentada, ao ser perguntada como foi a participação da mulher, sublinha: o machismo ainda existe!

Eu, mulher, pobre! É difícil porque ainda tem o preconceito né, ainda tem o machismo, ainda tem muita coisa que atrapalha a vida da mulher, mas a gente tem que trabalhar essa questão, se juntar e dar as mãos mulheres e lutar por isso: pra quebrar o preconceito e o machismo que ainda existe. Porque a gente ainda é vítima do preconceito, discriminação, humilhação, de, muitas vezes, esculhambar, xingar, assim, de pornografia, em palavras xingam as mulheres, não respeitam. [...] tem problemas que a gente vê isso e se sente mal [...] ⁴¹⁵.

413 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

414 Sobre a história de algumas mulheres importantes, dentre outras, que atuaram/atua pela CPT na luta pela reforma agrária no Sertão alagoano: Maria José de Jesus, conhecida como Maria Bobó, liderança, assentada no assentamento Todos os Santos, conferir a sua entrevista em Almeida et al (2014); Dona Helena e Dona Lurdinha cf. Cavalcante e Amaral (2013).

415 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Portanto, com a participação relevante das mulheres Sem Terra, a fazenda Chupete, oficialmente, foi obtida via desapropriação ocorrida em 24/04/2006, menos de dois anos depois da ocupação, e a criação do assentamento, na área de 1.707,97 ha do imóvel, com uma capacidade para 121 famílias, mas sendo assentadas 106 quando o PA foi criado em 24/10/2007 (INCRA, 2017). O quadro 10 sintetiza a caminhada de mais uma conquista camponesa.

Quadro 10 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Processos históricos marcantes na construção da comunidade

Data	Processo
01/11/2004	- Acampamento na entrada da fazenda Todos os Santos/Chupete com cerca de 150 famílias.
12/2004	- Reintegração de posse em prol do fazendeiro.
05/2005	- Ocupação/Acampamento na sede da fazenda Todos os Santos/Chupete; - Tensão entre o campesinato mobilizado pela CPT e o campesinato mobilizado pelo MST; - Ameaças efetivadas pelo gerente da fazenda.
24/04/2006	- O INCRA obtém o imóvel rural pela via da desapropriação para fins de reforma agrária.
24/10/2007	- O assentamento Todos os Santos/Chupete é oficialmente criado, com capacidade para 121 famílias em uma área total de 1.707,9 ha, sendo assentadas 106 famílias.
12/2009	- INCRA libera o crédito fomento no valor de R\$ 2,4 mil para cada família.
04/2010	- Tem início a construção das moradias com recursos do INCRA.
05/2011	- A comunidade conquista a instalação da energia elétrica.
2013	- Uma turma de Educação de Jovens e Adultos é formada na comunidade; - Conquista das cisternas de placa para parte das famílias.
2015	- Parte do recurso para a construção final das moradias é recolhido pelo INCRA; - O recurso diminui e as moradias restantes não podem ser construídas no mesmo tamanho das primeiras; - Finalização da turma do EJA.
2018	- Algumas moradias ainda estão sendo construídas e outras estão com obras paralisadas; - A comunidade conquista um trator com implementos e catorze cisternas calçadão; - O projeto de banco de sementes crioulas é ativado.

Org.: Autor (2019).

Iniciava-se a outra etapa da caminhada camponesa, literal e oficialmente: a luta e a resistência para permanecer na terra e construir o território do campesinato no território conquistado. Entra em cena o Estado, pois, parafraseando Mitidiero Jr. (2008), o assentamento é resultado, concomitante, da luta pela terra e de um ato administrativo do governo federal, assim, ele (o Estado), antes posicionado como inimigo incontestado, passa a constituir outro referencial para os assentados. Ainda segundo esse autor, o assentamento “é a configuração de um território para a reprodução camponesa, mas sob a hegemonia da lógica do território capitalista” (MITIDIERO JR., 2008, p. 414).

A linha assumida pelo autor, à qual nos filiamos, destaca a dialética que existe entre o território nacional, em uma sociedade sob o modo de produção capitalista, e a fração territorial conquistada, sob a lógica camponesa, contrária, mas envolvida nas contradições oriundas do processo de produção e reprodução do capital. Por exemplo, entre outros processos, assim como foi nos outros assentamentos estudados neste trabalho, o Todos os Santos/Chupete foi uma conquista camponesa, mas que nasceu no bojo da produção do capital via a apropriação da renda absoluta da terra pelo proprietário rentista: em 20/05/2005, era concluído um Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel (INCRA, 2005), acredita-se aqui que preliminar, apontando um valor total de indenização do imóvel de R\$ 2.044.619, 65 (dois milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos); outro Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel, de 27/01/2006, definitivo acreditamos, aumentou a indenização para R\$ 2.525.750,73 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos) (INCRA, 2006), uma diferença de R\$ 481.131,08 (quatrocentos e oitenta e um mil, cento e trinta e um reais e oito centavos).

Essa é a grande contradição, pois a burguesia latifundista brasileira conseguiu historicamente se alimentar da luta pela reforma agrária através das indenizações (COSME, 2015), obviamente o que não merece a conquista camponesa, apenas não se pode olvidá-la quando das análises das contradições da recriação do campesinato assentado subordinado à totalidade do Modo de Produção Capitalista, rentista

no Brasil. Bartra (2011, p. 28) nos ajuda sobremaneira a compreender a transformação do campesinato Sem Terra em assentado, ao destacar que o cotidiano do campesinato “[...] é pavimentado de decisões sobre as quais ele se arrisca a viver”, nele “ a mais arriscada e alucinante de todas as escolhas é o caminho à modernidade. Encontrar uma porta para a mudança sem, contudo, extraviar-se da vocação camponesa [...], ter acesso à eficiência sem vender sua alma à tecnologia [...]; eis o grande desafio” (Ibidem, p. 87).

A tecnologia de que fala o autor é, justamente, aquela imposta pelo Estado: o modelo empresarial, que, segundo ele, é um modelo que não serve ao campesinato, “conduz à ruína aqueles que têm mais e também à condenação aqueles que têm menos e que, para vencer a corrida maluca, sacrificam autonomia e liberdade” (Idem). Tecnologia essa do modelo hegemônico do agronegócio imposto pelo Estado no campo do país. A criação do assentamento, por exemplo, com a ATER, quando existe, com o crédito do PRONAF, quando chega, ambos ausentes ainda no assentamento em análise, é um exemplo dessa imposição.

A eficiência exigida pelo modelo empresarial tem um discurso centrado nas propaladas tecnologias do modelo moderno-colonial do agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2012), que não leva em conta, por exemplo, algo fundamental: a terra exígua conquistada, mesmo com muita luta. Uma conta simples ajuda: em números redondos, a área da fazenda Chupete, transformada em assentamento, é de 1.708 ha, menos 342 ha (20% da reserva legal), sobram 1.366 ha, sem levarmos em conta áreas inapropriadas para a prática agrícola destacadas nos laudos do INCRA (2005, 2006). Apesar de o assentamento ter uma capacidade, estipulada pelo INCRA, para 121 famílias, atualmente estão assentadas 106 famílias, com uma média de 13 ha para cada uma, sendo o módulo fiscal mínimo exigido em lei de 70 ha. Fica evidente mais uma vez que o processo de minifundização continua com a contrarreforma agrária nos anos 2000: existem sempre mais famílias Sem Terra e menos imóveis desapropriados ou a área daqueles que são obtidos pelo Estado é sempre bastante reduzida. Assim, o INCRA não respeita o módulo fiscal mínimo.

Esse é um problema estrutural para as unidades familiares camponesas. Por exemplo, as famílias assentadas, que gostam da atividade

pecuária, têm essa prática inviabilizada, pois, ou se faz roça camponesa para garantir o alimento ou se cria o rebanho, não há espaço para ambos. Quem arrisca passa a gerar conflitos: animais entram nos lotes vizinhos, comem as roças, danificam estruturas (cisternas, fossas etc.). No cotidiano do assentamento Todos os Santos, os relatos trazem inúmeros casos desses, que seriam evitados, se o módulo fiscal fosse efetivamente respeitado. São os limites impostos no cotidiano das comunidades pela contrarreforma agrária no Brasil, ou seja, a reprodução do minifúndio liberta do latifundiário, mas aprisiona relativamente o campesinato.

Nessa esteira, o campesinato agora assentado passa a forjar outras formas de resistência cotidianas frente aos direitos negados como, por exemplo, além dos citados acima (terra suficiente, ATER, PRONAF), a energia elétrica, que apenas chegou em 2011 depois de muita reivindicação, e as cisternas, em 2012/2013, para solucionar, em parte, o problema da água potável para o consumo humano. Apesar destas, a comunidade até hoje não possui um sistema de adutora com água encanada nas residências. O abastecimento do rebanho é realizado nas barragens existentes no imóvel, mas que secam, nos anos de estiagem, dificultando a vida das famílias.

Figura 45 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Barragem com bom acúmulo de água no único inverno regular dos últimos seis anos.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Quando a pergunta é sobre as principais dificuldades enfrentadas até hoje, o financiamento para as atividades agropecuárias e a ausência da adutora são elencados como principais.

A dificuldade hoje é falta de financiamento, que o governo colocou a gente aqui e esqueceu, esse é o principal ponto, que onde tem um financiamentozinho, onde tem recurso, o caba deslancha. Até agora não chegou nada. Aqui a falta d'água: agora está a riqueza, mas de setembro em diante começa a se-car tudo, acaba com tudo. A gente precisa de uma rede d'água encanada. É as duas coisas principais que a gente precisa aqui: uma rede d'água boa do Rio São Francisco e o financiamento do governo⁴¹⁶.

Um dos desafios é água potável: que a gente não tem água favorável pra se manter. As pessoas precisam ir buscar, andar seis, sete quilômetros para ir buscar essa água pra beber no Boqueirão. A gente puxou um ramalzinho: [...] tem uma encanção que passa lá no Boqueirão, cortamos, todos se uniram, aliás, furamos esse cano e puxamos um ramal para dentro do assentamento, [na verdade] para o começo do terreno [...]. As pessoas têm que se deslocar todo dia com carro de boi, quem tem, quem não tem vai com uma bicicleta, moto, carroça, por conta própria. Esse é um desafio. Então, os governantes deveriam ver, olhar com outro olhar, e colocar essa água pra gente, que estamos aqui quase com 14 anos. Acho que é uma visão muito curta pra eles. **[Entrevistador: houve promessas e projetos já sobre a água?]**: houve algumas promessas. O prefeito anterior prometeu muito, disse que ia colocar essa água, mas não colocou; trouxe o deputado Paulão; [...] até falou que ia atrás dessa estrada aqui, deixar bonitinha, que ia ter 1,3 milhão pra fazer a estrada. E até perguntamos pra ele [prefeito]: “se você quer ajeitar a estrada: por que não pega um quarto desse dinheiro e num dá pra gente colocar a rede de água pra cá?”. Aí ele levou as ideias dele só de enrolar e até hoje não apareceu esse ato, essa ação aqui⁴¹⁷.

No cotidiano da comunidade, observamos que é comum os assentados e os filhos utilizarem carroça e carro de boi para o transporte de água.

416 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

417 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Figura 46 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Assentado utilizando um carro de boi, este um símbolo da cultura e do cotidiano no sertão alagoano, para transportar água potável.

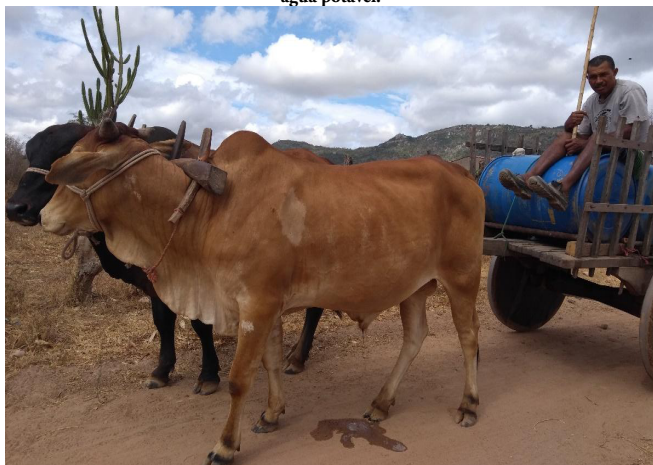


Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 47 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Jovens realizando o trabalho cotidiano de abastecer os reservatórios com água potável.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Esse e outros problemas, como a questão do acesso aos serviços de saúde, educação e reforma das estradas, estão sempre presentes na realidade dos assentamentos rurais, inclusive nos estudados neste trabalho, e são desafios diários da resistência no processo de recriação dessa fração do campesinato. Essas questões nos remetem sempre à relação com o poder público municipal, quase sempre uma relação extremamente difícil, com pouco diálogo, muitas promessas, uma relação sempre distante entre as partes, dificultada ainda mais pela baixa, e às vezes inexistência, representação na câmara de vereadores dos municípios. Bom lembrar que, geralmente, os políticos locais têm aversão à luta do campesinato Sem Terra, pois são grandes proprietários de terras ou apoiados por estes. Por exemplo, a prefeita anterior do município, Albani Sandes Gomes, na sua declaração de bens junto ao TSE, apresentou uma fazenda no valor de R\$ 165.660 mil⁴¹⁸. O também ex-prefeito José Rodrigues Gomes declarou nove dos seus onze bens como sendo propriedades, trator, rebanho, reboques de animais⁴¹⁹. Portanto, a parceria dos políticos com os camponeses é algo muito difícil de ocorrer, devido às divergências ideológicas e o antagonismo de classe. Assim, permanecem os problemas, conforme os relatos a seguir, primeiro acerca dos serviços de saúde precários:

Ah, é muito ruim, a gente vai ter que ir pro Tabuleiro [...]: é longe. A gente tinha uma assistente social aqui, mas saiu né, ela tentou falar com a prefeita pra mudar as consultas para ser no Boqueirão, ajeita hoje, ajeita amanhã, nunca ajeitou. [...] o prefeito atual prometeu ajeitar isso, mas até agora nada. Até a agente de saúde que sempre passava aqui, que era dali da [comunidade] Três Voltas, não sei o que aconteceu, que nunca mais ela veio aqui. **[Entrevistador: em algum momento teve atendimento médico na comunidade?]:** teve umas duas vezes quando foi a prefeita, ela mandou médicos atender o pessoal aqui, mas porque não tem um lugar adequado né,

418 Cf.: Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/27014/20000009782/bens>. Acesso em 24 dez. 2018.

419 Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/27014/5559/bens>> Acesso em: 24 dez. 2018.

porque não tem um posto de saúde. Foi no casarão e o casarão está muito fraco. Os meninos estão se reunindo aí pra ver se conserta o casarão [...] ⁴²⁰.

Com relação à educação, as crianças estudam em uma escola na comunidade de Boqueirão, bem próximo, os jovens vão para a sede da cidade, onde transportes escolares vêm pegá-los no assentamento, quando as estradas permitem o acesso. Conforme o depoimento abaixo, realizado em 2017, ano com boas precipitações, o transporte escolar tinha dificuldades para chegar lá. A depoente destaca um ponto positivo: a presença da EJA na comunidade.

Teve sim, umas escolas do MEC de EJA, mas pras crianças vai pro Boqueirão, vai o carro todo dia, um de manhã e outro à tarde; agora tem um que não tá indo, porque não tá podendo passar lá na frente, tem uns brejos, uns atoleiros, que o carro já ficou atolado umas duas vezes, e o rapaz não tá podendo vir mais [...]. Se tivesse escola, posto de saúde, água encanada aqui nós estava muito bem [...] ⁴²¹.

Lembramos que, em um dos momentos de campo, tivemos grandes problemas para chegar à comunidade devido às condições das estradas, sendo necessária a ajuda de assentados ao longo do caminho, orientando-nos sobre o melhor local para atravessarmos as poças d'águas acumuladas ao longo do trajeto que liga a comunidade Boqueirão à sede do assentamento (ver figura 48). Não há mais como falar que é preciso combater a seca, é preciso conviver com as águas do Sertão e com os períodos de estiagem, e, acima de tudo, encontrar caminhos para que os povos do Sertão consigam a reapropriação social desse bem como natural, como defendem Funari e Pereira (2017).

420 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

421 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Figura 48 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Estrada de acesso à comunidade em péssimo estado.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Um assentado resume a ação da prefeitura ao longos dos anos, ao ser perguntado se havia alguma parceria com o poder municipal, destacando, entre outras, a questão das estradas.

Não. Prefeito aqui num ajuda a gente em nada não: nenhum. Pra passar uma máquina numa estrada aqui é uma luta desgraçada, tem que ir lá pedir, tem que implorar; [...] prometeram aqui escola, posto de saúde, arrumar essa estrada, [o prefeito] Zé de Dorinha ficou esse tempo todinho no governo, prometeu e não fez nada; nem ele e nem a mulher dele que foi prefeita também. Falcão nunca fez nada; esse agora pior. De prefeito aqui nós não tivemos auxílio de nada, nada de projetos⁴²².

Aliás, é preciso destacar o dilema do campesinato no semiárido, que enfrenta desafios ao longo de anos sem invernos regulares, por não ter acesso garantido às condições de realizar a irrigação, bem como pela pouca disponibilidade de reservatórios, alguns em condições ruins – barragens assoreadas –, para acumular água. Em anos de boas precipitações como foi 2017, os camponeses ainda enfrentam péssimas condições de estradas, tanto externas, como internas. Caminhar para as roças individuais no Todos os Santos/Chupete naquele ano foi difícil. A produção agrícola foi em parte perdida com os solos encharcados, como pudemos constatar no momento de campo registrado na figura abaixo:

⁴²² Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Figura 49 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Via de acesso, em péssimas condições, entre a agrovila e o lote de um assentado.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Dentre todos os problemas atuais, o das moradias, cuja construção iniciou-se apenas em 2010, é um grande entrave que acompanha as famílias até hoje (dezembro/2018), haja vista a dificuldade imensa que elas têm de construir o território do campesinato com a participação coletiva, em um ambiente menos tenso, favorável à organização de uma comunidade rural coesa. Na verdade, essa é uma ferida aberta desde os tempos da ocupação, das 106 famílias assentadas, restam ainda cerca de 36 sem moradias. Uma liderança assim se reporta com relação ao questionamento sobre esse processo:

Essas moradias eram pra ter sido construídas todas de uma vez, mas chegou a ocasião que a gente construiu uma quantidade de casas [...] e aí o INCRA recolheu o dinheiro. **[Entrevistador: Por quê?]** Porque no final de ano sempre eles gostam de recolher esse dinheiro; a gente fez umas cisternas, mas não conseguimos fazer todas, porque, quando ele, depois, colocou o dinheiro depois das casas, só uma parte, não colocaram o das cisternas, então, ficou essa pendência das cisternas. Mas, as casas nós estamos construindo mesmo menor, porque o dinheiro não deu. Estamos construindo assim mesmo. **[Entrevistador: quais as consequências desse processo para a**

comunidade?]: essa consequência que houve, porque como a gente ganhou as casas no padrão, eles [as famílias que não construíram na primeira etapa] não pegaram esse padrão, eles ficaram bravos, com aquela discussão. Gerou um conflito na verdade né. Mas a gente falamos: “o dinheiro da casa está lá na conta, então, vocês é que tomam a decisão!”. Eles tomaram a decisão e estamos construindo as casas menor. Deveria o governo ter visto com outra visão né⁴²³.

Figura 50 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Moradia em fase final de construção.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 51 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Moradia com obras paralisadas.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

423 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

Um agente estadual da CPT/AL, ao ser questionado sobre o problema das moradias no assentamento Todos os Santos/Chupete, insere a análise na política mais ampla, relacionada à postura do Estado em não realizar a reforma agrária, senão apenas no assentamento de famílias, sem condições mínimas necessárias para que elas permaneçam na terra.

A questão da reforma agrária, eu sempre digo o seguinte: “na verdade não existe reforma agrária, existe assentamento de famílias”, porque a reforma agrária [no Brasil] não vem de uma política que vá garantir aquelas famílias de permanecerem, tipo: ter água potável, escola, posto de saúde, um acesso decente, crédito no momento certo, então, assim, é uma dificuldade muito grande. E, naquele período, os contratos eram feitos direto do INCRA com as empresas [empreiteiras]. E nós da CPT construímos as casas a partir de um processo coletivo: nós fazíamos a partir da Associação e as pessoas ajudavam na construção. Tanto é que são casas bonitas, bem feitas – varandas, três quartos, cerâmicas, casas boas. Você ia prestando conta e o INCRA ia liberando os recursos. Foi feita uma etapa das casas [...] e outras casas ficaram presas. Foi um momento que o INCRA sequestrou todos os recursos das associações, que eram para as casas né, [...] depois foi liberando aos poucos, depois dava prazo, tantos dias pra resolver e sabia que não tinha como resolver, esse dinheiro voltava. A burocracia emperrou as construções. E tem gente lá que não tem casa e tem gente em assentamento que tem sete ou oito anos e não tem uma casa sequer. E agora ficou mais difícil, porque o INCRA retirou a responsabilidade, a responsabilidade é da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil, entrou na política habitacional como qualquer outro grupo rural, que antes tinha um tratamento diferenciado, [...] segundo eles [do governo Temer], tem mais norral. Isso vai prejudicar por quê? Porque você vai ter no mesmo assentamento uma família que tem uma casa de três quartos e uma família que tem dois quartos, menos [...]⁴²⁴.

A conclusão do depoente, ao analisar o momento político atual do governo federal de Michel Temer, destaca elementos que, em nossa ótica, demonstram a tese do aprofundamento da contrarreforma agrária

424 Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017 no município de Maceió.

nesses últimos três anos, com o esvaziamento ainda maior do INCRA, a busca de uma propalada “emancipação” dos assentamentos, sem condições de infraestrutura, por exemplo. É a contrarreforma que, em resumo, quer derrotar as conquistas, os mínimos avanços conseguidos, impingindo um caráter de fracasso ao campesinato assentado e de valorização do modelo empresarial do agronegócio, segundo suas palavras.

[...] porque não tem interesse em fortalecer o assentamento. O assentamento tem que ser derrotado, o Estado precisa derrotar o assentamento pra dizer que os trabalhadores são incapazes de administrar a terra e que só quem pode administrar, só quem pode ter terra, são os grandes, porque tem norral. E a gente sabe como é que foi construído esse norral, a partir da mentira, de certidões falsas, de altas dívidas nos bancos oficiais sem pagar. Então, assim, é retornar a terra para as mãos deles. Agora o que o governo está fazendo, com a questão da titulação, é investir em uma grande imobiliária, é derrotar as vitórias que nós tivemos, a elite brasileira quer derrotar⁴²⁵.

A derrota vai sendo imposta às famílias assentadas, pois, desde a ocupação, em 2004, até 2018, são longuíssimos 14 anos sem moradias. A espera é angustiante individualmente e representa uma pá de cal na construção de uma comunidade unificada, harmoniosa e, portanto, onde o ambiente seja propício para a constituição do território do campesinato. Por estarem em barracos ainda, as famílias que não receberam as moradias não permanecem todo o tempo na comunidade, muito menos trazem seus membros familiares para o assentamento: *“eles moram fora e vêm trabalhar aqui porque o caba não vai viver debaixo de barracos, às vezes uma família grande, filhos estudam [...] Arrumaram umas casinhas lá fora, estão vivendo, botaram os filhos na escola e trabalham aqui no assentamento todo dia, vão e vêm”*⁴²⁶, atesta um assentado.

No entanto, como já afirmamos, o campesinato não está estático, nunca esteve, assim, a comunidade segue enfrentando a adversidade e mobilizada atrás de suas conquistas – direitos – com o apoio da CPT.

425 Idem.

426 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Aliás, todos(as) os/as depoentes reconhecem a importância desse apoio. O trabalho que foi realizado, desde a gestão das primeiras mobilizações das famílias Sem Terra e ao longo da construção da comunidade, não seria possível sem a atuação dos agentes e religiosos que fazem a CPT/AL, demonstram as diversas narrativas.

No meu modo de ver, a CPT é uma mãe, foi uma mãe pra nós, pra todos os assentamentos que temos aqui dentro de Água Branca. [...] acompanharam muito a gente, fizeram o que puderam e até hoje faz [...]. Eu sempre participo: eles fazem de tudo para levar a gente pra pastoral, pra encontros, fazem o que pode. Na verdade, se não fosse a Pastoral da Terra nós não estava aqui hoje, [mesmo] com todos os direitos de reideiros que nós tinha aqui dentro. Aqui nós tinha 150 reideiros, nesse assentamento [...]; nós não tava morando nessas casas, nós não tinha terra pra nós trabalhar: plantar nosso feijão, nosso filho, tava planando de meia, arrendado, como eu já passei e muitos, muitos passaram por esse momento; o gado comendo nossas roças, como aqui mesmo eu disse ao gerente: “um dia a gente vai acabar com isso!”. Era a gente quebrando o milho por um lado e o gado comendo por outro. [...] tinha anos que eu chorava, tava lá uma bagaceira de mandioca [...], era o gado do fazendeiro, nós pagando renda todo ano né. Feijão do mesmo jeito. O derradeiro feijão que eles vieram receber [...], aí eu disse ao gerente [...]: “vou botar na justiça” [...]. Eu disse na justiça porque queria dizer, mas nós já tava com a manha do que queria fazer: num foi a justiça não, mas foi a divina que ajudou e a Pastoral da Terra veio, nós ocupamos e estamos aqui hoje. Por isso, eu devo muito à Pastoral da Terra, e, eu acho, que todos os assentados que estão aqui e outros assentamentos por aí, deve muito à Pastoral, a gente tem mais que respeitar [...]. A maioria respeita [...]”⁴²⁷.

[...] com esse apoio que a CPT deu, todo suporte, articulou, deu todo o planejamento e as pessoas se foram no planejamento. [...] ela orientou, que ela sabia qual era os pontos fatal que poderiam ajudar a gente. [...] só que a gente não mostraria pra as pessoas que ela estava com a gente né, pra não haver um problema maior, ela tava dando o suporte, a gente escondia, colocava ela no meio né, pra não haver conflito com ela,

427 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

ela tava junto com a gente, mas a gente ajudaria também. Até hoje dá esse suporte. Ia pra Maceió negociar com o INCRA, a gente via todos os negócios que era negociado, gente também junto com as outras pessoas dos outros assentamentos, dava a prensa lá no INCRA, aí soltava nossos direitos aos pouquinhos; mas só conseguiu dar os nosso direito porque a gente ia reivindicar: passava dois, três dias acampados [...]. A CPT dava todo suporte: de fazer comida, de dormir debaixo da lona, os banheiros [...]. São tudo coisas de uma batalha muito forte que a gente conseguiu, porque a fé da gente e a esperança nunca deve faltar; sempre a esperança tem que tá na frente da gente, que a gente possa acompanhar ela até o final; não se pode desesperançar, a gente não desesperançou⁴²⁸.

Bom né. Foi muito bom. Porque, antes disso era um pessoal assombrado, tinha medo das ordens dos fazendeiros aqui e ninguém tinha peito de entrar num terreno desse, e num podia mesmo. Porque a CPT é o quê? É apoio! Então, a gente se maneou com ela, pegamos no ombro dela e ela levou a gente até onde deixou, e foi aqui nesse local que a gente se entrosou. E tá todo mundo entrosado. Nós aqui, outros aí na região, podemos dizer que devemos a ela: CPT⁴²⁹.

Na verdade, a CPT nesse caso não é apenas mediadora, pois as famílias camponesas assentadas se sentem CPT, ajudaram e ajudam a construir a “ação territorial dessa Pastoral” (MITIDIERO JR., 2008) no estado de Alagoas. Nos eventos diversos organizados pela CPT, romarias, feiras agroecológicas, palestras e encontros nas universidades e nos institutos federais, ocupações de prédios públicos e marchas coletivas com outras organizações e movimentos sociais, sempre estão presentes lideranças e assentados(as) do Todos os Santos/Chupete. O processo de mobilização social é constante, pois as dificuldades e os problemas são muitos ainda. O trabalho de organização, mobilização e construção do assentamento é permanente, em meio aos recuos e avanços. A associação comunitária se mantém como dinamizadora interna dos processos coletivos na comunidade. A organização do assentamento segue a lógica

428 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

429 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

mista oriunda dos tempos da ocupação: ele foi dividido em duas agrovilas, mas praticamente unificadas, com as moradias possuindo quintais produtivos, no entanto, os lotes individuais são separados das casas. As áreas coletivas existem para, nos anos de boas chuvas, serem cultivadas e, assim, gerarem renda para a associação e para quem participar dos trabalhos. O relato a seguir, sumariamente, fornece uma imagem da situação organizacional mista do trabalho individual e da produção individual e coletiva.

É individual: cada um foi contemplado com seu lote, cada um trabalha pra si, cercou seu lote, cada um cria seus animais, trabalha o quanto que pode na sua terra, o restante deixa pra pastagem. Então, é independente, cada um faz sua parte. **[Entrevistador: teve coletivo em algum momento?]**: tem o coletivo aqui, mas, por enquanto [está parado]: que esse coletivo era para o coletivo de mandioca, mas cadê? Fez cinco anos que ninguém planta mais mandioca, que não chovia. Mas, agora, quem sabe a gente vai retomar: tem uma área ali de trezentas e poucas tarefas, chama-se travessão, que ficou, exatamente, pra plantar mandioca, pra roça de verão [..]. **[Entrevistador: qual sua opinião sobre o trabalho coletivo?]**: é bom o coletivo, que a gente se ajuda [...]; bom em partes: [...] se for pouca gente; como aqui tem cento e tantas pessoas, o coletivo aqui não funciona porque são muitas opiniões diferentes; a gente tentou no início fazer os mutirões: era um sufoco [...]; roçar o mato [...] juntar o povo, era uma mão-de-obra. Eu acredito que coletivo umas coisas funciona, outras não⁴³⁰.

Os cultivos, como é característica da agricultura camponesa, são diversos, predominando a policultura para a alimentação da família, o excedente, quanto há, é comercializado em momento de profunda precisão familiar: milho, feijão, macaxeira, melancia, palma; criação de pequenos animais – porco, galinha, ovelha – grandes animais – bovinos.

430 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

Figura 52 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Rebanho ovino individual.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Figura 53 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Área individual com roça camponesa consorciada de milho e feijão.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Algumas famílias desenvolvem quintais produtivos que ajudam sobremaneira para garantir a dieta alimentar e espantar a fome da comunidade. O relato a seguir é de um membro de uma dessas famílias:

Esse ano eu plantei feijão e milho. Aqui a gente trabalha mais com feijão e milho. Plantei aquelas macaxeiras ali, palma, porque a gente que cria, eu tenho uma base de umas 5 tarefas de palma; melancia, crio o porco, porque a família é grande [...]; a criação [ovelha]: eu crio, nunca [vendi], só vendi um borrego quando me apertou, mas como [me alimento] direto, só crio mesmo pra comer, tiro um quarto pra um, um pedaço pra outro, o resto fica em casa, a gente se ajunta tudinho e come buchada⁴³¹.

É mister ressaltar que a base é uma agricultura agroecológica, onde o uso de agrotóxicos e adubos químicos são, praticamente, inexistentes na comunidade. A convivência com o semiárido exige muita sabedoria do campesinato, pois são anos de seca, anos de fortes precipitações, e, assim, cuidar da lavoura é um desafio.

[...] plantei essas quatro tarefas de roça e tou me batendo [...]: todo dia é chuva [...] se for pra zelar, piora o feijão, adoce o feijão [...]. **[Entrevistador: quando adoce o feijão usa veneno (agrotóxicos)?]:** não, não, aqui ninguém se trata nisso não; esse negócio de veneno é lá pra irrigação [...]. [...] eu num conheço disso não, nossa roça aqui nunca existiu isso, nosso lugar nunca existiu isso [...]⁴³².

[...] tenho umas cinco tarefas de palma [...]; graças a Deus tem feijão, plantei pouco, estou só, este ano eu só plantei uns 60 kg de feijão, tem uma área ali no lote grande e outra na área coletiva que nós temos acolá [...] **[Entrevistador: usa veneno, agrotóxicos?]:** Deus o livre! [...]. **[Entrevistador: no assentamento alguém usa agrotóxicos?]:** que eu saiba não [...]⁴³³.

431 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

432 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

433 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

Figura 54 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – Quintal produtivo individual.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Bom que se ressalte que a unidade familiar camponesa, consequentemente, a totalidade do território do assentamento, não se resume às atividades produtivas. A vida no cotidiano é multidimensional, exigindo em vários momentos ações coletivas, principalmente, diante das dificuldades, mas também do modo de vida, da cultura camponesa. Quando o assentado diz: “*Eu acredito que coletivo umas coisas funciona, outras não*” é uma luz para se pensar o trabalho associado, coletivo, nos assentamentos rurais. O produtivo tem suas dificuldades, a falta de irrigação, a convivência com a seca, a precariedade das políticas públicas, que, geralmente, não chegam e, quando chegam, sob a lógica do agronegócio. Mas há as atividades religiosas, por exemplo, que fazem as famílias se unirem: “*Ve*z em quando a gente faz coletivo ali limpando ao redor da Igreja o mato, se junta todo mundo: “*olha limpar a Igreja*”; que todo ano tem as novenas; roçar beirando a barragem [...]. Coletivo a gente faz assim, mas na roça da gente não, cada qual é por si [...]”⁴³⁴.

434 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

Figura 55 – Assentamento Todos os Santos/Chupete – O casarão e a igreja católica remanescentes do latifúndio conquistado.



Foto: Autor, Trabalho de campo, 2017.

Por fim, uma última interrogação: será que a vida melhorou para o campesinato assentado no Todos os Santos/Chupete, quando comparada à situação social anterior ao assentamento? Apesar da constatação de que não dá para viver apenas da comunidade, no tocante à geração de renda e sustento para todos os membros da unidade familiar camponesa, o sentimento generalizado é que a vida é bem melhor hoje. Os depoimentos a seguir registram essa melhoria, de diversas formas materializada: a dignidade, o protagonismo, a liberdade, a autonomia, a garantia da dieta alimentar, a tranquilidade da vida no cotidiano do assentamento.

A vida num mudou muito não porque eu sempre fui da roça, planto milho, feijão, macaxeira, capim, palma forrageira. Agora, eu não tenho gado não, porque eu vendi um gadinho que eu tinha, o tempo tava ruim demais, mas vou comprar de novo, o tempo melhorou. E assim, é a vida do campo mesmo, é a vida que gosto, não estranhei nadinha não, pelo contrário, vim da cidade e achei ótimo estar aqui⁴³⁵.

Melhorou muito. Agora você cria. Aqui é sossegado. Moradia é muito boa. Melhor do que aqui só no Céu. Aqui num tem zoadá⁴³⁶.

435 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

436 Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2017 no município de Água Branca.

Eu acho que é muito bom esse negócio de assentamento: é uma coisa que dignifica o homem. Você tem vida quando entra num movimento desse que dá certo e você quer arrumar alguma coisa. A gente se torna uma pessoa digna, faz as coisas do jeito certo, na hora certa que se quer. A terra pra mim significa ouro, significa tudo. [...] naquela época eu era uma pessoa que era gritado, quando dava um grito eu tinha que obedecer e hoje você não é doido de olhar pra mim; num pode me gritar mais, que hoje eu tenho onde me escorar. Hoje eu num atendo a ninguém, a não ser que seja um negócio que eu queira ajudar, mas não tenho obrigação mais com ninguém⁴³⁷.

Nesse dia 23 de dezembro de 2018, véspera de Natal, ao entrarmos em contato com lideranças do assentamento, sentimos a alegria de algumas famílias ao nos informarem de mais uma conquista coletiva: catorze cisternas calçadão conseguidas junto à ASA serão construídas na comunidade. Antes, há um mês, em outro contato, agora com agentes pastorais, fomos informados de que o assentamento havia conquistado um trator com implementos. Também outra liderança, há alguns dias, afirmou que o banco de sementes comunitário, que estava em baixa devido à seca que assolou a região nesses últimos anos, foi reativado; uma vitória da luta contra os transgênicos em prol da valorização das sementes crioulas. São os avanços em meio às tensões e contradições.

Como escreveu Porto-Gonçalves (2017, p. 77), “as tensões territoriais são vividas/sentidas/pensadas por aqueles(as) que as protagonizam de modo diverso e contraditório. Os conflitos são a manifestação prática, concreta, dessas contradições”. Dialogar com os grupos/classes sociais subalternizados nas relações sociais e de poder, de forma verdadeira e intercultural, é uma capacidade que temos que desenvolver, segundo esse autor. Foi por esse caminho que buscamos desvendar as lutas e as resistências e, assim, registrar a diversidade de experiências que garantiu a recriação do campesinato assentado de Todos os Santos, bem como dos outros quatro assentamentos estudados nesta obra.

Kosik (1976, p. 68) nos ensina que “todo modo de existência humana ou de existir no mundo possui sua própria cotidianidade”. Nesse

437 Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2017 no município de Água Branca.

sentido, percebemos que o modo de existência do campesinato assentado, comparado à condição existencial anterior, é diferente, ou melhor, sua práxis cotidiana era outra, alienada diante de uma pseudoconcreticidade, sendo permanentemente modificada, a partir de uma leitura da totalidade concreta, nos termos desse autor, na qual esse campesinato passa a se inserir, no bojo da recriação social a partir das contradições do capital e da luta de classe empreendida na mobilização social. Como diz esse autor: “na modificação existencial o sujeito do indivíduo desperta para as próprias potencialidades e as escolhe” (KOSIK, 1976, p. 78).

Assim, defendemos que o campesinato assentado no Sertão alagoano se modificou, conseqüentemente, nos termos colocados por Pereira (2005), nos deparamos com um campo – espaço agrário – que ressurgiu em meados da década de 1980, produto da ação dos movimentos e organizações sociais, tendo um sujeito individual e coletivo – o campesinato recriado na condição de assentado –, que a partir da luta não apenas pela terra, mas também pelo território, reivindica identidade cultural e política, gestão do território, direitos de usos diferenciados do solo, conhecimento próprio e reconhecimento de suas categorias sociais na sociedade.

Destarte, a construção do território do campesinato nas frações territoriais conquistadas sempre será um processo inacabado. No estágio atual desse processo, a partir dos cinco assentamentos rurais investigados, enxergamos estes como territórios de resistência camponesa, muito mais do que já um território do campesinato. Isso não desvaloriza e não deve invisibilizar a trajetória e as conquistas alcançadas. A mobilização social, a consciência política de classe camponesa, a diferenciação social dos valores bases da sociedade capitalista e das relações do campesinato com a natureza, são processos históricos que serviram/servem para a manutenção de embates políticos e, acima de tudo, para se pensarem mudanças estruturais na sociedade brasileira, a exemplo da reforma agrária e da agroecologia.

O supassumo de todo este processo de recriação do campesinato na forma assentado(a), a partir da conquista dessas frações territoriais de

resistência, é uma transformação social que tem contribuído para modificar, mesmo que em parte e, muitas vezes, de forma subordinada ao capital, a paisagem, os lugares e as relações de poder no campo brasileiro nessas últimas quatro décadas. Nesse bojo, percebemos algumas características que materializam a unidade da fração de classe camponesa em meio à diversidade nos assentamentos rurais estudados: a) a história/trajetória de vida do campesinato Sem Terra, hoje assentado, marcada pela subordinação aos fazendeiros rentistas; b) a reprodução da minifundização, representada por lotes minúsculos nos quais são construídas as unidades familiares camponesas; c) a morosidade do Estado na efetivação dos processos de criação e construção dos assentamentos, ou seja, em um caminhar estatal sempre a reboque da ação dos movimentos e organizações sociais; d) a permanência do mecanismo de garantia da renda da terra nas obtenções dos imóveis rurais para fins de reforma agrária; e) o caráter conflituoso dos processos entre o campesinato Sem Terra e os fazendeiros e seus prepostos (os gerentes das fazendas); f) as práticas de resistência camponesa – quintal produtivo, experiências de convivência com o semiárido, a produção camponesa nas roças agroecológicas, as lutas coletivas compartilhadas pelos movimentos e organizações sociais, os aprendizados com as experiências coletivas – , que são, portanto, resistências para entrar na terra e, acima de tudo, para permanecer no território conquistado; g) o enfrentamento pelo campesinato da ideologia conservadora em favor do fazendeiro, dominante em setores da sociedade, que faz, com relação à luta na conquista dos assentamentos rurais, uma leitura preconceituosa, cuja desconstrução ficou perceptível a partir da convivência das famílias assentadas com as comunidades em seu entorno.

Esse conjunto de elementos que dá unidade à fração de classe camponesa nos assentamentos rurais ocorre, como afirmamos, em meio à diversidade entre os assentamentos rurais estudados: desde a organização entre MST, CPT e MLST, cada um com suas formas de atuação, até cada assentamento com uma história diferente de conquista; desde a decisão na escolha do imóvel no qual será efetivada a luta à forma de obtenção deste; desde os problemas atuais vivenciados pelas famílias,

em cada fração de resistência, aos decorrentes das condições naturais. É nessa realidade, tensionada permanentemente, pois atravessada por contradições, que o campesinato Sem Terra em Alagoas, em meio à continuidade e o aprofundamento da contrarreforma agrária, forja suas resistências e, a partir delas, garante sua recriação na forma de campesinato assentado na formação territorial capitalista brasileira contemporânea.

Diante desta realidade do campo alagoano e, por que não dizer brasileiro, enaltecemos os escritos certos de Kautsky (1986, p. 147), quando concluiu “[...] que não se deve pensar, de forma alguma, que a pequena propriedade fundiária se encontra em fase de desaparecimento na sociedade atual, ou que será desalojada completamente pelo latifúndio”; acrescentando: “[...] onde a concentração de terras se encontra por demais avançada, logo começa a manifestar-se a tendência contrária, [...] no sentido de sua fragmentação, e que o Estado, além do próprio latifúndio, ajudam a reforçar esse processo quando o mesmo se depara com alguma dificuldade” (Idem). Em nossa ótica, é a relação contraditória e (in)subordinada entre o campesinato e o latifúndio, este transmutado de agronegócio, mediada pelo Estado e pelos governos de acordo com os interesses dos latifundiários, no Brasil do século XXI, antecipada de forma sagaz por Kautsky (1986), em vários momentos de “A questão agrária”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações.

Teodor Shanin (2008, p. 28), em “Lições camponesas”.

Mesmo mobilizando expressivo contingente de trabalhadores Sem Terra [...] a luta pela terra não conseguiu descongelar a reforma agrária. A derrota foi duplamente condicionada. De um lado, os trabalhadores rurais não lograram acumular força necessária para enfrentar o latifúndio. Ao desvincular a luta pela reforma agrária da luta pela revolução brasileira, ou seja, da luta contra o capitalismo dependente, os Sem Terra não conseguiram nem unificar o próprio campo em torno da bandeira da reforma agrária, nem muito menos unificar os trabalhadores do campo e da cidade em torno de uma bandeira comum. Sem unidade de classe, as lutas sociais pulverizam-se em reivindicações corporativas que eram, de uma maneira ou de outra maneira, neutralizadas, seja pela repressão, seja pela cooptação. De outro lado, a burguesia brasileira revelou a sua posição implacável a qualquer alteração que pudesse ameaçar o domínio absoluto do latifúndio sobre o campo, confirmando – mais uma vez – que um desenvolvimento capitalista controlado pelo capital internacional e baseado na super exploração do trabalho não pode dispensar o latifúndio como viga mestra da organização econômica, social e política no campo.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2013, p. 228), em “Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária”.

O impasse instalado não é apenas da discrepância do regime fundiário constitucional e da norma fundiária do mercado. Mas reflete a contínua e crescente instabilidade social e insustentabilidade ambiental do sistema “terra mercadoria” face às necessidades de proteção e salvaguarda das populações e dos bens da natureza. Cremos que reside aí o problema central da estrutura agrária brasileira atual, com repercussões gerais para toda a sociedade brasileira.

Guilherme Delgado (2017, p. 108), em “A questão agrária hoje”.

Parafraseando Shanin (2008), podemos afirmar que estudar o campesinato, mais ainda a fração da classe camponesa assentada nos assentamentos rurais, é se deparar com lições de resistência e, acima de tudo, de mobilização social que são pedagógicas, ou pelo menos deveriam ser, para o conjunto da sociedade brasileira, especialmente para os grupos/segmentos/frações de classe que enveredam, guiados por uma visão social de mundo utópica, pela luta popular em busca da transformação dessa sociedade historicamente desigual e injusta. Dito de outra forma, os processos gestados na mobilização social do campesinato Sem Terra, a exemplo das ocupações e dos acampamentos, garantidores da conquista de frações territoriais e da metamorfose social materializada na nova condição existencial de campesinato assentado, no bojo das últimas décadas sob o capitalismo neoliberal mundializado, enfrentando a violência, a barbárie e o desprezo da aliança do atraso – terra, capital e o Estado –, forjaram lições relevantes para a luta da classe trabalhadora, do campo e da cidade, no Brasil. Esse é o ensinamento principal que ficou para nós, ao longo de mais de uma década de envolvimento com o campesinato assentado.

Para a construção deste estudo, partimos de uma constatação paradoxal na realidade do campo do país, ou melhor, contraditória: a permanência do campesinato assentado na formação territorial capitalista brasileira marcada, historicamente, por processos de contrarreforma agrária. Para a realização da reflexão, as categorias (campesinato, renda da terra, classes sociais, território e Estado), os conceitos (assentamentos rurais, contrarreforma agrária e frações territoriais de resistência cam-

ponesa) e os processos (formação territorial, acumulação primitiva, recriação camponesa, luta pela terra e pelo território, mobilização social e resistência camponesa) deram o lastro teórico-metodológico.

Debater a recriação, portanto, a resistência e a permanência do campesinato no Brasil, envolve entrelaçar esse arcabouço teórico, à luz da luta territorial que ocorre entre a fração de classe dos proprietários capitalistas, no caso os proprietários da propriedade privada capitalista da terra, e as diversas frações que compõem a classe camponesa ao longo da formação territorial capitalista brasileira. E, no caso especificamente do campesinato assentado, a reflexão passou pelo debate da realização da contrarreforma agrária iniciada, notadamente, nos anos marcados pela ditadura militar sob um discurso ideológico, que ainda impera hoje, de que se estava/está efetivando a reforma agrária contida em um conjunto de leis e planos elaborados pelo próprio Estado e os diferentes governos que assumiram a República.

A forma específica de como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, através da estruturação do rentismo e da concentração fundiária da propriedade privada capitalista da terra em latifúndios monocultores, sob o aval do Estado, fez da categoria renda da terra – seja a renda pré-capitalista, seja a absoluta ou diferencial –, central nas análises acerca da trajetória do campesinato Sem Terra alagoano hoje assentado, da criação dos assentamentos rurais, com a garantia das indenizações dos imóveis rurais para a construção destes e a acirrada disputa pela terra no estado de Alagoas.

Nessa esteira, a leitura com base na acumulação primitiva, um processo permanente do modo de produção capitalista, foi primordial para compreendermos a violência e, em muitos casos, a barbárie (assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte), levadas a cabo pelas oligarquias burguesas-latifundistas contra o campesinato Sem Terra mobilizado socialmente, em luta pela terra e pelo território no campo alagoano.

Assim, a tese que apresentamos é de que a recriação do campesinato assentado ocorreu/ocorre, contraditoriamente, a partir das resistências e das lutas que garantem a sua existência social enquanto uma fração

da classe camponesa nesse território, através da conquista de assentamentos rurais, ou seja, de frações territoriais capitalistas transformadas em territórios de resistência camponesa, mas sem que o campesinato recriado consiga se desvencilhar dos mecanismos subordinantes do capital em sua totalidade, bem como, muito menos a reforma agrária foi implementada, ou melhor, sem que essa reforma fosse conquistada. Esses processos ocorreram/ocorrem dessa forma, devido às forças sociais da contrarreforma agrária, no recorte histórico de 1987 a 2017 analisado, terem conseguido vitórias que garantiram a conservação do status quo no campo, impondo, assim, derrotas políticas às forças da reforma agrária na arena das relações de poder e sendo responsáveis pela constituição do território em suas diversas escalas territoriais (nacional, estadual, municipal e frações (assentamentos rurais por exemplo)).

Com o estudo foi possível comprovar essa realidade no campo alagoano, onde as forças da contrarreforma, representadas pelas oligarquias moderno-coloniais que ainda determinam as relações sociais de poder nesse território, têm no agronegócio monocultor e latifundiário da cana-de-açúcar sua ancora principal. São oligarquias rentistas comandadas por aqueles que denominamos de os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas, unificando em um mesmo sujeito social as características de patriarca (homem), capitalista, latifundiário, político, que comanda, ele próprio ou não, seus descendentes (herdeiros) e/ou prepos- tos, o legislativo, o executivo e o judiciário nas três escalas supracitadas.

Assim, a historiografia da questão agrária alagoana realizada ao longo deste livro, corrobora para a defesa de que, apesar das especificidades históricas desse território, a formação territorial alagoana não foge à regra da realidade nacional, ou seja, tem suas bases fincadas no latifúndio, consequentemente na propriedade privada capitalista da terra e na aliança do atraso, formando o núcleo duro das relações de poder e da construção da visão social de mundo ideológica predominante nessa sociedade, marcada pela aversão, pelo preconceito e pelo desprezo para com a luta do campesinato Sem Terra e da própria bandeira da reforma agrária.

Comprovamos também, ao longo da formação territorial de Alagoas, o antagonismo entre o regime de propriedade privada capitalista da terra e o regime de propriedade privada camponesa da terra, ou a terra de trabalho *versus* a terra de negócio. A primeira fundada na exploração do trabalho e na busca da (re)produção do mais valor; a segunda com base no trabalho familiar sem exploração e sem a centralidade no lucro. Antagonismo que está na base dos conflitos e das disputas territoriais entre a burguesia agrária rentista – os grandes proprietários, fazendeiros, coronéis – e o campesinato.

Esse cenário foi sendo constituído, indiscutivelmente, por decisões políticas na arena da luta de classes, onde predominaram sempre as forças contrarreformistas e a defesa, praticamente absoluta, da propriedade privada capitalista da terra, não sendo diferente das últimas décadas, do governo federal de José Sarney ao de Michel Temer, especialmente os anos de governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, os quais, por concentrarem a maioria absoluta dos assentamentos criados no Brasil e em Alagoas, apesar das diferenças que marcaram cada período, tiveram esse cenário como determinante das ações para o campo.

Nesse sentido, o Estado moderno, enquanto forma política, eminentemente capitalista, trilhando os caminhos ditados pelo ideário neoliberal e de joelhos perante o capital e o mercado, como não poderia ser diferente, optou pelo modelo agrário/agrícola moderno-colonial do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, mantendo intactos, em alguns contextos, os mecanismos da política de contrarreforma agrária, aprofundando-os e diversificando-os ao longo das últimas décadas. Em linhas gerais, as décadas de 1990, principalmente, a de 2000 foram marcadas, de um lado, pela intensificação daquele modelo, materializado na reprimarização da economia, no aprofundamento das exportações de *commodities* agropecuárias em uma corrida alucinante por superávits na balanço comercial, na manutenção da estrutura fundiária concentrada, no direcionamento de recursos financeiros para a burguesia agrária rentista, na garantia da expropriação da renda da terra e no aprofundamento do pacote químico oriundo da revolução verde.

Nesse bojo, atestamos que as faces da contrarreforma agrária se reproduzem no espaço agrário alagoano realçando entre elas: a) Alagoas, como o estado com a maior concentração fundiária do país, tendo um campo marcado pela dinâmica de reprodução imbricada do latifúndio – na mesorregião do Leste alagoano – e do minifúndio – nas mesorregiões do Agreste e do Sertão; b) garantia do acesso à renda absoluta da terra pela burguesia agrária rentista – na forma da indenização dos imóveis rurais obtidos (desapropriados/comprados) para criação dos assentamento rurais, bem como da renda pré-capitalista da terra na forma de subordinação do trabalho do campesinato Sem Terra e por uma acirrada disputa pela renda diferencial I, especialmente na mesorregião do Leste alagoano; c) a violência e a barbárie – assassinato, tentativas de assassinatos e ameaças de morte – contra o campesinato e suas lideranças dos movimentos e organizações sociais, em uma espécie de contrarreforma na marra (à força), quando o Estado não dá conta de efetivá-la na forma da lei; d) a reprodução do minifúndio nos assentamentos rurais, com a compra ou a desapropriação de imóveis rurais com área com quantidade de terra insuficiente, portanto, que impede de cumprir a obrigatoriedade do módulo fiscal mínimo quando da divisão dos lotes para as famílias assentadas; e) na precariedade imposta pelo Estado e vivenciada pelas famílias camponesas assentadas no cotidiano das frações territoriais de resistência conquistadas, materializada na realidade degradante anos a fio enfrentada pelo campesinato nos assentamentos – longos anos para a construção das moradias, acesso a créditos, conquista de água encanada e energia elétrica; f) o processo efetivado pelo INCRA de inflar os números de novas famílias assentadas/assentamentos criados para, falsamente, atestar o cumprimento da meta do II PNRA, como ocorreu no governo Lula, em que o órgão computou, como dados oficiais da reforma agrária, a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no município de Jequiá da Praia, com seus 10.203,90 ha e 2.882 famílias, representando 9% da área total dos assentamentos e 22% do total de famílias assentadas em Alagoas.

Apesar da precariedade supracitada, ao romper as cercas do latifúndio, o campesinato Sem Terra, agora na condição de campesinato assentado, mesmo recriado por dentro da lógica do capital, passa a forjar novas resistências e outras lutas, para conviver e, em determinadas situações, superar as condições precárias e garantir sua autonomia relativa do tempo e do trabalho, algo impossível na condição anterior, quando era explorado de fazenda em fazenda na condição de rendeiros, moradores de condição, vaqueiros e pagadores do tributo: a renda da terra em produto ou em trabalho.

Nos cinco assentamentos estudados na mesorregião do Sertão alagoano, ficou evidente que não houve a predominância do processo de criação do campesinato, mas de recriação camponesa. Para que fique claro esse entendimento, os sujeitos que ocuparam e acamparam já eram camponeses/camponesas – rendeiros(as) especialmente, mas Sem Terra com profundo vínculo subordinante com o proprietário capitalista da terra e baixa consciência de classe. Ao conquistarem a terra de trabalho, passaram à condição de campesinato assentado, ou seja, a sua existência foi recriada, envolvida pelas contradições do capital rentista, não obstante, um sujeito recriado com uma consciência de classe bem mais desenvolvida.

A recriação desse sujeito social só foi possível pelo acesso à terra a partir da mobilização social, via ocupações e acampamentos, marchas e protestos em rodovias e avenidas, portanto, no campo e na cidade, enfrentando a subordinação ao fazendeiro e seus prepostos, a invisibilidade do Estado e governos, possibilitando-lhe assim novas formas de resistência social.

Sem o mecanismo da recriação camponesa via luta pela terra e pelo território, unificada na bandeira da reforma agrária, mobilizado a partir de organizações e movimentos sociais, esse campesinato Sem Terra provavelmente estaria resistindo para garantir sua existência camponesa, mas nas mesmas bases anteriores, ou seja, de total subordinação à burguesia latifundiária rentista alagoana. Portanto, para forjar novas resistências, o campesinato Sem Terra, agora assentado, foi redefinido

socialmente a partir das contradições do capital e da sua luta, rebeldia e mobilização social na arena da luta de classes.

Percebemos diversas formas de resistências e de lutas, individuais e coletivas, no desafio de mobilização social constante em busca da garantia dos direitos e, por conseguinte, da permanência no território conquistado. Apesar das mudanças, do tempo de acampamento para assentamento, de maneira geral o campesinato assentado precisa continuar enfrentando as forças da contrarreforma agrária, concomitantemente à necessidade de construir a nova comunidade que é o assentamento rural: um território de resistência. Isso ocorre das mais distintas formas, portanto, possui suas diferenças, haja vista a trajetória diversa de vida das famílias, o acesso à água, o tamanho do lote, a distância da cidade, as estradas de acesso, a relação com o poder público e o Estado, e, especialmente, a mobilização social, seja do MST, da CPT ou do MLST, no caso desta obra.

Optamos em analisar cada assentamento de forma individual, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos nas reflexões e na escrita do texto. Essa opção foi no sentido de pôr em relevo as características de cada fração territorial conquistada, ou melhor, de esmiuçarmos o cotidiano de cada um, suas particularidades e semelhanças. Os assentamentos Peba e Lameirão, dois casos que iniciaram o processo de transformação social do campesinato Sem Terra via luta pela reforma agrária em Alagoas; o assentamento Olga Benário a consolidação do MST, da resistência e da rebeldia camponesa versus a tentativa do latifundiário de fazer (in)justiça pelas próprias mãos; o Serrote Aroeiras, fruto das sementes das primeiras lutas, ou seja, onde brotaram novas lideranças a partir das duas experiências iniciais aludidas, determinantes para a conquista de mais uma fração territorial pelo campesinato Sem Terra, sob a mediação do MLST; por fim, a ação territorial da CPT, no caso do assentamento Todos os Santos/Chupete, onde ficou viva a transformação social, representada pelo fim do cativo na condição de campesinato Sem Terra, quando da conquista da terra e, assim, da relativa liberdade do tempo e do trabalho no assentamento.

A distinção das lutas e das resistências, a materialização diferenciada de cada assentamento pesquisado, o protagonismo diverso de cada organização e movimento social, não impedem o processo de construção da unidade da classe camponesa e integração da fração do campesinato assentado a ela. Essas resistências e lutas continuam: das feiras agroecológicas às ocupações de prédios públicos/prefeituras, das marchas às romarias, das novas ocupações às lutas contra despejos de acampados, da pressão junto ao INCRA e o governo estadual, as famílias camponesas assentadas estão em constante alerta e mobilização social e em relação à sociedade externa, ora mais, ora menos, em alguns assentamentos de forma mais intensa e, em outros, menos intensiva. Internamente na comunidade, o desafio de construção da nova sociabilidade é imenso, mas as famílias resistem e lutam: fazem seus quintais produtivos, suas roças camponesas individuais, buscam tecnologias de convivência com o semiárido, lutam por irrigação, um sonho distante para a maioria absoluta. Viver apenas do assentamento também ainda é uma utopia, o acesso à renda ainda é um grande gargalo, por isso, membros saem para trabalhos acessórios ao longo do ano.

Em geral, a luta continua para garantir a recriação campesina na nova condição de assentados e de assentadas, pois, quando são solicitados(as), através das entrevistas, a analisarem e a compararem a condição anterior à atual no assentamento, não fogem da pergunta: lembrando-se do tempo de agonia, quando eram explorados pelo fazendeiro, são taxativos em dizer que, aproveitando suas próprias expressões: “a vida melhorou”; “não são escravos mais”; “não recebem gritos de mais ninguém”; “têm sua terra”; “têm sua moradia”; “agora podem trabalhar e plantar”. Não obstante, outra pergunta-chave repetidas vezes realizada durante a pesquisa: “é possível retirar o sustento apenas do assentamento?”, sempre foi respondida negativamente. Há um reconhecimento entre as famílias assentadas de que o assentamento rural não apresenta as condições para que a unidade familiar camponesa seja sustentável sem necessitar, por exemplo, recorrer ao trabalho acessório de parte de seus membros, aos programas de transferência de renda do governo federal, bem como que a previdência social, notadamente a aposentadoria rural,

cumpriu/cumpri papel relevante para a permanência das famílias nos assentamentos rurais.

Em face dessa realidade, em geral, estão conscientes de que a reforma agrária não ocorreu nesse país, assim como em muito precisam avançar nas conquistas, mas, de forma quase que absoluta, reconhecem a importância do MST, da CPT e do MLST, enfim, defendem que o assentamento rural foi uma conquista, mesmo em meio à precariedade, que transformou a vida da unidade familiar camponesa para melhor.

Nesse sentido, os diversos depoimentos dos camponeses e das camponesas assentadas nos fizeram lembrar a passagem de Sampaio Jr. (2013) expressa em epígrafe, quando esse autor destaca que os movimentos e as organizações do campo não conseguiram descongelar a reforma agrária. Essa análise não apaga a importância dos movimentos e não quer dizer que não houve conquistas. Mas é preciso deixar registrado que os assentamentos rurais, da forma como têm sido construídos, por exemplo, engrossando a dinâmica de minifundização com lotes minúsculos, estão muito longe de serem uma efetiva política de reforma agrária, pelo contrário, a precariedade faz parte do projeto do Estado de contrarreforma como já foi expressado aqui. As palavras desse autor nos ajudam a pensarmos ainda um pouco mais, quando defende que a reforma agrária deve unificar a classe trabalhadora em torno dessa bandeira, pois essa reforma não pode ser desvinculada da luta pela revolução brasileira, processos que não se efetivaram nas últimas décadas, ou seja, nem a unificação foi concretizada e muito menos os rumos tomados conseguiram acumular forças no sentido de abrir um processo revolucionário no seio da sociedade.

Temos concordância com ele, com quem contribuímos, salientando, a partir de Delgado (2017) na abertura destas conclusões, que a questão (da reforma) agrária deve ser situada na crescente instabilidade social e insustentabilidade ambiental do sistema terra mercadoria, ou seja, dos prejuízos para a ampla maioria da sociedade brasileira da manutenção da sacralização e defesa absoluta da propriedade privada capitalista da terra em detrimento da sua função social e de seu uso

como bem comum natural. Portanto, a reforma agrária no Brasil do século XXI não pode ser pensada como nos termos clássicos, ou seja, uma reforma para atender ao desenvolvimento do capital, buscando apenas a democratização da estrutura fundiária. A democratização da posse, uso e propriedade da terra é estrutural, mas não se limita a esse processo. Os prejuízos sociais e ambientais do sistema terra mercadoria, no bojo de um capitalismo rentista, devem ser postos, de forma entrelaçada, no centro do debate de um projeto de reforma agrária diante da realidade da questão agrária brasileira. Destarte, a agroecologia, a agricultura camponesa e a totalidade da relação campo-cidade são vigas fundantes nesse contexto.

Sem esse entendimento de que a reforma agrária faz parte de um processo de mudança estrutural nas relações sociais, no campo e na cidade, não há como avançar para sua verdadeira efetivação. O projeto político centrado na reforma agrária vem sendo posto pelos movimentos e organizações sociais há décadas, e a luta pela terra de trabalho encampada pelo campesinato e outros sujeitos do campo há séculos, mas se faz mister o envolvimento de outras frações da classe trabalhadora, especialmente da cidade, assim como uma reforma agrária centrada no Estado como o agente propulsor do processo, sem a mobilização social e a autonomia do campesinato, tem, ao longo das últimas décadas, demonstrado seu fracasso.

Acreditamos que este livro é uma contribuição para desvendar as contradições da questão agrária brasileira, a partir do estudo do campesinato assentado alagoano. Mas temos consciência, desde o início, de que o tema é amplo, portanto, exige outras pesquisas. Assim, além das conclusões afirmativas às quais chegamos, elencamos ao longo do texto alguns temas/problemas que merecem aprofundamentos e/ou novas análises com o desenvolvimento de outras investigações, como: a) o debate das terras devolutas apropriadas ilegalmente; b) a pista sobre a tática dos latifundiários em fatiar seus latifúndios para burlar a legislação, impedir a luta do campesinato ou mesmo ficar com as melhores partes dos imóveis rurais no momento da obtenção por parte do Estado para a

criação dos assentamentos rurais; c) os impactos, nos assentamentos rurais e na luta dos movimentos e organizações sociais do campo, da Medida Provisória 759, de 22 de dezembro 2016, convertida na Lei 13.465 em 11 de julho de 2017, arquitetada pelo governo Michel Temer; d) a questão das relações de poder envolvendo as oligarquias capitalistas latifundiárias, especialmente, as sertanejas, bem como acerca da ação dos governos estaduais e municipais com relação à questão agrária, aos assentamentos e ao campesinato; e) a reestruturação do espaço agrário do semiárido alagoano, com a presença do Canal do Sertão; f) o papel das mulheres e dos jovens na construção no território do campesinato nos assentamentos rurais, entre outros.

No momento em que escrevemos essas últimas linhas, nestes seis primeiros meses do ano de 2019, vêm a público as medidas iniciais do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Na trilha do governo anterior de Michel Temer, que chegou ao fim melancolicamente, o presidente recém-empossado aprofunda a contrarreforma agrária, intensificando os retrocessos com relação a retirada dos direitos conquistados ao longo de décadas pela classe trabalhadora, especialmente com relação ao campesinato, atingindo em cheio a fração assentada. A violência e a barbárie contra os que hasteiam a bandeira da reforma agrária, sob os olhos do próprio Estado e promovidas por este, tendem a continuar crescentes, somadas a ação da mídia hegemônica na criminalização da luta camponesa e tratamento pejorativo dos assentamentos rurais e do tema reforma agrária.

Mais do que nunca, a parte da sociedade que vive nas cidades, que recebe os alimentos na sua mesa vindos diretamente da agricultura familiar camponesa, notadamente dos assentamentos rurais, precisa se posicionar, se irá apoiar o modelo agrário/agrícola do agronegócio ou se engrossará as fileiras dos que defendem a agricultura camponesa, o campesinato e a reforma agrária como proposta para um outro campo no país. A classe camponesa há muito já decidiu: vem lutando, resistindo, inclusive por formas importantes de desobediência civil, a exemplo das ocupações de terra. Nesse bojo, vem sofrendo toda sorte de violência e

barbárie por buscar construir um projeto político, que deveria ser uma bandeira de todos e todas, do campo e da cidade, pois, sem a efetivação da desconcentração fundiária através da reforma agrária camponesa e agroecológica, não haverá mudanças estruturais na sociedade brasileira em sua totalidade, ou seja, ela não deixará de ser desigual, portanto, não teremos uma sociedade, efetivamente, democrática e, muito menos, será sustentável na relação com a natureza.

Por fim, relembramos a crítica de Marx (2007), quando enfatizou a necessidade não apenas de interpretação do mundo das mais diferentes maneiras, mas da importância de, por meio da práxis, transformá-lo. Harvey (2018), em sua mais recente obra, põe em relevo a importância dos escritos político-econômicos da obra de Karl Marx, ao defender que a verdadeira ciência começa quando conseguimos fazer com que conceitos, abstrações e formulações teóricas voltem à vida cotidiana e iluminem os porquês das lutas cotidianas, em especial, aquelas que os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam na longa batalha pela sobrevivência. Portanto, uma ciência que faz com que aqueles(as) cheguem à essência das maquinações diárias do modo de produção capitalista no seu movimento infundável da acumulação de capital, conforme ele. Se esse objetivo tiver sido alcançado com a finalização desta obra, acreditamos que contribuimos para as lutas e as resistências do campesinato no Brasil, conseqüentemente, para o processo de transformação da sociedade brasileira e de emancipação da classe trabalhadora em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Campesinato e migração em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2017.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do Semiárido para a zona da mata alagoana**. 228f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2016.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; CANIELLO, Márcio de Matos. **Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do Semiárido**. In. ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; LUSA, Mailiz Garibotti; SILVA, Maria Ester da. (Orgs.). **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 297p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 12, p. 308-325, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/41319/20719>. Acesso em: 27 set. 2018.

ALENTEJANO, Paulo. Os Movimentos sociais e a teoria geográfica. In: GLAUCIO, José Marafon; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

ALENTEJANO, Paulo. SILVA, Tiago Lucas A. da. Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. In. CANUTO, Antônio et al. **Conflitos no campo – Brasil – 2008**. Goiânia: CPT Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2018.

ALMEIDA, Leda Maria de. **Alagoas: gênese, identidade e ensino**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Apresentação. In. ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Campesinato e migração em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2017.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 3, Edição Especial, p. 9-44, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/149>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial bibliográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

ALMEIDA, Luiz Sávio et. al (Orgs.). **Terra e Pastoral em Alagoas: conflito e liberdade**. Maceió: EDUFAL, 2014.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: EDUFAL, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). In. AMIN, Samir; VERGOUPOLOS, Kostas. **A questão camponesa e o capitalismo**. Tradução: Maria Inês Mansinho. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

AMIN, Samir; VERGOUPOLOS, Kostas. **A questão camponesa e o capitalismo**. Tradução: Maria Inês Mansinho. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

ANTUNES, Ricardo. O colapso do governo Dilma e do PT no Brasil. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 57, 2015. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revistaherramienta-n-57/o-colapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ARCHETTI, Eduardo P. Presentación. In. CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

BARBOSA, Antônio J. Prefácio. In. LINDOSO, Dirceu. **Tapui-Retama: viagem ao Brasil profundo: Minas Gerais e Grande Sertão**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2016.

BARREIRA, César. Matadores de Aluguel: códigos e mediações. Na Rota de uma Pesquisa. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza), v. 37, p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revcienso/article/view-File/553/535>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BERGAMASCO, Sônia Maria. NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 377p. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2012.

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. In. CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016, pp. 120-131. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: expressão Popular, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1997.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do Agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – o caso de Cruz Alta/RS**. Tese (Doutorado em Geografia), UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 109-132.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante do MST. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.**São Paulo: UNESP, 2010.

CAVALCANTE, Maria José; AMARAL, Heloísa Muniz do. O jeito mulher de lutar pela terra. In. ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas.** Maceió: EDUFAL, 2013.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Formação histórica de Alagoas.** 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas.** 5 ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana.** Maceió: EDUFAL, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais. In. ABRA. Questão agrária e desigualdades no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. **As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto.** 2014. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/08/13/as-lutas-sociais-no-campo-modelos-de-producao-em-confronto-por-horacio-martins-de-carvalho>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **Boletim DataLuta – artigo do mês de maio**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 24 jan. 2018.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária: 15 Anos – Carta a Plínio de Arruda Sampaio. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Marisa Luísa (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil 2014**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humano. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

CASALDALIGA, P. **Antologia retirante**: poemas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra**: como os políticos conquistaram o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa. In: Carvalho, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014a.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: Carvalho, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014b.

CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 10. jan./jun. 1992. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/115/113>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La organización de la undad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

COSME, Claudemir Martins. Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrarreforma agrária se aprofunda em tempos-espacos de golpe. In: CANUTO, Antônio et al. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2018.

COSME, Claudemir Martins. A contrarreforma agrária no Brasil do século XXI: notas sobre a espacialização dos assentamentos rurais e a (re)criação do campesinato assentado no campo alagoano. In. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Curitiba, UFPR, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt06_1506859847_arquivo_artigoCompleto-singa2017-oficial.pdf. Acesso em: 07 abr. 2018.

COSME, Claudemir Martins. Crítica à transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte. In. CANUTO, Antônio et al (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016, pp. 120-131. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COSME, Claudemir Martins. Reforma agrária no Brasil do século XXI: qual reforma agrária? **Boletim DATALUTA**, outubro, 2016a, p. 1-25. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/10artigodomes_2016.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

COSME, Claudemir Martins. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 4, n. 1, 2016b. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4467>. Acesso em: 20 out. 2017.

COSME, Claudemir Martins. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil**: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará. 292p. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPB, João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/claudemir_martins.pdf/view. Acesso em: 20 jan. 2018.

COSME, Claudemir Martins. **A reprodução da expropriação camponesa nas áreas de reforma agrária**: um estudo de caso do Assentamento Diamantina – Tabuleiro do Norte – Ceará. 137p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte, CE, 2011.

COSME, Claudemir Martins; CORREIA, Maria Monteiro; SANTOS, Erica Barros do. A experiência do Programa de Extensão Minha Comunidade: uma parceria IFAL-MST no Sertão alagoano. **Ciência Agrícola**, UFAL, Rio Largo, v. 15, 2017.

COSME, Claudemir Martins. PEREIRA, Monica Cox de Britto. A concentração fundiária no Brasil do século XXI: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. In. XIX Encontro Nacional de Geógrafos, 2018, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. João Pessoa, UFPB, 2018. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt06_1506859847_arquivo_artigo-completo-singa2017-oficial.pdf. Acesso em: 25 dez. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP, 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf/. Acesso em: 04 abr. 2018.

DEBIASE, Rose Elke. **Migração, memória e militância: a estruturação do MST no nordeste brasileiro (1985-1995)**. 313p. Tese (Doutorado em História), UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46280/R%20-%20T%20-%20ROSE%20ELKE%20DEBIASI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária hoje. In. MATTEI, Lauro (Org.). **Reforma agrária no Brasil: trajetória e dilemas**. Florianópolis: Insular, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In. ABRA. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Questão agrária e desigualdades no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 81 – 112.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JUNIOR, Oswaldo. (Orgs.). **Questão Agrária no Brasil: Perspectiva histórica e configuração atual**. 01 ed. São Paulo: INCRA, 2005, p. 21-81.

DIÉGUES JÚNIOR, Maniel. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 284p. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, SP, 2002.

FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o camponato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

FEITOSA, Edvaldo Araújo. **Água Branca: história e memória**. Maceió: EDUFAL, 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JR., Antonio Marco; SANTOS, Laiany Rose Souza. (Orgs.). **A questão agrária e conflitos territoriais**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 575p. Tese (Doutorado em Geografia), USP, São Paulo, 2009.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teóricas e políticas de um governo em disputa: a reforma agrária no governo Dilma. In. MATTEI, Lauro (Org.). **Reforma agrária no Brasil: trajetória e dilemas**. Florianópolis: Insular, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade, questão agrária e desenvolvimento. Uberlândia, **Campo - Território**, v. 9, p. 1-10, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 191-205.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161 - 198.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 8, n. 6, 2005, pp. 14-34. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 24 set. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**.316p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**.207p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FRANÇA, José Nascimento de. (org.). **Agricultura familiar e reforma agrária em Alagoas: alguns elementos.** Maceió: EDUFAL, 2011.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/04/04_MARIA_FRANCO_GARCIA.pdf. Acesso em 20 dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNARI, Juliana Nascimento; PEREIRA, Monica Cox Britto. Caminhos das Águas no Sertão do Pajeú: contribuições e luta das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com semiárido. **Revista Pegada Eletrônica:** Presidente Prudente, v. 18, p. 124-152, 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5363/4175>. Acesso em: 28 mar. 2019.

GARCÍA, Antonio. **Dinámica de las reformas agrarias en América Latina.** 3 ed. Medellín/Bogotá: Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1970.

GARCÍA, Antonio. **Sociología de la reforma agrária en América Latina.** Bogotá: Ediciones Cruz del Sur, 1973.

GARCÍA, Antonio. **Modelos operacionales de reforma agrária.** San José, Costa Rica, Instituto Interamericano de Cooperacion para la agricultura, 1985.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Renata. Redemarcações das cercas de gênero: recuo da participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr226-240.pdf>. Acesso em 10 ago. 2018.

GONÇALVES, Sérgio. A luta pela terra e a (falsa) autonomia camponesa nos assentamentos rurais: a teoria da territorialização dos movimentos sociais revisitada. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-11, jun., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26882/14599>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. Tradução: Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013b.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Loyola, 2005.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IASI, Mauro Luis. As revoluções do século XIX e a poesia do futuro. Prefácio. In. ENGELS, Friedrich. **A Revolução antes da Revolução**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 10 - Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab10.pdf. Acesso em: 22 dez. 2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária em Alagoas conforme fases de implementação**: período de criação do projeto: 01/01/1970 até 06/03/2017. Maceió, 2017a. PENDRIVE.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários – RB PA Lameirão 2014**. Maceió, 2017b. PENDRIVE.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários – RB PA Peba 2013**. Maceió, 2017c. PENDRIVE.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários – RB PA Lagoa Comprida 2015**. Maceió, 2017d. PENDRIVE.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários – RB PA Serrote Aroeiras 2014**. Maceió, 2017e. PENDRIVE.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários – RB PA Todos os Santos/Chupete 2014**. Maceió, 2017f. PENDRIVE.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Titularidade Particular - 2014. Total por UF – Alagoas**. Brasília, 2017g.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Situação Jurídica dos Imóveis Rurais Alagoas – 1985 (Dados Preliminares)**. Brasília, 2017h.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Laudo de Vitoria e Avaliação da Fazenda Chupete**. Maceió, 2006. (Laudo Técnico).

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Laudo de Vitoria e Avaliação da Lagoa Comprida**. Maceió, 2008. (Laudo Técnico).

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Laudo de Avaliação da Fazenda Serrote e Aroeiras**. Maceió, 2000a. (Laudo Técnico).

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Laudo de Vitoria Preliminar Fazenda Serrote e Aroeiras**. Maceió, 2000b. (Laudo Técnico).

ITERAL. Instituto de Terras de Alagoas. **Laudo de Vitoria e de Viabilidade da Fazenda Lameirão**. Maceió, 1988. (Laudo Técnico).

JOHNER, Juliana Maria Quaresma. **O uso dos recursos naturais na agricultura familiar em assentamentos do semi-árido alagoano**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFPE, Recife, 2009.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, José Correa. O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil. In. LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (Orgs.). **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

LEITE, Sérgio et al.. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, São Paulo: IICA, Nead, Editora UNESP: 2004.

LEFF, Henrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002. Disponível em: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In. ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

LESSA, Golbery Luiz. **A Estrutura Fundiária de Alagoas na segunda metade do século XX**. Alagoas, 2012. Disponível em: <http://pcbhalagoas.blogspot.com.br/2012/01/artigo-estrutura-fundiaria-de-alagoas.html>. Acesso em: 15 dez. 2017.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**: São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX**. Maceió: EDUFAL, 2014.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na zona da cana nordestina**: o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Recife, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, PPGEO-UFPE, 2011.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação espacial do estado de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1992.

LIMA, José Carlos da Silva. **Terra, poder e liberdade**: a ocupação SemTerra na Flor do Bosque. 162p. Dissertação (Mestrado em História), UFAL, Maceió, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1713>. Acesso em: 11 mai. 2018.

LIMA, José Carlos da Silva. CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo. In. ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

LIMA, José Carlos da Silva. Terra e violência histórica e cultural: estudo de caso do acampamento Lucena. In. FRANÇA, José Nascimento de. (org.). **Agricultura familiar e reforma agrária em Alagoas: alguns elementos**. Maceió: EDUFAL, 2011.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 21, n. 41, Jan-Abr, 2018, pp. 192-217. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5260/4197>. Acesso em: 18 abr. 2018.

LINDOSO, Dirceu. **Tapui-Retama: viagem ao Brasil profundo: Minas Gerais e Grande Sertão**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2016.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

LINDOSO, Dirceu. **O grande Sertão: cos currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

LINDOSO, Dirceu. **O poder Quilombola: a comunidade mocambeira e a organização social Quilombola**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LINDOSO, Dirceu. **A formação de Alagoas Boreal**. Maceió-São Paulo: Edições Catavento, 2000.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 – 1850)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LIRA, Fernando José de. **Crise, Privilegio e pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio**. Maceió: EDUFAL, 1997.

LOWY, Michael. Introdução. In. MARX, Karl; Karl. ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 9. ed. São Paulo: Busca Vida, 2007.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3 ed. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Volume II. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. **História econômica de Alagoas**: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL, 2016.

MARICARO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICARO, Erminia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**, Salvador, ano IV, n. 4, 2009. Disponível em: http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=3. Acesso em 20 set. 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Teses a Feuerbach (1845). In: MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Sousa. **Do PT das lutas sociais ao PT do Poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Sousa. **A política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Sousa. **Reforma Agrária**: O impossível diálogo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, José de Sousa. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Sousa. (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2003a.

MARTINS, José de Sousa. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

MARTINS, José de Sousa. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **Caminhada no chão da noite: emancipação e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Sousa. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Sousa. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981a.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. 2 ed. São Paulo: LECH, 1981b.

MATTEI, Lauro. Teses favoráveis e contrárias à reforma agrária brasileira no limiar do século XXI. In: ABRA. Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Questão agrária e desigualdades no Brasil. Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos Fundiários e Violência no Campo. In: CPT. **Conflitos no campo – Brasil – 2014**. Goiânia: CPT Nacional, 2014, p. 18-26. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 ago. 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. ESTERCI, Neide. Introdução. In. MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo: a trajetória de um farsante**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, saber e poder no Brasil. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, maio-agosto, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistaspassagens/artigos/v5n2a42013.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, 2010.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. Imposto territorial rural (ITR): algumas considerações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 20, n.3, p. 185-199, 1992. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/721/969>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MIRANDA, Maria Elena. **Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST**. 156p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). USP, São Paulo, 1998.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra**

no Estado da Paraíba. 502p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/1638>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. Questão agrária, questão jurídica. **Revista Okara**. João Pessoa: v.1, n.2, 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/1638>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 317p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2002.

MITIDIERO JR., Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; HÉRICK DE SÁ, Thiago. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Pegada**. Presidente Prudente, v. 18, n. 3, 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MITIDIERO JR., Marco Antonio; COSME, Claudemir Martins. Los gobiernos federales del PSDB y PT, la lucha por la tierra y los asentamiento rurales en Brasil. **Alternativa. Revista de Estudios Rurales**, v. 4, p. 1-26, 2017. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/alter-nativa/article/view/Fontenla/PDF>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MITIDIERO JR., Marco Antonio; COSME, Claudemir Martins. Os governos Federais do PSDB e PT, a luta pela terra e os assentamentos rurais no Brasil. In: Fabiano Coelho; Rodrigo Simão Camacho. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas)**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2018, v. 2, p. 247-272.

MITIDIERO JR., Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 12, p. 218-258, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41315/20712>. Acesso em: 27 set. 2018.

- MITRANY, David. **Marx contra o camponês**. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005b.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 1997.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem burguesa. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Dossiê: Assassinatos no campo: crimes e impunidades – 1964-1985**. MST: São Paulo, 1986. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/dossi%C3%AA-assassinatos-no-campo-crime-e-impunidade-1964-1985>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói, EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará, Brasil**. 364p. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p. Disponível em: <http://agraria.ffch.usp.br/sites/agraria.ffch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Reforma agrária: a luta pela terra e território nos tempos e espaços das (ir)racionalidades do capital ou A Questão Agrária no Brasil. In. **III ENGPECT e IX FÓRUM (Encontro Nacional do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho/GPECT)**. Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2015. Pendrive.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Mundialização da agricultura brasileira. In: ____ et al. (Orgs.). **Território em conflito, terra e poder**. Goiania: Kelps, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos de 1980. In. STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária: o debate na década de 1990**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio de Geocrítica. Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A MP 458 e a contra-reforma agrária na Amazônia. In. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva, Isolete Wichniewski. **Conflitos no campo - Brasil**, 2009, p. 18-26.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Território de quem? **Revista Sem Terra**. São Paulo, nº 46, out/nov., 2008. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=14361&Pesq=>. Acesso em: 10 abr. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/473/447>. Acesso em: 9 abr. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 - 206, dez. 2001a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos rumos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1999b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 04 abr. 2018.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**. São Paulo, vol.3, n.7, pp.87-108, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006. Acesso em: 20 mar. 2018.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In. MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

PAULANI, Leda Maria. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In. MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Gilberto (Orgs.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In. CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 687-691.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Quando o Agrário e o Ambiental se encontram: ocupações de terra na redescoberta do Vale do Rio São João pelo movimento social. In: Jaqueline Oliveira Silva; Marcos A. Pedlowski. (Org.). **Atores Sociais, Participação e Ambiente**. 1 ed. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2008, v. 12, p. 165-184.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Uso da Terra a partir do enfoque agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**: Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 2, p. 1629-1632, 2007.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Mediação de conflitos agrários e ambientais: um estudo sobre o Vale do Rio São João no estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Desenvolvimento e Meio Ambiente: o todo é maior que a soma das partes. **Revista Plurais**: Anápolis, Goiás, v. 1, p. 265-272, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Reforma Agrária e Meio Ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. **Revista GEOgraphia**: Niterói, Rio de Janeiro, v. VII, p. 93-111, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia, mapeamento e participação: importância de processos em rede na construção do conhecimento agroecológico. In. MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da política da terra arrasada à luta pela dignidade**. Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182923/Da%20Politica%20da%20Terra%20Arrasada%20a%20Luta%20pela%20Dignidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (Orgs.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ana Esther Ceceña; Emir Sader. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade Seringueira, Geografia e Movimento Social. **Revista GEOgraphia**, ano 1, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/19>. Acesso em: 19 abr. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Rápido. A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra. In. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva, Isolete Wichinieski. **Conflitos no campo – Brasil – 2011**. Goiânia: CPT Nacional, 2011, p. 107-114.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013) Expropriação, violência e r-existência. In. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva, LAZZARIN, Flávio. **Conflitos no campo – Brasil – 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2013, p. 18-26. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHUVA, Luiza. A oligarquia fazendo justiça com as próprias mãos (A geografia da violência no campo brasileiro 2007). CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2007. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 2, Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. “Os Cerrados e os Fronts do Agrogêncio no Brasil”. In. CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2016. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. A contra reforma na lei e na marra – Brasil (2015 –2017). In. CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2017. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In. CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2018.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**: perspectivas em 1977. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 410p. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>. Acesso em: 3 jan. 2014.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; RAMOS, Oneclark Francisco. Concentração fundiária, monopolização do território camponês e mercados institucionais: desafios ao combate à pobreza em Sergipe. In: FAPITEC/SE. **Pesquisa em políticas públicas no estado de Sergipe**: Série Documentos 1. São Cristóvão: Editora da UFS, 2014, p. 161 – 187.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 12, n. 1, 2011.

SADER, Emir. **Século XX**: uma biografia não autorizada. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo; Expressão Popular, 2013, p. 85102.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo; Expressão Popular, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Marleide Maria. **Movimentos Sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011b.

SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. O Marx tardio: continuidade, contradição e aprendizado. In: SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SAUER, Sérgio. Medida provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem. **Boletim DataLuta – artigo do mês de abril**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2018. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_4_2018.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

SAUER, Sérgio; MÉSZÁROS, George. La economía política de la lucha por la tierra bajo los gobiernos del Partido de los Trabajadores en Brasil. In: Cristóbal Kay; Leandro Vergara-Camus. (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018, v. 1, p. 315-347.

SAUER, Sergio; SOUZA, Marcos Rogério de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, V. L. S.; WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204234-487363-lt-Reforma_Agrria_e_Dese-3024628.pdf. Acesso em: 09 ago. 2018.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

SHANIN, Teodor. **Marx tardío e a via russa:** Marx e as periferias do capitalismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SHANIN, Teodor. Licões camponesas. In. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 8, n. 7, 2005, pp. 1-21. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 set. 2013.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda:** sociología política del campesinato em una sociedad em desarrollo (Rusia 1910 – 1925). Madrid: Alianza, 1983.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, David Pimenta Oliveira. **A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela terra no Nordeste:** contribuição ao estudo do movimento camponês no Brasil. 172p. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFS, Aracajú, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5611?locale=en>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária na virada do milênio.** 2 ed. Maceió: EDUFAL, 1997.

SILVA, José Gomes da. **Buraco negro:** a reforma agrária na Constituinte de 1987-88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil:** frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Lenilda Lima da. A política de reforma agrária em Alagoas entre 2003/2013. In. ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SILVA, José Roberto da. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007. In. ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. A (fala de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A expansão financerizada do ensino superior e da pós-graduação no Brasil. **Revista da Anpege**, p.18-29, V.13, n.20, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6896/3837>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão popular, 2013.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão popular, 2013.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão popular, 2013.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária: 1946 – 2003. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960 - 1980. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500 - 1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: Edufal, 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as Vilas Operárias**. Maceió: SEBRAE, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 4, n. 1, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “consciência de classe”. In. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos/E. P. Thompson**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. 2 ed. Barcelona: Editorial crítica, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou o planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURINO, Célio. Prefácio. In. ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

VASCONCELOS JÚNIOR, Nadson Alexandre. **Organização espacial da Baía Leiteira no Semiárido de Alagoas.** 227p. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFAL, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1666>. Acesso em: 20 mai. 2018.

VEIGA, José Eli da. **A reforma que virou suco:** uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

VEJA, Revista. **A esquerda com raiva. Veja,** São Paulo, edição 1549, ano 31, n 22, 1998.

VERGOUPOLOS, Kostas. Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In. AMIN, Samir; VERGOUPOLOS, Kostas. **A questão camponesa e o capitalismo.** Tradução: Maria Inês Mansinho. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília: v. 52, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002. Acesso em: 22 dez. 2018.

WEBER, Max. **Ciência e Política:** Duas Vocações. Tradução de Leonidas Heigenberg e Octany Silveira da Mota. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

WOLF, Eric Roberto. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOORTMANN, Klaas. “**Com Parente Não se Negueia**”: o Campesinato como ordem moral. Brasília: Editora UNB, 1990. Disponível em: <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Com%20parente%20n%C3%A3o%20se%20negueia%20In%20Anu%C3%A1rio%20Antropol%C3%B3gico%20-%20WOORTMANN,%20K..pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Tradução: Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **O limites do progressismo**: sobre a possibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

ZIEGLER, Jean. **Destruição e massa**: geopolítica da fome. Tradução e Prefácio: José Paulo Netto. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 02 maio 2011.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório**: violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2016; 2015; 2014; 2013; 2012; 2011; 2010; 2009; 2008; 2006-2007; 2003-2005. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2016; 2015; 2014; 2013; 2012; 2011; 2010; 2009; 2008; 2007; 2006; 2005; 2004; 2003; 2002; 2001; 2000; 1999; 1998; 1997; 1996; 1995; 1994; 1993; 1992; 1991; 1990; 1989ab; 1988; 1987; 1986; 1985. Disponível em: <http://www.cpt-nacional.org.br>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, 2003. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 11 jan. 2015.

ZUMBI. Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Lagoa Comprida**. Piranhas, Alagoas, 2016.

